

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA**

**INDUSTRIALIZAÇÃO E MEIO AMBIENTE NO ESTADO DE SANTA CATARINA. Estudo de caso sobre a evolução e os impactos socioambientais do segmento têxtil-vestuarista na microrregião do Alto Vale do Itajaí**

**Elaine Cristina de Oliveira Menezes**

**Florianópolis, 2009**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA**

**INDUSTRIALIZAÇÃO E MEIO AMBIENTE NO ESTADO DE SANTA CATARINA. Estudo de caso sobre a evolução e os impactos socioambientais do segmento têxtil-vestuarista na microrregião do Alto Vale do Itajaí**

**Elaine Cristina de Oliveira Menezes**

**Orientador: Paulo Henrique Freire Vieira**

**Co-orientador: Ademir Antônio Cazella**

**Florianópolis, 2009**

*A Deus, por ter me dado forças para concluir essa caminhada.*

*Aos meus pais, pela liberdade concedida para escolher meus próprios caminhos.*

*Ao meu marido Alexandre que participou ativamente de muitas dessas conquistas e que compreendeu as minhas ausências e o adiamento dos nossos sonhos para que eu concluísse mais essa etapa.*

*À Maria Luiza, por ter me mostrado, durante a gestação que “[...] o essencial é invisível aos olhos, mas não ao coração”.*

Navegue  
Descubra tesouros  
Mas não os retire do fundo do mar  
O lugar deles é lá.

Admire a lua  
Sonhe com ela  
Mas não queira trazê-la para a terra.  
*\* Usufria os benéficos da natureza, mas não extrapole os limites possíveis!*

Curta o sol  
Se deixe acariciar por ele  
Mas lembre-se que seu calor é para todos.

Sonhe com as estrelas  
Apenas sonhe  
Elas só podem brilhar no céu.

Não tente deter o vento  
Ele precisa correr por toda parte  
Ele tem pressa de chegar.

Não apresse a chuva  
Ela quer cair e molhar muitos rostos  
Não pode molhar só o seu [...]  
*\*Aprecie dividir com responsabilidade os benefícios da natureza, seja solidário e tenha compaixão!*

Fernando Pessoa

---

\* Comentário nosso.



## AGRADECIMENTOS

Os quatro anos que marcaram o período de construção desta tese representam uma densa trajetória de aprendizado ao mesmo tempo acadêmico e pessoal. No âmbito acadêmico, tive o privilégio de adquirir uma consciência mais clara dos condicionantes estruturais da crise planetária do meio ambiente e, sobretudo, da necessidade imperiosa de internalizar a dimensão socioambiental no campo da ciência econômica contemporânea.

Na esfera pessoal, por outro lado, o aprendizado obtido transformou minha maneira de encarar a vida. A finalização da tese dependeu fundamentalmente das pessoas que encontrei no transcurso desses quatro anos, amigos queridos, que generosamente investiram boa parte do seu tempo na recepção crítica das minhas opções teóricas e metodológicas. Com todos eles aprendi a importância de aliar o discernimento gerado pela prática da pesquisa científica ao cultivo da humildade e da solidariedade.

Além disso, seria importante ressaltar que as leituras e as pesquisas de campo realizadas ao longo desse período desvelaram uma imagem muito mais complexa da relação que mantemos com a natureza do que aquela cultivada antes de frequentar o curso de doutorado. Tornou-se mais nítida a noção de *recursos naturais de uso comum* – um patrimônio de todos e para todos, das gerações atuais e futuras. Passei a compreender melhor a importância de se resgatar a problemática dos modos de apropriação e de gestão dos *commons* na busca de enfrentamento dos dilemas atuais colocados pela hegemonia de uma concepção social e ecologicamente predatória do desenvolvimento socioeconômico.

Agradeço a Deus por ter me dado saúde e coragem para finalizar mais esta etapa da minha trajetória acadêmica. Ao professor Dr. Paulo Freire Vieira, meu orientador, por ter me introduzido no debate sobre a visão sistêmica do funcionamento da economia e por ter me sensibilizado tão fortemente para a tomada de consciência das limitações cognitivas e ético-políticas do enfoque neo-clássico atualmente hegemônico no cenário da globalização assimétrica. Da mesma forma, agradeço ao meu co-orientador, professor Dr. Ademir Antônio Cazella, pelas valiosas críticas que me foram endereçadas e pelo competente apoio metodológico no desenrolar da etapa de definição das questões centrais de pesquisa. Além disso, não poderia deixar de mencionar a ajuda prestada pelos professores do Programa de Pós-graduação em Sociologia Política com os quais entrei em contato. Neste sentido, penso especialmente na professora Dra. Cécile Raud Mattedi, pela fecundidade dos vários diálogos que tivemos e pela pertinência das indicações bibliográficas que me foram repassadas.

Não poderia deixar de registrar ainda minha gratidão a alguns professores do Departamento de Economia da UFSC que, direta ou indiretamente, contribuíram para o êxito da pesquisa. Inicialmente, ao professor Dr. Lauro Mattei, que gentilmente aceitou participar da banca de qualificação do projeto. Além dele, aos professores Drs. Renato Campos e Silvio Cário, por terem colocado à minha disposição os bancos de dados contendo os resultados das principais pesquisas realizadas pelo NEITEC, bem como ao professor Dr. Hoyedo Nunes Lins, pela abertura ao debate ao mesmo tempo criativo e rigoroso sobre o tema, sem esquecer suas preciosas recomendações de natureza metodológica.

Meus agradecimentos são extensivos ao Dr. Idaulo Cunha e a vários pesquisadores que têm oferecido nas últimas décadas preciosas contribuições ao entendimento da complexidade do processo de industrialização catarinense. Na FURB, gostaria de destacar a colaboração prestada pelos professores Drs. Ivo Theis e Beate Frank, pelo apoio na disponibilização de material bibliográfico e documental sobre a região do Alto Vale do Rio Itajaí. Na UNIDAVI, agradeço especialmente aos professores Marcos Cardoso, vinculado ao curso de economia, e Fiorello Zanella.

O apoio recebido dos meus colegas de mestrado e doutorado dificilmente poderia ser traduzido em palavras. Penso no Silvio e no Marcelo; na querida Luciana, pelas críticas e sugestões; ao Humberto Inácio, pelas atividades realizadas em conjunto no Alto Vale do Itajaí e pela troca de experiências; ao amigo Murilo Flores, que durante a construção do projeto de tese e da pesquisa de campo dispôs de seu tempo, abrindo as portas da sua casa para me orientar; aos amigos Carolina Andion e Maurício Serva, pela disponibilidade, carinho, incentivo e pelas inúmeras conversas, leituras e sugestões sem as quais este trabalho certamente não teria se concretizado.

Agradeço também à AMAVI, na pessoa de Agostinho Senem e Alessandra; à ACIRS, na pessoa da Regina Petry, por toda a disponibilidade e carinho com que me recebeu; aos integrantes do SINFIATEC, especialmente à Lindauria Hasckel, à Patrícia e ao presidente Edson Fronza. Todos eles foram extremamente prestativos na difícil etapa da pesquisa de campo; às prefeituras dos municípios de Agrolândia, Donna Emma, Ibirama, Ituporanga, José Boiteux, Laurentino, Lontras, Presidente Getúlio, Rio do Sul, Taió, Vitor Meirelles e Witmarsum, pela acolhida generosa. No arquivo Histórico de Rio do Sul, ressalto a colaboração de Kátia Dagnoni e Mariza dos Santos na definição da trajetória de desenvolvimento socioeconômico da região do Alto Vale. À professora Ms. Eliane, da UDESC de Ibirama, agradeço pelo auxílio na coleta dos questionários junto aos empresários locais e pelo carinho revelado durante as minhas visitas. A todas as instituições que me

receberam para a realização da pesquisa de campo: UNIDAVI, SENAI, SDRs, NEPs, Prefeituras, empresas do setor têxtil-vestuarista, sindicatos, agricultores entre outras instituições e pessoas, o meu MUITO OBRIGADA!

À amiga Vera Lúcia Beber Dolzan e família, por terem sido meu “porto seguro” no município de Rio do Sul. À querida Maristela pela disponibilidade, pelo incentivo e pelos inúmeros esclarecimentos oferecidos ao longo da pesquisa de campo.

Sou profundamente grata ao CNPq, pela concessão da bolsa de doutorado; à Secretaria do Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, em especial à Albertina e à Fátima, pelo atendimento afetuoso, dedicado e eficiente; ao professor Carlos Alberto e também a Mário Feijó, pelas contribuições na etapa de revisão final do texto.

Deixo finalmente registrado meu reconhecimento aos familiares – pais, irmãos, sogro, sogra e cunhados, além do meu sobrinho e afilhado. O fato de vê-lo crescer nesses últimos anos me fez refletir sobre a importância do tema que escolhi como objeto de estudo. Ao amor da minha vida, Alexandre e à minha filha recém-nascida Maria Luiza, à vida e aos sonhos que se seguem.

## RESUMO

O trabalho focaliza a gênese e as transformações operadas no segmento industrial têxtil-vestuarista na microrregião do Alto Vale do Rio Itajaí a partir do início dos anos 1990. Trata-se essencialmente de um exercício de avaliação dos principais impactos socioambientais gerados pela dinâmica recente deste segmento, buscando caracterizar e interpretar as limitações constitutivas do assim chamado “modelo catarinense de desenvolvimento”. A este diagnóstico foi incorporado um desenho exploratório de cenários prospectivos, visando estimular a pesquisa de estratégias alternativas de industrialização, à luz da teoria do desenvolvimento territorial sustentável.

O projeto de tese foi inserido num programa franco-brasileiro de pesquisa interdisciplinar e interinstitucional sobre potencialidades e obstáculos ao desenvolvimento territorial sustentável no estado de Santa Catarina, contando com o apoio do Acordo CAPES-COFECUB e do CNPq.

Inicialmente, com base numa síntese da revisão de literatura teórica e metodológica pertinente, a tese situa a gênese do segmento têxtil-vestuarista do Alto Vale do Itajaí num período de crise e de estagnação econômica do conjunto da região. Um vigoroso crescimento do segmento foi constatado a partir do início da década de 1990, com base na implantação de um conjunto de micro e pequenas empresas (MPEs) especializadas na confecção de artigos de malhas e *jeans*. Todavia, a dinamização produtiva e a ampliação significativa do mercado de trabalho têm sido realizadas com elevados custos socioambientais, que não foram ainda devidamente considerados pela opinião pública catarinense. As evidências coletadas indicam que nos espaços de planejamento e gestão das dinâmicas territoriais de industrialização predomina, ainda hoje, uma representação essencialmente *economicista* do fenômeno do desenvolvimento regional e urbano.

A atividade têxtil-vestuarista, do ponto de vista socioambiental, se reflete no território a partir dos seus principais impactos: a ação das lavanderias e estamparias no que tange ao uso do recurso hídrico e ao uso do solo de forma desordenada; a migração dos jovens agricultores para as atividades urbanas (industriais) e a respectiva mudança nos hábitos e modos de vida em família; condições de trabalho degradantes; plantio de espécies exóticas nas propriedades rurais no lugar das culturas agrícolas.

Além disso, a pesquisa revelou a fragilidade das relações de sinergia entre empresas e instituições (governamentais e não governamentais), uma carência crônica de mão-de-obra qualificada, pouco envolvimento de instituições de *pesquisa & desenvolvimento* e a persistência de assimetrias na relação do segmento com o parque industrial em funcionamento na região do Médio Vale do Itajaí. O cenário assim delineado configura a força de inércia de um arranjo produtivo que colide frontalmente com a necessidade de um redirecionamento estratégico do sistema de planejamento e gestão do desenvolvimento regional catarinense, face ao agravamento tendencial da crise planetária do meio ambiente. Em outras palavras, aquilo que predomina hoje em dia como um sistema supostamente virtuoso de governança territorial corresponde, na realidade, à reprodução de um projeto de modernização conservadora e predatória, com perfil hierárquico-corporativo, dominada pelo *lobby* das empresas de grande porte que colocam em segundo plano o cultivo de uma relação de uso ecologicamente prudente e socialmente incluyente do patrimônio natural e cultural do povo catarinense.

Finalmente, o ensaio de prospectiva territorial indicou as condições de viabilidade de um sistema alternativo - integrado e participativo - de planejamento e gestão do desenvolvimento no longo prazo. Pois avalia a existência de instituições e iniciativas locais que poderiam aprimorar a relação economia e meio ambiente. Também se destacam as iniciativas locais de incentivo à integração do setor e de articulação do mesmo com os problemas locais. Embora sejam iniciativas informais reafirmam a potencialidade de viabilização de um sistema alternativo de planejamento e gestão desta atividade produtiva e do território respectivamente.

**Palavras chave:** Arranjos produtivos locais, sistemas de governança, impacto socioambiental das ações produtivas.

## ABSTRACT

This dissertation is focused on the genesis and the changes in the textile-clothing industries of the Alto Vale do Itajaí micro-region from the early 1990s. This is essentially an exercise to evaluate the main social impacts generated by the recent dynamic of this segment, trying to characterize and interpret the constituted constraints of the "Santa Catarina model of development." To this diagnosis has been incorporated a exploration of prospective scenarios to stimulate the search for alternative strategies of industrialization, in the light of the theory of sustainable territorial development.

The thesis project was inserted in a Franco-Brazilian interdisciplinary and interinstitutional research on potentials and barriers to sustainable regional development in the state of Santa Catarina, with the support of the CAPES-COFECUB agreement and CNPq.

Initially, based on a summary review of relevant theoretical and methodological literature, this dissertation locates the genesis of the textile-clothing segment of the Alto Vale do Itajaí in a period of crisis and economic stagnation of the whole region. A vigorous growth of the segment was found from the beginning of the 1990s, based on the deployment of a set of micro and small enterprises specializing in the manufacture of cloth and jeans. However, production dynamization and significant expansion of the labor market have been carried out with high social and environmental costs, which have not been adequately addressed by Santa Catarina's public opinion. The collected evidences indicate that in areas of planning and management of territorial dynamics of industrialization prevails, even today, a representation of the economic phenomenon of the urban and regional development.

The textile-clothing activity, from the social and environmental point of view, is reflected in the territory from its main impacts: the effect of laundry and prints with respect to the use of water and soil resources in a disorderly way; the migration of young farmers to urban activities (industry) and their change in habits and lifestyles in family; degrading working conditions; planting of exotic species on farms instead of conventional agriculture.

Furthermore, research has revealed the fragility of synergy relations between companies and institutions (governmental and nongovernmental), a chronic shortage of labor-skilled, low involvement of institutions for research & development and persistence of asymmetry in the relationship of the segment with the industrial park of the Médio Vale do Itajaí. This scenario set out the force of inertia of a productive arrangement that clashes with the needs for a strategic redirection of the planning and management system of Santa Catarina's regional development, given the worsening trend of the global environmental crisis. In other words, what predominates today as a supposedly virtuous system of territorial governance is, in fact, the reproduction of a project of conservative and predatory modernization, with hierarchical and corporative profile, dominated by the big companies lobbying that put in the background the use environmentally prudent and socially inclusive of the natural and cultural heritage of the people of Santa Catarina.

Finally, the experiment of territorial prospective has indicated feasible conditions of an alternative system - integrated and participatory - of planning and management development in the long term. Therefore assesses the existence of institutions and local initiatives that could improve the relationship between economy and environment. It can also be highlighted the local initiatives to encourage sector integration and its coordination with the local problems. Although informal initiatives, they reaffirm the potential viability of an alternative planning and management system of productive activity and its area respectively.

**Keywords:** Local productive arrangements, governancesystems of governance, social and environmental impact of productive activities.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Estrutura conceitual do enfoque do desenvolvimento territorial sustentável.....	8
Figura 2: Esquema do planejamento da pesquisa de campo .....	14
Quadro 1: Trajetória socioeconômica do Alto Vale do Itajaí e da aglomeração industrial têxtil-vestuarista.....	15
Quadro 2: Aspectos considerados na fase de diagnóstico dos padrões de articulação interinstitucional no nível local .....	15
Quadro 3: Padrões de articulação interinstitucional e impactos socioambientais dos sistemas produtivos.....	16
Quadro 4: Desenho teórico e empírico da pesquisa.....	17
Quadro 5: Trajetória de desenvolvimento territorial .....	18
Figura 3: Instituições selecionadas para a pesquisa de campo.....	19
Quadro 6: Instituições públicas e privadas visitadas e seus respectivos entrevistados .....	21
Figura 4: Processo de triangulação dos dados.....	23
Figura 5: Dimensões do desenvolvimento .....	28
Box 1: Capital social.....	34
Quadro 7: Aspectos comuns das abordagens analíticas de aglomerações territoriais em estágios avançados do ciclo de vida .....	38
Quadro 8: Tipos de aglomerações industriais .....	41
Figura 6: O ciclo da vida dos aglomerados industriais .....	42
Box 2: Conceitos de cooperação em APLs .....	44
Quadro 9: Tipos de governança.....	49
Quadro 10: Categorias de governança .....	50
Box 3: Controvérsias sobre o conceito de sustentabilidade .....	53
Figura 7: Duas acepções distintas da avaliação de impacto ambiental.....	54
Quadro 11: Papéis da AIA .....	55
Figura 8: Processo da avaliação de impacto ambiental “territorial”.....	56
Quadro 12: Tipologia de expressões de <i>racionalidade empresarial</i> .....	58
Quadro 13: tipologia de aglomerados industriais .....	61
Box 4: Pluralismo na definição dos conceitos de território e espaço .....	63
Figura 9: A inserção do conceito de território no âmbito da pesquisa de sistemas produtivos locais .....	66
Quadro 14: Esboço do modelo de análise .....	71
Quadro 15: Setores beneficiados pelo BRDE no período de 1963 a 1986 .....	94
Quadro 16: Setores beneficiados pelo BADESC – 1975 a 1990 (em %) .....	95
Quadro 17: Principais operações e linhas de crédito do governo.....	96
Figura 10: Mapa da bacia do Itajaí .....	101

Quadro 18: Participação dos vários setores econômicos na composição do PIB em 2004 ...	105
Quadro 19: Balanço das Importações e exportações catarinenses em 2006 .....	106
Quadro 20: Exportações catarinense em 2006 .....	106
Figura 11: Atividades industriais concentradas nas várias macrorregiões de Santa Catarina	108
Quadro 21: Aglomerações selecionadas em Santa Catarina 2002 .....	115
Figura 12: Mapa da macrorregião do Vale do Itajaí.....	120
Quadro 22: Municípios que compõem a macrorregião do Vale do Itajaí.....	121
Quadro 23: Frentes de colonização.....	122
Figura 13: Fotos da balsa na década de 1920 e 1930.....	124
Quadro 24: Etnias predominantes e fatos marcantes das frentes de colonização do Alto Vale do Itajaí.....	125
Figura 14: Fotos dos Xokleng .....	127
Figura 15: Relações da comunidade com o rio .....	129
Figura 16: Imagens da atividade madeireira desenvolvida no Alto Vale do Itajaí.....	133
Figura 17: Imagens das enchentes ocorridas na década de 1980 .....	135
Quadro 25: Emprego por setor na região, estado e respectivo (%) em relação ao Estado ....	140
Quadro 26: Produto Interno Bruto a preço de mercado corrente - 1998-2004 .....	141
Quadro 27: Relação do PIB e VA do Vale do Itajaí.....	142
Quadro 28: Usos do solo no Vale do Itajaí .....	144
Figura 18: Uso do solo e enchentes na bacia do Rio Itajaí .....	145
Figura 19: Atividades econômicas com impacto negativo sobre o meio ambiente.....	147
Figura 20: Fotos da situação da margem do rio .....	148
Quadro 29: Área de drenagem da Bacia do Itajaí.....	149
Quadro 30: Sub-bacias em termos de abrangência das áreas municipais do Alto Vale .....	151
Quadro 31: Características das águas subterrâneas .....	152
Quadro 32: Consumo de energia por setor do Vale do Itajaí - em kWh.....	153
Quadro 33: Pessoas residentes por área e densidade demográfica.....	156
Figura 21: Fases do processo de formação socioeconômica do Alto Vale do Itajaí .....	164
Quadro 34: Impacto das atividades econômicas na região do Alto Vale do Itajaí.....	165
Quadro 35: Fatores tradicionais e dinâmicos de competitividade da indústria têxtil-vestuarista .....	168
Quadro 36: Faturamento, exportações, importações de máquinas e equipamentos, investimentos, número de empregados e volume de produção do Estado de Santa Catarina em relação ao Vale de Itajaí.....	171
Quadro 37: Situação do setor de confecções no Vale do Itajaí (Por divisão CNAE/95).....	174
Quadro 38: Número de empregados e empresas - Subsetor do IBGE, 1985 e 1990.....	180

Quadro 39: Número de emprego e empresas Divisão CNAE/95 – 1995 a 2006 .....	180
Quadro 40: Divisão do trabalho na aglomeração industrial vestuarista do Alto Vale do Itajaí – número de estabelecimentos.....	183
Quadro 41: Piso salarial da categoria.....	188
Figura 22: Cadeia produtiva têxtil-confecções.....	192
Figura 23: Cadeia produtiva do segmento de confecções.....	193
Figura 24: Etapas do processo produtivo da fase de confecção .....	194
Figura 25: Fotos do sistema AUDACES .....	195
Figura 26: Foto corte manual .....	197
Quadro 42: Comparativo entre o sistema ETON e o sistema tradicional .....	198
Figura 27: Fotos do sistema ETON .....	199
Figura 28: Fotos da realidade nas facções de fundo de quintal do Alto Vale do Itajaí .....	200
Figura 29: Fotos da realidade das microempresas do Alto Vale do Itajaí .....	201
Figura 30: Fotos da realidade das pequenas e médias empresas da região.....	202
Quadro 43: Cursos ligados ao segmento do vestuário do Alto Vale do Itajaí .....	206
Figura 31: Fotos centro comercial Fabricenter 470.....	217
Figura 32: Fotos centro comercial Pólo Têxtil.....	218
Figura 33: Redes de subcontratação inter-regionais.....	219
Quadro 44: Instituições sindicais e associações empresariais locais.....	221
Quadro 45: Instituições de crédito regionais e estaduais .....	224
Figura 34: Fotos das rodadas de negócios realizadas por iniciativa do Sinfiatec .....	230
Figura 35: Fotos dos encontros informais e assembléias promovidas pelo Sinfiatec.....	231
Figura 36: Fotos da participação de feiras em conjunto – empresas do Alto Vale do Itajaí..	233
Quadro 46: Bloqueios à cooperação .....	240
Quadro 47: Síntese da análise das formas de cooperação estabelecidas entre empresas da aglomeração industrial têxtil-vestuarista do Alto Vale do Itajaí.....	242
Figura 37: A rede de subcontratação das empresas e o modo de coordenação e auto-organização do setor .....	243
Figura 38: Interações existentes dentro do arranjo.....	247
Figura 39: Interações existentes entre as instituições locais e as empresas do aglomerado ..	249
Quadro 48: Produção, consumo de água e forma de captação de lavanderias de Rio do Sul	252
Figura 40: Fotos das estações de tratamento de efluentes.....	254
Figura 41: Fotos dos dejetos sólidos de lavanderia do Alto Vale .....	255
Quadro 49: Ações diante da questão socioambiental por parte dos empresários locais.....	262
Figura 42: Instalações de uma facção sediada em propriedade agrícola .....	265
Figura 43: Propriedade que se integrou ao programa Acolhida na Colônia .....	268



Figura 44: Fotos do cultivo de exóticas em propriedades agrícolas .....	270
Quadro 50: Características da aglomeração industrial têxtil-vestuarista do Alto Vale do Itajaí .....	272
Quadro 51: Síntese dos impactos sociais e ambientais da aglomeração industrial do vestuário do Alto Vale do Itajaí.....	273
Figura 45: Principais linhas de força (internas e externas) da aglomeração industrial têxtil-vestuarista.....	277
Quadro 52: Dimensões, características e benefícios dos SPLs .....	279
Figura 46: Cenários possíveis de evolução do aglomerado têxtil-vestuarista.....	281
Quadro 53: Cenários possíveis de evolução do aglomerado têxtil-vestuarista .....	282

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: População e amostra de estabelecimentos dos municípios com maior participação do setor de confecções no emprego formal do Alto Vale do Itajaí .....	22
Tabela 2: Investimento do PRODEC junto às empresas catarinenses.....	91
Tabela 3: Contratos atendidos nos últimos anos pelo BRDE em Santa Catarina .....	94
Tabela 4: Distribuição das aplicações por porte de empresa .....	95
Tabela 5: Número de Instâncias Administrativas diretamente relacionadas com a temática ambiental dos (sem excludência).....	102
Tabela 6: Comparativo do Brasil, Região Sul, Santa Catarina e Alto Vale em 2000 .....	154
Tabela 7: Evolução da população de 1991 a 2000 .....	155
Tabela 8: Municípios com maior concentração rural no Alto Vale do Itajaí.....	157
Tabela 9: Número de municípios urbanos, ambivalentes e rurais e respectiva população por Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) .....	158
Tabela 10: IDH-M - Subíndice de Renda per Capita - 1991 e 2000 .....	160
Tabela 11: Índice de Desenvolvimento Humano 1991 e 2000 .....	161
Tabela 12: Porte das empresas catarinenses.....	170
Tabela 13: Municípios abrangidos pela aglomeração industrial têxtil-vestuarista do Alto Vale .....	176
Tabela 14: Ano de fundação das empresas pesquisadas .....	182
Tabela 15: Destino das Vendas em %.....	215
Tabela 16: Principais Parceiros de Atividades .....	236
Tabela 17: Avaliação da Contribuição de Sindicatos, Associações, Cooperativas Locais....	244
Tabela 18: Indicadores Ecológicos .....	260

## LISTA DE SIGLAS

ACADEMA – Associação Catarinense de Assistência e Defesa do Meio-Ambiente

ACECOMVI - Associação dos Centros Comerciais Atacadistas de Santa Catarina

ACI - Associação Comercial e Industrial

ACIB - Associação Comercial e Industrial de Blumenau

ACIRS – Associação comercial e industrial de Rio do Sul

AIA – Avaliação de Impacto Ambiental

AMAVI - Associações de Municípios do Alto Vale do Itajaí

AMMVI - Associações de Municípios do Médio Vale do Itajaí

AMFRI - Associações de Municípios da Foz do Rio Itajaí

APLs – Arranjos Produtivos Locais

APREMAVI – Associação de Preservação do Meio Ambiente do Alto Vale do Itajaí

AIS – Avaliação de Impacto Social

AUDACES – Software de Modelagem Industrial

AVC - Agência de Viagens de Compra

BESC - Banco do Estado de Santa Catarina

BRDE - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul

CAD – Desing Assistido por Computador

CAM – Manufatura Assistida por Computador

CBH- Itajaí Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí

CEBRAE - Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa

CDL – Câmara de Dirigentes Logistas

CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina

CEMEAR - Centro de Motivação Ecológica e Alternativas Rurais

CETMA - Conselho Estadual de Tecnologia e Meio Ambiente

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

CODESUL - Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul

CONAMA – Conselho Nacional do Meio ambiente

CUT - Central Única dos Trabalhadores

CRAVIL – Cooperativa Regional Agropecuária do Alto Vale do Itajaí

DBO – Demanda Bioquímica de Oxigênio

DNOS - Departamento Nacional de Obras e Saneamento

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

DTS – Desenvolvimento Territorial Sustentável

EGLV - Agência Alemã das Bacias do Rio Lippe e do Rio Emscher

FACISC – Federação das Associações Comerciais e Industriais de Santa Catarina

FATMA - Fundação de Amparo à Tecnologia e ao Meio Ambiente

FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

EPI's – Equipamentos de Proteção Individual

ETON – Sistema de Organização da Produção Industrial

FMI – Fundo Monetário Internacional

FIESC – Federação da Indústria e Comércio de Santa Catarina

FIPEME – Fundo de Financiamento a PME

FUNDESC – Fundação de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina

GAPLAN – Gabinete de Planejamento do Estado de SC

GREMI - Grupo de Pesquisa Europeu sobre os Ambientes Inovadores – Associação Philippe Aydalot

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto sobre Comercialização de Mercadorias e Serviços

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IEL/SC - Euvaldo Lodi

ITR – Imposto Territorial Rural

IPTU – Imposto Territorial Urbano

LER - Lesão por Esforço Repetitivo

MDL – Mecanismos de Desenvolvimento Limpo

NEP - Núcleos de Ensino Profissionalizante

NEPA - National Environmental Policy Act

ONG – Organizações Não Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

P&D – Pesquisa e Desenvolvimento

PIB - Produto Interno Bruto

PLAMEG - Plano de Metas do Governo

PCD - Projeto Catarinense de Desenvolvimento

PG - Plano de Governo

PAEG - Plano de Ação Econômica do Governo

PNMA - Política Nacional do Meio Ambiente

PIS – Programa de Integração Social

POE – Plano de Obras e Equipamento

PROCAPE – Programa Especial de Apoio à Capitalização de Empresas

PRODEC - Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense

QL - Coeficiente Locacional

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

RedeSist - Rede de Pesquisa em Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais

SDR - Secretaria de Desenvolvimento Regional

SPLs – Sistemas Produtivos Locais

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas

SEMA - Secretaria Especial do Meio Ambiente

SETMA - Secretaria de Tecnologia e Meio Ambiente

SIPEME - Sistema de Informações Gerenciais para Pequenas e Médias Empresas

SUDHEVEA - Superintendência da Borracha

SUDEPE - Superintendência da Pesca

SDS - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SINFIATEC – Sindicato das Indústrias da Fiação, Tecelagem, Confeções e do Vestuário  
do Alto Vale do Itajaí

SITTEV – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação, Tecelagem e do  
Vestuário de Rio do Sul e região do Alto Vale do Itajaí

UNIASSELVI – Universidade Associação Educacional Leonardo da Vinci

UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina

UFPb – Universidade Federal da Paraíba

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNIDAVI – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

VA - Valor Adicionado

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	1
CAPÍTULO I - TERRITÓRIO, ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS E MEIO AMBIENTE .....	26
1.1 Sistemas produtivos locais: contribuições das diversas abordagens analíticas .....	29
1.1.1 Distritos industriais, <i>millieux inovateurs</i> e <i>clusters</i> .....	31
1.1.2 Os arranjos produtivos locais: uma discussão teórica “tropicalizada” .....	39
1.2 Modos de regulação e governança no contexto dos APLs .....	45
1.3 Perspectiva de integração da problemática socioambiental no discurso sobre aglomerações industriais .....	52
1.4 Recomposição de territórios: fechando as “amarras” dos aportes conceituais.....	62
1.5 Síntese do capítulo .....	68
CAPÍTULO II - CONTEXTUALIZANDO A FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA .....	72
2.1 Esboço da formação socioeconômica catarinense .....	73
2.2 Fatores endógenos e exógenos – socioeconômicos, sociopolíticos e socioambientais - do processo de industrialização catarinense.....	85
2.3 Diagnóstico cursivo das aglomerações industriais existentes em Santa Catarina .....	105
2.4 Síntese do capítulo .....	116
CAPÍTULO III - DIAGNÓSTICO CURSIVO DA MICRORREGIÃO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ .....	119
3.1 O Alto Vale do Itajaí no contexto do Vale do Itajaí .....	120
3.2. Visão cursiva do processo de colonização e povoamento do Alto Vale do Itajaí .....	122
3.3. Peculiaridades do processo de industrialização .....	128
3.4 Aspectos socioambientais e socioeconômicos do Alto Vale do Itajaí .....	143
3.5 Síntese do capítulo .....	162
CAPÍTULO IV - A INSERÇÃO DA AGLOMERAÇÃO INDUSTRIAL TÊXTIL-VESTUARISTA NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL .....	167
4.1 Características do segmento têxtil-vestuarista: reestruturação produtiva e mercado na aurora do século XX .....	168
4.1.1 A especificidade do segmento têxtil-vestuarista no Vale do Itajaí .....	170
4.2 O contexto do Alto Vale do Itajaí .....	174
4.2.1 Estrutura produtiva e características da divisão do trabalho .....	179
4.3 Inovações técnicas e processos de aprendizagem.....	192
4.3.1 Infra-estrutura educacional e de capacitação da mão-de-obra local .....	205
4.4 Síntese do capítulo .....	211
CAPÍTULO V - ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA, GOVERNANÇA TERRITORIAL E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DO SEGMENTO TÊXTIL-VESTUARISTA .....	214

5.1 Mercado e reciprocidade: os padrões de articulação institucionais e os modos de governança inseridos no contexto territorial do segmento têxtil-vestuarista .....	214
5.1.1 A inserção mercadológica da atividade têxtil-vestuarista .....	215
5.1.2 A estrutura institucional local: sindicatos, associações de classe, instituições de crédito e de formação .....	221
5.1.3 Cooperação e confiança na aglomeração industrial .....	227
5.1.4 Coordenação entre empresas num cenário de governança territorial.....	241
5.2 Impasses na internalização da variável socioambiental .....	250
5.2.1 Impactos sobre o meio ambiente biofísico .....	251
5.2.2 Impactos sociais .....	263
5.3 Síntese do capítulo .....	271
CONCLUSÕES - AVANÇOS E LIMITES À CONSTRUÇÃO DE <i>TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS</i> NA REGIÃO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ.....	275
REFERÊNCIAS .....	285
ANEXOS.....	297
APÊNDICES .....	309



## INTRODUÇÃO

### Antecedentes da pesquisa

A motivação para estudar este assunto acompanha toda a minha formação acadêmica. Durante o segundo grau (1991 a 1993), tomei contato com as discussões sobre os blocos econômicos mundiais. Esse tema controverso ganhou ressonância no início da década de 1990, especialmente em decorrência das transformações da Comunidade Econômica Européia e da formação do MERCOSUL. Também nesse período, tomei conhecimento dos debates travados por ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992. Sem dispor de uma orientação precisa e com idéias pouco definidas sobre a continuidade dos meus estudos, optei pela área de economia. Em 1994, ingressei na Faculdade de Ciências Econômicas da UFSC.

Nos primeiros anos de faculdade, obtive uma bolsa de iniciação científica do CNPq. Passei a estudar a economia catarinense, integrando-me a um grupo de trabalho que realizava um trabalho sobre a capacitação tecnológica de pequenas e médias empresas neste Estado. Nos três anos que se seguiram, ainda como bolsista, concentrei-me no diagnóstico do setor de calçados, assumindo as abordagens analíticas schumpeterianas e neo-schumpeterianas. Descubri como as empresas vinculadas a este setor atuavam, em meio às transformações geradas pelo Plano Real, implantado em 1994. Constatei nesse estudo uma série de limitações na dinâmica empresarial, sobretudo o baixo nível de escolaridade e de capacitação técnica das empresas, além da falta de articulação e sinergia entre as empresas e instituições de apoio.

Em 2000, ingressei no curso de mestrado e passei a investigar o segmento têxtil-confecção, mas agora com a preocupação de avaliar os impactos das inovações tecnológicas sobre as condições e relações de trabalho. Assim, incorporei com maior rigor os aspectos sociais aos meus estudos. No entanto, quando finalizava a dissertação e, em contato com as empresas do segmento têxtil, verifiquei o quanto essa atividade era degradante do ponto de vista socioambiental. Foi quando atentei para o fato de que era preciso incluir mais uma variável nos projetos futuros de pesquisa: a ecológica. Essa preocupação motivou-me a frequentar a disciplina *desenvolvimento e meio ambiente*, que integra o rol das disciplinas optativas do curso de mestrado. Esta experiência fortaleceu minha decisão de incluir a dimensão socioambiental nas minhas pesquisas.

Minhas inquietações levaram-me, por diferentes caminhos, a uma revisão ordenada da literatura sobre *desenvolvimento territorial sustentável*, no âmbito do Programa de Doutorado

em Sociologia Política. Ao cursar as disciplinas formativas, reencontrei o tema do processo de industrialização catarinenses em meio às discussões sobre os desafios à criação de um estilo de desenvolvimento alternativo no Estado. Cheguei a este tema quando me envolvi em estudos com o grupo de pesquisa formado mediante uma parceria entre a UFSC, a UFPb e a Universidade de Tours, na França. Esse grupo tinha como objetivo principal identificar potencialidades e obstáculos à criação, à consolidação institucional e à dinamização de dinâmicas territoriais sustentáveis nos dois estados.

Compartilhando essa problemática, procurei integrar o conhecimento adquirido no decorrer da minha trajetória acadêmica à agenda dessa pesquisa. Emergiu assim como alternativa o estudo da dinâmica socioeconômica do Alto Vale do Itajaí, parte de uma região tipicamente industrial, a macrorregião do Vale do Itajaí, macrorregião esta de indiscutível relevância para a sociedade catarinense. No decorrer dos estudos exploratórios, contudo, observou-se que esta microrregião tem sido pouco estudada por pesquisadores preocupados com os impactos socioambientais do desenvolvimento catarinense. Mais recentemente, as pesquisas nesta área têm se concentrado na compreensão da dinâmica socioeconômica do Médio Vale, polarizada pelo município de Blumenau.

Durante a fase inicial voltada para a qualificação do projeto, passei a integrar o subgrupo de pesquisa sobre DTS na microrregião do Alto Vale do Itajaí, concentrado na elucidação de dois aspectos centrais do desenvolvimento local. O primeiro diz respeito ao **“Ecoturismo como vetor de desenvolvimento territorial sustentável: um estudo de caso no Alto Vale do Itajaí”** (INÁCIO, 2007). A hipótese central deste eixo de investigação postulava que o padrão de ecoturismo que vem sendo ali desenvolvido configura-se como uma atividade apenas travestida de “ecológica” e que reforça um processo de modernização conservadora, pouco contribuindo para a constituição de territórios sustentáveis. Apesar das lacunas apontadas, o trabalho destacou que o Alto Vale do Itajaí apresenta um significativo potencial latente para a implementação de um projeto de DTS tendo o ecoturismo como vetor, especialmente pela implantação de projetos de turismo rural em várias áreas da região, e por suas conexões com outros setores da economia.

O segundo eixo de pesquisa tratava do **“papel das associações de municípios na dinâmica de planejamento regional e urbano em Santa Catarina: um estudo de caso sobre a trajetória da associação dos municípios do Alto Vale do Itajaí”** (BUTZKE, 2007). Aqui, a preocupação central era a análise da atuação da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí na dinâmica do planejamento regional e urbano em Santa Catarina. A análise dos dados revelou que a atuação da AMAVI está atrelada à dinâmica centralizadora, tecnocrática e

clientelística dos sistemas de planejamento federal e estadual. Todavia, a partir de 2000 começaram a surgir indícios de uma nova fase, mais preocupada com a internalização da dimensão socioambiental e com a criação de sinergias entre os vários atores locais. A autora identificou, portanto, indícios de que um sistema de planejamento e gestão de dinâmicas de DTS poderia emergir na região nos próximos tempos.

Uma das pistas diz respeito ao diagnóstico da atividade vestuarista no bojo do atual estilo de desenvolvimento do Vale do Itajaí. Os primeiros contatos com o tema e com a região reforçaram a necessidade de uma reflexão mais embasada empiricamente sobre os impactos socioambientais desse setor industrial. A proposta era, portanto, de apreender os limites das atividades em curso e os espaços de manobra para a criação de estratégias consideradas mais consistentes do ponto de vista socioambiental.

### **Problemática da pesquisa**

Em meio às crises econômicas e às discussões sobre os limites do crescimento material que eclodiram durante as décadas de 1960 e 1970, surgiram experiências de desenvolvimento marcadas pela formação de sistemas produtivos baseados em Pequenas e Médias Empresas – PME's, ancoradas em cidades menores e preocupadas em aproveitar melhor a dotação de recursos naturais e culturais (COURLET e SOULAGE, 1994; PECQUEUR, 2004). Nesse novo tipo de organização industrial, denominado *distrito industrial*, a noção de **território** ocupava uma posição chave ao acenar com a crítica da hegemonia – nesse período - das grandes organizações típicas do modo de produção fordista. Dessa forma, o conceito de território acabou exercendo um papel integrativo no que se refere ao padrão de justaposição dos diferentes aspectos da produção e do consumo de bens e serviços industriais (BECATTINI, 1999; BAGNASCO, 1999; COURLET e SOULAGE, 1994; COURLET, 2001).

Evidenciou-se, assim, a necessidade de uma linha de pesquisa sobre a viabilidade de estratégias mais endógenas e integradas de desenvolvimento local. Os estudos subseqüentes, realizados em escala internacional e difundidos por meio de várias denominações,<sup>1</sup> foram inspirados nos trabalhos de Alfred Marshall (1982). A maior parte deles comprovava os efeitos positivos dessas aglomerações produtivas inovadoras nas dinâmicas de desenvolvimento socioeconômico contemporâneas (COURLET e SOULAGE, 1994;

---

<sup>1</sup> Distritos industriais, clusters, sistemas produtivos locais, ambiente inovador, etc.

PECQUEUR, 2004; MARSHALL, 1982). Foi aberto também um espaço controvertido de reflexão sobre alternativas à globalização assimétrica. Todavia, nessas discussões vêm sendo enfatizadas as dimensões socioeconômica e sociocultural do desenvolvimento, em detrimento da variável socioambiental (KAPP, 1972).

Numa avaliação lúcida do caso brasileiro, dadas a sua dimensão continental, a sua heterogeneidade espacial e econômica, e a existência de profundas desigualdades regionais, torna-se mais evidente a necessidade de pesquisas sobre opções de desenvolvimento local sensíveis às inovações introduzidas pelo enfoque territorial. Desta perspectiva, a autonomia local é pensada de forma sistêmica (GALTUNG, 1977). A mesma impressão pode ser referenciada à realidade atual do estado de Santa Catarina. Aqui, a vantagem reside numa trajetória de desenvolvimento baseada na descentralização produtiva e numa forte articulação da economia com a cultura. Vários pesquisadores já atentaram para as características que colocam o estado de Santa Catarina numa posição de destaque no cenário brasileiro (RAUD, 1999; VEIGA, 2006).

Vale a pena ressaltar ainda o fato de as indústrias catarinenses não estarem concentradas na capital, mas, ao contrário, distribuídas em seis eixos setorialmente especializados, organizados no entorno de cidades de médio porte (RAUD, 1999). Os estudos de Kohlhepp (1968), Mamigonian (1965), Singer (1968), e Hering (1987), dentre outros parecem também concordar com essa posição. Eles enfatizam as características históricas do Estado no que tange à forma de ocupação e povoamento, bem como ao processo de industrialização pautado no “empreendedorismo”.<sup>2</sup> Trata-se de uma visão que, durante muitos anos, contribuiu para se pensar o eixo norteador do chamado *modelo catarinense de desenvolvimento*.

Importa destacar também a relevância do complexo industrial têxtil-vestuarista no processo de formação socioeconômica do Estado. Ele faz parte de um segmento tradicional e vem, nas últimas décadas, sofrendo inúmeras transformações em função da abertura econômica e das pressões do mercado mundial. Como salienta Lins (2005), mesmo que modelado ao longo de diversas décadas como uma aglomeração produtiva, ele tem sido afetado pelas mudanças introduzidas no marco regulatório brasileiro. Essas transformações fizeram parte do cenário brasileiro no século XX, especialmente, com a abertura dos mercados e o avanço dos produtos asiáticos, a partir da década de 1990. Nessa época, a

---

<sup>2</sup> Ver Veiga (2006) e Hering (1987) tese shumpeteriana (modelo catarinense de desenvolvimento).

adoção do Plano Real e da política de câmbio correspondente condicionaram a reestruturação produtiva do setor (LINS, 2005).

A partir desse contexto de profundas mudanças, uma nova configuração da atividade se estabelece em Santa Catarina, principalmente, com a crise verificada em Blumenau e a ascensão desta atividade em outras regiões do Estado.<sup>3</sup> Por meio e influência desse segmento, o conjunto da região passa por mudanças que culminaram na interiorização do setor, no bojo das mudanças ocorridas no Médio Vale em direção ao Baixo e Alto Vale do Itajaí. Porém, esse segmento continua a se expandir, apesar da crise dos anos 1990. Aproximadamente 6.500 empresas de diferentes portes empregam cerca de 124 mil trabalhadores em todo o Estado de Santa Catarina (SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2007).

Embora esse processo de interiorização tenha tido maiores reflexos na década de 1990, a partir de 1980 essa indústria passou a dispor de representatividade no cenário socioeconômico do Alto Vale do Itajaí. Esse fenômeno foi condicionado por uma série de problemas locais que incluem desde a crise do setor extrativista (madeireiro), típica da microrregião, até o problema das enchentes, recorrente durante esta década.

Face às dificuldades verificadas nesse período, acarretando o êxodo rural e o agravamento da crise assim gerada, o município de Rio do Sul, considerado o maior município do Alto Vale e a primeira cidade consolidada dentro do processo migratório, encomendou um estudo sobre as potencialidades regionais tendo em vista o planejamento de um novo ciclo de desenvolvimento local (TRICHES et. al, 2006). A partir dessa pesquisa no contexto da mobilização das instituições públicas locais e da comunidade,<sup>4</sup> o segmento têxtil-vestuarista emergiu no Alto Vale do Itajaí, sob a influência da região de Blumenau (Médio Vale do Itajaí). O intercâmbio de conhecimentos e *know how* para a formação da mão-de-obra local, aliado à ocorrência da subcontratação, favoreceram sua consolidação.

As redes de subcontratação e as interconexões estabelecidas com o Médio Vale do Itajaí contribuíram para que o segmento se desenvolvesse na microrregião do Alto Vale. A partir de então, segundo representante do SINFIATEC, observa-se, entre 1995 e 1996, um

---

<sup>3</sup> Esse fato chamou a atenção de estudiosos no final dos anos de 1990. Os trabalhos de Raud (1999), ao comparar o modelo italiano dos distritos industriais à aglomeração industrial de Blumenau (têxtil-confecções); Lins (2000b), ao avaliar o processo de reestruturação produtiva das empresas e a organização do setor no Estado; entre outros estudos e monografias no qual revisitaram a discussão que já se colocava nas décadas de 1960 com os trabalhos de Singer (1968), Mamigonian (1965) e anos depois com Hering (1987) e Cunha (1992), demonstraram essa nova preocupação relativa à atividade.

<sup>4</sup> Já que a ascensão do segmento de confecção deveu-se à iniciativa das mulheres da região; enquanto os homens (maridos) estavam desempregados, em função da crise da atividade madeireira, as mulheres passaram a trabalhar como costureiras para manterem suas casas.

aquecimento do setor em virtude das exportações, proporcionando o surgimento de novas empresas. A partir de 2000, constatou-se um decréscimo devido aos problemas cambiais que propiciaram a queda das exportações e de muitas empresas. Entretanto, apesar das dificuldades, a atividade tem demonstrado significativa importância para o crescimento econômico da região, chegando em 2005 a ser responsável pela criação de 6.805 postos de trabalho, distribuídos nas 469 empresas, sendo elas: 288 microempresas, 176 pequenas empresas, cinco médias. No entanto, chamam atenção a inexistência de grandes empresas (RAIS, 2006)<sup>5</sup> e o surgimento de MPEs (micros e pequenas empresas), especializadas em artigos de algodão (malha) e jeans.

Com efeito, quando comparadas às estatísticas das demais atividades econômicas do Alto Vale, verifica-se a relevância socioeconômica do segmento vestuarista, principalmente no que se refere à geração de emprego e ao número de empresas que surgem do “dia para a noite”, revelando a intensidade do nível de empreendedorismo ali existente. Tais informações são importantes, levando em conta (i) que a aglomeração industrial vestuarista é relativamente recente no Alto Vale do Itajaí e (ii) que ela emerge num período em que o mercado mundial é assoberbado pela entrada de produtos asiáticos (RAIS, 2006).<sup>6</sup>

Não obstante, nessa microrregião a dinâmica de desenvolvimento e os avanços alcançados no campo socioeconômico não vêm sendo acompanhados por avanços nos campos social, cultural, político e ambiental. O Alto Vale do Itajaí apresentou em 2000, em relação a sua macrorregião, os menores índices de alfabetização, IDHM e renda per capita, sendo 0,795; 0,87 e 0,693, respectivamente. Comparado com as outras duas microrregiões do Vale do Itajaí o Médio Vale, que apresenta índices de 0,82; 0,903 e 0,737 e o Baixo Vale, com 0,809; 0,883 e 0,747 respectivamente o Alto Vale está abaixo da média da sua macrorregião.

Quanto à questão socioambiental, da mesma forma, consta em alguns estudos realizados na década de 1990 pela FATMA, que a cadeia têxtil-vestuarista vinha poluindo as águas dos rios da Bacia do Rio Itajaí-Açú e também da Bacia do Rio Itapocu com sobras de corantes advindos das tinturarias (FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE, 1993). Além da degradação da fauna e flora aquática, algumas pesquisas levaram à constatação de que o segmento vem mantendo precárias condições de trabalho, principalmente nas fações

---

<sup>5</sup> Tomou-se como base o número de funcionários, conforme define o SEBRAE: microempresa até 10 funcionários; empresa de pequeno porte de 10 a 100 funcionários; empresa de médio porte de 100 a 499 funcionários; empresa de grande porte acima de 499 funcionários.

<sup>6</sup> Portanto, na tentativa de relacionar os conceitos da problemática frente à realidade do Alto Vale do Itajaí, baseamo-nos nos pressupostos destacados por Courlet (2001), em que os aspectos a serem observados para se diagnosticar uma zona de MPEs, geralmente especializadas em uma atividade ou várias, são, primeiramente, o conjunto de informações estatísticas, em especial do volume de emprego e do número de MPEs.

(atividades tipicamente subcontratadas pelas empresas desse segmento) (GUIMARÃES; KOROSUE; OLIVEIRA, 2001; RIBAS, 1999; LINS, 2000a; LINS, 2000b). Além disso, um nível elevado de verticalização foi apontado por Lins (2000b). Esses elementos apontam para o que Vieira e Cunha (2002) destacam como sendo a crise do *modelo de desenvolvimento catarinense*.

Levando-se em conta esses desafios e reconhecendo o dinamismo socioeconômico desse setor, a questão norteadora do trabalho de pesquisa que deu origem a esta tese pode ser assim formulada: *Na trajetória de evolução da aglomeração industrial têxtil-vestuarista do Alto Vale do Itajaí, quais têm sido os obstáculos mais significativos à incorporação da dimensão socioambiental nas práticas produtivas?* O pressuposto aqui defendido é de que a dimensão socioeconômica ainda prevalece (i) sobre a sociopolítica e socioambiental, em função da inexistência de arranjos institucionais pertinentes e, também, (ii) sobre os modos de governança sensíveis aos impactos socioambientais das ações produtivas sobre o território. A partir da questão central e norteadora deste trabalho de pesquisa, os principais aportes teóricos e conceitos que balizaram esta tese estão condensados a seguir.

### **Enfoque analítico**

A partir das noções de distrito industrial e sistema produtivo local, o enfoque analítico adotado integrou à discussão sobre estilos alternativos de desenvolvimento os resultados de pesquisas recentes sobre governança territorial, impactos sociais e ambientais dos sistemas produtivos e desenvolvimento territorial (SACHS, 1986; 1993 e 2007; JOLLIVET e PAVÉ, 2002; HOLLING; BERKES e FOLKE, 1998; DANSEREAU, 1999; ANDION, 2007).

O conceito de desenvolvimento territorial sustentável foi introduzido para designar um enfoque de planejamento e gestão centrado na elaboração de estratégias que integram os aspectos socioeconômicos, sociopolíticos e socioambientais do processo modernizador. Dentre os principais conceitos estruturantes da matriz teórico-metodológica deste estudo, foram incluídos os seguintes:

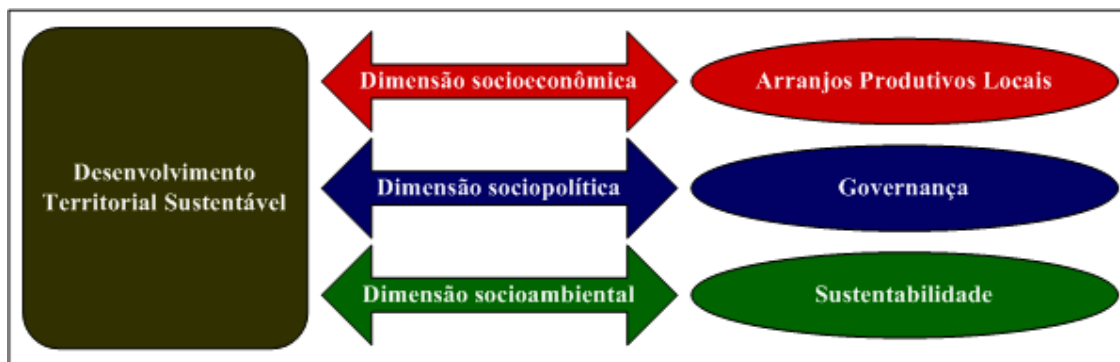


Figura 1: Estrutura conceitual do enfoque do desenvolvimento territorial sustentável

**Fonte:** Elaborado pela autora

Como indica a Figura 1, a perspectiva do desenvolvimento territorial sustentável mobiliza os conceitos-chave de *arranjos ou sistemas produtivos locais*, *governança* e *sustentabilidade*. No que diz respeito ao conceito de arranjo produtivo local, foram identificadas três linhas de aprofundamento: **distritos industriais** (sistemas produtivos locais) (BECATTINI, 1989; BECATTINI, 1999; PIORE e SABEL, 1984; BAGNASCO, 1999; BENKO, 2001; COURLET e SOULAGE, 1994; COURLET, 2001), *milleu innovateur* (MAILLAT, 1995), e *clusters* (MARSHALL, 1982; COCCO; GALVÃO e SILVA, 1999; AMARAL FILHO, 2007; PORTER, 1999; SCHMITZ, 1997a; SCHMITZ, 1997b). A corrente centrada no conceito de *distrito industrial* ressalta a emergência de um tecido social propício à cooperação e articulado à identidade sociocultural dos atores; já a de *milleu innovateur* tende a enfatizar os processos de inovação técnica e aprendizagem que se estabelecem em virtude da proximidade entre as firmas; e por fim, a corrente centrada no conceito de *cluster* integra as duas primeiras, enfatizando o fenômeno da competitividade das indústrias.

Essa elaboração conceitual remonta à discussão que teve início na década de 1970, em torno de um padrão de organização industrial estudado por Marshall na Inglaterra, contribuindo assim para a maturação do conceito de desenvolvimento territorial. É preciso destacar que, no Brasil, as dinâmicas das aglomerações industriais são muitas vezes denominadas “arranjos produtivos locais” (LEMOS, 2003; LASTRES e CASSIOLATO, 2003; SANTOS; DINIZ e BARBOSA, 2004; SANTOS; CROCCO e LEMOS, 2005). A mobilização do conceito de APL surge da contribuição das três abordagens destacadas anteriormente. Contudo, esse tipo de organização industrial é definido visando adaptá-lo à realidade brasileira, tomando-se por base a contribuição de pesquisadores brasileiros vinculados à RedeSist, bem como de pesquisadores franceses que operam com o conceito de sistema produtivo local (COURLET e SOULAGE, 1994; COURLET, 2001).



Dessa perspectiva, um arranjo é definido como uma aglomeração produtiva territorial em estágio intermediário de evolução; e um SPL como o último estágio do ciclo de vida de um APL: ou seja, de um sistema produtivo local que pode ser definido como uma configuração de empresas (geralmente MPEs) reagrupadas em um espaço de proximidade em torno de uma atividade na qual as empresas conservam as relações entre elas e o meio sociocultural onde estão inseridas. Tal sinergia produz externalidades positivas para o conjunto de empresas que a compõem, e também para o conjunto do território correspondente (COURLET e SOULAGE, 1994; COURLET, 2001). A cooperação é a base desse intercâmbio entre as empresas e significa trabalho em comum, envolvendo relações de confiança mútua e coordenação, em níveis diferenciados (COURLET e SOULAGE, 1994; COURLET, 2001; LÉVESQUE, 2001; LEMOS, 2003; LASTRES e CASSIOLATO, 2003; REDESIST, 2007).

O segundo eixo de aprofundamento analítico é baseado no conceito de **sistema de governança**. Nós o definimos com base em Hollingsworth *apud* Bourque (2000, p. 10), como “[...] la totalité des arrangements institutionnels [...] qui régulent les transactions à l’intérieur et à travers les frontières d’un système économique”.<sup>7</sup> Bourque (2000) e Levésque (2001), destacam cinco modos de governança: i) governança mercantil; ii) governança hierárquica; iii) governança estatal; iv) governança comunitária; v) governança em parceria (associativa). Trata-se de tipos ideais que sistematizam os grandes princípios da organização, mencionada na literatura e que serão aprofundados no capítulo 1. Na realidade, esses modos de governança se combinam, de modo a contribuir com o sistema econômico pensado, de maneira integral e plural. Para RedeSist (2007), são consideradas apenas duas formas principais de governança em arranjos produtivos locais e que são comumente levadas em consideração nos estudos desse tipo de dinâmica: i) as hierárquicas corporativas<sup>8</sup> e ii) a governança na forma de redes<sup>9</sup>. Entretanto, nas análises incorporadas a esta tese consideram-se os modos de governança definidos por Bourque (2000) e Levésque (2001), cuja tipologia recobre um número maior de variáveis e favorece as recombinações criativas.

Todas essas perspectivas de análise são coerentes e devem ser levadas em conta. Com base nos estudos de caso já realizados, foram identificados espaços propícios a dinâmicas

---

<sup>7</sup> Tradução: “[...] como a totalidade dos arranjos institucionais que regulam as transações no interior e através das fronteiras de um sistema econômico”.

<sup>8</sup> São aquelas em que a autoridade é claramente internalizada dentro de grandes empresas, com real ou potencial capacidade de coordenar as relações econômicas e tecnológicas no âmbito local.

<sup>9</sup> Caracteriza-se pela existência de aglomerações de micro, pequenas e médias empresas, sem grandes empresas instaladas exercendo o papel de coordenação das atividades econômicas e tecnológicas.

produtivas de escopo territorial. Apesar disso, existem lacunas nessas abordagens que estão sendo avaliadas, sobretudo no que tange às dificuldades de internalização da problemática socioambiental (VIEIRA, 2005; VIEIRA e WEBER, 2000; VIEIRA e CAZELLA, 2004).

O terceiro eixo de análise concentra-se na avaliação de quais são os avanços e obstáculos à internalização dos custos socioambientais da atividade de produção têxtil-vestuarista. O conceito de avaliação de impactos socioambientais denota o conjunto de procedimentos que permite uma compreensão sistêmica das conseqüências prováveis sobre o meio ambiente biofísico e construído das atividades que levam ao crescimento socioeconômico. Segundo Sánchez (1989), a avaliação de impactos ambientais é uma forma de identificar e avaliar os efeitos físicos, biológicos e socioeconômicos de maneira a permitir uma tomada de decisão lógica e racional.

Esse instrumento pode desempenhar quatro papéis complementares: planejamento, auxílio às tomadas de decisão, promoção da participação pública e gestão ambiental.<sup>10</sup> Vale a pena salientar que o último papel tem sido justamente o menos explorado em nosso País (SÁNCHEZ, 2006b). No rol dos indicadores de percepção dos impactos socioambientais gerados pelas atividades do setor têxtil-vestuarista foram incluídos: i) os critérios utilizados na seleção dos fornecedores; ii) os tipos de dejetos gerados; iii) as iniciativas relacionadas à adoção de métodos e tecnologias limpas, além do enfrentamento de problemas de gestão socioambiental na microrregião em pauta.

Vale a pena destacar ainda que os impactos sociais nem sempre vêm sendo devidamente considerados nas avaliações convencionais de impacto socioambiental. Uma avaliação de impacto social mais ampla deve levar em conta as dimensões da saúde coletiva, da perda da diversidade cultural, da educação, da cidadania ambiental e das questões de gênero, entre outras. No impacto social das ações produtivas devem-se considerar todos os assuntos que afetam pessoas, diretamente ou indiretamente, seja no ambiente familiar ou no convívio social mais amplo (VANCLAT, 2003).

Para Vanclat (2003), uma opção mais consistente para conceituar os impactos socioambientais das atividades produtivas deveria considerar: i) o modo de vida e a cultura;

---

<sup>10</sup> A gestão ambiental diz respeito a práticas empresariais adotadas pelas empresas que minimizam os efeitos nocivos ao ambiente causados pelas suas atividades. A norma ISO 14001 estabelece o sistema de gestão ambiental da organização, e assim define que a organização através de seus SGA deverá: i) avaliar as conseqüências ambientais das atividades, produtos e serviços da organização; ii) atender a demanda da sociedade; iii) definir políticas e objetivos baseados em indicadores ambientais definidos pela organização que podem retratar necessidades desde a redução de emissões de poluentes até a utilização racional dos recursos naturais; iv) implicar na redução de custos, na prestação de serviços e em prevenção; v) aplicar-se às atividades com potencial de efeito no meio ambiente; vi) aplicável à organização como um todo (SANCHÈS, 2006a; SÁNCHEZ, 1989).

ii) a dinâmica do sistema político; iii) a saúde e a qualidade de vida; iv) as aspirações e o potencial de autonomia ou *self-reliance*. O termo *self-reliance* define aqui a integração dos princípios da participação e da solidariedade, visando à concretização de um estilo mais endógeno de desenvolvimento local (GALTUNG, 1977). Contudo, no roteiro metodológico adotado foram incorporados apenas os atributos de algumas mudanças que a região vem enfrentando a partir da consolidação da atividade têxtil-vestuarista, a saber: as mudanças nas condições de trabalho e nos modos de vida em família e em sociedade, além da qualidade socioambiental.

Por meio da utilização seletiva do instrumento de avaliação de impactos socioambientais de trajetórias de desenvolvimento buscamos apresentar uma visão panorâmica das repercussões da atividade têxtil-vestuarista na esfera do mercado, na gestão da qualidade de vida das pessoas e também da resiliência ecossistêmica. Nesse sentido, adotamos uma abordagem que integra as questões relativas à estrutura, à organização e à articulação empresarial e interinstitucional no debate sobre a crise socioambiental contemporânea. A partir dessas premissas, tornou-se possível complementar a questão de partida e enunciar um conjunto de hipóteses de trabalho que nortearam o desenvolvimento da linha de argumentação central.

### **Questões adicionais e hipóteses de trabalho**

Partindo de uma abordagem sistêmica da formulação de políticas de desenvolvimento territorial sustentável (DTS), foram selecionadas as seguintes questões de pesquisa e assumidas as seguintes hipóteses de trabalho.

**Questão 1:** Em que contexto socioeconômico emergiu a aglomeração industrial do segmento têxtil-vestuarista na microrregião do Alto Vale do Itajaí e quais foram os fatores estruturais que condicionaram o seu surgimento?

**Hipótese 1:** A formação dessa aglomeração industrial está diretamente relacionada a um cenário de crise da socioeconomia no território do Alto Vale, que acabou fortalecendo os laços de solidariedade e confiança entre as famílias de agricultores (BECATTINI, 1999; COURLET, 2001; RAUD, 1999).

**Questão 2:** Quais têm sido as consequências da expansão progressiva dessa aglomeração industrial sobre o meio ambiente e a qualidade de vida das populações ali residentes?

**Hipótese 2:** A dinamização dessa aglomeração industrial não favoreceu a constituição de um sistema de governança capaz de aliar as demandas do mercado aquelas relacionadas à gestão integrada e participativa dos sistemas de suporte da vida para um estilo de desenvolvimento territorial ecológico e socialmente sustentável (BOURQUE; 2000; LEVÉSQUE, 2001; REDESIST, 2007; LEMOS, 2003).

**Questão 3:** Quais os espaços de manobra para um ajuste de conduta desse setor produtivo frente ao agravamento dos problemas socioambientais na microrregião em pauta?

Essa questão, por sua vez, não tem uma hipótese definida, já que ela é uma questão prospectiva e foi construída no decorrer da pesquisa de campo. Assim sendo, com intuito de operacionalizar essas questões e hipóteses, o item seguinte apresenta os objetivos desta tese.

## **Objetivos**

A pesquisa objetivou fundamentalmente avaliar os avanços e as limitações da aglomeração industrial têxtil-vestuarista do Alto Vale do Itajaí no que diz respeito à instituição de padrões de articulação institucional necessários a um esforço de harmonização das dimensões socioeconômica, sociopolítica, sociocultural e socioambiental do desenvolvimento territorial.

Mais especificamente, buscou-se:

- analisar os eventos que marcaram a trajetória socioeconômica do Alto Vale do Itajaí e identificar os fatores condicionantes do surgimento da aglomeração têxtil-vestuarista na microrregião do Alto Vale do Itajaí;

- compreender os padrões de articulação institucionais existentes no interior da aglomeração industrial têxtil-vestuarista e aprofundar o debate sobre os impactos socioambientais deste segmento na microrregião do Alto Vale do Itajaí; e, finalmente,

- analisar os avanços e limites do aglomerado em busca de evidências para o debate sobre a viabilidade de uma possível transição da aglomeração industrial têxtil-vestuarista no sentido do desenvolvimento territorial sustentável nos próximos anos.

### **Abordagem epistemo-metodológica**

Conforme o ponto de vista de Garcia (1994), a compreensão adequada da complexidade envolvida na dinâmica dos sistemas socioambientais contemporâneos exige um esforço de superação das metodologias tradicionais de pesquisa baseadas no chamado *paradigma analítico-reducionista* (VON BERTALANFFY, 1975). Em outras palavras, a abordagem da problemática socioambiental planetária impõe a busca de integração inter e transdisciplinar do conhecimento científico e filosófico, integração esta pautada na consolidação institucional de um novo campo de pesquisa científica autônoma (JOLLIVET e PAVÉ, 2002). Dessa forma, a pesquisa sistêmica transformou a visão tradicional de produção e aplicação do conhecimento científico, viabilizando a criação de novas representações da realidade e legitimando a adoção de um novo princípio de causalidade “circular” (VON BERTALANFY, 1975; MORIN, 1990).

A maturação do enfoque de DTS tem se alimentado dessa transição paradigmática rumo a uma epistemologia sistêmico-complexa, “[...] que coloca em primeiro plano o desvelamento das relações de interdependência entre os diferentes aspectos da realidade socioambiental” (ANDION, 2007). A matriz teórica deste enfoque analítico baseia-se no esforço de elucidação das relações de interdependência envolvendo as dimensões socioeconômica, sociopolítica, socioinstitucional, sociocultural e socioambiental, além dos circuitos de auto-organização e das conexões transescalares dos sistemas em estudo.

#### **a) Planejamento da pesquisa**

A partir desses pressupostos gerais, a pesquisa foi projetada para ser desenvolvida em quatro etapas: i) definição da trajetória de desenvolvimento socioeconômico da microrregião e, mais especificamente, da aglomeração industrial têxtil-vestuarista; ii) identificação de padrões de articulação institucional nessa aglomeração; iii) ponderação dos impactos gerados pelo sistema produtivo em pauta sobre o meio ambiente e a qualidade de vida da população e, por fim, iv) avaliação dos espaços de manobra para um esforço de reversão das tendências consideradas destrutivas à luz do enfoque de desenvolvimento territorial sustentável (Figura 2).

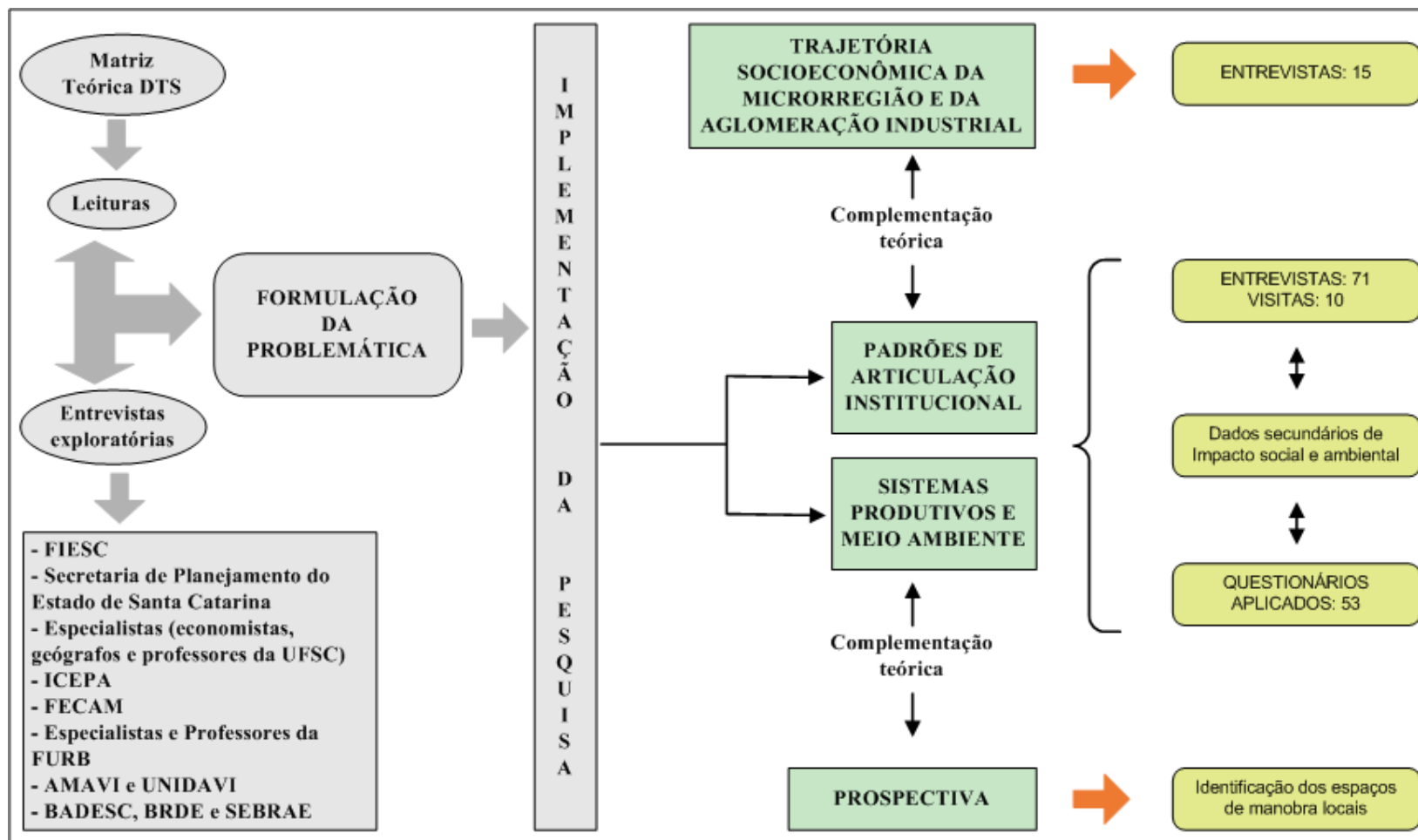


Figura 2: Esquema do planejamento da pesquisa de campo

Fonte: Elaborado pela autora.

Na etapa correspondente ao resgate da trajetória socioeconômica da microrregião do Alto Vale do Itajaí e da aglomeração industrial têxtil-vestuarista, buscou-se identificar como, e, em que momento esta última emergiu, bem como os fatores que condicionaram o seu surgimento. Ao mesmo tempo, procurou-se sintetizar o perfil demográfico, socioeconômico e socioecológico dessa microrregião atualmente (Quadro 1).

	<b>Características</b>	<b>Instrumentos de coleta de dados</b>
<b>Trajatória socioeconômica do Alto Vale do Itajaí e da aglomeração industrial têxtil-vestuarista</b>	Processo de colonização Processo de formação socioeconômica contexto do surgimento da aglomeração Aspectos socioecológicos (usos do solo, dos recursos hídricos, energéticos, florísticos e faunísticos) Aspectos demográficos	Dados secundários, resgate histórico e entrevistas

Quadro 1: Trajetória socioeconômica do Alto Vale do Itajaí e da aglomeração industrial têxtil-vestuarista

**Fonte:** Pesquisa de campo

Num segundo momento, foram analisados os padrões de articulação institucional das empresas que integram esse aglomerado, bem como entre as empresas e as diversas instituições de apoio (entidades de classe, instituições de ensino e formação profissional, poder público, associações, cooperativas e consórcios etc.) (Quadro 2).

<b>Componentes</b>	<b>Características</b>	<b>Instrumentos de coleta de dados</b>
<b>Padrões de articulação institucional</b>	Estrutura produtiva Mudança técnica e processo de aprendizado Mecanismos de articulação interinstitucional Cooperação e articulação empresarial e interinstitucional Mecanismos de regulação: mercado e reciprocidade	Dados secundários: RAIS e demais monografias e pesquisas realizadas na região Entrevistas com atores locais: Prefeituras e órgãos públicos locais, associações empresariais, instituições de apoio (educacionais e de crédito), empresários, faccionistas. Questionários aplicados a 53 empresários locais.

Quadro 2: Aspectos considerados na fase de diagnóstico dos padrões de articulação interinstitucional no nível local

**Fonte:** Pesquisa de campo

Na terceira fase foram considerados os impactos socioambientais gerados pelo aglomerado industrial. Inicialmente, buscou-se coletar evidências junto aos órgãos de gestão ambiental e representantes do Ministério Público, entre outras instituições locais. Em seguida, procurou-se registrar as diferenças de percepção dos problemas socioambientais constatados junto ao empresariado local e aos representantes das instituições de apoio ao setor têxtil-vestuarista (Quadro 3).

Componentes	Características	Instrumentos de coleta de dados
<b>Sistemas produtivos e impactos sobre o meio ambiente e a qualidade de vida</b>	Impactos socioambientais dos sistemas produtivos  Racionalidade dos empresários locais	Dados secundários: monografias e pesquisas realizadas na região Entrevistas com atores locais: Prefeituras e órgãos públicos locais, ONGs, associações empresariais, instituições de apoio (educacionais e de crédito), empresários, faccionistas e agricultores. Questionários aplicados a 53 empresários locais.

Quadro 3: Padrões de articulação interinstitucional e impactos socioambientais dos sistemas produtivos.

**Fonte:** Pesquisa de campo

Finalmente, na etapa de elaboração de um cenário prospectivo foram avaliados os possíveis espaços de manobra para uma conversão do desenvolvimento do setor têxtil-vestuarista no sentido dos princípios de DTS.

#### **b) Grade teórico-empírica da tese**

Trata-se de uma pesquisa de cunho exploratório (TRIVIÑOS, 1987). Como já foi ressaltado acima, pretendia-se inicialmente configurar não só a organização produtiva do segmento de confecções da microrregião do Alto Vale do Itajaí, mas também seus impactos econômicos, sociais e ambientais no cenário territorial.

Priorizou-se uma abordagem qualitativa, mas que não prescindiu da incorporação de dados quantitativos. O estudo privilegiou a interpretação da percepção dos atores sociais envolvidos, bem como uma avaliação dos padrões de articulação e cooperação interinstitucional. Tal direcionamento possibilitou uma análise mais profunda do tema, sendo esse tipo de abordagem mais compatível com a técnica de coleta de dados mediante entrevistas semi-



estruturadas e não-estruturadas. No rol das ferramentas quantitativas foram incluídas as análises demográficas do IDH, do nível de renda e emprego, e do número de empresas, entre outros. Além disso, foi aplicado um questionário junto a representantes das empresas. A seguir serão apresentadas as dimensões, conceitos estruturantes e componentes que contribuíram para a construção desta tese.

D E S E N V O L V I M E N T O  T E R R I T O R I A L  S U S T E N T Á V E L	DIMENSÕES	CONCEITOS ESTRUTURANTES	COMPONENTES
	Socioeconômica	Arranjos produtivos locais	Formação e evolução da aglomeração industrial têxtil-vestuarista Estrutura produtiva e divisão social do trabalho Tipo de aglomeração industrial Perfil empresarial Mudança técnica e processo de aprendizado Intercâmbios entre empresas e entre empresas e instituições de apoio
	Sociopolítica	Governança	Grau de cooperação entre as empresas e instituições de apoio ao setor Mecanismos de articulação interinstitucional Existência de relações de reciprocidade Existência de mecanismos de valorização do patrimônio e da cultura Nível de relação da atividade com a cultura local Mecanismos de regulação
	Socioambiental	Sistema produtivo e meio ambiente	Nível dos impactos socioambientais gerados pelas atividades produtivas (consumo de energia e água; poluição sonora etc.) Nível dos impactos sociais (mudanças nos modos de vida, homogeneização cultural, degradação da saúde e da qualidade de vida, apatia política, violação de direitos humanos etc.) Utilização de tecnologias adaptadas à problemática socioambiental Conflitos socioambientais Ferramentas de gestão ecológica e socialmente sustentáveis utilizadas pelas empresas vinculadas ao aglomerado

Quadro 4: Desenho teórico e empírico da pesquisa

**Fonte:** Elaborado pela autora com base em Quivy e Campenhoudt (1992).

Esta grade teórico-empírica destaca como pano de fundo a abordagem do desenvolvimento territorial sustentável, articulando a ela a dimensão socioeconômica, cujo conceito estruturante é o de *APLs*, a dimensão sociopolítica ligada ao eixo conceitual da *governança* e, por fim, a dimensão socioambiental, expressa pelo conceito de *impactos socioambientais* (Quadro 4). Tal matriz aprofunda, do ponto de vista teórico, os elementos de análise já apresentados nos Quadros 1, 2 e 3 apresentados, adensando os componentes a serem levados em conta na análise desta tese.

### c) Participantes da pesquisa

Os atores definidos no Quadro 5 e que compuseram o quadro de entrevistados da primeira etapa deste estudo, foram selecionados em função do papel desempenhado no processo de desenvolvimento da microrregião e do setor têxtil-vestuarista ali sediado. Eles foram selecionados no decorrer do estudo exploratório, por meio da identificação daqueles que seriam capazes de oferecer informações pertinentes sobre a trajetória socioeconômica da microrregião e do aglomerado.

Instituições	Função
ACI	Secretária Executiva
APREMAVI	Presidente
Empresa com mais de 20 anos de existência	Presidente
SINFIATEC	Presidente
STIMMER	Presidente
AMAVI	Dois representantes
SDR	Secretário
UNIDAVI	Dois representantes: do curso de Economia e da Pós-Graduação em Administração
Arquivo Histórico de Rio do Sul	Responsável
Empresa (comércio local)	Proprietário
Cidadão de Ibirama	Ex-prefeito de Ibirama
Cidadão de Rio do Sul	Arquiteto
Cidadão de Taió	Historiador e professor FURB e UNIDAVI
<b>Total de entrevistados</b>	<b>15</b>

Quadro 5: Trajetória de desenvolvimento territorial

**Fonte:** Elaborado pela autora.

A figura 3 abaixo indica que dentre os 28 municípios que compreendem o Alto Vale do Itajaí, apenas 12 foram selecionados para a consecução do estudo empírico, pois neles estão

situadas 85% das empresas em atividade atualmente. Na mesma podem ser encontrados os critérios adotados para a seleção dos atores-chave que foram entrevistados.

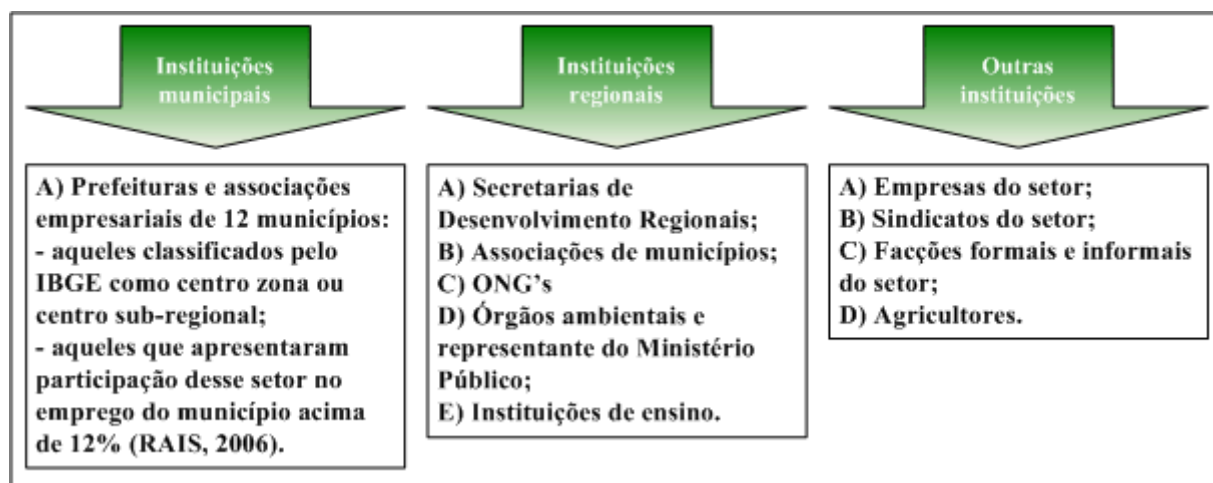


Figura 3: Instituições selecionadas para a pesquisa de campo.

**Fonte:** Elaborado pela autora.

A segunda e a terceira etapa deste estudo tiveram como objetivo, efetivamente, compreender os padrões de articulação institucionais e os impactos socioambientais dos sistemas produtivos. Os dados correspondentes a essas duas fases foram coletados por meio de entrevistas realizadas em prefeituras, associações de classe, sindicatos, ONGs locais, instituições de apoio ao setor (de formação e ensino e de crédito), empresas e propriedades agrícolas. Importa mencionar ainda as evidências coletadas mediante (i) a participação em reuniões realizadas em associações comerciais e industriais vinculadas ao segmento de confecções, (ii) a consulta a atas arquivadas nessas instituições, e (iii) a aplicação de um questionário junto dos empresários locais (Quadro 6).

Instituições públicas	Função/Papel na região
<b>Instituições públicas municipais</b>	
Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social dos municípios ou Secretaria da Indústria e Comércio – os municípios selecionados foram os que tinham % do pessoal ocupado no setor de confecções sobre total do pessoal ocupado (em todos os ramos de atividade) superior a 12% no ano de 2005 (últimos dados obtidos da RAIS 2006 anteriores à realização da pesquisa de campo) e também os municípios sedes das SDR's;	Representante de Rio do Sul Representante Lontras Representante Ituporanga Representante Ibirama Representante Presidente Getúlio Representante de Agrolândia Representante Laurentino Representante Dona Emma Representante José Boiteux Representante Vitor Meireles Representante Witmarsum Representante Taió

<b>Entidades de classe</b>	
Sindicato Patronal e dos Empregados da Ind. Têxtil-confeccões	Presidente
Sindicato dos trabalhadores – SITTEV	Presidente
SEBRAE da região	Representante
ACI Rio do Sul	Membro da diretoria
ACI Lontras	Presidente e vice-presidente
ACI Ibirama	Consultor
ACI Ituporanga	Presidente
ACI Agrolândia	Representante
ACI Laurentino	Representante
ACI Presidente Getúlio	Representante
CDL Vitor Meireles	Representante
CDL Witmarsum	Representante
ACI Taió	Representante
FACISC	Representante da região do Alto Vale
<b>Instituições públicas estaduais</b>	
Representante SDR Rio do Sul	Secretário
Representante SDR Ibirama	Membro da Direção
Representante SDR Ituporanga	Membro da Direção
Representantes da EPAGRI – Rio do Sul	Técnico
Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do Governo Estadual	Representante
BADESC	Representante
BRDE	Representante regional (Alto Vale)
PRODEC	Direção
FATMA	Técnico licenciamento
<b>Outras organizações</b>	
APREMAVI	Presidente
CEMEAR	Projeto desenvolvimento territorial MDA
MÃE D'ÁGUA	Presidente
ACADEMA	Ibirama
AMAVI	Presidente
FATMA da região	Presidente e dois funcionários
IBAMA da região	Representante
Promotoria Pública regional	Promotor
Polícia Ambiental	Representante
<b>Instituições de ensino e de apoio ao crédito regionais</b>	
UNIDAVI	Direção da Propex Professores: um do Curso de Economia e um do Curso de Ecologia
UDESC Ibirama	Professor
SENAI Rio do Sul	Presidente
Escola Agrícola de Rio do Sul	Representante
CRAVIL	Presidente
CREDICRAVIL/SICOOB	Representante
NEP – SDR de Ituporanga	Representante
NEP – SDR de Rio do Sul	Representante
<b>Empresários e Agricultores</b>	
Facção fundo de quintal e propriedade agrícola (Rio do Sul)	Faccionista e família
Propriedade agrícola e atelier de costura (Rio do Sul)	Agricultor e sua família
Propriedade agrícola credenciada à acolhida na colônia (Lontras)	Agricultor
Empresa confecção (lavanderia) (Rio do Sul)	Presidente
Empresa confecção (lavanderia) (Rio do Sul)	Presidente
Empresa confecção (marca própria) (Rio do Sul)	Presidente

Empresa confecção (marca própria) (Rio do Sul)	Presidente
Facção (Rio do Sul)	Presidente
Facção (Rio do Sul)	Presidente e Encarregado
Facção/ propriedade agrícola (Dona Emma)	Proprietário
<b>Especialistas</b>	
Cidadão de Rio do Sul	Professor e arquiteto
Cidadão de Rio do Sul	Ecólogo
Cidadão de Ibirama	Advogado
Cidadão de Taió	Professor
<b>Total de entrevistados</b>	<b>71</b>

Quadro 6: Instituições públicas e privadas visitadas e seus respectivos entrevistados

**Fonte:** Elaborado pela autora.

O Quadro 6 destaca, de maneira detalhada, os atores sociais entrevistados na segunda e na terceira fase de implementação da pesquisa (Quadro 2 e 3). Essas duas etapas acabaram gerando um conjunto de 86 (oitenta e seis) entrevistas, realizadas do período de novembro de 2006 a outubro de 2007.

Os dados primários foram obtidos mediante a aplicação de entrevistas semi-estruturadas e não-estruturadas, em função da importância atribuída à avaliação da percepção dos atores selecionados relativamente à trajetória de desenvolvimento da microrregião e do próprio aglomerado, além da identificação dos padrões de articulação institucional e dos impactos socioambientais gerados (RICHARDSON, 1985). Além disso, a técnica de observação direta foi também utilizada ao longo de toda a etapa de trabalho de campo.

Por sua vez, a aplicação do questionário junto aos empresários do setor em pauta está diretamente relacionada, por um lado, à dificuldade de acesso aos mesmos e, por outro, à adaptação de um instrumento utilizado pela *RedeSist* para a identificação e avaliação dos arranjos produtivos locais em funcionamento no Brasil.

A utilização do questionário visou complementar as informações obtidas por meio das entrevistas com os atores-chave. Com efeito, a seleção da amostra de empresas foi definida a partir da consulta aos dados da RAIS 2005, Divisão CNAE relativa ao segmento de confecção,<sup>11</sup> publicados em 2006,<sup>12</sup> dos 12 municípios que tiveram uma participação no emprego formal acima de 12%. Essa seleção justifica-se pelo fato desses municípios abrigarem 85% das empresas que atuam na microrregião, como já foi destacado anteriormente. O erro amostral foi calculado

<sup>11</sup> Optou-se por esse segmento dentro do quadro da atividade têxtil, pois na região é a atividade que vem se disseminando e proporcionando maior número de emprego.

<sup>12</sup> Essa foi a última publicação da RAIS antes da realização da pesquisa de campo.

em 14%,<sup>13</sup> justificando-se em função das condições de acesso aos informantes e das limitações de tempo para a finalização desta fase da pesquisa.

Na tabela seguinte, relativa à seleção da amostra para a aplicação do questionário, pode ser verificada a ausência de empresas de grande porte e um número elevado de microempresas.

Tabela 1: População e amostra de estabelecimentos dos municípios com maior participação do setor de confecções no emprego formal do Alto Vale do Itajaí

Tamanho dos estabelecimentos	População*	Amostra	Empresas participantes
Micro	242	31	13
Pequeno	152	19	38
Médio	5	1	2
<b>Total</b>	<b>399</b>	<b>51</b>	<b>53</b>

**Fonte:** RAIS (2006)

\*Dados de 2005.

Além dos dados primários, a pesquisa envolveu a análise documental, visitas realizadas em instituições de pesquisa e de estudo que têm relação com os projetos de desenvolvimento da microrregião (como a AMAVI, as SDR's, o Arquivo Histórico de Rio do Sul, entre outros) e com a aglomeração industrial vestuarista do Alto Vale (como a Associação Comercial Industrial de Rio do Sul, SINFIATEC, SITTEV, UNIDAVI etc.), que disponibilizaram documentos, atas e materiais referente à problemática em pauta.

#### d) Procedimentos da análise e interpretação dos dados

Com base nas informações obtidas, foram utilizados os seguintes procedimentos de análise. Na etapa descritiva da pesquisa, avaliou-se a situação atual da aglomeração industrial têxtil-vestuarista - ou seja, sua estrutura produtiva, o padrão de organização dos empresários, a divisão do trabalho entre as empresas, os processos de inovação e de aprendizagem técnica, o

<sup>13</sup> Cálculo da amostra foi construído para um erro de 14%.

Fórmula:

$$N * z^2 * 0,25$$

$$(N - 1) * e^2 * z^2 * 0,25$$

Sendo:

N= variável tamanho da população

z= 1,96 – Número de unidades de desvio padrão para 95% de probabilidade

e= 0,13 – Margem de erro de 15%

perfil e a qualificação da mão-de-obra, bem como a existência de instituições de apoio ao setor. Como já foi ressaltado, a avaliação baseou-se na análise da trajetória de desenvolvimento socioeconômica da microrregião e de estruturação progressiva do setor têxtil-vestuarista.

Na etapa explicativa foram identificados os padrões de articulação interinstitucional e de cooperação, além dos modos de governança, tendo em vista a análise prospectiva, relacionada às condições gerais de viabilidade de uma reorganização das práticas produtivas em sintonia com os princípios do DTS.

Na etapa prospectiva da pesquisa, a ênfase recaiu na identificação de projetos inovadores em curso, bem como nos limites das ações que têm sido empreendidas nas esferas socioeconômica, sociopolítica e socioambiental.

A Figura 4 ilustra o processo de triangulação dos dados empíricos, envolvendo a articulação dos conceitos centrais e a mobilização do enfoque do DTS.<sup>14</sup>

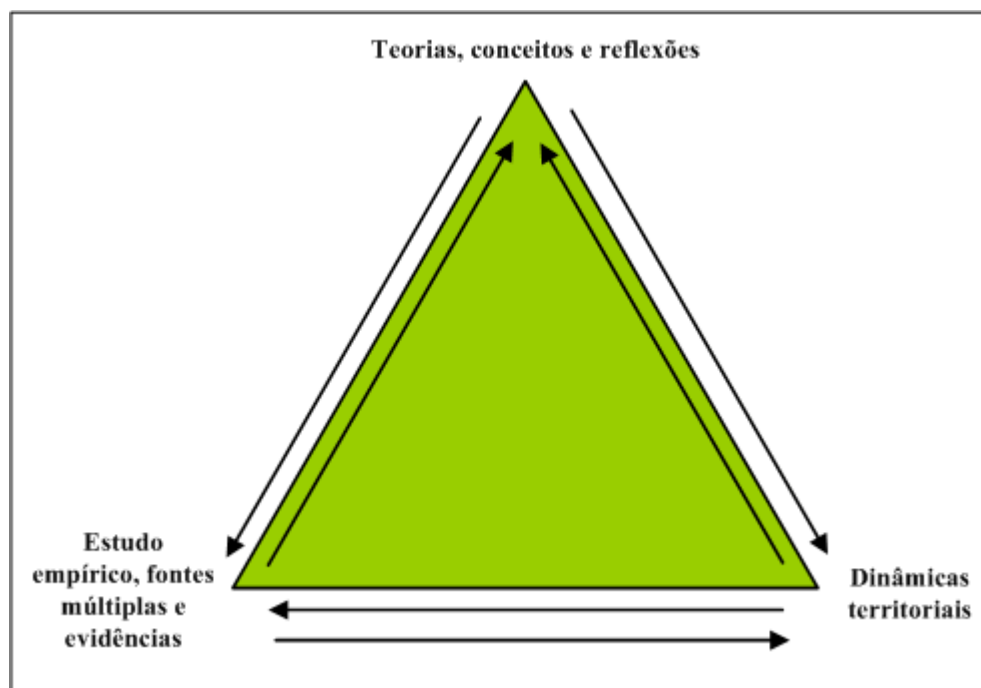


Figura 4: Processo de triangulação dos dados

**Fonte:** Adaptado de Barros (2007).

<sup>14</sup> As normas adotadas para estruturação desta tese foram: NBR 10520; NBR 6023; NBR 14724.

### **Principais dificuldades encontradas**

A elaboração da pesquisa estendeu-se por um período de cinco anos. Inúmeras dificuldades foram superadas ao longo dessa trajetória. Como destacado anteriormente, a problemática do desenvolvimento territorial sustentável exige um enfoque interdisciplinar, tributário de um novo paradigma ainda em fase de maturação na comunidade científica.

Além das dificuldades colocadas pela adoção de uma perspectiva sistêmica de avaliação, vale a pena destacar não só aquela relacionada à escolha final da microrregião a ser estudada, exigindo inúmeras visitas exploratórias. Por sua vez, a elaboração dos critérios a serem utilizados no recorte setorial acabou retardando o cumprimento do cronograma fixado inicialmente, devido ao fato do Alto Vale do Itajaí integrar 28 municípios, dos quais apenas três não abrigam empresas formais vinculadas ao setor têxtil-vestuarista – segundo dados da RAIS (2006).

Outro desafio significativo que se apresentou no decorrer da pesquisa diz respeito à seleção dos atores-chave a serem mobilizados na pesquisa. Apesar de terem sido realizadas entrevistas com empresários, devido à ampla abrangência desse setor na microrregião, optou-se também por elaborar um questionário que pudesse abarcar um número mais expressivo de organizações. Mas sua aplicação acabou gerando inúmeras dificuldades adicionais. Importa registrar aqui os obstáculos colocados pelo acesso solitário a uma região desconhecida, dispondo de poucos recursos financeiros e, por fim, a exiguidade dos prazos fixados para o trabalho de campo. Havia a dificuldade de aceitação e de tempo imposta pelos informantes selecionados, além dos acidentes de percurso na realização das entrevistas - agendadas e muitas vezes canceladas, provocando retornos ao mesmo local na tentativa de fechar o quadro de entrevistas e dos próprios questionários, especialmente junto aos empresários.

Diante disso, longe de pretender esgotar a problemática delineada, esta tese oferece – repetimos - apenas uma leitura crítica do fenômeno das aglomerações industriais frente ao desafio crucial que, na opinião abalizada de Sachs (2007), se impõe atualmente aos planejadores de dinâmicas territoriais de desenvolvimento num cenário de globalização perversa, a saber, a internalização eficiente das condicionalidades socioambientais.



### **Estruturação dos capítulos**

O primeiro capítulo contempla a síntese da revisão bibliográfica efetuada sobre a problemática de pesquisa. Foram incluídas referências a estudos sobre os conceitos de meio ambiente, de desenvolvimento territorial sustentável, de sistema produtivo local, de impactos socioambientais e de governança territorial.

O segundo capítulo oferece uma visão panorâmica do desenvolvimento das aglomerações industriais de Santa Catarina, no contexto da trajetória socioeconômica do Estado, apontando os fatores endógenos e exógenos que contribuíram para a sua evolução.

O terceiro capítulo foi dedicado à reconstituição da trajetória socioeconômica do Alto Vale do Itajaí, abordando aspectos demográficos, ecológicos e socioeconômicos. Além disso, foram identificados os fatores condicionantes do surgimento da aglomeração industrial do segmento têxtil-vestuarista, suas características e especificidades regionais.

O quarto capítulo trata, mais especificamente, do diagnóstico atual do funcionamento da aglomeração industrial. Esse capítulo apresenta a estrutura do aglomerado, o perfil empresarial e da mão-de-obra local, além dos padrões de inovação e de aprendizagem técnica adotados.

Finalmente, no quinto capítulo são apresentadas considerações gerais sobre as implicações mercadológicas relativas ao aglomerado, os padrões de articulação interinstitucionais e os laços de cooperação existente entre as empresas e entre as empresas e instituições de apoio. A partir disso, são identificados os principais impactos socioambientais da atividade têxtil-vestuarista. Por fim foram avaliados os avanços e limites à construção de territórios sustentáveis na região do Alto Vale do Itajaí. Também é preciso destacar que a estrutura e a distribuição dos capítulos desta tese foram inspiradas na tese de Andion (2007).

## CAPÍTULO I - TERRITÓRIO, ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS E MEIO AMBIENTE

*Isolé dans le marché, apparemment maître de son destin, l'Homme pouvait apparaître comme un être à part, gouvernant et modelant la Nature, en quelque sorte de l'extérieur. Mais cette attitude anthropocentrique se heurte à tout ce que nous savons de l'évolution. En fait : - l'Homme est dans la Nature [...] - la Nature est dans l'Homme [...] - l'Homme, enfin, est la Nature [...] Le problème qui se pose est celui d'une espèce dominante qui, en raison même de sa dominance, compromet la reproduction du milieu qui la porte et dont la plasticité n'est pas infinie ; mais pour la première fois certainement dans le cours de l'évolution, d'une espèce consciente qui possède la faculté de penser sa position et de prévoir les conséquences de ses actes au sein de ce milieu.<sup>15</sup>*

Por muito tempo, os termos “crescimento econômico” e “desenvolvimento socioeconômico” apresentavam significados semelhantes, ora sendo definidos como aumento da produção de bens e serviços em escala global, ora como melhoria progressiva da qualidade de vida. No entanto, essa distinção inscreve-se em um debate antigo e vasto no campo da economia do desenvolvimento.

A reconstrução deste debate leva em conta três grandes paradigmas, que foram recentemente sintetizados no trabalho de tese de Andion (2007). O primeiro deles corresponde ao chamado *paradigma desenvolvimentista* (que se impôs durante o período de 1940 a 1970), inspirado no modelo fordista. Seus adeptos apoiavam suas reflexões em dois pilares: a ação centralizadora e polarizadora do Estado, vista como promotora dos direitos sociais básicos, e o sistema de livre mercado, distribuidor das riquezas geradas pelos sistemas produtivos. Trata-se da idéia do desenvolvimento como processo de crescimento contínuo e cumulativo. O segundo, denominado *paradigma heterodoxo* (que acompanha a conjuntura das décadas de 1960 e 1970), fundamenta-se na utilização dos conceitos centrais da teoria marxista, mas foi adaptado por várias correntes de pensamento: neo-marxistas, estruturalistas e dependentistas. Essas correntes avaliavam as interações entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, situando o subdesenvolvimento como o resultado histórico de relações de dominação nos cenários internacional e nacional. Por fim, o *paradigma neoliberal*, que emergiu no transcurso

---

<sup>15</sup> PASSET, René. *L'économique et le vivant*. Paris : Payot, 1979

dos anos 1980, resgata as idéias dos clássicos da teoria econômica, relacionadas à regulação no âmbito do mercado operando de forma supostamente livre.

Os três paradigmas foram objeto de transformações observadas na estrutura econômica atual, cujas inovações têm condicionado o surgimento de novas configurações espaciais (BENKO, 1996). Isto significa que a crise do fordismo e as inúmeras experiências territorializadas colocaram em pauta uma nova configuração do sistema econômico global (PIORE e SABEL, 1984; BENKO e LIPIETZ, 2000). Essas reflexões contribuíram decisivamente para o reenquadramento analítico do fenômeno do desenvolvimento. Desde a década de 1960, elas vêm incorporando as evidências de uma crise socioambiental de escopo planetário e os efeitos perversos da visão utilitarista e economicista da problemática do desenvolvimento (MEADOWS *et. al.*, 1978).

Embora se reconheça que muitos estudos sobre dinâmicas territoriais de desenvolvimento estejam situados em campos teóricos distintos, a integração da problemática ecológica tem sido formatada em nome do enfoque de *desenvolvimento territorial sustentável* (VIEIRA, 2006; VIEIRA e CAZELLA, 2004).

Conforme Vieira e Cazella (2004), na redescoberta da dimensão territorial do desenvolvimento, nos últimos anos, o resgate atento da literatura técnica sobre o conceito de *ecodesenvolvimento* desempenhou um papel de indiscutível relevância. De maneira geral, evidencia-se que os modos de desenvolvimento contemporâneos não vêm favorecendo a internalização da problemática socioambiental nas práticas usuais de planejamento e gestão.

O desenvolvimento territorial sustentável é, por enquanto, apenas uma construção intelectual em processo de elaboração. Toma-se como ponto de partida a problemática da degradação socioambiental e sua relação com estratégias de desenvolvimento de longo prazo, mobilizando um conjunto interdependente de critérios de avaliação normativa: (1) prioridade ao alcance de finalidades sociais (satisfação de necessidades básicas – materiais e intangíveis – e promoção da equidade); (2) prudência ecológica; (3) autonomia (ou *self-reliance*) e (4) redefinição do conceito de eficiência econômica com base numa ecologia humana embasada no novo paradigma sistêmico.

Como sugere a Figura 5, trata-se em síntese de um enfoque sistêmico do fenômeno do desenvolvimento, capaz de internalizar as condicionalidades impostas pelos limites ecológicos ao crescimento material (VIEIRA e CAZELLA, 2004).

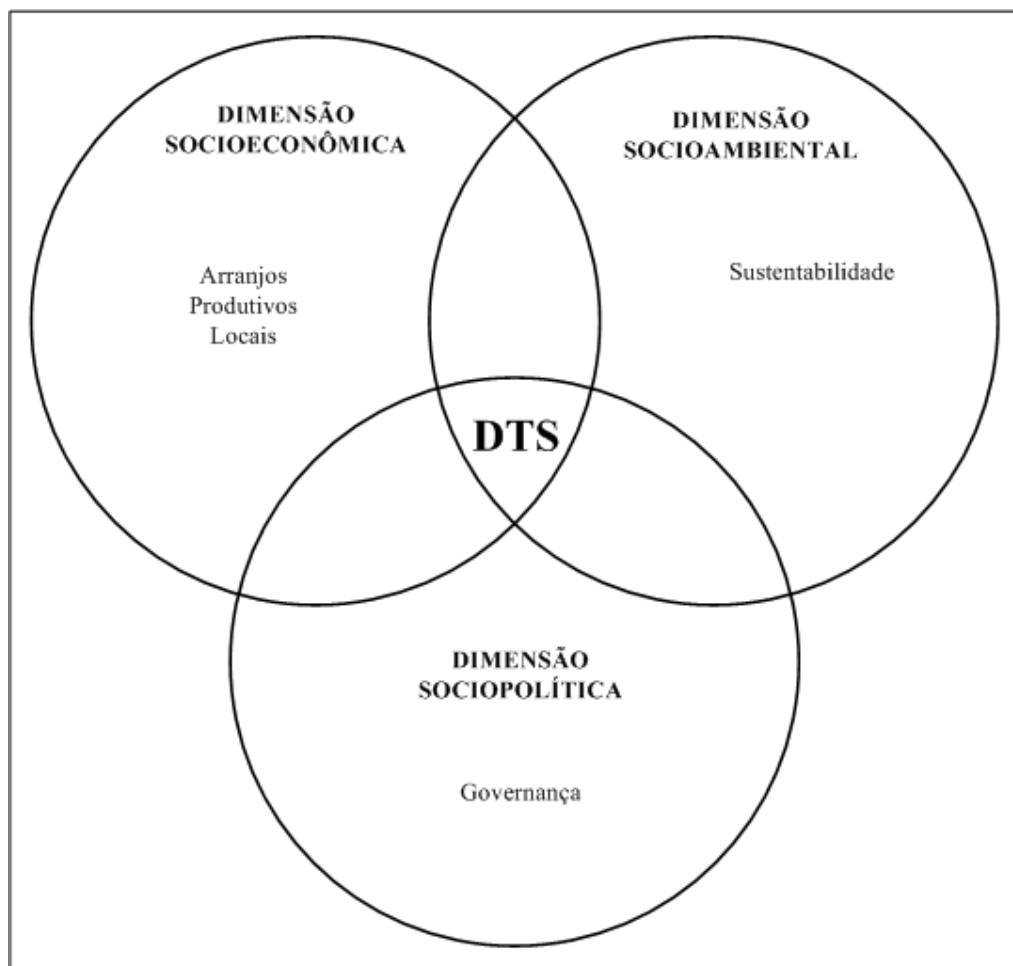


Figura 5: Dimensões do desenvolvimento

**Fonte:** Elaborado pela autora

A figura 5 retrata as interfaces das três dimensões que se integram no seio de um novo conceito (em construção) de desenvolvimento, o desenvolvimento territorial sustentável. Quando um território se aproxima da integração dessas dimensões, reparando que não significa a soma entre elas, mas a interface delas, mais próximo estará de um desenvolvimento mais integrado. São os seguintes elementos-chave deste aporte teórico: i) os arranjos produtivos locais e os sistemas de governança; ii) os impactos socioambientais dos sistemas produtivos e iii) as dinâmicas de recomposição dos territórios. É preciso atentar para o fato de que tanto as abordagens territoriais no planejamento do desenvolvimento, quanto os estudos acadêmicos no campo ecológico-humano contemplam uma grande diversidade de perspectivas teóricas e metodológicas. Contudo, a intenção aqui é apenas resgatar aquelas que consideramos mais relevantes para o enquadramento analítico da problemática de pesquisa esboçada acima.

No que se segue, são apresentadas as modalidades de arranjos produtivos locais identificadas no espectro das várias teorias do desenvolvimento territorial em circulação atualmente. Num segundo momento, incorporamos as diversas abordagens sobre sistemas de governança, suas tipologias e especificidades na busca de compreensão das dinâmicas territoriais de desenvolvimento. No terceiro momento abordamos as análises que focalizam a temática dos impactos socioambientais dos sistemas produtivos. E finalmente, destacaremos as contribuições das várias concepções de território selecionadas no âmbito das teorias do desenvolvimento territorial.

### **1.1 Sistemas produtivos locais: contribuições das diversas abordagens analíticas**

É incontestável que, desde o início dos anos 1970, estamos assistindo a uma nova forma de distribuição das atividades produtivas no espaço. Essas transformações encontram-se no seio da crise do modelo fordista de produção, marcada pelas dificuldades de adaptação das pequenas empresas. Nesse período surgiram inúmeras correntes que podem ser agrupadas, de acordo com Courlet e Soulage (1994), em quatro grandes eixos de reflexão: i) a problemática marshalliana, do distrito industrial ao sistema produtivo localizado; ii) o desenvolvimento da teoria evolucionista da inovação e do território; iii) a abordagem transacional dos SPL's (sistemas produtivos locais), visto como forma de coordenação das atividades produtivas; e iv) as análises do tipo institucionalista que enfatizavam os modos de regulação e de governança.

Todas essas correntes promoveram inovações no campo teórico da economia e contribuíram para o debate sobre as mudanças em curso desde então. Por isso, nesta seção optou-se por avaliar as principais características dos SPL's tal como elas têm sido consideradas pela escola francesa herdeira dos trabalhos dos pesquisadores italianos, somadas às contribuições dos teóricos brasileiros que têm se concentrado na análise de arranjos produtivos locais.<sup>16</sup> Por fim, integrou-se a contribuição canadense no campo de pesquisa sobre modos de governança<sup>17</sup> e que coloca no seu seio a perspectiva de uma nova economia, denominada *economia plural*.

Conforme a opinião de Benko (1996), os aprofundamentos teóricos sobre o tema partem da idéia de reorganização industrial vista com um misto de concorrência-cooperação no contexto das pequenas e médias empresas – no sentido da definição de distrito industrial.

---

<sup>16</sup> Essa é uma vertente que se aproxima daquela corrente da teoria evolucionista da inovação e território.

<sup>17</sup> Enfoque que se aproxima das abordagens mais institucionalistas.

Tal conceito foi utilizado pela primeira vez em fins do século XIX, a partir de um padrão de organização existente na Inglaterra neste mesmo século. Para Benko (1996), assim como a reunião dos artesãos na fábrica do século XIX, as aglomerações representam a primeira condição a ser levada em conta na busca de compreensão das transformações do mercado capitalista.

[...] a aglomeração está para o espaço como o aprendizado está para o tempo. A “atmosfera”, tão freqüentemente invocada pelos pesquisadores depois de Marshall, é a contrapartida exata da “cultura”, da “formação”, da “experiência”. [...] é a base coletiva da subjetividade individual (BENKO, 1996, p. 60).

As vantagens dos distritos industriais estariam relacionadas à especialização produtiva das empresas e à sofisticação da divisão do trabalho proporcionada pela aglomeração espacial de indústrias atuantes num mesmo ramo de atividade ou relacionados (MARSHALL, 1982). Em geral, de acordo com Marshall (1982),<sup>18</sup> a viabilidade da localização industrial dependia: i) do acesso e condições dos recursos naturais de dada localidade; ii) das condições da força de trabalho; iii) e das condições de vida da região onde ela está concentrada, sendo esses elementos o retrato da ‘vocação local’.

Embora a reflexão de Marshall tenha iniciado esse debate, para Courlet e Soulage (1994), ela se exprimiu essencialmente em termos de eficiência, sendo as principais características levadas em conta: o alto grau de especialização e a forte divisão do trabalho; o acesso à mão-de-obra qualificada; a existência de fornecedores locais de insumos e bens intermediários; os sistemas de comercialização e de troca de informações entre os agentes. Entretanto, esses fatores não explicam o ponto essencial das vantagens de uma configuração territorial concentrada. Entre as economias disponíveis, em um distrito industrial ou SPL, devem ser levadas em conta as relações com a educação e a formação especializada - o *know how* -, bem como os benefícios das relações de reciprocidade e confiança. Muitas regiões manifestaram esse tipo de dinâmica socioeconômica após o surgimento do conceito de distrito industrial marshalliano. Putnam (2002) acredita que o próprio incentivo à reestruturação industrial da Europa, após a Segunda Guerra Mundial, trouxe benefícios à formação desse tipo de estrutura produtiva. Esta última emergiu na contramão do modelo dominante fordista, sendo a experiência italiana a mais conhecida.

---

<sup>18</sup> Havia duas formas de organização industrial conforme Marshall (1982): a organização orientada por uma empresa de grande porte; e a vinculada à coordenação pelo mercado e pela reciprocidade, pautada numa divisão social do trabalho entre empresas menores, especializadas em uma etapa da cadeia produtiva de determinado bem.

Apesar da diversidade de pesquisas em curso, de maneira geral, elas vêm objetivando compreender melhor: i) as características das aglomerações produtivas; ii) a competitividade, eficiência e envolvimento dos diversos agentes que as compõem; iii) a relevância da dimensão local versus a global; e iv) a possibilidade dos estudos sobre as aglomerações produtivas serem tomados como referência para a promoção de políticas de desenvolvimento territorial (LEMOS, 2003). O essencial desta noção reside na concepção de uma entidade produtiva ancorada num dado espaço geográfico. Sendo assim, a aposta do desenvolvimento territorial coloca em evidência uma dinâmica que valoriza a eficácia das relações não exclusivamente mercantis entre os homens e as suas riquezas, sejam elas culturais, econômicas ou ambientais (PECQUEUR, 2004).

Nesses termos, Courlet e Soulage (1994) compreendem o sistema produtivo local como uma configuração de empresas reagrupadas em um espaço de proximidade em torno de uma atividade cujas empresas conservam as relações entre si e com o meio sociocultural em que estão inseridas. Essas relações não são somente mercantis, mas também informais, e produzem externalidades positivas tanto para as firmas quanto para a sociedade. A atividade industrial dominante não exclui a possibilidade de existência de muitas ramificações industriais e, seguidamente, faz-se referência aos sistemas de micro e pequenas empresas – MPEs. Entretanto, existem também muitas relações territorializadas entre grandes empresas, entre grandes grupos e MPEs. Apesar de essa definição ser muito geral, ela pode ser vista como um ponto de partida para uma discussão que vem incorporando a esse conceito inúmeras inovações. Em sintonia com os objetivos desta tese, buscou-se apenas desenhar uma imagem cursiva dessa rede conceitual. Visando aprofundar a problemática dos sistemas produtivos localizados, serão apresentadas na próxima seção as correntes mais conhecidas e populares que tiveram origem nos distritos industriais marshallianos, mesmo correndo os riscos de simplificação excessiva.

### **1.1.1 Distritos industriais, *millieux innovateurs* e *clusters***

Inúmeros são os conceitos vinculados a esse tipo de sistema produtivo, como exposto anteriormente. Neste trabalho destacamos: i) distritos industriais; ii) *millieux innovateurs*; iii) e *clusters*. As diferenças existentes entre eles são tênues, em virtude de emergirem na mesma época e de serem concorrentes quanto aos seus pressupostos básicos (AMARAL FILHO, 2007; LEMOS, 2003).

Na década de 1980, Becattini,<sup>19</sup> Brusco, Piore e Sabel,<sup>20</sup> entre outros, contribuíram com o resgate do conceito marshalliano de distrito industrial, em função do aparecimento de inovações na *Terceira Itália* após a Segunda Guerra Mundial. As primeiras experiências observadas foram as ocorridas entre o eixo Milão-Turin-Gênova e a região Sul, marcada pela pobreza. Pequenas empresas familiares, com características de propriedades rurais, configuraram um novo padrão de organização industrial, pautado na solidariedade e na cooperação. O que mais despertou o interesse dos pesquisadores, principalmente, dos sociólogos e economistas frente à dinâmica industrial dessa região, foram os resultados positivos alcançados na balança do comércio exterior (COCCO, GALVÃO e SILVA, 1999).

Os primeiros estudos realizados na *Terceira Itália* sobre o desenvolvimento endógeno foram creditados à Becattini (1989). Essas experiências demonstraram, por meio da concentração de MPEs, baseadas em atividades tradicionais, com forte divisão social do trabalho e cooperação, a possibilidade de reversão do quadro de crise vigente no pós-guerra. Com base em Becattini, observa-se que a estratégia dos distritos industriais pressupõe a existência de um elevado número de empresas que se interconectam na produção de um determinado bem ou serviço. Sendo assim, um distrito industrial também pode ser concebido como:

[...] un'entità socio-territoriale caratterizzata dalla compresenza attiva, in un'area territoriale circoscritta, naturalisticamente e storicamente determinate, di una comunità di persone e di una popolazione di imprese industriali. Net distretto a differenza di quanto accade in altri ambienti (es.: la città manifatturiera), la comunità e le imprese tendono, per così dire, ad interpretarsi a vicenda (BECATTINI, 2007, p. 8).<sup>21</sup>

Em outras palavras, os distritos industriais têm como característica essencial o fato de serem concebidos como um complexo socioeconômico no qual existe uma relação estreita entre as diferentes esferas social, política e econômica (moldando-se umas às outras). O seu êxito não reside exatamente na dimensão econômica, e sim na social e na institucional. Portanto, o que marca essa corrente teórica é a ênfase concedida à formação de um tecido social cooperativo, isto é, pautado em relações de reciprocidade e confiança. Isto reflete a

<sup>19</sup> Ver detalhes em BECATTINI, G. Les districts industriels. In: MARUANI, M. et. al. La flexibilité en Italie. Paris : MIRE, Syros/Alternative, 1989.

<sup>20</sup> Ver detalhes em PIORE, Michael J., SABEL, Charles F. **The second industrial divide**: possibilities for prosperity. New York : Basic Books, 1984.

<sup>21</sup> Definimos distrito industrial como uma entidade sócio-territorial caracterizada pela co-presença ativa, em uma área territorial circunscrita, naturalisticamente e historicamente determinada, de uma comunidade de pessoas e de uma população de empresa industrial. Nesse distrito a diferença de como acontece em outras atmosferas ou ambientes (a exemplo da cidade manufatureira), a comunidade e a empresa tendem, por assim dizer, a interpretar-se como vicissitude.



potencialidade das interações vigentes na experiência italiana, cujas relações de parentesco dinamizaram o processo de industrialização e solidificação da estrutura socioeconômica da região no pós-guerra.<sup>22</sup>

Tais processos endógenos de desenvolvimento encontram na especificidade dos fatores culturais um terreno fértil para a multiplicação das pequenas e médias empresas (BAGNASCO, 1999). Esses fatores culturais representavam uma reação à organização do trabalho na grande indústria, trabalho estandarizado, com baixo nível de qualificação e avesso ao cultivo de relações interpessoais. É bem verdade que outros fatores também foram determinantes para que esse processo se consolidasse: a capacidade de inovação e atendimento rápido de demandas; a presença de formas diferenciadas de cooperação, desde relações de amizade e parentesco até a institucionalização dessas relações de cooperação através dos diferentes tipos de consórcios (de compra, de crédito, de exportação, etc.), e o compartilhamento de espaços comuns de negociação (associações de empresas etc.).

Em sistemas com essas características observam-se também relações horizontais, em que a aprendizagem e a inovação se combinam com a competitividade regional e com os laços de cooperação entre as empresas. Nesse sentido, as economias de escala são fruto da cooperação (BECATTINI, 1989; BAGNASCO, 1999; PUTMAN; 2002). É relevante destacar, conforme Becattini (1999), que as pequenas empresas envolvidas em distritos industriais permanecem à margem de uma estrutura de produção e de tecnologia adequadas em termos de escala de produção e de obtenção de crédito.

---

<sup>22</sup> Essa eficiência socioeconômica coletiva demonstra, mais intensamente por volta da década de 1970, como as mudanças institucionais formais e a passagem do Estado autoritário para a democracia, puderam induzir a transformações no comportamento político e também econômico do território italiano (PUTNAM, 2002). Este autor expõe que as identidades regionais e locais sempre foram fortes na Itália. Comprovando o enraizamento local existente na Itália neste período podemos verificar que, durante muitos anos, havia grande diversidade lingüística, a ponto de apenas cerca de 10% dos italianos falarem o idioma nacional. Segundo Putnam (2002), esse fato reforça a grande integração das comunidades locais, e a existência de uma identidade local, o que ilustra como a dinâmica social pode influenciar na estrutura econômica regional. A proliferação de significativo número de empresas de setores tradicionais, em regiões pouco desenvolvidas da Itália e de forma espontânea, demonstrou que, muitas vezes, mesmo com ausência de projetos políticos nacionais, a economia pode engendrar-se a partir de processos endógenos de desenvolvimento (BAGNASCO, 1999).

**Box 1: Capital social**

A experiência dos distritos industriais foi o berço de inúmeras pesquisas sobre confiança e reciprocidade. No âmbito desse contexto, surgem estudos sobre termos como o do capital social e rede de atores. No quadro conceitual sobre capital social, tem-se a definição de que ele diz respeito àquelas características da organização social, tais como confiança, normas e sistemas, além das cadeias de relações sociais as quais contribuem para aumentar a eficiência da sociedade; facilitam, portanto, as ações coordenadas (PUTNAM, 2002). O autor supracitado também destaca que o capital social, diferente do capital convencional, constitui-se como um bem público. Putman (2002) defende, em seus estudos sobre a Terceira Itália, que o componente básico do capital social é a confiança cuja definição é [...] *espérance ferme, assurance d'une personne qui se fie a quelqu'un ou quelque chose... sentiment de sécurité qui règne dans le public*<sup>23</sup> (LE ROBERT MICRO, 1998).

Além disso, o paradigma do capital social, inserido no novo institucionalismo econômico em que ele parcialmente se baseia, considera que as relações estáveis de confiança, reciprocidade e cooperação podem contribuir para reduzir os custos de transação, produzir bens públicos e facilitar a constituição de organizações pautada nos atores sociais e sociedades civis.

A literatura sobre esse assunto é vasta e está inserida dentro de uma perspectiva mais progressista ou mais conservadora. Higgs (2005) faz uma síntese das quatro grandes perspectivas sobre o conceito de capital social: a) *utilitarista*, vinculada às abordagens de Coleman e Fukuyama; b) *estrutural*, nos enfoques de Bourdieu, Olson, e neo-institucionalistas; c) *tradicionalista*, representado por Putnam; d) *moral comunicativa*, que integra aspectos de Durkheim e de Habermas. Higgins *apud* Boeira e Borba (2006) critica, contudo, os primeiros três enfoques e opta por um enfoque político (e antieconomicista) a partir da retomada da obra de Bourdieu.

Para fins desta tese, ressaltamos, todavia, a importância das reflexões de Granovetter (1973) sobre a estruturação das redes sociais. O autor supramencionado elabora um estudo que evidencia a existência, no seio das redes sociais, de laços fortes, fracos, ou a sua inexistência. No âmbito dos laços fortes, um conjunto de fatores, como o tempo, intensidade emocional, intimidade, contribuem para a sua construção. Segundo Andion (2007), são esses laços fortes que formam uma rede densa, porém essas redes não são produtivas, principalmente no que tange à ampliação do número de escolhas dos indivíduos e grupos. No outro extremo, conforme a autora supramencionada, estão os laços fracos que contribuem para a melhor mobilidade e ampliam as possibilidades de escolhas e respostas. Nesse sentido, a estrutura dos laços existentes, nas redes sociais, pode ser facilitadora ou bloqueadora de novas relações externas e de inovação (ANDION, 2007). Dentro desta perspectiva, os laços fortes, vetores de coesão social, podem provocar o isolamento dos atores em suas redes ou estimular a fragmentação de esforços. Enquanto os laços fracos, embora sejam tidos como alienadores, são colocados, segundo Granovetter *apud* Andion (2007, p. 234), “[...] como indispensáveis para gerar novas oportunidades aos indivíduos e integrá-los às suas comunidades”.

Fonte: Putman (2002); Le Robert Micro (1998); Higgs (2005); Boeira e Borba (2006); Granovetter (1973); Andion (2007).

Além dos estudos sobre os distritos industriais italianos, em meados da década de 1980 vieram à luz as contribuições essenciais de Piore e Sabel (1984). Ainda na contramão do modelo fordista, para esses autores, empresas com esse perfil estariam configurando um novo modelo – denominado *especialização flexível*. Segundo Lemos (2003), essas contribuições revelaram, de forma ainda mais convincente, a saturação do modo de produção fordista, criando uma divisão industrial entre a especialização flexível e a produção em massa.

Alguns estudiosos do tema acreditam que o modelo da especialização flexível teria o potencial de influir na modificação do cenário mundial. Mas essa opinião é questionada por vários outros, que acreditam se tratar de um modelo neofordista que não possibilitaria

<sup>23</sup> Esperança firmada, confiança de uma pessoa que se fia a alguém ou alguma coisa, sentimento de segurança que reina no domínio público.

transformações estruturais em relação ao fordismo.<sup>24</sup> Alguns acreditam que a melhor opção seria considerá-lo como um modelo pós-fordista. Com efeito, Piore e Sabel (1984) introduziram essa noção de especialização flexível para tentar analisar a realidade italiana do ponto de vista da saturação do modo de produção fordista. Conforme Storper *apud* Lemos (2003), eles não consolidaram um arcabouço teórico-analítico suficiente para se compreender adequadamente a natureza complexa desses sistemas flexíveis e especializados.

Deve-se destacar também, na linha de Amaral Filho (2007), que há uma profusão de correntes teóricas e que são inúmeras as filiações conceituais das dinâmicas econômicas dos distritos industriais. Todas elas, porém, tendem a enfatizar a contribuição do meio sociocultural para a consolidação de relações de cooperação, sendo algumas de suas principais vertentes a do sistema produtivo territorial, a da estrutura industrial local, a do ecossistema localizado e a do sistema industrial localizado.

A segunda grande vertente, por outro lado, relativa a noção de *ambiente inovador* pode ser relacionada à rede de pesquisadores vinculada ao *Grupo Europeu de Pesquisa sobre os Ambientes Inovadores – Associação Philippe Aydalot*, tendo como principais representantes Philippe Aydalot, Denis Maillat e Olivier Crevoisier, entre outros (AMARAL FILHO, 2007; LEMOS, 2003; BENKO, 1996). Essa corrente tem como preocupação central oferecer elementos que contribuam para a sobrevivência dos distritos industriais e para que outras regiões possam conceber com eficácia projetos de desenvolvimento com perfil cada vez mais endógeno. Para tanto, seus adeptos conferem às inovações tecnológicas um papel determinante.

Segundo Amaral Filho (2007), os *milieux innovateurs* se constituem como o *locus* de processos de ajustamentos, de transformação e de evoluções permanentes. Tais processos são acionados por uma lógica de interação e por uma dinâmica de aprendizagem contínua.

A lógica de interação é determinada pela capacidade dos atores de cooperarem entre si em relações de interdependências, principalmente pelo sistema de redes de inovação. A dinâmica de aprendizagem, por sua vez, traduz a capacidade dos atores de modificar seu comportamento em razão das transformações do ambiente externo que os cerca (AMARAL FILHO, 2007, p. 274).

---

<sup>24</sup> Como por exemplo, Benko e Lipietz (2000) destacam e criticam a posição de Krugman considerando frágeis determinados aspectos de sua análise como, por exemplo, os três tipos de espaços: o que está ancorado em muitas grandes empresas; o que está ancorado em grandes instalações do Estado; os que são puras plataformas satélites, sucursais de grandes empresas exteriores à região; tais autores caracterizam esse modelo como um típico fordismo periférico.

O ponto essencial reside no fato de as regiões perceberem e compreenderem as mudanças tecnológicas e mercadológicas, para assim reforçarem sua capacidade de resposta às mudanças, por meio da mobilização dos recursos, conhecimento, laços de cooperação e dinâmicas de aprendizagem institucional. Segundo Maillat (1995), existem alternativas à crença na suposta subordinação do desenvolvimento de uma dada região à capacidade de atração de grandes empresas (ou de filiais das mesmas). Atualmente, o desenvolvimento regional com perfil endógeno dependeria, segundo o mesmo autor, antes, de um reagrupamento territorial dos atores econômicos e da presença de recursos imateriais (formação, pesquisa). Dessa maneira seriam desenvolvidas competências, *know how* e regras ajustadas às características locais. Postula-se então que a proximidade favorece a aprendizagem e a expressão da criatividade (MAILLAT, 1995). Um *milieu* inovativo pode ser assim definido como “[...] o local, ou a complexa rede de relações sociais em uma área geográfica limitada que intensifica a capacidade inovativa local através de processo de aprendizado sinérgico e coletivo” (CAMAGNI *apud* LEMOS, p. 45, 2003). Nesse sentido, essa corrente teórica alimenta-se de certos atributos dos enfoques shumpeterianos,<sup>25</sup> neo-shumpeterianos e de outras vertentes que colocam as dinâmicas de promoção da inovação no centro das atenções.

Já a corrente vinculada às análises em termos de *clusters* resgata também o conceito marshalliano de distrito industrial. Segundo Amaral Filho (2007) o termo *cluster*, de origem anglo-saxã, denota agrupamento ou cacho. Trata-se aqui de um esforço de integração das perspectivas dos distritos industriais e dos *milieux innovateurs*. Refere-se a uma concentração, num território geográfico delimitado, de empresas interdependentes que se beneficiam das mesmas oportunidades na busca de enfrentamento de problemas compartilhados (ROSENFELD, 1996).

Michael Porter<sup>26</sup> foi o autor que obteve maior influência no desenvolvimento dessa corrente, recuperando as noções de pólo de crescimento e indústria-motriz, além da

[...] i) articulação sistêmica da indústria com ela mesma, com o ambiente externo, macroeconômico e infraestrutural, e com as instituições públicas e privadas, tais como universidades, institutos de pesquisa, etc. a fim de maximizar a absorção de externalidades, principalmente tecnológicas; ii) plasticidade na ação conseguida via forte associação entre a indústria, os atores e os agentes locais, que permita processos rápidos de adaptações em face das transformações do mercado; iii) forte

<sup>25</sup> Ver SCHUMPETER, J. The theory of economic development. Cambridge: Harvard University, 1934.

<sup>26</sup> Ver PORTER, M. Aglomerados e Competição: novas agendas para empresas, governos e instituições. In: **Competição**. Rio de Janeiro : Campus, 1999. Cap. 7.

vocação externa, sempre buscando o objetivo da competitividade exterior (AMARAL FILHO, 2007, p. 275).

A idéia seria transformar determinada indústria-chave em líder de mercado na região. A noção de *cluster* aproxima-se, assim, da noção de produção flexível de grande porte, muito mais do que da pequena produção flexível. Lemos (2003) inclui Hubert Schmitz<sup>27</sup> no espectro de autores cujas análises se baseiam nessa abordagem. Sua atenção volta-se para as análises de casos de países em desenvolvimento, buscando identificar: i) a participação em aglomerações de empresas de pequeno porte; ii) os esforços de ação coletiva dos atores locais; iii) a noção de eficiência coletiva entendida como instrumento para compreender diferenças entre os desempenhos de variados tipos de empresas e aglomerações; bem como, iv) o relacionamento dessas aglomerações com o ambiente externo e a sua integração em cadeias produtivas globalizadas. Observa-se, a partir do enfoque baseados na noção de *cluster*, que existem aspectos semelhantes às demais abordagens apresentadas. Todavia, os autores que se vinculam a essa vertente enfatizam a busca de vantagens competitivas. Embora essa corrente seja uma das mais difundidas no mundo atualmente, vincula-se muito mais aos problemas do mercado do que aos problemas relacionados à busca de ordenamento territorial.

Um *bilan* dessas três vertentes teóricas (distrito industrial, *millieux innovateurs* e *cluster*) construído por Lemos (2003), indica o ponto de partida corresponde à noção de economias externas marshallianas, marcadas por iniciativas descentralizadas de empresas e instituições públicas. Essas três correntes valorizam as relações de concorrência e cooperação existentes entre as empresas enraizadas num dado território (Quadro 7).

---

<sup>27</sup> Ver SCHMITZ, H. Collective efficiency and increasing returns. IDS Working Paper no. 50. Brighton : Institute of Development Studies, University of Sussex, March, 1997.

Aspectos	Principais características
Localização	Proximidade ou concentração geográfica dos atores
Atores	Grupos de pequenas empresas; Pequenas empresas nucleadas por grande empresa; Associações, instituições de suporte, serviços, ensino e P&D, fomento, financiamento, etc.
Características	Intensa divisão de trabalho entre as firmas; Flexibilidade de produção e de organização; Especialização; Mão-de-obra qualificada; Competição entre firmas baseada em inovação; Colaboração entre as firmas e demais agentes; Fluxo intenso de informações; Identidade cultural entre os agentes; Relações de confiança entre os agentes; Complementaridades e sinergias.

Quadro 7: Aspectos comuns das abordagens analíticas de aglomerações territoriais em estágios avançados do ciclo de vida

**Fonte:** Lemos (p. 49, 2003).

Os aspectos citados no Quadro 7 apontam para o que há de comum entre os três enfoques, a saber, a proximidade e a localização, os atores envolvidos e as características geradas pelos sistemas produtivos. Porém, na opinião de Amaral Filho (2007), a abordagem dos *milieux innovateurs* difere daquela do distrito industrial: enquanto a segunda privilegia a visão do bloco social, a primeira confere às inovações tecnológicas determinada autonomia e um papel determinante no conjunto das empresas. A noção de *cluster*, por sua vez, pelo fato de constituir uma síntese das abordagens dos distritos industriais e *milieux innovateurs*, estaria mais próxima da concepção de um modelo (normativo), enquanto as outras duas apresentam um perfil de construção mais intuitiva. Para ilustrar as três concepções, observam-se como exemplos promissores desse tipo de dinâmica, segundo Benko (1996), esquematicamente, os casos típicos das aglomerações tecnológicas do Silicon Valley; das aglomerações artesanais ou de PME's, o modelo proposto pela Terceira Itália; e das aglomerações financeiras e de serviços das grandes metrópoles.

De acordo com Santos, Diniz e Barbosa (2004), além dos aspectos já descritos, esses sistemas de produção localizados têm a tendência de dinamizar o desenvolvimento nacional e regional frente a um mundo cada vez mais globalizado, além de possibilitarem a orientação e o desenvolvimento de ações, de planejamento participativo e de cooperação. Eles promovem, assim, o que Schmitz (1997a) define como sendo fenômenos de ganho de “eficiência coletiva”. Apesar dessas abordagens terem proporcionado uma melhor compreensão de experiências promissoras de desenvolvimento territorial, ou mesmo local, elas retrataram a

realidade de regiões específicas, não devendo ser tomadas como modelo ou fórmulas do “bom desenvolvimento”.

O inconveniente de muitas dessas análises é que não são transponíveis a todos os territórios. As redes referenciadas se inscrevem no contexto histórico-cultural da região em questão. Resultam geralmente da superposição de normas e afinidades sociais e econômicas. Além disso, a região é uma escala intermediária entre o local e o nacional, o que torna difícil a caracterização uniforme de um espaço tecno-econômico (HÉRAUD *apud* LEMOS, p. 47, 2003).

O mimetismo, nesse caso, deve ser criticado. Se parece óbvio que é possível aprender com as inúmeras experiências em curso, deve-se reconhecer, entretanto, os limites de aplicabilidade em outros territórios que não compartilham as mesmas especificidades sociais, culturais, políticas, econômicas e mesmo ambientais. Nesse sentido, a próxima seção abordará cursivamente o compêndio teórico brasileiro sobre arranjos produtivos locais, cujo esforço tem sido encaminhado pela RedeSist com o fim de aproximar os estudos desse tipo de dinâmica industrial à realidade brasileira.

### **1.1.2 Os arranjos produtivos locais: uma discussão teórica “tropicalizada”**

Com o intuito de tornar compatível a países em desenvolvimento, como o Brasil, os conceitos que foram aplicados à realidade dos países desenvolvidos, pesquisadores como Cassiolato e Lastres organizaram a *Rede de Pesquisa em Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (RedeSist)*. Optando por uma nomenclatura mais compatível com a realidade brasileira, a RedeSist concebe e define um agrupamento de empresas, denominado *arranjo produtivo local*, como um conjunto de agentes econômicos, políticos e sociais disseminados num dado território e que desenvolvem atividades correlatas, permeadas por vínculos de produção, interação, cooperação e aprendizagem – mesmo que incipientes (LASTRES e CASSIOLATO, 2003; LEMOS, 2003).

Conforme destacam Lastres e Cassiolato (2003, p. 193):

[...] geralmente envolvem a participação e a interação de empresas – que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros – e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos (como escolas técnicas e universidades); pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento.

Para essa rede de pesquisadores, um *sistema produtivo local* representa o estágio mais avançado de desenvolvimento de uma dada aglomeração industrial. Se um sistema produtivo é o estágio mais avançado de evolução, um arranjo produtivo local seria então organizado por qualquer forma de aglomeração produtiva territorializada “[...] cuja dinâmica e desempenho não apresentam elementos suficientes de interação e que, por meio de articulação de seus atores e da aplicação de instrumentos adequados, possam construir e reforçar processos de aprendizado, cooperação e inovação visando se tornar sistemas produtivos e inovativos locais” (LEMOS, 2003, p. 81).

O que motivou a elaboração dos dois termos anteriormente associados foi a tentativa de não limitar o foco dos trabalhos a nenhum conceito que pudesse restringir as possibilidades de análise e promoção de aglomerações produtivas. Sendo assim, a concepção adotada pela RedeSist, estabelece uma “[...] hierarquia baseada em uma noção evolutiva do desempenho competitivo das aglomerações – de arranjos a sistemas – buscando alargar a definição do objeto de análise, com inclusão de diversas realidades, com foco no caso brasileiro, ao invés da exclusão” (LEMOS, 2003, p. 81). Isto significa que um arranjo é uma aglomeração produtiva territorial em estágios intermediários de evolução. A partir dessa concepção Cunha (2007) sistematiza o ciclo de vida de uma aglomeração produtiva, o que torna mais claras as possíveis alternativas de estruturação desses aglomerados.



<b>Aglomerações</b>	<b>Características</b>	<b>Aspectos relativos aos benefícios de uma indústria concentrada</b>
<b>Aglomerações informais</b>	Empresas de pequeno porte Normalmente formado por empresas de setores tradicionais Baixo grau de qualificação dos atores Baixo nível tecnológico Fracas influências na produção e exportação estaduais.	Baixo grau de evolução Baixo grau de cooperação, entrelaçamento de firmas e práticas cooperativas.
<b>Aglomerados em estágios intermediários</b>	Empresas de pequeno e médio porte, podendo existir algumas de grande porte Maior variedade de matrizes Os padrões gerenciais e tecnológicos são relativamente atualizados (comparados ao Brasil).	Estágios superiores de evolução Baixa propensão à cooperação, entrelaçamento de firmas e práticas cooperativas.
<b>Aglomerados organizados</b>	Empresas de pequeno e médio porte, com certa freqüência a existência de empresas de grande porte Grande diversidade de estruturas e características empresariais Adotam práticas de gestão moderna, tecnologias atualizadas compatíveis com o padrão global Geralmente sobressaem-se pelo montante das exportações Significativa influência regional, como geradores de emprego e formação da renda.	Níveis potenciais de cooperação, entrelaçamentos de firmas e cooperação efetiva são medianos No interior do aglomerado há iniciativa a desverticalização (mesmo que insuficientes para beneficiar-se com a flexibilidade produtiva e eficiência operacional) Benefícios gerados pelas externalidades - redução dos custos dos fatores de produção Eficiência coletiva com resultados fracos a médios.
<b>Aglomerados inovativos</b>	Tipo ideal: Empresas altamente organizadas; Capacidade de inovação e gestão compatíveis com os padrões globais Elevados níveis de exportação.	Desverticalização da produção no interior do aglomerado Abertura dos canais de informação; Espriamento de conhecimentos e de inovações Interação e elevado grau de sinergia entre os diferentes atores do aglomerado.

Quadro 8: Tipos de aglomerações industriais

**Fonte:** Adaptado de Cunha (2007).

Essa classificação é interessante pelo fato de abarcar tipos diferenciados de aglomerados, buscando destacar que existem aqueles considerados incipientes ou em estágio informal, alguns intermediários, outros já organizados e por fim os inovadores. Todos esses tipos apresentam características específicas e contribuem para a identificação da situação dessas aglomerações industriais estudadas empiricamente. Por sua vez, Eurada *apud* Cunha

(2007), ilustra a organização do ciclo de vida e estágios dos aglomerados de maneira mais didática (Figura 6) e ilustrativa.

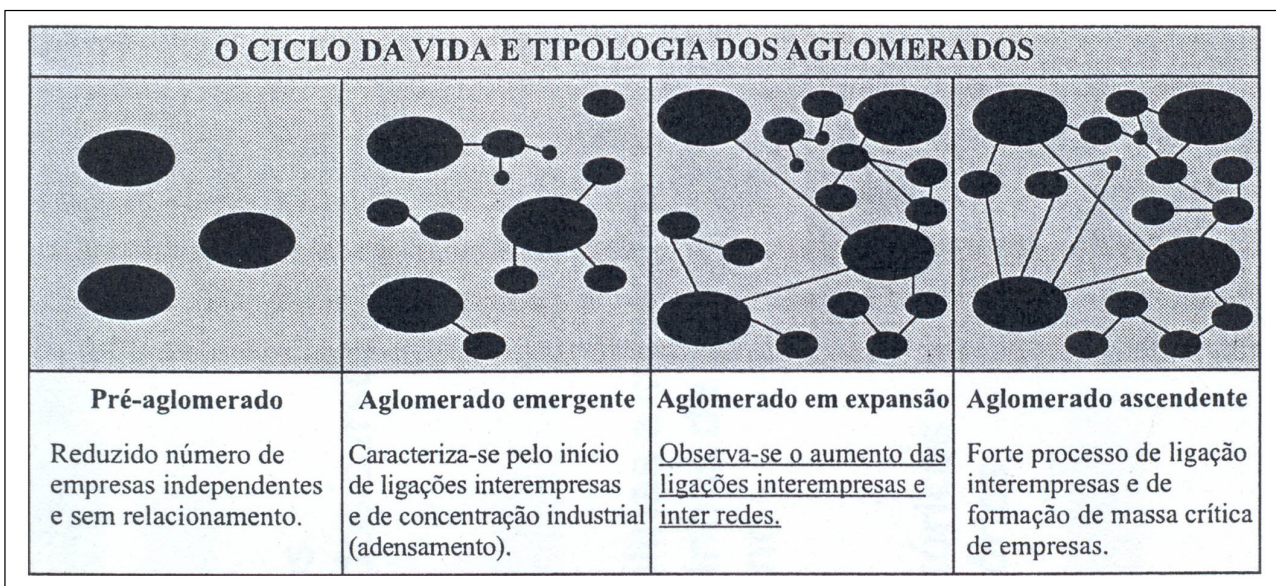


Figura 6: O ciclo da vida dos aglomerados industriais

**Fonte:** Cunha (2007); Casarotto Filho e Pires (2001)

Cunha (2007) afirma que essa representação gráfica difere da classificação dos aglomerados expostos no Quadro 8, ao contribuir para a visualização das fases possíveis do seu desenvolvimento. É evidente que a realidade é mutável, e que existem inúmeras outras fases desses aglomerados não destacadas nestas tipologias. Mas para fins didáticos, considera-se interessante apresentar essa ilustração como suporte à discussão teórica colocada em pauta nesta tese.

Além disso, Cassiolato e Lastres (2003), por sua vez, argumentam que o enfoque em termos de arranjos produtivos locais acrescentou novos aspectos às abordagens tradicionais, transcendendo o enfoque setorial ou baseado na noção de cadeias produtivas. Este conceito é entendido como uma alternativa de análise complementar que não substitui as abordagens tradicionais. As vantagens em promover análises centradas em APLs seriam as seguintes:

- representar uma unidade prática de investigação que vai além da tradicional visão baseada na organização individual (empresa), setor ou cadeia produtiva, permitindo estabelecer uma ponte entre o território e as atividades econômicas, as quais também não se restringem aos cortes clássicos espaciais como os níveis municipais e de micro-região;
- focalizar um grupo de diferentes agentes (empresas e organizações de investigação e desenvolvimento, educação, treinamento, promoção, financiamento, etc.) e atividades conexas que usualmente caracterizam qualquer sistema produtivo e inovativo local;
- cobrir o espaço que simboliza o locus real, onde ocorre o aprendizado, são criadas as capacitações produtivas e inovativas e fluem os conhecimentos e particularmente aqueles tácitos;
- representar o nível no

qual as políticas de promoção do aprendizado, inovação e criação de capacitações podem ser mais efetivas (CASSIOLATO e LASTRES, 2003, p. 194).

Além de facilitar a análise de aspectos relativos à realidade brasileira, Cassiolato e Lastres (2003), indicam outros pontos visando orientar a formulação de políticas de fomento de arranjos produtivos e inovativos locais. O primeiro diz respeito à identificação e desenho de políticas que sejam baseadas nas especificidades dos ambientes e dos atores locais. O segundo pressupõe que tais políticas serão mais eficazes se focalizarem o conjunto dos atores e seus ambientes. Revela-se assim a importância de se trabalhar “[...] atores coletivos com olhar e ação sistêmicos, mobilizando a participação de agentes locais, e, ao mesmo tempo, garantindo a coerência e coordenação das políticas em nível local, regional, nacional e supranacional” (CASSIOLATO e LASTRES, 2003, p. 194). Aqui a atenção recai na avaliação do papel das aglomerações de empresas

[...] que apresentam processos de aprendizados interativos, qualificações técnicas e organizacionais, conhecimentos tácitos acumulados, confiança nas relações e as proximidades geográfica, social e cultural como fontes importantes de diversidade e vantagens comparativas, bem como formas específicas de promovê-las (LEMOS, p. 82, 2003).

Os sistemas produtivos, nos moldes dos distritos industriais italianos, devem ser vistos como tipos ideais, passíveis de serem adaptados a diferentes contextos nacionais e regionais. A posição de Lemos (2003) baseia-se na hipótese de que os APLs estão concentrados em níveis intermediários de evolução no espectro das aglomerações industriais, sendo os sistemas produtivos locais mais próximos do tipo ideal dos distritos industriais italianos.

A partir do exposto, reconhece-se a dificuldade em definir e caracterizar um APL a partir das experiências empíricas já acumuladas, visto que cada qual tem suas características e se configura de maneira singular. A complexidade certamente está presente na identificação desses APLs. Eles podem se concentrar na capacidade de inovação, na governança e na cooperação local, assim como na existência de arranjos institucionais de apoio à sua evolução. Nesse sentido, o Box 2, ajuda a elucidar o conceito da cooperação entendido como mecanismo chave do processo de constituição de um dado arranjo produtivo local.

**Box 2: Conceitos de cooperação em APLs**

No dicionário Petit Robert, o termo cooperação é definido como ação de participar de uma obra comum, colaboração, ajuda. Assim como para Lastres e Cassiolato (2007, p. 9), “[...] o significado genérico de cooperação é o de trabalhar em comum, envolvendo relações de confiança mútua e coordenação, em níveis diferenciados, entre os atores”. Resgatando os tipos de mecanismos de cooperação em arranjos produtivos locais, identifica-se a cooperação produtiva para Lastres e Cassiolato (2005) pode ter vários papéis. Um deles é o da *cooperação produtiva*, que visa à obtenção de economias de escala e de escopo, bem como a melhoria dos índices de qualidade e produtividade; outro é a *cooperação inovativa*, relativa a cooperação para formação da mão-de-obra e para a resolução de problemas comuns (REDESIST, 2007). Apesar dessas duas perspectivas do termo cooperação serem interessantes, os autores das escolas francesas e italianas defendem o ponto de vista segundo o qual a cooperação é um mecanismo baseado em relações de reciprocidade e confiança, estendendo-se além do campo econômico (COURLET e SOULAGE, 1994; COURLET, 2001).

Com a finalidade de sistematizar os usos do conceito de cooperação, Lastres e Cassiolato (2007), argumentam que ela é um fator importante para a organização de um APL, podendo ocorrer por meio de: i) intercâmbio sistemático de informações produtivas, tecnológicas e mercadológicas (com clientes, fornecedores, concorrentes, comunidade local, etc.); ii) interação de vários tipos, envolvendo empresas e outras instituições, por meio de programas comuns de treinamento, realização de eventos/feiras, cursos e seminários, entre outros; iii) integração de competências, por meio da realização de projetos conjuntos, incluindo desde melhoria de produtos e processos até pesquisa e desenvolvimento propriamente dita entre empresas e destas com outras instituições; iv) integração com outros setores/atividades da região por meio de troca de informações, formação de parcerias, consórcios, cooperativas etc.

**Fonte:** (COURLET e SOULAGE, 1994; COURLET, 2001; LÉVESQUE, 2001; LASTRES e CASSIOLATO, 2003; REDESIST, 2007; LASTRES e CASSIOLATO, 2007)

Com efeito, verifica-se que os inúmeros trabalhos realizados à luz desse enfoque têm demonstrado que a dimensão socioeconômica ainda é predominante. Decorre daí a necessidade de se reconhecer os seus limites, buscando integrar aos estudos sobre o tema outros elementos que não a eficiência microempresarial, e que reforcem a adoção de uma perspectiva ecológico-humana nas análises do desenvolvimento territorial. Embora a preocupação com a sustentabilidade seja ainda marginal nesses estudos, nas próximas seções serão introduzidos alguns subsídios que apontam na direção de uma incorporação mais sistemática das variáveis socioambientais na busca de dinamização produtiva com perfil endógeno.

Nesta tese adotamos a definição de arranjos produtivos locais proposta por Lemos (2003). Apesar das contribuições do grupo RedeSist, sua posição está muito mais próxima das correntes evolutivas da inovação e do aprendizado, como a do ambiente inovador, e daquela dos *clusters*, centrada no fomento da competitividade empresarial, do que da posição dos distritos industriais italianos, centrada na perspectiva da construção social do mercado. Porém, nossa intenção é a de pensar essa organização industrial como um elemento de promoção de estratégias de desenvolvimento territorial sustentável.

Dessa forma, argumenta Sachs (1986), seria preciso levar em consideração as características específicas de cada contexto socioambiental e, no caso dos APLs, não é diferente. A perspectiva dos arranjos produtivos locais parece, assim, ser mais compatível

com a realidade brasileira. Na medida em que cada região é permeada por sistemas políticos, institucionais e sociais específicos, os quais não podem ser esquecidos. Acreditamos também, por outro lado, que, sem a compreensão da governança local, torna-se ainda mais difícil compreender a dinâmica dos arranjos produtivos locais. Nesse sentido, antes de fazer uma reflexão sobre a dimensão socioambiental a ser incorporada nesses estudos, é necessário levar em conta os avanços recentes sobre a problemática da governança em sua relação com as dinâmicas territoriais de desenvolvimento.

## 1.2 Modos de regulação e governança no contexto dos APLs

Segundo a Comissão da União Européia (2007), o termo *governança* é derivado do verbo grego *kubernân1* e foi utilizada pela primeira vez, de maneira metafórica, por Platão para designar o governo dos homens. O verbo latino *gubernare* dispõe do mesmo significado e daí surgiram vários outros termos com a mesma significação, em diferentes idiomas.

A França do século XIII foi o berço dessa expressão, utilizada como equivalente da concepção de governo<sup>28</sup> (GAUDIN, 2002). Em compensação, foi somente no século XIV que emergiu na língua inglesa a noção de *governance*. Na década de 1990 ela passou a ser utilizada pelos economistas e políticos ingleses, além de algumas instituições internacionais como a ONU, o Banco Mundial e FMI, notadamente, como a “arte de governar”. Conservando o seu sentido inicial, incorporou duas acepções suplementares: uma marcada pela distinção entre governo e instituição, e a outra pela promoção de um novo modo de gestão dos negócios públicos, fundados na participação da sociedade civil em todos os níveis - do local ao global.

No entanto, para se compreender o contexto que deu origem às primeiras acepções do termo governança, e como ele foi sendo ampliado com o passar dos tempos, Cruz Filho (2006), assevera que se faz necessário reportar, inicialmente, à crise do fordismo. Nesse período, a produtividade decaiu e o desemprego aumenta, configurando assim uma situação agravada pela crise do petróleo, em 1973. Esse movimento levou as elites políticas norte-americanas a se reorganizarem, a partir de uma redefinição do papel do Estado. Dessa redefinição, somada às influências do interesse privado, generaliza-se o termo na década de

---

<sup>28</sup> Nessa época, século XII e XIII, esse termo aparece como um debate relativo ao equilíbrio entre os poderes reais e parlamentares. E esse debate ocorre em uma época em que a soberania do rei passaria a levar em conta os novos princípios de onde emergiram o direito das pessoas e a idéia de sociedade civil. A governança conservou alguns desses traços do seu uso mais antigo (GAUDIN, 2002).

1980. Por outro lado, a estratégia para se resolver a crise do *welfare state* na Grã-Bretanha foi a de adotar os pressupostos neoliberais. A partir do enfraquecimento do papel interventor do Estado, ocorre a “institucionalização de formas de ação coletiva, a multiplicação de parcerias e o desenvolvimento de processos de organização conjunta visando ao atendimento dos interesses gerais da sociedade” (CRUZ FILHO, 2006, p. 50). Finalmente, destaca-se a importância da administração pública para se analisar a concepção de governança. De certa forma, o conceito de *welfare state* foi dimensionado em oposição ao ideário do socialismo, mobilizando uma série de recursos para beneficiar os mais necessitados, mas de maneira temática e assistencialista.

Apesar da importância desses elementos para uma compreensão adequada de riqueza embutida no conceito de governança, é preciso localizar os novos usos desse termo no transcurso do século XX.<sup>29</sup> Além das referências ao domínio público, outros atributos reforçam a sua popularização, como é o caso da microeconomia. O debate sobre governança no âmbito da economia empresarial ocorreu após o seu confronto com os fluxos da economia global e com a generalização das subcontratações (GAUDIN, 2002).

De maneira mais precisa, a partir de meados do século XIX assistiu-se a uma mudança de nível nas análises das práticas econômicas (LÉVESQUE *apud* BOURQUE, 2000). Vários autores observaram a evolução de uma perspectiva centrada sobre a crise das estruturas ou dos modos de regulação (aspectos já citados, como a crise do *welfare state* e do fordismo, entre outros acontecimentos), às novas perspectivas de vantagem em relação à ação dos atores. Mas outros especialistas acreditam que não se trata apenas do surgimento de novas teorias, mas de uma transformação paradigmática. Bourque (2000), por exemplo, admite que as transformações teóricas e epistemológicas estão estreitamente ligadas a uma nova fase do processo de transformação das práticas econômicas, iniciada na década de 1970.

Na busca de uma definição do conceito de governança, verifica-se que ele está presente num campo que, segundo Gaudin (2002), divide-se em dois grandes eixos: um que enfatiza a governança interna das organizações, seus sistemas de gestão e hierarquia; e outro que enfatiza a governança territorial, cuja ênfase recai nos padrões de regulação institucional e de interação existentes no âmbito de um mesmo território.

---

<sup>29</sup> Nos anos de 1990, conforme Gaudin (2002) se descobre um poder não somente multipolar, complexo, fluído, mas também que é atualmente de alguma forma ‘descentralizado’. O Estado não é mais o centro das coisas, depara-se na atualidade com um mundo no qual as instituições se estabelecem por um novo tripé: as relações internacionais, as relações essenciais e os benefícios dos poderes locais.

Da perspectiva territorial, o conceito de governança recobre estratégias de interação dos diferentes atores no seio das organizações, as estruturas organizacionais, as formas predominantes de regulação, a capacidade das organizações de identificar, mobilizar e gerir, de maneira sustentável, seus recursos raros e específicos, além da sua capacidade de interagir com outras organizações sociais, e de interagir com a biosfera. Governança, nessa perspectiva, significa um conjunto de sistemas de regulação intencional gerado por uma determinada organização social (BOURQUE, 2000). Para precisar essa definição, Bourque (2000, p. 10) adota o conceito de Hollingsworth e destaca que, [...] *un système de gouvernance est donc défini comme la totalité des arrangements institutionnels [...] qui régulent les transactions à l'intérieur et à travers les frontières d'un système économique.*<sup>30</sup>.

A visão territorial da governança tem uma concepção mais ampla daquela que se tinha no século XIII e XIV e também uma visão oposta à da governança mundial. Nessa perspectiva, portanto, a governança é mantida por um conjunto de atores e instituições que não pertencem somente à esfera governamental, mas que se traduz pelas relações de interdependência existentes entre o poder e as instituições associadas a uma ação coletiva específica. A governança é um processo institucional e organizacional de construção de mecanismos compatíveis com os diferentes modos de coordenação existentes entre atores sociais geograficamente próximos, para que possam resolver os problemas produtivos inéditos sentidos no território (PECQUEUR, 2004), e para solucionarem problemas que transcendem os limites das relações econômicas.

No campo da análise espacial, são importantes as contribuições de Salais e Storper, conforme Benko (1996). A governança na perspectiva do autor supramencionado é concebida como uma forma de organização existente entre as firmas e que ultrapassa as relações estritamente mercantis (BENKO, 1996; BENKO e LIPIETZ, 2000). Ou seja, para reforçar o que foi exposto até o momento, a governança está relacionada ao conjunto dos modos de regulação existentes entre o mercado e a política. Todos os autores ora estudados corroboram a idéia de que as modalidades de coordenação econômica existentes são fruto da interação das pessoas, dos produtos, das convenções, das ações humanas, das formas de incerteza que são colocadas ao conjunto dos atores econômicos e que são por eles geridos. Sendo assim, com o passar do tempo, essas análises favoreceram uma definição mais convincente do sentido do termo governança.

---

<sup>30</sup> Tradução: “[...] um sistema de governança é então definido como a totalidade dos arranjos institucionais que regulam as transações no interior e através das fronteiras de um sistema econômico”.

Com efeito, para fazer avançar este debate, Bourque (2000) apresenta uma tipologia dos modos de governança, com o intuito de oferecer outros elementos além daqueles apresentados pelos modos tradicionais de coordenação das atividades econômicas. Este autor destaca também que essa classificação visa ampliar a noção recomendada pelos economistas neo-institucionalistas, que aplicam de maneira restritiva as duas grandes formas de coordenação econômica: a mercantil e a hierárquica.

Por sua vez, essa tipologia mais ampla está escorada em dois postulados. Por um lado, a ação econômica é vista, essencialmente, como uma forma de ação social; por implicação, toda ação social é governada por um conjunto de regras e normas. Por outro lado, constata-se que as atividades econômicas são continuamente influenciadas pelo surgimento de problemas de coordenação<sup>31</sup>.

Sendo assim, os modos de governança são definidos como tipos particulares das trocas econômicas socialmente construídas, isto é, trocas que serão estruturadas historicamente pelo processo de organização de papéis definidos no conjunto de relações não econômicas estabelecidas entre os atores. Tais modos de governança asseguram as normas e regras com maior regularidade do que a troca. Bourque (2000) destaca ainda que os modos de governança mercantil, hierárquico, estatal, comunitário e em parceria constituem tipos ideais, que sistematizam os grandes princípios organizacionais mencionados na literatura acadêmica. Na realidade, esses modos de governança se combinam, configurando uma dinâmica de hibridização. De maneira sintética, para Bourque (2000) esses tipos podem ser definidos da seguinte forma.

---

<sup>31</sup> Aqui há uma ruptura com a economia neoclássica.



<b>Tipo</b>	<b>Fatores</b>	<b>Atores</b>	<b>Mecanismos de ação</b>
<b>Governança mercantil</b>	Conjunto de mecanismos em que os agentes trocam os direitos de propriedade Mecanismos que repousam sobre regras universais: as relações são impessoais, as trocas permutáveis/intercambiáveis e os termos de troca devem satisfazer cada uma das partes.	Individuais nas suas relações com o mercado.	O preço é uma regra coletiva e a principal incitação à adaptação de comportamentos de inovação e de eficácia Riscos são privados e recaem sobre escolhas individuais. Interesse individual da esfera econômica e política
<b>Governança hierárquica corporativa</b>	Coordenação exercida por uma autoridade hierárquica fundada sobre os direitos de propriedade Os direitos de propriedade são definidos de uma maneira tal que as grandes gestoras passam a ser os macro-atores tratados como representantes legítimos de múltiplos acionistas.	A grande empresa e empresas menores satélites da maior.	Estratégia de integração vertical A grande empresa permite uma melhor previsibilidade graças à minimização das incertezas relativas as transações realizadas a montante e a jusante, e um planejamento mais a longo prazo que encoraja a padronização e as economias de escala O crescimento econômico se realiza em meio às aquisições e fusões Coordena as relações de subcontratação de uma rede de MPES.
<b>Governança estatal</b>	Papel de garantir o funcionamento apropriado dos outros modos de coordenação imposta ao conjunto de atores e das orientações, de acordo com a opinião pública, podendo contar com o potencial da força legítima para produzir bens públicos ou agir diretamente na produção de bens e serviços privados A diversidade entre os países ou entre os setores econômicos constitui a mais importante fonte de variados sistemas nacionais de governança.	Macro-atores responsáveis pelo interesse público ou pelo interesse geral.	Podem tomar inúmeras formas: i) regulamentação ou monopólios exercidos sobre certas atividades ii) imposição da padronização iii) financiamento das empresas iv) determinação dos preços e dos salários ou da existência de relações privilegiadas com os autores sociais. De acordo com os atores, as demandas em favor de sua intervenção podem ser ilimitadas e se fazem habitualmente por intermédio de agências públicas especializadas.
<b>Governança comunitária</b>	- Coordenação das atividades ligadas aos indivíduos ou as organizações sobre a base de uma confiança mútua - Apóia-se sobre relações pautadas em um conjunto de obrigações mútuas - As redes informais não são uma estrutura hierárquica formal e não desembocam sobre uma integração vertical - É um tipo de governança mais flexível que a governança hierárquica e mais estável que a mercantil.	Macro-atores, difíceis de serem divididos, na medida em que todos os atores têm seus objetivos mais ou menos expressos diante do conjunto.	As redes informais se estabelecem, seja em torno de uma cultura particular ou de sentimentos de pertencimento compartilhados por uma comunidade, seja sobre a base de unidades dominantes impondo um conjunto de regras e normas às parcerias reagrupadas em torno delas.
<b>Governança em parceria /associativa</b>	Contrariamente às redes informais da governança comunitária, as redes da governança associativa são mais formalmente institucionalizadas A governança associativa constitui o prolongamento formal da governança comunitária É também, por diversas razões (intermediação dos grupos de interesse, forte institucionalização, definição do bem público), a governança associativa é estritamente associada à governança estatal através das diversas formas de delegação de poder.	Macro-atores devotos à defesa do interesse coletivo de um grupo particular.	Define e promete a produção de bens públicos apoiando-se principalmente sobre três tipos de relações: i) organizando e reforçando os comportamentos de cooperação entre os membros; ii) se engajando em ações coletivas em vista de negociar convenções entre associações; iii) mobilizando ou influenciando a política pública conforme os interesses de seus membros. Essas associações podem, por exemplo, reagrupar os trabalhadores, os empregadores ou os membros de uma comunidade.

Quadro 9: Tipos de governança

Fonte: Adaptado de Bourque (2000)

De acordo com o Quadro 9, existe um amplo espectro de tipos de governança. Entretanto, Benko e Lipietz (2000) destacam que, no campo socioeconômico e numa acepção restrita, a governança pode ser também entendida como uma forma de organização inter-empresarial que se caracteriza por relações de poder que vão além do foco do mercado. Na concepção de Benko e Lipietz *apud* Courlet e Soulage (1994), a governança nos remete às formas intermediárias de regulação, sejam elas, mercantis ou estatal, e que articulam interesses privados e público, aspectos econômicos e sociais, declarando-se sensíveis aos critérios de eficácia e equidade. Essa é a visão clássica e neo-institucionalista da governança. Porém, a concepção de Bourque (2000) cuja sistematização absorveu inúmeras formas possíveis de governança parece mais coerentes para projetos que estejam inseridos em uma perspectiva sistêmica do desenvolvimento.

Para ilustrar a forma como o termo governança (no campo econômico) vem sendo tratado de maneira recorrente, principalmente pelos estudiosos das aglomerações industriais sensíveis às contribuições dos adeptos da corrente dos *clusters* industriais, Schmitz *apud* Cunha (2007) definem as categorias de governança, apontando para três grandes tipos, aproximando-se assim das formas concebidas por Benko e Lipietz (2000):

GOVERNANÇA	Âmbito	
	Local	Global
<b>Privada</b>	Associações empresariais locais Clusters do tipo eixo (Hub) raio (Spoke)	Cadeias globais coordenadas pelo comprador Cadeias globais coordenadas pelo produtor
<b>Pública</b>	Agências governamentais locais e regionais	Regras de organização mundiais Regras nacionais e supranacionais
<b>Público-privada</b>	Redes de produtores locais e regionais	Padrões internacionais. Campanhas e reivindicações internacionais de ONGs. Empresas com influência global.

Quadro 10: Categorias de governança

**Fonte:** Schmitz *apud* Cunha (p. 126, 2007).

A estrutura da tipologia apresentada no Quadro 10 está pautada nos movimentos e ações do conjunto de empresas, e por isso mais próxima de uma forma de regulação que tem no mercado o seu principal canal de articulação. A tipologia destacada por Cunha (2007) e Schmitz (1997b), por sua vez, aponta os tipos polarizados da governança privada, pública e um misto público-privada. Contudo, é interessante, pois os autores apresentam também uma tipologia adicional que integra as dimensões local e global, demonstrando as zonas e instituições que consolidam cada tipo de governança no âmbito de cada cadeia produtiva ou *filière*.

Além desse modelo de governança idealizado por Schmitz (1997a) e Schmitz (1997b), a rede que estuda os APLs no Brasil segue várias orientações para a definição desse termo (REDESIST, 2007). Tais estudiosos polarizam esse conceito em dois tipos de governança: **por rede** e **por hierarquia**. A primeira caracteriza-se pela existência de aglomerações de micro, pequenas e médias empresas, sem grandes empresas localmente instaladas exercendo o papel de coordenação das atividades econômicas e tecnológicas. Além disso, destaca-se por apresentar uma forte intensidade de relações cooperativas entre um grande número de agentes (sem que nenhum deles assuma uma posição dominante), que se mostram dispostos a se engajar em ações coletivas visando negociar convenções entre associações e influenciar a definição de políticas públicas. Já o segundo tipo, **a governança por hierarquia**, caracteriza-se pelo fato de que a autoridade é claramente internalizada no âmbito de grandes empresas, com real ou potencial capacidade de coordenar as relações econômicas e tecnológicas no nível local.

Apesar dessa estrutura idealizada por Schmitz e pela RedeSist contribuírem para uma melhor compreensão da estrutura dessas redes de empresas, a tipologia de Bourque (2000), como anteriormente destacado, resgata elementos que nos conduzem a uma noção mais ampla de governança, transcendendo os limites do campo estritamente econômico. Todavia, não se deveria subestimar o fato da primeira realçar a importância de uma compreensão rigorosa dos espaços de manobra que existem atualmente para o ensaio de novas formas de relacionamento com o exterior, no âmbito de uma economia mais e mais globalizada, sem incorrer numa concepção ingênua do critério de autonomia local.

Decorre daí a opção pela incorporação da tipologia de Bourque (2000), que a nosso ver apresenta a vantagem de agregar novos elementos à análise, ao insistir no pluralismo de perfis de governança e na perspectiva de hibridização dos mesmos, em virtude da diversidade de experiências e dinâmicas territoriais. Portanto, a tipologia canadense apresentada no Quadro 9, parece-nos mais ampla e mais fértil para o desenvolvimento de um programa de estudos de caso comparativos.

A evolução desse debate reforça a impressão de que a experimentação com novas modalidades de ação coletiva, norteadas pelo ideário do desenvolvimento territorial, vem se intensificando nos últimos tempos (LE GALÈS, 2004). Todavia, num contexto de globalização assimétrica, elas nos parecem ainda fortemente condicionadas pela ideologia economicista, colocando em segundo plano o enfrentamento dos dilemas colocados pela visão ecológica dos limites do crescimento material.

Esta tomada de consciência justifica uma reflexão adicional sobre a temática dos impactos socioambientais dos sistemas produtivos num cenário de fomento de estratégias de desenvolvimento territorial. Como já foi indicado anteriormente, esse esforço de síntese é fruto de uma tentativa de construir um aparato empírico-analítico articulado aos conceitos de APL e governança, sob o pano de fundo da teoria do desenvolvimento territorial sustentável.

### **1.3 Perspectiva de integração da problemática socioambiental no discurso sobre aglomerações industriais**

Já nos referimos na introdução ao fato da problemática socioambiental ter emergido no campo do planejamento do desenvolvimento no final dos anos 1960. A discussão sobre o assunto atendeu inicialmente aos interesses dos países industrializados. A agenda de prioridades contemplava os problemas da contaminação e degradação ambiental e de um eventual esgotamento dos recursos naturais, agravado pelas evidências de crescimento demográfico exponencial. No transcurso da década seguinte, o foco começou a se deslocar no sentido da incorporação das assimetrias Norte-Sul e do fenômeno da “poluição da pobreza” (SACHS, 2007). Daí em diante, o critério de *sustentabilidade ampliada*, articulando as dimensões socioeconômica, sociocultural, sociopolítica e socioecológica vem se impondo como um fator determinante no desenho de estratégias alternativas de desenvolvimento rural e urbano (Box 3).

Dentre os primeiros acontecimentos relevantes em âmbito internacional relativo ao debate sobre meio ambiente tem-se o Relatório de Founex que apontou os principais tópicos relacionados aos problemas do meio ambiente, rejeitando as abordagens reducionistas do ecologismo “a qualquer preço” e do economicismo estreito (SACHS, 1993). Esses debates foram uma preparação para a Conferência das Nações Unidas que seria realizada, em 1972, em Estocolmo e que buscava, de acordo com Sachs (1992), uma via intermediária entre as duas visões apontadas acima. Para Sachs (1992, p. 07) “a lição mais proveitosa que surgiu de Founex, e depois de Estocolmo, é que seria possível imaginar um caminho de desenvolvimento que fosse ao mesmo tempo socialmente útil, ecologicamente prudente e que atendesse a critérios de eficiência econômica”.

Nos anos precedentes, houve mobilizaram-se para a realização do Seminário do México, em 1974, com preocupações relacionadas ao superdesenvolvimento e subdesenvolvimento na perspectiva do codesenvolvimento. Todas essas reflexões culminaram no Relatório Brundtland em 1987, que levou à convocação da Conferência do

Rio de Janeiro, ECO 92, sem contar os eventos paralelos que ocorreram em todo o mundo. As décadas de 1970 e 1980 foram importantes na medida em que conduziram a progressos conceituais, ampliando conhecimento empírico sobre o funcionamento da biosfera, sobre os riscos das atividades humanas, além do avanço na institucionalização da preocupação com o planejamento e gestão ambiental (SACHS, 1993).

**Box 3: Controvérsias sobre o conceito de sustentabilidade**

O debate sobre o conceito de sustentabilidade é antigo. Coube ao cientista alemão Faustmann utilizá-lo pela primeira vez em 1849, visando avaliar economicamente o período de rotação das florestas. Contudo, sua utilização recorrente, mas com um perfil reducionista, no campo da gestão de recursos naturais renováveis remonta à década de 1930 (HOLLING, BERKES, FOLKE, 1998).

Na abordagem sistêmica, o termo designa uma grande variedade de objetivos ecológicos (preservação da diversidade genética), sociais (necessidades básicas humanas, mas mantendo os processos ecológicos essenciais e sistemas suporte de vida), e econômicos (assegurar a utilização sustentável das espécies e ecossistemas). Segundo o célebre Relatório Brundtland, o desenvolvimento sustentável seria aquele que atende às necessidades básicas da geração atual sem comprometer o atendimento das gerações futuras.

Os dois tipos de sustentabilidade são contrastantes. O conceito reducionista apreende os recursos como *commodities*, apontando caminhos para sua eficiente utilização no bojo da teoria econômica neoclássica. Todavia, o enfoque de gestão de *commodities* no mercado competitivo e atrelado às expectativas de curto prazo não garante a conservação da biodiversidade no longo prazo (HOLLING, BERKES, FOLKE, 1998).

Já na opinião de Frey (2001) podemos distinguir três abordagens deste conceito seminal: (i) a econômico-liberal de mercado, (ii) a ecológico-tecnocrata, e (iii) a democrático-participativa. A primeira parte da premissa de que o crescimento econômico conduz automaticamente a um padrão de uso racional dos recursos naturais, ao progresso técnico e à abertura de novas necessidades de consumo compatíveis com a conservação do meio ambiente. A segunda vertente orienta-se no sentido de reconhecer a intervenção estatal como uma condição necessária, através do planejamento, para se evitar os impactos socioambientais destrutivos das dinâmicas de crescimento econômico. Por sua vez, a terceira perspectiva “almeja antes de tudo a defesa da humanidade ou uma vida digna para todos; em consequência, deveria propiciar também relações cada vez mais harmoniosas com a natureza” (FREY, 2001, p.22).

Outra linha de argumentação relevante apoia-se na contribuição clássica de Ignacy Sachs, um dos arquitetos do enfoque de ecodesenvolvimento (1993). Ele distingue cinco dimensões do conceito: i) *sustentabilidade social*, relacionada à construção de uma nova civilização do *ser*, em contraposição à civilização do *ter*; ii) *sustentabilidade econômica*, “possibilitada por uma alocação e gestão mais eficientes dos recursos e por um fluxo regular do investimento público e privado. [...] a eficiência econômica deve ser avaliada mais em termos macrosociais do que apenas por meio de critérios de lucratividade microempresarial”; iii) *sustentabilidade ecológica*, a ser alcançada por meio da engenhosidade na utilização da base de recursos potenciais existente nos diversos ecossistemas, da limitação do consumo de recursos não-renováveis e produtos facilmente esgotáveis e sua substituição por recursos renováveis; redução da poluição mediante a reciclagem sistemática de detritos das atividades produtivas e de consumo; combate ao consumo supérfluo de mercadorias; pesquisa de tecnologias limpas e por fim definir regras para proteção ambiental, bem como de um aparato institucional que assegure o cumprimento das normas propostas; iv) *sustentabilidade espacial*, no sentido do aperfeiçoamento progressivo das configurações rural-urbanas; e, finalmente, v) *sustentabilidade cultural*, está relacionada à “[...] busca das raízes endógenas dos modelos de modernização e dos sistemas rurais integrados de produção, privilegiando processos de mudança no seio da continuidade cultural e traduzindo o conceito normativo de ecodesenvolvimento em uma pluralidade de soluções particulares, que respeitam as especificidades de cada ecossistema, de cada cultura e de cada local” (SACHS, 1993, p. 27).

**Fonte:** Holling, Berkes, Folke (1998); Frey (2001); Sachs (1993).

Apesar de ter influenciado um amplo processo de revisão dos fundamentos epistemológicos da ciência econômica, o esforço de pesquisa concentrado desde o final dos anos 1960 na elucidação do nexos *desenvolvimento & meio ambiente* ainda não conseguiu promover uma tomada de consciência efetiva da crise socioambiental e dos seus reflexos no âmbito do mercado. No que diz respeito à problemática da tese, as noções de APL e governança territorial muitas vezes são usadas sem uma referência explícita ao conceito sistêmico de sustentabilidade.

Dessa forma, parece-nos importante resgatar a sub-área de conhecimento ecológico-humano centrada na avaliação de impactos socioambientais. Como referido acima, as diversas conferências sobre o tema desenvolvimento e meio ambiente influenciaram inúmeras áreas de atuação dessa problemática. Dentre elas tem-se aquela relativa à avaliação de impacto socioambiental. Desde a sua origem, no contexto do National Environmental Policy Act (NEPA), em 1969, o significado e o objetivo da avaliação de impacto socioambiental vêm sendo objeto de inúmeras interpretações, dependendo do ponto de vista adotado (SÁNCHEZ, 2006a).

Trata-se de uma técnica concebida para identificar, prever, interpretar e comunicar por meio de informações precisas os impactos de uma dada ação sobre a saúde e bem-estar humanos, bem como sobre a conservação da funcionalidade dos sistemas de suporte da vida. Uma ação é definida como qualquer projeto de engenharia, proposição legislativa, política, programa ou procedimento operacional com implicações relevantes sobre a qualidade do meio ambiente. E o conceito de *efeito* designa um processo induzido pela ação humana e que gera impactos perceptíveis sobre o ambiente biofísico ou construído - a exemplo da erosão dos solos, da dispersão de poluentes, ou da deslocalização das pessoas (Figura 8).

Como sugere a Figura 7, dentre as características essenciais da AIA destacam-se seu caráter preventivo, prospectivo e comparativo (entre a situação inicial e a final).

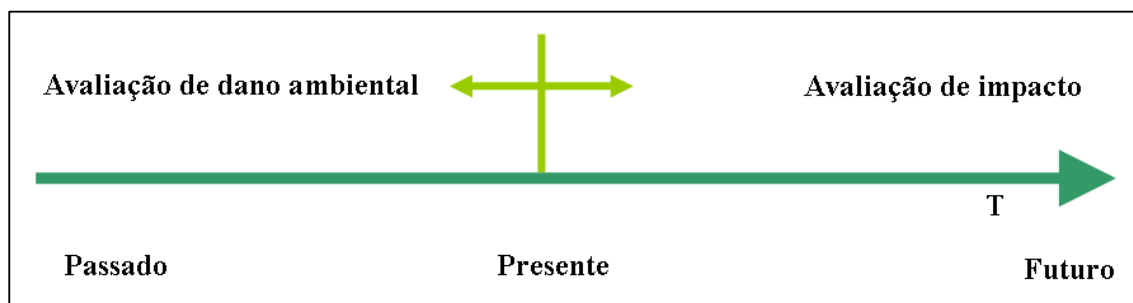


Figura 7: Duas acepções distintas da avaliação de impacto ambiental

**Fonte:** Sánchez (p. 40, 2006a).

A figura 7 demonstra que a avaliação de impacto ambiental não é apenas concebida para avaliar o dano, mas os possíveis danos presente e futuros. Além disso, a AIA pode desempenhar quatro papéis, o que complementa a figura acima, devendo ser vistos como complementares (Quadro 11):

PLANEJAMENTO DE PROJETO	AUXÍLIO À DECISÃO	PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO PÚBLICA	GESTÃO AMBIENTAL
Avaliação dos possíveis impactos ambientais para a implantação de empreendimentos produtivos (em todas as suas fases: planejamento, implantação, operação, desativação).	Visibilidade dos possíveis impactos das ações produtivas sobre o meio ambiente e possíveis reversões do quadro de degradação.	Administração dos conflitos oriundos das divergências de interesses entre os agentes sociais envolvidos no processo da AIA, geralmente, colocado em prática pelas “audiências públicas”.	Monitoramento do impacto das ações produtivas sobre o meio natural e social, ou seja, práticas empresariais adotadas que minimizam os efeitos nocivos ao ambiente causados por suas atividades.

Quadro 11: Papéis da AIA

**Fonte:** Adaptado de Sánchez (2006a); Sánchez (2006b); Sánchez (1995); Asby (1995); CONAMA (2007).

Do conjunto dessas funções, aquela relativa ao planejamento e gestão ambiental é considerada, ainda hoje, como a menos explorada no esforço de pesquisa aplicada. A função precípua da AIA seria incitar os empreendedores a conceberem projetos ambientalmente menos agressivos e não simplesmente julgar se os impactos são aceitáveis ou não.

É bem verdade que existem inúmeros programas governamentais que apóiam a consolidação desse tipo de instrumento no Brasil. A resolução do CONAMA 01/86 também define *impacto ambiental* como "qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que direta ou indiretamente, afetam: I - a saúde, a segurança e o bem estar da população; II - as atividades sociais e econômicas; III - a biota; IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; e V - a qualidade dos recursos ambientais" (CONAMA, 2007). Porém, são ainda precários os dados disponíveis sobre impactos socioambientais setoriais de projetos, programas e políticas de desenvolvimento rural e urbano.

Um mecanismo de avaliação que poderia ser ajustado à dinâmica de organizações industriais concentradas seria o da avaliação de impacto ambiental (Figura 8) conduzida no âmbito “territorial”. Esse conceito é entendido como a análise das ações com forte potencial de degradação (social, econômica e biofísica), visando reorientar as ações produtivas locais a partir do reconhecimento de riscos socioambientais. A evolução das atividades numa dada aglomeração industrial deveria ser orientada por estudos com periodicidade anual – como sugere a Figura 8 - visando avaliar a compatibilização das atividades produtivas no nível territorial. Pois a partir do aumento da produtividade das empresas e do surgimento de novas empresas, a jusante e a montante da *filière*, poderiam ser percebidas a elevação do nível de consumo energético, a necessidade de tratamento e adequação dos resíduos, a emissão de

gases geradores do efeito estufa, os riscos de deterioração da qualidade dos solos agricultáveis etc.

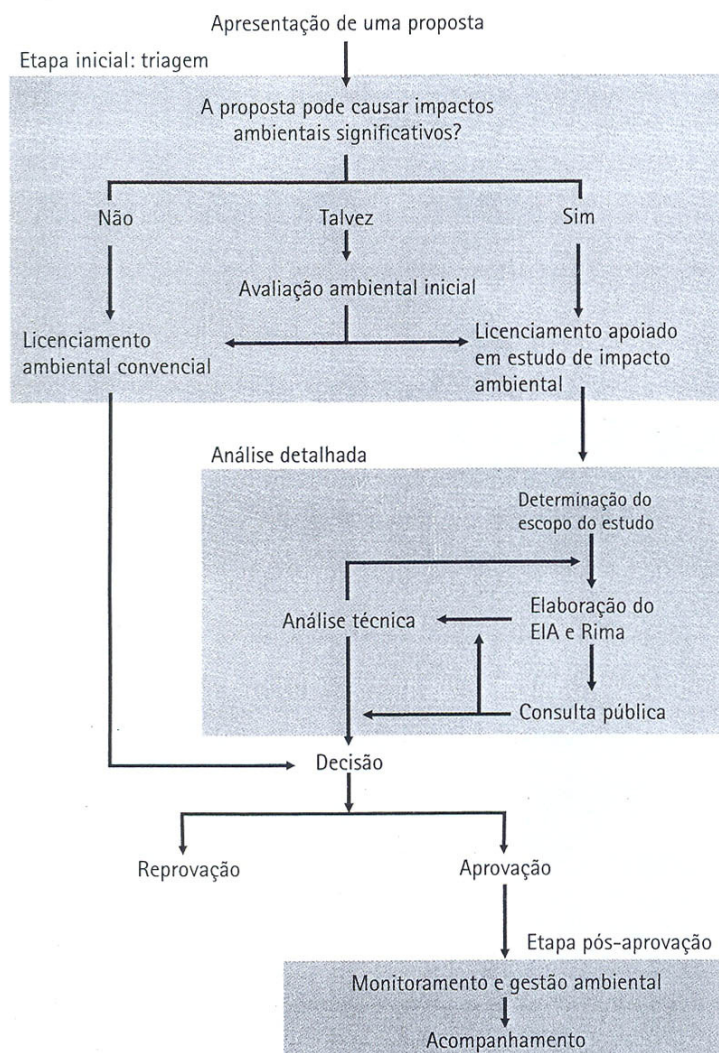


Figura 8: Processo da avaliação de impacto ambiental “territorial”

**Fonte:** Sánchez (2006a, p. 96)

Uma diretriz possível de avaliação com este perfil está expressa na Figura 8. Ela visa, por um lado, criar novos mecanismos para a gestão ambiental no âmbito dos próprios empreendimentos, mas que geram impactos no nível territorial. Por outro, ela poderia auxiliar nas tomadas de decisão sobre a implantação de atividades consideradas potencialmente predatórias. Embora esse processo expresse as etapas da tomada de decisão no nível micro de regulação socioambiental, seria em princípio possível conceber e aprimorar o instrumento para uma utilização no nível macro ou territorial, pois quando um território apresenta aglomerações industriais, pressupomos que haverá aumento do consumo do recurso hídrico,



da energia elétrica e mesmo da geração de dejetos no nível local. Nesse sentido, a figura acima apresenta elementos possíveis para se monitorar a utilização e o impacto dos empreendimentos produtivos no território.

É importante destacar também que os impactos no meio biofísico também são seguidos por impactos no meio social. Sendo assim, a discussão sobre impactos sociais das atividades produtivas merece também algumas observações cursivas. Na opinião de Vanclay (2003), a Avaliação de Impactos Sociais (AIS) caracteriza uma proposta de avaliação de impactos sociais de intervenções ou eventos planejados e de concepção de estratégias para o monitoramento e gerenciamento em curso desses impactos. Ela não deve ser entendida somente como parte de um esforço de previsão dos impactos sociais num processo de avaliação de impacto ambiental (VANCLAY 2003). Em sentido amplo, trata-se, antes, de uma estrutura em arco que incorpora a avaliação do conjunto de impactos sobre os seres humanos e sobre os modos de interação de pessoas e comunidades com seu entorno - sejam eles socioculturais, socioeconômicos ou biofísicos. No rol dos itens passíveis de avaliação estão incluídos:

- **O modo de vida das pessoas** – como eles vivem, trabalham, brincam e interagem cotidianamente.
- **A cultura** – suas crenças comuns, costumes, valores e línguas ou dialetos.
- **A comunidade** – sua coesão, estabilidade, caráter, serviços e facilidades.
- **Os sistemas políticos** – de que forma as pessoas são habilitadas para participar das decisões que afetam suas vidas, o nível de democratização alcançado, e os recursos fornecidos neste sentido.
- **O ambiente** – a qualidade do ar e da água que as pessoas usam.; a disponibilidade e qualidade dos alimentos; o nível de perigo ou risco, poeira e barulho a que estão expostos; o nível de adequação do saneamento; a segurança; as opções de acesso e controle sobre os recursos naturais de uso comum.
- **A saúde e bem-estar** – saúde entendida como um estado de bem-estar físico, mental, social e espiritual pensado sistemicamente, e não apenas ausência de doenças ou enfermidades.
- **Os direitos pessoais e de propriedade** – casos de violação dos direitos humanos – inclusive dos direitos ao desenvolvimento e ao meio ambiente saudável.
- **Os medos e aspirações** – percepções sobre segurança, sobre o futuro da comunidade, aspirações para o futuro – pessoal e familiar.

Além das questões relativas a avaliação do impacto no meio biofísico e social das atividades econômicas é preciso realizar um estudo mais amplo da racionalidade dos atores sociais envolvidos. Por isso, a análise da racionalidade dos empresários, a partir das reflexões dos autores contemplados na síntese da revisão da literatura sobre sistemas e arranjos produtivos locais, somada a essa reflexão mais ampla da perspectiva socioambiental possibilitou a construção de possíveis *perfis empresariais*, observados a partir dos seguintes critérios:

<b>Empresários</b>	<b>Perfil</b>	<b>Características</b>
<b>Produtivistas</b>	Preocupados com a produtividade empresarial	- elevado grau de subcontratação - destacada importância da relação custo-benefício - ritmo intenso de trabalho diário dentro da empresa - intensivo em mão-de-obra.
<b>Schumpeterianos</b>	Preocupados com o aprendizado e o avanço tecnológico empresarial	- elevado grau de inovação tecnológica dentro da empresa - utilização de equipamentos automatizados - aumento da produtividade por meio da introdução de inovação tecnológica - intensivo em tecnologia.
<b>Territoriais</b>	Preocupados com a evolução do território	- apoio à formação da mão-de-obra local - estímulo à qualidade de vida no trabalho - aumento da produtividade por meio da cooperação e formação de parcerias com outros empresários locais - melhoria tecnológica contínua.
<b>Socioambientalistas</b>	Preocupados com o impacto socioambiental da sua atividade sobre o território	- adequado destino dos resíduos sólidos e líquidos da atividade sobre o território - adequadas condições de trabalho - existência de cooperação intra e inter-empresarial - promotores de uma governança em parceria.

Quadro 12: Tipologia de expressões de *racionalidade empresarial*

**Fonte:** Elaborado pela autora a partir dos autores que orientaram o enfoque analítico

Contextualizando os elementos abordados no Quadro 12, Sánchez (1989) argumenta que a racionalidade dos empresários é um fator importante para se obter resultados mais favoráveis ao enfrentamento consequente da crise socioambiental. Nos tipos destacados a seguir encontram-se aqueles cuja preocupação é o de minimizar custos e aumentar a produtividade a qualquer preço; outros que têm a preocupação de aumentar a produtividade por meio de inovações tecnológicas e socioorganizacionais; mas existem também aqueles que refletem o sentimento de *pertencimento ao local*, levando em conta a qualidade territorial. Finalmente, seria importante mencionar aqueles que acrescentam às preocupações sobre os impactos de suas ações produtivas a solidariedade territorial nos níveis sincrônico e diacrônico. Ou seja, os custos sociais e ecológicos nesse tipo de racionalidade são ora evitados na busca de melhoria dos processos utilizados, ora internalizados por meio do uso de

tecnologias apropriadas, da reutilização dos dejetos e da minimização das perdas, além da preocupação pelo bem estar social.

A questão relacionada aos custos sociais e ecológicos remete à noção de perda, aspecto que tem sido enfatizado por um campo da economia que surgiu no final da década de 1980, nos Estados Unidos, a economia ecológica. Esse campo surge como contraponto à utilização dos modelos da economia neoclássica<sup>32</sup> e da ecologia convencional<sup>33</sup> que demonstraram ser insuficientes na compreensão dos problemas ecológicos globais (MAIMON, 1992). A economia ecológica, segundo Costanza e Daly *apud* Maimon (1992), pode ser concebida como um campo transdisciplinar que estabelece relações entre ecossistemas e o sistema econômico.

Embora a economia ecológica tenha surgido como crítica à teoria neoclássica, sua história pressupõe ser mais longa. May (1995) resgata as contribuições de: i) Ciriacy-Wantrup com a proposta dos padrões mínimos de segurança (1952); ii) Kenneth Boulding que concebeu uma economia adaptada ao planeta (1968); iii) Nicholas Georgescu-Roegen que aplica a segunda lei da termodinâmica à questão do fluxo de energia da economia humana (1971); iv) Herman Daly: economia do estado estável (1974); entre outros autores. Esses estudos serviram de base para a conformação desse campo da economia que, na opinião de Cavalcanti (2004, p. 154), “[...] tem como uma de suas missões promover a modelagem dos elos ecológicos que determinam as interfaces entre sistemas naturais e econômicos (ou "produtivos")”.

Ainda no âmbito desse campo de estudo, é possível reconhecer diferentes posições que variam de um extremo, próximo à ecologia convencional, a outro, próximo à economia convencional de influência neoclássica. Assim, num extremo, encontrar-se-ão, na Economia Ecológica, abordagens que se utilizam de formulações e ferramentas da economia ambiental e economia dos recursos naturais neoclássicas. Essa perspectiva é baseada na valoração dos bens e serviços ambientais a partir das preferências e utilidades dos indivíduos, expressas em termos monetários. No outro extremo, encontrar-se-ão as abordagens que buscam realizar análises do sistema econômico a partir de critérios estritamente ecológicos. Essa perspectiva

---

<sup>32</sup> “A economia neoclássica, versão moderna e mais estreita da teoria clássica, acredita que o livre jogo das forças de mercado, em situação de livre competição (o que significa perfeita informação dos agentes econômicos), será capaz de promover a mais eficiente alocação de recursos, a mais elevada produção, a mais justa distribuição da renda, o mais rápido progresso tecnológico, a mais apropriada utilização da natureza “ (CAVALCANTI, 2004, p. 150).

<sup>33</sup> A ecologia convencional é evolucionista e atomística. Sem contar que, nessa perspectiva, a hipótese central é de que a evolução atuando no nível genético é vista como dominante, pois a base dos recursos é limitada e a espécie humana é como outra qualquer espécie, raramente estudada. Os objetivos, no contexto da ecologia convencional, são os da sobrevivência das espécies.

utiliza a energia como unidade geral de análise do sistema. Tal orientação levou autores, como Odum e seus seguidores, a proporem uma "teoria do valor-energia". Entre estes dois extremos, há também uma gama de autores que se aproxima das ideias de Georgescu-Roegen e que utilizam os princípios biofísicos, especialmente os termodinâmicos. Destacam-se, por exemplo, os trabalhos de Norgaard, que popõe o conceito de coevolução como um marco teórico no qual compreende o processo evolutivo da economia como o produto de uma interação de mútua determinação entre as forças dinâmicas sociais e as forças dinâmicas entrópicas naturais.

Toda a discussão teórica sobre economia ecológica, embora com orientações teórico-metodológicas diferentes, tem buscado colocar em evidência os problemas da economia em compreender as dinâmicas produtivas inseridas nos ecossistemas. É preciso, portanto, integrar o elemento da gestão dos resíduos industriais ao debate levantado pela economia ecológica, já que a sua boa gestão poderia acarretar a minimização das perdas. Embora Sachs (1986) tenha destacado que a perda deveria ser um termo banido do vocabulário dos agentes de desenvolvimento, deixaria de ser um custo (social ou individual) para se tornar recurso com valor de troca potencial, realimentando os sistemas produtivos, se ela puder ser utilizada. Dessa forma, as perdas, que geralmente representam custos sociais, poderiam ser sistematicamente integradas aos sistemas produtivos na forma de insumos. Isso contribuiria para o melhor aproveitamento das empresas que fazem parte de dinâmicas produtivas organizadas em aglomerações industriais ou em APLs.

A partir dessas considerações, elaboramos um esquema multicritério para a sistematização e análise dos dados obtidos na pesquisa de campo que pudesse levar em conta a questão socioeconômica, sociopolítica e socioambiental no contexto das aglomerações industriais (Quadro 13).

Características	Aglomerados informais	Aglomerados intermediários	Aglomerados organizados	Aglomerados inovativos	Aglomerados eco-socioeconômicos
Tamanho das firmas	Micro e pequenas	MPME	MPME	MPME e Grandes	MPME e grandes
Capacidade inovativa	Pequena	Pequena	Alguma	Contínua	Contínua
Nível tecnológico	Pequena	Pequena	Média	Média	Adaptada as necessidades socioambientais
Verticalização	Elevada	Elevada	Média a Baixa	Baixa	Baixa
Confiança interna	Pequena	Pequena	Alta	Alta	Alta
Existência de liderança articulada	Baixo	Baixo	Baixo e médio	Alto	Alta
Existência de cooperação	Pequena	Pequena	Alguma a alta	Alta	Alta
Identidade territorial	Pequena	Pequena	Média	Média	Alta
Preocupação socioambiental	Pequena	Pequena	Pequena a Média	Média	Alta

Quadro 13: tipologia de aglomerados industriais

**Fonte:** Adaptado de Santos; Diniz e Barbosa (2004); Sánchez (2006a).

Este esquema permite-nos articular e integrar as três dimensões essenciais do enfoque adotado na tese, - a saber, a socioeconômica, a sociopolítica e a socioambiental - a partir da constatação de determinadas características (como tamanho das firmas, capacidade inovativa, nível tecnológico, verticalização, confiança interna, existência de liderança articulada, existência de cooperação, identidade territorial e preocupação socioambiental). Por meio dessas características, torna-se possível definir se os aglomerados são mais ou menos articulados e preocupados com a qualidade ambiental dos territórios. Além disso, essa tipologia concebe desde aglomerados informais até os mais complexos e dotados de relações que vão além do campo socioeconômico, favorecendo assim a integração da problemática socioambiental. O Quadro 13 contribui assim no sentido de tornar mais visíveis as estruturas produtivas consideradas compatíveis com o enfoque do desenvolvimento territorial sustentável.

Essas contribuições são importantes para o planejamento do desenvolvimento territorial sustentável na medida em que se torna essencial elucidar de forma criteriosa a complexidade embutida no funcionamento da *economia real* (Ignacy Sachs), ou seja, compreender cada vez melhor como as pessoas se relacionam cotidianamente para assegurar a consistência de suas estratégias de sobrevivência e para o exercício da autonomia (*self-*

*reliance*<sup>34</sup>). Como ressaltamos na introdução, este termo não denota a existência de relações autárquicas; trata-se, antes, de qualificar processos de auto-determinação coletiva, baseada em laços de solidariedade e cooperação enraizados no nível local (VIEIRA, 2006).

#### 1.4 Recomposição de territórios: fechando as “amarras” dos aportes conceituais

Como elo de integração dos conceitos abordados anteriormente tem-se a noção de território. O termo *território* ressurgiu na comunidade científica interessada numa compreensão renovada do fenômeno do desenvolvimento no decorrer dos anos 1980, a partir dos estudos de caso relativos aos distritos industriais italianos. Contudo, convém ressaltar que se trata de um conceito polissêmico. Como salientou Sabourin (2002), à primeira vista seria possível associar este termo ao nível de um dado Estado-nação. Todavia, para Souza (2000), os territórios são construídos e desconstruídos em diferentes níveis de organização. O conceito passa, então, a designar um espaço concreto, apropriado e ocupado por determinado grupo social, no qual gera raízes e identidade. Evidentemente, os limites de um território não são imutáveis, pois sua persistência está associada a uma identidade sócio-espacial que depende da dinâmica dos sistemas de poder que a reforçam.

Nesse sentido, o território é constituído “[...] por um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, ou uma alteridade: a diferença entre “nós” (o grupo, os membros da coletividade ou “comunidade”, os *insiders*) e os “outros” (os de fora, os estranhos, os *outsiders*)” (SOUZA, 2000, p. 80). Essa opinião é corroborada por Sabourin (2002, p. 23), quando ele admite que um...

[...] território não é um simples suporte físico das atividades econômicas ou um quadro de localização dos agentes. Ele é um espaço construído histórica e socialmente, no qual a eficiência das atividades econômicas é intensamente condicionada pelos laços de proximidade e pelo fato de pertencer a esse espaço. O território é então um resultado e não um dado. [...] Por isso, fala-se de “construção de territórios” a partir das estratégias de atores envolvidos e de mecanismos de aprendizagem coletiva, quer dizer, a aquisição de conhecimentos, de informações comuns, por meio da prática ou da experiência coletiva.

Com efeito, visto dessa perspectiva, um território abriga relações que vão além do campo econômico, compostas por laços de reciprocidade, confiança e fidelidade, além dos

---

<sup>34</sup> Esse termo, segundo Galtung (1977) tem sua origem na China, citada pela primeira vez em 1945 por Mao Tse-tung. Dentro da perspectiva de Mao Tse-tung entende-se esse termo como “regeneração através dos nossos próprios esforços”.

aspectos socioculturais que levam ao aprendizado e à criação de “riquezas”. Na opinião de Raud (1999), a confiança<sup>35</sup>, que condiciona atitudes de cooperação e enfraquece os comportamentos oportunistas, não é estabelecida *a priori*; ela é, antes, fruto da homogeneidade sociocultural criada e recriada ao longo do tempo e do espaço. O Box 4 apresenta outras dimensões do conceito de território presentes nos campos discursivos da economia e da geografia humana.

**Box 4: Pluralismo na definição dos conceitos de território e espaço**

O território pode estar relacionado à gestão de um espaço governado (ANDRADE *apud* SABOURIN, 2002); num sentido mais antropológico, pode ser definido como sendo o “ambiente de vida, de ação e de pensamento de uma comunidade, associado a processos de construção de identidade” (TIZON *apud* SABOURIN, 2002, p. 23); pode ser definido ainda como “[...] uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico” (ABRAMOVAY *apud* SABOURIN, 2002, p. 23); ou, como para Souza (2000), o território é também visto como um espaço definido e delimitado por, e a partir de relações de poder; também é “um espaço geográfico construído socialmente, marcado culturalmente e delimitado institucionalmente” (CHIA *apud* SABOURIN, 2002, p. 23).

De nada adianta, diz Sabourin (2002), definir e falar em território sem definir “espaço”. Resgatando Perroux (1967), durante um longo tempo, a matemática utilizou o conceito de espaço definindo-o como duas ou três dimensões. Contudo, existem outros tipos de espaços (PERROUX, 1967), que podem ser definidos de maneira sintética em: espaços genômicos e econômicos. Os espaços genômicos estão relacionados aos espaços concebidos pela matemática, aqueles que contemplam as relações entre linhas, superfícies, volumes etc.; e os espaços econômicos são relações econômicas estabelecidas entre elementos econômicos (PERROUX, 1967). Essa noção de espaço econômico, conforme Perroux (1967) é relevante na medida em que o situa como um campo de forças, de atração e repulsão (centro-periferia). Assim, os espaços são envolvidos por um componente político, social, econômico, físico etc., que convivem entre si. Podemos então concluir que a idéia de território está relacionada à idéia de poder e, por isso, muito mais do que uma conotação física, o termo território carrega um sentido eminentemente político.

Seria importante sublinhar também que, algumas vezes, esses dois termos, espaço (físico e econômico) e território, tendem a ser confundidos no debate acadêmico. Para Sabourin (2002, p. 24), “especificar e caracterizar um espaço é, realmente, quase criar um território”. O espaço rural, segundo Bertrand *apud* Sabourin (2002), por exemplo, está relacionado a um conjunto de elementos naturais que se combinam dialeticamente com os elementos humanos, o qual evolui por ação combinada dos agentes e dos processos físicos e humanos. A definição clássica de território e espaço alimenta a impressão de que um território é um espaço governado e ainda administrado; porém, para Sabourin (2002) essa noção é muito restritiva, visto que “[...] a administração dos recursos públicos passou a ser manejada por coletividades sociais, e que a noção de “governança” tem ampliado o sentido de governo” (SABOURIN, 2002, p. 24).

Para Dias e Santos (2004), nos trabalhos da ANPUR em 1989, verifica-se o conceito de território atrelado à idéia de determinado uso do espaço nos processos de apropriação e controle (DIAS e SANTOS, 2004, p. 48). Já em 1995 “o território é representado como espaço definido e delimitado por relações de poder, podendo existir e ser construído nas diferentes escalas” (DIAS e SANTOS, 2004, p. 48). Surge a necessidade de se constituir um conceito que integre as noções de território e de rede. “As regiões são resultado de um complexo processo histórico de construção social em que intervêm, sincrônica e diacronicamente, relações econômicas, políticas e simbólicas” (VAINER *apud* DIAS e SANTOS, 2004, p. 49). No momento atual, coloca-se em destaque a construção do conceito de território, a partir do surgimento dos estudos sobre desenvolvimento e meio ambiente, além da complexificação do conceito de região, agregando uma “reflexão política de base territorial” (DIAS e SANTOS, 2004, p. 48). Dessa forma, “[...] o território é visto não apenas como instância portadora de objetos técnicos e normas jurídicas (barragens, legislações ambientais, unidade de conservação, indústrias) com uma configuração territorial, mas onde se defrontam diferentes estratégias para uso e controle dos recursos naturais” (DIAS e SANTOS, 2004, p. 53).

**Fonte:** Sabourin (2002), Dias e Santos (2004) e Perroux (1986).

Do ponto de vista das pesquisas atuais sobre dinâmicas territoriais de desenvolvimento, a dimensão da proximidade constitui outro elemento essencial a ser incorporado a essa lista. É por meio da proximidade que se cria, no seio do território, uma identidade, preocupações e interesses comuns e, por fim, trocas concretas e quotidianas. Esse

<sup>35</sup> Ver Putnam (2002) e Bagnasco (1999).

foi o motivo pelo qual o seu significado ganhou tanta importância no contexto da criação de estratégias de desenvolvimento territorial (PECQUEUR, 2004; RAUD, 1999).

Com o intuito de caracterizar com mais clareza esta maneira de utilizar o conceito, Pecqueur (2005), um dos estudiosos mais ilustres da corrente francesa de interpretação dos sistemas produtivos locais, concebeu a proximidade como dimensão chave do conceito de território. Ele distingue três formas de proximidade: i) *organizacional* – concebida quando dois ou mais indivíduos fazem parte da mesma organização; ii) *institucional* – em que as instituições são colocadas em primeiro plano; e iii) *geográfica* – onde prevalecem as relações face a face. É essa última que proporciona maior sentido de pertencimento e identificação com o nível local das dinâmicas de desenvolvimento.

Entretanto, segundo Raud (1999), a proximidade geográfica não é condição suficiente para a composição de mecanismos de coordenação dos atores que levam à constituição de estruturas produtivas nos moldes dos distritos industriais italianos. Raud (1999) destaca que é preciso reconhecer a importância da proximidade industrial que faz referência à similitude ou complementaridade das atividades econômicas. A autora salienta que, no caso dos distritos industriais, a dinâmica territorial tem sua origem na concentração espacial de empresas de produtos homogêneos (concorrentes ou complementares). Portanto, a abordagem territorial não pode ser analisada com base na lógica de funcionamento ideal do mercado; ela exige a consideração das relações de reciprocidade e dos processos de aprendizagem coletiva que se consubstanciam mediante as relações de proximidade geográfica e industrial (BECATTINI, 1989; BECATINI, 1999; BAGNASCO, 1999; BENKO, 2001; COURLET e SOULAGE, 1994; RAUD, 1999).

Apesar de Raud (1999) reconhecer a importância da proximidade industrial, na abordagem proposta por Pecqueur (2004) a proximidade geográfica aproxima o que ele considera realmente significativo para a composição de um tecido socioproductivo adequado a esse tipo de interrelacionamento. Para o autor, a coesão comunitária depende da identificação dos indivíduos com a história do local, da paisagem, do patrimônio humano e cultural e das relações face a face, que estão intimamente imbricadas nas noções de confiança e reciprocidade, além, obviamente, da de proximidade. Tomando como base tais constatações, ainda de acordo com Pecqueur (2004), esta reflexão contribui para uma concepção de território onde se distinguem: i) *o território dado*, visto como a porção do espaço constituído que é o objeto da observação e que existe *a priori*, geralmente uma região, um cantão, uma província etc; e ii) *o território construído*, entendido como o resultado de um processo de construção estabelecido pelos próprios atores. Dessa perspectiva, o território não é postulado,



mas sim constatado a *posteriori*. Isto é, o território construído não existe para todos; ele é fruto da identidade cultural, da existência de laços de reciprocidade, confiança e fidelidade que giram em torno de um problema produtivo assumido em comum (PECQUEUR, 2004).

Todas as reflexões centradas no conceito de território conduzem, na perspectiva de Pecqueur (2004), à concepção de território entendido como o encontro de atores diversificados num dado espaço geográfico, os quais procuram identificar e resolver de forma inovadora certos problemas que eles compartilham. A cada território corresponde pelo menos um problema específico a ser esclarecido e equacionado. A disseminação desse conceito, afirma o autor, está acarretando uma ruptura epistemológica na ciência econômica, na medida em que esta última sempre teve dificuldade de integrar, em suas análises, a variável *espaço*. Ou seja, Pecqueur (2005) privilegia o conceito de *território construído* na análise dos sistemas produtivos locais, pelo fato do mesmo abrir espaço para uma internalização consistente da dimensão sociocultural.

Em síntese, o território é composto não só pelo espaço geográfico ou pelas pessoas que o compõem; trata-se de uma dinâmica de construção social pautada (i) na preocupação com a equidade, e (ii) na mobilização de mecanismos capazes de assegurar uma distribuição mais justa da renda e dos bens e serviços, a partir da valorização dos recursos coletivos disponíveis (PECQUEUR, 2004). E é justamente esse o motivo pelo qual o desenvolvimento territorial, na visão de Pecqueur (2004), não pode ser decretado; pelo contrário, ele surge de processos de construção social concebidos a partir da “dinâmica do território inserida no tempo”.

Vale a pena salientar também a maneira pela qual os teóricos italianos dos distritos industriais costumam definir este conceito. No campo dos estudos sobre aglomerações produtivas especializadas na *Terza Italia*, por exemplo, o conceito designa “[...] a ‘sedimentação’, em áreas locais, de fatores históricos, sociais e culturais, específicos e inter-relacionados, que geram processos de desenvolvimento significativamente diferenciados por conta [...] de especificidades locais” (GAROFOLI *apud* LINS, 2006, p. 315). Dessa forma, mesma a concepção da corrente italiana concebe que um território está imerso em relações de enraizamento local, inundado pela história, pela identidade cultural, pelos aspectos sociais etc., **que ultrapassam as determinações de um território institucional dado e que caminham na direção da co-construção de um tecido social propício à cooperação, por meio de um “problema comum”, seja ele relativo ou não a problemas socioprodutivos.**

Além disso, é preciso levar em conta, obviamente, o fato de que o território não deve ser associado a uma ‘ilha’, isolado de tudo e de todos. As relações transescalares imbricadas

no funcionamento da estrutura produtiva 'local' são essenciais à compreensão sistêmica das dinâmicas territoriais, na medida em que as relações com o meio ambiente do sistema são inevitáveis.

Por implicação, do nosso ponto de vista uma proposta de definição operacional capaz de resgatar esse amplo leque de dimensões do termo assume o seguinte perfil:

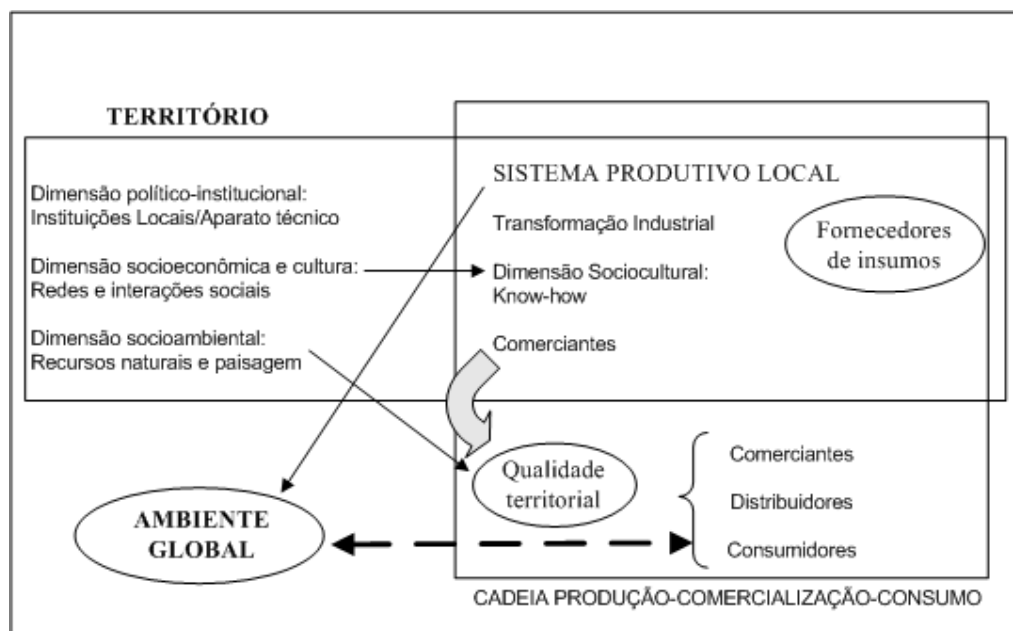


Figura 9: A inserção do conceito de território no âmbito da pesquisa de sistemas produtivos locais

**Fonte:** Adaptado de Lins (2006).

Com efeito, a Figura 9 indica que a análise das dinâmicas territoriais deve levar necessariamente em conta as interrelações envolvendo as dimensões socioeconômica, político-institucional e socioambiental, bem como as oportunidades e coações impostas pelos níveis superiores de gestão territorial do desenvolvimento. A qualidade territorial depende, portanto, da densidade da rede de interrelações envolvendo os elementos que compõem os sistemas produtivos locais, e de um estilo de gestão ao mesmo tempo integrada e participativa da base de recursos naturais (renováveis e não renováveis) e da paisagem. Na ausência dessas articulações, os sistemas produtivos locais não teriam condições de persistirem no tempo.

Em termos estratégicos, tais sistemas podem estar orientados segundo a lógica economicista de rentabilidade a qualquer custo, ou então segundo a lógica de valorização máxima de *recursos e ativos territoriais*. Pecqueur (2006) entende que a primeira opção está ligada à noção de vantagens comparativas, na perspectiva clássica de David Ricardo; já o

segundo estaria associado à noção de vantagens diferenciadoras do território, onde o sistema produtivo local busca fugir da concorrência global por meio dos recursos e ativos territoriais específicos. A possibilidade de um território apresentar vantagens diferenciadoras pressupõe a existência de um sistema de governança local, de mecanismos de valorização de identidades culturais e da qualidade do patrimônio natural e cultural. Quanto mais intenso for o sentido de pertencimento ao local, maior se torna a probabilidade de que o território e todos que o compõem - empresas e seres humanos - estejam aquém da expectativa de obtenção de vantagens comparativas, modelo constituído por empresas nômades no qual buscam a minimização dos custos de produção (PECQUER, 2004).

A discussão sobre o tema não se esgota aqui. Na verdade, ela foi aberta com o intuito de fundamentar aspectos que serão detalhados no decorrer desta tese. É preciso reconhecer que a definição de território, esteja ela relacionada a um território “dado” ou a um território “construído”, é uma questão complexa e, ao mesmo tempo, essencial no campo atual de pesquisas sobre o fenômeno do desenvolvimento territorial.<sup>36</sup> Dessa maneira, o processo de mobilização de atores, para que elaborem uma estratégia de adaptação aos constrangimentos (pressões) exteriores, sobre a base de uma identificação coletiva (a uma cultura e a um território) é a chave para se inserir a preocupação socioambiental no seio das aglomerações industriais contemporâneas.

É preciso destacar que os estudos sobre *sistemas produtivos locais*, *distritos industriais*, *clusters* e mesmo *ambientes inovadores* foram preponderantes no sentido de terem colocado em evidência esse conceito, pois, como já ressaltamos antes, as relações de proximidade que ocorrem no nível local são consideradas determinantes para a construção de relações de reciprocidade e confiança, extrapolando o nível das relações de mercado. Nas seções anteriores já argumentamos que essas abordagens, vinculadas às teorias do desenvolvimento territorial, apesar de propiciarem uma alternativa ao *mainstream* da economia neoclássica, ainda encontram dificuldades para se integrarem numa discussão mais ampla, relacionada à *virulência alcançada pela crise* socioambiental planetária.

Em síntese, nesta seção buscou-se destacar, de forma cursiva, algumas das principais concepções que alimentam a compreensão das relações entre as aglomerações industriais e dinâmicas territoriais de desenvolvimento, pois é no seio do território que os humanos realizam suas atividades e é onde essas atividades têm relação direta com a paisagem, com o

---

<sup>36</sup> O desenvolvimento territorial “designe tout processus de mobilisation des acteurs qui aboutit à l’élaboration d’une stratégie d’adaptation aux contraintes extérieures, sur la base d’une identification collective à une culture et à un territoire” (PECQUEUR, 2004, p. 3).

meio biofísico e social. Para esclarecer as orientações do quadro analítico assumido neste trabalho, optou-se pela distinção entre território dado e construído (PECQUEUR, 2004; 2006).

### 1.5 Síntese do capítulo

O interesse crescente, especialmente nas décadas de 1970 e 1980, pela compreensão da dinâmica de funcionamento dos sistemas produtivos no nível local esteve atrelado a inúmeras mudanças surgidas no ambiente econômico globalizado. Essas transformações apontam no sentido da superação do modelo fordista, mediante novas formas de organização industrial. A primeira mantinha nas unidades fabris de grande porte, o ponto de referência central para uma reorganização produtiva; e a segunda tomou por base as dinâmicas locais, sendo a experiência italiana o ponto de partida de uma mudança paradigmática (COCCO; GALVÃO e SILVA (1999).

Buscando resgatar os principais aspectos desse segundo tipo de organização industrial, a pesquisa bibliográfica revelou que os SPLs constituem: i) estágios avançados de evolução de determinadas aglomerações industriais, cujos espaços recebem inúmeras forças de atração, combinadas a uma atmosfera sociocultural propícia à consolidação de relações que vão além do campo econômico; ii) são formados também por instituições locais que permitem a sustentabilidade dessa organização industrial no tempo, frente às constantes crises econômicas em escala mundial (COURLET e SOULAGE, 1994; COURLET, 2001). Essa combinação entre mercado e reciprocidade deu lugar a uma prática, a uma realidade territorial na qual o componente identitário se destaca, colocando em cheque um dos princípios básicos da economia política clássica: a separação entre o econômico e o social.

Entretanto, não se pode menosprezar o peso das controvérsias científicas suscitadas pelos estudos sobre as experiências da *Terza Itália*. Vimos que, de acordo com Veiga (2006), tais discussões não chegaram a evidenciar, necessariamente, as razões da existência de maior ou menor dinamismo econômico em territórios específicos. Além disso, a experiência italiana está inserida numa dinâmica que, em alguns casos, não poderá ser extrapolada para todas as localidades ou países do mundo. No caso italiano, verifica-se “uma fortíssima correlação entre a distribuição espacial da economia ‘difusa’, que caracterizava suas províncias mais dinâmicas, e a intensidade das formas familiares de agricultura” (VEIGA, 2006, p. 09). Obviamente, verifica-se aqui a presença de componentes específicos de uma organização municipal da região Centro-Norte italiana, a qual tem origem na Idade Média, com importante

divisão territorial do trabalho entre cidade e campo, acabando por propiciar um ambiente favorável a esse tipo de dinâmica territorial.

Apesar de seus limites, a experiência italiana pode ser tomada como exemplo de uma estratégia exitosa de industrialização descentralizada e endógena. Essa experiência resgata aspectos importantes da vida econômica em “sociedade”. Os modos de regulação e governança são elementos chave para se pensar esse tipo de organização territorial, que ultrapassa os limites da simples organização econômica do território. São esses modos de governança, a meu ver, que constituem canais propícios à formação de uma consciência eco-socio-econômica que poderia alavancar estratégias de desenvolvimento territorial sustentável.

Para a realização do estudo empírico, reconhecendo as especificidades da realidade brasileira, o termo *arranjo produtivo local* foi definido como *formas de aglomeração produtiva territorial cuja dinâmica ainda não apresenta elementos suficientes de interação*. Sendo assim, um sistema produtivo local constitui o estágio mais avançado dessa dinâmica integrativa e os arranjos produtivos deveriam ser entendidos como um estágio intermediário dessa trajetória evolutiva (LEMOS, 2003). Além disso, para que a governança rumo ao desenvolvimento territorial sustentável seja integrada e fortalecida, a introdução e avaliação da questão socioambiental foi caracterizada como uma condição *sine qua non*. Pois a qualidade do meio ambiente representa um elemento essencial para a promoção da “qualidade territorial”. Isto é, foi reconhecida a importância das abordagens centradas no conceito de governança territorial, na medida em que auxiliam sobremaneira na compreensão de como um APL poderá contribuir para a consolidação institucional de dinâmicas de desenvolvimento mais sustentáveis do ponto de vista ecológico e social (CRUZ FILHO, 2006; LÉVESQUE, 2001; BOURQUE, 2000; CUNHA, 2007; LE GALÈS, 2004; 2007; GAUDIN, 2002).

Portanto, concebemos nesta tese o conceito de desenvolvimento territorial sustentável com base na contribuição de Vieira (2006), como um estilo de desenvolvimento sistêmico que complexifica o enfoque clássico de *ecodesenvolvimento* que emergiu no cenário da Conferência de Estocolmo. Tal conceito levou em conta os elementos constitutivos do desenvolvimento territorial e do *ecodesenvolvimento*. Sendo assim, o enfoque analítico adotado partiu do pressuposto segundo o qual um APL gera impactos socioambientais e que tais impactos deverão ser necessariamente levados em consideração pelo conjunto de empresas que o constitui (COURLET e SOULAGE, 1994; COURLET, 2001; BENKO, 1996; RedeSist, 2007). Ressaltamos ainda a importância de um sistema de governança para o DTS escorado na perspectiva de uma *economia plural* (VIEIRA, 2006; VIEIRA e CAZELLA, 2004; SÁNCHEZ, 2006a; SÁNCHEZ, 1989; VANCLAY, 2003).

Finalmente, destacamos que o modelo adotado para a análise da aglomeração industrial têxtil-vestuarista na microrregião do Alto Vale do Itajaí articula as *dimensões socioeconômica* (estrutura produtiva e divisão do trabalho, mudança técnica e processos de aprendizagem), *sociopolítica* (relações mercantis e extra-mercado, descentralização e governança local), e *socioambiental* (impactos sociais e ecológicos integrado das ações produtivas). O Quadro 14 oferece um esquema sinótico das principais categorias analíticas utilizadas no diagnóstico e na avaliação prospectiva.

CONCEITO NORTEADOR	DIMENSÕES	CATEGORIA ANALÍTICA	COMPONENTES	CAMPO TEÓRICO
Desenvolvimento territorial sustentável	Socioeconômica	Gênese, evolução e situação atual da aglomeração industrial têxtil-vestuarista	Características da região pesquisada;	Modelo de desenvolvimento catarinense: Cunha (1992); Hering (1987); Goularti Filho (2002); Raud (1999); Raud (2000); Pellizzetti (1985); Pellizzetti (1981).
			Reconstituição da trajetória de desenvolvimento da região e da aglomeração	
	Arranjo produtivo local	Estrutura produtiva e divisão do trabalho entre as empresas do setor	Inovação técnica e ambiente propício ao aprendizado	Aporte teórico dos sistemas produtivos locais e arranjos produtivos locais: Courlet e Soulage (1994); Courlet (2001); Benko (2001); RedeSist (2007); Lemos (2003).
	Sociopolítica	Governança	Mercado e reciprocidade	Discussão acerca da governança: Cruz Filho (2006); Lévesque (2001); Bourque (2000); Cunha (2007); Le Galès (2004); Gaudin (2002).
	Socioambiental	Impacto social e ambiental	Características ecológicas da região	Comitê do Itajaí (2007); Frank e Vibrans (2003); Borinelli (1999) e Fernandes (2003).
Preocupação com os impactos socioambientais dos sistemas produtivos			Vieira (2005); Vieira e Cazella (2004); Sánchez (2007; 1989); Vanclay (2003).	

Quadro 14: Esboço do modelo de análise

**Fonte:** Elaborado pela autora a partir dos autores e orientações teóricas apresentadas neste capítulo

\* Baseado na tese de Andion (2007)

## CAPÍTULO II - CONTEXTUALIZANDO A FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

*O modelo catarinense foi louvado durante algumas décadas pela boa repartição espacial da população e das atividades econômicas, e pelo potencial de geração de emprego e renda, em função da preeminência da pequena produção. [...] As distorções que persistem, não obstante os processos de reestruturação produtiva deflagrados na década passada, estão exigindo uma reflexão mais intensa sobre a viabilidade de um novo estilo de desenvolvimento para a sociedade catarinense.<sup>37</sup>*

Este capítulo focaliza o contexto histórico e as especificidades territoriais do Estado de Santa Catarina, com intuito de dar suporte à reconstrução, no próximo capítulo, da trajetória de desenvolvimento da microrregião do Alto Vale do Itajaí. Ao considerar a evolução da estrutura produtiva catarinense, vale a pena destacar quão importante foram, e continuam sendo, as aglomerações industriais localizadas e como muitas delas emergiram no contexto do Vale do Itajaí. Inicialmente, são caracterizadas de forma cursiva (i) a formação socioespacial e industrial do Estado, apontando suas peculiaridades, além dos fatores endógenos e exógenos que condicionaram a dinâmica socioeconômica; e (ii) a formação do sistema de gestão ambiental catarinense.

Na segunda parte caracterizamos as principais tendências de evolução dos setores econômicos, especialmente nas regiões onde estão localizadas as principais aglomerações industriais. É importante ressaltar ainda que tais aglomerações são parte integrante do *modelo catarinense de desenvolvimento*, tendo sido apontadas como um diferencial do Estado relativamente a outros estados brasileiros. Entretanto, nos últimos anos vários estudiosos do binômio *meio ambiente & desenvolvimento* vêm apontando suas limitações constitutivas e reunindo evidências que comprovam o seu esgotamento progressivo.

---

<sup>37</sup> Viera e Cunha (2002).



## 2.1 Esboço da formação socioeconômica catarinense

A primeira Revolução Industrial, que teve início na Europa no século XIX, gerou um excedente de mão-de-obra, formando contingentes imigratórios que se deslocaram para o continente americano. Após esse período, a Europa também foi cenário das duas grandes guerras mundiais, fato que condicionou o surgimento de novas correntes imigratórias. No Brasil, esse fluxo materializou-se na fundação de colônias, principalmente nas regiões Sul e Sudeste do País. O Estado de Santa Catarina foi receptor desses fluxos imigratórios oriundos de inúmeros países europeus: Alemanha, Itália, Portugal, Holanda, Polônia, entre outros. A historiografia deste fenômeno indica a sua concentração em dois momentos. Inicialmente, o período marcado pelo êxodo forçado de camponeses vítimas das guerras e da miséria gerada no contexto europeu pelas mudanças ocasionadas pela Revolução Industrial. Já o segundo momento foi marcado pela vinda de artesãos e operários detentores de *know how* técnico e interessados em reconstruir suas vidas no Novo Mundo (MAMIGONIAN, 1965; HERING, 1987; SANTA CATARINA, 1986; GOULARTI FILHO, 2002; SEYFERTH, 1974; SEYFERTH, 1987).

Dessa forma, em menos de três séculos o Estado de Santa Catarina foi conquistado, ocupado e construído por diversos povos. Na literatura técnica sobre o assunto são mencionadas quatro fases na busca de compreensão dessa dinâmica de ocupação, induzida por ações governamentais ou empresariais, do território catarinense.

Na fase inicial, denominada vicentista-açoriana, uma leva de imigrantes partiu de São Vicente, estimulada pela Coroa Portuguesa, dirigindo-se para o Litoral Sul. Dessa forma, em meados do século XVII foram fundadas Desterro, Laguna e São Francisco, que passaram a abrigar uma economia de subsistência praticada em minifúndios. Um século depois, a ocupação foi intensificada como parte de uma estratégia político-militar<sup>38</sup>. Ainda nesse segundo momento da primeira etapa, no final do século XVIII, teve início a colonização da região de Lages, em função da expansão das exportações de carne bovina para o Estado de Minas Gerais<sup>39</sup> (BORINELLI, 1999).

A segunda fase, a partir de 1850, viabilizada por meio das várias frentes de colonização - pública e privada - , foi marcada pela aprovação da *Lei das Terras*, que permitiu a aquisição de

---

<sup>38</sup> Com o intuito de buscarem a segurança do sul do país, em virtude das investidas espanholas.

<sup>39</sup> Essa região passou a ser um território de passagem e criou os povoados de Lages, Curitibanos, São Joaquim, Campos Novos e Mafra.

terras para os novos imigrantes: sobretudo alemães (desde 1859), e italianos (mais intensamente a partir de 1875).

A terceira etapa caracterizou-se pelo deslocamento de vários grupos sediados no litoral rumo ao interior do estado, aproveitando os traçados dos vales e rios. Dessa forma, foram formados os núcleos regionais de Blumenau, Brusque e Joinville, com forte concentração de colonos de origem alemã.

Finalmente, a quarta fase foi inaugurada pelos deslocamentos, rumo ao Oeste Catarinense, da segunda geração de imigrantes europeus que aportaram nos estados vizinhos (principalmente no Rio Grande do Sul<sup>40</sup>), ou que se fixaram inicialmente em outras áreas do Estado – como o Vale do Itajaí e o Litoral Norte, em busca de terras e novas oportunidades de emprego.

A colonização européia, que contribuiu para o desenvolvimento da economia estadual e local, consolidou-se em 1829 com a formação do primeiro povoado europeu-alemão. Por iniciativa governamental, a colônia de São Pedro de Alcântara<sup>41</sup> emergiu nas proximidades de Florianópolis. Todavia, a comunidade não prosperou em virtude da inadequação dos terrenos maciços montanhosos da região para a lavoura (HERING, 1987). De acordo com esta autora, o sistema de rotação utilizado pelos agricultores esgotou rapidamente os solos e condicionou, com o declínio das colheitas, o êxodo sobretudo dos jovens, em busca de novas perspectivas profissionais. Além de todas essas dificuldades, Piazza (1988) destaca a precariedade da comunicação entre os povoados como um sério obstáculo ao escoamento da produção.

Em 1829, a Sociedade Colonizadora de Hamburgo adquiriu oito léguas quadradas de terra, que correspondiam ao dote da princesa Dona Francisca. Nessa área foi fundada, em 1851, a colônia Dona Francisca. Apesar das coações impostas pelo clima, pela topografia, pelas características edáficas e relevo e pelos conflitos com as tribos indígenas,<sup>42</sup> a colônia acabou prosperando e se expandindo pelos vales e planaltos, favorecendo a constituição da colônia de São Bento do Sul (1870) e, mais tarde, da cidade de Joinville.

A segunda fase da colonização alemã no Estado foi caracterizada pela rearticulação da política de imigração e povoamento criada pelo Governo Imperial. A iniciativa beneficiou-se da *Lei de Terras*, promulgada em 18 de dezembro de 1850, que dispunha sobre o aproveitamento

---

<sup>40</sup> Eram geralmente filhos de alemães e italianos.

<sup>41</sup> Eram 523 colonos católicos vindos de Bremem (Alemanha). Esse primeiro movimento também contribuiu para a formação da região estudada neste trabalho – o Alto Vale do Itajaí.

<sup>42</sup> Índios Carijós, Xokleng, Kaingang.

das terras devolutas do Império para o assentamento de colonos. A Colônia de Blumenau, no Vale do Rio Itajaí-Açú, foi fundada em 1850 por um particular, o conhecido Dr. Otto Hermann Blumenau. Dez anos após, acabou sendo vendida ao Governo Imperial.

Em 1893, a Sociedade Colonizadora Hanseática funda, no Vale do Itajaí do Norte, a colônia de Hamônia (numa área que abriga atualmente o município de Ibirama). A área de colonização alemã foi estimada, em 1897, em 10.610 km<sup>2</sup>, integrando onze distritos (incluindo-se Blumenau, que funcionava como sede). “Embora se contassem, entre os imigrantes iniciais, profissionais artesãos, ficou determinada, pelo fundador da colônia, a dedicação exclusiva ao trabalho na terra e a proibição do braço escravo” (HERING, 1987, p. 33).

A bibliografia consultada confirma ainda que, desde 1860, começaram a aparecer no Vale do Itajaí-Mirim, as primeiras levas de imigrantes, principalmente alemães e italianos, que dinamizaram a colônia de Itajaí, posteriormente denominada Brusque. Na parte sul da bacia do Rio Tijucas, com a criação das colônias de Santa Tereza e Angelina, apesar dos insucessos da colônia pioneira de São Pedro de Alcântara, novas frentes colonizadoras foram impulsionadas por imigrantes alemães. “Enquanto as regiões luso-brasileiras não conheceram a industrialização e pouco aproveitaram do crescimento do mercado nacional iniciado na segunda parte do século passado, as novas regiões de Santa Catarina desenvolveram-se a partir da implantação de indústrias locais (MAMIGONIAN, 1965, p. 63).

Na opinião deste autor, as regiões colonizadas por europeus advindos, fundamentalmente, da Alemanha e Itália dispuseram de um *savoir-faire* diferente daqueles que foram mobilizados pelos luso-brasileiros. Nesse sentido, Hering (1987) ressalta que os colonos alemães eram, em seu país de origem, jornaleiros e donos de pequenas propriedades. Dispunham, portanto, de mais experiência com sistemas produtivos de pequeno porte em áreas de minifúndio. Com efeito, esta autora ressalta que esses imigrantes desenvolveram práticas sociais com forte espírito de coesão comunitária e cooperativismo, em virtude das precárias condições de vida que prevaleciam nas colônias.

No período que se estende de 1850 a 1860 constata-se a formação dos importantes núcleos de Joinville, Blumenau e Brusque. Ainda de acordo com Hering (1987), os três tornaram-se a expressão paradigmática da colonização bem sucedida do território catarinense. Enquanto Brusque foi colônia do governo, as outras duas, Joinville e Blumenau, permaneceram, durante

alguns anos, sob a direção dos seus fundadores. A colônia de Blumenau era a mais vasta e se estendeu gradualmente em direção ao Planalto Catarinense.

Já a formação de grupos e povoados italianos foi processada em dois momentos. Inicialmente cabe mencionar a fundação, no Vale do Rio Tijucas, em 1836, da colônia Nova Itália (atual São João Batista), por imigrantes oriundos da Ilha da Sardenha. No segundo momento, de 1875 em diante, esse processo foi intensificado, em consequência da política imigratória financiada pelo Governo Imperial. Dessa forma, além de italianos, o Estado passou a abrigar, em menor número, poloneses, austríacos, árabes, eslavos e espanhóis (GOULARTI FILHO, 2002).

Nessa nova fase da imigração italiana, a partir dos anos de 1875, foram fundadas, nos arredores do povoado de Blumenau, as colônias de Rio dos Cedros, Rodeio, Ascurra e Apiúna; e nos arredores de Brusque, Porto Franco (atualmente Botuverá) e Nova Trento. Em 1877 emergiu a colônia Luís Alves, no Vale do Rio Itajaí-Açú. Já no Vale do Rio Tubarão foram criados os núcleos de Azambuja, Pedras Grandes e Treze de Maio. Finalmente, no Vale do Rio Urussanga, vale a pena mencionar os núcleos de Urussanga, Acioli de Vasconcelos (atualmente Cocal) e Criciúma (SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2007). Na região Sul do Estado, conforme Secretaria de Planejamento do Estado de Santa Catarina (2007), foram fundadas as colônias de Grão Pará e Nova Veneza, estendendo-se do Vale do Rio Mãe Luzia até o Vale do Rio Araranguá. Nesse mesmo período ocorreu a expansão das antigas colônias do Médio Vale do Itajaí-Mirim em direção ao interior, correspondendo à busca de novas terras agricultáveis no Alto Vale do Itajaí.

Com efeito, como já ressaltamos, no transcurso do século XX, o movimento colonizador desdobra-se de Blumenau e Joinville rumo ao Oeste Catarinense. Porém, esta região passou a receber também as frentes de povoamento gaúchas, sobretudo com a implantação da ferrovia que ligava o Rio Grande do Sul ao Estado de São Paulo (RAUD, 1999). Esse movimento foi também importante para a formação socioeconômica do Oeste Catarinense. Conforme Goularti Filho (2002), entre 1872 e 1890 percebe-se um crescimento de 77,6% no total da população catarinense, em contraste com o percentual de apenas 12,8% no período de 1890 a 1900. Na sua opinião, o fenômeno pode ser correlacionado ao forte incremento populacional gerado pela presença de imigrantes. Constata-se também que o número de estrangeiros naturalizados saltou de 1.342, em 1850, para 6.444 em 1858, e de 15.974 em 1873 para 29.550 em 1900. Já em 1850,

os estrangeiros representavam 1,8% da população, passando para 9,2%, em 1900. De 1872 a 1900, o aumento da população estrangeira no Estado foi de 84,9% (GOULARTI FILHO, 2002).

O pluralismo étnico e cultural gerado pela trajetória de ocupação e formação inicial do tecido socioeconômico no Estado constitui uma variável importante que distingue o estilo de desenvolvimento processado no território catarinense daquele associado às demais regiões brasileiras (HERING, 1987; MAMIGONIAN, 1965). Conforme Raud (1999, p. 87), em função de uma organização geoeconômica dotada de atributos atípicos, o Estado de Santa Catarina permanece “compartimentado em zonas relativamente autônomas e especializadas, cada uma gravitando em torno de uma localidade”. Essa forma peculiar de organização do espaço acabou condicionando a formação socioeconômica e favorecendo um processo de industrialização dotado também de características originais.

Neste sentido, podemos encontrar na contribuição de Goularti Filho (2002) uma periodização deste processo de industrialização que complementa a versão preliminar, elaborada por Cunha (1992) e utiliza como ponto de referência básico as mudanças verificadas nos padrões de crescimento econômico.

a) No período de 1880 a 1945 constata-se a formação e a expansão do capital industrial, com base numa dinâmica econômica baseada na pequena produção agrícola e no capitalismo mercantil. As colônias de Blumenau e Joinville assumem um papel determinante num padrão de crescimento voltado à *hinterland* e privilegiando os segmentos madeireiro, alimentar, carbonífero e têxtil. Ao mesmo tempo, desenvolvem-se os setores moveleiro e metal-mecânico que, todavia, começam a apresentar um crescimento acelerado somente nos anos seguintes. Na década de 1880, a socioeconomia catarinense esteve limitada à produção agrícola para exportação, pouco diversificada e superada pelas importações (HERING, 1987).

A partir do quadro de ocupação do território descrito no item anterior, Goularti Filho (2002) coloca em evidência duas grandes transformações sócio-demográficas no Estado nesse período: i) a chegada dos imigrantes europeus no período de 1875 a 1900, no Vale do Itajaí, no Norte e no Sul do Estado, mantendo-se em ritmos mais lentos até os anos 1920; ii) e o movimento migratório dos imigrantes e seus descendentes, que habitavam o Rio Grande do Sul, em direção ao Oeste a partir de 1917 até a década de 1950, como uma frente da colonização capitalista. Nesse período, o Estado de Santa Catarina era considerado como mero território de

passagem entre os Estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul (SANTA CATARINA, 1986). Esta situação agravou-se em virtude das precárias vias de acesso e ligação existentes. Contudo, Blumenau e Joinville já despontavam como cidades industriais importantes no cenário nacional.

As zonas de colonização alemã, em particular as colônias de Blumenau, Joinville e Brusque, povoadas a partir de 1850, constituem as zonas mais industrializadas e mais ricas de Santa Catarina [...]. Praticamente, toda a indústria têxtil e mecânica de Santa Catarina se localiza nas regiões de colonização alemã, que abrigam ainda uma grande variedade de produções leves (instrumentos musicais, cristais, porcelanas, etc.) e apesar da proveniência freqüentemente longínqua das matérias-primas (algodão do Nordeste, por exemplo), a maior parte da produção é enviada aos grandes centros de consumo, São Paulo, Rio [...]. A iniciativa da industrialização, os industriais e os capitais são locais e uma rápida visão sobre a implantação das fábricas nos mostra, lado a lado, estabelecimentos de 15, 50, 800 e mesmo mais de 1000 operários. Estas regiões alemãs apresentam cidades pequenas e médias, muito particulares pela predominância da atividade industrial, arquitetura característica, utilização muito generalizada da bicicleta como meio de condução, e pelo aspecto geral muito cuidado (MAMIGONIAN, 1965, p. 64).

Na opinião de Mamigonian, a configuração espacial constitui a característica mais marcante do processo de industrialização catarinense: i) nas áreas de colonização alemã, no Vale do Itajaí e no Norte do Estado, foram concentradas os ramos têxtil e de confecções, além do eletrometal-mecânico; ii) na região Sul, a indústria carbonífera; iii) no Oeste, a agro-indústria; e iv) no Planalto a pecuária extensiva. O mesmo autor atribuía o êxito da industrialização da região Sul do Brasil à riqueza artesanal, que contribuiu para a sua consolidação. As zonas de colonização alemã representavam, na sua opinião, 50% da produção industrial, concentrando apenas 20% da população catarinense.

Por sua vez, Singer (1968) atribuiu a riqueza acumulada na região ao estabelecimento de pequenas propriedades de agricultores independentes, artesãos, operários, pequenos comerciantes, cuja divisão social do trabalho já havia se manifestado e que, conforme Seyferth (1987) estava atrelada ao tipo de atividade que esses imigrantes exerciam no seu país de origem. Além desse fator, nas regiões do Vale do Itajaí,<sup>43</sup> por exemplo, a divisão das terras

---

<sup>43</sup> Hering, Döhler e Schlösser mestres-artesãos têxteis, foram forçados a sair das áreas têxteis européias no final do século XIX, pois os artesanatos e as pequenas empresas eram forçados a cerrar suas portas nos períodos de crise. Ao se estabelecerem em Blumenau, Joinville e Brusque, respectivamente, puderam contar com compradores certos para seus produtos, os agricultores locais, e encomendar aos carpinteiros a construção de teares manuais de madeira; porém dependiam de poucos e difíceis recursos em dinheiro, obtidos localmente depois de vários tipos de trabalho e de fios de algodão importados da Europa pelo aparelho de intermediação comercial solidamente estabelecido nas principais praças portuárias brasileiras, sobretudo do Rio de Janeiro (SANTA CATARINA, 1986, p. 105).

agriculturáveis, pela sua condição geográfica, viabilizou a persistência do minifúndio, em contraste com regiões de pecuária extensiva do Estado, como a região do Planalto Catarinense.

No início do século XX, a economia catarinense continua a crescer, sem perder contato com a Alemanha. Beneficiando-se da conjuntura econômica gerada pela eclosão da Primeira Guerra Mundial, intensificou-se a produção de carvão na região Sul do Estado. O advento da Segunda Guerra Mundial, por um lado, possibilitou a substituição de importações e impulsionou a diversificação industrial, com destaque para a siderurgia e para a agroindústria. Esta última ganhou repercussão nacional com o surgimento de inúmeros frigoríficos de pequeno porte, cuja produção destinava-se ao mercado paulista. No segmento têxtil, as empresas catarinenses passaram a concorrer com os empreendimentos paulistanos, como na fabricação de malharia e felpudos.

A distância dos mercados consumidores constituía um dos pontos de estrangulamento mais importantes do parque industrial catarinense, exigindo um aprimoramento técnico constante, com renovação dos equipamentos e métodos de trabalho, além de uma redução significativa dos preços no mercado nacional.

Até os anos 1960, não houve nenhuma estratégia estadual de industrialização. Se houve algumas medidas de apoio, foram medidas dispersas e oscilantes. No que toca à política econômica, houve uma reforma tributária no Governo Hercílio Luz, a qual propiciara uma abertura maior de Santa Catarina para o mercado nacional, mas ela não durou muito, estendendo-se de 1915 até 1917 (RAUD, 1999, p. 101).

**b)** No período de 1945 a 1962, constata-se a ampliação e a diversificação da base produtiva baseada no capital industrial de médio e grande porte. Trata-se de uma fase transitória, onde certos elementos do padrão anterior convivem com o novo. As transformações do padrão de acumulação brasileiro processadas na década de 1930 passaram a ser comandadas pela dinâmica de industrialização e se estenderam até 1955, com algumas restrições. No Estado de Santa Catarina, a reduzida capacidade de acumulação, a desintegração econômica e a carência de aportes financeiros retardaram o período de ampliação e diversificação do capital industrial, que teve início somente em meados de 1940. Até aquele momento, dispunham de certa representatividade apenas as atividades de extração de madeira, erva-mate e carvão, além dos segmentos alimentar e têxtil, com baixa sofisticação tecnológica. Joinville pode ser considerado, nessa época, como o centro urbano mais dinâmico, com uma certa variedade de funilarias e pequenas oficinas mecânicas.

No período que vai de 1945 a 1962, ainda segundo Goularti Filho (2002), verifica-se uma diversificação crescente das atividades econômicas no Estado, com a emergência de novos ramos industriais: papel e celulose, produtos cerâmicos, metal-mecânico, plásticos, materiais elétricos e transporte. Alguns setores, como o de papel, papelão, pasta mecânica, móveis e metal-mecânico, que nasceram antes ou durante a década de 1930, aumentaram sua produção com o surgimento de novas indústrias. Outros, como o carbonífero e o têxtil, ampliaram expressivamente sua capacidade produtiva. Finalmente, teve início o processo de industrialização da agricultura, na transição do complexo agrocomercial para o complexo agroindustrial (GOULARTI FILHO, 2002, p. 141).

Apesar da ampliação e diversificação da socioeconomia catarinense processadas nesse período, a estrutura social e os arranjos institucionais não se encontravam à altura dos novos desafios assim criados. Isto contribuiu para intensificar a participação do Estado no processo de acumulação. No ano de 1949, por exemplo, os setores madeireiro (27,4%), têxtil (21,5%) e alimentar (20,1%) foram os que mais se destacaram. Já em 1962, observa-se pouca alteração no quadro da economia catarinense: o setor madeireiro contribuiu com 26,8% do produto industrial, o têxtil com 20,8% e o alimentar com 14,6%. Analisando esses dados conjuntamente, pode-se observar que os setores tradicionais, em 1949, têm uma representação de 80,6% do produto industrial, contra 73,3%, em 1962. Em 1949, verificou-se 19,4% da participação do setor dinâmico e, em 1962 este percentual eleva-se para 26,7%. Durante esse período, os índices nacionais de aumento da participação do setor dinâmico ultrapassaram aquele obtido pela economia catarinense. Isso, segundo Mattos *apud* Goularti Filho (2002), deve-se ao fato da existência de intensas relações de Santa Catarina com o resto do País, além da abertura ao exterior, marcada pelas relações de dependência, onde predominava a importação de produtos duráveis e a exportações dos não-duráveis.

c) A década de 1962 foi marcada pela entrada em vigor do Plano de Metas, durante a gestão de Celso Ramos (1961-1965). Goularti Filho (2002) ressalta que o padrão de crescimento nesse período foi transformado mediante a introdução de um novo sistema de crédito, além da ampliação dos investimentos em energia e transporte e da consolidação do segmento eletro-



metal-mecânico. Ele constata ainda que os setores tradicionais também se expandiram, adquirindo outras marcas e conseguindo se impor no mercado nacional.<sup>44</sup>

Além do que foi descrito anteriormente, desse período em diante a economia estadual passa a ser planejada pelo setor governamental. A experiência do Plano de Metas – PLAMEG (1961-1965)<sup>45</sup> representa uma tentativa de aplicação dos instrumentos de política econômica para a ampliação da infra-estrutura social e o financiamento do capital privado local. Na sequência, foram elaborados o PLAMEG II (1966-1970), o Projeto Catarinense de Desenvolvimento – PCD (1971-1974) e o Plano de Governo – PG (1975-1979), objetivando consolidar a base socioeconômica do Estado: finanças, transporte, energia e telecomunicações. “É o Estado atuando como forma superior de organização capitalista alargando as bases produtivas e ajustando-se à ordem econômica e politizando as relações econômicas” (GOULARTI FILHO, 2002, p. 200).

Nesse período percebe-se também a ascensão de uma elite industrial que se apóia nos grandes grupos privados, a exemplo da Sadia, da Transbrasil e da Perdigão, no Oeste; da Hering, da Artex, da Tupy, da Tigre-Hansen e da Weg, entre outras, nas regiões de colonização alemã; da Gaidzinski, na região carbonífera; e da Portobello-Usati, no Litoral Central. Vale a pena mencionar ainda as centrais de transmissão de energia elétrica, Eletrosul e Celesc, as carboquímicas de capital estatal – ICC, e certos grupos extra-regionais, como a Klabin e a Brastemp-Cônsul, entre outros (SANTA CATARINA, 1986).

Para ilustrar a ascensão da economia catarinense em relação à nacional, pode-se atentar para os dados relativos ao período de 1940 a 1980. Eles indicam um aumento, respectivamente, de 1,8% para 4,0% do valor da produção nacional. Entre 1970 e 1978, a taxa média anual de crescimento da indústria catarinense foi de 14,7%. Por sua vez, as exportações passaram de US\$ 77 milhões, em 1972, para US\$ 529 milhões, em 1979, com participação expressiva dos produtos manufaturados (SANTA CATARINA, 1986). O Estado de Santa Catarina continua figurando como importante produtor de mercadorias agrícolas no cenário nacional e, de 1980 em diante,

---

<sup>44</sup> A mudança do padrão de crescimento em Santa Catarina só pode ser entendida, em primeira instância, pela mudança do padrão de acumulação em nível nacional, que tinha como tripé básico o capital estatal, o externo e o nacional (a perna fraca). Na maioria das unidades federativas periféricas, a diversificação e a integração produtiva ocorreu com a presença do capital estatal, que financiava e isentava projetos privados ou investia diretamente. Já em outras unidades federativas que tiveram uma formação socioespacial diferenciada, como Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a diversificação e integração produtiva foi comandada pelo capital de origem local e pelo Estado (GOULARTI FILHO, 2002).

<sup>45</sup> A primeira foi o Plano de Obras e Equipamentos – POE (1956-1960).

mantém suas características policulturais. No entanto, já começa a se destacar pela importância das atividades secundárias, ocupando o sexto lugar no *ranking* nacional.

Portanto, as evidências recolhidas por Goularti Filho (2002) indicam que a integração e a consolidação da indústria catarinense foram deflagradas apenas a partir de 1962. E mais: essa integração só pode ser entendida adequadamente se for relacionada à criação de políticas estaduais de desenvolvimento e de articulação nacional e intra-estadual entre os grandes grupos econômicos.

Já a década de 1990 configurou-se como uma fase pautada na abertura comercial e financeira e na desregulamentação estatal. Os anos de 1990 foram palco da quebra dos padrões usuais de financiamento, da crise fiscal do Estado e do enfraquecimento do poder de comando do Estado na economia. Esse movimento da conjuntura sociopolítica acabou alterando o perfil de acumulação e o sistema de regulação econômico-financeira, passando ao capital multinacional o seu comando.<sup>46</sup> Na economia catarinense desse período pode se verificar uma acentuada redução das atividades do Estado, a reestruturação da indústria cerâmica e eletro-metal-mecânica, o parcial esfacelamento do complexo carbonífero, a desverticalização e o recuo do setor têxtil-vestuarista e a desnacionalização do complexo agroindustrial. Na opinião de Goularti Filho (2002), a partir dessa desarticulação política verifica-se a expansão do neoliberalismo, gerando um cenário marcado pela abertura dos mercados, pelas privatizações, pelo ajuste fiscal e pela precarização das condições sociais.

Nesse período, portanto, ocorre a reestruturação produtiva e patrimonial, acarretada pelas mudanças estruturais e conjunturais da economia nacional. Muitas empresas familiares abriram seu capital, outras desverticalizaram a sua produção, num período de transição com o surgimento, a partir das demissões, de empresas de pequeno porte. Elas passaram a assumir, assim, a função de prestadoras de serviços das empresas de maior porte, a exemplo daquelas vinculadas aos segmentos cerâmico e têxtil-vestuarista. Além disso, observa-se um parcial desmonte do complexo carbonífero, a reestruturação do complexo eletro-metal-mecânico, que sofre com a abertura comercial, e a desnacionalização do complexo agroindustrial, em função da sobrevalorização cambial e da facilidade de entrada do capital externo na aquisição de ativos

---

<sup>46</sup> As privatizações e as desnacionalizações suicidas, associados ao novo ciclo de endividamento especulativo externo dos anos 90, ao mesmo tempo enfraqueceu e fortaleceu o Estado: enfraqueceu no sentido de formular novas políticas de desenvolvimento em bases nacionais; e fortaleceu para conduzir a ganhos especulativos do mercado financeiro, que se encontra completamente desregulado (GOULARTI FILHO, 2002).

nacionais. O aumento do desemprego reflete-se diretamente na estratégia e na atuação dos sindicatos catarinenses e brasileiros, que apresentam um recuo nas suas atividades. Na contramão desse recuo, a década de 1990 representa um avanço dos partidos de esquerda em todo o País, com resultados positivos nas eleições municipais em Santa Catarina.

O quadro descrito anteriormente indica que os padrões de crescimento da economia catarinense ocorreram de maneira especializada e temporizada, influenciando as dinâmicas endógenas, a imigração, a tradição, a presença da pequena produção mercantil e a acumulação pulverizada etc. Porém, esse processo de industrialização não pode ser elucidado sem referências à dinâmica do conjunto da economia nacional. Por isso, para Goularti Filho (2002), a economia catarinense foi se ajustando às bases da economia nacional e, de acordo com as necessidades, impostas por ela. Essa linha de argumentação remete-nos a uma visão de complementaridade dos dois níveis de regulação do sub-sistema socioeconômico. Da mesma forma, o início do processo de urbanização pode ser melhor compreendido se levarmos em conta essas relações envolvendo as esferas estadual e nacional. Alguns aspectos suplementares dos fatores endógenos que condicionaram o processo de industrialização no Estado e, mais especificamente no Vale do Itajaí serão apresentados no próximo capítulo.

Seria importante reconhecer ainda que o período caracterizado como um marco histórico diferencial na industrialização catarinense corresponde ao da segunda leva de imigrantes europeus, após 1850. O que distinguiu a primeira leva da segunda foi a sua experiência de artesãos. Nessa fase constam ainda como fatores preponderantes a constituição de núcleos urbanos, a geração de excedentes, o aprimoramento do sistema de transportes etc. Por outro lado, o período de 1914 a 1945, conforme Cunha (1992), foi marcado pelo desenvolvimento de pequenas e médias indústrias, diferindo do período anterior, baseado nas atividades agrícolas de subsistência. No rol das mudanças consideradas mais significativas podem ser incluídas: i) a posição de destaque que começou a ser ocupada por Blumenau no setor têxtil; ii) a entrada no mercado nacional dos produtos metalúrgicos oriundos de Joinville; iii) os benefícios fiscais auferidos pela extração carbonífera no Sul do Estado e o surgimento das primeiras empresas siderúrgicas no cenário nacional; iv) o surgimento das frentes pioneiras no Oeste; e, finalmente, v) os abalos sofridos pela exportação de erva-mate em função da crise verificada na Argentina (GOULARTI FILHO, 2002).

Já o período que vai de 1945 a 1963 foi caracterizado pela diversificação industrial e pela substituição das importações de bens de consumo duráveis. Se até os anos sessenta a indústria catarinense não conseguiu acompanhar a indústria brasileira, na fase de 1963-1980 observa-se uma retomada do desenvolvimento e o fomento da industrialização. “Os fatores que possibilitaram o salto dinâmico foram as experiências industriais, a mão-de-obra de qualidade e a capacidade inovadora dos empresários catarinenses” (GOULARTI FILHO, 2002, p. 63). O reinvestimento dos grupos catarinenses em seus próprios negócios representou também um fator importante na explicação do êxito alcançado pela indústria catarinense.

Entretanto, no que tange à sua formação socioeconômica, as regiões do estado refletem a maneira pela qual as relações com o meio interno e externo foram estabelecidas. No caso da atividade pecuária praticada nos Campos de Lages, por exemplo, podemos compreender sua viabilidade em função do tropeirismo que se estendia do Rio Grande do Sul até Sorocaba. Já na região Oeste do Estado, as relações mantidas com outras regiões dos estados do Sul tornam-se mais compreensíveis se levarmos em conta que ela fazia parte do trajeto realizado pelos tropeiros que partiam de São Borja, no Rio Grande do Sul, em direção ao Paraná. Da mesma forma, a economia ervateira do Estado sofreu influências fortes do complexo produtivo que abrangia parte do Mato Grosso, do Paraná e de Santa Catarina. Finalmente, o crescimento econômico da região sul do Estado reflete assim o fato da atividade carbonífera ter se dinamizado após a primeira guerra, inclusive em alguns municípios gaúchos, como parte de um processo de diversificação do conjunto da indústria brasileira.

Todavia, faz-se necessário salientar que a região do Estado a qual apresentou maior autonomia, segundo Goularti Filho (2002), foi a do Médio Vale do Itajaí, polarizado pelo município de Blumenau. Num primeiro momento, articulava-se com as regiões circunvizinhas por intermédio do dinamismo alcançado pelo setor madeireiro. Mas posteriormente, a partir de 1880, os intercâmbios interregionais foram também estimulados pelo crescimento do setor têxtil. Vale a pena destacar que, durante a primeira guerra mundial, a indústria têxtil blumenauense manteve-se integrada à indústria nacional. Mas até a década de 1920, a região do Médio Vale sofreu pouca influência dos outros estados do Sul do Brasil. O ponto a ser destacado aqui é o reconhecimento da forte presença dos capitais de origem local na formação socioeconômica do Estado.

No item seguinte, a intenção é aprofundar a reflexão sobre alguns dos fatores endógenos e exógenos que mais contribuíram para o dinamismo do processo de industrialização catarinense e que de alguma forma já mencionamos. No rol dos fatores considerados mais relevantes incluímos (i) a influência exercida pela política de desenvolvimento estimulada pelo Governo Federal e certas mudanças produzidas na conjuntura internacional que afetaram o parque industrial brasileiro e catarinense; (ii) as especificidades da organização socioeconômica, do processo de acumulação de capital e da cultura local; (iii) as políticas e programas adotados pelas instituições estaduais e regionais de desenvolvimento; e, finalmente, (iv) o papel exercido pelas instituições vinculadas ao sistema de gestão socioambiental no nível estadual.

## **2.2 Fatores endógenos e exógenos – socioeconômicos, sociopolíticos e socioambientais - do processo de industrialização catarinense**

Conforme ressaltamos acima, na trajetória de formação da socioeconomia catarinense o processo de industrialização sofreu uma série de influências intermitentes de natureza exógena, que contrastam nitidamente com aquelas de natureza endógena. Neste sentido, além da especificidade do tecido sociocultural criado no Estado merecem destaque os condicionantes sociopolíticos relacionados às políticas de desenvolvimento criadas nos níveis estadual e regional e ao sistema de crédito correspondente, além das iniciativas pioneiras empreendidas em favor do controle da qualidade ambiental.

No caso das políticas de desenvolvimento, até a segunda guerra mundial as iniciativas assumidas pelo Governo Federal não contemplavam diretamente o processo de industrialização (RAUD, 1999). No entanto, o contexto internacional vigente naquele período chegou a afetar de alguma forma o parque industrial catarinense. No início do século XX, o crescimento da economia catarinense baseou-se na produção carbonífera estimulada pelas demandas geradas pela Primeira Guerra Mundial. Uma das medidas adotadas pelo Governo Vargas que mais favoreceu a evolução dos setores primário e secundário foi a unificação legal do mercado nacional. As barreiras alfandegárias interestaduais foram derrubadas com o Estado Novo, e a influência política dos industriais mostrou-se cada vez mais eficaz mediante a implantação da reforma tarifária de 1929. Essa diretriz protecionista continua valendo em 1931, com a chamada tarifa

ouro sobre as importações e que, tendo surtido largo efeito, foi ampliada até o ano de 1937<sup>47</sup>. Em consequência, emergiu uma indústria de teares no País e as unidades fabris existentes foram renovadas. Pautado ainda numa política de substituição de importações, em 1940 o governo direciona sua política de incentivo ao segmento de produção de bens intermediários, apoiando e fortalecendo esse nicho de mercado interno.

No que diz respeito às repercussões da Segunda Guerra Mundial, como já salientamos acima, destaca-se a gênese da fase de substituição de importações. A agroindústria ganha espaço no mercado nacional (por meio da criação de frigoríficos de pequeno porte) e a indústria têxtil passa a concorrer com as empresas paulistas. Contudo, a precariedade da infra-estrutura de transporte constituía o principal obstáculo enfrentado pelas empresas catarinenses naquela época. Vimos também que o período que se estende de 1945 a 1962 representou uma fase de transição para a indústria catarinense.

No período anterior à tomada do poder pelos militares, em 1964, predominou a adoção de políticas com perfil populista (IANNI, 1968). Ao lado de um projeto de desenvolvimento baseado na nacionalização de alguns setores estratégicos coexistia a intenção de estimular a internacionalização da economia. Durante o regime autoritário prevalece o ideário do crescimento econômico acelerado e da internalização da dinâmica de expansão do complexo industrial brasileiro.

Paradoxalmente, o objetivo era tornar o Brasil um país independente. No triênio de 1964-1966, as reformas fiscal e financeira proporcionaram a melhoria das condições de financiamento dos gastos públicos correntes. Além disso, favoreceram a reestruturação dos preços dos serviços de utilidade pública (a exemplo do setor elétrico), a ampliação do sistema de crédito (por meio da correção monetária), e a oferta de subsídios e incentivos para empresas exportadoras (TAVARES, 1985). Essas reformas faziam parte do Plano de Ação Econômica do Governo – PAEG. Todavia, a meta estratégica era, em função da carência de capital para a expansão industrial (especialmente da produção de bens de capital), promover a poupança interna, por meio do mercado de ações e da ampliação dos financiamentos através de recursos externos, endividamento interno, expropriação salarial e inflação (RAUD, 1999).

---

<sup>47</sup> Essa política (de substituição de importações) restringia a importação de máquinas e equipamentos que já eram fabricadas pela indústria brasileira.

Várias outras iniciativas de grande impacto foram assumidas pelos militares, a exemplo da centralização dos Fundos (como o FGTS, INPS e o PIS) e o aumento da arrecadação do conjunto do setor público. Em outras palavras, ampliou-se a poupança interna e foram criados novos mecanismos de financiamento da atividade econômica.<sup>48</sup> A partir de 1965, observa-se a continuidade das medidas de estimulação fiscal e financeira. Empresas exportadoras passaram a operar isentas do pagamento de taxas de importação.

Além disso, na década de 1960, o governo federal passou também a beneficiar as PME's com ajuda financeira e técnica. Em 1965 foi criado o FIPEME – Fundo de Financiamento a PME visando minimizar as flagrantes disparidades regionais e setoriais. Também nessa década foi implantado, como reflexo das políticas de apoio à infra-estrutura, nos estados do sul, o BRDE e, na década seguinte, por meio do governo catarinense, o BADESC e os programas de governo como a FUNDESC e o PROCAPE.

O ciclo de recuperação econômica ocorreu no período de 1967 a 1970, alcançando o seu ponto máximo de 1970 a 1973 e declinando de 1974 a 1977 (TAVARES, 1985). A intenção era melhorar a infra-estrutura existente, em busca de maior integração do mercado nacional.<sup>49</sup> Foi um período marcado por grandes empreendimentos de infra-estrutura, como a BR-101, concluída em 1971. Os três estados do Sul passaram a dispor, assim, de um eixo estratégico de escoamento de sua produção na direção das demais regiões do País.

Em 1969, o BNDES e o Massachusetts Institute of Technology (MIT) desenvolveram um programa de assistência gerencial para PMEs operando nos três estados da região sul, experiências realizadas no âmbito do Sistema de Informações Gerenciais para Pequenas e Médias

---

<sup>48</sup> Centralização do Banco Central e formação dos Bancos de Investimento, constituição de financeiras para difusão de crédito privado, crédito direto para o consumidor e revisão de dívidas.

<sup>49</sup> “Milagre econômico” – O crescimento acelera-se e diversifica-se no período do chamado “milagre econômico”, de 1968 a 1974. A disponibilidade externa de capital e a determinação dos governos militares de fazer do Brasil uma “potência emergente” viabilizam pesados investimentos em infra-estrutura (rodovias, ferrovias, telecomunicações, portos, usinas hidrelétricas, usinas nucleares), nas indústrias de base (mineração e siderurgia), de transformação (papel, cimento, alumínio, produtos químicos, fertilizantes), equipamentos (geradores, sistemas de telefonia, máquinas, motores, turbinas), bens duráveis (veículos e eletrodomésticos) e na agroindústria de alimentos (grãos, carnes, laticínios). No início da década de 70, a economia apresenta resultados excepcionais, com o PIB crescendo a 12%, e o setor industrial a 18% ao ano. Já em meados dos anos 70, a crise do petróleo e a alta internacional dos juros desaceleram a expansão industrial. Com o financiamento externo mais caro, a economia brasileira entra num período de dificuldades crescentes, que levam o país, na década de 80, ao desequilíbrio do balanço de pagamentos e ao descontrole da inflação. O Brasil mergulha numa longa recessão que praticamente bloqueia seu crescimento econômico. No começo dos anos 90, a produção industrial é praticamente a mesma de dez anos atrás. E no decorrer da década, também por conta da abertura econômica que permite a entrada maciça de produtos importados, o setor industrial vem encolhendo e perdendo participação no PIB para o setor de serviços (ENCICLOPÉDIA BRASILEIRA, 2007).

Empresas - SIPEME<sup>50</sup> (CUNHA, 1998). No período seguinte, amadurece o projeto de criação do Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à PME – CEBRAE pelo BNDS, FINEPE e Associação Brasileira dos Bancos. O Instituto Brasileiro de Assistência Gerencial à PME de Santa Catarina emergiu em 1972. Logo após, passou a ser denominado CEAG/SC. Da mesma forma, a partir de 1990 o CEBRAE tornou-se o Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, uma instituição autônoma.

Em síntese, no período de 1930 a 1980 o desenvolvimento socioeconômico do País dependeu fundamentalmente da capacidade de financiamento governamental. Em momentos de crise, a dinâmica de crescimento foi mantida por meio da mobilização de capital estrangeiro, de investimentos - diretamente, pelas próprias empresas, ou indiretamente, por meio de empréstimos ao Governo. Por mais de três décadas o governo brasileiro dependeu desses mecanismos de financiamento, promovendo políticas expansionistas. Da mesma forma, o Estado de Santa Catarina, nesse período, usufruiu da criação das agências e programas de fomento à indústria catarinense.

Em outras palavras, a partir do início dos anos 1930, o Estado teve uma participação decisiva como ator responsável pela dinamização da economia. Durante os cinquenta anos subsequentes, o País experimenta profundas transformações estruturais no rumo da modernização conservadora. Num segundo momento, a partir dos anos oitenta, observa-se o início de uma intensa reversão do processo de crescimento, com a estagnação da economia e a ampliação das desigualdades internas e externas. Nesse segundo período, o Estado passou de agente ativo para a posição de mero administrador do processo de modernização social. Em grande medida, um dos principais pontos de estrangulamento residiu na limitada capacidade de financiamento. Independentemente da forma de atuação do Estado, ela dependeu da liquidez internacional ao longo de todo esse período.

---

<sup>50</sup> “Em 1967, a Fundação Ford concedeu um auxílio financeiro ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) e ao Massachusetts Institute of Technology (MIT) para que estes desenvolvessem um programa de treinamento e pesquisas visando ao aprimoramento do sistema de bancos de desenvolvimento do Brasil. Uma das principais linhas de trabalho foi a de oferecer assistência técnica às instituições financeiras de desenvolvimento estaduais e regionais, que compunham a rede de agentes do BNDE. De um lado, o BNDE pretendia aprimorar e aumentar as aplicações do seu principal fundo de recursos para pequenas e médias empresas: o SIPEME. De outro, tanto o MIT como o BNDE desejavam introduzir técnicas atualizadas de administração de empresas, através do sistema de bancos de desenvolvimento, utilizando-o como um canal educativo” (CUNHA, 1998, p. 40). O programa ligado ao SIPEME tornou-se o maior trunfo dos esforços comuns do BNDE e do MIT nesse período e contou com o apoio de inúmeros professores (do MIT) e gerentes e técnicos do BNDE.



No rol dos principais condicionantes externos favoráveis dessa trajetória podemos citar: a Primeira Guerra Mundial, o *crack* de 1929 e a Segunda Guerra Mundial. As importações passaram a ser mais restritas, em meio a um ambiente internacional instável e frágil, possibilitando verdadeiramente a substituição de importações (FURTADO, 1986; TAVARES, 1985). Além disso, vale também a pena mencionar: i) a Guerra da Coréia, em 1950, que condicionou a elevação do preço dos produtos exportados; e ii) o crescimento do comércio mundial nas décadas de 1970 e 1980. Contudo, essa expansão foi interrompida pelo “choque do petróleo” na década de 1970.

Entre 1980 e 1990, o Estado de Santa Catarina foi atingido pela crise que caracterizou a chamada “década perdida”. No entanto, o volume de exportações e a participação no mercado interno nacional apresentaram uma curva ascendente. Aumentou também o ritmo de crescimento dos setores dinâmicos, em virtude das inovações técnicas adotadas e dos laços de sinergia mantidos com outras regiões do País. Finalmente, na década de 1990 intensifica-se o processo de globalização econômico-financeira. Esse processo de abertura dos mercados tem provocado o acirramento da concorrência, especialmente dos produtos advindos dos países asiáticos, que impuseram novos padrões de competitividade às empresas nacionais. Assim, o estado catarinense chega ao século XXI com uma série de desafios de natureza socioeconômica e sociopolítica.

No que diz respeito aos fatores endógenos, como já exposto, o estado de Santa Catarina foi exitoso em seu processo de formação e consolidação econômica em função de alguns fatores: (i) a forma baseada na pequena propriedade, com lotes de 25 a 30 hectares, com exceção de algumas regiões; (ii) dinâmica interna das colônias alicerçada no *know how* e conhecimento artesanal dos imigrantes vindos da Europa; (iii) espírito comunitário dos imigrantes, verificado principalmente pelo amparo mútuo em função das dificuldades de se instalarem em terras diferentes; (iv) o aparecimento e constituição de sociedades de crédito; (v) excedente gerado pela agricultura comercializado pelos colonos; (vi) significativa divisão social do trabalho.

Além desses fatores, existem outros elementos importantes para uma compreensão adequada do processo de industrialização catarinense e dizem respeito, como já mencionamos, às políticas de incentivo à industrialização e de estruturação financeira. A análise dos **planos e programas governamentais de apoio às empresas catarinenses revela** que a criação do Plano de Obras e Equipamentos (POE) - a primeira tentativa de submeter o processo de desenvolvimento estadual a um planejamento consistente - condicionou a elaboração das Metas

do Governo Estadual (PLAMEG), por meio da Lei n. 2.772, de 21 de julho de 1961. Se o POE colocava em primeiro plano a ampliação e a melhoria das condições de infra-estrutura, coube ao PLAMEG fixar as linhas mestras estruturantes das ações governamentais no campo do desenvolvimento regional e urbano (MICHELS, 1993; BUTZKE, 2007).

Sua implementação foi viabilizada mediante a criação da Fundação de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (FUNDESC), em 1963. O sistema de incentivos fiscais correspondente estabelecia que 20% da arrecadação do ICMS das cooperativas e 10% das empresas deveriam ser canalizados para fins de investimentos produtivos. Nesse período de expansão e diversificação da economia, a consolidação do capital industrial catarinense foi estimulada pelos investimentos governamentais em infra-estrutura e pela disponibilização de linhas especiais de crédito aos empresários.

O PLAMEG II (1966-1970) e o Plano Catarinense de Desenvolvimento (PCD) (1971-1975) favoreceram a continuidade dessa dinâmica de reorganização socioeconômica. No que tange aos programas governamentais mais expressivos, a FUNDESC, criada em 1975, foi transformada no Programa Especial de Apoio à Capitalização de Empresas (PROCAPE). Este último permitiu que 10% do ICMS fossem na época revertidos na forma de créditos especiais, objetivando a aquisição, a alienação e a garantia de participações societárias e debêntures conversíveis em ações, daquelas empresas com domicílio tributário no Estado e cujo capital votante fosse caracterizado como majoritariamente nacional. O PROCAPE oferecia também subsídios financeiros mediante participação, ou subsídio dos encargos, em contratos de financiamento a médio e longo prazo, celebrados entre agências oficiais de crédito e empresas que atendessem a determinados requisitos. Além dessas funções, ele deveria carrear recursos para a capitalização de empresas e também para financiar pesquisas e consultorias a fundo perdido. No entanto, somente a partir de 1979 as cooperativas foram beneficiadas por esse programa, que vigorou até 1986.

Instituído pela Lei n. 7.320, de 08/06/1988,<sup>51</sup> o Governo Estadual, por meio de sua política de desenvolvimento industrial, criou o Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC). A intenção era viabilizar um instrumento de incentivo à implantação ou expansão de indústrias e agroindústrias (SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO ESTADO

---

<sup>51</sup> Legislação em vigor: Lei n. 13.342, de 10/03/2005, Lei n. 13.706, de 16/01/2006 e Decreto n. 3.116, de 06/05/2005.

DE SANTA CATARINA, 2007). Mantendo-se ainda hoje em vigor, o PRODEC concede um prazo para as empresas recolherem parte do ICMS<sup>52</sup> a ser gerado pela criação de cada novo projeto. O artigo 2 do seu regimento, estabelece que o estímulo deve ser concedido a “empreendimentos de comprovada prioridade socioeconômica, e que contribuam para a preservação do meio ambiente, para a desconcentração econômica e espacial das atividades produtivas” (MONTIBELLER FILHO, 1994). O volume de recursos investidos no período de 1989 a 2002 está indicado na tabela seguinte.

Pode-se perceber aqui o aumento no número de projetos e empregos gerados no período de 1994 a 1998, período que coincidiu com as reformas propostas pelo Plano Real (1994). Embora o maior investimento financeiro tenha sido realizado no período de 1999 a 2002, foi atendido um número menor de demandas, gerando assim menos empregos. Mas seria preciso destacar que esse programa foi consolidado, sobretudo com o intuito de: i) modernizar o parque industrial catarinense, por meio do apoio às indústrias já instaladas e da atração de novos investimentos; ii) estimular o desenvolvimento socioeconômico das regiões e dos municípios; e iii) proporcionar alternativas de trabalho e renda para o conjunto da população (SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2007). Uma análise atenta dos dados disponíveis confirma também o ponto de vista segundo o qual sua constituição acabou privilegiando mais intensamente as médias e grandes empresas, em detrimento das pequenas, em função da logística de encaminhamento e processamento das demandas de apoio.

Tabela 2: Investimento do PRODEC junto às empresas catarinenses

PRODEC	Nº de Projetos	Empregos Nº	Investimentos Realizados R\$ (atualizado)
<b>1989 a 1994</b>	73	12.051	1.845.425.541,79
<b>1995 a 1998</b>	136	20.237	1.386.751.269,47
<b>1999 a 2002</b>	68	7.267	2.227.676.378,49
<b>Total 1989 a 2002</b>	277	40.355	5.459.853.189,75

**Fonte:** Pesquisa de campo

<sup>52</sup> Para o cálculo da pontuação para reconversão do ICMS para investimentos computa-se: a receita operacional líquida da empresa ou do grupo empresarial; capacidade de geração de empregos; estímulo à implantação em áreas mais carentes; em relação ao produto a ser fabricado (novo ou mais antigo); grau tecnológico; grau tecnológico do produto; grau de descentralização espacial; defesa do meio ambiente.

Conforme o próprio responsável pelo monitoramento do programa, a preocupação pelo atendimento de demandas de pequenas empresas situadas em municípios com menores índices de desenvolvimento humano ocupa um espaço ainda marginal no rol de prioridades em vigor. Montibeller Filho (1994) endossa esta linha de crítica ao desempenho do PRODEC, reconhecendo que esse programa, vinha sendo direcionado basicamente para atender aos interesses de expansão do segmento empresarial polarizado por Florianópolis. Além disso, na sua opinião, o PRODEC continuaria operando com um ideal de desenvolvimento que coloca em segundo plano a avaliação de seus impactos ecológicos e sociais. Neste sentido, o programa tem enfatizado, por exemplo, a geração de novos empregos, mas não a qualificação profissional; insiste na melhoria da produtividade, mas sem se preocupar com a perda de autonomia regional; seleciona projetos que apresentam menores riscos de degradação ecológica, mas ignorando a necessidade de fomentar a criação de eco-técnicas.

Em 2007, o PRODEC foi anexado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado de Santa Catarina, visando priorizar o atendimento de projetos voltados para um enfrentamento integrado dos grandes desafios socioeconômicos e socioambientais do Estado. Espera-se assim que a reestruturação em curso possa contribuir para alavancar uma nova fase de operação deste programa.

Além dos programas governamentais, as iniciativas de estruturação de bancos de fomento representam outro eixo importante de **consolidação do sistema e da política de crédito do Estado**. Já mencionamos que a criação do BDE e do BRDE, a partir de 1962, deflagrou uma nova fase do funcionamento do sistema de crédito implantado no Estado. Esse sistema esteve vinculado à criação das agências de fomento regional e estadual, além dos mecanismos de fomento acionados pelo poder público.

No que diz respeito às agências de fomento, o BDE (1962–1969) desponta como uma iniciativa pioneira. No bojo da implementação do Plano de Ação Econômica do Governo, bem como do processo de reforma fiscal e trabalhista, de criação do Banco Central (BACEN) e da OTRN, além das medidas de correção monetária, emergiu um novo arranjo institucional que condicionou, além da formação de novos ativos financeiros e do incremento da modernização operativa e da especialização de funções, o endividamento extrabancário. Entretanto, os financiamentos de longo prazo prosseguiram mediante o apelo a recursos creditícios dependentes do capital externo ou público (GOULARTI FILHO, 2002).

A formalização do BDE representou uma estratégia do partido governista (PSD) visando minimizar o poder econômico e político do Banco Inco, que contava com o apoio da UDN. Suas agências foram instaladas nas principais cidades catarinenses. Na década de 1950, com a diversificação industrial, percebeu-se a necessidade da criação, no âmbito do PLAMEG (I e II), de bancos voltados ao financiamento de investimentos em infra-estrutura de serviços públicos (SCHMITZ *apud* GOULARTI FILHO, 2002). Do total de créditos destinados pelo BDE, no período de 1962 a 1961, em média 54% foram canalizados para a indústria, 32% para a agricultura e 14% para o comércio. Em 1968, com a criação do PAEG, o BDE perde o estatuto de instituição-chave na área do fomento, transformando-se em banco comercial no ano seguinte - o Banco do Estado de Santa Catarina (BESC). Passou assim a atender às demandas de micro e pequenos empresários, oferecendo créditos de curto prazo, destinados à formação de capital de giro.

Ainda na década de 1960, vale a pena mencionar a consolidação das ações de implementação da política nacional de crédito, com a criação do **Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul**. Num cenário marcado por inúmeras disparidades interregionais, em 15 de junho de 1961, em Curitiba, os governadores Ney Braga, Celso Ramos e Leonel Brizola assinaram o convênio que criou o Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul (CODESUL) e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE). Ao CODESUL foi atribuída a missão de aprofundar o estudo da socioeconomia da região, além de programar com mais eficiência as dinâmicas de desenvolvimento dos três Estados e, finalmente, supervisionar a aplicação da política de atuação do Banco. Já o BRDE foi investido da missão de atender às demandas de financiamentos dos mais diversos setores econômicos dos três Estados, oportunizando investimentos em infra-estrutura considerados de interesse regional.

A sede do BRDE em Florianópolis foi inaugurada em 1963. Sua criação esteve vinculada ao interesse do Governo Federal em suscitar a criação de novos pólos de crescimento econômico<sup>53</sup> em todo o território nacional (BRDE, 2006). Conforme Goularti Filho (2002), num primeiro momento o banco operava com recursos próprios; no entanto, a partir de 1965 passa a contar com o apoio do BNDE. Os setores que mais se beneficiaram com os investimentos do BRDE no período de 1963 a 1986 estão reproduzidos no Quadro 15.

---

<sup>53</sup> Iniciativas que tinham como princípio o investimento público para dinamização de pólos de crescimento, pois estimulariam o crescimento do seu entorno, tais princípios estavam pautados nos pressupostos de Perroux (1967).

Setores Beneficiados pelo BRDE	1963 a 1980 (%)	1984 a 1986 (%)
Indústria Têxtil	19,7	4
Indústria Alimentar	18	16,6
Minerais não-metálicos	12,3	3,4
Metalúrgico	11,7	-
Complexo eletro-metal-mecânico	24,2	16,6

Quadro 15: Setores beneficiados pelo BRDE no período de 1963 a 1986

**Fonte:** Goularti Filho (2002, p. 226).

O Quadro 15 indica que os setores mais beneficiados nos períodos de 1963 a 1980 e de 1984 a 1986 foram o complexo eletro-metal-mecânico e, no período de 1963 a 1980, o segmento têxtil. O maior volume de créditos liberados para Santa Catarina ocorre no período de 1992 a 1996, em função das transformações processadas no BDE.

Os valores apresentados na Tabela 3 comprovam que o volume de recursos canalizados pelo BRDE para as empresas catarinenses atingiu seu ponto máximo no período de 2005 a 2006. Atualmente, o banco atende prioritariamente às empresas de médio e grande porte. Além disso, alguns setores que enfrentaram momentos de crise na década de 1990, a exemplo do têxtil, conforme entrevista realizada em 2007, deixaram de ser incluídos na sua agenda de prioridades.

Tabela 3: Contratos atendidos nos últimos anos pelo BRDE em Santa Catarina

SC	Valor Contrato	Qt Contratos
<b>2003</b>	163.721.281,13	588
<b>2004</b>	152.559.431,90	616
<b>2005</b>	277.593.592,34	1.091
<b>2006</b>	316.503.355,27	831
<b>jun/07</b>	98.049.394,04	391
<b>Total</b>	1.008.427.054,68	3.517

**Fonte:** BRDE (2006)

Outro dado relevante diz respeito à missão da **Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A.**, o BADESC, que se consolidou como uma sociedade de economia mista, de capital autorizado, criada pela lei n. 4.950, de 11/11/1973. Instalado oficialmente em 01/07/1975, visava promover o desenvolvimento econômico e social do Estado de Santa Catarina por meio da aplicação de recursos financeiros no âmbito de sua competência, definida pela Legislação Federal pertinente (BADESC, 2007). “Até meados dos anos 80, o banco tinha uma forte atuação na área pública, liberando recursos para energia, armazenagem e outros, chegando ao índice de 51,8% em 1980 e 62,9% em 1982. Por outro lado, no setor secundário, predominou a tendência de

pulverizar seus recursos” (GOULARTI FILHO, 2002, p. 228). No período de 1975 a 1990, foram os seguintes os percentuais de repasse de recursos aos diversos setores da economia estadual:

Setor	Participação
Têxtil	17,0
Agroindústria	17,0
Comércio/serviços/turismo	15,0
Cerâmico	13,0
Bebidas	11,0
Infraestrutura	10,0
Eletro-metal-mecânico	10,0
Outros	7,0
Total	100,0

Quadro 16: Setores beneficiados pelo BADESC – 1975 a 1990 (em %)

**Fonte:** Goularti Filho (2002, p. 230).

Os dados indicam que os setores têxtil e agroindustrial desfrutaram dos maiores investimentos, seguidos do setor de serviços – o crescimento do setor de serviço é uma tendência que reflete as novas coações impostas pela dinâmica de globalização da economia. A posição dos setores cerâmico e eletro-metal-mecânico reflete as contingências do período de reestruturação por que passaram no transcurso da década de 1990. Todavia, Goularti Filho (2002) nos adverte que os maiores investimentos aplicados no complexo têxtil-vestuarista e na indústria de minerais não-metálicos ocorreram na década de 1980.

Em fins da década de 1990, o BADESC foi oficialmente transformado na Agência Catarinense de Fomento S.A. Do ponto de vista político, ele passou a atuar como uma agência de desenvolvimento, assumindo a elaboração dos diagnósticos setoriais e regionais que fundamentam as ações de planejamento do Estado e os investimentos no setor produtivo e de infra-estrutura. Nos próximos anos, um volume mais substancial de recursos deverá ser canalizado para o atendimento das MPEs – como indica a Tabela 4.

Tabela 4: Distribuição das aplicações por porte de empresa

Porte	Gestão 1999/2002	Gestão 2003/2006	Variação %
Microempresas	18,45%	22,74%	+23,25%
Pequenas	26,63%	31,03%	+16,52%
Médias	22,78%	31,98%	+40,38%
Grandes	32,13%	14,25%	- 55,65%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	

**Fonte:** BADESC (2007)

Nota-se que, de 1999 a 2002, cerca de 54, 91% das aplicações do BADESC foram direcionadas para as médias e grandes empresas. Todavia, no período de 2003 a 2006, em virtude da orientação da política do governo do Estado, esses números estão se invertendo: os 46,23% das aplicações concentradas nas médias e grandes empresas contrastam com os 53,77% destinados às MPEs. Conforme os dados constantes no relatório de 2007 do BADESC, são os seguintes os principais programas que têm sido apoiados nos últimos anos.

O objetivo estratégico do Governo do Estado é transformar o BADESC numa agência de apoio (i) aos empreendedores formais e informais de baixa renda, por meio de uma rede formada por dezenove ONGs; (ii) à capacitação de gerentes de MPEs; e (iii) a cooperativas e empreendimentos comunitários com vistas à estruturação dos APL's do Estado (SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2005). Por outro lado, seria importante ressaltar que tais iniciativas ainda estão no papel, em função dos obstáculos colocados pela carência de pessoal especializado e de estrutura física e financeira.

<b>Programa</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Repasso de 2003 a 2006</b>	<b>Operações de 2003 a 2006</b>	<b>Principal público-alvo</b>
<b>Programa PRÓ – FDM</b>	Apoiar a realização de obras de infraestrutura e melhoria dos serviços nos municípios catarinenses.	R\$ 223.302.278,00	278	Prefeituras
<b>Auxílio ao PRODEC</b>	Fazer análise de crédito das operações.	R\$ 651.909.461,00	47	Empresas de Médio e Grande porte
<b>BADESC Especial</b>	Proporcionar linha de financiamento a projetos de implantação, expansão e modernização de atividades produtivas e da infraestrutura, da realocização de plantas industriais, comerciais e prestadoras de serviços, aquisição de máquinas e equipamentos novos e usados e de capital de giro	R\$ 42.669.589,00	-	Todo o tipo de empresa.
<b>Pró – Emprego</b>	Financiar projetos de ampliação, modernização, transferência ou reativação de microempreendimentos, empresas de pequeno porte, cooperativas e sociedades de autogestão.	R\$ 25.000.000,00	-	Microempresas, empresas de pequeno porte, cooperativas e sociedades autogeridas.
<b>Microcrédito</b>	Conta com a parceria do SEBRAE/SC, abrangendo 19 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP's, que oferecem créditos de R\$ 200,00 a R\$ 10.000,00.	R\$248.253.428,00	108.404	Autônomos, microempresas e empresas de pequeno porte sejam formais ou informais, possibilitando a geração e manutenção de empregos.

Quadro 17: Principais operações e linhas de crédito do governo

Fonte: BADESC (2007)



Por fim, no que se refere ao sistema de crédito promovido pelos bancos de fomento regionais e estaduais anteriormente descritos, verifica-se ao longo do processo de industrialização catarinense, especialmente a partir da década de 1960, que as empresas regionais dispuseram, em certa medida, de algum tipo de apoio para sua consolidação. Na opinião de Goularti Filho (2002), no início da década de 1980 o PROCAPE e o BADESC foram os principais canais utilizados pelo Plano de Ação do governo estadual para financiar projetos no setor secundário, além da criação de inúmeras agências do BESC nos municípios catarinenses. Nos anos que se seguiram, com a extinção do PROCAPE e a criação do PRODEC, novos investimentos foram viabilizados mediante a retenção do ICMS por parte das empresas.

Na atualidade, o plano de desenvolvimento adotado pelo Governo do Estado incorpora alguns programas que beneficiam o microcrédito, principalmente junto às regiões com baixo Índice de Desenvolvimento Humano, e as MPEs. Todavia, durante a pesquisa de campo e a partir das entrevistas realizadas, percebeu-se que poucos têm sido os encaminhamentos orientados nesse sentido. Ou seja, pouco tem sido realizado em prol das MPEs, as quais continuam enfrentando inúmeros constrangimentos na busca de recursos creditícios - um problema que será tratado com mais profundidade no capítulo relativo à especificidade da aglomeração industrial têxtil-vestuarista do Alto Vale do Itajaí.

Por outro lado, no que diz respeito à formação do sistema de gestão socioambiental no Estado, importa destacar a criação, em 1975, da Secretaria de Tecnologia e Meio Ambiente (SETMA), que autorizou a instituição da Fundação de Amparo à Tecnologia e ao Meio Ambiente (FATMA), dotada de personalidade jurídica de direito privado, no Estado de Santa Catarina. Foi instituído, no mesmo ano, o Conselho Estadual de Tecnologia e Meio Ambiente (CETMA), um fórum de debates, de avaliação e de definição de diretrizes gerais, integrado por representantes governamentais, do setor privado e de universidades. Nos primeiros anos de atuação da FATMA, o diagnóstico ambiental do estado, conforme Cunha (2000), apresentava um quadro de forte degradação. Observava-se, no meio rural, o aumento das cargas de poluentes geradas pela atividade da suíno e avicultura, o que comprometia os cursos d'água das regiões do Oeste e do Vale do Rio do Peixe. Havia, no Sul do Estado, a extração do carvão que acarretou a devastação da fauna, poluição dos cursos d'água e comprometimento do ar. A entrada em operação da BR-101 e o aumento do afluxo de turistas acarretaram a ocupação desordenada das áreas litorâneas.

Todo esse quadro levou à formulação de planos de ação com alcance plurianual, destacando o dinamismo no período que segue os seus primeiros anos de atuação (CUNHA, 2000).

No período que se estende de 1980 a 1990, esse órgão produziu também alguns estudos sobre a situação dos recursos naturais catarinenses, mas atualmente as linhas de trabalho da FATMA estão concentradas: i) na gestão de oito Unidades de Conservação Estaduais; ii) na fiscalização; iii) no licenciamento ambiental que garante a conformidade de obras e indústrias com as legislações ambientais federal, estadual e municipal, sem efetivo monitoramento das renovações de licenciamento; iv) na prevenção e no atendimento a acidentes com cargas perigosas; v) no geoprocessamento para o levantamento e processamento de informações sobre o território catarinense por imagens de satélite; e vi) na pesquisa da qualidade ambiental dos balneários (FUNDAÇÃO DE AMPARO AO MEIO AMBIENTE, 2007).

Quanto aos programas e políticas orientadas pela FATMA e especificamente voltadas para a indústria catarinense, observa-se, na década de 1980, a criação de um cadastro de empresas industriais com potencial poluidor, além de programas orientados no sentido da gestão de bacias hidrográficas. Nessa época, as ações prioritárias foram concentradas i) na bacia do Rio do Peixe, em virtude da produção de papel e da agroindústria; ii) na bacia de Lages, também em função da produção de papel e celulose; e iii) na bacia do Rio Itajaí-Açu, em virtude das tinturarias e curtumes.

O trabalho de avaliação realizado na bacia do Rio Itajaí-Açu foi marcado por inúmeras dificuldades, com destaque para o fato de a degradação ambiental ter sido compartilhada por diversas empresas ali sediadas. A pesquisa de campo comprovou, todavia, que nesse período as grandes empresas do segmento têxtil passaram a instalar estações de tratamento de efluentes em suas próprias plantas produtivas. Por sua vez, as pequenas empresas não dispunham da mesma capacidade de investimento: na região de Brusque, por exemplo, as pequenas empresas optaram por sub-contratar os serviços de tratamento de efluentes<sup>54</sup>.

Embora essas ações tenham contribuído para minimizar os impactos negativos causados, novos desafios vêm sendo colocados atualmente a partir da interiorização do segmento têxtil para outras regiões do estado. Além disso, levando-se em conta as normas de licenciamento ambiental em vigor, as empresas tendem a aumentar a capacidade de produção sem dispor, contudo, de

---

<sup>54</sup> Essa estação, conforme entrevistado da FATMA, trata cerca de 700 m<sup>3</sup>/h de efluentes, com um custo de R\$ 2,60/m<sup>3</sup>. No segmento têxtil-confecção os grandes poluentes são as tinturarias e em menor proporção às lavanderias, e a indústria de maior potencial poluidor do Estado é a de papel e celulose.

condições – ou de motivação – para aumentar, na mesma proporção, sua capacidade de tratamento dos efluentes assim gerados.

Atualmente, são as próprias empresas que assumem os desafios do monitoramento de seus impactos sobre o meio ambiente biofísico.<sup>55</sup> A FATMA, por falta de pessoal e limitações quanto ao treinamento de pessoal técnico, não está conseguindo atender em tempo hábil ao volume crescente de demandas que têm sido criadas nos últimos tempos. Além disso, os vínculos político-partidários da instituição dificultam o exercício da transparência nos processos de licenciamento. Ainda hoje predomina o estilo paternalista e clientelista de atendimento das demandas geradas pelas elites empresariais.

Já no âmbito do Governo Federal foi criada em 1989 a agência estadual do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Trata-se do braço executivo da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), dotado do estatuto de autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente (MMA).

O IBAMA resultou da fusão da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), da Superintendência da Borracha (SUDHEVEA), da Superintendência da Pesca (SUDEPE) e do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). Passou a assumir novas funções além daquelas que já vinham sendo desenvolvidas por esses órgãos nas décadas passadas. Atualmente, o IBAMA atua nas áreas de licenciamento, fiscalização, monitoramento técnico e pesquisa ambiental; gestão de Unidades de Conservação; normatização e educação no processo de gestão ambiental. Contudo, o licenciamento e monitoramento das atividades do setor produtivo são atividades exercidas pela FATMA no âmbito estadual (IBAMA, 2007).

Vale a pena salientar ainda o surgimento, nas últimas décadas, de vários outros órgãos vinculados ao esforço de gestão socioambiental compartilhada, em virtude das pressões cada vez mais intensas da sociedade e da comunidade internacional. A extinção do Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), responsável pela manutenção e operação dos reservatórios de controle de cheias, construídos depois da década de 1960, estimulou novas ações visando o equacionamento dos problemas de gestão dos recursos hídricos no Estado. Mais (2003, p. 148) argumenta que: “[...] a inconstância dos serviços de manutenção de cheias no Vale do Itajaí gerou um movimento em prol da criação de um mecanismo regional de gerenciamento ambiental, com

---

<sup>55</sup> As denúncias das comunidades locais são um aliado importante, porém, em muitos casos, a comunidade se cala em virtude da geração de emprego que as empresas proporcionam na região.

ênfase no controle de enchentes”. A crise contribuiu no sentido da busca de soluções mais abrangentes e sinérgicas para o problema, enfatizando-se a promoção efetiva – e não meramente retórica - do uso ecológico e socialmente sustentável dos recursos naturais renováveis existentes na bacia hidrográfica e o reconhecimento da importância do cultivo da autodeterminação no nível regional.

Foi então a partir de uma reunião promovida pela Associação Comercial e Industrial de Blumenau (ACIB) em 1996, que se decidiu pela formação de um comitê de gerenciamento da bacia hidrográfica, mediante a constituição de um grupo especial de trabalho. Em 1997, o comitê foi aprovado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos - que se instalou efetivamente em 1998.

Tendo em vista o cumprimento efetivo de suas funções de gestão, foi instituída em 1997 a Agência da Água - um órgão executivo tecnicamente capacitado para atender as novas demandas ligadas a questão socioambiental. Essa organização se inspirou na Agência Alemã das bacias do Rio Lippe e do Rio Emscher (EGLV). A experiência alemã promoveu reflexões acerca da legislação estadual e federal de recursos hídricos no Brasil. A partir dos eventos que se seguiram em função da estruturação da Agência da Água catarinense, buscou-se harmonizar a legislação estadual à legislação federal de recursos hídricos, além de se identificar a necessidade de estruturação da Agência da Água e de recursos (financeiros e humanos) para a elaboração do plano diretor das bacias hidrográficas (Figura 10).



Figura 10: Mapa da bacia do Itajaí

**Fonte:** Comitê do Itajaí (2007)

A sugestão para a obtenção destes recursos era a de negociar, junto aos principais usuários da água – Companhias de abastecimento, Indústrias, Centrais Elétricas de Santa Catarina e Porto de Itajaí – a contribuição voluntária de R\$0,01 por metro cúbico sobre o volume de água utilizado para as suas atividades. Estes resultados foram levados para o Governo do Estado que se mostrou receptivo às solicitações apresentadas, mas foi enfático no tocante à cobrança, que só poderá ocorrer mediante "chicote", ou seja, mediante a elaboração de uma lei (FRANK e BOHN, 2007).

Dessa forma, no rol das missões prioritárias do Comitê atualmente estão incluídas as seguintes: (i) o combate e a prevenção das causas e efeitos adversos da poluição, das inundações, das estiagens, da erosão do solo e do assoreamento dos corpos de água, nas áreas urbanas e rurais; (ii) a compatibilização do gerenciamento dos recursos hídricos com o desenvolvimento regional e com a proteção do meio ambiente; (iii) a maximização dos benefícios econômicos e sociais, resultantes do aproveitamento múltiplo dos recursos hídricos, assegurando o uso prioritário para o abastecimento das populações; (iv) o estímulo à proteção das águas contra ações que possam comprometer o uso atual e futuro; (v) o apoio e incentivo à criação e implantação de Unidades de Conservação, além de Programas de Educação Ambiental, na bacia

hidrográfica do Rio Itajaí. Além disso, o Comitê vem realizando um trabalho interessante de recuperação das matas ciliares e de educação ambiental em vários municípios.

Outra iniciativa digna de registro refere-se à constituição, em 2005, da **Secretaria de Desenvolvimento Sustentável** (SDS). A trajetória de recriação institucional que culminou na sua emergência merece um comentário à parte. No período de 1983 a 1987, o *Gabinete de Planejamento* (GAPLAN) era o órgão diretamente responsável pela elaboração da estratégia de desenvolvimento do Estado. Durante o Governo Pedro Ivo Campos (1987 – 1990), foi criada a *Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente* (SEDUMA), por sua vez transformada em *Secretaria de Estado da Tecnologia, Energia e Meio Ambiente* no Governo Wilson Kleinnumbing. Em 1995, durante o Governo Paulo Afonso (1995–1998), a SEDUMA foi recriada e funcionou de 1999 a 2002. No ano de 2003, a antiga Secretaria Estadual da Família foi integrada à Secretaria do Meio Ambiente, formando a *Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente* (SDS), e com a reforma administrativa ocorrida em 2005 (Lei Complementar 284 de 28/02/05), a SDS foi transformada em **Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável**. No entanto, em 2007 essa Secretaria foi finalmente transformada em *Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável* (SECRETARIA DE ESTADO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 2007).

Essa secretaria vem promovendo a realização de pesquisas ligadas a área ambiental no estado. Uma dessas pesquisas realizada pelo governo do Estado, em 2005, por demanda da SDS, indicou o número de prefeituras catarinenses que dispõem de algum tipo de órgão ambiental municipal. Os dados correspondentes estão sintetizados na Tabela 5.

Tabela 5: Número de Instâncias Administrativas diretamente relacionadas com a temática ambiental dos (sem exclusão)

População (habitantes)	Secretarias	Departamentos	Diretorias/assessorias
P>20 mil	31	2	11
	56%	4%	20%
10<p<20 mil	42	5	3
	75%	9%	5%
1<p<9999 mil	141	14	7
	77%	8%	4%

**Fonte:** Secretaria de Estado Desenvolvimento Sustentável (2005, p.17)

O estudo comprovou que apenas 18% dos municípios dispõem de um departamento responsável pela gestão de problemas socioambientais. Diretorias ou assessorias de meio

ambiente operam em cerca de 32% deles – geralmente aqueles que abrigam mais de dez mil habitantes. Percebemos que os municípios maiores, com mais de 10 mil habitantes tendem a possuir secretarias ou assessorias ligada a questão socioambiental. Já os municípios menores (menores de 10 mil habitantes), tendem a apresentar departamentos ligados à questão ambiental (SECRETARIA DE ESTADO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 2005). Além dessa pesquisa, outros programa estão sendo realizados no âmbito desse órgão, como a avaliação e o cadastramento do usuário do recurso hídrico no estado, entre outros.

Todavia, é preciso registrar, a partir da perspectiva do trabalho realizado por Fernandes (2003), a inexistência, no Estado, de uma política pública consistente, do ponto de vista conceitual-teórico e metodológico, além de claramente formulada e negociada, de desenvolvimento ecológico e socialmente sustentável. Durante a pesquisa de campo, verificou-se também que os órgãos que integram o sistema de gestão ambiental do Estado encontram-se em situação caótica, agindo de forma fragmentada, com falta de pessoal qualificado e equipamentos superados. Suas ações têm se restringido geralmente à aplicação de multas - no caso de denúncias e autuações - e ao controle da implantação de novos empreendimentos produtivos, conforme as resoluções e normas estaduais:

Nas consultas feitas à FATMA e à SDM, constatou-se a total inexistência de programas em execução voltados para gestão ambiental na indústria. O que predomina é a precariedade pela falta de recursos materiais e humanos que forneçam as condições de efetivamente cumprir sua função de controlar e fiscalizar, ou de planejar o caso da SDM. Essa realidade é também expressão da crise do modelo de instrumentos formulados às pressas na década de 70, que, ao invés de implementar políticas de gestão visando ao desenvolvimento de um modelo industrial adequado ambientalmente, se limita a autuar e multar os infratores, ainda assim de forma precária. Ao invés de difusores de padrões de qualidade ambiental como pretende a legislação, estes instrumentos contribuem, decisivamente, para a informalidade e descaso no que se refere à questão ambiental na indústria (FERNANDES, 2003, p. 68).

Além disso, o esforço de pesquisa sobre políticas ambientais no Estado ainda é muito incipiente. Na opinião de Borinelli (1999) e Fernandes (2003), por exemplo, os estudos realizados têm se concentrado na análise do período de 1975 a 1994, marcado pela evolução dos debates acadêmicos e extra-acadêmicos que culminaram na realização da Cúpula da Terra, no Rio de Janeiro em 1992. Os dois autores argumentam que a questão ambiental nunca foi ingrediente ativo no projeto político das elites do Estado, sendo os principais fatores condicionantes dessa lacuna a descontinuidade das ações empreendidas, o perfil fragmentado de

atuação dos órgãos que compõem o sistema de gestão, e a ausência de arranjos institucionais capazes de articular adequadamente os órgãos públicos e a sociedade civil. Além disso, os próprios agentes da FATMA reconhecem que não existem ainda programas coerentes com um esforço sério e conseqüente de adequação, no longo prazo, das atividades industriais potencialmente poluidoras.

Apesar dessa constatação, por intermédio do Instituto Euvaldo Lodi (IEL/SC), a FIESC tem se destacado nos últimos anos no rastreamento de ações promovidas pelas indústrias catarinenses em favor da qualidade do meio ambiente biofísico e construído. Esse instituto implantou o programa *Produção Mais Limpa*, após a experiência realizada junto à Metalúrgica Criciumense Ltda. (FERNANDES, 2003). A intenção é aplicar mecanismos que evitem desperdícios e a geração de resíduos nocivos ao meio ambiente acarretados por processos industriais. Além disso, o IEL/SC vem trabalhando em parceria com a FIESC e o SENAI em projetos de *Desenvolvimento Limpo*,<sup>56</sup> de obtenção de créditos de carbono,<sup>57</sup> incluindo etapas e requisitos para a preparação do Project Design Document (Baseline, Adicionalidade e Monitoramento), além da análise de diferentes cenários e adequações. Apesar de alguns programas de gestão ambiental estarem sendo encaminhados pela FIESC, eles ainda estão muito aquém das necessidades regionais, além de serem desconhecidos pela maior parte das empresas do estado, especialmente no que diz respeito ao envolvimento das MPEs.

Em síntese, a pesquisa reforçou a impressão de que ainda há muito que fazer em prol da qualidade do meio ambiente no Estado. O enfoque econômico clássico das instituições, intervenções e administrações públicas é ainda predominante, mostrando-se insuficiente para um enfrentamento conseqüente dos problemas de gestão ambiental integrada e participativa no longo prazo (GODARD, 2000).

Numa conjuntura histórica onde se torna cada vez mais relevante a internalização da dimensão ambiental no planejamento e na gestão das estratégias de desenvolvimento, a sociedade catarinense continua carecendo de um sistema eficiente de gestão dos recursos naturais.

---

<sup>56</sup> Mecanismo de flexibilidade, definido no Artigo 12, do Protocolo de Kyoto, que permite que países pertencentes ao Anexo I adquiram Reduções Certificadas de Emissões (RCE) resultantes de projetos implementados nos países do Anexo I.

<sup>57</sup> Projetos que tenham removido uma unidade de GEE da atmosfera ou resultem em evitar a emissão de GEE para a atmosfera.



No que se segue oferecemos uma síntese cursiva dos mais expressivos aglomerados industriais catarinenses numa fase marcada pelo ideário neoliberal de retirada parcial do poder público da cena do desenvolvimento regional: reestruturação produtiva do setor cerâmico, desmonte parcial do complexo carbonífero, recuperação patrimonial do complexo eletro-metal-mecânico, desverticalização e retração no segmento têxtil-vestuarista e calçados e desnacionalização do complexo agroindustrial.

### 2.3 Diagnóstico cursivo das aglomerações industriais existentes em Santa Catarina

No cenário atual da socioeconomia catarinense, verifica-se que a indústria de transformação ocupa, no *ranking* nacional, o quarto lugar em volume de empresas, e o quinto em número de trabalhadores contratados. A indústria de alimentos absorve o maior número de empregados, seguida do ramo de vestuário. Segundo um diagnóstico realizado pelo SEBRAE em 2006, o PIB *per capita* catarinense aumentou significativamente na última década, passando de R\$ 2.692,00, no ano de 1994, para R\$ 14.819,00 no ano de 2005 – um ritmo de crescimento superior ao nacional.

Com uma população de 5,6 milhões de habitantes, Santa Catarina é a sétima maior economia brasileira em função do seu Produto Interno Bruto (PIB), que em 2003 atingiu R\$ 62,21 bilhões, correspondendo a 4,0% do PIB nacional. A macrorregião Norte obteve a maior participação na composição do PIB em 2003, alcançando o patamar de R\$ 13,88 bilhões (22,3%), seguida pela macrorregião do Vale do Itajaí, com cerca de R\$ 12,90 bilhões (20,8%).

Atividade	% PIB SC / Composição 2004
Indústria	52,4 %
Serviços	34,0 %
Agricultura/Pecuária	13,6 %

Quadro 18: Participação dos vários setores econômicos na composição do PIB em 2004

**Fonte:** Secretaria de Planejamento do Estado de Santa Catarina (2007)

Os dados contidos no Quadro 18 confirmam a liderança do setor secundário na composição do PIB estadual. Por outro lado, embora a indústria de transformação catarinense tenha apresentado uma taxa de crescimento positiva frente aos demais setores em 2003 (2,25%),

permanece num nível nitidamente inferior ao crescimento observado neste setor em escala nacional (16,98%).

Balanco de Santa Catarina	Em Bilhões US\$	% em relação ao País
Exportações	5,96	4,34 %
Importações	3,47	-
Superávit	2,49	5,41%

Quadro 19: Balanço das Importações e exportações catarinenses em 2006

**Fonte:** Secretaria de Planejamento do Estado de Santa Catarina (2007)

No que diz respeito ao comércio exterior no ano de 2006, o Quadro 19 indica que as exportações superaram as importações, gerando um superávit de aproximadamente 2,5 bilhões de dólares (5,41% em relação ao nível nacional).

Em 2006, as vendas para o mercado externo foram 6,83% superiores ao resultado apurado no ano anterior e representaram 4,34% do total exportado pelo País. Como aponta o Quadro 20, as vendas aos países do MERCOSUL cresceram também com uma elevação de dez pontos percentuais acima da elevação da média nacional. Conforme estudo da Secretaria de Planejamento do Estado de Santa Catarina (2007), os itens que influenciaram tal crescimento das exportações catarinenses ao MERCOSUL foram, em primeiro lugar, o da carne suína, cujas vendas cresceram 269%, seguido de outros produtos como os refrigeradores e congeladores com 57,1%, e papel cartão, apresentando 47,8%.

Vendas Catarinenses	2006	% em relação ao país
Vendas Externas	US\$ 5,96 bilhões	4,35
Exportações para países do MERCOSUL	US\$ 556,4 milhões	28,6

Quadro 20: Exportações catarinense em 2006

**Fonte:** Secretaria de Planejamento do Estado de Santa Catarina (2007)

Na pauta dos principais produtos exportados em 2006 foram incluídos: a carne de frango e de suínos, o fumo, os motocompressores herméticos para refrigeradores, os blocos de cilindros e cabeçotes para motores, os ladrilhos e a cerâmica, os móveis de madeira e os artigos de vestuário. A Argentina liderou o *ranking* de países importadores de produtos catarinenses no âmbito do MERCOSUL, gerando aproximadamente US\$ 395 milhões. Contudo, a curva de aumento das vendas foi mais acentuada no Uruguai (39,9%), gerando US\$ 78,1 milhões, em contraste com a Argentina (28,6%). Possivelmente esse desempenho não seja acompanhado no ano de 2009 em função da crise que se instalou no mercado mundial.

Quanto às importações, no mesmo período o Estado investiu US\$ 833,7 milhões em produtos oriundos dos países vizinhos, o que significa um aumento de 25,9% nas compras - sobretudo de plásticos, garrafas e frascos, trigo e milho.

Segundo dados fornecidos pela Secretaria de Planejamento do Estado (2007), embora a concentração de indústrias em diversos pólos tenha sido uma constante na formação socioeconômica e no desempenho catarinense, vários municípios estão desenvolvendo atualmente vocações diferenciadas. As principais tendências de diversificação produtiva estão sendo observadas nos ramos de confecções (nas regiões Oeste, Norte e Sul) e moveleiro (no Oeste).

Além disso, é preciso pontuar o avanço do processo de reestruturação produtiva que ocorre no âmbito empresarial a partir da década de 1990, em Santa Catarina. A mudança no marco regulatório, que acarretou às empresas uma concorrência aberta, somada a estabilidade dos preços, amparada pelo Plano Real, levaram as empresas, em todos os setores, a se reestruturarem. Esse processo ocorre com maior ou menor intensidade, de acordo com a natureza e as características de cada setor produtivo (CAMPOS et al, 2002). Todas essas transformações levaram a algumas mudanças no padrão de competitividade e estrutura dos diferentes setores produtivos do estado, segundo Campos et al (2002): i) adoção de estratégias de diferenciação dos produtos com a ampliação do valor agregado, sem perder o predomínio dos setores tradicionais; ii) desverticalização produtiva em diferentes graus conforme a natureza do setor produtivo (especialização e complementariedade produtiva); iii) mudanças na propriedade do capital de algumas empresas (aquisição por empresas nacionais e multinacionais); iv) permanência de uma estrutura produtiva relativamente diversificada; v) ampliação das suas relações com a economia mundial; vi) direcionamento de investimentos para fora do espaço regional; vii) manutenção das características de diversidade quanto ao tamanho das empresas. Desse modo, todas essas modificações ampliaram a atuação das empresas catarinenses na economia internacional e possibilitaram melhor ajustamento frente às novas imposições acarretadas pelo processo de abertura dos mercados.

Apesar disso, ainda hoje se percebe em certas regiões uma forte tendência no sentido da concentração espacial das indústrias em determinados segmentos especializados – como sugere o mapa ilustrado na Figura 11.

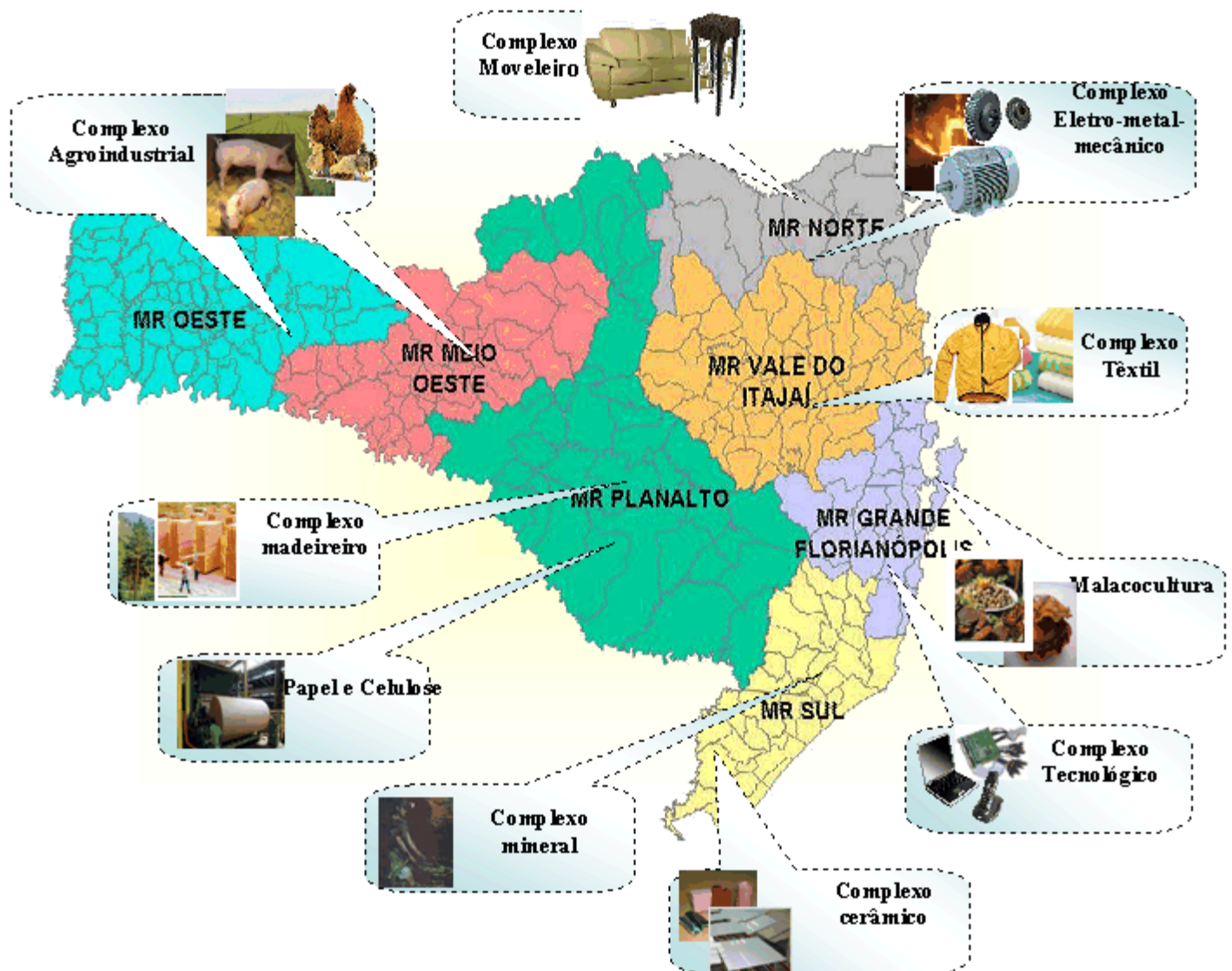


Figura 11: Atividades industriais concentradas nas várias macrorregiões de Santa Catarina  
**Fonte:** SEBRAE (2006)

Dentre os setores ilustrados na Figura 11, os mais relevantes e que serão apresentados cursivamente a seguir são: o segmento agroindustrial, o madeireiro, o complexo de máquinas, equipamentos e metalurgia, o segmento cerâmico e, por fim, o têxtil-vestuarista.

No âmbito das empresas do **segmento agroindustrial** observa-se que elas obtiveram um crescimento expressivo a partir dos anos 1960, em função sobretudo da formação de sistemas intensivos de avicultura, suinocultura e bovinocultura. Tais sistemas foram se expandindo gradualmente para outros estados da Federação, por meio da aquisição de unidades frigoríficas organizadas de maneira tradicional, ou da instalação de novas unidades. Na década de 1990, esse

segmento passou também a atender às demandas oriundas do mercado externo, assumindo cerca de 2/3 das exportações brasileiras.

As atividades produtivas concentram-se nas regiões oeste, sul e norte do Estado. Segundo Campos; Stallivieri e Alt (2004), as microrregiões do Oeste de Santa Catarina destacam-se pela densidade dos estabelecimentos agroindustriais dedicados ao abate de animais e à produção de laticínios e rações. A indústria de carnes de aves e suínos está fortemente concentrada na região Oeste do Estado (CAMPOS *et al.*, 2002). Nesta região, cujo processo de colonização foi também marcado pela configuração em pequenas propriedades rurais, as empresas que atualmente monopolizam a produção promoveram o processo de integração com parcela desses proprietários rurais, que representam os principais fornecedores de matérias-primas.

Este segmento desenvolve-se também na região central do Estado, sobretudo nas cidades de Rio do Sul e Canoinhas (CAMPOS; STALLIVIERI e ALT, 2004); e no Sul do Estado, sobretudo na microrregião de Araranguá; na região da Grande Florianópolis; e no Vale do Itajaí. Nesta última, a indústria pesqueira vem conquistando certo espaço e se transformando gradualmente num pólo exportador que se beneficia do funcionamento do Porto de Itajaí.

Os autores mencionados têm demonstrado que a indústria alimentícia caracteriza-se principalmente pela especialização no abate concentrado de animais em cinco microrregiões do Oeste do Estado, além da presença de atividades de moagem e produção de alimentos para animais. No que tange ao ramo de laticínios, verifica-se atualmente uma tendência à dispersão para outras regiões do Estado. Em praticamente todas as regiões onde tal atividade é significativa percebe-se uma nítida tendência de crescimento da especialização – com exceção das regiões de Chapecó e Araranguá.

A base do sistema integrado é pautada na parceria entre os grandes frigoríficos e as pequenas propriedades rurais, tanto para a criação de aves quanto de suínos. Os maiores frigoríficos do País estão concentrados principalmente no Oeste Catarinense. As principais empresas dedicadas a este setor são a Perdigão Agroindustrial S.A., a Sadia S.A., o Frigorífico Riosulense S.A., a Macedo Agroindustrial Ltda., a Seara Alimentos S.A. e a Cooperativa Central Oeste Catarinense.

Do ponto de vista socioambiental, a evolução desse segmento está associada a uma longa história de degradação intensiva do patrimônio natural catarinense. Na opinião de Montibeller Filho (1994), os principais focos de degradação dos recursos hídricos estão representados pelo

funcionamento de abatedouros, que produzem dejetos sólidos em suspensão, sangue, proteínas, gorduras e alta DBO. As zonas rurais são as que mais sofrem com os efeitos dessa atividade, que impacta negativamente os mananciais de água potável e responde pelo envenenamento dos cardumes e pela proliferação de insetos. Na região do Rio do Peixe, por exemplo, estima-se que em 1991 uma carga de dejetos altamente poluentes equivalente ao de uma população de 30 milhões de habitantes tenha sido lançada nos córregos e rios.

Quanto ao **setor madeireiro**, na década de 1990 as empresas vinculadas decidiram investir num processo de reestruturação produtiva visando lidar com os sérios desafios colocados pelo aumento da competitividade nos mercados nacional e internacional. Esse movimento de reestruturação foi mais intenso nos primeiros cinco anos desta década, favorecendo a implantação de novas unidades produtivas e a melhoria do desempenho daquelas já existentes. Vale a pena ressaltar que, neste período, a política cambial mostrava-se bastante desfavorável às exportações, induzindo assim uma tendência de importação de equipamentos, de busca de financiamentos externos e de visitas a feiras e congressos, como parte de um esforço de controle de qualidade que aproximaria as empresas catarinenses dos padrões vigentes em escala internacional (CAMPOS *et. al.*, 2002).

A Figura 11 confirma a hipótese segundo a qual esse segmento encontra-se pulverizado sobretudo nas regiões do Oeste e Centro-Oeste. São Bento do Sul destaca-se na fabricação de móveis; Curitiba e Canoinhas na fabricação de produtos de madeira; e Campos de Lages, Joaçaba, Curitiba e Canoinhas na fabricação de papel e celulose. “Estas regiões são contíguas, o que indica uma forte especialização destas atividades na região central do Estado, com uma nítida divisão do trabalho dentro deste espaço regional” (CAMPOS; STALLIVIERI e ALT, 2004, p. 346). Ao mesmo tempo, desde meados da década de 1990 constata-se uma tendência à perda de dinamismo desse aglomerado (CAMPOS; STALLIVIERI e ALT, 2004).

A microrregião de São Bento do Sul apresenta o maior coeficiente locacional na produção de móveis, embora ali a especialização nessa atividade esteja apresentando uma curva decrescente. Por outro lado, em outras regiões do Estado, como São Miguel do Oeste e Chapecó, nota-se um aumento no coeficiente locacional (área não-contígua/não-proximidade) que se acompanha de uma especialização ascendente. A maior concentração de empresas deste ramo ocorre nos municípios dos Planaltos Norte e Serrano – São Bento do Sul, Rio Negrinho, Campo Alegre, Caçador, Lages, Otacílio Costa e Correia Pinto.

Este setor concentra aproximadamente 5,5 mil empresas no Estado de Santa Catarina, gerando cerca de 99 mil empregos diretos. O Estado destaca-se como o maior exportador de móveis de madeira do País, e São Bento do Sul responde atualmente com cerca de 30% do total exportado, afirmando-se como município líder no *ranking* nacional. Cerca de 70% da produção catarinense de móveis de madeira supre hoje em dia as demandas oriundas do mercado externo.

No rol das principais empresas catarinenses figuram as seguintes: Móveis Rudnick, Indústrias Artefama, Móveis Weihermann S.A., Móveis Neumann, Renar Móveis S.A. e Intercontinental Indústria de Móveis Ltda. No segmento de papel, papelão e celulose destacam-se a Klabin S/A (Otacílio Costa/Correia Pinto/Lages/Itajaí), Iguazu Celulose, Papel S.A., Igaras Papéis e Embalagens S/A (Otacílio Costa), Trombini Embalagens Ltda. (Fraiburgo), Avelino Bragagnolo Ind. e Comércio S.A. (Faxinal dos Guedes), Celulose Irani S.A. (Vargem Bonita e Rio Negrinho), Kimberly-Clark Brasil Ltda. (Correia Pinto), Adami S/A (Caçador) e Primo Tedesco S/A. (Caçador). Finalmente, no setor de madeiras destacam-se a Sincol S/A (Caçador) e a Battistella Ind. e Com. Ltda. (Rio Negrinho e Lages) (SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2007).

Vários problemas socioambientais têm sido gerados pela evolução desse segmento industrial ao longo das últimas décadas. A produção de papel e celulose responde pela devastação sistemática das matas e também pelo reflorestamento descontrolado com espécies exóticas (pinus e eucalipto) - principalmente nas regiões de Lages e Curitibanos, e também no Planalto Norte. Segundo Montibeller Filho (1994), esse setor respondia, na época da realização de sua pesquisa, pela redução de 12% da vegetação natural existente na Bacia do Rio Uruguai. Naquela área, torna-se difícil colocar em prática uma estratégia de reflorestamento com espécies nativas. Além disso, seria importante registrar a poluição intensiva dos rios em função dos dejetos oriundos das serrarias. Diante disso, algumas ações vêm sendo encaminhadas no sentido do reaproveitamento agroindustrial desses resíduos, mas certamente ainda são iniciativas tímidas diante da condição de suporte dos ecossistemas.

Por sua vez, o complexo de **máquinas, equipamentos e metalurgia**, formado pelos segmentos de metalurgia, equipamentos mecânicos e material elétrico, de comunicações e de transporte não era considerado representativo na dinâmica industrial catarinense até meados do século passado (CAMPOS *et. al.*, 2002). A maior parte das empresas que integram este aglomerado concentra-se no Vale do Itajaí e na região nordeste do Estado, predominando uma

tendência no sentido da especialização ascendente das atividades relacionadas ao segmento metal-mecânico (CAMPOS; STALLIVIERI e ALT, 2004).

No cenário estadual, este segmento compreende atualmente mais de quatro mil empresas, responsáveis pela geração de aproximadamente 86 mil postos de trabalho. O pólo eletro-metal-mecânica está concentrado principalmente na região Norte/Nordeste, especialmente nas cidades de Joinville e Jaraguá do Sul. A empresa WEG Equipamentos Elétricos S.A., sediada em Jaraguá do Sul, destaca-se entre as maiores empresas mundiais fabricantes de motores elétricos, respondendo pelo atendimento de cerca de 75% das demandas do mercado nacional. A Tupy Fundições Ltda., com sede em Joinville, é considerada como uma das principais empresas produtoras de material destinado à indústria automotiva globalizada. Trata-se da maior empresa de fundição independente da América Latina e a quinta maior do mundo, produzindo também conexões de ferro fundido para redes hidráulicas e condutos para gás, além de granalhas para indústrias de fundição, siderurgias e marmorarias.

Ocupam também posições de destaque no setor de metalurgia as empresas Vega do Sul S.A., com sede em São Francisco do Sul e produtora de bobinas de aço; a Docol Metais Sanitários Ltda. e a Wetzel S/A, ambas com sede em Joinville, além da Metalúrgica Timboense S/A (Metisa), sediada em Timbó, considerada a maior fabricante latinoamericana de peças de sondagem de solos e líder na produção nacional de lâminas para corte de granito e mármore.

No setor mecânico destaca-se a Empresa Brasileira de Compressores S/A – EMBRACO, fabricante de compressores herméticos para refrigeradores. Sediada em Joinville, conta com unidades produtivas disseminadas em três continentes. Possui também representatividade neste segmento a Shulz S/A (Joinville), fabricante de compressores de ar e fundidos, considerada líder no mercado mundial. A empresa Busscar Ônibus S/A, com sede em Joinville, merece também uma referência especial pelo seu desempenho na fabricação de carrocerias.

Do ponto de vista socioambiental, os impactos negativos dessa aglomeração têm se mostrado mais agudos nas bacias dos rios Itajaí-Açu e Cubatão. Em ambos vinham sendo identificados níveis preocupantes de contaminação por metais pesados, principalmente chumbo e mercúrio (MONTIBELLER FILHO, 1994, p. 68).

Quanto ao segmento de **cerâmica** (vermelha e branca), os dados coletados confirmam que nas regiões Norte e Sul estão concentradas as empresas consideradas mais dinâmicas e representativas. Na região Sul, líder em número de estabelecimentos e de trabalhadores



contratados, destacam-se as microrregiões de Criciúma, Tubarão e Araranguá (CAMPOS; STALLIVIERI e ALT, 2004). Porém, se compararmos o QL de 2002 com o de 1994, o parque sulino vem apresentando uma tendência declinante nos últimos anos. No território centro-norte, as microrregiões que apresentam maiores concentrações de empresas são Tijucas e Blumenau.

O pólo cerâmico é responsável por cerca de 60% da produção nacional de pisos e azulejos, assim como por 50 % das exportações brasileiras desses produtos. As cerâmicas do Sul do Estado são responsáveis por 25% da produção e por 65% das exportações nacionais do setor. As 14 principais indústrias cerâmicas sediadas no Estado absorvem cerca de 10 mil empregos diretos (SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2007). No *ranking* das principais empresas deste ramo no País destacam-se a Portobello S/A (Tijucas), a Cecrisa S/A (Criciúma), a Eliane S/A (Cocal do Sul), a Itagres S/A (Tubarão) e a Oxford S.A. (São Bento do Sul).

Seu desempenho foi marcado pela forma de atuação no mercado externo, como resposta ao desaquecimento do mercado interno no decorrer da década de 1980. Na década seguinte, no entanto, observou-se um processo de reestruturação produtiva que favoreceu o aumento da capacidade produtiva e do número de empregos em unidades de pequeno e médio porte. Todavia, continuam preocupantes os impactos socioambientais relacionados à contaminação atmosférica e hídrica.

Além dos setores citados, vários estudiosos do tema admitem que a história da industrialização catarinense se confunde com a industrialização do complexo **têxtil-vestuarista**. Na opinião de Lins (2000b, p. 85), por exemplo, “o significado da trajetória percorrida é sugerido pelo peso de tais atividades na estrutura industrial do Estado”.

As unidades produtoras do segmento do vestuário estão concentradas no Alto Vale do Itajaí e na região Sul do estado. Mais especificamente, de acordo com a pesquisa de Campos; Stallivieri e Alt (2004), a microrregião de Blumenau lidera na densidade das empresas envolvidas, seguida da microrregião de Joinville. Vale a pena salientar que este segmento tornou-se relativamente importante na socioeconomia da região Sul do Estado, especialmente nas microrregiões de Araranguá, Criciúma e Tubarão, e também em várias microrregiões do Oeste Catarinense (Chapecó e São Miguel do Oeste).

A década de 1990 contribuiu de forma expressiva para a reestruturação produtiva e a evolução deste setor no Estado. Conforme Goularti Filho (2002), adotando uma estratégia de

redução dos custos de produção, as grandes marcas desverticalizaram sensivelmente as suas atividades, envolvendo as MPEs. Resultou daí uma redução importante dos impactos sociais da crise que se instalou no setor durante esse período - considerado um marco no processo de reconfiguração de diversos setores produtivos no Estado.

A região do Vale do Itajaí concentra atualmente o maior número de indústrias do ramo têxtil em operação no planeta. Aproximadamente 6.500 empresas de diferentes dimensões empregam cerca de 124 mil trabalhadores. Como salientamos na introdução deste trabalho, o Estado é responsável por 90% da produção nacional de roupa de cama, mesa e banho, bem como por 80% das malhas produzidas no País. As principais indústrias do setor são a Cia Hering (Blumenau), a Marisol S/A (Jaraguá do Sul), a Teka (Blumenau), a Circulo S.A. (Gaspar), a Buettner S/A (Brusque), a Cremer S/A (Blumenau), a Karsten S/A (Blumenau), a Altenburg (Blumenau), a Cia. Fabril Lepper (Joinville), a Haco Etiquetas Ltda. (Blumenau), a Buddemeyer S/A (São Bento do Sul), a Dudalina (Blumenau), a Kyly Indústria Têxtil Ltda. (Pomerode), a Fiação São Bento S/A (São Bento do Sul) e a Malharia Branditi Ltda. (Apiúna). Esse dinamismo socioeconômico tem acarretado inúmeros problemas de contaminação dos recursos hídricos sobretudo nas Bacias dos rios Itapocu e Itajaí-Açu, em consequência do escoamento descontrolado de sobras de corantes oriundos das tinturarias, lavanderias e estamparias.

Com base na apresentação cursiva dos principais aglomerados do estado podemos verificar conforme Campos; Stallivieri e Alt (2004) as características das principais aglomerações industriais do Estado nos últimos anos.

<b>Indústria/ Microrregião</b>	<b>Evolução da Especialização Local</b>	<b>Diversificação da Indústria</b>	<b>Dinâmica Tecnológica da Indústria</b>	<b>% do Emprego da Microrregião</b>	<b>% dos Estabelecimentos da Microrregião</b>
<b>Têxtil e Vestuário – Blumenau</b>	Ascendente	Elevada	Baixa	33,92	16,05
<b>Base Madeira – São Bento do Sul</b>	Declinante	Baixa	Baixa	40,64	15,51
<b>Metal- Mecânica – Joinville</b>	Ascendente	Elevada	Alta	18,93	5,78
<b>Alimentícia – Chapecó</b>	Declinante	Baixa	Baixa	22,30	2,46
<b>Minerais Não- Metálicos – Criciúma</b>	Declinante	Média	Média	8,11	3,39

Quadro 21: Aglomerações selecionadas em Santa Catarina 2002

**Fonte:** (CAMPOS; STALLIVIERI e ALT, 2004, p. 353)

O esquema evidencia que os aglomerados têxteis e metal-mecânico apresentam evolução da especialização ascendente e elevado nível de diversificação. No entanto, o percentual de empregos é maior no aglomerado têxtil. Isto pode ser explicado se levarmos em conta o elevado nível de sofisticação tecnológica exigido na produção metal-mecânica. Quanto ao percentual de emprego, verifica-se que a indústria de base-madeira é a que contempla o maior percentual, que pode ser relacionado ao baixo nível tecnológico exigido. Pois muitas unidades ainda hoje são do tipo artesanal, e intensivas em mão de obra. Os aglomerados que apresentam o maior percentual relativo ao número de estabelecimentos em operação são o têxtil-vestuário e o de base-madeira.

O setor alimentício apresenta o menor percentual em termos de número de estabelecimentos, se comparado a outras atividades processadas no conjunto do Estado. Como vimos, desde 1960 este setor vem sendo monopolizado pela presença de grandes empresas. Por analogia com a experiência dos distritos industriais italianos, esse setor no Estado, concentrado em grandes empresas, tem contribuído para a formação de um contingente expressivo de pequenas unidades produtivas especializadas, com acentuada divisão do trabalho na cadeia produtiva. Quanto ao aglomerado de metais não-metálicos (cerâmico), constata-se na sua dinâmica um nível médio de inovação técnica e diversificação produtiva, além de uma curva de especialização declinante – como sugere o Quadro 21.

Na sua interpretação da trajetória de industrialização catarinense, Raud (1999) identifica (i) na especialização local em alguns produtos, ou nichos de mercado, promovendo a acumulação de *know how* e melhorando a qualidade e o processo de inovação, e (ii) nos ganhos de produtividade assim gerados, os principais fatores condicionantes a serem levados em conta nas pesquisas voltadas à promoção de estratégias alternativas de desenvolvimento regional. Todavia, reconhecemos durante o processo de construção deste trabalho de tese a necessidade de pesquisas voltadas a avaliação dos impactos desses aglomerados a qualidade do meio ambiente (biofísico e social) para o planejamento e gestão de estratégias alternativas de desenvolvimento. A carência desse tipo de estudo revelou o desconhecimento da real situação dos ecossistemas estaduais e suas atuais condições de suporte.

#### **2.4 Síntese do capítulo**

A pesquisa de campo junto às diferentes instituições e órgãos públicos do estado demonstrou que há poucas políticas coordenadas voltadas à organização e estruturação das aglomerações industriais catarinenses e estímulo a consolidação e fortalecimento das MPEs. As políticas direcionadas a este diagnosticadas demonstraram a forma fragmentada e desarticulada das instituições estaduais em dinamizar esse tipo de organização produtiva e que perseguiu a própria formação socioeconômica do estado. Tal fato é relatado pelo estudo de Hering (1987), entre outras pesquisas, cuja perspectiva reforçou o componente endógeno do processo de desenvolvimento das diferentes regiões do estado de Santa Catarina.

Embora a discussão sobre a formação socioeconômica até o presente momento tenha demonstrado inúmeros aspectos positivos da socioeconomia catarinense, segundo Lenzi (2000), a crise vivenciada pelo seu parque industrial – especialmente do segmento têxtil - principalmente na década de 1990, evidencia os efeitos negativos da globalização assimétrica e os limites desse modelo de desenvolvimento. Além disso, é preciso destacar que junto aos setores tradicionais, como é o caso do setor têxtil-vestuarista, há uma dinâmica global e nacional que influencia a formação dessas estruturas produtivas. Goulart Filho (2002) já apontou para o fato de que o próprio processo de formação socioeconômica catarinense sofre influência da estrutura econômica nacional e mesmo internacional. No caso específico do segmento têxtil-vestuarista, por exemplo, as estratégias dos países industrializados caminham no sentido de enviar aos países

menos desenvolvidos a função de realizarem atividades que possuem pouco valor agregado e que acarretam danos ao meio social e biofísico.

De outra forma também constata-se que num contexto de crise planetária de paradigmas de crescimento econômico, as temáticas da expansão e da concentração industrial encontram-se na ordem do dia. E em consequência da abertura indiscriminada dos mercados, as crises setoriais acabam acarretando crises de escopo territorial, na medida em que determinadas regiões passam a depender de um único ou de alguns poucos setores, tanto em termos de geração de novos empregos, quanto de geração de divisas para os municípios. Por isso, o debate teórico acerca da concentração espacial do setor secundário tem colocado em destaque a importância da diversificação territorial das atividades econômicas, em busca de maior equilíbrio nas configurações campo-cidade e de combate simultâneo à exclusão socioeconômica e à degradação socioambiental.

O fato desses questionamentos já estarem sendo projetados num nível mais amplo e mais abstrato de reflexão sobre estratégias alternativas de desenvolvimento não nos desobriga de salientar que, desde o final da década de 1990, pouco se caminhou, na prática, rumo a uma internalização efetiva das dimensões sociais e ambientais do desenvolvimento (VIEIRA e CUNHA, 2002). Apenas 1% dos municípios catarinenses dispõem de sistemas adequados de tratamento de efluentes domésticos. Além disso, persistem ainda hoje sérios problemas de gestão dos resíduos gerados pelas agroindústrias no Oeste Catarinense. A maior parte da sociedade catarinense parece disposta a continuar endossando o licenciamento de projetos de alto risco, ligados, por exemplo, à ocupação irregular de áreas ecologicamente frágeis, ao comprometimento da qualidade dos solos e dos recursos hídricos, ou ao reflorestamento com espécies exóticas. Finalmente, as instituições responsáveis pela dinâmica dos sistemas de gestão ambiental encontram-se há décadas sucateadas e marcadas pela carência de pessoal técnico qualificado, e pelas patologias tradicionais do sistema político brasileiro: clientelismo, paternalismo, corrupção e “violência estrutural”.

Tudo isso representa um imenso desafio à reestruturação socioeconômica, sociocultural e sociopolítica condizente com o ideário do desenvolvimento ecológico e socialmente sustentável. Na atualidade, torna-se essencial internalizar de forma efetiva a dimensão socioambiental no sistema de planejamento do desenvolvimento do Estado. É bem verdade que algumas ações nesse sentido estão sendo encaminhadas, tanto por instituições públicas, quanto por entidades de classe,

como é o caso das iniciativas, já mencionadas, dos comitês de bacias, das atividades estimuladas pela FIESC e mesmo as pressões, ainda que incipientes no Brasil, dos consumidores e da sociedade civil organizada frente a essa problemática. No entanto, ainda são muito tímidas diante da magnitude dos problemas a serem enfrentados.

### CAPÍTULO III - DIAGNÓSTICO CURSIVO DA MICRORREGIÃO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ

*O futuro das regiões têxtil-vestuaristas de Santa Catarina há de ser influenciado pelas opções dos grupos de atores sociais territorializados quanto aos caminhos a serem percorridos. As escolhas dizem respeito aos tipos de trajetórias vislumbradas em meio às (e sob as pressões das) novas condições de concorrência impostas nesta aurora do século XXI.<sup>58</sup>*

Nesse capítulo aprofundamos a análise da trajetória do desenvolvimento socioeconômico do Alto Vale do Itajaí, tendo em vista uma compreensão mais ampla e sistêmica dos avanços e obstáculos à evolução do segmento industrial têxtil-vestuarista nesta região.

Como já salientamos na introdução, na análise de trajetórias de desenvolvimento territorial a elucidação das condições peculiares da evolução de determinados espaços é colocada em primeiro plano (SABOURIN, 2002). Do ponto de vista adotado neste trabalho, a relevância deste instrumento reside no fato dele permitir a reconstituição dos contextos históricos que condicionam a formação de determinadas dinâmicas territoriais de desenvolvimento simultaneamente socioeconômico, sociocultural e sociopolítico, sob o pano de fundo das coações e oportunidades impostas pela dotação em recursos naturais renováveis e não-renováveis (SACHS, 1986).

Inicialmente procuramos compreender, de maneira mais rigorosa do que já foi feito nos capítulos anteriores, a complexidade do processo de inserção da microrregião do Alto Vale no complexo cenário do desenvolvimento socioeconômico estadual. Na sequência, oferecemos informações adicionais que permitem o delineamento de uma imagem mais nítida das características *sui generis* desta microrregião inserida no contexto do Vale do Itajaí. Finalmente, no terceiro bloco da linha de argumentação apresentamos uma síntese dos fatores críticos que influenciaram mais decisivamente a trajetória de evolução do segmento têxtil-vestuarista no Alto Vale.

---

<sup>58</sup> LINS, Hoyêdo Nunes. **Reestruturação industrial em Santa Catarina**: pequenas e médias empresas têxteis e vestuaristas catarinenses perante os desafios dos anos 90. Florianópolis : UFSC, 2000.

### 3.1 O Alto Vale do Itajaí no contexto do Vale do Itajaí

A região do Vale do Itajaí é formada por 53 municípios, ocupando uma área de aproximadamente 15.000 Km<sup>2</sup>. Em termos de ordenamento territorial, é cortada pela BR 470 e pela BR 282, funcionando como uma via de acesso à região do Oeste Catarinense e mantendo ligação com o litoral e com a região do Planalto Serrano (Figura 12).

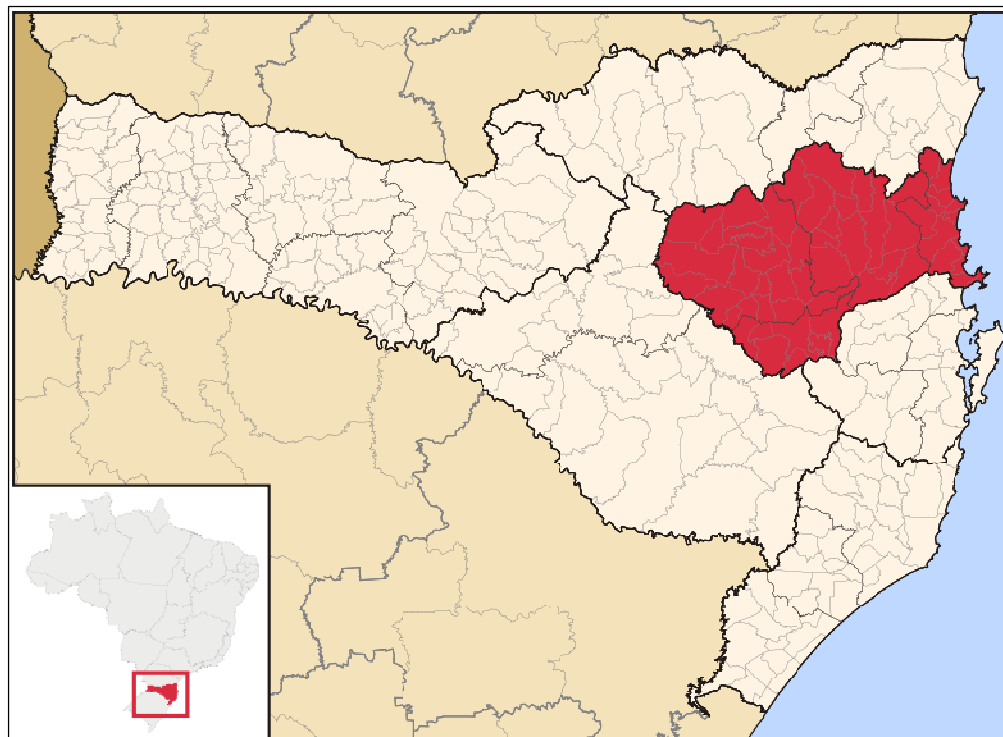


Figura 12: Mapa da macrorregião do Vale do Itajaí

**Fonte:** Comitê do Itajaí (2007); Vale do Itajaí (2007).

Conforme dados do SEBRAE (2006), a participação territorial dessa mesorregião em relação ao Estado é de 15,9%, e a participação populacional atinge o patamar de 21,9%. Embora a participação territorial do Vale do Itajaí seja inferior à do Planalto Serrano, que detém a maior participação no Estado (28,5%), a participação populacional é considerada a mais elevada de Santa Catarina.

Segundo as projeções do IBGE realizadas em 2005, nessa macrorregião vivem aproximadamente 1.282.727 habitantes. Sua característica mais expressiva é a existência de um tecido cultural impregnado pela imigração alemã e italiana - a primeira em maior proporção do que a segunda (SEBRAE, 2006) (Quadro 22).



MACRORREGIÃO	REGIÃO	MUNICÍPIOS
VALE DO ITAJAÍ	Médio Vale	Apiúna, Ascurra, Benedito Novo, Blumenau, Doutor Pedrinho, Gaspar, Indaial, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio, Timbó, Botuverá, Brusque e Guabiruba.
	Baixo Vale	Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Itajaí, Itapema, Luis Alves, Navegantes, Penha e Porto Belo.
	Alto Vale	Agrolândia, Agronômica, Atalanta, Aurora, Braço do Trombudo, Chapadão do Lageado, Dona Emma, Ibirama, Imbuia, Ituporanga, José Boiteux, Laurentino, Lontras, Mirim Doce, Petrolândia, Pouso Redondo, Presidente Getúlio, Presidente Nereu, Rio do Campo, Rio do Sul, Rio d'Oeste, Salete, Santa Terezinha, Taió, Trombudo Central, Vidal Ramos, Vitor Meireles e Witmarsum.

Quadro 22: Municípios que compõem a macrorregião do Vale do Itajaí

**Fonte:** Organizado pela autora.

Inúmeros foram os estudos realizados sobre a organização sócio-espacial e socioeconômica do Estado, e que foram destacados no capítulo anterior. Muitos deles concentraram-se na compreensão das características singulares do Vale do Itajaí. Podemos mencionar sobretudo (i) as contribuições de Paul Singer na análise socioeconômica dos riscos envolvidos na especialização industrial, antecipando assim a crise que afetou o setor têxtil na década de 1990; (ii) a reflexão de Maria Luiza Renaux Hering, que relaciona o processo de desenvolvimento catarinense ao enfoque shumpeteriano do empreendedorismo e da inovação técnica, especialmente em Blumenau e Brusque; (iii) as concepções de Idaulo José Cunha, que se dedicou a analisar a rede urbana de Santa Catarina e as relações de Blumenau com a sua hinterlândia; (iv) as de Armen Mamigonian, que se concentrou numa investigação detalhada do processo de industrialização de Blumenau na década de 1960, enfatizando os aspectos geográficos – fatores locais e deslocamentos de mão-de-obra, bem como o processo imigratório que influenciou a configuração desta cidade e estrutura a cidade de Blumenau; (v) as contribuições de Giralda Seyferth, que empreendeu uma análise das representações sobre a identidade camponesa dos imigrantes que aportaram no Vale; e, finalmente, (vi) as contribuições recentes de Alcides Goularti Filho, já referenciadas acima, de Cécile Raud e de Hoyedo Nunes Lins, entre outras.

Todas essas contribuições tendem a confirmar que as características singulares dos processos de colonização e industrialização catarinense situaram este Estado, durante algum tempo, numa posição privilegiada no cenário do desenvolvimento nacional, tendo o Vale do Itajaí destaque nesse contexto.

### 3.2. Visão cursiva do processo de colonização e povoamento do Alto Vale do Itajaí

O Estado de Santa Catarina teve inúmeras frentes de colonização, e algumas delas foram importantes para o processo de povoamento do Alto Vale do Itajaí. Essa microrregião, conforme os representantes da prefeitura de Ituporanga, APREMAVI e UNIDAVI, sofreu influência da colonização, por um lado, de São Pedro de Alcântara<sup>59</sup> e Blumenau, organizada por imigrantes alemães,<sup>60</sup> e, por outro, da colonização dos italianos advindos, após 1875, das localidades de Nova Trento, Rodeio, Rio dos Cedros, e também Ascurra, Apiúna e Luis Alves. Além dessas duas grandes frentes, observa-se uma terceira, um pouco menos expressiva, a dos açorianos que sobrevieram do Litoral Sul do Estado, e, mais tarde, a migração da região serrana, daqueles que estavam fugindo da Guerra do Contestado. Com exceção dos municípios de Rio do Oeste e Laurentino, que têm predominância da colonização italiana, e, de certa forma, os municípios de Ibirama e cidades circunvizinhas, com predomínio dos alemães, os demais municípios do Alto Vale sofreram, portanto, influência preponderantemente de três etnias, sintetizadas no quadro seguinte.

FRENTES DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO	CARACTERÍSTICAS
<b>Alemã</b>	Colonização organizada, com a compra de terras e constituição de núcleos de povoamento e de uma economia de subsistência.
<b>Italiana</b>	Colonização organizada com aquisição de terras e posterior início das atividades.
<b>Açoriana</b>	Colonização não organizada (trabalhavam nas terras como empregados - não adquiriam as terras -, eram trabalhadores das terras de alemães e italianos).

Quadro 23: Frentes de colonização

**Fonte:** Elaborado a partir da pesquisa de campo

O Quadro 23 indica que as frentes de colonização alemã e italiana foram organizadas e que os imigrantes adquiriam suas próprias terras. Já a colonização açoriana resultou da necessidade de mão-de-obra para trabalhar nas colônias. Para caracterizar a influência da imigração alemã para o Alto Vale, vale a pena ressaltar que mesmo Blumenau tendo sido fundada 21 anos depois de São Pedro de Alcântara, a primeira revelou-se mais próspera,

<sup>59</sup> É importante destacar que a constatação da relevância da frente de colonização de São Pedro de Alcântara para a microrregião foi apontada por entrevistados de municípios que têm maior proximidade geográfica com essa região (São Pedro de Alcântara), conseqüentemente concluímos que a parte alta da microrregião do Alto Vale sofre maior influência dessa frente de colonização. Observa-se também que tais constatações não corroboram com os estudos sobre o processo de colonização realizado por autores como Cunha (1982).

<sup>60</sup> As duas regiões que deram origem a essa área foram: Blumenau (em direção à Amônia e Bela Aliança (atual Ibirama e Rio do Sul) e São Pedro de Alcântara (em direção à atual Alfredo Wagner e Ituporanga).<sup>60</sup>

tendo a seu favor os rios que auxiliavam no escoamento da produção agrícola, bem como o processo de estatização, que ocorreu em 1860. A segunda, por outro lado, teve suas fontes de financiamento suspensas logo após ter sido fundada. Pelo fato de não dispor, na época, de solos propícios à agricultura, acabou provocando a migração dos colonos para outras regiões. Todavia, o Alto Vale sofreu influência de ambas as colônias, com os alemães vindo de São Pedro de Alcântara rumo à Blumenau, povoando as localidades de Ituporanga, Atalanta, Vidal Ramos, entre outros municípios circunvizinhos, e os alemães vindos de Blumenau, que buscavam um canal de ligação entre o litoral e o planalto, investindo no povoamento de Ibirama (Hamônia), Rio do Sul entre outros municípios.

No que se refere às outras etnias que contribuíram para o processo de colonização e povoamento da região do Alto Vale, a mais significativa foi sem dúvida a italiana, que se fortaleceu com a instalação da empresa colonizadora de Luiz Bertoli. Essa empresa se instalou em Rio do Oeste e impulsionou a colonização dos italianos nos municípios de Rio do Oeste, Taió, Salete e Rio do Campo, após 1875. O processo de expansão da colonização italiana da segunda geração, vinda de municípios como Nova Trento, Rodeio, Ascurra, e outros, foi induzido sobretudo pela necessidade de assentamento dos filhos dos imigrantes, em função das terras nessas localidades terem se tornado escassas para garantir a subsistência das famílias de agricultores.

De acordo com alguns estudiosos, esse processo de imigração que vinha do litoral e do planalto foi fortalecido pela necessidade de melhor articulação entre essas regiões. Ou seja, ao longo do tempo, com a vinda dos imigrantes, algumas das empresas colonizadoras e o próprio Governo do Estado perceberam a importância de se construir um canal de ligação entre o Planalto e o Litoral, abrindo ao mesmo tempo uma frente de comunicação com o Oeste. Conforme Kita (2006), os processos de colonização e povoamento do Alto Vale foram marcados pelo fato das terras terem sido adquiridas e povoadas na confluência dos rios Itajaí do Sul e do Oeste. Esta configuração influenciou decisivamente a ocupação do território e a sua dinâmica socioeconômica, facilitando o escoamento dos produtos gerados pela indústria extrativista.

As terras do Alto Vale do Itajaí pertenciam à Colônia Blumenau desde 1850. Permaneceram todavia desabitadas por muitos anos. Segundo Zanella (2007), a tardia colonização do Alto Vale deveu-se sobretudo ao desinteresse dos governantes da Colônia Blumenau pelo aproveitamento dessa região. Embora fossem favoráveis ao processo colonizador, eles estavam mais preocupados em fixar os colonos alemães nos arredores de Blumenau, principalmente onde hoje estão localizados os municípios de Gaspar, Pomerode,

Indaial, Timbó, Massaranduba e, um pouco mais distante, Hamônia (atual Ibirama). No entanto, era iminente a perspectiva de povoamento da região do Alto Vale, em função da abundância e da qualidade dos recursos naturais, além da possibilidade de trocar terras agricultáveis pelo trabalho de construção de estradas.

Embora tenha sido realizada uma expedição militar vinda da Colônia Santa Tereza rumo ao Alto Vale, foi somente a partir de 1859 que algumas visitas sistematizadas foram feitas à região pelo engenheiro Odebrecht. Essas expedições impulsionaram a expansão do sistema viário. Mas somente em 1864 as expedições alcançam a região onde hoje se localiza o município de Rio do Sul - na confluência dos rios Itajaí do Sul e do Oeste -, prosseguindo até a Serra Geral. A partir de então, foram realizadas as primeiras demarcações da estrada. Contudo, segundo Alves (2004), somente em 1874 foi iniciada a construção de uma picada margeando o Rio Itajaí-Açu, que foi concluída em 1878, passando a ser trafegada por animais cargueiros e colonizadores.

Como não existiam facilidades de transporte na região, em 1867 foi construída uma balsa junto ao leito dos Rios Itajaí do Sul e do Oeste, atual Rio do Sul. Com a melhoria no transporte fluvial, em 1892, surge a primeira residência da região.

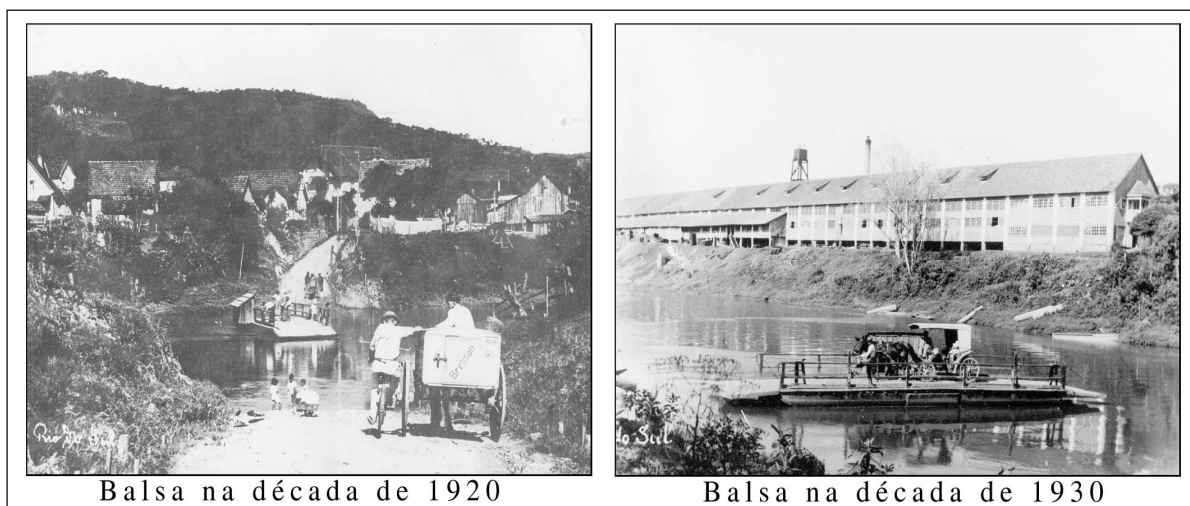


Figura 13: Fotos da balsa na década de 1920 e 1930

**Fonte:** Arquivo Histórico de Rio do Sul

A região, nesse período, obteve do rio a sua principal via de acesso e a contribuição necessária para a consolidação do processo de povoamento do Alto Vale do Itajaí. Seria preciso destacar ainda que na comunidade de Lontras, região próxima de Rio do Sul, já existiam algumas moradias de colonos, indicando assim uma elevação gradual do número de

habitantes. Com efeito, a região apenas começava a se desenvolver, em virtude das dificuldades de acesso e dos conflitos com os indígenas.

Em função disso, somente em 1904, na comunidade Bella Alliança, surgiu o primeiro estabelecimento comercial. Após a sua instalação, outros comerciantes decidiram se estabelecer em Lontras e Matador. Com o comércio, novas áreas passam então a ser povoadas (DAGNONI, 2000)<sup>61</sup>. De 1919 em diante, essas outras frentes de colonização foram abertas a partir de empresas colonizadoras de menor porte, que atraíam residentes do litoral e colonos de origem italiana. Eles aglomeravam-se em pequenas comunidades como parte de uma estratégia de proteção contra as invasões de tribos indígenas, a exemplo das localidades de Lontras, Matador e Bella Alliança. Nesse período, intensifica-se a vinda de imigrantes em virtude da construção de estradas e da melhoria do acesso à região. Em consequência, outras localidades passaram a ser habitadas, como Witmarsum, em 1924; Salete, em 1925; Presidente Nereu, em 1928; e Atalanta e Imbuía, em 1930.

Desde a década de 1920, o povoamento da área passou a apresentar uma curva mais acelerada de expansão. Embora tenham ocorrido focos de colonização no decorrer do século XIX, foi no século XX que o povoamento se intensificou. Retomando a trajetória do povoamento e os fluxos migratórios, no quadro seguinte estão sintetizados os principais acontecimentos que marcaram o período de colonização e povoamento da região.

Ano dos fluxos de imigração	Etnia predominante	Acontecimentos marcantes
1859 - 1863 - 1864	Alemã	Visita para averiguação da área
1874-1878	Alemã	Construção da picada margenando o Rio Itajaí-Açu
1878	Italiana	Assentamento de 58 famílias na região de Lontras
1890 e 1892	Alemã	Fixação de núcleos em Lontras, Bella Alliança e Matador
1919 em diante	Italiana e açoriana	Atração, por parte de companhias colonizadoras menores, de imigrantes para o Alto Vale, especialmente, para trabalhar na construção das estradas e para trabalhar na terra.
1920 em diante	Italiana, alemã e açoriana	Fundação dos diferentes povoados que deram origem aos 28 municípios do Alto Vale do Itajaí.

Quadro 24: Etnias predominantes e fatos marcantes das frentes de colonização do Alto Vale do Itajaí

**Fonte:** Elaborado pela autora

<sup>61</sup> Sendo elas: Mirim Doce e Presidente Getúlio iniciadas em 1904; em Agrônômica, Rio do Campo e Trombudo Central em 1909, que se intensificara com a abertura das estradas; no ano de 1910 mais imigrantes chegam à região; e em 1911 começam a se originar os povoados de Taió, Serra Alta, Cobras, Barra do Trombudo, Laurentino, Pouso Redondo e também Braço do Trombudo; em 1912 inicia-se o povoamento em Ituporanga; em 1916, Agrolândia; 1917, Rio do Oeste; e Dona Emma, em 1919 (DAGNONI, 2000).

Vale a pena insistir no reconhecimento de que a história do povoamento do Alto Vale do Itajaí, assim como a de muitas outras regiões do Brasil, foi marcada pela destruição sistemática dos povos indígenas. Uma particularidade desta região é que, nesse período, o Vale do Itajaí era povoado pelos índios Xokleng. O contato entre esses nativos<sup>62</sup> e os imigrantes europeus foi marcado por conflitos e insegurança de ambos os lados. Estima-se que dois terços da população indígena tenha sido dizimada nos primeiros anos de ocupação. Os conflitos eram geralmente mediados pelo governo da província e pelos catequizadores.<sup>63</sup> Neste sentido,

[...] a história Xokleng foi, e ainda é invisibilizada através dos escritos governamentais, de autoridades colonizadoras, de imigrantes alemães e de obras regionais, em detrimento de uma história do sucesso da colonização que, quando se remete aos índios, o faz apenas para incluí-los como um dos obstáculos a serem combatidos ou, mais tarde, comemorando a vitória de sua exclusão definitiva (WITTMANN, 2005, p. 8).

A Reserva Duque de Caxias<sup>64</sup> foi criada para agrupar os Xokleng após a pacificação, alcançada em 1914. A adaptação dos Xokleng ao aldeamento envolveu uma série de dificuldades: (i) a recusa do trabalho na agricultura; (ii) a proibição da saída para além dos limites do Posto; (iii) as doenças trazidas pelos brancos; (iv) a recusa do tratamento da medicina convencional e o abandono de diversos costumes. Para fixá-los ao território da reserva, os indigenistas ofereceram-lhes alimento gratuitamente procurando dispensá-los da necessidade da caça. O produto disto, no decorrer dos anos, foi o desenraizamento cultural dos Xokleng, o que os forçou a abandonar suas tradições e os reduziu à condição de dependentes do Estado.

A Figura 15 ilustra a realidade dos Xokleng no período da constituição da microrregião. Perdida a integração com o meio ambiente, os índios chegaram a desmatar completamente as áreas em que viviam, estimulados pelas madeiras. Devastada a cobertura florestal, secaram-se alguns rios. Não havia mais madeira, não havia mais dinheiro e tampouco subsídios do Estado. Dessa forma, muitos nativos acabaram caindo na marginalidade (HENRIQUES, 2000).

---

<sup>62</sup> Esses dependiam da caça e da coleta, o que os obrigava a dominar um enorme território. Eles teciam suas roupas utilizando fibras de urtiga, eram habilidosos construtores de arcos e flechas e não possuíam tradição agrícola. Na verdade, conforme Nötzold e Vieira (1999), esses povos habitavam toda a região que ia desde o litoral até o planalto (desde as proximidades de Porto Alegre-RS) até as proximidades de Paranaguá-PR.

<sup>63</sup> Com a chegada dos colonizadores, verdadeiras batalhas e chacinas aconteceram entre índios e colonizadores, em virtude da busca pela posse das terras.

<sup>64</sup> Essa se localiza nos municípios de Ibirama, José Boiteux, Vitor Meireles, Itaiópolis e Doutor Pedrinho e compreende uma área de 14.156 hectares.

Além do problema com os indígenas, em virtude dos desmatamentos extensivos realizados na região durante a fase de colonização e povoamento, as cheias se intensificaram no período de 1950 a 1990. Na década de 1970, a construção de uma barragem para a contenção de cheias acabou inviabilizando a utilização de 870 hectares de terras férteis - ribeirinhas e de várzea. Em consequência, a comunidade Xokleng passou ocupar áreas montanhosas e irregulares para a obtenção de alimentos e a construção de moradias (SIEGEL, 2005). Atualmente, uma das suas principais reivindicações é a ampliação da Reserva - de 14.156 hectares para 37 mil hectares. Essa questão continua indefinida, causando conflitos e tensões entre índios e agricultores nas proximidades da Reserva. Portanto, o processo de povoamento, a formação socioeconômica e a quase extinção dos povos indígenas do Alto Vale ocorreram concomitantemente.

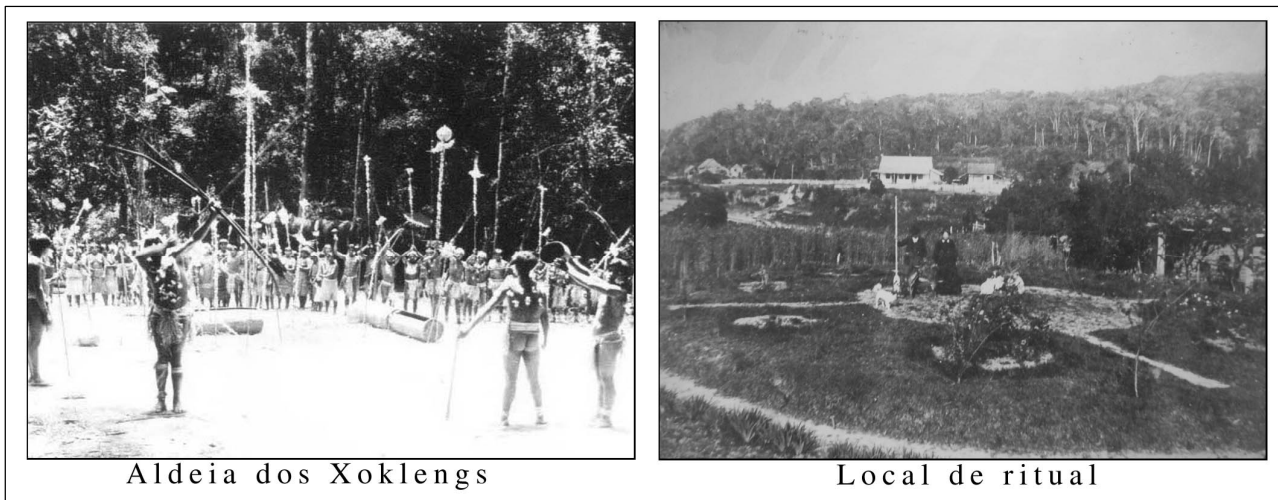


Figura 14: Fotos dos Xokleng

**Fonte:** Arquivo Histórico de Rio do Sul

Importa destacar ainda que o Alto Vale se consolidou como região geo-econômica independente de Blumenau apenas em 1958, no bojo de um Seminário Socioeconômico que foi concebido pela Federação das Indústrias de Santa Catarina - por iniciativa do prefeito de Presidente Getúlio (ZANELLA, 2006). Este evento serviu de base para a elaboração do Plano de Metas do Governo Celso Ramos, eleito em 1960. Dando sequência ao delineamento da trajetória de desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí, na seção seguinte destacamos a forma pela qual se fortaleceu a dinâmica de industrialização da região em estudo.

### 3.3. Peculiaridades do processo de industrialização

Torna-se virtualmente impossível abordar a especificidade do processo de industrialização do Alto Vale do Itajaí sem levarmos em conta a formação do setor secundário em Blumenau. De acordo com Mamigonian (1965), uma particularidade da região do Vale do Itajaí reside no fato de que a parcela de imigrantes que aportou em Blumenau era de origem alemã, dotados de habilidades típicas de uma civilização em estágio semi-industrial de evolução. Além disso, com a abundância da água e recursos naturais, tornou-se possível a produção de energia e a sofisticação progressiva da produção de bens e serviços. Todavia, a carência de matérias-primas essenciais dificultava a evolução dos primeiros sistemas produtivos.

Mamigonian (1965) distingue três fases no processo de industrialização de Blumenau e que indiretamente influenciou a industrialização do Alto Vale. A primeira vincula-se ao *surgimento das primeiras indústrias, 30 anos após o início do povoamento da região*. Trata-se de uma fase caracterizada pela existência de apenas uma malharia e duas tecelagens de algodão, que utilizavam máquinas de segunda mão trazidas da Alemanha. Essas máquinas, por sua vez, não se serviam de energia elétrica e os produtos assim gerados eram comercializados em Blumenau e no seu entorno. Mas a historiografia oficial registra também a presença de alguns poucos nichos de artesanato, moinhos de pequeno porte, alambiques, cervejarias, curtumes e micro-empresas de fabricação de charutos. No início do século XX, com a produção de energia, surgem pequenas fiações alimentadas pela aquisição de máquinas alemãs.

*A segunda fase inicia-se após a Primeira Guerra Mundial*, impulsionada pela crise provocada pela Primeira Guerra Mundial. Nesse período, o processo de industrialização no nível local começa realmente a se consolidar. O artesanato agrícola passa a ser valorizado e a chegada de um novo contingente de imigrantes tecnicamente qualificados em termos industriais e comerciais reflete o poder de atração que Blumenau passou a exercer. No transcurso da década de 1920, foram criadas as primeiras fábricas de confecções, cadarços, chapéus, gaitas e móveis; nas décadas seguintes, apesar da crise da economia mundial no final dos anos 1920, essa mesma tendência ascendente se mantém.

*A terceira fase foi deflagrada às vésperas da Segunda Guerra Mundial*. Nesse período, Blumenau já havia se consolidado como metrópole regional do Vale do Itajaí, sediando as sucursais dos principais bancos nacionais e dispondo inclusive de uma agência própria. A conjuntura da guerra não chegou a abalar a expansão do parque industrial local, e



tampouco inibiu a instalação de novos empreendimentos. No período do pós-guerra, com a chegada de uma leva adicional de imigrantes à região, acentua-se a tendência de expansão da cidade.

Embora a socioeconomia da macrorregião do Vale do Itajaí tenha sofrido forte influência de Blumenau, o desenvolvimento de cada microrregião apresentou características específicas e inconfundíveis. De maneira geral, as características do clima e da vegetação, além da presença dos indígenas, impuseram sérios obstáculos à concretização da estratégia de desenvolvimento idealizada pelos imigrantes. Por sua vez, o modelo agrícola adotado pelos colonizadores pressupunha o desmatamento e a posterior queimada, contribuindo assim para a degradação progressiva do meio ambiente biofísico.

Com efeito, na diversificação das atividades econômicas do Alto Vale o rio exerceu um papel decisivo, ao permitir que os colonos se abastecessem de víveres e instrumentos de trabalho nas regiões de Aquidabam, Ascurra, Rodeio, Warnow, Indaial e Blumenau. Em função das dificuldades encontradas nesses trajetos, geralmente longos e arriscados, os agricultores passaram a se organizar tendo em vista a produção local desses suprimentos. Emergia assim a figura do agricultor-comerciante.



Figura 15: Relações da comunidade com o rio

**Fonte:** Arquivo Histórico de Rio do Sul

Essa fase da trajetória socioeconômica do Alto Vale foi marcada pelas atividades agrícolas e, por implicação, pela extração de madeira. Já que a formação de áreas agricultáveis pressupunha o desmatamento extensivo. Nas áreas desmatadas, desenvolveu-se inicialmente uma agricultura de subsistência, pouco especializada, variando de 25 a 30 hectares - dimensão considerada, na época, ideal para assegurar a subsistência das famílias

(ALVES, 2004). O povoamento baseado em minifúndios e concentrado nas margens dos cursos d'água respondeu posteriormente pelo agravamento do problema (crônico) das enchentes.<sup>65</sup>

Os agricultores dedicavam-se principalmente à produção de mandioca, fumo e arroz, além do milho e de outras culturas de subsistência. A década de 1930 foi caracterizada pelo predomínio da atividade agrícola com a presença das feculares de mandioca, numa região dotada de terras ácidas. Quando os colonos começaram a se preocupar com o uso de insumos para a correção do solo e, conseqüentemente, para a diversificação produtiva, o cultivo da mandioca entrou em crise, que perdurou até a década de 1960, acarretando a falência de inúmeras feculares e atafonas<sup>66</sup>.

As famílias Hering e Swarowsky lideraram o processo de criação e consolidação da rede comercial a partir de 1906, na localidade de Matador. Com a vinda dos Swarowsky, ocorre a divisão do mercado e dos lucros na “colônia”,<sup>67</sup> além do fortalecimento das relações comerciais com a Europa, por meio da fumicultura. Mas esta dinâmica exportadora entrou rapidamente em declínio, em virtude da baixa qualidade do fumo produzido (BLOGOSLAWSKI, 2002).

Apesar da melhoria das condições de acesso aos bens e serviços disponíveis nos mercados locais, os colonos continuaram insistindo na abertura de novos mercados na região polarizada por Blumenau. Importa reenfatar aqui o fato da economia local ter sido dinamizada, naquela época, pelo comércio de madeiras e de produtos manufaturados nos engenhos e atafonas, exigindo intercâmbios cada vez mais frequentes com comerciantes sediados em outras localidades (BLOGOSLAWSKI, 2002). Nos primeiros tempos prevalecia a troca de produtos por serviços de moagem realizados nos engenhos e atafonas. Além disso, os colonos evitavam escoar os seus produtos em áreas muito distantes, utilizando o tempo dedicado aos deslocamentos e, dessa forma, favorecendo a diversificação de suas atividades.

Mas os avanços obtidos na racionalização progressiva das condições de trabalho não chegaram a abalar as relações de exploração impostas aos colonos pela rede de comerciantes (BLOGOSLAWSKI, 2002). A colonização italiana desempenhou um papel destacado na

---

<sup>65</sup> Desconsideraram o conhecimento dos indígenas que não se estabeleciam próximos à beira dos rios.

<sup>66</sup> Em se tratando também da agricultura nota-se que quando da utilização de produtos para correção do solo, surge o processo de diversificação da agricultura, isto ocorre a partir da metade do século XX, com a introdução de adubos químicos. Sendo assim, a colonização da região ocorreu de maneira despreocupada com a questão ambiental, também por influência das técnicas oriundas da revolução verde.

<sup>67</sup> Segundo Blogoslawski (2002), essas duas famílias, Hering e Swarowsky, competiam entre si a posse de terras.

estruturação do mercado local – a exemplo da atuação de Emmenbergo Pellizzetti,<sup>68</sup> pioneira na disseminação de uma imagem de desenvolvimento local autônomo para o Alto Vale do Itajaí. Essa orientação foi fortalecida por meio da constituição do Banco Popular, em 1928, um mecanismo de crédito cooperativo do Quinto Distrito de Blumenau - Bella Alliança, que se transformou posteriormente no município de Rio do Sul (PELLIZZETTI, 1985). A consolidação dessa sociedade de crédito contribuiu de forma preponderante para a formação de um tecido social coesivo e estimulador do empreendedorismo local.

A idéia da criação do Banco Popular e Agrícola de Bella Alliança, inspirada no sistema LUZATTI, contou com o apoio do então governador Alfonso Konder. Além do incentivo à diversificação da socioeconomia regional, a intenção era evitar que as pessoas da região se deslocassem até Blumenau para efetuarem suas transações financeiras e comerciais (PELLIZZETTI, 1985). Os depoimentos coletados no trabalho de campo convergem no reconhecimento de que Emmenbergo Pellizzetti foi um dos principais idealizadores das chamadas *Domingueiras Agrícolas*, uma espécie de feira que gerou um efeito dinamizador nos sistemas produtivos implantados na colônia. Nessas ocasiões, além da comercialização de frutas e mudas, estimulava-se o intercâmbio de saberes e técnicas de cultivo. A continuidade dessa iniciativa responde, na atualidade, pela organização da *Festa da Colheita* na região.

Algumas características desse sistema de crédito merecem um tratamento mais pormenorizado. De acordo com a pesquisa realizada por Pellizzetti (1985), a realização das *Domingueiras Agrícolas* representou um fator importante na utilização do crédito rural para o aprimoramento do nível tecnológico das explorações agrícolas, valendo-se da cooperação como um fator de aumento da produtividade. Esses encontros<sup>69</sup> foram pouco a pouco assumindo o perfil de exposições – um espaço de difusão de equipamentos e insumos, bem como de conscientização tendo em vista a melhoria da qualidade dos produtos. Ao mesmo tempo, promovia-se nesses espaços a nomeação de “Entes Morais”, engajando as cooperativas na difusão das inovações tecnológicas com base na atuação da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural. Além disso, o *ethos* empreendedor foi fortemente estimulado pelo funcionamento do Banco Popular e Agrícola de Bella Alliança, onde os agricultores

---

<sup>68</sup> Segundo Beatriz Pellizzetti, os primeiros imigrantes que vieram à região de Rio do Sul (Odebrecht, entre outros) foram os desbravadores, e aqueles como Pellizzetti foram pioneiros. Pellizzetti conviveu aqui no Brasil com Giovanni Rossi, e teve grande ideal como a construção do hospital, difusão da agricultura na região, do banco popular e mesmo da agroindústria.

<sup>69</sup> Em conjunto, o Banco popular e Agrícola de Bella Alliança, a Sociedade Lavradores e a Sociedade de Atiradores de Rio do Sul organizaram as Domingueiras, conforme Pellizzetti (1985), onde os lavradores trocavam conhecimentos úteis, expunham suas próprias idéias, trocavam sugestões e conselhos, além da realização de exposições de frutas e derivados. Também nestas domingueiras divulgavam o trabalho do Banco Popular.

obtinham crédito, sementes e instrumentos, a preços adequados. Um desdobramento interessante do efeito dinamizador gerado por esse tecido cultural cooperativo diz respeito à disseminação do interesse dos colonos por uma importante linha de diversificação produtiva que culminou no surgimento da triticultura na região.

Assim sendo, a expansão industrial em Blumenau contrastava com a dinâmica do Alto Vale, onde se procurava – sob forte influência de Emmembergo Pellizzetti - suprir as deficiências de um mercado urbano em crescimento e, ao mesmo tempo, atender às demandas locais de transporte e melhores condições de escoamento da produção agrícola. Parece inquestionável, do ponto de vista da historiografia regional, que a emancipação do município de Rio do Sul esteve intimamente relacionada com a gestão de Ermembergo Pellizzetti como deputado no período de 1925 e 1930.<sup>70</sup>

Já destacamos anteriormente que a trajetória de crescimento econômico observada nessa microrregião foi marcada não só pela presença dominante da agricultura familiar, mas também pela expansão do segmento madeireiro e extrativista – sobretudo no que diz respeito a extração do óleo de sassafrás - principalmente no período de 1920 a 1950. Na sequência oferecemos indicações suplementares sobre a relevância das práticas silviculturais para uma reflexão sobre alternativas de DTS na região do Alto Vale atualmente.

Antes de mais nada, seria importante esclarecer que o Alto Vale abrigava na época simultaneamente a floresta ombrófila densa e a floresta ombrófila mista, onde predominavam as espécies<sup>71</sup> consideradas economicamente atrativas pelos colonos (ALVES, 2004). No que tange à extração do óleo sassafrás, exportado para alimentar a indústria de cosméticos norte-americana, seu aproveitamento na região foi direcionado inicialmente para a fabricação de inseticidas e essências aromáticas.

As fotos abaixo expressam a importância do segmento extrativista para o desenvolvimento da região. Com base nos depoimentos coletados durante o trabalho de campo, constatamos que o setor madeireiro expandiu-se em consequência da necessidade de aquisição das áreas de cultivo, construção de moradias e produção de mandioca<sup>72</sup>. Embora essa atividade tenha surgido na fase de povoamento da região, foi nos anos de 1920 a 1940 que o “ciclo da madeira” se fortaleceu, contribuindo inclusive para a construção de Brasília<sup>73</sup>.

---

<sup>70</sup> Ele é denominado de patriarca da emancipação política de Rio do Sul e redigiu o primeiro projeto da emancipação política de Rio do Sul.

<sup>71</sup> Canela-preta, canela-assafrás, peroba vermelha, imbuia, etc.

<sup>72</sup> Conforme Entrevistado 1, os colonos tinham prazo para retirar a madeira e para começar a plantar.

<sup>73</sup> Inclusive, conforme a entrevistada da AMAVI, havia abusos por parte dos vendedores de madeira, caminhões carregados de madeira que partiam para Brasília superfaturavam.

Um dos entrevistados admitiu que “[...] muitos enriqueceram com a venda da madeira, setor extrativista por excelência, mas esse tipo de exploração diminuiu sem dúvida a cobertura verde da região”. As práticas ecologicamente predatórias de extração, alimentadas pelo nível rudimentar de processamento industrial da madeira, produziram a descaracterização progressiva da paisagem original (ALVES, 2004, p. 45). Mais tarde, os impactos socioambientais negativos do extrativismo madeireiro descontrolado constituíram uma variável determinante na elucidação das causas do declínio desse segmento.

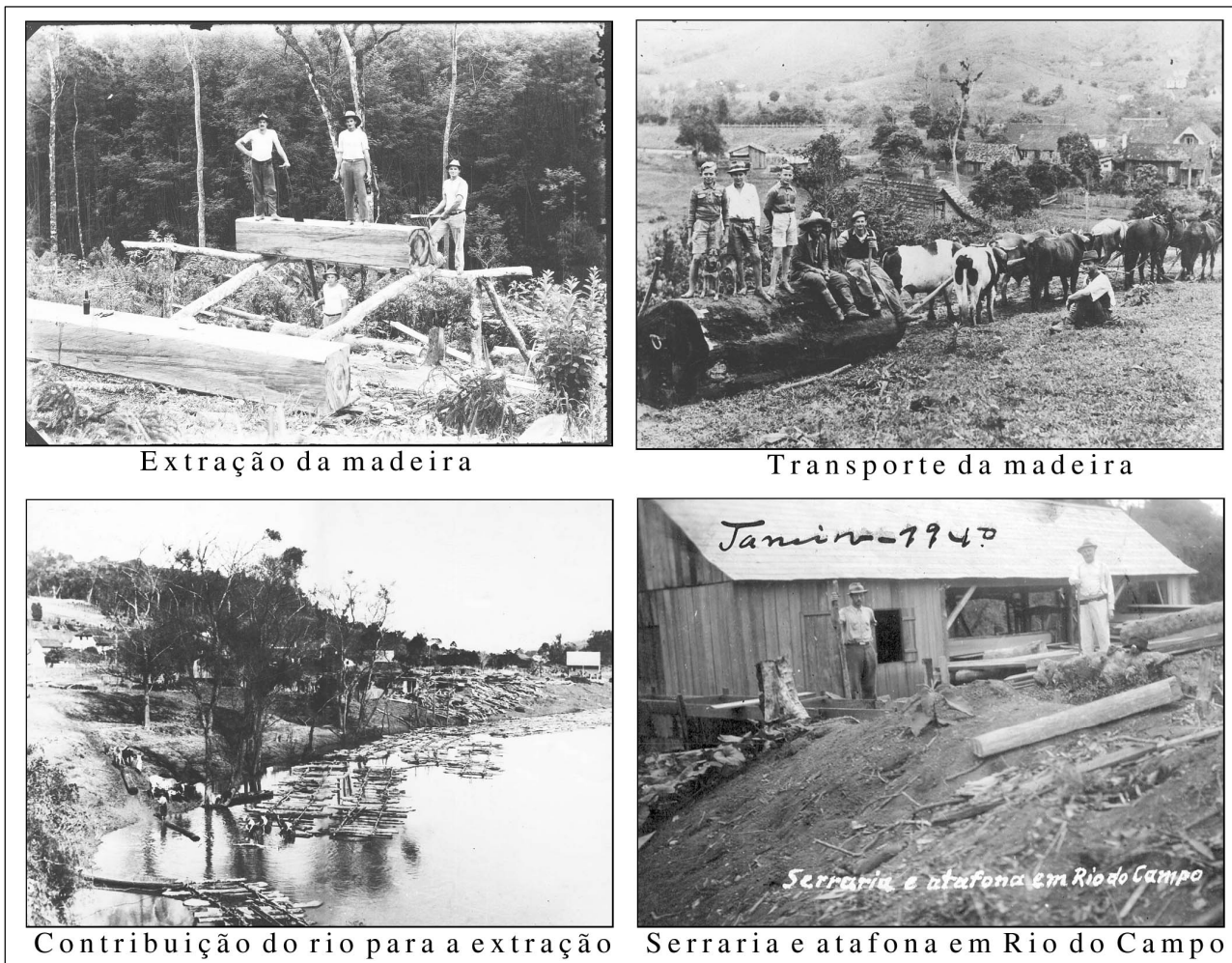


Figura 16: Imagens da atividade madeireira desenvolvida no Alto Vale do Itajaí

**Fonte:** Arquivo Histórico de Rio do Sul.

A partir de 1916, a pomicultura e a fumicultura começaram a ser desenvolvidas e até hoje são consideradas de grande relevância econômica para a região. O mesmo pode ser afirmado no caso da rizicultura. Mas um período de instabilidade econômica instalou-se no período posterior à Segunda Grande Guerra, estendendo-se até a década de 1980. Com a decadência da produção da mandioca, além do esgotamento das florestas e das restrições

impostas pela legislação ambiental, observa-se o esgotamento do ciclo da madeira e o surgimento de uma crise responsável pelo agravamento do êxodo rural (ZANELLA, 2006).

A princípio, os empresários locais vinculados ao segmento madeireiro decidiram reagir investindo na criação de alternativas em outras regiões. Mas o quadro de recessão, com forte evasão de capitais e de pessoas acabou predominando. Além da crise do ciclo da madeira, a região sofria com a carência de recursos governamentais para a melhoria da infraestrutura local (ZANELLA, 2006). Na opinião de um dos entrevistados, trata-se de um ponto crítico da trajetória da região, pois “foi nesse momento que os empresários acordaram para a situação regional”.

Para tornar a situação ainda mais preocupante, nos anos de 1983 e 1984 as comunidades ali sediadas vivenciaram duas das maiores enchentes já registradas na região. Apesar de outros eventos similares terem ocorrido em anos anteriores (em 1928, 1954 e 1966), eles não alcançaram a mesma intensidade da catástrofe gerada em 1983 e 1984. A opinião pública converge no reconhecimento de que “[...] a enchente de 1983 foi a maior de todas; ela acabou com tudo, foi devastadora”. Até essa data, conforme um dos entrevistados “[...] parece que a população local, em virtude da abundância de recursos naturais e do modelo de povoamento trazido pelos imigrantes, estava de costas para o rio, ou seja, tinha o hábito de jogar dejetos e lixo no rio e tinha uma forma de ocupação do espaço distante do ideal”. A população simplesmente desconsiderava os riscos de transbordamento dos rios.

A partir de 1983, tem início um movimento de conscientização sobre a urgência de um espaço de planejamento preventivo tendo em vista o enfrentamento das causas estruturais do problema. O saldo positivo das enchentes consistiu, dessa forma, na formação de uma rede de atores sociais sensíveis a uma transformação profunda na maneira de encarar o fenômeno. Ricos e pobres passaram a se engajar na busca de respostas inovadoras para a resolução de problemas comuns, evidenciando uma tomada de consciência historicamente inédita da importância da variável socioambiental no planejamento do desenvolvimento urbano e regional. O depoimento de um dos entrevistados reproduz de forma eloquente este ponto de vista: “o morro se abriu, antes desses acontecimentos relativos às enchentes, tais espaços, localizados nas regiões mais elevadas das cidades, eram ocupados por pobres, e, após as enchentes, esses espaços passam a ser ocupados por ricos; o morro melhorou, mas as relações de vizinhança pioraram”.

Em síntese, o período de 1960 a 1980 tornou-se o cenário de crises setoriais que acarretaram inflexões significativas na trajetória de desenvolvimento do Alto Vale, agravadas por contingências climáticas bastante adversas (Figura 18). Outro fato marcante nessa

trajetória nos anos de 1980 tem como protagonistas importantes os madeireiros, os indígenas e a sociedade civil organizada. A extração descontrolada de madeira na região alcançou a área da Reserva Duque de Caxias. Severamente afetados nas suas condições de subsistência, os indígenas migraram em massa para as cidades, adensando o contingente de excluídos. Tais acontecimentos chamaram a atenção da sociedade civil de Ibirama e de vários municípios vizinhos, culminando no surgimento da APREMAVI<sup>74</sup>. Trata-se de uma ONG com perfil ideológico preservacionista, que passou a pressionar as instituições públicas para a retirada dos madeireiros da reserva.



Figura 17: Imagens das enchentes ocorridas na década de 1980

**Fonte:** Arquivo Histórico de Rio do Sul.

Importa salientar ainda que a extração madeireira, desde o período da colonização nessa microrregião, influenciou fortemente o surgimento de várias outras atividades econômicas. Dependendo diretamente de mão-de-obra especializada na reparação dos equipamentos de extração, processamento e transporte, passou a atrair cada vez mais a atenção de artesãos especializados. Aos poucos, emergiu um setor metal-mecânico embrionário na área, garantindo a eficácia da linha de produção nas serrarias. Como ressaltou um dos entrevistados, “[...] foi a partir das ferramentarias e do mecânico Hermann Purnhagen, este vindo de Jaraguá do Sul, que essa indústria se consolida, permanecendo atuante até os dias atuais”. Sendo assim, com a decadência do setor extrativista, o embrionário setor metal-mecânico se fortalece e ganha espaço.

<sup>74</sup> A Associação de Preservação do Meio Ambiente do Alto Vale – APREMAVI é uma instituição sem fins lucrativos fundada por 19 pessoas, em 9 de julho de 1987, na cidade de Ibirama. Seus primeiros anos de vida foram marcados pelas denúncias de desmatamento de florestas nativas e recuperação florestal.

Outro segmento que se consolidou em decorrência da extração madeireira foi o de produção de papel e papelão. Nas últimas décadas, ele vem ganhando espaço em virtude do fortalecimento das práticas de reflorestamento com espécies exóticas. Num dos depoimentos registrados em campo consta que “[...] essas atividades foram uma extensão do setor madeireiro, obviamente, para aqueles empresários que sobreviveram à crise e não migraram para o litoral”.

De forma resumida, no rol dos eventos mais significativos constatados no decorrer do período de 1960 a 1980 incluímos: (i) a crise que afetou o setor madeireiro, (ii) as limitações do setor agrícola na garantia de subsistência dos colonos, (iii) o êxodo de jovens agricultores, (iv) a formação gradual do setor metal-mecânico, oferecendo todavia pouco espaço para a absorção da mão-de-obra excedente; e finalmente (iv) a ocorrência de enchentes periódicas e de grande magnitude.

Durante praticamente uma década os rio-sulenses e, como conseqüência, todo o Alto Vale, viveram esse período de colapso econômico e este fato gerava uma preocupação constante. Os industriais, os políticos, a imprensa, os municípios em geral, todos estavam preocupados com o futuro econômico de Rio do Sul e buscavam soluções para o problema (ZANELLA, 2006, p. 39).

Embora muitos desses acontecimentos tenham sido gerados em escala local, durante os anos que antecederam o golpe militar de 1964 o conjunto da economia brasileira mostrou-se instável, refletindo-se também no cenário regional. No âmbito estadual,

[...] a partir da metade da década de 1960, Rio do Sul e região acordaram para uma nova realidade econômica. As idéias dos industriais rio-sulenses em buscar soluções para o retrocesso econômico provocada pela “quebra” das serrarias, aliadas às esperanças emanadas do Presidente Castelo Branco e às ações desenvolvimentistas do Governo Celso Ramos, produziram efeitos positivos.

Ou seja, em meio a esse contexto de crise e instabilidade político-econômica, as autoridades locais preocupadas com a situação do Alto Vale encomendaram um estudo sobre alternativas de desenvolvimento local<sup>75</sup> (TRICHES *et. al.*, 2006). A pesquisa confirmou a potencialidade dos segmentos metal-mecânico e de confecções na busca de revitalização socioeconômica do conjunto da região. O segmento de confecções emergiu em 1978 com base numa forte mobilização das instituições públicas e das comunidades<sup>76</sup>. Neste sentido, a influência exercida por Blumenau foi marcante, por meio do intercâmbio de *know how* para a

<sup>75</sup> Rio do Sul é o maior município do Alto Vale e a primeira cidade emancipada dentro do processo imigratório.

<sup>76</sup> O segmento de confecções surge por iniciativa das mulheres da região, que enquanto seus maridos estavam desempregados, passaram a trabalhar como costureira para manter suas casas.



formação da mão-de-obra local e para a aquisição de insumos – num movimento de interiorização do setor têxtil-vestuarista de Blumenau.

O ponto de partida foi a instalação, na área, das empresas Daksul e Tecidos Leal (TRICHES *et. al.*, 2006), apesar de já existir a empresa Deola desde 1974. Confirmando a presença de indústrias do Médio Vale na estruturação deste setor no Alto Vale tem-se dois casos representativos, o da Hering (em Ibirama) e o da SulFábril (em Rio do Sul). Por um lado, a Hering, fundada em Ibirama no ano de 1985, mantém até hoje suas atividades neste município e em seus arredores. Segundo entrevistas realizadas em Ibirama, a Hering tem desempenhado um papel de grande relevância na dinamização socioeconômica do conjunto da região. Além da criação de uma Cooperativa de Crédito idealizada pelos próprios funcionários, a direção da empresa tem investido na capacitação da mão-de-obra local e também na subcontratação de atividades de facções junto aos municípios vizinhos.

Em 1976, o setor iniciou em Ibirama com a instalação de uma unidade da Hering (sua instalação foi concluída em 1976). As outras empresas foram ‘crias’ da Hering, pois foi a partir da Hering que obtivemos conhecimento e tecnologia. Somos um braço do setor de Blumenau. Em 1976, com a instalação da Hering, a mão-de-obra feminina ociosa passa a ser produtiva. Os empresários da região não viram com bons olhos a instalação da Hering na época. Mas foi a partir dela que foi sendo disseminado o setor, a partir dos ex-funcionários da Hering. Hoje a unidade da Hering aqui em Ibirama é voltada para o exterior. A Hering tem várias empresas aqui, que são do grupo Hering, mas com nome e razão social distinta (Entrevistado 10 – ex-prefeito de Ibirama).

Por sua vez, a SulFábril apresentou um perfil diferente de atuação na cena do desenvolvimento regional. Estabeleceu-se em Rio do Sul por volta de 1980. Ainda nessa década, chegou a contratar 700 empregados. Nos anos de 1990 entra em crise e, em 1996, começa a agilizar as rescisões motivadas de contratos. A falência foi decretada em 1999, ocasionando o desemprego em massa das empregadas, que passaram a concentrar sua força de trabalho no desenvolvimento das chamadas *facções* – inicialmente sob a forma de pequenas empresas de “fundo de quintal”.

A decadência da SulFábril provoca uma reorientação significativa do setor de confecções no município, favorecendo o resgate do ideário do empreendedorismo e da diversificação produtiva. O *know how* adquirido pelos funcionários da empresa viabilizou o surgimento das *facções*<sup>77</sup>, que realizavam prestação de serviços para empresas sediadas em Blumenau (Médio Vale) e atualmente também para empresas localizadas em Rio do Sul.

---

<sup>77</sup> Termo popularmente usado para definir uma empresa que atua na informalidade.

A atividade de confecção de produtos de malha (algodão) era - e ainda é - fruto da influência exercida por Blumenau, mas nesse período de formatação do setor a produção de jeans também passou a se destacar. A confecção de jeans emerge em Rio do Sul em 1978, por iniciativa de Dalva Maschio à frente da empresa Daksul:

Dalva diz que começou a costurar por necessidade, a família era muito pobre e ela precisava ajudar no orçamento. A saída encontrada: fabricação de jeans. [...] Ela fabricava algumas peças durante a semana, e com as sacolas em mãos, saía na outra para vender. Tudo era feito manualmente [...] As peças eram cortadas no chão e a comercialização feita de porta em porta. Com o tempo, Dalva conquistou clientela e passou a investir em maquinário. [...] o crescimento foi gradativo (RIO DO SUL, jun. 2005, p. 14).

Nesse contexto, a mão de obra feminina passou a ganhar força no Alto Vale. As mulheres, geralmente excluídas do mercado de trabalho, passaram a contribuir com a renda familiar, ultrapassando em muitos casos a renda auferida pelos chefes de família<sup>78</sup>. Trata-se, portanto, de um período relativamente promissor, que teve na promoção da mão-de-obra feminina um dos seus pilares. Um ponto importante a ser mencionado é que o uso dos equipamentos, bem como o aprendizado para a fabricação de produtos obtidos do jeans exige mudanças substanciais nas unidades produtivas (que anteriormente trabalhavam com a confecção de produtos em algodão - malha). Nesse contexto, curiosamente, o jeans de Rio do Sul ganha progressivamente espaço no mercado e torna-se o carro chefe de muitos municípios do Alto Vale.

A partir de 1990, diante do surgimento de novos obstáculos conjunturais à evolução cumulativa do setor, um grupo de empresários locais decide formar um Sindicato Patronal voltado ao atendimento dos interesses específicos do empresariado sediado em 23 municípios do Alto Vale. Nasce assim o Sindicato das Indústrias da Fiação, Tecelagem, Confecção e do Vestuário, do Alto Vale do Itajaí - SINFIATEC, em 1992<sup>79</sup>. Sua criação representou o início de uma nova etapa de reorganização do setor na região. Esse período foi marcado também pelas ações do Sindicato de Fiação e Tecelagem e Vestuário de Rio do Sul e região do Alto Vale, entidade representativa dos trabalhadores, cuja base territorial abrangia os municípios de Rio de Sul, Ituporanga, Laurentino, Rio do Oeste, Pouso Redondo, Taió, Trombudo

---

<sup>78</sup> Em entrevista com um agricultor cuja esposa já havia trabalhado em “facções” aparece a transformação ‘cultural’ em que ele diz: “hoje os homens não podem ser mais machões” (agricultor).

<sup>79</sup> Sendo eles: Agrolândia, Agronômica, Atalanta, Aurora, Braço do Trombudo, Imbuia, Ituporanga, Laurentino, Lontras, Mirim Doce, Petrolândia, Presidente Nereu, Pouso Redondo, Rio do Campo, Rio do Oeste, Rio do Sul, Salete, Taió, Trombudo Central, Vidal Ramos, Chapadão do Lajeado, Santa Terezinha e Alfredo Wagner.

Central, Aurora, Rio do Campo, Salete, Agronômica, Petrolândia, Presidente Nereu, Vidal Ramos, Mirim Doce, Braço do Trombudo, Imbuia e Lontras.

Entre 1995 e 1996, constata-se uma retomada do crescimento do setor, em virtude do aumento das exportações, acarretando o surgimento de novas empresas, principalmente de micro e pequeno porte. Mas a partir de 2000, conforme o depoimento de um representante do Sinfiatec, uma nova fase de estagnação se instala, em virtude dos problemas cambiais que propiciaram a queda das exportações e, com isso, a falência de muitas empresas. O setor oscila com as pressões impostas pela nova conjuntura econômica mundial, conforme expresso pelo fala seguinte: “[...] essas empresas, Hering e SulFábril, instalaram-se nessas regiões em uma época de prosperidade do Brasil. Para nossa economia foi importante. Houve momentos de crise, mas o que afetou deveras o ramo têxtil foi a globalização. A crise de 1990 provocou a reestruturação do setor de Blumenau. Hoje, por causa da China, o setor vive de altos e baixos. É muito trabalho para pouco rendimento” (ex-prefeito de Ibirama).

Entretanto, apesar das dificuldades, como argumentamos na introdução, este segmento foi responsável pela criação de cerca de 6.805 postos de trabalho em 2005, distribuídos nas 469 empresas (RAIS, 2006). Isso sem computar os empregos informais, que de acordo com muitos dos entrevistados alcança 30% dos postos de trabalho formal. Embora o segmento de confecções influencie substancialmente o nível de empregabilidade na região, é importante frisar que a economia local é bastante diversificada, fruto da sua trajetória histórica. Dentre esses outros setores, muitos também se consolidaram no transcurso do processo de industrialização regional, contribuindo para que o Alto Vale conseguisse emergir da crise no período de 1960 a 1980.

Ao analisarmos os índices de representatividade do emprego formal dos principais setores produtivos do Alto Vale frente ao do Estado observamos as seguintes cifras (Quadro 25).

Principais atividades industriais do Alto Vale do Itajaí	Região	Estado	% do emprego em relação ao estado
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	1.301	8.765	14,84
Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de com...	323	2.447	13,20
Fabricação de produtos do fumo	54	591	9,14
Confeção de artigos do vestuário e acessórios	6.805	76.096	8,94
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	1.250	15.105	8,28
Fabricação de moveis e industrias diversas	2.686	34.497	7,79
Fabricação de produtos de madeira	3.154	43.448	7,26
Fabricação de produtos de metal - exclusive maquinas e equipamentos	1.279	22.006	5,81
Fabricação de maquinas e equipamentos	1.756	31.412	5,59
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	1.438	27.316	5,26
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	3.094	81.874	3,78
Fabricação de produtos têxteis	1.763	55.034	3,20
Silvicultura, exploração florestal e serviços relacionados	190	9.543	1,99
Agricultura, pecuária e serviços relacionados	615	37.198	1,65
Metalurgia básica	135	17.057	0,79
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	38	12.926	0,29
<b>Total</b>	<b>25.881</b>	<b>475.315</b>	<b>5,45</b>

Quadro 25: Emprego por setor na região, estado e respectivo (%) em relação ao Estado

**Fonte:** Rais (2006) \* Divisão CNAE 1995 – emprego

Apesar do setor de confecção oferecer atualmente o maior número de postos de trabalho (cerca de 6.805 empregos diretos), a atividade que dispõe de maior representatividade relativamente ao Estado corresponde à fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias, todavia, em termos de postos de trabalho dispendidos à região o segmento do vestuário é o mais representativo (vestuário com 6.805 empregos, frente 1.301 empregos da fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias). Uma outra característica do Alto Vale que julgamos digna de registro diz respeito ao fato das atividades econômicas ali desenvolvidas concentrarem um grande número de empresas de pequeno e médio porte, de cunho familiar, especialmente aquelas do segmento têxtil-vestuarista.

Além disso, em comparação com outras microrregiões do Vale do Itajaí, a região do Alto Vale apresenta uma tendência de crescimento do PIB que vem oscilando pouco nos anos de 1998 a 2004 (Quadro 26).

REGIÃO	1998		2000		2002		2004	
	PIB R\$ milhões	% PIB do Estado	PIB R\$ milhões	% PIB do Estado	PIB R\$ milhões	% PIB do Estado	PIB R\$ milhões	% PIB do Estado
<b>ESTADO</b>	32.434,06	–	42.428,08	–	51.828,17	–	70.207,92	–
<b>MÉDIO VALE</b>	4.541,29	14,00%	5.861,08	13,81%	6.366,66	12,28%	8.397,68	11,96%
<b>ALTO VALE</b>	1.156,21	3,56%	1.541,50	3,63%	1.903,55	3,67%	2.700,39	3,85%
<b>BAIXO VALE</b>	1.796,17	5,54%	2.149,86	5,07%	3.002,46	5,79%	3.944,24	5,62%

Quadro 26: Produto Interno Bruto a preço de mercado corrente - 1998-2004

**Fonte:** Secretaria de Planejamento do Estado de Santa Catarina (2007)

Como indica o Quadro 26, os dados do PIB a preço de mercado dos últimos seis anos apontam uma propensão ao crescimento. Dentre as três regiões, constata-se que o Médio Vale apresenta a maior participação no PIB estadual. No entanto, é preciso levar em conta o fato de que o Médio Vale é o mais industrializado e habitado. O censo do IBGE de 2000 atesta que a população do Médio Vale é duas vezes maior do que a do Alto Vale. Os dados anteriores demonstram que, no caso do Alto Vale, persiste um nível de crescimento constante do PIB relativamente ao Estado. A nosso ver isto indica que a região tem conseguido enfrentar as transformações ocorridas na economia globalizada, bem como as crises conjunturais e estruturais do País nos últimos anos. Vem enfrentando também com saldo positivo os impactos gerados pelo dinamismo da produção asiática, que oferece preços inferiores em relação à média dos produtos disponibilizados no País.

No que se refere à composição do PIB estadual, o diagnóstico realizado pelo SEBRAE em 2006 confirma que a participação do setor primário, secundário, terciário-comércio, terciário-serviço na composição do valor adicionado fiscal de 2004 foi, respectivamente, de 1,7%; 57,0%; 27,0% e 14,3%. Observa-se que o setor industrial é o que apresenta o maior percentual; o primário é praticamente inexpressivo. Observando-se a realidade do Vale do Itajaí, comparativamente ao Produto Interno Bruto e ao Valor Adicionado por setor, constata-se certa equidade na distribuição das atividades do três setores no cenário do Alto Vale, divergindo da tendência apresentada pelo Estado.

	REGIÃO	1998	% VA** sobre o PIB	2000	% VA sobre o PIB	2002	% VA sobre o PIB	2004	% VA sobre o PIB
MÉDIO	PIB – PM*	4.541,29	-	5.861,08	-	6.366,66	-	8.397,68	-
	VA Agropecuária	84,43	1,86%	101,38	1,73%	111,84	1,76%	134,76	1,60%
	VA Indústria	2.519,97	55,49%	3.380,67	57,68%	3.666,97	57,60%	5.144,69	61,26%
	VA Serviços	1.640,71	36,13%	1.952,31	33,31%	2.407	37,81%	2.739,44	32,62%
ALTO	PIB– PM*	1.156,21	-	1.541,50	-	1.903,55	-	2.700,39	-
	VA Agropecuária	311,35	26,93%	426,68	27,68%	503	26,42%	662,48	24,53%
	VA Indústria	340,27	29,43%	509,79	33,07%	709,48	37,27%	1.102,00	40,81%
	VA Serviços	461,56	39,92%	529,88	34,37%	642,65	33,76%	803,55	29,76%
BAIXO	PIB– PM*	1.796,17	-	2.149,86	-	3.002,46	-	3.944,24	-
	VA Agropecuária	53,35	2,97%	67,05	3,12%	115,91	3,86%	146,95	3,73%
	VA Indústria	625,69	34,83%	724,83	33,72%	1.144,12	38,11%	1.316,47	33,38%
	VA Serviços	1.053,52	58,65%	1.228,48	57,14%	1.492,55	49,71%	2.237,23	56,72%

Quadro 27: Relação do PIB e VA do Vale do Itajaí

**Fonte:** Secretaria de Planejamento do Estado de Santa Catarina (2007)

Como indica o Quadro 27, a comparação dos dados do PIB e do VA, revela que o setor industrial representou, em 2004, 40,81% do PIB do Alto Vale do Itajaí - inferior portanto ao percentual do Médio Vale e superior ao do Baixo Vale. No entanto, é importante destacar que os três setores estão ali bem distribuídos, quando comparados aos do Médio e Baixo Vale do Itajaí (ALVES, 2004). Esses dados são representados, respectivamente, pelos percentuais de 24,51%; 40,81% e 29,76% do VA em relação ao PIB da região. A indústria obteve representatividade relativamente maior em 2004, e a agricultura permanece forte, se relacionarmos os dados do Alto Vale ao do Médio e Baixo Vale. O Médio Vale e, com menos expressão, o Baixo Vale seguem a tendência do Estado. Todavia, salta aos olhos a diferença, em termos percentuais, do Alto Vale.

Todos os dados apresentados até o momento comprovam uma tendência de diversificação socioeconômica nessa região. De acordo com muitos entrevistados, no rol dos setores que têm apresentado um nível significativo de representatividade estão incluídos o metal-mecânico, o têxtil e de confecções, o agroindustrial, e o de reflorestamento, móveis e madeira, com ascensão de outros setores, a exemplo do turismo. Os dados e informações sobre o segmento vestuarista na atualidade serão aprofundados no próximo capítulo, que focaliza as características mais importantes do setor e sua inserção no cenário do desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí. Antes disso, procuramos destacar os aspectos

socioeconômicos, ecológicos e demográficos dessa região, visando enriquecer o diagnóstico descritivo que fundamenta esta tese.

### **3.4 Aspectos socioambientais e socioeconômicos do Alto Vale do Itajaí**

Do ponto de vista geológico, a região do Vale do Itajaí caracteriza-se, em grande parte, pelo seu embasamento cristalino. Consta-se a presença de granitos que estruturam os altos topográficos representados pelo Morro do Baú, com altitude máxima de 819 metros, e o Morro do Spitzkopf, com 913 metros (UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2007). Além disso, podemos encontrar ali uma cobertura sedimentar quaternária, com um elevado teor de matéria orgânica e excessiva umidade. O solo resulta dos freqüentes avanços do nível do Rio Itajaí-Açu e Itajaí-Mirim, utilizados, principalmente para o plantio de arroz irrigado, hortaliças e cana-de-açúcar (UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2007).

O clima predominante da região é caracterizado como mesotérmico úmido. As temperaturas médias anuais oscilam entre 18°C e 20°C, com um nível de pluviosidade anual de 1600 a 1800 mm. A pluviosidade é regular, com chuvas bem distribuídas ao longo do ano, apesar da ocorrência de trombas d'água. As características climáticas e do solo contribuíram para a formação das florestas Ombrófila Densa, Tropical Atlântica, Latifoliada Úmida de Encosta, Pluvial Costeira ou ainda Mata ou Floresta Atlântica (UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2007). Toda a sua paisagem sofreu forte degradação, chegando a ser, em certa medida, descaracterizada.

No que diz respeito ao processo de ocupação das terras do Vale do Itajaí, a Figura 19 indica de que maneira a formação do Alto Vale foi marcada pela utilização de práticas agrícolas ecologicamente predatórias. Na bacia do Rio Itajaí, a cobertura florestal é heterogênea e descontínua: ali, as florestas com pouca interferência da ação humana convivem com remanescentes já as formações florestais secundárias, que surgiram após o período de desmatamento, foram entremeadas por lavouras, pastagens, reflorestamentos e áreas urbanas (COMITÊ DO ITAJAÍ, 2007). Dessa forma, a região apresenta um desequilíbrio dos processos de intercepção, evapotranspiração e infiltração da água precipitada.

A partir de imagens de satélite, Vibrans (2004) realizou uma avaliação sistemática dos padrões de uso do solo no Vale do Itajaí (Quadro 28).

<b>Tipo de área</b>	<b>Uso do solo</b>	<b>% da área total</b>
Áreas não classificadas	Outros usos	2,8%
Áreas cultivadas	Lavouras, pastagens e arroteiras	24,3%
Áreas de florestas (8.179 km <sup>2</sup> )	Capoeirões, secundárias e primárias	54,8 %
Áreas das cidades	Residências, estradas, indústrias etc.	2,6%
Áreas de capoeiras (1.800 km <sup>2</sup> )	Capoeiras	12,3%
Áreas de reflorestamentos (189 km <sup>2</sup> )	Plantações de Pinus e eucalipto	Quase 2%

Quadro 28: Usos do solo no Vale do Itajaí

**Fonte:** Vibrans (2004)

O autor supracitado comprovou que as florestas ocupam aproximadamente 54,8% da área do Vale e as áreas de cultivo agrícola 24,3%. Apesar do aumento da cobertura vegetal nos últimos anos, as modalidades em curso de ocupação e o uso dos solos têm ocasionado a degradação intensiva de nascentes e margens de rios. Depoimentos coletados junto ao Comitê de gestão do Itajaí apontam o Alto Vale como uma área bastante degradada relativamente ao Médio e ao Baixo Vale, desde o seu processo de colonização e povoamento, como indica a Figura 18 a seguir.



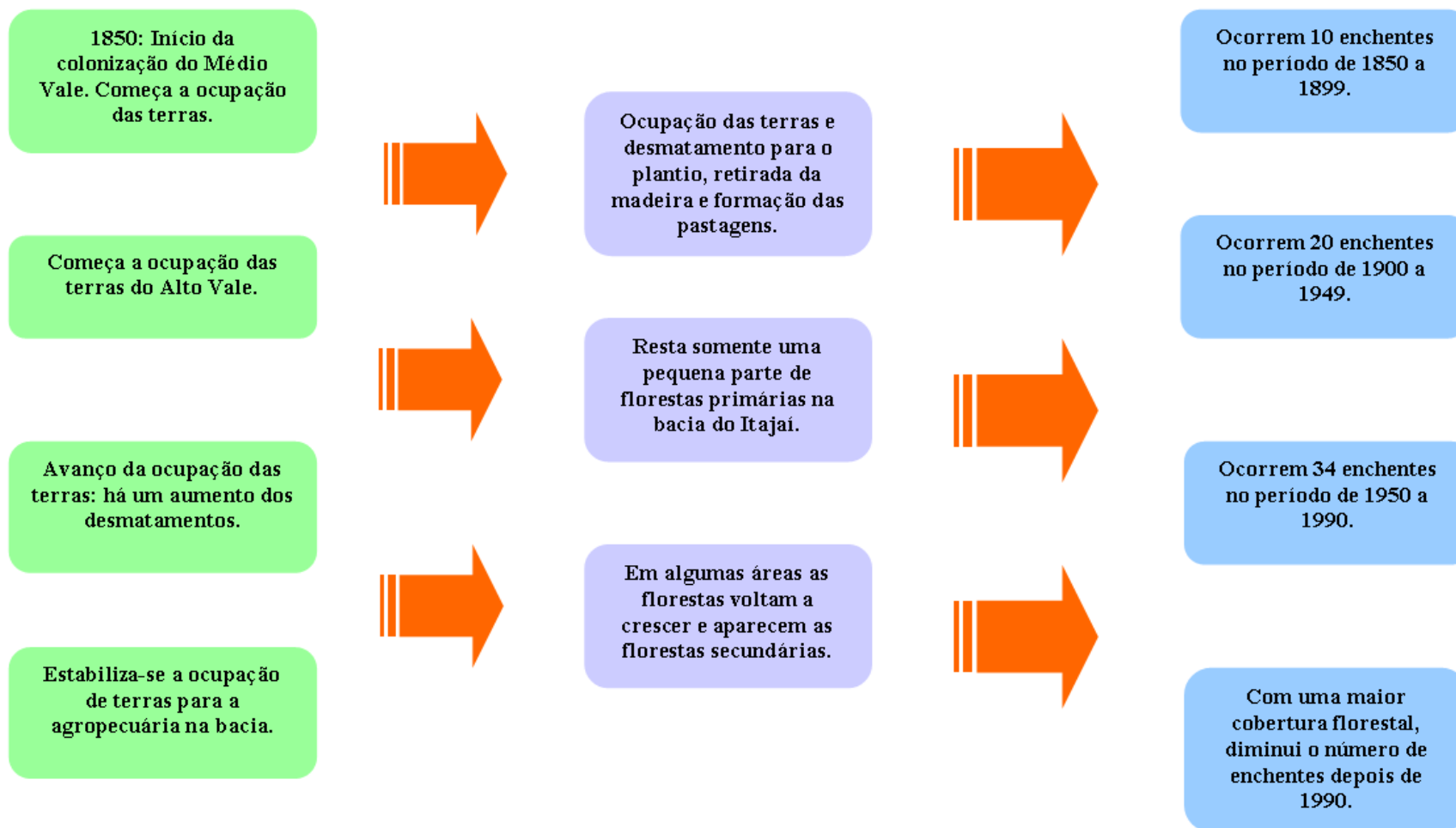


Figura 18: Uso do solo e enchentes na bacia do Rio Itajaí

Fonte: Comitê do Itajaí (2006)

Ao observarmos a Figura 18 pode-se notar que o processo de povoamento da região é baseado na extração do recurso florestal e posterior utilização das terras para pastagem. Com o avanço da ocupação das terras há intensificação do desmatamento. Todavia, no períodos atuais, como demonstra a figura acima, ocorre a estabilização da extração do recurso florestal em patamares menos agressivos e também de utilização de terras para a agropecuária.

A partir do quadro de degradação do processo de formação socioeconômica da microrregião, a Figura 19 apresenta alguns dos segmentos da economia que apresentam grande potencial de degradação.



Fumicultura - José Boiteux



Fumo e exóticas - José Boiteux



Cultivo de cebola - Ituporanga



Rizicultura - Ituporanga



Plantio de exóticas entre Vitor Meireles e Dona Emma



Indústria Cerâmica - Rio do Sul

Figura 19: Atividades econômicas com impacto negativo sobre o meio ambiente

**Fonte:** Pesquisa de campo.

A Figura 19 ilustra alguns dos principais problemas socioambientais identificados no Alto Vale. A degradação dos recursos hídricos é colocada em primeiro plano. O consumo de agrotóxicos é intenso nos cultivos de fumo, cebola e arroz, e as práticas de reflorestamento com espécies exóticas (pinus e eucaliptos) tem se disseminado. Certas atividades industriais representam atualmente outro vetor de degradação socioambiental, a exemplo dos setores de cerâmica, metal-mecânica e têxtil-vestuarista. Além disso, deve ser levado em conta o uso inadequado do solo, principalmente em macrozonas agrícolas e mistas.<sup>80</sup>

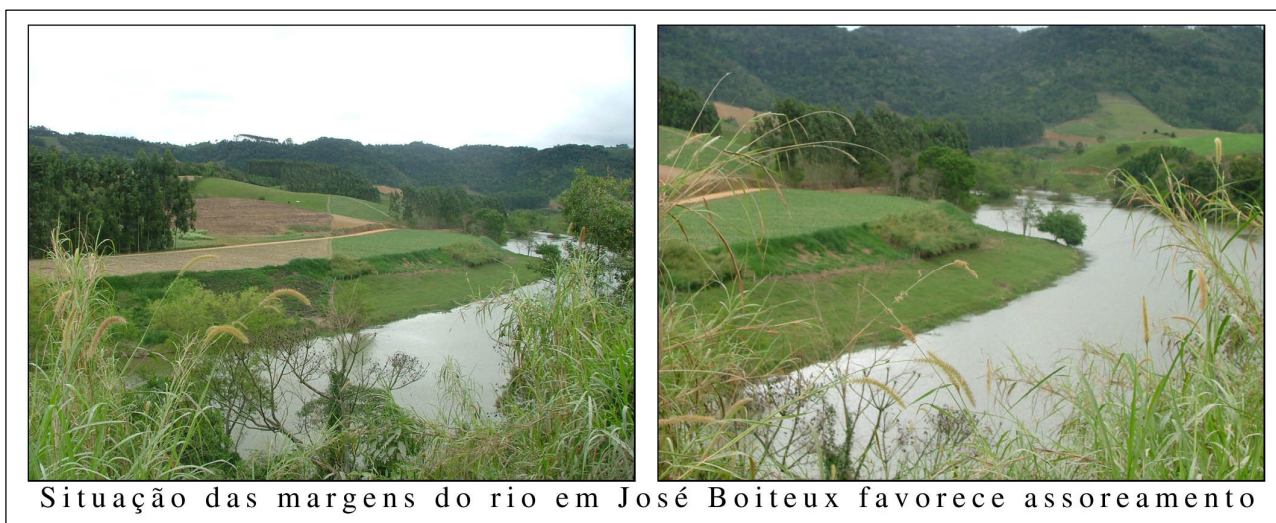


Figura 20: Fotos da situação da margem do rio

**Fonte:** Pesquisa de campo.

A figura 20 coloca também em foco os impactos do crescimento socioeconômico desordenado sobre a qualidade dos recursos hídricos. Além disso, o processo de urbanização deve ser também mencionado na avaliação dos impactos.

Só na década de 1950 que se dá a definição do que se pode denominar “nó estruturador” urbano, que é a confluência dos rios Itajaí do Sul e do Oeste, onde se estruturam as circulações urbanas de forma espontânea. A cidade desenvolve-se com eixo prestador de serviços regionais, devido aos recursos vindos da madeira (DAGNONI, 2007).

Apesar de Rio do Sul concentrar inúmeros equipamentos urbanos (hospitais, universidades, escolas etc.), o que acaba acarretando, conforme Carrière e Bock (2006), a atração dos fluxos populacionais dos municípios menores em seu entorno, a partir dos anos de 1980 essa realidade vem se alterando. Trata-se de uma consequência da maneira pela qual os

<sup>80</sup> Ver Frank e Bohn (2001) cuja classificação distingue as 23 zonas do Vale em: zonas florestais, zonas agrícolas, zonas mistas e zonas industriais.



sistemas de transporte e de comunicação foram estruturados, embora ainda existam problemas (COMITÊ DO ITAJAÍ, 2007). Além disso, podemos verificar que os municípios do Alto Vale são considerados eminentemente rurais<sup>81</sup> como será analisado nos próximos parágrafos. Desta forma as atividades urbanas são menos agressivas ao meio ambiente se comparado a outras regiões do estado mais urbanizadas. Porém, as atividades rurais, como já citado anteriormente, são altamente degradantes, no que tange ao uso do solo e do recurso hídrico.

No que diz respeito ao estado do sistema de abastecimento de água, conforme dados do Comitê do Itajaí (2006), a região de drenagem do Vale do Itajaí, situa-se na região Leste do Estado de Santa Catarina, e é constituída pela bacia hidrográfica do Rio Itajaí, cujo percurso tem aproximadamente 200 km.

<b>Área de drenagem</b>	<b>15.111 km<sup>2</sup></b>
<b>Densidade de drenagem</b>	1,61 km/km <sup>2</sup>
<b>Vazão média de longo período</b>	126 m <sup>3</sup> /s no Posto Rio do Sul Novo
<b>Área de drenagem no Posto</b>	5.100 km <sup>2</sup>

Quadro 29: Área de drenagem da Bacia do Itajaí

**Fonte:** Comitê do Itajaí (2006)

No Quadro 29 podem ser encontradas as principais características da bacia. As principais nascentes dos rios da bacia do Itajaí estão inseridas no contexto regional e recortam também o Alto Vale. É preciso destacar que a bacia do Itajaí contempla 53 municípios, sendo esses associados em microrregiões definidas pelas Associações de Municípios do Alto Vale do Itajaí (AMAVI), do Médio Vale do Itajaí (AMMVI) e da Foz do Rio Itajaí (AMFRI). As duas microrregiões e a região da foz representam os grandes compartimentos, tanto naturais como socioeconômicos e culturais da bacia do Itajaí. Para fins de planejamento, as sete sub-bacias principais<sup>82</sup> foram sub-divididas em 54 sub-bacias secundárias, conforme o Comitê do Itajaí. Elas foram delimitadas de maneira a permitir que o divisor de águas se aproximasse ao máximo possível dos limites municipais.

<sup>81</sup> Com exceção de Rio do Sul, que é considerado um município ambivalente, de acordo com a classificação de Veiga (2003), os demais municípios do Alto Vale podem ser considerados como eminentemente rurais.

<sup>82</sup> São elas: sub-bacia principal Itajaí do Norte, sub-bacia principal Itajaí do Oeste, sub-bacia principal Itajaí do Sul, sub-bacia principal Itajaí Mirim, sub-bacia principal Benedito, sub-bacia principal Luis Alves e sub-bacia principal Itajaí-açu.

Nome da sub-bacia	Área (km2)	Municípios do Alto Vale	Área do município na SB (%)
<b><i>Sub-bacia principal Itajaí do Norte</i></b>			
SB_01	1661,09	Santa Terezinha	100,00
		Rio do Campo	13,30
		Vitor Meirelles	12,92
SB_02	671,48	Vitor Meirelles	87,07
		José Boiteux	44,47
SB_03	155,77	Witmarsum	93,57
		Dona Emma	19,63
SB_04	124,05	Dona Emma	60,38
		Presidente Getúlio	2,84
		Witmarsum	6,43
SB_05	315,80	Dona Emma	19,99
		Presidente Getúlio	97,03
SB_06	213,31	José Boiteux	52,65
		Ibirama	1,46
SB_07	213,97	Ibirama	77,07
		José Boiteux	2,89
		Presidente Getúlio	0,13
<b><i>Sub-bacia principal Itajaí do Oeste</i></b>			
SB_08	431,35	Rio do Campo	84,20
		Taió	2,46
SB_09	416,41	Rio do Campo	2,50
		Taió	54,36
		Mirim Doce	1,53
SB_10	155,86	Salete	89,25
		Taió	0,85
SB_11	421,04	Mirim Doce	98,47
		Pouso Redondo	14,91
		Taió	0,13
SB_12	320,99	Salete	10,75
		Taió	41,33
SB_13	346,12	Pouso Redondo	82,05
		Rio do Oeste	6,18
SB_14	246,89	Rio do Oeste	93,82
		Taió	0,88
		Pouso Redondo	3,04
SB_15	92,67	Braço do Trombudo	99,73
		Trombudo Central	1,92
<b><i>Sub-bacia principal Itajaí do Oeste</i></b>			
SB_16	291,73	Agrolândia	100,00
		Petrolândia	7,86
SB_17	107,49	Trombudo Central	98,08
		Agronômica	14,54
		Braço do Trombudo	0,27
SB_18	87,16	Agronômica	71,16
SB_19	68,29	Laurentino	100,00
<b><i>Sub-bacia principal Itajaí do Sul</i></b>			
SB_21	624,48	Imbuia	100,00
		Ituporanga	22,39
		Chapadão do Lajeado	100,00
		Petrolândia	4,02
SB_22	188,91	Petrolândia	70,84
		Ituporanga	0,64
		Atalanta	1,42

Nome da sub-bacia	Área (km <sup>2</sup> )	Municípios do Alto Vale	Área do município na SB (%)
SB_23	103,95	Atalanta	94,87
		Ituporanga	6,41
SB_24	314,63	Ituporanga	69,83
		Atalanta	3,72
		Petrolândia	17,28
		Aurora	11,72
SB_25	221,78	Aurora	88,28
		Ituporanga	0,74
		Agronômica	14,30
<i>Sub-bacia principal Itajaí Mirim</i>			
SB_26	270,58	Vidal Ramos	72,25
SB_27	357,37	Presidente Nereu	100,00
		Vidal Ramos	27,75
<i>Sub-bacia principal Itajaí-açu</i>			
SB_42	59,52	Rio do Sul	22,85
SB_43	200,94	Rio do Sul	77,15
SB_44	239,90	Lontras	98,95
		Ibirama	16,38
SB_45	502,04	Lontras	1,05
		Ibirama	5,09

Quadro 30: Sub-bacias em termos de abrangência das áreas municipais do Alto Vale

**Fonte:** Adaptado de Comitê do Itajaí (2007)

No Quadro 30, verifica-se que das 54 sub-bacias, 30 delas cortam os municípios do Alto Vale. Isso demonstra a importância da preservação dos recursos hídricos nessa microrregião. A maior sub-bacia secundária é a SB 01, que contempla 1.661,09 km<sup>2</sup>, e é composta por três municípios do Alto Vale e quatro das outras microrregiões. Contata-se que o Alto Vale contribui mais efetivamente para a formação das sub-bacias do Itajaí do Norte e do Oeste. A partir dessas informações observa-se, de acordo com Comitê do Itajaí (2006), por meio dos parâmetros da resolução do CONAMA 274/2000,<sup>83</sup> que os rios da bacia do Itajaí, assim como os do Estado são enquadrados, na sua maioria, como de classe 2 e os de unidades de conservação como classe 1 (o enquadramento foi realizado por meio da portaria n. 024/79 da Secretaria de Planejamento). No que se refere à condição das águas no período que vai de

<sup>83</sup> Classe dos rios: classe especial (abastecimento para consumo humano com desinfecção; à preservação equilíbrio natural das comunidades aquáticas; à preservação dos ambientes aquáticos em unidades de conservação de proteção integral); classe 1 (abastecimento para consumo humano, após tratamento simplificado; à proteção das comunidades aquáticas; à recreação de contato primário, como natação; à irrigação de hortaliças que são consumidas cruas e de frutas que se desenvolvam rentes ao solo e que sejam ingeridas cruas sem remoção de película; e à proteção das comunidades aquáticas em terras indígenas); classe 2 (As águas que podem ser destinadas ao abastecimento para consumo humano, após tratamento convencional; à proteção das comunidades aquáticas; à recreação de contato primário, tais como natação, esqui aquático e mergulho; à irrigação de hortaliças, plantas frutíferas e de parques, jardins, campos de esporte e lazer, com os quais o público possa vir a ter contato direto; à aqüicultura e à atividade de pesca); classe 3 (As águas que podem ser destinadas: ao abastecimento para consumo humano, após tratamento convencional ou avançado; à irrigação de culturas arbóreas, cerealíferas e forrageiras; à pesca amadora; à recreação de contato secundário; à dessedentação de animais); classe 4 (As águas podem ser destinadas: à navegação; à harmonização paisagística) (COMITÊ DO ITAJAÍ, 2006, p. 16).

1995 a 2005, verifica-se que a qualidade da água, conforme cada parâmetro da resolução do CONAMA, não é adequada (COMITÊ DO ITAJAÍ, 2006).

Os grandes poluidores dos recursos hídricos da bacia são os esgotos humanos e os dejetos de animais. Importa ressaltar mais uma vez que os municípios do Alto Vale não dispõem de tratamento de esgoto doméstico adequado - inclusive Rio do Sul, o maior deles. A persistência do problema criou uma situação de impasse entre os empresários e os órgãos públicos locais. Além disso, consoante o relatório supramencionado, os agrotóxicos estão entre os mais sérios vetores de contaminação das águas na bacia do Itajaí (tanto dos rios quanto dos lençóis freáticos). No que se refere aos lençóis freáticos, o Alto Vale apresenta as seguintes características.

<b>Alto Vale do Itajaí</b>	<p>É comum a ocorrência de poços secos, isto é, sem vazão;          Quando se encontra água, as vazões situam-se próximo a 5,0 m<sup>3</sup>/h, a profundidade em torno de 140 m;          A água é usada principalmente para o abastecimento de comunidades e para dessedentação de animais;          As águas são minerais fluoretadas e sulfurosas.</p>
----------------------------	--

Quadro 31: Características das águas subterrâneas

**Fonte:** Comitê do Itajaí (2006)

O Quadro 31 indica a presença de poços secos, sem vazão. O lençol aloja-se a uma profundidade de 140 metros, sendo utilizado para o abastecimento das comunidades e para a dessedentação de animais.

Outro elemento importante a ser levado em conta refere-se ao problema do suprimento energético para a dinamização das atividades produtivas. Uma avaliação inadequada da potencialidade de provisão de energia pode criar um colapso regional. Em geral, a expansão da demanda energética é acompanhada da construção de usinas hidrelétricas, da extração vegetal ou da utilização de fontes não-renováveis, como o petróleo. Todavia, a busca de possibilidades energéticas alternativas, cada vez mais, chama a atenção dos planejadores, especialmente pelo fato da matriz energética brasileira estar baseada no funcionamento de grandes hidrelétricas. No Alto Vale, o debate social sobre essas questões vem ganhando intensidade a partir do projeto de construção da hidrelétrica de Salto Pilão, além de inúmeros projetos oriundos da iniciativa privada.



Tipo de consumo		2002	2003	2004	2005	2006	Acumulado 2002 a 2006
MÉDIO VALE	Residencial	415.391.456	421.174.073	421.280.599	451.432.700	591.829.123	2.301.107.951
	<b>Industrial</b>	<b>1.073.098.319</b>	<b>1.044.316.439</b>	<b>1.099.630.163</b>	<b>1.030.865.509</b>	<b>1.004.899.680</b>	<b>5.252.810.110</b>
	Comercial	261.362.187	266.666.352	278.352.788	304.746.984	493.194.260	1.604.322.571
	Rural	25.431.555	27.952.875	29.659.377	29.773.418	43.027.707	155.844.932
	Poder público	18.062.575	19.805.951	20.477.148	21.995.615	22.615.318	102.956.607
	Iluminação pública	44.784.035	47.905.273	52.585.284	53.248.150	56.431.958	254.954.700
	Empresa serviço público	21.564.429	22.432.578	22.949.688	24.201.521	25.620.159	116.768.375
	Consórcio próprio	1.356.229	1.333.441	1.458.943	1.638.377	1.483.565	7.270.555
<b>Total</b>	<b>1.861.050.785</b>	<b>1.851.586.982</b>	<b>1.926.393.990</b>	<b>1.917.902.274</b>	<b>2.239.101.770</b>	<b>9.796.035.801</b>	
BAIXO VALE	Residencial	361.231.032	374.085.573	383.161.623	413.663.071	431.262.898	1.963.404.197
	<b>Industrial</b>	<b>218.173.146</b>	<b>216.957.711</b>	<b>224.526.223</b>	<b>232.085.604</b>	<b>241.040.530</b>	<b>1.132.783.214</b>
	Comercial	240.506.112	265.814.702	286.244.167	309.240.327	351.502.136	1.453.307.444
	Rural	12.854.083	14.758.718	15.485.775	18.292.308	19.337.366	80.728.250
	Poder público	14.028.245	16.286.007	16.467.872	18.277.185	20.391.110	85.450.419
	Iluminação pública	41.830.708	41.908.241	43.305.344	44.389.031	45.347.708	216.781.032
	Empresa serviço público	19.563.714	21.043.883	20.690.564	21.439.729	23.251.495	105.989.385
	Consórcio próprio	432.013	456.411	440.091	533.127	453.693	2.315.335
<b>Total</b>	<b>908.619.053</b>	<b>951.311.246</b>	<b>990.321.659</b>	<b>1.057.920.382</b>	<b>1.132.586.936</b>	<b>5.040.759.276</b>	
ALTO VALE	Residencial	94.317.989	97.045.953	99.986.069	105.365.030	109.735.546	506.450.587
	<b>Industrial</b>	<b>182.157.903</b>	<b>206.327.806</b>	<b>212.317.437</b>	<b>225.704.410</b>	<b>234.774.016</b>	<b>1.061.281.572</b>
	Comercial	46.570.342	49.270.874	51.925.429	55.862.640	59.925.606	263.554.891
	Rural	80.314.031	85.727.734	95.864.315	100.309.819	102.132.128	464.348.027
	Poder público	7.996.883	8.455.852	9.147.539	9.775.240	10.501.945	45.877.459
	Iluminação pública	15.878.070	15.913.715	16.496.848	16.587.604	17.083.939	81.960.176
	Empresa serviço público	6.035.519	6.278.933	6.604.979	7.109.320	7.598.478	33.627.229
	Consórcio próprio	297.810	419.775	386.570	423.997	461.844	1.989.996
<b>Total</b>	<b>433.568.547</b>	<b>469.440.642</b>	<b>492.729.186</b>	<b>521.138.060</b>	<b>542.213.502</b>	<b>2.459.089.937</b>	

Quadro 32: Consumo de energia por setor do Vale do Itajaí - em kWh

Fonte: Pesquisa de campo

O Quadro 32 apresenta a evolução do consumo de energia pelo setor industrial, nos último cinco anos, do Médio, Baixo e Alto Vale do Itajaí. Tais dados demonstram que o Médio Vale é a região onde predominam os maiores níveis de consumo. Trata-se de uma situação previsível, na medida em que a região de Blumenau é a mais industrializada, gerando um PIB (em milhões de reais) de R\$ 6.366.660,00 e R\$ 8.397.680,00 em 2002 e 2004, respectivamente. As microrregiões do Baixo e Alto Vale ocupam a segunda e a terceira posição, respectivamente. Contudo, os dados demonstram que o consumo industrial do Médio Vale vem se reduzindo nos últimos tempos. Nos anos de 2002 e 2004, o aumento do PIB foi acompanhado pelo aumento no consumo de energia pelo setor industrial, nos casos do Baixo e do Alto Vale.

Importa resgatar ainda que, no Médio Vale, apesar do crescimento do PIB, tem havido pouca oscilação no aumento do consumo de energia. Esse fato deve-se, possivelmente, às transformações da economia desde a reestruturação industrial das empresas dessa microrregião em 1990, o que vem acarretando maior inserção das atividades de prestação de serviço, como é o caso do segmento de *software*, bem como as atividade de subcontratação (atividades contratadas das microrregiões vizinhas) (LENZI, 2000). Além disso, o uso de outras fontes de energia, tais como gás natural, energia solar, entre outras, pode também estar provocando essa oscilação. Uma peculiaridade do Baixo Vale é que o consumo residencial é superior ao consumo industrial, possivelmente pela influência do turismo, especialmente na região de Balneário Camboriú.

As estatísticas de consumo de energia no meio rural demonstram que o Alto Vale ocupa a primeira posição. Ali, a população que vive em zonas rurais é quase duas vezes maior que a do Médio Vale e cerca de cinco vezes maior que a do Baixo Vale - conforme o censo de 2000.

Levando-se em conta que o crescimento econômico não deveria implicar necessariamente num aumento proporcional de consumo energético, impõe-se atualmente a revisão da maneira pela qual o setor produtivo tem encarado a questão do consumo de energia (ALIER, 1998; SACHS, 1986). Segundo Sachs (1986), a importância das fontes não-convencionais de energia está em debate, e como estratégia de desenvolvimento deveria se atribuir grande importância à eliminação do desperdício. Isto deveria ocorrer, principalmente, na produção industrial e na formação de unidades domésticas de uso da energia solar e eólica, de pequenas barragens e produção de metano a partir de fontes orgânicas. Por isso, a evolução dos diversos setores econômicos no estado deveria pressupor um estudo das possibilidades de evolução energéticas (alternativas).

Continuando a avaliação socioeconômica da região em estudo, do ponto de vista demográfico, o Alto Vale caracteriza-se pela diminuição progressiva da população rural em relação à urbana. Todavia, conserva uma tendência no sentido da urbanização situada abaixo da média vigente no Estado.

Tabela 6: Comparativo do Brasil, Região Sul, Santa Catarina e Alto Vale em 2000

Unidade Geográfica	População Urbana		População Rural		População Total
<b>Brasil</b>	137.953.959	81,25%	31.845.211	18,75%	169.799.170
<b>Região Sul</b>	20.321.999	80,94%	4.785.617	19,06%	25.107.616
<b>Santa Catarina</b>	4.217.931	78,75%	1.138.429	21,25%	5.356.360
<b>Alto Vale do Itajaí</b>	139.423	57,47%	103.178	42,53%	242.610

Fonte: Poleza (2003, p. 44).

Conforme a Tabela acima, a população urbana na região Sul é de 80,94% e a rural de 19,06%. Em Santa Catarina, essa relação é um pouco menor: de 78,75% para 21,25%. No caso do Alto Vale, a população urbana ultrapassa a rural, mas não na mesma proporção que na região Sul e no Brasil. Com isso, pode-se concluir que essa região é diferente e muito ligada ao ambiente rural, resultando na predominância das atividades agrícolas. De modo geral, a população urbana do Alto Vale ultrapassa a rural na casa dos 36 mil. Porém, o grande peso dessa densidade se concentra nas cidades maiores.

Conforme Poleza (2003), na década de 1970, a população rural supera a urbana (73,76% rural, contra 26,24%). No decorrer das décadas seguintes, essa defasagem foi diminuindo, até ser ultrapassada em 1996. Mesmo que a população urbana tenha ultrapassando a rural em 2000 (57,47% urbana, contra 42,53% rural), esse aumento foi menos brusco do que o aumento da população urbana em detrimento da rural no âmbito nacional, e até mesmo no âmbito estadual, como foi indicado na tabela 6.

De maneira comparativa e corroborando com os dados da tabela anterior, observa-se, de acordo com os dados da Tabela 7, que o Alto Vale, em relação às duas outras microrregiões, apresenta uma situação diferenciada.

Tabela 7: Evolução da população de 1991 a 2000

Unidade Geográfica	1991			2000		
	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total
<b>Médio Vale</b>	84.181	351.648	435.827	69.169	470.448	539.617
<b>Baixo Vale</b>	26.158	243.801	269.959	26.008	368.129	394.137
<b>Alto Vale</b>	120.469	112.442	232.911	103.178	139.432	242.610
<b>Estado</b>	1.333.500	3.208.544	4.542.036	1.138.429	4.217.931	5.356.360

**Fonte:** Secretaria de Planejamento do Estado de Santa Catarina (2007).

De 1991 a 2000, observa-se uma tendência de crescimento da população urbana (como aponta a Tabela 7). Apesar dessa tendência de crescimento, o Alto Vale apresenta uma evolução mais equilibrada em termos de população rural e urbana, se comparado aos dados populacionais do Médio, Alto e Baixo Vale. No que se refere à população rural, o Alto Vale assume a liderança relativamente ao conjunto do Vale, tanto em 1991 quanto em 2000. O percentual de população urbana do Médio Vale, Baixo Vale e do Estado é, respectivamente, de 87,18%, 93,4013 e 78,75%, enquanto que a do Alto Vale apresenta um percentual de 57,47%. Todavia, vale a pena registrar que no período de 1991 e 2000 houve um decréscimo da população rural do Alto Vale, o que demonstra um quadro de possível reversão da população, com tendência à urbanização.

Os dados do IBGE ainda revelam a heterogeneidade da microrregião do Alto Vale, onde se encontram municípios com população residente, na sua maioria, em áreas rurais, além de municípios que apresentam populações concentradas em áreas urbanas.

Município	Rural	Urbana	Densidade demográfica – 2000
Agrolândia	3176	4634	40,6
Agronômica	3385	872	36,5
Atalanta	2296	1133	35
Aurora	3992	1482	24,2
Braço do Trombudo	1565	1622	35,4
Chapadão do Lageado	2272	289	22,5
Dona Emma	1941	1368	22,6
Ibirama	2687	13115	58,8
Imbuia	3291	1955	42,2
Ituporanga	7828	11664	58
José Boiteux	3128	1466	12,8
Laurentino	1824	3238	74,6
Lontras	3072	5309	42,4
Mirim Doce	1595	1158	8,2
Petrolândia	4595	1811	25,5
Pouso Redondo	5835	6368	33,3
Presidente Getúlio	4466	7867	38,2
Presidente Nereu	1529	776	10,2
Rio do Campo	4234	2288	27,5
Rio do Oeste	4104	2626	13,1
Rio do Sul	3232	48418	197,7
Salete	2580	4583	42,6
Santa Terezinha	7698	1142	12,2
Taió	8370	7887	22,7
Trombudo Central	2641	3154	56,8
Vidal Ramos	4782	1497	18,2
Vitor Meireles	4421	1098	13
Witmarsum	2639	612	25
<b>Total</b>	<b>103178</b>	<b>139432</b>	-

Quadro 33: Pessoas residentes por área e densidade demográfica

**Fonte:** Adaptado de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2007)

\* Censo Demográfico 2000

De acordo com o Quadro 33, aproximadamente 61% dos municípios do Alto Vale possuem um contingente de população rural superior à urbana, ou seja, dentre os 28 municípios, em 17 predomina a população rural (do total de 242.610 habitantes, 139.432 vivem em áreas urbanas e 103.178 em áreas rurais). Além disso, dos 28 municípios que integram o Alto Vale, dez deles concentram um contingente de população rural que ultrapassa a urbana - como mostra a Tabela 8.

Tabela 8: Municípios com maior concentração rural no Alto Vale do Itajaí

Posição	Municípios	Participação %
1	Chapadão do Lageado	88,72
2	Santa Terezinha	87,08
3	Witmarsum	81,18
4	Vitor Meireles	80,11
5	Agronômica	79,52
6	Vidal Ramos	76,16
7	Aurora	72,93
8	Petrolândia	71,73
9	José Boiteux	68,09
10	Rio do Campo	64,92

**Fonte:** Poleza (2003, p. 48).

Podemos observar na tabela anterior que os dez municípios apresentam percentuais de concentração rural situados na casa dos 65% a 90% - números que consideramos bastante significativos. Contudo, como mostraremos no próximo capítulo, o município de Vitor Meireles apresenta, como ponto divergente desses dados, a dinamização das atividades de confecção. Este setor representa, no contexto das relações de emprego formal, cerca de 28% da mão-de-obra contratada no município. Trata-se, portanto, de regiões rurais que convivem com uma indústria tradicional caracterizada pela presença de micro e pequenos empreendimentos. A proximidade de Rio do Sul com os municípios rurais do Alto Vale abre espaço e oportunidades de emprego e de empregabilidade para os trabalhadores em atividades industriais.

Por isso seria importante procurar elucidar como essa microrregião e a sua economia podem se desenvolver sem perder a relação com suas características agropecuárias, de ruralidade e de indústrias tradicionais e, ao mesmo tempo, orientar-se no sentido de uma dinâmica de desenvolvimento ecológica e socialmente sustentável. Essa questão será retomada no próximo capítulo, que apresenta uma avaliação das potencialidades e dos obstáculos à criação de estratégias de desenvolvimento territorial sustentável na microrregião em pauta.

Observando os dados formais acima concluímos que nosso país e o estado de Santa Catarina tendem a ser mais urbano do que rural, mas estudos recentes vêm questionando esses dados. Embora o nosso País apresente uma tendência à urbanização que contrasta com muitas regiões européias, Veiga (2003) questiona as estatísticas formais que tratam dessa questão e comprova que o Brasil é mais rural do que se pensa geralmente. Propõe uma nova metodologia para categorizar os municípios, que distingue municípios urbanos, rurais e ambivalentes. Com base nessa metodologia, considera-se, portanto, que Santa Catarina possui 80% do seu território classificável como rural, com exceção das aglomerações não-

metropolitanas localizadas nas proximidades da costa atlântica. No restante do Estado, predominam os municípios rurais (CAZELLA, 2006).

Tabela 9: Número de municípios urbanos, ambivalentes e rurais e respectiva população por Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR)

SDR	Tipos de municípios								
	Urbanos			Ambivalentes			Rurais		
	Nº	População	%	Nº	População	%	Nº	População	%
<b>12-Rio do Sul</b>	-	-	-	1	51.650	39,6	11	78.769	60,4
<b>13-Ituporanga</b>	-	-	-	-	-	-	10	69.293	100
<b>14-Ibirama</b>	-	-	-	-	-	-	10	70.948	100
<b>Estado</b>	<b>33</b>	<b>2.776.093</b>	<b>52</b>	<b>25</b>	<b>805.752</b>	<b>15</b>	<b>235</b>	<b>1.774.515</b>	<b>33</b>

Fonte: Cazella (2004) baseado em Veiga (2003)

Os dados constantes da Tabela 9 resultam da aplicação da classificação proposta por Veiga (2003) que analisa a questão demográfica a partir de parâmetros não usuais. Os municípios essencialmente ou tipicamente urbanos são caracterizados por possuírem mais de 100 mil habitantes, ou por se localizarem nas aglomerações metropolitanas e não-metropolitanas.<sup>84</sup> Já os municípios essencialmente rurais apresentam menos de 50 mil habitantes e densidades demográficas inferiores a 80 hab./Km<sup>2</sup> (DD média dos municípios urbanos). Veiga apresenta ainda uma terceira categoria de municípios, constituída por aqueles que têm características intermediárias entre o urbano e o rural. Nessas condições encontram-se aqueles casos que se enquadram em, pelo menos, um dos seguintes critérios: um contingente populacional situado entre 50 e 100 mil habitantes ou, então, menos de 50 mil habitantes, mas DD<sup>85</sup> superiores a 80 hab./Km<sup>2</sup>. Chamados, inicialmente, de municípios “urbanos”, Veiga (2003) tem preferido, mais recentemente, as denominações “ambivalentes” ou “pequenas cidades” para referir-se aos mesmos. No caso de Rio do Sul, constata-se uma densidade demográfica de 198,06 hab./Km<sup>2</sup>, acima de 80 hab./Km<sup>2</sup>,<sup>86</sup> o que nos permite enquadrá-lo na categoria de município ambivalente.

<sup>84</sup> Para delimitar esses dois tipos de aglomerações, Veiga adota os parâmetros construídos por uma equipe de trabalho formada por pesquisadores do IBGE, do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) e da Universidade de Campinas (UNICAMP).

<sup>85</sup> Densidade Demográfica.

<sup>86</sup> Tal metodologia contrasta com a adotada pelo IBGE, que considera urbana todas as sedes de municípios (cidades) e de distritos (vilas). Sendo assim, os habitantes de cidades e vilas são recenseados como moradores urbanos, sejam quais forem as características dessas localidades. Além disso, os perímetros dessas unidades territoriais são delimitados pelo poder legislativo municipal, sendo conhecida a tendência de estendê-los ao máximo com o propósito de aumentar a arrecadação municipal através do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). A tributação de propriedades localizadas na zona rural ocorre através do Imposto Territorial Rural (ITR) cobrada pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária. Além do valor do ITR situar-se bem abaixo do IPTU, os recursos arrecadados não vão diretamente para os cofres das prefeituras (CAZELLA, 2004).

Consoante a opinião de Veiga (2003), esses municípios apresentam uma dinâmica singular no processo de desenvolvimento do seu entorno, merecendo assim serem estudados de maneira mais profunda. Segundo as considerações deste autor, não deveriam ser considerados urbanos os habitantes de municípios com menos de 20 mil habitantes e com baixa densidade demográfica. Nesse caso, conforme informações do Quadro 35, todos os municípios do Alto Vale, exceto Rio do Sul, que apresentam uma maior densidade demográfica, seriam considerados rurais.

Além disso, de acordo com o censo do IBGE (2007), o município de Rio do Sul deve ser classificado como um centro sub-regional, e Ibirama, Taió e Ituporanga como centros de zonas que exercem influência localizada na distribuição de bens e serviços. Esses dados auxiliam no que tange à identificação das redes intermunicipais existentes e as áreas de influência das cidades.

Portanto, observando os dados apresentados, nota-se que a microrregião do Alto Vale demonstra um potencial não-negligenciável de dinamização da agricultura baseada na pequena propriedade familiar. Avaliando essa perspectiva à luz da discussão introduzida por Sachs (2002), verifica-se que em nosso País o maior potencial de geração de novos empregos concentra-se inegavelmente no meio rural. Isso significa dizer, segundo ele, que não é preciso reproduzir o modelo dos países desenvolvidos, que se industrializaram e que hoje tendem à desindustrialização.

Sendo assim, os dados demográficos apresentados demonstram as potencialidades da área em apresentar uma posição mais equilibrada entre as zonas urbanas e rurais, o que poderia proporcionar menor pressão antrópica sobre o meio ambiente biofísico. Por outro lado, verificam-se também sérios impactos socioambientais gerados pelas práticas agrícolas tradicionais, atreladas ao ideário da “revolução verde”. Por isso, a grande questão que se coloca no âmbito do desenvolvimento dessa microrregião é: *como conciliar as atividades rurais e urbanas, especialmente as industriais, de maneira a não comprometer o meio sociocultural e biofísico?* A meu ver faz-se necessários o direcionamento de pesquisas para encontrar respostas a essa questão controversa.

Para completar esse quadro descritivo, são apresentados os principais índices de desenvolvimento humano, reconhecendo que eles não são suficientes para uma avaliação territorial, mas que contribuem para uma estimativa de tendências prováveis. Além disso, esses elementos proporcionam uma visão mais clara da região onde a aglomeração industrial têxtil-vestuarista está inserida.

Do ponto de vista socioeconômico, desde a sua colonização, inúmeros estudiosos da região do Vale do Itajaí destacaram que ela dispõe de uma condição privilegiada. Apresenta uma elevada renda “per capita” e índices de desenvolvimento humano considerados acima da média nacional. De uma maneira geral, verificam-se números positivos do ponto de vista socioeconômico. Na Tabela 10 observa-se a renda “per capita” de 1991 e 2000 do Vale do Itajaí, comparativamente ao Médio, Baixo e Alto Vale, em relação ao Brasil e ao Estado de Santa Catarina.

Tabela 10: IDH-M - Subíndice de Renda per Capita - 1991 e 2000

Unidade Geográfica	Renda per capita 1991 (R\$ de 2000)	% em relação ao Brasil	Renda per capita 2000 (R\$ de 2000)	% em relação ao Brasil
<b>Brasil</b>	230,3	-	297,23	-
<b>Santa Catarina</b>	232,27	100,9	348,72	117,3
<b>Alto Vale do Itajaí</b>	162,67	70	251,56	72,2
<b>Médio Vale do Itajaí</b>	234,65	144,3	328,62	130,6
<b>Baixo Vale do Itajaí</b>	228,63	97,5	362,83	110,4
<b>Vale do Itajaí</b>	208,65	103,93	314,34	104,40

**Fonte:** Secretaria de Planejamento do Estado de Santa Catarina (2007)

Constata-se aqui que o Médio Vale do Itajaí apresenta uma renda “per capita”, em 1991, acima da média nacional e catarinense – de R\$ 234,65, no ano de 2000, com o impacto da crise do setor têxtil e a reestruturação produtiva das suas empresas, a renda “per capita” fica abaixo da média estadual. Em 1991, o Baixo Vale apresenta renda “per capita” abaixo da média catarinense e brasileira. Porém, em 2000 a situação se inverte, mantendo-se superior inclusive à vigente no Médio Vale. Quanto ao Alto Vale, no período de 1991 a 2000, ocorreu um crescimento da renda “per capita” estimado em R\$ 88,89. Todavia, mesmo com esse aumento essa microrregião apresenta o menor valor de renda “per capita” do Vale do Itajaí, situado abaixo inclusive da média catarinense e brasileira - em 1991 e 2000.

Essas evidências confirmam que a microrregião do Alto Vale é a mais pobre da macrorregião do Vale do Itajaí. Esse fato está possivelmente relacionado, como assinalamos anteriormente, à distância que separa essa microrregião e a zona costeira. Pois trata-se da região mais isolada dentre os três vales e, também, porque ela se industrializou tardiamente, conservando características rurais até os dias de hoje. É provável que o baixo estímulo e apoio à agricultura, fundamentalmente no âmbito da agricultura familiar e da pequena propriedade, características das propriedades do Alto Vale, seja outro motivo que tenha acarretado esse decréscimo da renda “per capita”.



Da mesma forma, na avaliação do Índice de Desenvolvimento Humano do Estado e do Vale do Itajaí, verificam-se números que excedem a média nacional e que se aproximam da estadual.

Tabela 11: Índice de Desenvolvimento Humano 1991 e 2000

Unidade Geográfica	IDHM		IDHM-Renda		IDHM-Longevidade		IDHM-Educação	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
<b>Brasil</b>	0,696	0,766	0,681	0,723	0,662	0,727	0,745	0,849
<b>Santa Catarina</b>	<b>0,748</b>	<b>0,822</b>	<b>0,682</b>	<b>0,75</b>	<b>0,753</b>	<b>0,811</b>	<b>0,808</b>	<b>0,906</b>
<b>Alto Vale</b>	0,715	0,795	0,618	0,693	0,761	0,821	0,765	0,87
<b>Médio Vale</b>	0,752	0,82	0,679	0,737	0,766	0,82	0,812	0,903
<b>Baixo Vale</b>	0,732	0,809	0,674	0,747	0,726	0,799	0,795	0,883
<b>Vale do Itajaí</b>	<b>0,73</b>	<b>0,81</b>	<b>0,66</b>	<b>0,73</b>	<b>0,75</b>	<b>0,81</b>	<b>0,79</b>	<b>0,89</b>

**Fonte:** Secretaria de Planejamento do Estado de Santa Catarina (2007)

Os dados dispostos na Tabela 11 mostram que a região do Vale do Itajaí supera e equipara-se ao IDHM catarinense, mantendo-se muito acima dos índices brasileiros. Os índices do Médio Vale superam em 1991 os índices catarinense e brasileiro, equiparando-se em 2000 ao do Estado - considerado elevado. O Alto Vale do Itajaí apresenta os menores índices, tanto em 1991 quanto em 2000, porém ainda superiores à média nacional. Ao analisar o IDHM-Renda, verifica-se que nenhuma das regiões do Vale do Itajaí ultrapassa as médias estadual e nacional. Apesar do Alto Vale apresentar valores do IDHM-Renda de 0,618 em 1991 e 0,693 em 2000, sendo inferiores aos da média nacional, observa-se que os demais índices são superiores. Isto indica que as pessoas no Alto Vale têm uma expectativa de vida superior à média brasileira, além de um nível de escolaridade superior àquele vigente em escala nacional.

Caminhando na contramão dos estudos apresentados sobre o Vale do Itajaí, os dados socioeconômicos reproduzidos acima indicam que a região do Alto Vale do Itajaí dispõe de índices de desenvolvimento humano situados abaixo da média estadual. Isso nos remete à seguinte constatação: existe uma discrepância entre as cidades industriais e metropolitanas que sustentam o Vale do Itajaí, e aquelas menores que se localizam fora dessa rota. Outro aspecto digno de registro é que, apesar dos índices de desenvolvimento humano do Alto Vale serem classificados como de intermediários para baixo, ela é considerada uma região rural, e como as demais regiões rurais do País pautadas na pequena propriedade, sofre com a falta de políticas públicas adequadas e também de motivação para uma reorganização efetiva do setor. Também se torna necessário destacar e reafirmar que os dados socioambientais revelaram um

padrão de desenvolvimento pautado, historicamente, na exploração predatória dos recursos naturais.

### 3.5 Síntese do capítulo

Neste capítulo caracterizamos a forma de ocupação do Alto Vale do Itajaí, que mobilizou imigrantes alemães e italianos na exploração de pequenas propriedades, concentradas inicialmente no município de Rio do Sul. Na época da chegada dos imigrantes, em 1850, o Vale do Itajaí, e especialmente o Alto Vale, era povoado pelos índios Xokleng. Durante o processo de ocupação e colonização estima-se que dois terços da população indígena tenha sido dizimada. Os poucos remanescentes que habitam hoje em dia a Reserva Duque de Caxias, localizada em José Boiteux, permanecem excluídos das dinâmicas de desenvolvimento regional.

Destacamos ainda que os imigrantes dedicaram-se inicialmente à agropecuária de subsistência e à extração vegetal (madeira). As atividades primárias impulsionaram o surgimento de um parque industrial centrado na produção de alimentos e madeira que se mantém até hoje em vários municípios (INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA, 2001). A bagagem cultural trazida pelos imigrantes alemães e italianos contribuiu significativamente para a consolidação da trajetória de crescimento socioeconômico.

O isolamento geográfico e econômico das frentes de colonização fez com que as pessoas ali sediadas produzissem quase tudo de que necessitavam para sobreviver (MENEZES et. al., 2006). Somado à economia agropecuária de subsistência, o setor madeireiro foi fortalecido pela abundância de florestas, tornando-se o principal motor da economia no período seguinte ao da colonização. Porém, a partir das mudanças na legislação ambiental e do esgotamento progressivo dos recursos florestais, o ciclo madeireiro entrou em decadência. A reconfiguração socioeconômica<sup>87</sup> acarretou o surgimento de outros setores, a exemplo do metal-mecânico, do têxtil-vestuarista, do madeireiro centrado no reflorestamento com espécies exóticas, e da agroindústria, além do terciário, centrado no turismo.

Outros tópicos importantes da linha de argumentação desenvolvida dizem respeito à formação socioeconômica do conjunto do Baixo, Médio e Alto Vale, considerada

---

<sup>87</sup> Por influência de Blumenau e Joinville (que tinham um aparato institucional para formação da mão-de-obra em setores especializados) os setores metal-mecânico e confecções (interiorização, por exemplo do segmento de confecções) passam a tomar espaço importante na vida econômica do território.

estruturalmente imbricada. Neste sentido, argumentamos que a evolução do setor secundário no Vale do Itajaí, por influência de Blumenau, refletiu-se, de certa forma, no processo de industrialização do Alto Vale. Esses elementos influenciaram sensivelmente a diversificação atual da socioeconomia do Alto Vale. Por outro lado a região articulou-se como ponto de ligação entre o Planalto Serrano e o Litoral. Situada na confluência dos rios Itajaí do Sul e Itajaí do Oeste, transformou-se, mais tarde, num polo comercial regional. Salientamos que, durante muitos anos, o Alto Vale foi o centro fornecedor de produtos agrícolas para o Médio Vale, que vinha se industrializando rapidamente. Porém, essa condição foi se alterando com o passar dos anos.

Além disso, a proximidade de Blumenau criou condições propícias à criação e consolidação do setor têxtil-vestuarista, a partir de 1980. Insistimos no reconhecimento da importância econômica desse setor intensivo em mão de obra, em função do aparecimento de inúmeras MPes, muitas facções informais, que entram e saem do mercado de acordo com as oscilações do ambiente econômico nacional e internacional.

EVOLUÇÃO DA TRAJETÓRIA DE DESENVOLVIMENTO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ					
		1850-1920	1920-1960	1960-1990	1990-2000
<b>F A T O R E S  C R Í T I C O S</b>		Produção agrícola de subsistência com pouca comercialização dos excedentes Estruturação do mercado local - pequeno comércio Aparecimento de artesãos e ferramenteiros Produção de fumo, mandioca e outras culturas de subsistência, a exemplo do milho. Extração da madeira.	Atividade extrativista intensa; Auge do ciclo da madeira - extração de óleo sassafrás e criação de serrarias Produção e beneficiamento da mandioca Fortalecimento do comércio local Formação de uma sociedade de crédito local Fortalecimento do espírito associativista Surgimento de indústrias do setor metalúrgico.	Rarefação dos recursos florestais e mudanças na legislação provocando a decadência do setor em 1960. Evasão de capitais locais Mudanças na estruturação dos mercados e decadência da agricultura familiar de pequeno porte nas décadas de 1980 e 1990. Surgimento do setor metal-mecânico. Aparecimento de empresas do setor têxtil-vestuarista Problemas socioambientais gerados pelas enchentes.	Proliferação das empresas e facções e diversificação da atividade têxtil-vestuarista Intensificação da produção de jeans e espraiamento para os municípios menores (facções). Fortalecimento do setor metal-mecânico. Restabelecimento do setor madeireiro, por meio dos programas de reflorestamento. Surgimento do turismo rural e de práticas agroecológicas. Continuidade da rizicultura e decadência da fumicultura. Decadência da pequena propriedade agrícola.
	<b>ÊNFASE</b>	Estruturação das vilas e formação de um tecido socioeconômico de subsistência, polarizado pelo extrativismo (madeira).	Extrativismo madeireiro e surgimento de alguns outros poucos setores industriais.	Período de crise e busca de alternativas de crescimento econômico.	Ascensão das atividades vestuaristas, fortalecimento do segmento metal-mecânico e embrionário turismo rural/agroecológico.
<b>PROBLEMAS</b>	Conflitos com indígenas Dificuldades de comercialização da produção.	Conflitos com indígenas Dificuldades de transporte e comercialização Disponibilidade de energia elétrica.	Transferência de algumas empresas (e capitais) para outras regiões do País (especialmente para o litoral) Êxodo rural para outras localidades - do Vale e do Estado.	Êxodo rural Enfraquecimento da cultura local Enfraquecimento do cooperativismo.	

Figura 21: Fases do processo de formação socioeconômica do Alto Vale do Itajaí

Fonte: Organizado pela autora

A Figura 21 apresenta uma síntese da trajetória de desenvolvimento do Alto Vale até o presente. Ressaltamos também que, apesar da abundância de recursos naturais e da incorporação do patrimônio cultural dos imigrantes europeus, o processo de colonização, povoamento e industrialização foi pautado num modelo de desenvolvimento com perfil economicista. Destaca-se também neste quadro que a emergência do segmento têxtil-vestuarista está diretamente relacionada à crise do segmento madeireiro-extrativista e à mobilização local no sentido de buscar alternativas para a economia da microrregião. Esse fato também foi descrito por Becattini (1999) e Bagnasco (1999) quando esses pesquisadores estudaram a realidade dos distritos industriais italianos, o que comprova a primeira hipótese desta tese.

Alem disso, no que se refere aos principais impactos socioambientais gerados pelo perfil de utilização da base de recursos naturais locais foram os seguintes.

	<b>Atividades geradoras de impactos socioambientais negativos</b>	<b>Tipo de degradação</b>	<b>Conseqüências</b>
<b>Alto Vale do Itajaí</b>	Extração madeireira (até a década de 1980)	Desmatamentos Poluição (dejetos das serrarias).	Assoreamento dos rios. Enchentes.
	Fumicultura e rizicultura	Desmatamentos Contaminação dos recursos hídricos pela utilização de adubos químicos.	Comprometimento da qualidade dos recursos hídricos.
	Indústrias metal-mecânica, têxtil-vestuarista e agroindústria. Reflorestamento.	Contaminação dos recursos hídricos. Desmatamentos.	Pressão no sentido da urbanização Estímulos ao reflorestamento ecologicamente predatório.

Quadro 34: Impacto das atividades econômicas na região do Alto Vale do Itajaí

**Fonte:** Adaptado de Apremavi (2005)

Por sua vez, o Quadro 34 oferece a síntese dos principais efeitos do processo de povoamento e desenvolvimento da região. Em menos de 100 anos, conforme Apremavi (2005), com o crescimento econômico foram destruídas cerca de 80% das florestas da região. A degradação socioambiental atingiu a fauna selvagem e provocou ainda o aparecimento de vários tipos de pragas, a exemplo do borrachudo (*Similium pertinax*) e dos insetos hematófagos. A comunidade regional convive atualmente com um estilo de desenvolvimento marcado pela lógica da exploração econômica de curto prazo, com base na qual “[...] os desequilíbrios ecológicos só preocupam na medida em que criam externalidades negativas nos processos de produção, sendo,

por conseguinte, tratados gradualmente e em base remediadora” (SACHS, 1986, p. 49). Portanto, toda a linha de argumentação apresentada até aqui confirma que o processo de desenvolvimento foi colocado em prática sem um planejamento regional adequado às características específicas do meio ambiente da região. Ressaltamos neste sentido que nas últimas décadas, e especialmente, nos últimos anos, emergiram várias organizações da sociedade civil que começaram a pressionar o poder público e o sistema econômico regional para um ajuste de conduta em favor da qualidade do meio ambiente biofísico e construído. Apesar de incipientes, essas iniciativas já vêm apresentando alguns resultados positivos.

## CAPÍTULO IV - A INSERÇÃO DA AGLOMERAÇÃO INDUSTRIAL TÊXTIL-VESTUARISTA NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

*Por um lado, crescimento econômico e transformação técnica sem precedentes; por outro, a dramática situação social de tantas pessoas cujas vidas estão sendo irremediavelmente desperdiçadas. Uma conclusão óbvia resulta deste quadro pleno de contrastes: o crescimento por se não traz, automaticamente, o desenvolvimento e, por conseguinte, não traz felicidade. [...] Mas uma situação comum é a do crescimento por meio da desigualdade, com efeitos sociais perversos: a acumulação de riqueza nas mãos de uma minoria com uma produção simultânea de pobreza maciça e deterioração das condições de vida. Em casos extremos, estamos em presença de crescimento com **desdesenvolvimento**.*

Como destacamos no primeiro capítulo, os estudos pioneiros sobre os distritos industriais foram empreendidos por Alfred Marshall na Inglaterra, em fins do século XIX. O trabalho de Marshall ofereceu novas pistas para a evolução da teoria econômica, mas foi somente a partir do caso da *Terza Italia* que esse tipo de organização produtiva realmente se popularizou, despertando a atenção dos pesquisadores na segunda metade da década de 1980. Embora o debate tenha se ampliado desde então, as transformações geradas pela globalização neoliberal ao longo dos últimos anos contribuíram para o adensamento da linha de investigação sobre as dinâmicas territoriais de desenvolvimento no Brasil e também em Santa Catarina. Pois num certo sentido, como sugere Lins (2000b), a industrialização do estado foi profundamente marcada pela trajetória de evolução do segmento têxtil-vestuarista.

Nesta seção, procuramos avaliar esse processo de inserção da aglomeração industrial têxtil-vestuarista do Alto Vale no cenário do desenvolvimento regional do Estado. A partir de uma análise mais detalhada das condições que favoreceram a sua gênese, caracterizamos a estrutura produtiva e os processos de divisão do trabalho entre as empresas vinculadas ao segmento, além das inovações tecnológicas introduzidas ao longo do tempo e também os erros e acertos das iniciativas voltadas para a capacitação técnica da mão de obra.

#### 4.1 Características do segmento têxtil-vestuarista: reestruturação produtiva e mercado na aurora do século XX

A indústria têxtil-vestuarista, conforme Campos *et al* (2002), passou por inúmeras transformações nas últimas décadas. Tais mudanças alteraram as condições de concorrência e competitividade em âmbito mundial e foram estimuladas pelas estratégias dos *players* internacionais e objetivaram a estruturação de cadeias globais na indústria têxtil-vestuário. No que se refere às transformações nos determinantes de competitividade dessa indústria, a partir da década de 1990, tem-se (Quadro 35):

FATORES TRADICIONAIS	FATORES DINÂMICOS
Mão de obra intensiva	Aumento da relação capital/produto
Mão de obra pouco qualificada	Mão de obra qualificada
Disponibilidade de matéria-prima	Produção de artigos mais sofisticados
Baixos salários	Fortalecimento (nos níveis horizontais e verticais) da cooperação interfirmas
Incentivos fiscais	Flexibilidade produtiva
Política cambial favorecida	Proximidade com o mercado consumidor

Quadro 35: Fatores tradicionais e dinâmicos de competitividade da indústria têxtil-vestuarista

**Fonte:** Adaptado de Campos et al (2002)

Dois fatores desse novo cenário do setor têxtil-vestuário, para Cunha (1996), foram determinantes: a transformação da indústria têxtil-vestuário em intensiva em capital; e ainda o setor de confecções orientarem-se para áreas e países de custos de mão de obra baixos. As cadeias produtivas internacionalmente integradas dessa indústria seguiram com êxito por países da Ásia e vêm sendo adotadas por outras regiões como México e EUA, por exemplo. Essa cadeia, no caso da América Latina, manteve-se, contudo,

[...] voltada para o mercado interno, com níveis elevados de integração vertical, com produtos a partir de fibras naturais, interações fracas entre os agentes, limitados fluxos de informação tecnológica, etc., cuja capacidade de reação à competição internacional restringiu-se inicialmente a ajustes defensivos, seguidos por estratégias de modernização, apoiadas por programas de financiamento e por políticas de redução do grau de exposição do setor e de incentivo às exportações (CAMPOS et al, 2002, p. 138).

De acordo com Gorini (2000), o setor têxtil-vestuarista nacional perde muito espaço com a abertura da economia em 1990. O investimento na modernização do parque industrial têxtil



deu-se nesta década, principalmente a partir do Plano Real, chegando a alcançar US\$ 6 bilhões (GORINI, 2000). Esses fatos, bem como a estabilização da moeda, que amplia o consumo da população de renda mais baixa a partir de 1994, acarretaram transformações estruturais na cadeia têxtil-vestuarista nacional, como: concentração da produção no segmento têxtil de capital intensivo; elevação no volume de investimentos e respectivo aumento da relação capital-trabalho; o processo de reestruturação ocasiona declínio da produção em alguns segmentos; deslocamento da produção nacional para o nordeste, regiões de incentivos maiores, formação de cooperativas de trabalho e diminuição com custos de mão-de-obra; mudanças no *mix* de produção das empresas.

Os produtores da indústria têxtil-vestuarista mundial vêm buscando novos mercados e novas formas de produção, consequência da entrada dos países asiáticos. Os maiores produtores de tecidos, conforme Gorini (2000), são a China, EUA e Índia. O Brasil encontra-se entre os quatro países que menos produz fios. Na produção de malha, o Brasil ocupa a terceira maior produção, antecedido pelos EUA, Índia e Taiwan (GORINI, 2000). Na verdade, tais constatações demonstram que essa indústria inscreve-se cada vez mais na nova divisão internacional do trabalho, cujas atividades de subcontratação e terceirização vêm se apresentando não mais em termos regionais, mas sim em termos planetários. Nesse sentido, as redes de empresas, primeiramente, vêm sendo transferidas dos países desenvolvidos para aqueles em desenvolvimento, como Ásia e América Latina etc.; em segundo lugar, as redes de subcontratação transitam por regiões diversas (no mundo) em busca dos menores custos de produção. Conclui-se que as características dessa indústria, apesar das transformações estabelecidas pelo processo de reestruturação produtiva da década de 1990, não vêm possibilitando melhoria significativa em processos, a ponto de proporcionar ganhos qualitativos aos territórios que as sustentam.

Quanto à distribuição regional da produção têxtil, apesar da concentração nas regiões Sul e Sudeste, vem aumentando a participação da região Nordeste, principalmente na década de 1990 na produção de fios e tecidos. No Nordeste, estão concentrando-se investimentos em escala; já, no Sul, reúnem-se empresas produtoras de cama, mesa e banho, de médio e pequeno porte, ficando para o Sudeste a produção de artigos artificiais e sintéticos, desde grandes empresas de matérias-primas, até pequenas e médias tecelagens, malharias e confecções. No seio do estado de Santa Catarina, esse segmento apresenta uma distribuição fortemente ancorada na concentração

industrial. Tem, no Vale do Itajaí, a sua maior referência, porém outras região também apresentam uma ascensão nessa indústria como a região sul do estado, as regiões oeste e norte do estado. A seção seguinte buscará apresentar as especificidades do segmento têxtil-vestuarista no âmbito do estado de Santa Catarina e do Vale do Itajaí.

#### 4.1.1 A especificidade do segmento têxtil-vestuarista no Vale do Itajaí

O mapa reproduzido a seguir permite a visualização da distribuição espacial do segmento têxtil-vestuarista no estado. Segundo Campos; Stallivieri e Alt (2004), o maior adensamento de empresas ocorre na microrregião de Blumenau. Mas importa ressaltar suas ramificações em três municípios próximos a Blumenau: Rio do Sul, Ituporanga e Itajaí. A microrregião de Joinville é a segunda do Estado que mais tem se destacado nesse ramo, seguida pela região sul do Estado e pelas microrregiões de Araranguá, Criciúma, Tubarão, Chapecó e São Miguel do Oeste - as duas últimas situadas no Oeste Catarinense.

Destaca-se que existem empresas de diferentes tamanhos, predominando as que empregam até dez funcionários, como mostra a Tabela 12.

Tabela 12: Porte das empresas catarinenses

<b>Empresas por tamanho Ramo/Indicador</b>	<b>Micro</b>	<b>Pequenas</b>	<b>Médias</b>	<b>Grandes</b>	<b>Total</b>
<b><u>Têxtil</u></b>					
Número de indústrias (% em relação ao total da indústria estadual)	310 (2,4)	75 (4,4)	44 (8,9)	18 (17,8)	447 (3,0)
Trabalhadores (% em relação ao total da indústria estadual)	1.222 (2,4)	3.612 (5,1)	8.816 (8,9)	22.134 (17,7)	35.784 (10,3)
<b><u>Vestuário, calçados e artefatos de tecidos</u></b>					
Número de indústrias (% em relação ao total da indústria estadual)	2.490 (19,6)	274 (15,9)	81 (16,4)	18 (17,8)	2.863 (19,1)
Trabalhadores (% em relação ao total da indústria estadual)	8.672 (16,9)	10.997 (15,4)	15.560 (15,6)	21.165 (16,9)	56.394 (16,2)

**Fonte:** Lins (2000b, p. 87).

\* Dados de 1997.

A partir da tabela 12 é possível perceber que existe uma significativa concentração de microempresas desse segmento no estado. São poucas as de grande porte. No entanto,

relativamente ao conjunto do Estado, as microempresas representam apenas 2,4%; as pequenas empresas 4,4%; as médias 8,9% e as de grande porte 17,8%.

No que se refere ao faturamento, à exportação e importação de máquinas e equipamentos, aos investimentos e ao número de empregados, a correlação entre o Estado de Santa Catarina e o Vale do Itajaí é sugestiva.

Dados	Santa Catarina	Vale do Itajaí
Faturamento (US\$ 1000 FOB)	2.300.000	1.850.000
Exportações (US\$ 1000 FOB)	258.698	235.000
Importações máq./equip. (US\$ 1000 FOB)	ND	50.000
Investimentos (US\$ 1000)	ND	150.000
Empregados	89.000	46.000
Volume de produção (toneladas)	ND	245.280

Quadro 36: Faturamento, exportações, importações de máquinas e equipamentos, investimentos, número de empregados e volume de produção do Estado de Santa Catarina em relação ao Vale de Itajaí.

**Fonte:** Adaptado de Campos *et. al.* (2002, p. 129)

\* Dados de 2001

Como indica o Quadro 36, o faturamento das empresas do Vale do Itajaí comparativamente ao Estado representa aproximadamente 80%. Baseado na pesquisa de Campos *et. al.* (2002), constata-se uma curva decrescente do faturamento do Vale do Itajaí entre 1990 e 1993 e uma estabilização no período de 1994 a 1998. Da mesma forma quanto às exportações do Vale constatamos que representa cerca de 90% das do Estado. Ainda quanto às exportações, ocorreu uma ascensão entre 1991 e 1993, com uma tendência de queda entre 1994 e 1998. O perfil da mão-de-obra acusou um decréscimo na década de 1990, recuperando-se todavia na transição para o novo milênio (CAMPOS *et. al.*, 2002). Contudo, em virtude dos esforços de reestruturação produtiva e adoção, por parte das empresas, de modelos de gestão mais eficientes, verifica-se uma tendência natural à estagnação do nível de empregos.

Na década de 1990, o setor têxtil catarinense passou a sofrer transformações significativas, principalmente em consequência da reestruturação produtiva que alterou substancialmente os processos produtivos, de gestão e de organização das empresas no conjunto do estado (OLIVEIRA, 2002). O parque de máquinas foi renovado e novas tecnologias sócio-organizacionais foram implantadas, a exemplo dos programas de qualidade total, do chamado *just-in-time*, dos sistemas de melhoria contínua e da *caixa de sugestões* (DIEESE, 1994). Além

disso, generalizou-se o processo de terceirização, favorecendo a redução dos custos com a mão-de-obra. As empresas passaram a assumir uma postura mais competitiva e proativa diante da invasão dos produtos asiáticos nos mercados nacional e internacional. No entanto, se por um lado esse processo de subcontratação favoreceu a redução dos custos de produção e tornou os produtos mais competitivos, por outro, ao ocorrer em cadeia, acabou degradando tanto as condições quanto as relações de trabalho, na medida em que a mão-de-obra passou a ser contratada em função das oscilações do mercado (DIEESE, 1994).

Ainda segundo o DIEESE (1994), nesse período o setor público deixou de arrecadar contribuições e impostos, que seriam recolhidos se o trabalhador estivesse registrado na *empresa-mãe*. Já a representação sindical foi gradualmente perdendo contato com o a massa de trabalhadores, em virtude de não disporem de vínculos empregatícios formais previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Geralmente, o trabalhador informal exerce suas atividades em seu domicílio, com uma jornada flexível, sem gastos com transporte e sem se submeter às rígidas relações de trabalho usualmente estabelecidas pela empresa. Muitas vezes, as tarefas domésticas acabam se mesclando com as da empresa. Porém, eles não dispõem de qualquer tipo de cobertura laboral, a exemplo do INSS, do FGTS, de férias e horas extras remuneradas, entre outros. Na maioria das vezes, a jornada de trabalho se estende para muito além das oito horas convencionais.

Dessa forma, a reestruturação produtiva tem contribuído para a redução do número de empregos na indústria têxtil, principalmente por meio da introdução de novas tecnologias de produção que diminuem drasticamente a quantidade de mão-de-obra necessária. Hoje em dia, trata-se de um fenômeno recorrente nas demais regiões do País. Além disso, as pequenas e médias empresas continuam enfrentando dificuldades de acesso a informações atualizadas e confiáveis sobre as oscilações do mercado e sobre os mecanismos que regem a concorrência entre as firmas. Outro complicador advém de uma cultura empresarial que não reforça o compartilhamento dos problemas e a sinergia na busca de soluções alternativas no nível territorial. As relações de cooperação são ainda muito frágeis. Dessa forma, muitas empresas não conseguem enfrentar adequadamente as crises econômicas e os desafios impostos pela concorrência, num cenário de globalização assimétrica dos circuitos econômicos (OLIVEIRA, 2002). Ou seja, o setor têxtil-vestuarista catarinense apresenta características que vêm incidindo negativamente na dinâmica de integração e ganho de eficiência empresarial (LINS, 2000b).

Talvez a inexistência de fluxos efetivos de cooperação horizontal, ou inter-firmas, esteja repercutindo, de maneira geral, na configuração atual do setor. Nas etapas de fiação e tinturaria, as empresas continuam funcionando de forma verticalizada e desatualizada do ponto de vista tecnológico. Na estrutura de P&D, constatamos o desinteresse pela pesquisa tecnológica, além de limitações infra-estruturais tendo em vista a adoção das técnicas de ponta, a exemplo do *just-in-time*, que exige boas condições para o transporte de matérias-primas e para o escoamento dos produtos.

Se tomarmos a experiência italiana como ponto de referência, seria importante assinalar que o funcionamento desse setor no Vale do Itajaí permanece marcado pelo viés fortemente *economicista* dos empresários. Ou seja, os laços de cooperação entre as empresas são ainda hoje muito incipientes. Muitas empresas continuam realizando atividades semelhantes, quando não funcionam de forma totalmente verticalizada. Os níveis de divisão “social” do trabalho, de especialização nas cadeias produtivas e de incorporação de inovações de base microeletrônica permanecem baixos. Em algumas etapas da linha de produção, as microempresas operam às vezes com processos semi-manufaturados ou de base artesanal.

No que se refere às instituições de apoio ao setor, persistem algumas dificuldades relacionadas ao monitoramento das inovações tecnológicas. Em algumas áreas, como em Blumenau e Brusque, constatamos a presença de laboratórios de testes de resistência de fios e tecidos, além de testes químicos e físicos (LINS, 2000b). No entanto, no que se refere ao treinamento e à qualificação, o sucateamento de equipamentos tornou-se um fenômeno recorrente, devido à rapidez das mudanças tecnológicas. A diversificação do maquinário utilizado nos setores de tecelagem, fiação e tinturaria, por exemplo, levam geralmente as empresas a formar e treinar a mão-de-obra nas próprias fábricas, estimulando o conhecimento tácito (OLIVEIRA, 2002).

Os baixos salários oferecidos desestimulam o interesse pelo ingresso no setor. De maneira geral, os sindicatos laborais encontram-se enfraquecidos e procuram atrair os associados insistindo sobretudo nos benefícios médico-hospitalares e educacionais disponibilizados. A pesquisa realizada por Oliveira (2002) constatou, por exemplo, uma escassez crescente de tecelões, e essa tendência já se faz sentir junto às costureiras. Também, em alguns casos a precariedade das condições de trabalho é flagrante, especialmente no caso do contingente de empregados subcontratados no ramo de confecções (RIBAS, 1999; OLIVEIRA, 2002). Desta

forma tivemos o intuito, a partir da pesquisa de campo realizada e que será apresentada nas próximas páginas, de analisar a situação atual da aglomeração frente às dificuldades do segmento expostas acima, na tentativa de avaliar seus avanços e retrocessos no âmbito do Alto Vale do Itajaí.

## 4.2 O contexto do Alto Vale do Itajaí

A atividade vestuarista no Alto Vale do Itajaí é recente. Teve início da década de 1980, impulsionada pela crise do setor madeireiro e pelas dificuldades do setor agrícola em gerar trabalho e renda para a população. Como já mencionamos, as primeiras empresas que ali se instalaram foram a Hering, em 1985, no município de Ibirama, e a SulFábril, em Rio do Sul no início da década de 1980. O funcionamento dessas empresas permitiu a formação de um grupo de costureiras que, mesmo após a falência da SulFábril e a diminuição do número de unidades da Hering, a partir da década de 1990, em função da crise do setor (condições cambiais e entrada da produção asiática, entre outros fatores conjunturais e estruturais), continuaram a fundar novas unidades de pequeno porte. Como num *efeito dominó*, elas estimularam a expansão dessa atividade para outros municípios do Alto Vale, como revela o depoimento seguinte:

O setor na região inicia com a falência da SulFábril, ela empregava cerca de 500 funcionários. A falência dessa empresa fez emergir as fábricas, pois essa proporcionou um conhecimento de como produzir vestuário. A SulFábril gerou um *know how* a região (representante associação empresarial de Laurentino).

REGIÃO/confeções	MICRO	PEQUENO	MEDIO	GRANDE	TOTAL	EMPREGO	QL*
Alto Vale do Itajaí	288	176	5	-	469	6.805	2,37476
Médio Vale do Itajaí	1.616	579	40	4	2.239	30.174	2,88816
Baixo Vale do Itajaí	523	58	-	-	581	2.609	0,44318
Estado**	3.792	1.440	87	9	5.328	76.096	3,25415

Quadro 37: Situação do setor de confeções no Vale do Itajaí (Por divisão CNAE/95)

Fonte: RAIS (2006)

\* Dados 2005.

\* QL – 1 revela que a especialização local é maior que a relativa ao espaço maior de referência (nesse caso foi tomado como espaço maior de referência o Estado).

\*\* Cálculo do QL do Estado foi construído em relação ao Brasil.

Os dados constantes do Quadro 37 apresentam o coeficiente locacional que relaciona o volume de empregos gerados pelo setor na região com aquele que caracteriza o conjunto do Estado. Eles sugerem que a situação vigente no Alto Vale do Itajaí pode ser equiparada àquela que caracteriza o Médio Vale do Itajaí, que dispõe de mais experiência nesse segmento produtivo. O quadro indica também que o setor de confecções no Alto Vale está organizado de maneira a privilegiar o surgimento de MPEs (especializadas em malha e jeans), uma tendência a ser melhor caracterizada na próxima seção, e que segue a tendência observada no conjunto do Estado (conforme a Tabela 12).

A atividade têxtil-vestuarista vem crescendo, influenciando sobremaneira a estrutura econômica microrregional, aproximadamente 90% dos municípios do Alto Vale do Itajaí, concentram empresas vinculadas a este segmento (Tabela 13).

Tabela 13: Municípios abrangidos pela aglomeração industrial têxtil-vestuarista do Alto Vale

Município abrangidos	População residente	Pessoal total ocupado nos municípios	Pessoal ocupado na atividade pesquisada	Pessoal ocupado/pessoal ocupado no setor (em %)
<b>Agrolândia</b>	<b>7.810</b>	<b>3.196</b>	<b>401</b>	<b>12,55</b>
Agronomica	4.257	838	28	3,34
Atalanta	3.429	490	51	10,41
Aurora	5.474	557	13	2,33
Braco do Trombudo	3.187	1.024	12	1,17
Chapadao do Lageado	2.561	186	-	-
<b>Dona Emma</b>	<b>3.309</b>	<b>686</b>	<b>151</b>	<b>22,01</b>
<b>Ibirama</b>	<b>15.802</b>	<b>7.483</b>	<b>911</b>	<b>12,17</b>
Imbuia	5.246	493	-	-
<b>Ituporanga</b>	<b>19.492</b>	<b>4.592</b>	<b>438</b>	<b>9,54</b>
<b>Jose Boiteux</b>	<b>4.594</b>	<b>719</b>	<b>104</b>	<b>14,47</b>
<b>Laurentino</b>	<b>5.062</b>	<b>1.728</b>	<b>207</b>	<b>12</b>
<b>Lontras</b>	<b>8.381</b>	<b>2.189</b>	<b>314</b>	<b>14,4</b>
Mirim Doce	2.753	483	45	9,32
Petrolândia	6.406	752	33	4,4
Pouso Redondo	12.203	4.731	317	6,70
<b>Presidente Getulio</b>	<b>12.333</b>	<b>5.606</b>	<b>836</b>	<b>14,91</b>
Presidente Nereu	2.305	253	-	-
Rio do Campo	6.522	1.179	23	1,95
Rio do Oeste	6.730	1.272	90	7,08
<b>Rio do Sul</b>	<b>51.650</b>	<b>31.511</b>	<b>1.904</b>	<b>6,042</b>
Salete	7.163	2.882	90	3,123
Santa Terezinha	8.840	473	-	-
<b>Taió</b>	<b>16.257</b>	<b>4.921</b>	<b>476</b>	<b>9,67</b>
Trombudo Central	5.795	1.816	12	0,66
Vidal Ramos	6.279	688	30	4,36
<b>Vitor Meireles</b>	<b>5.519</b>	<b>732</b>	<b>206</b>	<b>28,14</b>
<b>Witmarsum</b>	<b>3.251</b>	<b>689</b>	<b>113</b>	<b>16,40</b>
Total	242.610	82.169	6.805	8,28

Fonte: Rais (2006); IBGE (2007).

Além disso, os depoimentos registrados a seguir tendem a confirmar a representatividade do setor têxtil-vestuarista para o desenvolvimento do Alto Vale, relativamente aos demais setores.

A atividade mais representativa no faturamento e mesmo no emprego é o setor metal-mecânico. Mas se, de um lado, os trabalhadores do sexo masculino trabalham no setor metal-mecânico, de outro, as trabalhadoras, ou seja, as mulheres são empregadas no setor de confecções. Portanto, do ponto de vista social ele é muito bom (representante da Prefeitura de Agrolândia).



Não sei se contribui para o desenvolvimento, contribui sim para o crescimento econômico, gera mais dinheiro (representante Prefeitura de José Boiteux).

A maioria é facção. É mais importante na questão de empregos do que dos impostos sobre o faturamento (representante da FACISC).

Hoje é o que mais emprega, e um dos que mais arrecada. E o setor é relativamente novo (representante ACIRS).

A segunda maior vertente da economia da região é o segmento de confecções (representante da SDR de Rio do Sul). Em outras palavras, a análise desses depoimentos revela que setor conserva uma imagem positiva em relação à dinâmica socioeconômica constatada no nível regional. Apesar de esse segmento ter imagem positiva frente a microrregião, trata-se de uma discussão complexa, que tem mobilizado os contestadores do *mainstream* da economia do desenvolvimento desde a década de 1950 (KAPP, 1972). Nesse debate, foram colocadas em xeque as consequências da adoção de um viés *economicista* no planejamento do desenvolvimento, que superdimensiona a lógica mercantil em detrimento de uma perspectiva ecológico-humana – esta última ajustada aos requerimentos do novo paradigma sistêmico-complexo (SACHS, 1986; PASSET, 1979; PASSET, 1992; ALIER, 1998; MORIN, 1990).

Apesar desta tese apresentar uma discussão sobre a socioeconomia da microrregião do Alto Vale do Itajaí, insistimos que ela coloca em primeiro plano o diagnóstico das implicações socioambientais do setor industrial. Durante o trabalho de campo, observou-se que a atividade têxtil-vestuarista vem crescendo e demonstrando sua força, influenciando sobremaneira o conjunto da estrutura econômica regional. Aproximadamente 90% dos municípios do Alto Vale do Itajaí contam com a presença de empresas vinculadas a este setor (Tabela 13).

Resgatando o essencial da linha de argumentação apresentada no capítulo anterior, vale a pena acentuar a importância das atividades agrícolas para o desenvolvimento da região, sobretudo nos municípios de menor porte. Com efeito, com base na Tabela 13, os 12 municípios pesquisados (Agrolândia, Dona Emma, Ibirama, Ituporanga, José Boiteux, Laurentino, Lontras, Presidente Getúlio, Rio do Sul, Taió, Vitor Meireles e Witmarsum), que representam cerca de 42,86% dos municípios do Alto Vale do Itajaí contemplados no trabalho de campo, detêm aproximadamente 85% das empresas do segmento de confecção da região. A importância deste segmento fica ainda mais evidente se considerarmos os municípios menores, especialmente aqueles em que a agricultura era predominante, como é o caso de Vitor Meireles, no qual 28,14%

da mão-de-obra formal estão empregadas nessa atividade. Alguns depoimentos coletados ressaltam que o segmento de confecções vem se conectando a outras atividades. É preciso destacar que do ponto de vista socioeconômico, tem aumentado o poder aquisitivo da parcela da população que antes não dispunha de perspectivas de ingresso no mercado de trabalho.

A base do município é a agricultura, fora a agricultura e o comércio, são as facções que sustentam o município. Se um dia as facções fecharem será um problema. Está havendo a migração da atividade agrícola para as facções, principalmente, das mulheres e moças. Os homens permanecem na agricultura e as mulheres e moças ficam nas facções. Os mais jovens (homens) se adaptam trabalhar nesse setor, mas os mais velhos não se adaptam (representante Prefeitura de Vitor Meirelles).

Para o município a preocupação era a de gerar emprego, muitas pessoas estavam saindo do município. Precisávamos de uma forma de trabalho em que as mulheres pudessem trabalhar meio período e que meio período elas pudessem ficar em casa. Assim elas manteriam suas atividades da roça e ajudariam na atividade agrícola, aumentando a renda familiar (uma renda que seria fixa). Não acredito que a propriedade vá acabar com essa situação, pois o homem continua na propriedade e a mulher continua fazendo algumas coisas na propriedade como tirar leite das vacas e cuidar da casa. Os filhos, tanto menina quanto meninos, já trabalham na facção, mas acredito que não deixarão a atividade agrícola (entrevista representante Prefeitura de Witmarsum).

Não se vê mais donas de casa em casa (representante da ACI de Agrolândia).

Esse setor é muito importante para a região. Tem suprido uma lacuna intermediária. As mulheres e moças são empregadas e insere essas pessoas que ficam de fora (representante da ACADEMA).

O surgimento de empresas vinculadas ao setor do vestuário repercutiu de forma diferenciada na dinâmica do setor agrícola em inúmeros municípios do Alto Vale. Importa lembrar neste sentido que os espaços considerados mais propícios à dinamização do primeiro caracterizam-se pela presença da agricultura familiar com forte tradição artesanal e estruturação multifuncional (COURLET e SOULAGE, 1994). Esses são pré-requisitos observados na região em pauta, e partindo dessa reflexão, a pesquisa de campo revelou mudanças substanciais no relacionamento das mulheres<sup>88</sup> e dos jovens agricultores com o mercado de trabalho. Além disso, o êxodo rural vem apresentando uma tendência declinante, em consequência das novas oportunidades de trabalho induzidas pela presença do setor têxtil-vestuarista. Mas esta discussão será aprofundada nas seções que tratam dos impactos socioambientais deste segmento. Nas

---

<sup>88</sup> A divisão do trabalho dentro da instituição familiar local alterou-se, mas esses aspectos serão tratados na seção referente ao impacto social da atividade têxtil-vestuarista do Alto Vale.

seções seguintes, procuramos oferecer apenas uma visão sintética da estrutura produtiva e dos processos de divisão do trabalho, como parte de um esforço da avaliação de conjunto do desempenho desse setor na atualidade.

#### **4.2.1 Estrutura produtiva e características da divisão do trabalho**

Como já salientamos acima, o setor têxtil-vestuarista emergiu no Alto Vale na década de 1980. Entretanto, apenas nos anos de 1990 e 2000 o cenário da socioeconomia regional passou a sofrer transformações de caráter estrutural. Uma das mais expressivas consequências da reestruturação produtiva do setor ocorrida em Blumenau diz respeito ao aumento do número de empresas implantadas nas regiões circunvizinhas. No entanto, a influência de Blumenau está diretamente relacionada, hoje em dia, com a produção de artigos de malha, distribuída em diversos municípios (especialmente em Ibirama e no seu entorno). Já o surgimento da produção de jeans, como mencionamos acima, tem na liderança empresarial da Sra. Dalva Maskio o seu principal ponto de referência. Com a introdução do jeans, a presença das lavanderias tornou-se uma decorrência necessária do processo de concentração industrial. À medida em que a região foi se especializando, algumas empresas produtoras de insumos e serviços passaram a ser naturalmente atraídas (MARSHALL, 1982; AMARAL FILHO, 2007).

Dessa forma, a estrutura produtiva da aglomeração industrial do Alto Vale caracteriza-se pela predominância de micro e pequenas empresas de cunho familiar, seguindo a tendência do estado, tornando-se assim atrativa para os estudiosos do fenômeno da *industrialização difusa* (SACHS, 2002; SACHS, 1986; RAUD, 1999). No quadro abaixo, as estatísticas relativas ao número de empresas em funcionamento e ao volume de empregos demonstram – se levarmos em conta apenas os dados formais – sua disseminação por toda região do Alto Vale. Além disso, as entrevistas realizadas confirmaram que mais de 30% da mão-de-obra empregada trabalha em regime de informalidade.

Os dados apresentados no Quadro abaixo, confirmam que, nesse período, eles eram organizados com base na classificação setorial adotada pelo IBGE. Por isso, não foi possível comparar os dados relativos ao período de 1985 a 1990 com aqueles relativos ao período de 1995 a 2006, que passaram a ser classificados segundo o sistema da Divisão CNAE (criada em 1995). Nessa nova classificação, os dados do Subsetor do IBGE distinguem o segmento têxtil do segmento de confecções e vestuário. Entretanto, mesmo que agregados, os dados constantes do

*subsetor têxtil e confecções do IBGE* demonstram que, em 1985, existiam 20 empresas na região, empregando um total de 1.731 pessoas. As microempresas absorviam mais da metade desse contingente. Já na década de 1990, observa-se que o número total de empresas aumentou em mais de cinco vezes, e o de empregados total praticamente dobrou, ainda com predominância das microempresas, correspondendo a cerca de 80% do número total de empresas em operação.

Subsetor IBGE	Empresas		Emprego	
	1985	1990	1985	1990
<b>Micro</b>	13	86	32	178
<b>Pequeno</b>	3	13	123	580
<b>Médio</b>	3	5	648	916
<b>Grande</b>	1	2	928	1669
<b>Total</b>	20	106	1.731	3343

Quadro 38: Número de empregados e empresas - Subsetor do IBGE, 1985 e 1990

**Fonte:** RAIS (1986) e RAIS (1991)

Dando continuidade à avaliação da evolução histórica dessa atividade, o próximo quadro apresenta dados da tipologia adotada pela Divisão CNAE 1995, relativos ao período de 1995 a 2006.

Divisão CNAE 95	Empresas				Emprego			
	1995	2000	2005	2006	1995	2000	2005	2006
<b>Micro</b>	160	211	288	322	367	530	1104	1221
<b>Pequeno</b>	52	118	176	201	1525	3330	4577	5104
<b>Médio</b>	6	8	5	4	791	1374	1124	800
<b>Grande</b>	1	0	0	1	758	0	0	0
<b>Total</b>	219	337	469	528	3441	5234	6.805	7.125

Quadro 39: Número de emprego e empresas Divisão CNAE/95 – 1995 a 2006

**Fonte:** RAIS (1996); RAIS (2001); RAIS (2006); RAIS (2007)

Os dados constantes na RAIS (1996), RAIS (2001), RAIS (2006) e RAIS (2007), apresentados na Tabela acima, balizam a evolução desse setor no período de 1995 a 2006. Ao analisarmos a evolução quinquenal do número de empresas, observamos um aumento de 54% no período de 1995 a 2000, e de 39% no período de 2000 a 2005. De 2005 a 2006, este percentual caiu para 12,6%. O período onde ocorrem avanços mais significativo situa-se portanto entre 1995 e 2000. Em relação ao número de empregos, a mesma tendência pode ser observada: no período de 1995 a 2000 constatamos um aumento de 52%, e no quinquênio seguinte, de 30%. Entre 2005 e 2006, o percentual caiu para 5%.

Tais dados indicam uma forte correlação com a dinâmica de funcionamento das MPEs, sobretudo no período de 1995 a 2000 - tanto em termos de evolução do número de empresas, quanto do número de empregos gerados. Decorre daí a constatação de que tanto a região quanto o setor de vestuário encontram-se em crescimento, apesar do período de 2002 a 2005 apresentar um aumento menor relativamente àquele observado entre 1995 e 2000. Essa tendência foi confirmada pelos depoimentos coletados junto aos representantes de instituições de ensino, prefeituras e entidades de classe ligada ao setor. Mas eles apostam numa tendência de crescimento do setor, com exceção de 15% dos entrevistados que analisam sua evolução de forma negativa.

Dentre os principais motivos de crescimento do setor apontados pelos entrevistados registramos os seguintes: (i) o aumento da demanda, alavancado pelo aumento da população; (ii) o crescimento das ações cooperativas e associativas entre os empresários; (iii) a busca de novas alternativas de produção, como a do vestuário biodegradável; (iv) a melhoria da qualidade e a diversificação dos produtos locais; e finalmente (v) o aumento da mão-de-obra qualificada.

Há necessidade de buscarem esse crescimento, se não vão sair do mercado. Outro motivo é o maior acesso das pessoas ao mercado, especialmente no Brasil, as pessoas da região norte e nordeste. A cultura do consumismo também dá um gás para o pessoal continuar investindo. Uma outra tendência é a produção de roupas biodegradáveis (representante ACI Ituporanga).

Se continuar como está hoje é de crescimento. O que pode atrapalhar é a questão das indústrias que fornecem serviços as fábricas. Por isso, existe uma diretriz da Federação das associações comerciais e industriais de que se constitua marca própria, mas os empresários são imediatistas (representante da FACISC).

Embora uma representação fortemente centrada na busca de crescimento econômico no curto prazo seja predominante nesses depoimentos, os 15% de respondentes que vêm de forma negativa a evolução do setor acentuam: (i) a entrada no mercado dos produtos chineses, no bojo da globalização neoliberal; (ii) o enfraquecimento do *ethos* associativista entre os empresários; (iii) a questão cambial; e (iv) o acirramento da concorrência, já que esse setor dispõe hoje em dia de poucas barreiras à entrada e saída (PORTER, 1990):

Precisam de união para crescer e para ter algo diferente. Aposto em uma incubadora para crescimento do setor (representante do SEBRAE).

De três anos para cá estão estagnados pelo mercado competitivo e pelo câmbio desfavorável, pelos produtos importados. Além da falta de mão-de-obra (representante do SINFIATEC).

Falta cooperação mútua. O futuro dependerá mais deles do que do mercado (representante da Unidavi de Taió).

Importa destacar, nesse contexto, que o município que apresenta maior concentração de empresas é Rio do Sul. De um total de 199 empresas cadastradas em 2006, cerca de 133 delas são microempresas e 66 pequenas empresas, empregando aproximadamente 2.010 trabalhadores no total. A cidade abriga uma população de 51.650, conforme a tabela 13 dos municípios abrangidos pela aglomeração do Alto Vale do Itajaí, concentrando o maior número de empregos e estabelecimentos vinculados ao setor.

A descrição da evolução das empresas do setor no Alto Vale, somada às informações obtidas no capítulo da trajetória de desenvolvimento da região, permitiu-nos confirmar que o segmento têxtil-vestuarista emergiu na década de 1980.

Tabela 14: Ano de fundação das empresas pesquisadas

Ano de Fundação	Micro	Pequena	Média
	Nº Empresas	Nº Empresas	Nº Empresas
<b>Até 1980</b>	1	2	1
<b>1981-1985</b>	0	1	0
<b>1986-1990</b>	4	5	0
<b>1991-1995</b>	1	13	0
<b>1996-2000</b>	2	11	1
<b>2001-2007</b>	10	1	0
<b>Total</b>	18	33	2

**Fonte:** Pesquisa de campo (2007)

Observa-se na Tabela 14 que, das 18 microempresas pesquisadas, 10 surgiram entre 2001 e 2007; e dentre as empresas de pequeno porte, 24 surgiram entre 1991 e 2000. Constatamos a inexistência de grandes empresas nessa microrregião, corroborando assim os dados divulgados na RAIS (2006). Com base nos questionários aplicados, foi possível perceber que as principais dificuldades encontradas junto às empresas, no primeiro ano de vida, especialmente às MPEs, foram a falta de capital de giro e de capital para investimentos na compra de equipamentos. Cabe ressaltar que tais dificuldades não são exclusivas das empresas pesquisadas, refletindo a existência de um problema que vem sendo enfrentado de forma recorrente pelo conjunto das empresas sediadas no Alto Vale. Outro bloqueio estrutural apontado pelos empresários diz respeito às dificuldades de comercialização dos produtos.

Se por um lado a evolução desse segmento apresenta as características citadas anteriormente, por outro, a atual estrutura produtiva e a divisão do trabalho na cadeia produtiva de confecções e vestuário, baseado na classificação CNAE 95 e 2000, conforme o Quadro 40, conservam uma tendência à concentração em poucos segmentos.

Classificação CNAE 95/2000	Número de estabelecimentos – 2006					Número de empregados - 2006				
	Micro	Pequeno	Médio	Grande	Total	Micro	Pequeno	Médio	Grande	Total
Confecção de roupas íntimas, blusas, camisas e semelhantes	67	16	0	0	83	125	423	0	0	548
Confecção de peças do vestuário – exceto roupas íntimas, blusas, camisas etc.	607	180	4	0	791	1056	4622	800	0	6.478
Confecção de roupas profissionais	7	0	0	0	7	4	0	0	0	4
Fabricação de acessórios do vestuário	12	3	0	0	15	28	59	0	0	87
Fabricação de artigos do vestuário produzidos em malharia	19	2	0	1	22	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>712</b>	<b>201</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>918</b>	<b>1236</b>	<b>5142</b>	<b>800</b>	<b>568</b>	<b>7.746</b>

Quadro 40: Divisão do trabalho na aglomeração industrial vestuarista do Alto Vale do Itajaí – número de estabelecimentos

Fonte: RAIS (2006); RAIS (2007).

Vale a pena esclarecer que foram aprofundados apenas os dados relativos ao segmento de confecções e vestuário, predominante na microrregião analisada. Para justificar tal escolha observa-se, comparativamente que, em 2005, no setor têxtil da microrregião operavam apenas 38 empresas; contra 333 do de confecções. Da mesma forma, no mesmo período existiam 22 empresas de pequeno porte em atividade no setor têxtil, em contraste com 176 no de confecções. Este foi o motivo pelo qual optamos pela focagem no segmento de confecções.

Embora o setor de confecções e vestuários, no que tange à Divisão CNAE 95, seja considerado predominante, a análise do Quadro 40 revela que o segmento de confecção de peças de vestuário, exceto roupas íntimas, blusas e camisas, entre outras, é aquele cujo índice de concentração pode ser considerado como o mais significativo. Esses dados confirmam a existência, na microrregião em pauta, de uma *baixa divisão do trabalho desenvolvida pelas empresas*. Isto é, essa indústria especializou-se em uma única fase da cadeia do vestuário, com baixa incidência de empresas produtoras de insumo e de outros materiais. No que se refere ao volume de empregos gerados pelas diversas atividades ligadas a esse segmento, da mesma forma que os dados relativos ao número de estabelecimentos, pode-se perceber que eles têm se

concentrado também no segmento de confecção de peças do vestuário - exceto o de roupas íntimas. Esse fato sugere um contexto mais favorável ao fortalecimento da competição em detrimento da cooperação, na medida em que predomina a concentração de empresas especializadas numa única atividade.

Além disso, no decorrer da pesquisa de campo constatamos que o setor de vestuário é formado predominantemente por empresas especializadas na produção do jeans, ao lado daquelas especializadas na confecção de malhas e lingerie, e de 12 lavanderias acopladas à cadeia produtiva do jeans. Conforme o depoimento de um empresário local, na região o setor compõe-se hoje em dia de “15% de lavanderias; 30% de unidades de costura (facção) e 20% de unidades de acabamento”.

Por meio da análise da estrutura produtiva e das dificuldades das empresas ao adentrarem o mercado da atividade têxtil-vestuarista dessa microrregião, apresentamos a seguir diversos aspectos relacionados ao perfil profissional e às condições - sociais, políticas, econômicas, materiais, de segurança e psicológicas - de trabalho.

#### **4.2.1.1 Perfil dos trabalhadores**

A mão-de-obra que atende ao mercado de trabalho do setor é oriunda da própria região. Atualmente, como as facções e empresas do setor se espalharam por todo o Alto Vale, existe menos migração da mão-de-obra de um município para outro. Todavia, ainda ocorrem migrações junto aos municípios mais próximos do eixo de Rio do Sul. O processo de subcontratação foi o grande responsável do espraiamento dessas facções para os municípios menores, isto é, mais do que migração da mão-de-obra, constata-se o surgimento de facções que prestam serviços às empresas de maior porte, e que já dispõem de marca própria em várias localidades do Alto Vale.

Quanto à média de empregos gerados no seu primeiro ano de vida, as microempresas operavam, em média, com cerca de dois empregados; em 2006, esse número triplicou, passando, em média, para sete trabalhadores. Já as pequenas empresas que operavam no primeiro ano de vida com 13 trabalhadores, em 2006, passaram a apresentar um crescimento de quase quatro vezes, contando com 47 trabalhadores, em média, no seu quadro funcional. Dentre as médias empresas, verificamos que elas evoluíram do patamar de pequenas empresas contando em média com 38 trabalhadores no primeiro ano, para 284 em 2006 (Dados da pesquisa de



campo/questionário, 2007). Os dados confirmam que, no primeiro ano de vida, as empresas, especialmente, as MPEs, necessitam de um sólido apoio institucional e governamental para que consigam sobreviver (SACHS, 2002).

Além da evolução do emprego nas empresas pesquisadas e da respectiva localização da mão-de-obra que trabalha nessa aglomeração industrial, observamos que o perfil do trabalhador local, de um modo geral, apresenta características semelhantes. Neste sentido, quanto à distribuição dos empregos por gênero, a mão-de-obra feminina é predominante. Porém, a mão-de-obra masculina vem pouco a pouco ganhando mais espaço no mercado de trabalho. Conforme dados de 2006 constantes na RAIS (2007), a participação no emprego da mão-de-obra masculina nas microempresas é de 17,5%, seguindo a mesma tendência, as pequenas empresas absorvem um percentual de 17,2% de trabalhadores masculinos – ao passo que as médias empresas absorvem somente 7% de postos de trabalho ocupados pela mão-de-obra masculina e as grandes empresas aproximadamente 16% (RAIS, 2007).

Em trabalho realizado por Beber (2007), voltado para a identificação das condições de trabalho que afetam a saúde dos trabalhadores do segmento do vestuário da cidade de Rio do Sul (junto a uma amostra de 115 trabalhadores), verifica-se que cerca de 71% deles são do sexo feminino, sendo cerca de 54% solteiros e 56% sem filhos, respectivamente. Conseqüentemente, a faixa etária predominante estende-se dos 16 aos 34 anos (BEBER, 2007). O nível de escolaridade do pessoal ocupado nesse setor oscila do ensino fundamental incompleto ao ensino médio completo – constatação válida tanto para as MPEs, quanto para as médias empresas.

Além disso, a pesquisa realizada junto aos trabalhadores das empresas de Rio do Sul por Beber (2007) indica ainda que 32,6% dos respondentes eram estudantes antes de serem contratados: 16,3% estavam vinculados ao setor comercial; 16,3% ao setor agrícola; e 14,8% eram donas de casa. Os dados indicam que a população jovem estudantil desempenha um papel determinante nesse setor, pelo menos em Rio do Sul. Sugerem também que o êxodo de jovens apresenta atualmente uma curva declinante. A indústria têxtil-vestuarista tem proporcionado uma dinâmica diferente aos jovens e às mulheres do Alto Vale. Nas entrevistas realizadas predominam os depoimentos que consideram a dinâmica desse setor imprescindível para a inserção e geração de trabalho e renda às mulheres e aos jovens. Todavia, para muitos jovens, conforme entrevista, o trabalho nesse setor representa apenas uma opção temporária, ajustada às coações impostas pela sua condição atual de estudantes:

Para 70% das pessoas que trabalham nesse setor essa atividade é apenas uma alternativa imediata, ou seja, querem outra forma para se manter no futuro. Pois a maioria vivia na roça e tinham liberdade, aí caem no ritmo frenético do setor têxtil... Então comentam: *vou trabalhar aqui até quando dá, depois saio*. Eu mesmo fiz isso. Os agricultores têm uma cultura da liberdade. Nesse segmento tens que baixar a cabeça e produzir (representante do CEMEAR).

Nesse contexto, deve-se levar em conta certos aspectos das condições de trabalho que envolvem não somente o perfil do trabalho e dos trabalhadores, mas também as *condições sociais, políticas, econômicas, materiais, de higiene e segurança no trabalho, e psicológicas* (CHANLAT, 1992; CHANLAT, 1996).

No que se refere às *condições sociais*, a avaliação realizada pelos atores chaves entrevistados foi bastante negativa. Um deles destacou que são poucas as empresas que oferecem algum tipo de assistência social aos seus empregados, a exemplo de creches ou planos de saúde. Algum tipo de assistência é oferecido pelas prefeituras, como o transporte escolar.

Muito pouco é feito em prol dos trabalhadores, pois **elas** [grifo nosso] estão na informalidade. O sindicato dos trabalhadores aqui não é atuante. Uma das razões que as informais estão tomando essas proporções e a forma como estão tomando corpo aqui (a informalidade seria menor e talvez não teriam tantas facções). Empresas de Blumenau e Indaial se instalam aqui, a mão-de-obra é mais barata por causa da informalidade, em Blumenau e Indaial esse tipo de atividade informal já é bastante coibida (representante Prefeitura de Ibirama).

Muito pouco, pois isso vem em segundo ou terceiro plano para os empresários (representante SDR Ibirama).

Demora um pouco, primeiro tentam sobreviver, mas o sindicato dos trabalhadores pressiona (representante SDR Rio do Sul).

Utilizam a creches do município. Quanto as outras assistências os empresários estão buscando plano odontológico e médico. As instalações são bem organizadas, têm refeitórios, etc. (representante da ACI Taió).

As empresas só cumprem se for por lei (representante da AMAVI).

Em síntese, na opinião de alguns entrevistados, apenas uma minoria de empresários estaria atendendo à exigência de prestação de assistência social aos seus trabalhadores. Tais iniciativas são ainda muito incipientes, ocorrendo na maior parte das vezes em função das pressões exercidas pela legislação trabalhista, ou como estratégia de atração de mão-de-obra local:

Existe um certo olhar social pois há grande concorrência pela mão-de-obra e por isso prestam assistência aos funcionários. Em Vitor Meireles tem grande número de rapazes trabalhando no setor. Os homens têm menos problemas emocionais (TPM) e por isso os empresários acham melhor trabalhar com os homens. Como a atividade é de alta pressão, com prazos e quantidade de trabalho os homens demonstram menos e também não tem o problema com os filhos, etc. Existe grande cobrança para produção (representante do CEMEAR).

Recebem vale. E existem convênios verbais com clínicas médicas. Benefícios existem também, algumas empresas estão fazendo refeitório, ginástica laboral. As que estão ligadas ao sistema FACISC tem uniodonto, utilcard, utilalimentação, etc. Quanto às condições de trabalho é bem variável. Algumas são muito precárias; outras têm cadeiras adequadas, boa iluminação, etc. E quanto ao ritmo e intensidade de trabalho, observamos que está dando muito certo as facções do interior, por causa da agricultura. As pessoas que trabalham em atividades piores dedica-se mais ao trabalho nas facções. Mas existe muita gente encostada com dor, trabalhou um ou dois meses e já está se encostando, mas ganha estando encostada e está trabalhando ou como diarista ou em outra facção na informalidade (representante da FACISC).

Em consequência do regime de informalidade, bem como da existência de inúmeras facções de fundo de quintal, alimentadas pela reduzida fiscalização da Justiça do Trabalho e pela falta de políticas de desenvolvimento estratégico das MPEs, mudanças significativas têm sido provocadas no contexto familiar desses trabalhadores (SACHS, 2002). As próprias residências dos trabalhadores vêm sendo utilizadas para a reprodução de uma dinâmica produtiva intensa e estafante, pois a remuneração da mão de obra é calculada com base no número de peças produzidas. Boa parte do grupo familiar costuma apoiar o trabalho realizado pelas mulheres. Nas fábricas, o ritmo é também muito intenso. Muitos trabalhadores são praticamente coagidos a assumir tarefas suplementares, fora do expediente normal.

Aos aspectos sociais somam-se os de natureza político-institucional. No que diz respeito às opções de sindicalização oferecidas atualmente, os empregados podem se filiar ao SITTEV e aos sindicatos de Agrolândia e Rodeio. No SITTEV já foram cadastrados 650 trabalhadores e, no de Agrolândia, 470. O sindicato de Rodeio, geralmente procurado pelos trabalhadores do município de Ibirama e adjacências, concentra um número maior de filiados. Entretanto, esse número é relativo a outros municípios que integram o Médio Vale do Itajaí, e por isso não será considerado aqui. De qualquer maneira, num universo de 6.805 trabalhadores, apenas 1.120 (hum mil, cento e vinte) estão sindicalizados – se somarmos os contingentes do SITTEV e de Agrolândia. Segundo um representante do SITTEV, o baixo índice de participação sindical reflete as tensões e conflitos gerados no relacionamento entre os sindicatos e os empresários:

Um ponto negativo é a individualidade da classe trabalhadora. A classe não se organiza. O problema das fofquinhas é complicado. O promotor do Ministério Público de Florianópolis disse que essa é a região do Hitler (representante do SITTEV).

O SITTEV congrega a maior parte dos trabalhadores sediados no Alto Vale, mantendo relações consideradas amistosas com os empresários. Ao mesmo tempo, vários depoimentos reforçam a impressão de que ele continua operando ainda hoje de maneira excessivamente panfletária e dogmática:

O sindicato dos trabalhadores de Rio do Sul é muito ruim e não é bem aceito (mistura aspectos políticos). Em Ibirama o sindicato dos trabalhadores que regula o setor é de Rodeio. Em Agrolândia e Atalanta tem um sindicato dos trabalhadores já faz 12 anos. O grupo de Pouso Redondo está criando um novo sindicato lá. Para o funcionário é bom, mas para os patrões existe muita perseguição, motim de assustar... (representante FACISC).

SINDICATOS LABORAIS	PISO SALARIAL
SITTEV <sup>89</sup>	Admissional: R\$ 390,00 Normativo <sup>90</sup> : R\$ 445,00 (convenção 2007-2008)
Sindicato dos Trabalhadores de Rodeio <sup>91</sup>	Admissional: R\$415,80 Normativo: R\$473,00 (Convenção 2007-2008; data base 01/03)
Sindicato dos Trabalhadores de Agrolândia e Atalanta	Admissional para serviço manual e costura: R\$390,00 Normativo costura: R\$445,00 Normativo serviço manual: R\$ 410,00 (Convenção 2007-2008; data base 01/05)

Quadro 41: Piso salarial da categoria

**Fonte:** Pesquisa de campo

O Quadro 41 indica que a base do piso salarial dos sindicatos SITTEV e Sindicato de Agrolândia e Atalanta é idêntica, aumentando apenas no caso de Rodeio. Os trabalhadores do Alto Vale recebem remuneração inferior àqueles vinculados ao Médio Vale, já que o Sindicato de Rodeio tem como parâmetros a realidade dos municípios do Médio Vale (próximos a Blumenau). Na opinião dos entrevistados, o salário não é muito elevado, mas o pagamento de horas extras possibilita o incremento do piso salarial:

<sup>89</sup> Base territorial do SITTEV – Rio de Sul, Ituporanga, Laurentino, Rio do Oeste, Pouso Redondo, Taió, Trombudo Central, Aurora, Rio do Campo, Salete, Agrônômica, Petrolândia, Presidente Nereu, Vidal Ramos, Mirim Doce, Braço do Trombudo, Imbuia e Lontras.

<sup>90</sup> Após 90 dias.

<sup>91</sup> Sindicato dos Trabalhadores de Rodeio é responsável pelos seguintes municípios do Alto Vale do Itajaí: Ibirama, Presidente Getúlio, Dona Emma, Witmarsum, Vitor Meirelles e José Boiteux.

O salário do setor não é muito elevado. Os empresários querem produção e perfeição, isso leva ao estresse do trabalhador. Tem muita gente que está há 12 anos trabalhando nisso e não quer mais (não agüenta mais) (representante do NEP de Rio do Sul).

Quanto às condições de higiene e segurança no trabalho, além daquelas de ordem psicológica, constata-se que a dinâmica do setor é marcada pela forte pressão exercida pelos empresários no sentido de um aumento contínuo da produtividade. Na opinião de um representante do SITTEV, o ritmo imprimido à linha de produção tem gerado inúmeros problemas de saúde física e mental na massa de trabalhadores. As metas de produção são fixadas por hora trabalhada, e sua execução costuma ser rigidamente controlada. Em princípio, o sindicato proíbe o exercício do *banco de horas*, mas na prática este artifício vem sendo estimulado:

A exploração da mão-de-obra ocorre de maneira economicista (representante CEMEAR).

Os empresários têm muito medo, pois sonégam muito, e isso é um grande problema. As relações de exploração são imensas. Muita depressão e muito problema emocional são verificados nesse segmento. Muitas mulheres faccionistas que trabalham em casa têm que dar conta de cuidar dos filhos, ou seja, enquanto costuram as crianças choram, elas tem que cuidar de resolver os problemas familiares, e recebem centavos por peça. Em geral R\$ 0,25 por peça produzida. E as empresas se valem muito da disponibilidade e da necessidade para contratarem essa mão-de-obra que se sujeitam a tudo para terem produção (cidadão de Rio do Sul).

Além disso, os empresários e gerentes não parecem dispor dos recursos necessários ao monitoramento adequado do trabalho realizado. Prevaecem os sistemas centralizados e mecanizados de gestão, desvinculados de uma visão estratégica, de longo prazo e com viés sistêmico-participativo:

O assédio moral no chão-de-fábrica é problema. Falta a qualificação das chefias. A mentalidade dos empresários é a do chicote. Não se têm critérios para selecionar as chefias (representante SITTEV).

Às vezes, as facções são transformadas em cooperativas, com a intenção de atenuar o rigor dos critérios estabelecidos pela legislação trabalhista em vigor:

Existem casos em que há uma dona de facção que coloca os trabalhadores como sócio (em forma de cooperativa); assim os proprietários não precisam pagar os encargos. Os empregados trabalham então por produção. Eles têm medo de dar informações (representante microcrédito/Credicravil).

O cenário das facções informais é ainda mais complicado. Os trabalhadores envolvidos nessas atividades de “fundo de quintal” permanecem ocupados, em média, de 16 a 17 horas por dia, muitas vezes em ambientes insalubres<sup>92</sup>. Conforme o depoimento de uma proprietária de uma facção de fundo de quintal sediada em Rio do Sul:

Trabalho hoje para uma empresa do bairro onde moro, aqui perto da minha casa. Geralmente começo o trabalho às 6:30 horas e paro para fazer o almoço às 11:30 horas, logo depois recomeço e fico às vezes até 23:00 horas e meia noite. Já cheguei a virar a noite trabalhando. O pessoal dessa empresa que eu trabalho não dá prazo, isso é bom. Mas se eles tiverem urgência e pedirem temos que fazer, pois se a gente não conseguir preencher o tempo que eles pedem, eles procuram outra facção. Tem muita gente que trabalha com isso aqui. Facções têm muitas. Tenho trabalho sempre. Quanto aos problemas de saúde tenho problema de coluna. Às vezes o meu marido me ajuda. A minha filha de 13 anos faz comida para mim para que eu consiga trabalhar (representante facção fundo de quintal).

Essa é a realidade cotidiana de inúmeras costureiras que assumem os desafios da concorrência, transformando suas residências em facções e arriscando a saúde num ritmo frenético de atividade. São frequentes os casos de fadiga crônica, lesões por esforço repetitivo, problemas respiratórios e distúrbios emocionais.

A pesquisa de Beber (2007) registra também que os maiores problemas de organização das condições de trabalho em Rio do Sul são devidos às pressões por produtividade crescente, ritmo acelerado de produção e doenças adquiridas em condições inadequadas de trabalho.

Encontrou-se com grande relevância que os problemas levantados junto aos trabalhadores são fortes em se tratar do psico-emocional, sendo que as pressões por produtividade e ritmo acelerado, geram um desconforto emocional em muitos casos, atingindo o próprio físico, sendo que muitas doenças vêm ao encontro do próprio arranjo do trabalho (BEBER, 2007, p. 47).

Os casos de fadiga crônica e depressão em mulheres, por exemplo, vêm aumentando de forma a preocupar inclusive os próprios agentes do setor público:

Um problema que nós estamos nos deparando agora é o da depressão e o estresse das funcionárias; por elas receberem por produtividade a carga horária, quando tem entrega, é muito intensa, além do trabalho das mulheres em casa, isso tem gerado muito estresse e depressão. Os horários de trabalho nas facções formais são: o primeiro turno das 4:00 h às 13:30 h; o segundo turno das 14:00 h às 22:00 h. Ainda essas mulheres trabalham em casa e com a agricultura e quando a coisa aperta elas trabalham feriado e finais de semana, o ritmo de trabalho é muito intenso (representante Prefeitura de Witmarsum).

---

<sup>92</sup> Esta situação poderá ser visualizada nas figuras que ilustrarão o próximo item.

Recentemente, a Prefeitura de Rio do Sul assumiu a iniciativa de formular um programa de promoção da saúde do trabalhador no qual os médicos visitam regularmente as empresas. As reações geradas são controvertidas: a maioria dos entrevistados parece apoiar a proposta, mas a posição do SITTEV é crítica: “[...] a Prefeitura de Rio do Sul e UNIMED estão tentando vender plano e levam o médico dentro da fábrica”.

Embora a maioria dos empresários esteja aquém de uma preocupação sistêmica quanto a atuação e bem estar do seu corpo funcional, em várias empresas de pequeno e médio porte vêm sendo introduzidas técnicas de ginástica laboral no ambiente de trabalho, em função dos inúmeros problemas de saúde que têm condicionado o licenciamento ou o desemprego de um contingente expressivo de trabalhadores:

Tem algumas das empresas mais desenvolvidas procuram melhorar, com programas de ginástica laboral. De uma maneira geral não investem muito nessa qualidade de vida no trabalho, fica ainda a desejar (representante Prefeitura de Witmarsum).

É uma preocupação grande em empresas maiores; a Prefeitura disponibiliza creches das 5 da manhã até 23 horas. As empresas fazem doação de material para escolas e instituições; as empresas estão contratando alunos bons dos colégios; apóiam o clube de mães com linha e retalhos (representante Prefeitura de Presidente Getúlio).

As empresas maiores já oferecem auxílio alimentação e convênios. As menores por mais que tenham intenção não têm condições financeiras. Quanto às creches o município está envolvido com duas creches, a prefeitura observa que as empresas do setor estão crescendo. Com a vinda da Rovitex criou-se mais necessidade, o problema é o ensino, as escolas, as creches que se amplia (representante ACI Agrolândia).

Um levantamento realizado junto a uma amostra representativa de empresários locais, visando rastrear com mais precisão as ações realizadas pelas empresas no que tange à melhoria da qualidade de vida dos seus empregados, revelou - por um lado - esforços no sentido da abolição do fumo no ambiente de trabalho e medidas ainda muito incipientes de estímulo à prática de atividades físicas (principalmente nas microempresas). Por outro lado, os empresários tendem a orientar os empregados quanto aos cuidados a serem observados para uma postura corporal adequada no trabalho. A utilização de EPI's tem sido também recomendada. Cerca de 44,4% das microempresas, 30,3% das pequenas e 50% das médias empresas pesquisadas têm promovido espaços de tomada de decisão compartilhado.

Este quadro sumário das condições gerais de trabalho vigente na área indica que a preocupação com a gestão da qualidade do trabalho no âmbito das empresas pesquisadas ainda é

muito incipiente. Ela contrasta com a lógica predominante de aumento da produtividade no curto prazo. As práticas de gestão empresarial conservam ainda hoje um perfil centralizador e tecnocrático. Finalmente, o trabalho informal vem sendo reforçado pela precariedade do sistema de fiscalização e pela ausência de uma política estratégica de desenvolvimento integrado do setor.

### 4.3 Inovações técnicas e processos de aprendizagem

A cadeia produtiva têxtil-vestuarista é formada, à montante, pelos setores químico, agroindustrial, petroquímico, de acabamento, têxtil e de bens de capital; e à jusante, pelo setor de comércio varejista e atacadista, como sugere a Figura 22.

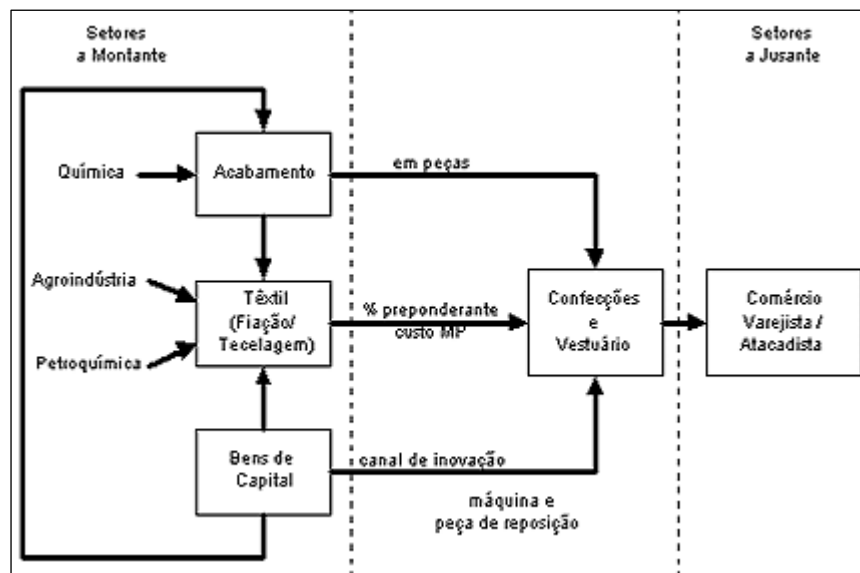


Figura 22: Cadeia produtiva têxtil-confecções

**Fonte:** Cadeia produtiva têxtil-confecções (2007)

Os insumos para essas atividades são oriundos fundamentalmente dos segmentos têxtil (fiação e tecelagem), químico, de produção de bens de capital, entre outros, situados em São Paulo, nos estados do Nordeste e em outras regiões do Estado de Santa Catarina (sobretudo no Médio Vale do Itajaí). É na fase de confecção e vestuário que as empresas da região do Alto Vale do Itajaí concentram seus trabalhos, como já foi apresentado pelo quadro da classificação CNAE/95 na seção anterior.

As entrevistas realizadas com os atores chaves e os questionários aplicados junto a 53 empresas comprovam que os principais fornecedores de insumos localizam-se fora da região do



Alto Vale do Itajaí. Nas pequenas empresas, 46,4% dos respondentes admitiram que seus fornecedores operam em outras regiões – em contraste com os 35,7% desses pequenos empreendimentos que são abastecidos por fornecedores sediados na própria região. Por sua vez, 38,9% das microempresas pesquisadas dependem de fornecedores externos e 22% dependem de fornecedores locais (Figura 23).

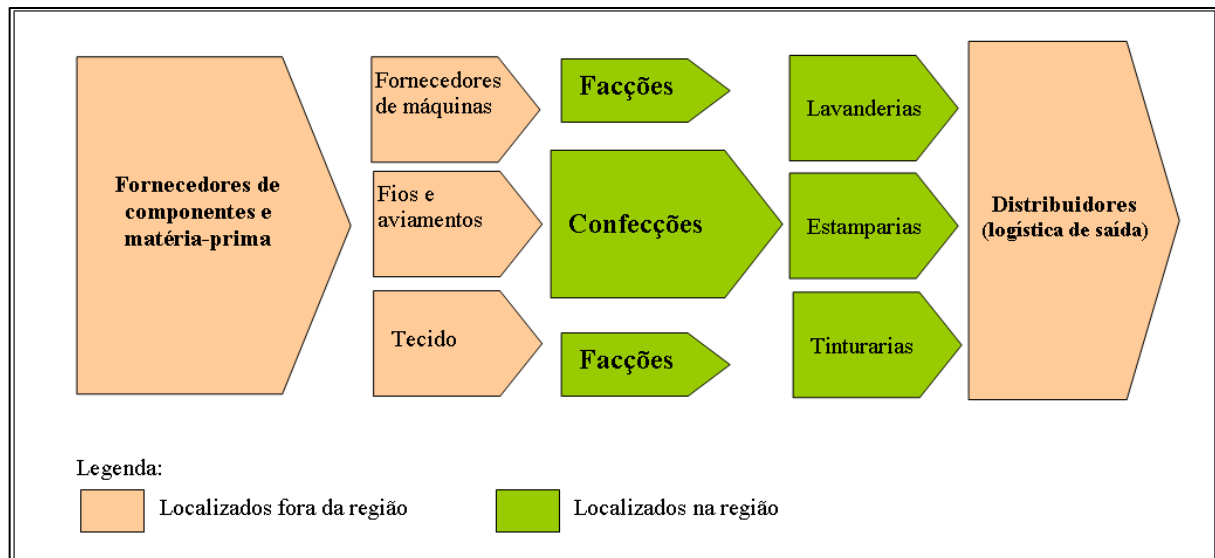


Figura 23: Cadeia produtiva do segmento de confecções

**Fonte:** Pesquisa de campo.

Os microempresários locais confirmam também que a maior parte dos fornecedores de insumos é oriunda do Vale do Itajaí, comprovando a existência de fortes interações entre as empresas dessa microrregião e aquelas do Médio e do Baixo Vale. Já para as pequenas empresas, os fornecedores são oriundos de outras regiões do País (45,5% dos respondentes), e da Região Sul (36,4%). Finalmente, as empresas de porte médio dependem de fornecedores do exterior, do Brasil e da Região Sul. Dessa forma, a rede de fornecedores, especialmente, das microempresas, é interna à aglomeração do Alto Vale e à macrorregião do Vale do Itajaí. Por outro lado, na rede de fornecedores externos, especialmente das pequenas empresas, ao arranjo estão incluídos os estados do sudeste, do nordeste e o sul do Estado de Santa Catarina.

Além das características básicas dos fornecedores de insumos, delineamos o cenário de inovações tecnológicas que acompanham a evolução desse aglomerado, mencionando ainda algumas das principais iniciativas de capacitação da mão-de-obra que têm sido tomadas nas principais fases do processo produtivo. As informações coletadas oferecem um panorama

exploratório das redes de cooperação e de transferência de tecnologia já estruturadas no nível territorial (MAILLAT, 1995; BENKO, 2001; LEMOS, 2003).

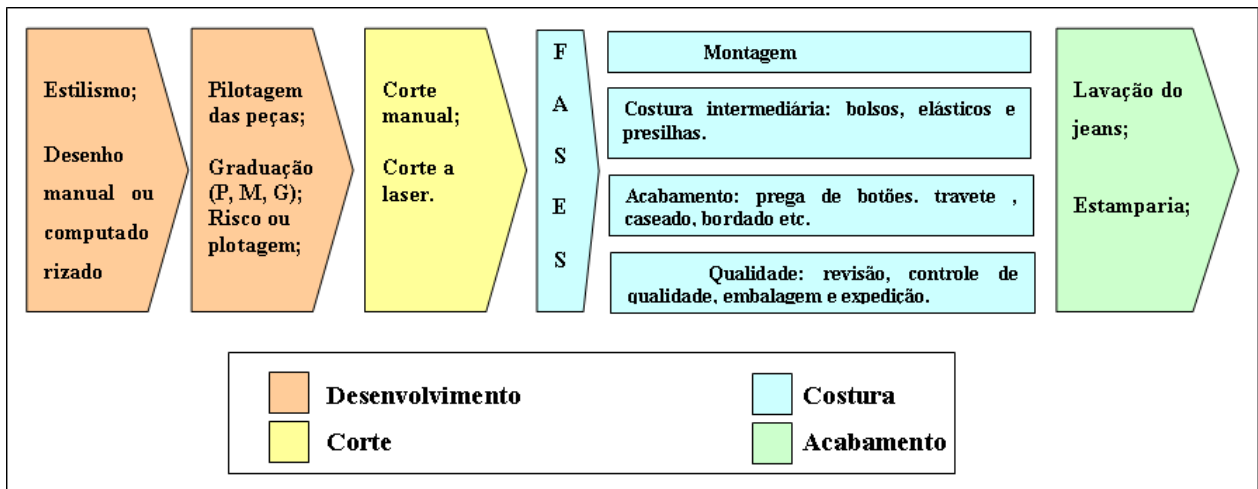


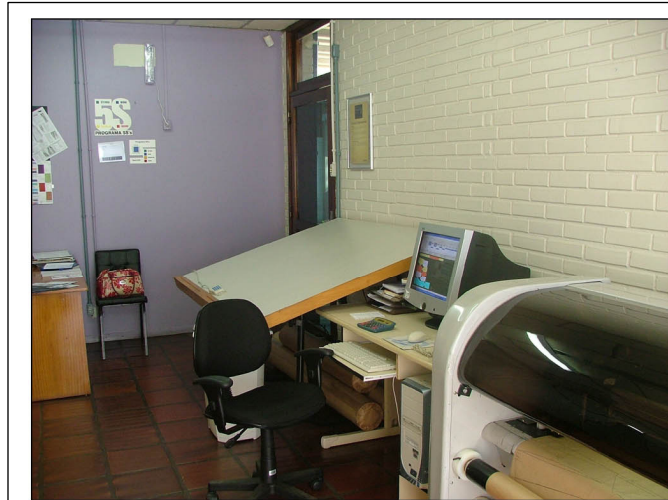
Figura 24: Etapas do processo produtivo da fase de confecção

**Fonte:** Pesquisa de campo (2007)

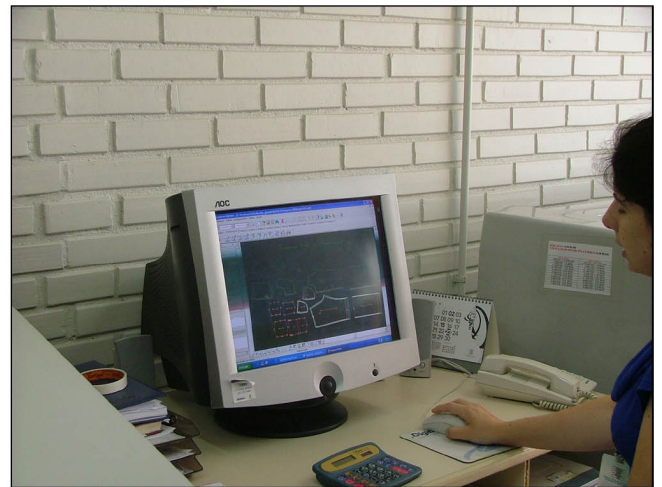
As empresas da região têm acompanhado indiretamente as inovações tecnológicas que Schumpeter (1982) classifica como “radicais”, principalmente junto a setores – à montante - dos ramos de bens de capital, químico e novos materiais<sup>93</sup>.

Na fase de modelagem descrita na Figura 24, a utilização do sistema AUDACES é valorizada, relativamente ao sistema de modelagem manual. Trata-se de uma inovação advinda da indústria de *softwares* e que vem se disseminando pouco a pouco entre as empresas sediadas no Alto Vale. O novo sistema - segundo Valler (2007) - permite (i) a criação de moldes diretamente na tela – sem mesa digitalizadora; (ii) o ajuste progressivo das ações de medição e corte dos moldes; (iii) a utilização da função visual para conferência automática de medidas dos moldes; (iv) a coleta de informações sobre perímetro e área a serem selecionados para todos os tamanhos; (v) a realização de piques configuráveis em tamanho e forma; e (vi) a utilização dos mais diversos periféricos (plotter, impressora, mesa digitalizadora, mesa automática de corte etc.) (Figura 25).

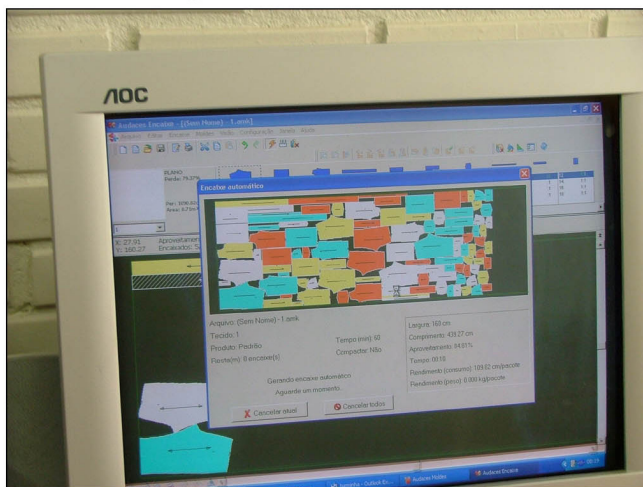
<sup>93</sup> Inovação radical refere-se ao desenvolvimento de um novo produto, processo ou forma de organização da nova produção. Tais inovações podem originar novas empresas, setores, bens e serviços; e ainda significar redução de custos e aperfeiçoamentos em produtos existentes (LASTRES e CASSIOLATO, 2007, p. 13).



Mesa digitalizadora, computador e impressora de moldes



Sistema AUDACES do SENAI



Programação dos cortes



Impressora de moldes

Figura 25: Fotos do sistema AUDACES

**Fonte:** Pesquisa de campo

Todavia, o sistema ainda não é compartilhado pelo conjunto das empresas do aglomerado, mesmo se levarmos em conta que o SENAI tem investido esforços na sua difusão junto às MPes da região nos últimos anos.

Os equipamentos são sem tanta inovação no setor da região, onde se tem agregado inovação tecnológica é na atividade de lavanderia. Outras inovações são realizadas no desing do produto. O sistema da UFSC é muito utilizado, o AUDACES (representante SENAI de Rio do Sul).

A utilização do sistema Audaces, consoante a opinião de uma técnica do SENAI, “[...] trouxe mais agilidade ao processo de modelagem, já que a modelagem manual exige formação

especializada. Com a modelagem computacional tudo é facilitado, além da agilidade dada ao processo de criação”.

Dados obtidos junto ao SENAI confirmam que existem vários outros programas no mercado que se ajustam à especificidade desse segmento, a exemplo do Lectra, do Geber, Moda 1, do RZ CAD, do OPIT CAD, e do Investronica. No entanto, o SENAI tem utilizado apenas o sistema AUDACES, criado em Florianópolis e que ocupa a liderança nas vendas efetuadas em escala nacional.

Como já foi destacado anteriormente, o SENAI vem prestando serviços também para as empresas que não dispõem dessa inovação tecnológica. Os dados coletados revelam que tais serviços têm sido utilizados com mais frequência pelas MPEs. Em certos casos, o *software* está disponível, mas não a impressora, considerada indispensável na fase de impressão dos moldes. Nesse sentido, ao lado do reconhecimento da relevância dos serviços prestados pelo SENAI, uma instituição paraestatal, alguns depoimentos apontam para os impasses gerados pelos elevados custos do sistema e da prestação de serviço estabelecida pelo SENAI.

Permanecendo ainda na reconstituição das várias fases do processo de produção, seria importante ressaltar a defasagem tecnológica que ainda prevalece no momento do corte. Como sugere a Figura 26, as operações de corte vêm sendo realizadas manualmente. Um representante do SINFIATEC atesta que nenhuma empresa do Alto Vale tem utilizado equipamentos de corte a *laser*, do tipo CAD e CAM integrado, ou seja, equipamentos baseados em parâmetros eletrônicos (Figura 26).



Figura 26: Foto corte manual

**Fonte:** Pesquisa de campo.

Já na fase III da costura, como sugere a Figura 24, as máquinas adotadas são as de tipo convencionais. Um fornecedor de máquinas sediado na própria região admite que os equipamentos eletrônicos permitiriam uma redução de 60% no consumo de energia.<sup>94</sup> No entanto, uma prática comum, principalmente entre os microempresários, diz respeito à aquisição de máquinas usadas ou seminovas .

Além da utilização de tecnologias como *softwares* e máquinas de costura eletrônicas, com baixo consumo de energia, importa mencionar as inovações de natureza sociorganizacional que se utilizam de novos equipamentos e *layout* diferenciado. Uma das mais interessantes para as finalidades desta tese, e que tem repercutido favoravelmente junto aos empresários do Alto Vale, é o sistema ETON. De acordo com Bernardino (2007), ele foi criado na Suécia na década de 1920, com o objetivo de facilitar o trabalho, diminuir o tempo de produção e, dessa forma, incrementar o nível de produtividade global das empresas.

Equipamentos de futuro a “empresa X” [alteração nossa] tem um robô que vem aumentando a produtividade da empresa, a costureira não precisa mais buscar as peças cortadas para costurar o robô traz até ela por meio aéreo. O maquinário é bem moderno. Esse equipamento é da Alemanha e 90% dos alunos do NEP vão trabalhar com a Rovitex aqui em Ituporanga com carteira assinada (representante NEP Ituporanga).

---

<sup>94</sup> Algumas dessas máquinas são: Máquina 2 agulhas eletrônica SunStar; máquina 1 agulha eletrônica Direc Drive SunStar; máquina braço eletrônico SuStar; máquina bainha para jeans eletrônica SunStar, etc.

Situação	Sistema ETON	Sistema tradicional
<b>Abastecimento do grupo</b>	Uma pessoa abastece até três células.	Em três células, três costureiras precisarão abrir pacotes.
<b>Tempo padrão reduzido</b>	Redução do tempo através de micro-movimentos, como: apanhar peças no pacote, descartar, tempo de pacote, etc.	Utiliza mais tempo nos micro-movimentos como apanhar peças no pacote, descartar, tempo de pacote.
<b>Aumento da produtividade</b>	Com redução do tempo, ocorre o aumento de produção em peças e eficiência.	O tempo maior não permite a produção de mais peças
<b>Controle das partes das peças</b>	A operadora responsável pelo abastecimento só enviará cabides com todos os elementos da peça.	Um pacote pode ser produzido e no final da linha podem faltar partes como mangas ou golas.
<b>Controle de aviamentos</b>	A operadora responsável pelo abastecimento só enviará cabides com todos os aviamentos necessários.	Um pacote pode ser produzido e no final da linha podem faltar aviamentos, como etiquetas.
<b>Separação de tonalidades</b>	Em caso de produtos com tonalidades, estas já serão separadas fora do grupo de produção, pela operadora do abastecimento.	Em caso de produtos com tonalidade, uma costureira do grupo será responsável pela separação antes de entrar na linha de produção.
<b>Sobras de aviamentos</b>	Ao término do processo, a operadora já encaminhará os aviamentos organizados para seu devido local.	As costureiras ou revisoras terão de recolher as sobras e encaminhar para que um embalador organize as mesmas.
<b>Sobras de partes das peças e retalhos</b>	Neste sistema as sobras já são aproveitadas no ato do abastecimento, onde já serão recortadas pela operadora.	As sobras terão que ser aproveitadas e recortadas pelas costureiras do grupo.
<b>Fluxo do processo</b>	Neste sistema não há retorno de peças na linha de produção, ela entrará na linha e seguirá até o último posto sem retornar.	As peças podem voltar de uma máquina para outra, no sentido contrário que deveria ser.
<b>Controle de qualidade</b>	A revisora apenas buscará a operação, sendo que o sistema identificará a costureira responsável, encaminhando até a mesma.	Quando há mais de uma pessoa fazendo a mesma operação sempre há discussão de quem é responsável pelo problema.
<b>Controle de eficiência</b>	Pode ser controlado individualmente, em tempo real, apresentando o tempo gasto para cada operação.	Não se tem um controle efetivo individual, somente em grupo, tão pouco consegue-se o tempo gasto para cada operação.
<b>Balanceamento de linha</b>	Fica visível em cada posto e através de gráficos como está o balanceamento do grupo, onde se precisa de maior ajuda.	Devido ao fluxo e a outros fatores, fica difícil um balanceamento real, pois muitas vezes o problema não é visível.
<b>Organização dos grupos</b>	O aspecto do grupo é mais “aberto”, com maior espaço e sem bancos ou extensões para atrapalhar.	Grupos são mais compactos, pois entre as máquinas necessita-se de bancos e extensões.
<b>Conversa entre costureiras</b>	Com maior distância entre um posto e outro, bem como pelas peças nos cabides, a conversa entre costureiras é reduzida.	As máquinas são mais próximas o que facilita a conversa.
<b>Ritmo de produção</b>	Com um balanceamento mais definido, nenhuma das operadoras poderá diminuir seu ritmo, ou sua operação irá parar o sistema.	Caso alguém diminua seu ritmo, não será percebido rapidamente pelo grupo.

Quadro 42: Comparativo entre o sistema ETON e o sistema tradicional

**Fonte:** Bernardino (2007, p. 28).

Mas apesar disso, como sugere o Quadro 42, os trabalhadores envolvidos na linha de produção são submetidos a uma dinâmica que acentua os pontos de estrangulamento do sistema



tradicional, no qual o controle da produtividade é considerado “escravizador”, com metas a serem cumpridas por hora de trabalho e monitoramento rígido dos desempenhos. O sistema ETON proporciona assim vantagens do ponto de vista ergonômico e da organização do trabalho (layout, limpeza, sobras e falta de peças e aviamentos), mas acaba comprometendo seriamente a qualidade das relações humanas no ambiente empresarial, sem contar que o ritmo de trabalho é estabelecido pela máquina e não pelo trabalhador (Figura 27).



Posto de Inspeção

Organização no Sistema ETON

Figura 27: Fotos do sistema ETON

**Fonte:** Bernardino (2007).

Seguindo na análise da tecnologia empregada no setor, percebemos que a atualização tecnológica das empresas de menor porte, assim como das facções informais, que mobilizam processos produtivos artesanais, tende a ocorrer por meio da aquisição de máquinas seminovas ou usadas, como já exposto. Esta tendência é reforçada pelo fato de ainda predominar uma cultura empresarial pouco sensível ao aprimoramento tecnológico permanente, com pouca capacidade de investimento em tecnologias de ponta (RAUD, 1999). As fotos apresentadas a seguir são de facções de fundo de quintal (facções informais) e demonstram a realidade técnica e de condições de trabalho das mesmas.



Realidade das facções fundo de quintal

Figura 28: Fotos da realidade nas facções de fundo de quintal do Alto Vale do Itajaí

**Fonte:** Pesquisa de campo

As facções de fundo de quintal, ou informais, são operadas nas próprias residências das costureiras, e carecem de condições adequadas de iluminação, arejamento e ergonomia (Figura 28). As atividades assim desenvolvidas têm sido avaliadas como prejudiciais não só à dinâmica do mercado, pois reduzem o preço dos serviços prestados e, dessa forma, as margens de lucro das empresas formais. Além disso, oferecem sérios riscos à saúde dos trabalhadores e acabam onerando o sistema de seguridade social.

Outro aspecto que merece destaque no caso das atividades desenvolvidas nas facções - formais e informais - diz respeito ao nível de atualização tecnológico imposto pelas empresas que subcontratam esses serviços. Em certos casos, a própria empresa contratante fornece as



máquinas e os equipamentos necessários, mediante um sistema de empréstimo ou financiamento amortizável a cada serviço prestado.



Realidade das microempresas da região

Figura 29: Fotos da realidade das microempresas do Alto Vale do Itajaí

**Fonte:** Pesquisa de campo

A Figura 29 aponta as principais características do funcionamento das microempresas. Por exemplo, o sistema de modelagem é realizado manualmente, ou encomendado ao SENAI (como mencionamos anteriormente). A costura é realizada por maquinário compartilhado pelo conjunto das empresas e as novas aquisições se restringem às máquinas seminovas. Geralmente, o nível de sofisticação tecnológica alcançado pelas microempresas é inferior ao das pequenas empresas. Todavia, as condições de trabalho das microempresas são consideradas um pouco melhores do que aquelas constatadas nas “facções de fundo de quintal”.

Ao comparar os dois tipos de empresas (Figuras 28 e 29), nota-se que as facções de fundo de quintal e as microempresas, em termos de tecnologias e *layout* produtivo, são menos estruturadas do que as empresas de pequeno e médio porte. Isto evidencia ainda mais a heterogeneidade de padrões tecnológicos vigentes na microrregião (Figura 30), algo que não acontece, por exemplo, na Terceira Itália.



Realidade das empresas de pequeno porte

Figura 30: Fotos da realidade das pequenas e médias empresas da região

**Fonte:** Pesquisa de campo

A Figura 30 torna ainda mais evidente a heterogeneidade dos padrões tecnológicos vigentes no nível local. Enquanto as facções e as microempresas mobilizam as técnicas consideradas mais rudimentares, as pequenas e médias utilizam as mais avançadas, a exemplo do sistema Audaces para modelagem, do sistema ETON para a organização dos processos

produtivos, de máquinas de costura eletrônicas, mais econômicas do ponto de vista do consumo de energia etc. A defasagem tecnológica das empresas da microrregião deve ser interpretada, portanto, à luz da imbricação complexa de vários fatores. Mas a ênfase recai nas variáveis relativas às condições de acesso ao crédito e à disponibilidade de linhas de financiamento compatíveis com as especificidades de cada empreendimento (SACHS, 2002). Além disso, a heterogeneidade desses padrões tecnológicos tende a bloquear a formação de redes de subcontratação, na medida em que ordena as empresas em função dos diferentes padrões de qualidade dos produtos que são colocados no mercado.

Com efeito, com base numa visão territorializada das estratégias de desenvolvimento, as inovações resultam do fomento à inventividade dos atores sociais envolvidos numa dinâmica “em rede” do conjunto das empresas (COURLET e SOULAGE, 1994). Contudo, no caso do Alto Vale do Itajaí os depoimentos dos representantes das Prefeituras, das ACIs e das ONGs confirmam que as trocas e a busca de aprimoramento técnico ocorrem geralmente entre as empresas pertencentes à mesma família. Nas interações entre as firmas e com os fornecedores de equipamentos e bens de capital, a regra norteadora permanece a do “segredo”. Portanto, para além das condições de acesso ao crédito e às linhas de financiamento para a melhoria progressiva dos padrões tecnológicos, outros fatores devem ser levados em conta. Seria importante mencionar, por exemplo, (i) o pouco estímulo à inovação por parte dos empreendedores; (ii) o baixo nível de qualificação profissional; (iii) a carência de instituições de pesquisa e de fomento dessas inovações na microrregião; e (iv) a reduzida capacidade de articulação entre os empresários locais. Pelas entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo, tornou-se evidente o funcionamento “em mosaico” ou fragmentado das empresas na busca de alternativas tecnológicas para o setor:

Entre as empresas do município não há ações conjuntas, mas entre os fornecedores e as empresas ocorrem trocas (representante da Prefeitura de Vitor Meireles).

Ações conjuntas no fomento a inovações tecnológica não existem, só há exigência da qualidade pela ‘empresa mãe’ (representante da Prefeitura de Ibirama).

Tornou-se também evidente que o parceiro mais importante para a melhoria do padrão tecnológico das empresas é o fornecedor - seja de insumos ou de equipamentos. As empresas dispõem geralmente de vários fornecedores, de acordo com o seu potencial de investimento, essa

tendência contribui para a promoção da diversidade e da heterogeneidade de padrões tecnológicos e, conseqüentemente, da qualidade:

Hoje os empresários buscam junto aos seus fornecedores *know how* e alternativas tecnológicas. O caminho deveria ser com centros tecnológicos e universidades, mas são pouco explorados (representante da Propex Unidavi).

Nas visitas às empresas de micro e pequeno porte, constatamos, por outro lado, uma série de iniciativas voltadas para a introdução de inovações com perfil incremental<sup>95</sup>. Em geral, elas estão ocorrendo no cotidiano dos trabalhadores e encarregados da área de produção, com anuência dos empresários. Iniciativas desse tipo vêm se tornando recorrentes, acompanhando o ganho progressivo de experiência dos trabalhadores e a tendência de descentralização das estruturas de gestão, favorecendo assim maior autonomia no desenvolvimento das ações cotidianas nas empresas.

As inovações sociorganizacionais merecem também alguns comentários adicionais. A pesquisa conduzida por Raud (1999, p. 131) já revelava, há dez anos atrás, que “[...] as PME’s, por serem geralmente criadas por antigos operários, isto é, operários com pouca instrução e bom conhecimento técnico tradicional, apresentam dificuldades no desempenho de funções administrativas e gerenciais”. Esse aspecto não é diferente na região do Alto Vale. Existem empresas que se profissionalizaram e demonstram uma nova postura diante das novas formas de gestão. Contudo, a grande maioria ainda apresenta as características descritas por Raud (1999). Por isso, muitas das MPEs entram e saem do mercado de acordo com os espaços de manobra impostos pela conjuntura econômica. Por outro lado, muitos desses proprietários são ex-agricultores que, desestimulados pela queda do nível de rentabilidade da agricultura, passaram a investir esforços no ramo de vestuário. Muitos venderam parte de suas terras para cobrir os custos exigidos pelo ingresso neste setor. Trata-se de uma situação recorrente, na opinião do representante do NEP no município de Rio do Sul.

Todos esses fatores confluem na criação de bloqueios ao funcionamento adequado dos sistemas de gestão empresarial na região e conseqüentemente de evolução do próprio setor:

---

<sup>95</sup> A inovação incremental refere-se à introdução de qualquer tipo de melhoria em um produto, processo ou organização da produção, sem alteração substancial na estrutura industrial, podendo gerar maior eficiência, aumento da produtividade e da qualidade, redução de custos e ampliação das aplicações de um produto ou processo. Inclui a otimização de processos de produção, o *design* de produtos ou a diminuição na utilização de materiais, energia e componentes na produção de bens e serviços (LASTRES e CASSIOLATO, 2007, p. 13).



endividamento frequente dos empresários, imbricamento excessivo dos espaços familiar e profissional, hábitos de poupança muito embrionários e burocratização excessiva do acesso a linhas de crédito, baixo nível de profissionalização dos empresários, sonegação de impostos e apropriação das margens mais substanciais de lucros pelas oligarquias empresariais.

#### **4.3.1 Infra-estrutura educacional e de capacitação da mão-de-obra local**

O aprendizado no âmbito organizacional é entendido, segundo Salerno (1999), como a capacidade de se dominar a utilização de novos procedimentos, equipamentos ou critérios de tomada de decisão. Portanto, a aprendizagem pensada nesses termos transcende a dimensão exclusivamente técnica, envolvendo a consideração de aspectos sociorganizacionais e ético-políticos. Veltz *apud* Salerno (1999) argumenta que os procedimentos de operação, formação de redes cooperativas inovadoras e aprendizagem coletiva favorecem geralmente o surgimento de modelos alternativos.

Seguindo esse espectro, a pesquisa de campo buscou apreender a realidade das instituições de formação de mão-de-obra na região do Alto Vale e observou que ela está pautada na existência de organizações de nível técnico e nível superior. Porém, as de nível técnico se sobressaem em relação às de nível superior, pelo fato de permitirem a oferta de um volume mais substancial de cursos direcionados ao aprimoramento das atividades do setor têxtil-vestuarista. Apesar dos cursos de nível técnico contemplarem um número maior de vagas e estarem sendo avaliados como mais efetivos, é preciso destacar a presença, na microregião, de cursos de nível superior direcionados a esse setor. Todavia, não constatamos a existência de institutos de P&D. No Quadro abaixo apresentamos um panorama sintético do cenário atual.

FORMAÇÃO	Admitidos	Formados									Total
	UNIASSELVI	SENAI			NEP (SDR Rio do Sul)			NEP (SDR Ituporanga)			
	2007	2005	2006	Julho 2007	2005	2006	Julho 2007	2º Semestre 2005	2006	Julho 2007	
Superior	50	64	85	91	-	-	-	-	-	-	290
Técnico	-	57	44	16	128	93	57	47	173	123	738
Aprendizagem*	-	-	19	23	-	-	-	-	-	-	42
Qualificação**	-	300	320	214	-	-	-	-	-	-	834
<b>Total</b>	50	421	468	344	128	93	57	47	173	123	1904

Quadro 43: Cursos ligados ao segmento do vestuário do Alto Vale do Itajaí

**Fonte:** Pesquisa de campo

Como indicam os dados apresentados, no conjunto das instituições de ensino superior, apenas a UNIASSELVI e o SENAI oferecem cursos direcionados ao setor vestuarista. Importa ressaltar que a UNIASSELVI, no início de 2007, implantou um curso de *Design em Moda*. E o SENAI, nos últimos dois anos e meio, graduou 240 estudantes aptos a ingressar no ramo. A UNIDAVI é a mais antiga Universidade do Alto Vale do Itajaí, mas não oferece nenhum curso diretamente relacionado às necessidades de evolução do setor na microrregião. Ela coloca à disposição do setor os cursos de gestão, contribuindo com a formação e profissionalização de empresários ali sediados. Além da UNIDAVI, vale a pena mencionar os cursos promovidos pela UDESC em Ibirama, direcionados principalmente para a área de gestão.

Por outro lado, os cursos técnicos já formaram um total de 738 pessoas. Cerca de 84% foram formados pelos Núcleos de Ensino Profissionalizante (NEP) de Rio do Sul e Ituporanga, e os 16% restantes pelo SENAI. Além dos cursos técnicos, o SENAI disponibiliza cursos gratuitos de aprendizagem e qualificação para a comunidade interessada – favorecendo principalmente o segmento de jovens de 14 a 24 anos de idade. O curso <sup>96</sup> dispõe de receitas provenientes do compulsório, previsto em lei, descontado da folha das empresas e repassado para o SENAI. Já os cursos de qualificação são pagos pela comunidade ou por empresas. A carga horária e os pré-requisitos para o ingresso variam em função do tipo de curso oferecido. Dentre os cursos de qualificação, identificamos aqueles voltados para as operações de costura, modelagem (convencional e CAD), risco e corte, e mecânica de máquinas de costura, entre outros. Constatamos que no período de 2005 a julho de 2007 um total de 1.904 pessoas já foi formado.

<sup>96</sup> Até poucos anos era para jovens de 14 a 18 anos incompletos, sendo este aluno chamado de menor aprendiz.

O papel exercido pelo SENAI na formação da mão-de-obra local constitui um tema controverso. Os entrevistados de Rio do Sul, que utilizam com mais frequência os serviços oferecidos por esta instituição, conservam uma imagem positiva do trabalho que vem sendo realizado. Cerca de 58% dos agentes governamentais acreditam que o SENAI vem atuando de forma relevante na formação técnica da mão-de-obra local. Vale a pena mencionar também que a sede do SENAI está localizada em Rio do Sul apenas. Nos municípios menores, distantes da sede de Rio do Sul, a imagem da instituição tende a ser mais negativa. Muitos acreditam que o trabalho do SENAI poderia ser ampliado para atender de maneira mais equitativa as comunidades sediadas no Alto Vale. Quanto aos depoimentos dos representantes das associações empresariais locais, mais de 50% acreditam que o trabalho do SENAI tem permanecido aquém do nível desejável – sobretudo pelo fato de integrar o sistema “S”, dotada do perfil de instituição paraestatal que recebe incentivos do governo:

As universidades contribuem para a parte administrativa. Quanto ao Senai só tem em Rio do Sul e eu não os vejo aqui (representante da Prefeitura de Dona Emma).

SENAI tem pouco contato; cobram e tem valores bem elevados. O NEP às vezes pode ser melhor e sem qualquer custo. O NEP tem parceria com a Unidavi, as palestras dos nossos alunos são de professores da Unidavi, serve para divulgar o trabalho deles e nosso. Não é sempre, mas às vezes fazemos reuniões através da SDR e da universidade, quando nos procuram, mas não é constante, geralmente é para as palestras (representante NEP de Ituporanga).

Os cursos do SENAI têm custo muito elevado, são direcionados para jovens das classes mais altas. O NEP atende ao pessoal de baixa renda. O NEP estava preocupado em descentralizar suas ações e não a se limitar somente à Ituporanga. A SDR de Rio do Sul tem a tendência de centralizar. O NEP qualifica só o básico, precisamos de curso mais avançado (representante da Associação Empresarial de Agrolândia).

Existe a possibilidade dos ensinamentos do SENAI... mas o que a pessoa aprende hoje é de pai para filho, nas de fundo de quintal. Eles são acostumados, não precisam sair para se especializar, apesar de nós sabermos que tem a possibilidade de cursos. Não vejo o SENAI indo para Laurentino para nos procurar (associação empresarial) no sentido de qualificar a mão-de-obra local (representante da Associação Empresarial de Laurentino).

Apesar disso, acreditamos que o trabalho desenvolvido pelo SENAI é importante para muitas empresas da região, e este ponto de vista foi corroborado por vários entrevistados:

O SENAI é muito preocupado e vem fazendo o seu papel. No setor do jeans não vê a universidade; só nos cursos de marketing, administração, contábil, mas em termos de tecnologia não. a universidade deveria entrar mais na tecnologia. As universidades são

caça níquel e não pensam no que é necessário para o desenvolvimento regional. O comércio e a indústria vão tomar o espaço e a cultura inicial da agricultura vai se exaurir. A agricultura deveria ter o seu foco mais direcionado (representante da AMAVI).

Hoje o SENAI contribui muito na formação. O SENAI adquiriu o sistema AUDACES – isso fez com que as empresas adquirissem esse mesmo sistema. As empresas se beneficiam dos cursos técnicos e nível superior do SENAI. Mesmo o sistema AUDACES, as micro e pequenas empresas que não têm condições, têm acesso através do SENAI. O SENAI cobra por esse serviço, mas o custo é baixo, só cobre para manter o sistema e o operador do mesmo (representante do SENAI de Rio do Sul).

É importante o SENAI só tem em Rio do Sul e o pessoal acha difícil ir até lá. Em Taió só temos o SENAC que promove alguns cursos aqui. Quanto à universidade, em Taió não tem nenhum curso voltado para essa área (representante da ACI de Taió).

Além dos cursos oferecidos pelo SENAI e pelo NEP para a formação técnica da mão-de-obra local, muitas prefeituras, em parceria com empresários e associação comercial e industrial, vêm disponibilizando diversas experiências de capacitação. Elas têm sido implantadas principalmente nos municípios de menor porte, onde o acesso às outras formas de ensino e qualificação profissional é geralmente mais difícil:

Em Vitor Meireles o trabalho dessas instituições é aquém do esperado. Às vezes falta ao empresário ter maior sintonia com o poder público e em conjunto conseguirem resolver essas demandas. Falta mão-de-obra, mas ninguém quer começar isso, geralmente, o que acontece é que um investe e outro colhe (representante do CDL de Vitor Meirelles).

Nada, zero. O SENAI, nada, estão longe daqui. E as universidades também (representante do CDL de Witmarsum).

Um dos projetos que tem é o de buscar parceiro SENAI, SENAR, SENAC para fazer profissionais dentro do município. A ACIIB tem 23 máquinas numa sala para formação de mão-de-obra. A FEE – Fundação Educacional Hans Hamônia; a UDESC (representante ACI de Presidente Getúlio).

A maior parte dos entrevistados conserva uma visão negativa da atuação das universidades tendo em vista o desenvolvimento estratégico do segmento. Mais da metade dos representantes das prefeituras e associações empresariais locais consideram que as universidades locais têm contribuído muito pouco neste sentido. As opiniões favoráveis convergem no reconhecimento dos benefícios gerados pelos cursos de gestão:

Com relação às universidades, agora estão fazendo cursos direcionados para o setor de confecções – está começando haver necessidade desse tipo de mão-de-obra. Os cursos são de gerência de produção e de moda e *desing*. Especialmente a universidade



(UNIDAVI). Não sei se ela se preocupa com a região; faltam laboratórios (representante da ACI de Rio do Sul).

As universidades deveriam sair do seu pedestal e entrarem mais ativa na sociedade. Mecanismos de defesa dos empresários, muita informação técnica e pouca prática. O SENAI trabalha na formação da mão-de-obra mais profissional. A universidade forma pessoas para trabalharem em grandes empresas e grandes grupos. O empresário apóia muito mais o SENAI. Há carência de mão-de-obra no SENAI. A migração dos jovens para outras regiões (representante da ACI de Ituporanga).

Há dificuldade de mão-de-obra especializada. Mesmo a mão-de-obra que vem do SENAI, quando ela chega às empresas há necessidade de treiná-las. As empresas precisam se perguntar: Qual é a mão-de-obra que eu preciso? E capacitar a mão-de-obra ociosa da região. Hoje a mão-de-obra que é formada é aquela operacional – formação técnica – e o SENAI é o precursor dessa formação. A universidade poderia se inserir na formação de mão-de-obra mais qualificada que buscasse P&D. O grande problema é recurso para isso (quem vai pagar?). Por isso há necessidade de articulação (representante UNIDAVI).

Ao que tudo indica, as universidades locais não conseguem atingir de maneira efetiva o segmento dos empresários vinculados ao setor. A pesquisa de campo confirmou que elas estão ainda pouco preparadas para formar gestores aptos a promover inovações economicamente relevantes nas empresas do segmento vestuarista.

A linha de argumentação desenvolvida até aqui coloca em destaque que a carência de mão-de-obra qualificada resulta diretamente das dificuldades de acesso adequado a experiência de formação e capacitação progressiva. Dentre as mais importantes incluímos a carência de recursos financeiros e a distância a ser transposta nos deslocamentos do local de moradia até os poucos centros especializados. Mas não devemos deixar de mencionar também a inadequação dos currículos relativamente às mudanças que têm marcado a trajetória de desenvolvimento nos níveis local e territorial. Pois é bem verdade que o processo de formação da mão-de-obra dessa indústria se confunde com a trajetória histórica da macrorregião do Vale do Itajaí – como foi apontado por Raud (1999). O estilo de formação baseado na transmissão do patrimônio cultural familiar dos imigrantes predominou até a década de 1970, mantendo-se ainda hoje num contingente expressivo de MPEs. Mas não consegue atender mais as demandas de aprimoramento técnico imposto pelas transformações aceleradas da economia globalizada.

As visitas realizadas nas empresas revelaram uma tendência à rotatividade da mão-de-obra que vem gerando inúmeros conflitos entre os próprios empresários. Buscando enfrentar o problema, eles têm procurado concentrar a capacitação profissional no âmbito das próprias empresas ou na rede pública ou privada de ensino. No que diz respeito a avaliação dos

microempresários, ao serem questionados sobre a efetividade dessa opção, 44,4% dos entrevistados responderam positivamente. Nas pequenas empresas verificamos prevalecer a impressão de que a formação realizada no âmbito das empresas é mais valorizada (39,4%). Cerca de 27,3% continuam valorizando os cursos técnicos. Dentre as empresas de médio porte pesquisadas, apenas duas foram incluídas no quadro amostral. Aqui, os depoimentos convergem no reconhecimento da importância dos processos formativos efetivados dentro e fora das empresas. De maneira geral, os dados demonstram a preferência pela formação no âmbito das próprias empresas - especialmente das pequenas empresas - e também em cursos técnicos.

Agora, tenho sentido que muitas empresas pensam que é melhor preparar dentro da empresa, principalmente, nas fábricas. Geralmente, nas fábricas são contratadas profissionais, costureiras, que preparam e treinam dentro da empresa e são selecionados aqueles profissionais mais aptos. Os empresários têm colocado que o profissional que eles preparam são melhores que os das instituições de ensino. As pequenas fábricas não confiam no profissional vindo dessas instituições (os empresários comentam que quando ele, o trabalhador, vem preparado por esses cursos vêm exigindo mais); se o empresário prepara, ele aproveita a mão-de-obra que preparou. Já o grande empresário diz, eu não tenho espaço para treinar, pego do SENAI. Fábrica: melhor mesmo é preparar o próprio profissional (representante da Unidavi – Taió).

Os dados coletados na pesquisa de campo indicam também que os empresários geralmente não consideram importante a contratação de trabalhadores advindos dos cursos técnicos e universitários localizados na microrregião. O que parece estar em jogo nessa representação são as limitações dos tipos de capacitação que têm sido realizados:

[...] a gente acaba de formá-los aqui dentro da empresa. Muitas costureiras dos cursos técnicos chegam aqui com muita deficiência (empresária de Rio do Sul).

Com efeito, a discussão sobre as questões relativas à estrutura produtiva local, às inovações tecnológicas e aos estilos de qualificação profissional demonstra que as empresas têm investido esforços no seu reposicionamento face às pressões geradas pela nova estrutura econômica mundial. A tecnologia empregada, mais artesanal, junto às microempresas e, mais automatizada, junto às pequenas e médias empresas, vêm sofrendo duramente as coações impostas pela abertura indiscriminada (e descontrolada) dos mercados. As instituições de formação da mão-de-obra, por outro lado, também têm sido pressionadas a modificar suas diretrizes operacionais. A qualificação profissional que até a década de 1970 ocorria somente dentro da unidade familiar e empresarial, passa a ser realizada, agora, dentro de escolas

profissionalizantes, embora nem sempre ajustadas aos padrões exigidos pelo enfoque territorial do desenvolvimento.

Em todos os municípios visitados, são raros os trabalhadores vinculados ao segmento têxtil-vestuarista que dispõem de formação adequada. Afinal, em sua maioria são ex-agricultores, estudantes e comerciantes - como assinalamos anteriormente. Por isso, a região atravessa atualmente um período de transição, passando a creditar mais importância aos espaços de formação organizados fora das empresas.

Diante disso, as pesquisas sobre o tema deveriam focalizar com mais nitidez quais as instituições que apóiam o processo de aprendizado no âmbito territorial, como ele ocorre dentro e fora das empresas da microrregião pesquisada, e também como esses processos favorecem o surgimento de inovações dentro e fora do ambiente empresarial. A partir do que foi exposto podemos concluir que os processos de aprendizagem local, apesar de existirem, não estão favorecendo o fortalecimento de relações de cooperação, travacando o processo de difusão de inovações tecnológicas e sócio-organizacionais, bem como o processo de aprendizagem.

#### **4.4 Síntese do capítulo**

Face à evolução recente da economia internacional, a questão do desenvolvimento territorial emerge como uma resposta a ser aprofundada não somente para as economias industrializadas, mas também para aquelas que caracterizam os países em vias de desenvolvimento (PECQUEUR, 2004). Para muitos estudiosos do tema, a solução plausível para o desenvolvimento seria o estímulo à formação de sistemas produtivos locais integrados.

Apesar de ter emergido recentemente, essa discussão resgata a linha de reflexão oferecida por Alfred Marshall no final do século XIX – muito embora restrita à análise dos padrões de eficiência dos chamados *distritos industriais*. Todavia, faz-se necessário destacar que todos os trabalhos realizados sobre esse tipo de dinâmica industrial, inclusive as noções mais recentes, preocupam-se com a identificação de algumas características comuns. No rol daquelas consideradas mais expressivas pelos estudiosos atualmente podemos incluir: a divisão do trabalho entre as empresas especializadas; a existência de economias fortemente dependentes de processos educacionais inovadores; a presença de uma rede de empresários que procuram facilitar, graças aos contatos diretos entre os agentes, as trocas, a circulação de novas idéias, a adoção e a difusão

intensivas de novas tecnologias (físicas, químicas, biológicas e sociais). Desse ponto de vista, a eficácia de sistemas locais integrados por micro, pequenas e médias empresas resulta diretamente de sua inscrição sócio-territorial e da conquista de um nível ótimo de sinergia entre as empresas (COURLET e SOULAGE, 1994).

Ainda nessa mesma linha de raciocínio, a análise do funcionamento da aglomeração industrial têxtil-vestuarista foi orientada até o momento no sentido de três grandes eixos: (i) o perfil das empresas locais e a divisão do trabalho entre elas, (ii) as características do mercado de trabalho e do perfil da mão-de-obra local, e, por fim, (iii) as mudanças tecnológicas e as dinâmicas de aprendizagem contínua. Quanto ao perfil do parque industrial, constatamos que predominam as micro e pequenas empresas, com reduzida divisão “social” do trabalho. Muitas delas especializaram-se na atividade de costura e acabamento, carecendo do apoio de unidades de fornecedores especializados à jusante e à montante. Apesar disso, o índice de concentração industrial é considerável, com um coeficiente locacional superior a 2.

No que tange ao mercado de trabalho, a pesquisa revelou, de maneira geral, que a mão-de-obra empregada nesse segmento é oriunda de áreas onde predomina a agricultura familiar. A mão-de-obra disponível dispõe de um nível ainda reduzido de especialização no setor. Esse fato tem acarretado a rivalidade entre as firmas, em busca de trabalhadores cada vez mais especializados. Além desse fato, observa-se certa desorganização do ponto de vista sindical, pois a região é regida por três sindicatos: o SITTEV, o Sindicato dos trabalhadores de Rodeio e o Sindicato dos trabalhadores de Agrolândia.

O mercado de trabalho do setor na microrregião dispõe predominantemente da força de trabalho feminina, em sua maioria jovens estudantes. Apesar desse segmento empregar inúmeros trabalhadores das zonas rurais, ele tem demonstrado limitações no campo social (nível salarial, informalidade, etc.), aspecto que será aprofundado no próximo capítulo.

Quanto à densidade do processo de inovação tecnológica, constatamos que as empresas mobilizando tecnologias de ponta, convivem com aquelas que operam nos moldes tradicionais. Essa convivência gera problemas de cunho estrutural do setor, e está sendo sentida, principalmente, pelas facções informais. Descata-se também a ausência de instituições de apoio ao setor. As escolas de formação que existem na microrregião disponibilizam cursos de gestão, mas os mesmos não contemplam as demandas específicas geradas pela conjuntura socioeconômica atual. No que se refere aos cursos de formação técnica, observamos que, na

maioria dos casos, eles vêm sendo realizados nas próprias empresas. Neste sentido, do ponto de vista estrutural, apesar das empresas estarem concentradas no Alto Vale do Itajaí, elas continuam a operar bastante defasadas no que diz respeito à instrumentalização técnica. Além disso, as redes de formação e qualificação profissional pouco têm contribuído para a consecução de sinergias entre as empresas.

Portanto, muitos aspectos críticos do setor foram constatados durante a pesquisa de campo. É bem verdade que os impactos econômicos do setor no curto prazo têm sido considerados pela opinião pública local como positivos. Os jovens trabalhadores rurais reconhecem as vantagens das oportunidades de emprego que foram criadas até agora. Todavia, muitos outros aspectos devem ser considerados, para que ocorra um positivo avanço do setor frente o desenvolvimento do território em questão.

## CAPÍTULO V - ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA, GOVERNANÇA TERRITORIAL E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DO SEGMENTO TÊXTIL-VESTUARISTA

*Outro aspecto importante de aproximação das noções de sustentabilidade e território no campo do desenvolvimento refere-se à consideração da interdependência entre os sistemas sociais e os ecossistemas. Nesta perspectiva, a visão que dissocia a natureza e os seres humanos é superada e suplantada por uma visão simbólica e co-evolutiva.<sup>97</sup>*

Neste capítulo, o foco incide nos impactos socioambientais da organização produtiva têxtil-vestuarista do Alto Vale do Itajaí. A análise inclui aspectos relativos à dinâmica mercadológica, com o intuito de identificar os possíveis modos de governança territorial que poderão ser assumidos por este segmento nos próximos tempos.

Neste sentido, buscou-se delinear, num primeiro momento, o mercado (fornecedor e consumidor) e a rede de instituições implicadas nas dinâmicas produtivas atualmente. E, num segundo momento, procuramos mapear os laços de cooperação identificados na pesquisa de campo. Por fim, o capítulo resgata o “jogo de atores” envolvidos na busca de internalização consequente da problemática socioambiental e oferece um balanço dos resultados alcançados até o momento.

### **5.1 Mercado e reciprocidade: os padrões de articulação institucionais e os modos de governança inseridos no contexto territorial do segmento têxtil-vestuarista**

Para Courlet e Soulage (1994), os sistemas de PME's fortemente ancorados num dado território mobilizam geralmente o jogo combinado de dois mecanismos básicos de funcionamento: i) o *mercado*, considerado como mecanismo essencial de regulação da demanda e da oferta de bens e serviços; e ii) a *reciprocidade*, que consiste na troca de serviços gratuitos. Esta última condiciona a existência de relações que vão além das transações puramente comerciais.

---

<sup>97</sup> (ANDION; SERVA e LÉVESQUE, 2006).

### 5.1.1 A inserção mercadológica da atividade têxtil-vestuarista

O mercado consumidor das empresas vinculadas à aglomeração industrial em pauta está concentrada nas regiões sudeste e sul do Brasil, conforme expresso na fala abaixo. Contudo, deve ser ressaltado que o setor integra tanto as empresas consolidadas que possuem marca própria, quanto àquelas que funcionam como meras prestadoras de serviço – as facções. No que se segue, passamos a caracterizar inicialmente o segmento de empresas que possuem um mercado consumidor efetivo e que são denominadas popularmente empresas de “marca própria”. Na seqüência, caracterizaremos a dinâmica das prestadoras de serviços.

90% do mercado que os empresários atingem é o sul do país e os outros 10% para o sudeste (representante SINFIATEC).

Entretanto, com base na pesquisa de campo realizada numa amostra de 53 empresas sobre o mercado de destino das vendas, especialmente das firmas de marca própria, foi possível identificar as seguintes tendências.

Tabela 15: Destino das Vendas em %

<b>Destino</b>	<b>1990</b>	<b>1995</b>	<b>2000</b>	<b>Anos 2006</b>
<b>Micro</b>				
<b>Local</b>	32,5	25,0	33,3	25,9
<b>Estado</b>	42,5	35,0	29,2	41,5
<b>Brasil</b>	25,0	40,0	37,5	32,7
<b>Exterior</b>	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Total respondentes</b>	4	4	6	12
<b>Pequena</b>				
<b>Local</b>	15,9	18,4	26,1	22,1
<b>Estado</b>	43,3	35,0	28,5	25,9
<b>Brasil</b>	40,2	46,6	45,4	52,0
<b>Exterior</b>	0,6	0,0	0,0	0,0
<b>Total respondentes</b>	9	14	17	17
<b>Média</b>				
<b>Local</b>	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Estado</b>	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Brasil</b>	70,0	70,0	70,0	85,0
<b>Exterior</b>	30,0	30,0	30,0	15,0
<b>Total respondentes</b>	1	1	1	2

Fonte: Pesquisa de campo (2007)

Dentre as microempresas, conforme a Tabela 15, o mercado de destino das vendas é mais equilibrado, ora com maior percentual no Estado, ora no Brasil. No âmbito local, o percentual de vendas dessas empresas chega a alcançar 32%. Já as pequenas empresas apresentam um percentual menor de vendas realizadas no mercado local, com uma tendência

de crescimento no mercado nacional a partir de 1995. As médias empresas concentram de 70 a 80% de suas vendas em escala nacional, e 15 a 30% em escala internacional. Portanto, o mercado de destino das vendas das empresas do setor é, na sua grande maioria, estadual. Também são relativamente intensas as vendas para os estados do sul do Brasil, especialmente, para o Rio Grande do Sul e a região sudeste; e em menor escala, para São Paulo e Minas Gerais. A análise do mercado de destino das vendas dessa atividade industrial, na microrregião, permitiu-nos identificar as interações mercadológicas que se estabelecem no local e fora dele.

Um fato que chama a atenção é o das vendas das MPEs e médias empresas. Ora o volume de vendas para o mercado brasileiro é maior do que para o mercado estadual, ora o mercado estadual é mais denso (como indica a Tabela 15). Porém, essas tendências decorrem das condições específicas dos estados da região sul do Brasil. Contudo, o Estado do Paraná foi pouco citado nas entrevistas realizadas no Alto Vale. Isso ocorre, segundo os depoimentos coletados, por ser a região de Cianorte um importante pólo de produção de artigos em jeans. Neste sentido, os contextos estadual e nacional caracterizam-se como o principal mercado das empresas sediadas nessa microrregião.

Além da análise do mercado de destino das vendas, a região realiza também internamente aquisições e vendas locais. No rol das principais transações comerciais realizadas junto ao mercado local, os microempresários valorizam sobretudo a aquisição de insumos e matérias-primas, de equipamentos, de componentes e de serviços (manutenção, marketing, etc.); além da venda de produtos.

Por sua vez, os donos de empresas de pequeno porte atribuem menos importância a essas transações. No caso daquelas de porte médio, de acordo com a amostra obtida na pesquisa de campo, observa-se certa controvérsia, sendo que uma das empresas pesquisadas considera nula ou de baixa importância as atividades comerciais realizadas na microrregião, enquanto que a outra considera de alta importância. Nesse sentido, constatou-se que a importância das vendas realizadas no mercado local é superior junto às microempresas.

Outra particularidade do mercado consumidor local é que existem dois centros comerciais, localizados na BR 470 que contribuem com as vendas locais: a saber, o Fabricenter e o Pólo Têxtil. Em 1993, o projeto denominado *Fabricenter 470* foi criado visando dotar o município de Rio do Sul de um centro de compras no ramo de confecções (Figura 31).





Centro Comercial FABRICENTER 470

Figura 31: Fotos centro comercial Fabricenter 470

**Fonte:** Pesquisa de campo

O Centro abrigou inicialmente apenas 14 lojas; atualmente, artigos de lã, jeans, malha, moda íntima e social, cama, mesa, banho, infantil e adulto são comercializados num total de 50 lojas. O público consumidor é composto geralmente de clientes e lojistas cadastrados, que se deslocam de outras regiões do estado de Santa Catarina e dos dois outros estados da região sul do Brasil. Mais precisamente, o atendimento desse centro comercial é direcionado: i) aos lojistas, clientes atacadistas cadastrados através de um AVC (Agência de Viagens de Compra), que por sua vez deve ser cadastrado na ACECOMVI (Associação dos Centros Comerciais Atacadistas de Santa Catarina); e, ii) aos lojistas oriundos de regiões próximas que não possuem agência de viagem de compras.

A exemplo do FABRICENTER 470, outro circuito das vendas consolidado em meados da década passada é conhecido como *Pólo Têxtil*. Atualmente, conta com 55 lojas, atendendo no varejo e no atacado. Recebe em média 350 excursões mês, com clientes oriundos de São Paulo, do Rio Grande do Sul, do Paraná e de outras regiões de Santa Catarina.



Centro Comercial Pólo Têxtil de Rio do Sul

Figura 32: Fotos centro comercial Pólo Têxtil

**Fonte:** Pesquisa de campo

Os centros funcionam como pontos de atração do turismo de compras, apesar de muitas empresas manterem balcões de vendas em suas próprias dependências. Tais centros comerciais vieram suprir a necessidade que muitas empresas tinham no sentido de buscarem alternativas para escoamento de seus produtos, além do fato de que eles contribuíram sobremaneira para a inserção dessas empresas no ramo do turismo de vendas.

Além do mercado consumidor, descrito anteriormente e ilustrado pelas figuras 31 e 32, importa mencionar o circuito da atividade de prestação de serviço. Esse mercado opera em escala macrorregional e, em alguns casos, estadual. Geralmente as empresas que subcontratam serviços das facções da microrregião do Alto Vale estão sediadas no Médio Vale<sup>98</sup>. Portanto, a origem das empresas que contratam os trabalhos das facções é macrorregional e caracteriza-se de acordo com o fluxograma apresentado a seguir.

A Figura 33 ilustra as redes de subcontratação das empresas que compõem o aglomerado. As setas que apontam no sentido do Alto Vale correspondem às grandes empresas que subcontratam os serviços das facções. Os elementos-chave dessa rede de subcontratações no Alto Vale estão concentrados em cinco pequenas regiões. Aquela que está mais conectada com as empresas do Médio Vale corresponde à região de Ibirama, Ituporanga e, com menor incidência, Rio do Sul. Constatou-se também que as facções de praticamente todos os municípios do Alto Vale prestam serviços para as empresas “de marca própria” de Rio do Sul.

<sup>98</sup> A pesquisa evidenciou ainda que o mercado consumidor das empresas que subcontratam serviços das facções do Alto Vale tem abrangência nacional e até internacional; porém, quem geralmente processa a comercialização é a empresa “mãe”.

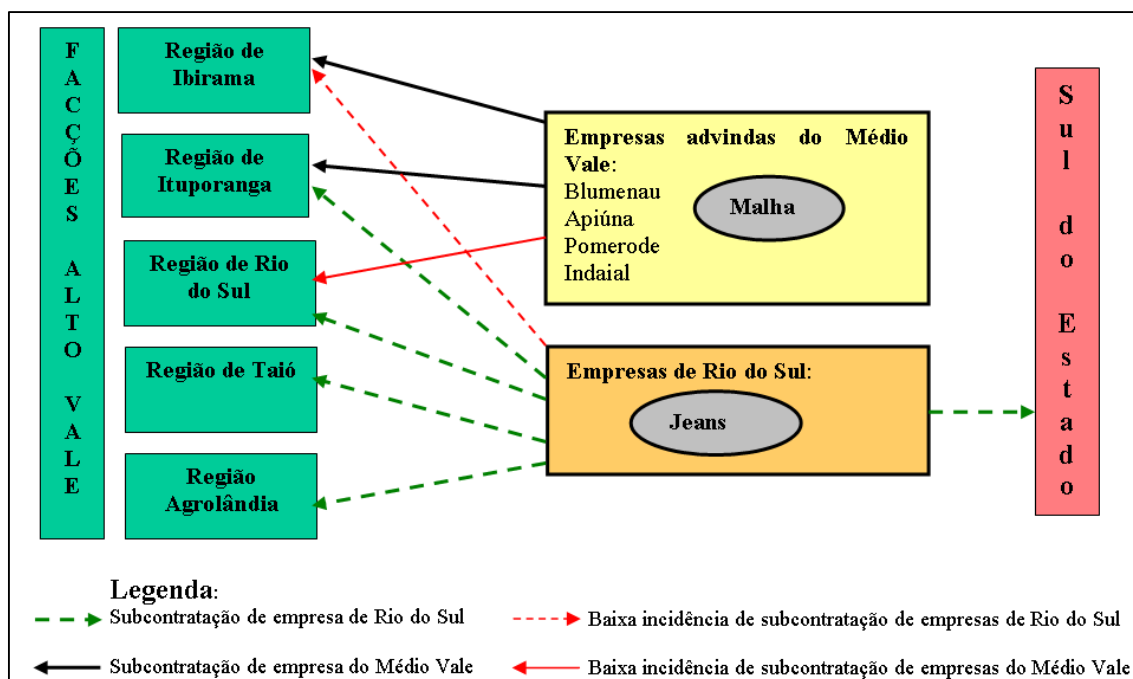


Figura 33: Redes de subcontratação inter-regionais

**Fonte:** Pesquisa de campo

A prestação de serviços para empresas de Rio do Sul demanda das facções a utilização de máquinas e equipamentos específicos para a produção do jeans. Já a prestação de serviços para empresas do Médio Vale requerem equipamentos voltados para a confecção de peças de algodão – denominada popularmente malha.

Além dos aspectos relativos ao fluxo de prestação de serviços, através dos questionários aplicados junto aos empresários locais, observou-se que dentre as empresas pesquisadas, cerca de 47,1% delas, realizam atividades de subcontratação, seja como subcontratante, seja como subcontratada. Esse fato reafirma e comprova a existência de uma rede de subcontratação no interior dessa microrregião.

Tal ilustração (Figura 33) também demonstra que algumas empresas “de marca própria” que confeccionam jeans já vêm buscando o trabalho de facções de fora da região do Alto Vale, especialmente, do sul do Estado que já tem certo *know how* na confecção desse tipo de produto. Isto é, apesar desse processo de subcontratação ser intenso junto às empresas da microrregião, a defasagem tecnológica e de qualificação da mão-de-obra descrita no capítulo anterior demonstram limites na continuidade e utilização dessa prática. Dessa maneira, a heterogeneidade de padrões tecnológicos e de qualidade, no futuro, poderão apresentar um distanciamento entre as facções e empresas com “marca própria” da microrregião.

Ainda são tímidas as relações envolvendo as empresas sediadas na microrregião do Alto Vale do Itajaí e aquelas sediadas no sul do Estado - principalmente no que concerne a fabricação de jeans. Porém, esse pode ser um caminho possível, caso os empresários locais não se integrem a um modelo de desenvolvimento dotado de identidade territorial e capaz de privilegiar as atividades já consolidadas no Alto Vale do Itajaí. Segundo um empresário da região, os serviços oferecidos pelas empresas sediadas no sul do Estado de Santa Catarina vêm sendo privilegiados, em função da falta de qualificação da mão-de-obra no Alto Vale. Além disso, o modelo de ensino técnico adotado e a qualidade da infraestrutura de transporte coletivo de Rio do Sul e de outros municípios foram duramente criticados:

A etapa da costura é aquela que requer maior quantidade de máquinas, espaço e mão-de-obra. Por isso faço a costura no Sul do Estado, pois a qualidade da mão-de-obra de lá é melhor. Tenho três parceiros no Sul do Estado, uma lavanderia e duas fábricas. Aqui nós não temos mão-de-obra, nem transporte coletivo adequado. Eu construí minha fábrica na BR 470 e o SENAI fica no bairro Barragem, o deslocamento é difícil. Tem um horário de ônibus que passa às 18h45m, os ônibus são sucatas e os motoristas péssimos. Não se consegue acertar isso, não tem como, é um monopólio, uma concessão. A mão-de-obra da vizinhança aqui da fábrica não é boa, não podemos treinar por causa da distância do Senai, isso nos coloca numa situação complicada. [...] Não conseguimos quebrar essa concessão, é um monopólio do transporte coletivo. A qualidade do transporte é ruim. A empresa é dona da linha e ninguém pode colocar outra frota. Esse tipo de coisa revolta a gente. [...] Hoje a minha empresa emprega 78 funcionários; 48 empregados (subcontratados) lá no Sul do Estado e 30 aqui em Rio do Sul. É preciso dar condições para que o emprego cresça aqui. Hoje está mais fácil de transferirmos a empresa para o Sul do Estado do que ficar aqui. Tivemos convites de Irati, oeste do Rio Grande do Sul, no Vale dos Sinos; do Sul do Estado, se nós garantíssemos X empregos. Na BR 470 enquanto confecções nós estamos abandonados (representante de empresário local).

Este depoimento reflete a opção por regiões onde existam possibilidades efetivas de fortalecimento de sistemas produtivos pautados em vantagens comparativas, e não diferenciadoras, buscando fundamentalmente melhores relações custo x benefício e não tanto a valorização de recursos territoriais específicos (PECQUER, 2004; PECQUEUR, 2005). As pistas apontadas por Pecquer (2004; 2005), na busca de vantagens diferenciadoras, podem contribuir para pensarmos arranjos produtivos locais que fortaleçam alternativas de desenvolvimento territorial mais sustentáveis.

Realizando uma breve síntese do que foi tratado até aqui, observa-se que o mercado de destino da produção das empresas da região é composto (i) por aquele cujas empresas já estão estruturadas, dispendo de abrangência estadual e nacional; (ii) por aquele cujas empresas são menos estruturadas e que se valem dos centros comerciais locais para divulgação, alcançando assim mercados consumidores mais distantes; e, por fim, (iii) aquele direcionado aos prestadores de serviços, ou seja, empresas que não dispõem ainda de mercado consumidor

direto. Analisado este esquema, observamos que esse padrão mercadológico coloca a microrregião num impasse, visto que existem inúmeras divergências e diferenças entre faccionistas e confeccionistas (aspecto já abordado no capítulo anterior). Tais divergências distanciam o arranjo produtivo do Alto Vale daquele modelo adotado pelas empresas da *Terceira Itália*, cujo processo de subcontratação era fundamentalmente pautado em relações de cooperação, o que acarretava uma sinergia interna ao arranjo que o seu resultado refletia-se no âmbito do desenvolvimento territorial (BECATTINI, 2007). Ou seja, a ausência de relações de reciprocidade e cooperação, sejam elas formais como é o caso das cooperativas, consórcios ou associações, sejam elas de cunho informal como as relações de amizade e companheirismo, denotam o distanciamento do modelo da região italiana daquele da aglomeração industrial têxtil-vestuarista do Alto Vale do Itajaí. Outro aspecto importante para a análise da organização desse segmento é aquele relativo às instituições locais que contribuíram - e ainda contribuem – para a evolução do setor.

### 5.1.2 A estrutura institucional local: sindicatos, associações de classe, instituições de crédito e de formação

Paralelamente à formação da estrutura produtiva empresarial descrita anteriormente, na região do Alto Vale foram criados sindicatos, associações empresariais, escolas técnicas de treinamento e de formação profissional vinculadas direta ou indiretamente ao segmento do vestuário.

	Instituições de classe	Função
<b>SINDICATOS DO SETOR</b> (patronal e laboral)	SINFIATEC	Atuam como mediador das relações entre os agentes. Regulam e facilitam acordos entre os agentes na gestão de conflitos no mercado de trabalho.
	SITTEV	
	Sindicato dos Trabalhadores de Rodeio	
	Sindicato dos Trabalhadores de Agrolândia e Atalanta	
<b>ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS LOCAIS</b>	ACI de Rio do Sul	Buscam explorar novas oportunidades de negócio, embora ainda incipientes, promovem ações coletivas locais.
	Associação empresarial de Laurentino	
	ACI de Lontras	
	ACI de Ibirama	
	ACI Presidente Getúlio	
	ACI de Ituporanga	
	ACI de Agrolândia	
	ACI de Taió	
	CDL de Witmarsum	
CDL de Vitor Meirelles		
<b>FEDERAÇÃO</b>	FACISC	

Quadro 44: Instituições sindicais e associações empresariais locais

Fonte: Pesquisa de campo

O Quadro 44 contempla a rede de sindicatos, já citada no capítulo anterior, de associações e federações. Num universo de 528 empresas, de acordo com RAIS (2006), somente 43 empresas são associadas ao SINFIATEC, ou seja, menos de 10% das empresas da microrregião. Nesse sentido, percebe-se a ausência de um engajamento dos empresários locais no sentido de uma organização mais eficiente e proativa do aglomerado, principalmente, nos municípios mais distantes de Rio do Sul, onde fica a sede do sindicato patronal. Esse distanciamento deve-se a racionalidade do empresariado da microrregião, voltada para seu próprio negócio, denotando forte característica individualista. Essa desarticulação parece bloquear sensivelmente os esforços voltados para a consolidação de um arranjo produtivo local integrado com perfil anti-economicista (COURLET, 2001; COURLET e SOULAGE, 1994; BECATTINI, 1999). O principal ponto de estrangulamento, a nosso ver, reside na desarticulação das ações envolvendo confeccionistas e faccionistas, isso ocorre em função do predomínio da racionalidade do curto prazo, da concorrência e do individualismo. Na opinião de um empresário:

O SINFIATEC só tem associado quem tem marca própria, as facções não estão filiadas (empresário local).

Da mesma forma, num universo de 6.805 empregos formais, apenas 650 trabalhadores estão sindicalizados, ou seja, menos de 10% (RAIS, 2006). Vale a pena assinalar ainda que a década de 1980 trouxe consigo uma tendência de reestruturação do movimento sindical. De acordo com Souza (1999), essa tendência decorre do surgimento da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da explosão do sindicalismo no País. Contudo, na década de 1990, em função da abertura dos mercados e das reestruturações produtivas decorrentes, constatou-se uma certa degradação do sistema, alimentado pela vulnerabilidade da massa de trabalhadores às ameaças de desemprego.

A flexibilização da produção e do trabalho veio modificar ainda mais estas perspectivas do movimento sindical. A flexibilização do direito trabalhista tem contribuído neste sentido (SOUZA, 1999). Um exemplo digno de registro diz respeito ao caso - já mencionado anteriormente - das cooperativas de trabalho de “fachada” existentes em municípios de pequeno porte no Alto Vale do Itajaí, criadas apenas como um subterfúgio para o não cumprimento dos encargos trabalhistas. Por meio das mudanças operadas na legislação e em consequência da dinâmica de globalização econômica, as relações de trabalho foram se degradando e, ao mesmo tempo, alimentando a apatia política da classe trabalhadora ali sediada.

A introdução de novas tecnologias contribuiu para aumentar substancialmente os níveis de produtividade, de qualidade dos produtos e de responsabilidade dos trabalhadores, mas sem acarretar, na mesma proporção, a abertura de novos postos de trabalho e o pagamento de salários mais dignos: “...*Se fosse relacionar o trabalho com a produtividade do trabalho o custo da mão de obra é insignificante, quem paga o preço é o trabalhador*”.

Na atual conjuntura, as reivindicações encaminhadas pelo movimento sindical vêm se concentrando no aumento da segurança do trabalho e no atendimento médico-odontológico. Na região do Alto Vale, o SITTEV promove perícias em caso de conflitos com os empregadores e de outras irregularidades verificadas no contexto regional. Evitando um tipo de atuação com viés assistencialista, o SITTEV tem encontrado dificuldades no relacionamento com a população local, especialmente com os empresários.

Além dos sindicatos, a atuação das associações empresariais em favor do segmento têxtil-vestuarista merece destaque. Elas reconhecem a importância deste segmento para a socioeconomia da região. Nas associações empresariais de Ibirama, Presidente Getúlio, Witmarsum, Agrolândia, bem como Rio do Sul observamos a formação de núcleos específicos para se pensar o desenvolvimento do setor na esfera municipal. Praticamente todos os representantes dessas associações locais citadas destacaram a dificuldade de mobilização dos empresários no sentido de estabelecer ações conjuntas para melhoria da estrutura e organização do setor, aspectos estes que serão retomados nas próximas seções.

Quanto às associações de crédito, já ressaltamos no capítulo 3 que a iniciativa de criação do Banco Popular de Bella Aliança representou um marco na trajetória de desenvolvimento da região do Vale, promovendo e apoiando o empreendedorismo e o cooperativismo:

Na fase inicial do Alto Vale o banco era um meio de desenvolvimento, ele servia para o crédito e para fomentar o surgimento de novos empreendimentos (agrícolas ou industriais/comerciais). Estava a disposição para qualquer pessoa. Era fácil buscar uma linha de crédito, pois existia um banco só para levar o desenvolvimento à região (o Banco Popular Bella Aliança). Hoje existe o sistema bancário que da forma como está constituído é um entrave para o empresário iniciante. Então, ele começa sem a possibilidade de ter crédito. Para os iniciantes, esse sistema, tem pouco contribuído, mas para os que já têm campo e estão estabelecidos têm acesso ao crédito. Hoje o sistema de crédito está organizado para quem tem como comprovar a possibilidade de garanti-lo. BADESC – só grandes empresários têm possibilidade de comprovar; o pequeno não tem acesso. Quanto ao MICROCRÉDITO – é um capital pequeno; soluciona as dificuldades que a empresa tem momentaneamente. Ele é um crédito fácil. Ele não é uma linha da empresa; ele é utilizado para solucionar problemas imediatos. Não existe uma linha relativa e voltada para a melhor estruturação da empresas, ou seja, planejada para isso (representante UNIDAVI Taió).

No entanto, atualmente os empresários se ressentem do apoio governamental sobretudo para captação de novas linhas de crédito para investimentos e melhorias no perfil tecnológico de processos e produtos. Junto às empresas do Alto Vale, constatamos que a situação é praticamente a mesma.

Tipo de instituição	Instituições financeiras	Função
Instituições estaduais	BADESC	Fomento do desenvolvimento
	BRDE	
Bancos comerciais	Banco do Brasil;	Viabilizar crédito.
	Caixa Econômica Federal;	
	BESC;	
Cooperativas de crédito (microcrédito)	ACREDITE;	Viabilizar o microcrédito.
	Banco do povo	
	CrediCravil	
	Blusol	
	Viacredit	
Planos e programas do governo do estado	PRODEC	Promover o desenvolvimento regional e do estado de Santa Catarina.
	Plano de desenvolvimento catarinense	

Quadro 45: Instituições de crédito regionais e estaduais

**Fonte:** Pesquisa de campo.

No Quadro 45 relacionamos o conjunto das instituições de apoio ao crédito que operam nos níveis estadual, regional e local. Observamos que as instituições que realizam trabalho de difusão do microcrédito são um número expressivo diante do quadro geral e tem grande relevância para os micro e pequenos empresários. A partir das entrevistas realizadas junto aos órgãos públicos municipais, a ONGs e associações empresariais constatamos inúmeras críticas a essas instituições. A maior parte das críticas refere-se à marginalização das empresas ainda em fase de implantação e que, em muitos casos, sobrevivem na informalidade.

Banco do Brasil; Caixa Econômica Federal; BRDE; BNDES. Mas esses dois últimos, por falta de conhecimento dos empresários na elaboração de projetos de viabilidade são de difícil acesso – geralmente as empresas não se enquadram dentro das normas. Há também o fato de que muitas confecções são pequenas e trabalham na informalidade – surgiu o microcrédito da região, especialmente, o Banco do Povo e a ACREDITE (representante da ACI Ituporanga).

É nula a participação das instituições de apoio ao crédito, pois muitos são informais, outros têm débitos com INSS etc. e os bancos hoje precisam ver números, não é mais como antigamente em que o gerente conhece todo mundo da cidade, hoje há esse afastamento e por isso as empresas daqui não têm tanto acesso. Ex. elas precisam demonstrar um ano do seu faturamento e o cara não pode comprovar contabilmente – para segurança do banco (representante ACI Presidente Getúlio).

Ao lado das condições de retorno dos investimentos, os entraves burocráticos comparecem também, com frequência, nos depoimentos coletados:



Há muita burocracia para conseguir as coisas, mas a burocracia emperra, eles precisam demonstrar faturamento, balanço etc. BRDE, Banco do Brasil, Besc, Caixa Econômica Federal – crédito tem, mas a dificuldade é a de obter o recurso. Geralmente as empresas precisam ter certidão negativa; devem avaliar o déficit com os impostos; as empresas com documento fiscal de habilitação. Com todos esses problemas não se consegue ter recurso necessário. Para a compra de maquinário existe crédito mais facilitado, mas geralmente eles compram com dinheiro próprio o maquinário e falta dinheiro para capital de giro, além de ser mais caro e difícil de ter acesso (representante da ACI de Agrolândia).

O que emperra é a burocracia. A informalidade tem acessado o micro-crédito (garantia é o tempo de experiência, o tempo de correntista junto à instituição de microcrédito; avalista e a taxa de juros é maior em função de o risco ser maior). O facionista só vai pedir crédito para comprar equipamentos, mas muitas empresas mães (contratante dos serviços das facções) financiam as máquinas (representante de instituição de microcrédito).

Os questionários aplicados com o intuito de elucidar os principais obstáculos de acesso ao crédito enfrentados pelas micro e pequenas empresas hoje em dia – do ponto de vista dos empresários – revelaram que a burocracia e as exigências de aval/garantias por parte das instituições financeiras ocupam uma posição dominante. Os empresários vinculados às médias empresas, melhor estruturadas, consideraram a rarefação das linhas de crédito como uma dificuldade de importância apenas mediana para o desenvolvimento de suas atividades.

A partir de uma imagem positiva do fortalecimento progressivo do setor têxtil-vestuarista na microrregião em pauta, distinguimos três tipos de postura dos empresários locais frente aos problemas de captação de linhas de crédito. Por um lado, existem empresários já bem estruturados, que dispõem de capital suficiente para investimentos em máquinas e equipamentos, além de capital de giro; por outro, aqueles que dispõem de capital de giro, mas necessitam de apoio adicional para investimentos em máquinas e equipamentos; e finalmente aqueles que, pelo fato de estarem operando na informalidade, dependem da cobertura de outras instituições menos exigentes em termos de garantias formais de retorno dos investimentos, como é o caso das cooperativas de crédito e das *factoring's*.

De fato, além dos bancos comerciais e de fomento, outra opção concreta de acesso ao crédito, na visão de um entrevistado representante de Cooperativa de Crédito de Rio do Sul, tem sido oferecida pelas *factorins's*. Elas desempenham dois papéis nesse contexto: operam com empresários em déficit junto ao sistema formal de instituições de crédito; e também como opção de canalização do *caixa 2*, sobretudo no caso de empresas fortes:

As MPEs são mal informadas e mal formadas para essa questão das linhas de créditos. Eles preferem pagar um juro maior a pagar uma dívida em mais longo prazo. Enquanto o empresário é inexperiente ele te ouve, ele vem buscar informações. Quando começa a crescer: ele cria autoconfiança, começa a misturar a questão contábil pessoal com a empresarial. Isso é uma questão cultural. Eles têm

temor de criarem dívidas e vão tentando fazer as coisas como eles acham que é certo. Muitas empresas quebraram, não fazem cálculo do investimento que eles têm e da demanda que têm. Há falta de planejamento e conhecimento; outro problema é a centralização da gestão. Quando montou a confecção ele era da área de vendas ou da área administrativa, falta sempre conhecimento da gestão da empresa como um todo (representante instituição de microcrédito de Rio do Sul).

Em síntese, as condições favoráveis de acesso ao crédito estão diretamente relacionadas à capacidade de identificação das fontes de financiamentos consideradas mais atrativas, bem como à confiabilidade no pagamento de impostos, entre outras condições burocráticas. Nesse sentido, constatamos que os micro e pequenos empresários continuam sendo os mais penalizados.

Como argumentamos no segundo capítulo, existem vários programas governamentais de fomento da indústria catarinense. Dentre eles, o mais conhecido - e que emergiu em 1988 - é o PRODEC. Contudo, os recursos que deveriam ser canalizados preferencialmente para as regiões economicamente desvitalizadas, vêm sendo desviados para atender às demandas das médias e grandes empresas catarinenses. As MPEs continuam enfrentando dificuldades substanciais no acesso ao crédito, inclusive ao PRODEC, como destado pelo entrevistado representante desse programa. O segmento têxtil-vestuarista tem recebido pouco apoio, na medida em que as empresas da região tendem a ser de micro e pequeno porte (RAIS, 2007). Além disso, observamos que as MPEs desconhecem o programa e seus benefícios, bem como as formas de acesso ao crédito de uma maneira geral.

Finalmente, cabe mencionar o problema dos juros. Na opinião de vários entrevistados, eles são considerados atualmente abusivos – mesmo se levarmos em conta as distorções na dinâmica do mercado financeiro mundial. Segundo Sachs (2002), uma das principais dificuldades de acesso ao crédito no Brasil diz respeito às taxas de juros que vêm sendo cobradas para as micro e pequenas empresas. Além disso, o sistema de agências de microcrédito é ainda incipiente, e sem condições efetivas de promover uma redução substancial das taxas de juros. No Alto Vale, existem inúmeras cooperativas de crédito em operação, mas elas estão decididamente voltadas para as necessidades mais frequentes dos usuários de microcréditos: formação de capital de giro e pagamento de pequenas dívidas, mesmo essas apresentam taxas de juros elevadas.

Na opinião de vários autores, soluções alternativas para este problema no nível da pequena produção rural ou industrial apontam no sentido da formação de cooperativas de poupança e crédito, associações de poupança e crédito rotativo, consórcios e fundos de aval, entre outras (SACHS, 2002). As iniciativas mais recentes do BNDES e do SEBRAE, voltadas

para o fortalecimento do mercado interno, podem ser consideradas relevantes neste sentido, cabendo agora direcioná-las mais decididamente em benefício das MPEs. Além disso, a busca de sinergias positivas entre as MPEs e as redes de médias e grandes empresas poderia contribuir para o fomento da pequena produção e da formação de fundos setoriais. Contudo, a eficácia dessas medidas pressuporia um certo nível de reorganização do setor que passa pelo fortalecimento do associativismo. Cooperação, solidariedade e confiança são elementos fundamentais da dinâmica dos sistemas produtivos descritos na literatura técnica (BECATTINI, 1999; BAGNASCO, 1999). Por isso, indagamos: até que ponto a realidade constatada na região do Alto Vale pode ser considerada propícia a uma reorientação pautada em relações cooperativas e centrada na valorização de ativos territoriais específicos?

### 5.1.3 Cooperação e confiança na aglomeração industrial

Na dinâmica de funcionamento dos sistemas produtivos locais podem ser identificadas diferentes modalidades de cooperação, que têm promovido mudanças significativas na maneira de pensar o desenvolvimento territorial. No contexto da pesquisa contemporânea em ciências sociais, a noção de cooperação designa geralmente uma relação de ajuda mútua entre indivíduos, grupos e instituições, voltada para a conquista de objetivos comuns e utilizando métodos mais ou menos consensuais. Neste sentido, a cooperação opõe-se, de certa forma, à competição (PECQUEUR, 2004; BECATTINI, 1999; BAGNASCO, 1999). De acordo com Cassiolato e Lastres (2007), o significado genérico do termo refere-se ao trabalho em comum, envolvendo relações de confiança mútua e coordenação, em níveis diferenciados, entre os atores.

Neste sentido, de acordo com os estudiosos do fenômeno do capital social, um aspecto crucial a ser levado em conta é a confiança (BAGNASCO, 1999; GRANOVETTER, 2000). No dicionário Petit Robert, confiança é definida como [...] *espérance ferme, assurance d'une personne qui se fie a quelqu'un ou quelque chose... sentiment de sécurité qui règne dans le public*<sup>99</sup> (LE ROBERT MICRO, 1998).

Durante a pesquisa de campo, constatamos vários indícios que reforçam a hipótese de que na dinâmica do segmento têxtil-vestuarista em curso na região estudada predominam as relações baseadas no antagonismo e na competição:

---

<sup>99</sup> Esperança firmada, confiança de uma pessoa que se fia a alguém ou alguma coisa, sentimento de segurança que reina no domínio público.

No meio empresarial “cada um é cada um” (empresário local).

As empresas do segmento não são organizadas. Os empresários ficam o tempo todo competindo (representante do SITTEV).

“Esse é o grande desafio. Não se articulam. Deve ter uma turma em que um conversa com outro, mas são casos isolados. [...] Não existe troca de informações. As informações que têm acabam vindo de fora, os empresários acabam indo às feiras e eventos fora da região (representante do SEBRAE).

Existe muito mais rivalidade. Não existe ainda cooperação. A falta de mão-de-obra gera rivalidade entre as empresas. Há 10 a 11 anos atrás fundei a central de faccionistas, produzíamos até para o exército e para a marinha. Hoje as facções aqui não conseguem ser prestadoras de serviço dessas empresas ou instituições, pois não tem escala, não são formalizadas, e por isso são terceirizadas das terceirizadas. O que pretendo fazer é fazer uma central de facção (representante ACI Presidente Getúlio).

São muito individualistas; brigam por funcionários; o clima é de rivalidade (representante da Prefeitura de Vitor Meirelles).

A competitividade tem sido estimulada pela fragilização dos laços de sinergia típicos da época da colonização; pela exacerbação da concorrência, em função da similaridade das atividades realizadas pelas empresas; e, por fim, dos antagonismos gerados pela carência de mão-de-obra qualificada. Em termos mais precisos, o fato de muitas empresas oferecerem produtos similares aumenta o nível de concorrência, num cenário de perda gradual do sentimento de coesão social e disputas por mão-de-obra qualificada:

A falta de mão-de-obra cria rivalidade, ainda é pequena, mas está começando (representante do CDL Witmarsum).

Existe rivalidade, desconfiança; só existe cooperação entre empresários que eram amigos antes de serem empreendedores. A cultura local é um empecilho a essa cooperação. São todos alemães desconfiados. (Representante da ACI de Ituporanga).

A ACIRS tem promovido nos últimos anos algumas ações voltadas para a reorganização do setor, especialmente em Rio do Sul, a exemplo do “núcleo do jeans”. A iniciativa contou com a participação da Prefeitura de Rio do Sul e do SEBRAE. Nele os empresários expunham suas dificuldades, especialmente, com mão-de-obra qualificada, informalidade, tecnologia, transporte coletivo, bem como a importância da realização de rodadas de negócios e feiras regionais. Entretanto, a iniciativa não prosperou. O desinteresse dos empresários comparece como um item recorrente nas entrevistas realizadas na ACIRS e também nas atas das reuniões ordinárias.

Na opinião dos entrevistados, os laços de cooperação constituem uma prerrogativa da rede de amigos ou de associações empresariais e sindicais, não atingindo ainda o conjunto de empresas vinculadas ao segmento têxtil-vestuarista existente no Alto Vale do Itajaí. Os depoimentos neste sentido são veementes:

Uma certa parte das empresas sim cooperam, as associadas ao sindicato. Mas algumas escondem suas atividades e *desing*, no início era muito fechado. A ACIRS tem papel de articulador e é muito importante. A ACIRS pensa mais no conjunto (representante da ACI de Rio do Sul).

Sim através da ACIRS, eles batem muito nessa tecla da necessidade de união. Eu vejo o presidente da ACIRS preocupado em unir, essa é uma luta constante. Quem cresceu, cresceu, quem não cresceu está lutando (representante do NEP Rio do Sul).

Além da iniciativa citada acima, cabe mencionar o envolvimento da atuação da Associação Comercial e Industrial de Ibirama num projeto semelhante de articulação dos empresários locais vinculados ao setor – outra iniciativa frustrada:

Há dois anos tentou-se constituir núcleo do têxtil para buscar o associativismo e essa iniciativa morreu. (representante da ACI de Ibirama).

Todavia, o aumento do número de empresas, especialmente, das facções situadas nos municípios menores tem estimulado novas iniciativas de reorganização das empresas em Ibirama, Presidente Getúlio e Agrolândia. As ações em Ibirama foram empreendidas por meio de um núcleo apoiado pelo SEBRAE em 2007; em Agrolândia, um núcleo de confecções e facções tem sido estimulado pela FACISC; e em Presidente Getúlio constatamos também iniciativas em prol da organização de uma agência centralizadora do trabalho das facções. Na opinião dos dirigentes dessas associações empresariais:

O trabalho em conjunto ainda é muito aquém da necessidade. Amadureceu a partir do núcleo, mas ainda está engatinhando; já começam a comprar equipamentos e emprestar (representante da ACI de Agrolândia).

Agora em 2007 está se tentando novamente esse associativismo (representante da CI de Ibirama).

Existe um ensaio, sempre partindo de alguma entidade. Já tem gente preocupada com esse fato. Trocas já existem em Agrolândia; troca informação de fornecedores de máquinas isso funciona (representante da FACISC).

Constata-se também, na opinião de alguns dos entrevistados, que o próprio movimento no sentido da terceirização dos processos produtivos vem abrindo espaços para a formação de

parcerias. Além disso, as facções são contratadas por empresas diferentes; em alguns casos, as rivalidades são atenuadas e a troca de favores intensificada, conforme os depoimentos abaixo:

Sim, empréstimos de máquinas, repasse de trabalho, etc. (representante da Prefeitura de Taió).

[...] Existe troca de informações, pois cada facção trabalha para uma empresa diferente, então elas não concorrem entre si (representante do CDL Witmarsum).

A terceirização já é cooperação (representante SDR de Ituporanga).

Essa situação não é a regra, mas pode vir a ser. Pois algumas empresas que subcontratam os serviços prestados pelas facções são externas à região. Embora Becattini (1999) e Bagnasco (1999) admitam que as relações de reciprocidade e confiança emergem geralmente de forma espontânea, as evidências recolhidas no trabalho de campo apontam no sentido da busca de novas instituições locais, capazes de resgatar os laços de confiança que se tornaram enfraquecidos ao longo da trajetória de desenvolvimento socioeconômico do Alto Vale. Parece assim evidente a necessidade de se criar laços mais fortes de cooperação entre as empresas e as facções sediadas nessa microrregião (GRANOVETTER, 2000).

Para os filiados ao Sinfiattec, existem inúmeras iniciativas em curso favoráveis ao fortalecimento de sinergias positivas, sobretudo mediante a organização de espaços coletivos de lazer, rodadas de negócios e feiras regionais, entre outras. Segundo Becatini (1999), assim como para Coukert e Soulage (1994) são relações informais desse tipo que acabam impulsionando a formação de um tecido social propício às trocas solidárias.



Figura 34: Fotos das rodadas de negócios realizadas por iniciativa do Sinfiattec

**Fonte:** Pesquisa de Campo

Além das rodadas de negócios, ilustradas pela Figura 34, vale a pena mencionar os depoimentos que valorizam os encontros informais promovidos pelo sindicato e pelas associações empresariais.

Os momentos de convívio se dão nas reuniões mensais do núcleo, os jantares, os acordos informais são os empréstimos, mas ainda com certos receios (representante da ACI de Agrolândia).

Não é muito não. Eles têm medo de contar segredo. Existe convivência, jantares, troca de informações, palestras, reuniões, etc. (representante da FACISC).

Já passamos épocas mais complicadas. Hoje já se conversa, mas ainda não se colocou em prática o associativismo (representante SINFIATEC).

Todavia, esses momentos de convívio informal têm sido direcionados sobretudo aos associados do SINFIATEC e, no caso dos municípios menores, aos filiados das associações empresariais, o que é excessivamente restrito se compararmos ao universo de empresas existentes na região (Figura 35).



Jantares e reuniões informais

Assembléia Extraordinária

Figura 35: Fotos dos encontros informais e assembléias promovidas pelo Sinfiattec

**Fonte:** Pesquisa de Campo

Outras iniciativas semelhantes incluem a criação de pontos de comercialização locais, a exemplo do Pólo Têxtil e do Fabricenter, já mencionados acima, e que exprimem avanços em termos de melhoria dos atuais circuitos de comercialização:

O único local que tem certa cooperação é no Pólo Têxtil e Fabricenter, mas são pontos de venda; entre eles existe uma cooperação no sentido de manter o preço e a qualidade (representante da Unidavi de Taió).

Alguns empresários locais criticam essas iniciativas argumentando que elas vêm sendo direcionadas para atender as demandas específicas de uma minoria de associados, sem conseguir impulsionar projetos mais ambiciosos que exigem um esforço de coordenação do conjunto das empresas instaladas na região. Além disso, as facções, consideradas como sustentáculos das atividades de confecção na região, não têm conseguido manter um bom relacionamento com as empresas que operam com “marca própria”. Dessa forma, as primeiras permanecem excluídas dessas ações conjuntas, ameaçando assim a formação e a consolidação institucional de um arranjo produtivo baseado na reciprocidade. Vale a pena ressaltar neste sentido que o principal elemento diferenciador dos distritos industriais italianos residia justamente no fortalecimento das redes de subcontratação (BECATTINI, 1999).

Na pesquisa de campo realizada com os empresários da região, constatamos que os laços de cooperação mais intensos envolvem os fornecedores e os clientes. Na pesquisa realizada com os empresários foi possível perceber que a maior parte das trocas realizadas ocorre junto aos fornecedores e clientes (com o percentual de microempresas pesquisadas, 61,1% e 72,2% dos respondentes consideram importante as trocas com os fornecedores, as pequenas empresas, 81,8% e 69,7% consideram importante as trocas com os fornecedores, e das médias empresas, 100% e 100% dos respondentes, afirmaram que realizam trocas de informações com fornecedores e clientes e as consideram importante). Curiosamente, os empresários de pequeno porte admitem que suas relações com os fornecedores são mais importantes do que com os consumidores, talvez pelo fato de algumas das unidades fornecedoras atuarem como distribuidora de serviços, ou seja, de exercerem o papel de empresas subcontratantes.

Quanto às trocas de informações com outras empresas da região que oferecem serviços similares, elas têm sido mais frequentes nas empresas de pequeno porte, seguido pelas de médio porte e pelas microempresas. São também frequentes as interações promovidas através de programas de treinamento, feiras, cursos e seminários direcionados para empresas locais (Figura 36). Já as interações relativas a P&D e a busca de integração com outros setores econômicos da região são quase inexistentes. A mesma constatação aplica-se às trocas de informações com as comunidades locais.





Visita e participação de feiras - filiados do SINFIATEC

Figura 36: Fotos da participação de feiras em conjunto – empresas do Alto Vale do Itajaí

**Fonte:** Pesquisa de Campo

No rol das atividades cooperativas mais citadas pelos empresários entrevistados incluímos a capacitação de recursos humanos e a participação conjunta na organização de feiras. Além dessas, o questionário aplicado junto aos empresários revelou, no que diz respeito às relações mantidas por essa indústria com outros segmentos ou atividades em curso na microrregião, que as duas empresas de porte médio pesquisadas promovem atividades com perfil cooperativo com outros setores. Entretanto, para as MPEs a incidência desse tipo de iniciativa ainda é baixa: não ocorre em microempresas e é muito incipiente nas de pequeno porte. Portanto, a incidência de relações existentes entre o segmento do vestuário com os demais setores da região é quase inexistente. Por fim, as atividades cooperativas realizadas junto à comunidade local têm sido promovidas sobretudo pelas empresas de porte médio.

Com base no registro dessas atividades, questionamos os empresários locais sobre os principais resultados alcançados. As evidências recolhidas comprovam avanços na organização de experiências de capacitação de recursos humanos, bem como de aperfeiçoamento dos processos produtivos. Não obstante, as ações dos sindicatos e das instituições de formação de mão-de-obra foram objeto de críticas onde se acentua a dissociação entre os discursos e as práticas, além dos obstáculos gerados pelo clientelismo e pelo paternalismo. Seja como for, acreditamos que o setor encontra-se ainda num estágio de evolução marcado pela fragmentação e pela competição nos moldes economicistas tradicionais. A relativa escassez de iniciativas voltadas para o intercâmbio de conhecimentos e inovações tecnológicas e para a criação de cooperativas e consórcios está refletida nos depoimentos seguintes.

Não existe, são muito fechado, muito individualistas (representante da associação empresarial de Laurentino).

Há receio dos empresários. A concorrência vai fazer o que eu estou fazendo. Isso é reflexo da colonização que teve aqui na região um caráter exploratório (pela agricultura e a exploração da madeira), contrário da região de Blumenau; agora que a região ressurge com outros setores (representante da ACI de Ituporanga).

Não existe confiança; as empresas se vêem como concorrentes. E nós da ACI queremos mudar essa visão (representante da ACI Ibirama).

Constatamos que as relações de confiança entre as empresas do setor, na opinião dos próprios entrevistados, permanecem restritas ao domínio inter-familiar, pelo fato de muitas famílias terem se tornado proprietárias de mais de uma empresa (laços fortes) (GRANOVETTER, 2000):

Não existe cooperação; há individualismo e competição. Os casos de cooperação se dão entre os familiares, fora da família é tudo concorrente (representante da epagri).

Há resistência de se contratar gente de fora (força da empresa familiar); preferem contratar mão-de-obra da família que se torna mais barata, o que aumenta a lucratividade da empresa e seria uma forma de manter os rendimentos dentro da própria família – então antes de contratarem estranhos contratam gente da família (representante Prefeitura de José Boiteux).

Não percebo cooperação. Eles deveriam se unir; estão mais no nível da família quando se trata do conjunto, não conseguem (representante da AMAVI).

As atividades cooperativas restringem-se à família. A rivalidade político-partidária é forte aqui. Antigamente o clientelismo era demais. Hoje temos a lei de responsabilidade fiscal que restringe um pouco o paternalismo ou clientelismo (representante da Prefeitura de Dona Emma).

As reflexões de Courlet e Soulage (1994) sobre o tema reforçam a hipótese segundo a qual, nas sociedades contemporâneas, as relações de reciprocidade estão presentes, por exemplo, na família, nos grupos de amigos e nos espaços de intercâmbio comunitário. Deste ponto de vista, a noção de reciprocidade nos remete ao exercício da fidelidade e à vivência da gratuidade das ações executadas (COURLET e SOULAGE, 1994; COURLET, 2001). No contexto específico do Alto Vale, o resgate da trajetória de desenvolvimento desde a época da colonização identifica elementos que convergem nesse sentido – como argumentamos anteriormente – mas que se diluíram ao longo do tempo, sendo essas iniciativas encontradas apenas no âmbito familiar, sem estender-se à escala local. Será a verdadeira causa dessa diluição a adoção de um modelo de desenvolvimento pautado em vantagens comparativas, como proposto por Pecqueur (2005), e que privilegia o curto prazo?

A tabela a seguir tenta reforçar a análise sobre relações de cooperação e traduzir quais são os agentes parceiros das empresas da microrregião do Alto Vale, com intuito de corroborar ou não com as premissas e a linha de argumentação exposta até o momento.

Tabela 16: Principais Parceiros de Atividades

Agentes	Micro						Pequena						Média					
	Nula	Baixa	Média	Alta	Branco	Índice*	Nula	Baixa	Média	Alta	Branco	Índice*	Nula	Baixa	Média	Alta	Branco	Índice*
<b>Empresas</b>																		
Outras empresas dentro do grupo	8 44,4%	2 11,1%	0 0,0%	1 5,6%	7 38,9%	0,09	13 39,4%	2 6,1%	5 15,2%	5 15,2%	8 24,2%	0,26	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 100,0%	0 0,0%	1,00
Empresas associadas (joint venture)	6 33,3%	1 5,6%	2 11,1%	0 0,0%	9 50,0%	0,08	18 54,5%	3 9,1%	1 3,0%	1 3,0%	10 30,3%	0,08	0 0,0%	0 0,0%	1 50,0%	0 0,0%	1 50,0%	0,30
Fornecedores de insumos (equipamentos, materiais, componentes e softwares)	2 11,1%	0 0,0%	7 38,9%	4 22,2%	5 27,8%	0,46	1 3,0%	5 15,2%	5 15,2%	16 48,5%	6 18,2%	0,62	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 50,0%	1 50,0%	0,50
Clientes	0 0,0%	2 11,1%	0 0,0%	10 55,6%	6 33,3%	0,59	3 9,1%	3 9,1%	3 9,1%	17 51,5%	7 21,2%	0,60	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 50,0%	1 50,0%	0,50
Concorrentes	3 16,7%	3 16,7%	3 16,7%	1 5,6%	8 44,4%	0,21	6 18,2%	9 27,3%	7 21,2%	5 15,2%	6 18,2%	0,36	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 100,0%	0 0,0%	1,00
Outras empresas do setor	3 16,7%	3 16,7%	1 5,6%	4 22,2%	7 38,9%	0,31	8 24,2%	8 24,2%	4 12,1%	5 15,2%	8 24,2%	0,30	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 50,0%	1 50,0%	0,50
Empresas de consultoria	6 33,3%	3 16,7%	1 5,6%	1 5,6%	7 38,9%	0,14	10 30,3%	4 12,1%	7 21,2%	3 9,1%	9 27,3%	0,25	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 100,0%	0 0,0%	1,00
<b>Universidades e Institutos de Pesquisa</b>																		
Universidades	5 27,8%	4 22,2%	0 0,0%	3 16,7%	6 33,3%	0,23	15 45,5%	3 9,1%	3 9,1%	4 12,1%	8 24,2%	0,20	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 100,0%	0 0,0%	1,00
Institutos de pesquisa	5 27,8%	1 5,6%	2 11,1%	1 5,6%	9 50,0%	0,14	13 39,4%	2 6,1%	3 9,1%	4 12,1%	11 33,3%	0,19	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 50,0%	1 50,0%	0,50
Centros de capacitação profissional de assistência técnica e de manutenção	1 5,6%	1 5,6%	3 16,7%	6 33,3%	7 38,9%	0,45	6 18,2%	4 12,1%	8 24,2%	7 21,2%	8 24,2%	0,39	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 100,0%	0 0,0%	1,00
Instituições de testes, ensaios e certificações	5 27,8%	1 5,6%	1 5,6%	2 11,1%	9 50,0%	0,16	12 36,4%	3 9,1%	2 6,1%	6 18,2%	10 30,3%	0,25	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 50,0%	1 50,0%	0,50
<b>Outros Agentes</b>																		
Representação	1 5,6%	0 0,0%	2 11,1%	9 50,0%	6 33,3%	0,57	9 27,3%	1 3,0%	4 12,1%	11 33,3%	8 24,2%	0,42	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 100,0%	0 0,0%	1,00
Entidades Sindicais	3 16,7%	3 16,7%	3 16,7%	3 16,7%	6 33,3%	0,32	8 24,2%	6 18,2%	6 18,2%	8 24,2%	5 15,2%	0,41	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 100,0%	0 0,0%	1,00
Órgãos de apoio e promoção	4 22,2%	3 16,7%	2 11,1%	3 16,7%	6 33,3%	0,28	12 36,4%	4 12,1%	5 15,2%	3 9,1%	9 27,3%	0,22	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 100,0%	0 0,0%	1,00
Agentes financeiros	3 16,7%	2 11,1%	4 22,2%	3 16,7%	6 33,3%	0,33	8 24,2%	4 12,1%	7 21,2%	7 21,2%	7 21,2%	0,38	1 50,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 50,0%	0 0,0%	0,50
Cooperativas ou consórcios da região	8 44,4%	1 5,6%	0 0,0%	3 16,7%	6 33,3%	0,18	15 45,5%	5 15,2%	3 9,1%	1 3,0%	9 27,3%	0,13	1 50,0%	1 50,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0,15
Cooperativas ou consórcios fora da região	9 50,0%	0 0,0%	0 0,0%	3 16,7%	6 33,3%	0,17	16 48,5%	5 15,2%	3 9,1%	0 0,0%	9 27,3%	0,10	0 0,0%	1 50,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 50,0%	0,15

Fonte: Pesquisa de campo.

Junto aos agentes, citados na Tabela 16, como parceiros no âmbito empresarial destacam-se as outras empresas dentro do grupo, como altamente importantes para as médias empresas. Todavia, para as MPEs os fornecedores e clientes são considerados extremamente importantes. Dentre os respondentes, os representantes das microempresas 38,9% apontaram como média importância e, 22,2% como alta importância as atividades de cooperação travadas com fornecedores de insumos (equipamentos, materiais, componentes e softwares). Por outro lado, junto as pequenas empresas 48,5% das respondentes consideraram as ações junto aos fornecedores como altamente importantes e 50% das médias empresas também as consideraram.

Quanto aos clientes, foram considerados como principais parceiros com alto grau de importância para 55,6% dos respondentes das microempresas, 51,5% dos pequenos empresários e 50% das médias empresas.

No contexto de parceiros vinculados às instituições de ensino e institutos de pesquisa verifica-se que a relevância das universidades, foram citadas pelas microempresas como nula ou de baixa importância, somando um percentual de cerca de 50% dos respondentes, em contrapartida apenas 16,7% dos respondentes apontaram como alta importância a atividade de parceria com as universidades. Para as pequenas empresas a avaliação da parceria com as universidades é ainda mais negativa, pois 54,6% dos respondentes consideram nula ou de baixa importância a parceria com estas instituições e apenas 12,1% consideraram-na como de alta importância. Esse fato é corroborado nas falas dos entrevistados das Prefeituras e Associações Empresariais locais, cuja crítica centrou-se na falta de relação das universidades locais com o setor. Segundo tais críticas a relação das universidades com a indústria se estende somente à formação de gestores. Aspecto que vêm contribuindo indiretamente para profissionalização das empresas desse segmento. No entanto, as duas empresas pesquisadas de médio porte consideram de alta importância as atividades de parceria com as universidades.

No que se refere aos centros de capacitação profissional de assistência técnica e de manutenção, 50% dos microempresários avaliou a parceria junto a essas instituições como de média e alta importância. Da mesma forma, 45,4% dos pequenos empresários respondentes caracterizam a parceria com estes centros, como de média e alta importância, assim como as médias empresas que avaliaram-nos como de alta importância. Entretanto, os institutos de pesquisa e instituições de testes não foram bem avaliados já que na região não existe esse tipo de instituição de apoio ao setor, somente junto às visitas às lavanderias que se observou certo

conhecimento desse tipo de trabalho, pois essa atividade dentro da cadeia produtiva requer freqüente monitoramento.

Quanto a outros agentes parceiros, 61,1% das microempresas avaliaram o trabalho de representação como de média e alta importância, o que destaca a importância da atividade dos representantes comerciais. No caso das pequenas empresas 33,3% avaliou a parceria com representação como alta importância e 12,1% como média importância. Para as duas empresas que fizeram parte da amostra das médias empresas, 100%, consideraram de alta importância essa atividade. Portanto, a atividade de representação ainda é bastante utilizada pelas empresas da região, apesar dos problemas com a falta de honestidade e os furtos que ocorrem quando a empresa não possui um bom representante (dado obtido em visitas às empresas).

Quanto à parceria com entidades sindicais locais, a avaliação feita pelos microempresários é negativa, assim como é avaliada com pouca relevância pelos empresários de pequeno porte (apenas 16,7% das microempresas consideram essa parceria como de alta importância, assim como 24,2% dos pequenos empresários respondentes). As duas médias empresas demonstraram, por outro lado, alta importância na parceria com as entidades sindicais. Portanto, as entidades sindicais locais, por um lado, não foram bem avaliados pelas MPEs e, por outro, foram bem avaliados pelas médias empresas.

As avaliações feitas a parcerias com instituições financeiras realizadas junto aos microempresários demonstraram que apenas 16,7% dos respondentes consideraram como de alta importância e 22,2% destacaram média importância. Já dentre as empresas de pequeno porte verifica-se um aumento da relevância dessas ações de parceria junto a instituições financeiras, somando 21,2% alta importância e 21,2% média importância. A opinião das duas médias empresas pesquisadas divergiu, sendo que uma delas considerou como alta importância e a outra como nula a atividade de parceria com instituições financeiras. Quanto às atividades de parceria com cooperativas e consórcios da região e fora, praticamente todas as empresas de micro, pequeno e médio porte avaliaram como nula ou baixa relevância. Muitas inclusive desconheciam esse tipo de atividade.

Conclui-se, então, que os parceiros mais próximos das empresas são fornecedores, clientes e seus representantes comerciais. Com relação à parceria com outras empresas, sindicatos, instituições de ensino e de crédito a avaliação não foi tão positiva, corroborando com as conclusões parciais obtidas até o momento. Embora essa avaliação tenha sido emitida por empresários, a pesquisa de campo revelou outros aspectos que complementam a análise da rede de parcerias institucionais existente na região:

Parcerias têm com as Secretarias de Desenvolvimento Regional, a Prefeitura Municipal, etc.; com o Lar Solidariedade (ensinam as pessoas a produzir e doam as peças produzidas) (representante SDR de Itaporanga).

Confeccionistas são unidos através do sindicato, já os faccionistas, não temos uma associação. A relação entre os confeccionistas e os faccionistas atualmente está mais séria, antes havia muitos calotes. Profissionalmente houve melhor convívio (representante da Prefeitura de Laurentino).

As opiniões convergem no reconhecimento da existência de parceiras entre as empresas da região e os órgãos públicos e entidades de classe, especialmente nos municípios menores. Isso se deve ao fato de os empresários sediados nesses municípios menores disporem de condições restritas de acesso às instituições de apoio, especialmente de ensino, sediadas em Rio do Sul. Nesse sentido, em função desse isolamento, os incentivadores dessa atividade nos municípios menores são o poder público, unido às associações empresariais e aos empresários, que geralmente se unem para contribuir com a formação da mão-de-obra local. Entretanto, a parceria converge apenas a ações isoladas, como essas citadas acima.

Nossa linha de argumentação, inspirada nos trabalhos de Courlet e Soulage (1994), sugere que na região em pauta os nexos de reciprocidade entre os agentes deste segmento são ainda muito tênues. Levamos em conta que as empresas de confecções com marca própria, que demandam serviços das facções, operam geralmente fora da microrregião. Elas não conseguem desenvolver o “senso do lugar”, ou seja, uma relação identitária de apego ao território, o que torna os laços de reciprocidade fracos.

Reconhecemos ainda que apenas uma relação de complementariedade entre as esferas do mercado e das trocas cooperativas pode favorecer a criação de arranjos produtivos locais integrados mobilizadores de MPEs (COURLET e SOULAGE, 1994). Se forem entregues à lógica do mercado concorrencial, os pequenos empreendedores provavelmente não conseguirão sobreviver sem apelar para os esquemas convencionais de sonegação ou exploração da mão de obra. De certa forma, é isso que vem ocorrendo no contexto da aglomeração industrial têxtil-vestuarista do Alto Vale do Itajaí.

BLOQUEIOS DE NATUREZA TÉCNICA E DE ORGANIZAÇÃO DO SETOR	BLOQUEIOS DE NATUREZA SOCIOCULTURAL E SOCIOPOLÍTICA
Baixa divisão “social” do trabalho	Empresários que perderam a solidariedade mecânica/primária existentes nas domingueiras agrícolas
Diferentes padrões tecnológicos	Exploração da mão-de-obra local com ritmo intensivo de trabalho
Ausência de mão-de-obra qualificada acarretando rivalidade e disputa	Origem das empresas subcontratantes dos serviços - Médio Vale
Ausência de política eqüitativa de apoio ao crédito (desde as médias às MPEs)	Despreparo das instituições e entidades de classe em mobilizar e fortalecer a participação e organização do setor;
Despreparo e pouco apoio das instituições de ensino e formação locais	Pouca articulação entre poder público local e as instituições de apoio ao setor.
Ausência de instituições de pesquisa e desenvolvimento	Governança de mercado co-existindo com a hierárquica (corporativa)

Quadro 46: Bloqueios à cooperação

**Fonte:** Pesquisa de campo

Portanto, o Quadro 46 oferece-nos uma síntese dos principais entraves à constituição de um tecido cooperativo na região estudada. Relativamente aos entraves técnicos e de formação, destaca-se o problema gerado pelos padrões de divisão “social” do trabalho vigente. As empresas concentram-se apenas na etapa da costura e acabamento. Poucas realizam outras atividades, a jusante ou a montante da cadeia produtiva, o que acaba criando mais rivalidades do que projetos cooperativos. Como já argumentamos acima, a existência de diferentes padrões tecnológicos dificultam os esquemas de subcontratação e a manutenção da qualidade dos serviços e dos produtos, já que uma empresa de porte médio que subcontrata serviços de uma microempresa tende a exigir a reprodução dos mesmos padrões de eficiência já alcançados.

A persistência de antagonismos provocados pelas deficiências na qualificação da mão-de-obra pode ser interpretada levando-se em conta os fluxos migratórios<sup>100</sup> que viabilizam as atividades do ramo de confecções. A cooperação tem sido bloqueada também pelas dificuldades de acesso às escolas de formação técnica – por carência de recursos financeiros ou pelas distâncias a serem vencidas no acesso aos centros de profissionalização. Além disso, a fragilidade das políticas de apoio ao crédito situa as empresas em patamares diferenciados: as empresas de maior porte conseguem garantir fontes regulares de financiamento, em contraste com aquelas de menor porte, menos estruturadas e mais carentes. A ausência de institutos de pesquisa e desenvolvimento vinculados ao setor constitui também um entrave à cooperação e à adaptação das tecnologias à realidade local. Todos esses problemas e dificuldades distanciam, de certa forma, os empresários locais.

<sup>100</sup> Migração dos trabalhadores rurais para as atividades de confecção.



Quanto aos obstáculos de natureza sociocultural, cabe novamente mencionar o enfraquecimento progressivo dos laços de solidariedade genuína que predominavam nas *domingueiras agrícolas*. A nosso ver, esse enfraquecimento ocorre também sob a influência da consolidação das relações de produção capitalista que acelerou o processo de fragmentação do tecido social, reforçando o individualismo e minando as práticas baseadas em relações de proximidade, confiança e reciprocidade. A defasagem técnica teve conseqüências negativas na região estudada, hipertrofiando a competição pelo aumento de produtividade e, conseqüentemente, alimentando a exploração da mão de obra, e o aumento do ritmo e da intensidade do trabalho nas linhas de produção.

Quanto aos padrões de articulação institucionais, constatamos um certo despreparo das instituições e entidades de classe na mobilização e no fortalecimento da participação e da organização da atividade, agravadas pela pouca articulação entre o poder público local e as instituições de apoio ao segmento.

Nesse sentido, concluímos que a busca de produtividade máxima e a redução máxima dos custos de produção são as diretrizes estratégicas que norteiam o funcionamento das empresas vinculadas ao segmento têxtil-vestuarista na região.

#### **5.1.4 Coordenação entre empresas num cenário de governança territorial**

Segundo Benko e Lipietz (2000), as modalidades contemporâneas de coordenação inter-empresarial e de governança são muito variadas, no espectro que se estende do modelo hierárquico, baseado em relações de dependência, ao modelo cooperativo, estimulador de parcerias duradouras e que transcendem os intercâmbios estritamente mercadológicos. No que diz respeito à noção de governança, ela nos remete às formas intermediárias de regulação que não são nem mercantis e nem estatal, nas quais se articulam interesses privados e bens públicos, aspectos econômicos e sociais que compatibilizam a busca de eficácia e a promoção da equidade.

O Quadro 47 sintetiza os principais elementos investigados junto a pesquisa de campo quanto as atividades de cooperação e consolidação de sinergias entre as empresas e instituições do setor. Constatamos principalmente que as relações entre as empresas do segmento são rarefeitas; as mais significativas conectam empresas que prestam serviços diferenciados e complementares – a exemplo das lavanderias e estamparias, que são prestadoras de serviços para as confecções e facções.

Características	Micro	Pequena	Média
<b>Principais parceiros em atividades cooperativas</b>	Fornecedores, clientes e representação.	Fornecedores e clientes.	Fornecedores, clientes, universidades, representação.
<b>Principais objetivos da cooperação</b>	Capacitação de RH.	Capacitação de RH, relação com a comunidade local e compra de insumos e equipamentos.	Capacitação de RH e articulação com outros segmentos da região.
<b>Localização dos agentes cooperativos</b>	Principalmente da região do Vale do Itajaí (com exceção dos fornecedores âmbito nacional)	Dentro e fora do arranjo, principalmente, no âmbito nacional.	Dentro e fora do arranjo, principalmente, no âmbito nacional e em menor quantidade exterior.
<b>Coordenação das relações</b>	Por pequenas e médias empresas de dentro e fora da região – que fazem parte de redes verticais e horizontais (subcontratação); Pelas próprias microempresas que coordenam redes verticais e/ou horizontais.	Por grandes e médias empresas quando integrantes de redes verticais e horizontais. Pelas próprias pequenas empresas quando coordenam redes verticais e/ou horizontais.	Pelas próprias médias empresas (grupos, <i>joint venture</i> etc.) e grandes empresas que coordenam redes verticais e/ou horizontais.
<b>Principais resultados obtidos com a cooperação</b>	Melhoria nos processos produtivos, na capacitação de RH, comercialização e qualidade dos produtos.	Melhorias na capacitação de RH, seguidas das condições de fornecimento dos produtos e, por fim, da qualidade dos produtos.	Melhorias na capacitação de RH, qualidade dos produtos e promoção de nome/marca da empresa no mercado nacional.

Quadro 47: Síntese da análise das formas de cooperação estabelecidas entre empresas da aglomeração industrial têxtil-vestuarista do Alto Vale do Itajaí

**Fonte:** Adaptado de Stallivieri (2004) baseado na pesquisa de campo.

A coordenação das relações entre as microempresas (como mostra o Quadro 47), ocorre geralmente por intermédio das empresas maiores e que possuem “marca própria”, responsáveis pela formação de redes de subcontratações. **Com base no quadro anterior e na tipologia construída por Bourque (2000), concluímos que a estrutura atual da aglomeração industrial têxtil-vestuarista do Alto Vale do Itajaí ajusta-se a um modelo híbrido, orientada, predominantemente, por uma governança de mercado, porém coexistindo com modos de coordenação hierárquica. A coordenação inter-empresarial vem sendo polarizada por empresas de porte médio e grandes empresas (em geral de fora da microrregião) e, em alguns casos, por empresas de pequeno porte (em geral da microrregião) melhor estruturadas e com boa colocação no mercado.**

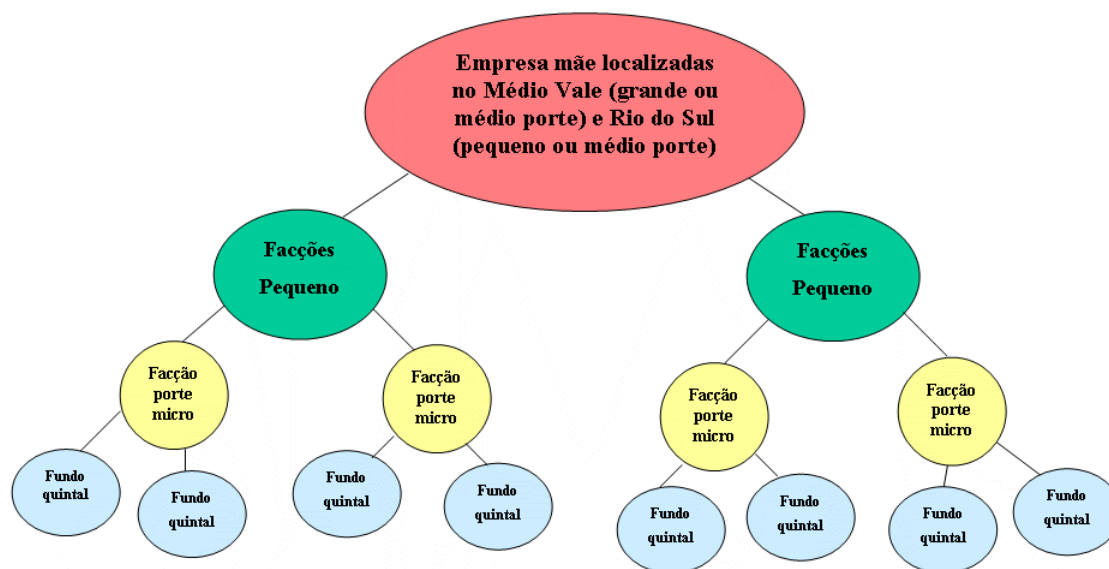


Figura 37: A rede de subcontratação das empresas e o modo de coordenação e auto-organização do setor

**Fonte:** Pesquisa de campo

A Figura 37 ilustra o funcionamento da coordenação das empresas e indica que, em regra, as “*empresas-mães*” são aquelas de maior porte, situadas no Médio Vale e em Rio do Sul, que subcontratam serviços de empresas menores. Por sua vez, as facções de pequeno porte, um pouco mais estruturadas, subcontratam os serviços das microempresas; e estas, num *efeito dominó*, subcontratam os serviços das facções de fundo de quintal – que se restringem, geralmente, a executar a costura e o acabamento das peças.

Além das redes de subcontratação criarem uma relação de dependência entre empresas maiores e menores, outro complicador digno de registro no funcionamento atual da aglomeração têxtil-vestuarista do Alto Vale diz respeito ao fato de muitas dessas médias e grandes “*empresas-mães*” estarem sediadas em outras microrregiões. Esse padrão de organização dos sistemas produtivos tende a enfraquecer a construção de *territórios sustentáveis* (COURLET e SOULAGE, 1994; VIEIRA e CAZELLA, 2004). A superação desses complicadores passa, a nosso ver, pela criação de novas estratégias de organização da sociedade civil. Para tanto, torna-se imprescindível avaliar de que maneira o empresariado local vinculado ao segmento têxtil-vestuarista considera o desempenho das instituições de apoio (sindicatos, associações empresariais, cooperativas) situadas no Alto Vale.

Tabela 17: Avaliação da Contribuição de Sindicatos, Associações, Cooperativas Locais

Tipo de contribuição	Micro						Pequena						Média					
	Nula	Baixa	Média	Alta	Branco	Índice*	Nula	Baixa	Média	Alta	Branco	Índice*	Nula	Baixa	Média	Alta	Branco	Índice*
Auxílio na definição de objetivos Comuns para as empresas	7	6	1	2	2	0,24	10	10	6	5	2	0,35	0	0	0	2	0	1,00
	38,9%	33,3%	5,6%	11,1%	11,1%		30,3%	30,3%	18,2%	15,2%	6,1%		0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	
Estímulo à visões de futuro para	5	7	2	2	2	0,29	10	12	3	5	3	0,32	0	0	0	2	0	1,00
	27,8%	38,9%	11,1%	11,1%	11,1%		30,3%	36,4%	9,1%	15,2%	9,1%		0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	
Disponibilização de informações	6	6	3	1	2	0,26	11	11	5	2	4	0,25	1	0	0	1	0	0,50
	33,3%	33,3%	16,7%	5,6%	11,1%		33,3%	33,3%	15,2%	6,1%	12,1%		50,0%	0,0%	0,0%	50,0%	0,0%	
Identificação de fontes e formas de financiamento	10	3	1	2	2	0,19	9	12	5	4	3	0,32	1	0	0	1	0	0,50
	55,6%	16,7%	5,6%	11,1%	11,1%		27,3%	36,4%	15,2%	12,1%	9,1%		50,0%	0,0%	0,0%	50,0%	0,0%	
Promoção de ações cooperativas	10	3	1	2	2	0,19	12	8	6	4	3	0,30	1	0	0	1	0	0,50
	55,6%	16,7%	5,6%	11,1%	11,1%		36,4%	24,2%	18,2%	12,1%	9,1%		50,0%	0,0%	0,0%	50,0%	0,0%	
Apresentação de reivindicações	11	2	1	2	2	0,18	10	8	4	7	4	0,36	0	0	0	1	1	0,50
	61,1%	11,1%	5,6%	11,1%	11,1%		30,3%	24,2%	12,1%	21,2%	12,1%		0,0%	0,0%	0,0%	50,0%	50,0%	
Criação de fóruns e ambientes para	5	6	2	3	2	0,33	10	8	8	4	3	0,34	1	0	0	1	0	0,50
	27,8%	33,3%	11,1%	16,7%	11,1%		30,3%	24,2%	24,2%	12,1%	9,1%		50,0%	0,0%	0,0%	50,0%	0,0%	
Promoção de ações dirigidas a	9	5	0	2	2	0,19	11	7	8	4	3	0,33	1	0	0	1	0	0,50
	50,0%	27,8%	0,0%	11,1%	11,1%		33,3%	21,2%	24,2%	12,1%	9,1%		50,0%	0,0%	0,0%	50,0%	0,0%	
Estímulo ao desenvolvimento do	8	3	2	3	2	0,28	9	11	6	4	3	0,33	0	0	0	2	0	1,00
	44,4%	16,7%	11,1%	16,7%	11,1%		27,3%	33,3%	18,2%	12,1%	9,1%		0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	
Organização de eventos técnicos e	7	3	4	2	2	0,29	10	6	9	4	4	0,34	1	0	0	1	0	0,50
	38,9%	16,7%	22,2%	11,1%	11,1%		30,3%	18,2%	27,3%	12,1%	12,1%		50,0%	0,0%	0,0%	50,0%	0,0%	
Integração do setor com os demais	10	2	1	3	2	0,23	10	8	10	2	3	0,32	1	0	0	1	0	0,50
	55,6%	11,1%	5,6%	16,7%	11,1%		30,3%	24,2%	30,3%	6,1%	9,1%		50,0%	0,0%	0,0%	50,0%	0,0%	
Integração do setor com a	9	1	3	3	2	0,28	10	11	6	3	3	0,30	0	0	0	1	1	0,50
	50,0%	5,6%	16,7%	16,7%	11,1%		30,3%	33,3%	18,2%	9,1%	9,1%		0,0%	0,0%	0,0%	50,0%	50,0%	
Outras	3	0	0	0	15	0,00	2	2	0	1	28	0,05	0	0	0	1	1	0,50
	16,7%	0,0%	0,0%	0,0%	83,3%		6,1%	6,1%	0,0%	3,0%	84,8%		0,0%	0,0%	0,0%	50,0%	50,0%	

Fonte: Pesquisa de campo.

De acordo com a tabela acima, as MPEs tendem a considerar irrelevante a atuação das instituições de apoio. Na opinião dos microempresários entrevistados, no rol dos pontos mais negativos estão incluídos a falta de contribuições no sentido: (i) da identificação de mecanismos e fontes de financiamento, ii) da promoção de ações cooperativas, iii) da negociação política de reivindicações comuns, iv) da promoção de programas de capacitação tecnológica, e v) por fim, da integração inter-setorial.

A avaliação das pequenas empresas reproduz praticamente os mesmos resultados obtidos no caso das microempresas, gerando todavia uma imagem menos negativa. Os pequenos empresários entrevistados colocam em evidência as deficiências no planejamento estratégico para o conjunto das empresas sediadas na região, na disponibilização de informações sobre matérias-primas e equipamentos, e na promoção de ações cooperativas, para as pequenas empresas. As médias empresas tendem a ter uma visão mais positiva das instituições de apoio ao setor.

Em síntese, constatamos um déficit de credibilidade da rede de instituições locais junto ao empresariado vinculado ao segmento têxtil-vestuarista. Além disso, as iniciativas voltadas para a coordenação da dinâmica inter-empresarial permanecem nas mãos de algumas poucas empresas de maior porte. Estas, por sua vez, operam segundo um padrão de eficiência econômica que parece colidir frontalmente com a construção gradual e participativa de um arranjo produtivo pensado à luz da experiência adquirida com os distritos industriais italianos.

Por outro lado, as instituições públicas vinculadas aos níveis local, regional e nacional têm permanecido praticamente à margem de um esforço consequente de dinamização do segmento têxtil-vestuarista no Alto Vale. Esse fato foi comprovado pelo trabalho de campo, ele revelou que os empresários locais, em sua maioria, desconhecem os programas oficiais criados nos três níveis de governo. Somente 27,8% das micro, 3% das pequenas e 50% das médias conhecem e participam dos programas coordenados pelo SEBRAE. Na opinião de agentes do SEBRAE e do SINFIATEC, esse descompasso reflete sobretudo o baixo nível de organização desse segmento na microrregião em estudo. Dessa forma percebemos que os empresários destacam que o insucesso da organização do setor é fruto da falta de apoio dos órgãos públicos e instituições de apoio, já as instituições de apoio ao setor destacam que os empresários não têm interesse em realizar ações cooperativas, estando apenas preocupados no aumento da produtividade empresarial. Tal situação comprova a fragmentação e falta de coesão da indústria local.

Outra conclusão importante derivada da linha de argumentação desenvolvida até aqui diz respeito ao reconhecimento de que as MPEs – sobretudo as facções - são aquelas que têm

sido mais prejudicadas pelo processo em curso de estruturação do segmento têxtil-vestuarista no Alto Vale. Consideradas como a espinha dorsal do setor, as facções têm recebido pouco apoio em termos de acesso ao crédito e de aconselhamento técnico e jurídico. Suas articulações com as instituições de apoio e com as entidades de classe em escala regional são ainda muito tênues. Curiosamente, as facções de Rio do Sul estão mais conectadas com o sindicato laboral, ou seja, parecem se identificar mais como trabalhadores do que como empresários. Por meio das constatações realizadas até aqui, construímos um esquema que busca traçar as principais relações entre os principais agentes ligados ao segmento (Figura 38).

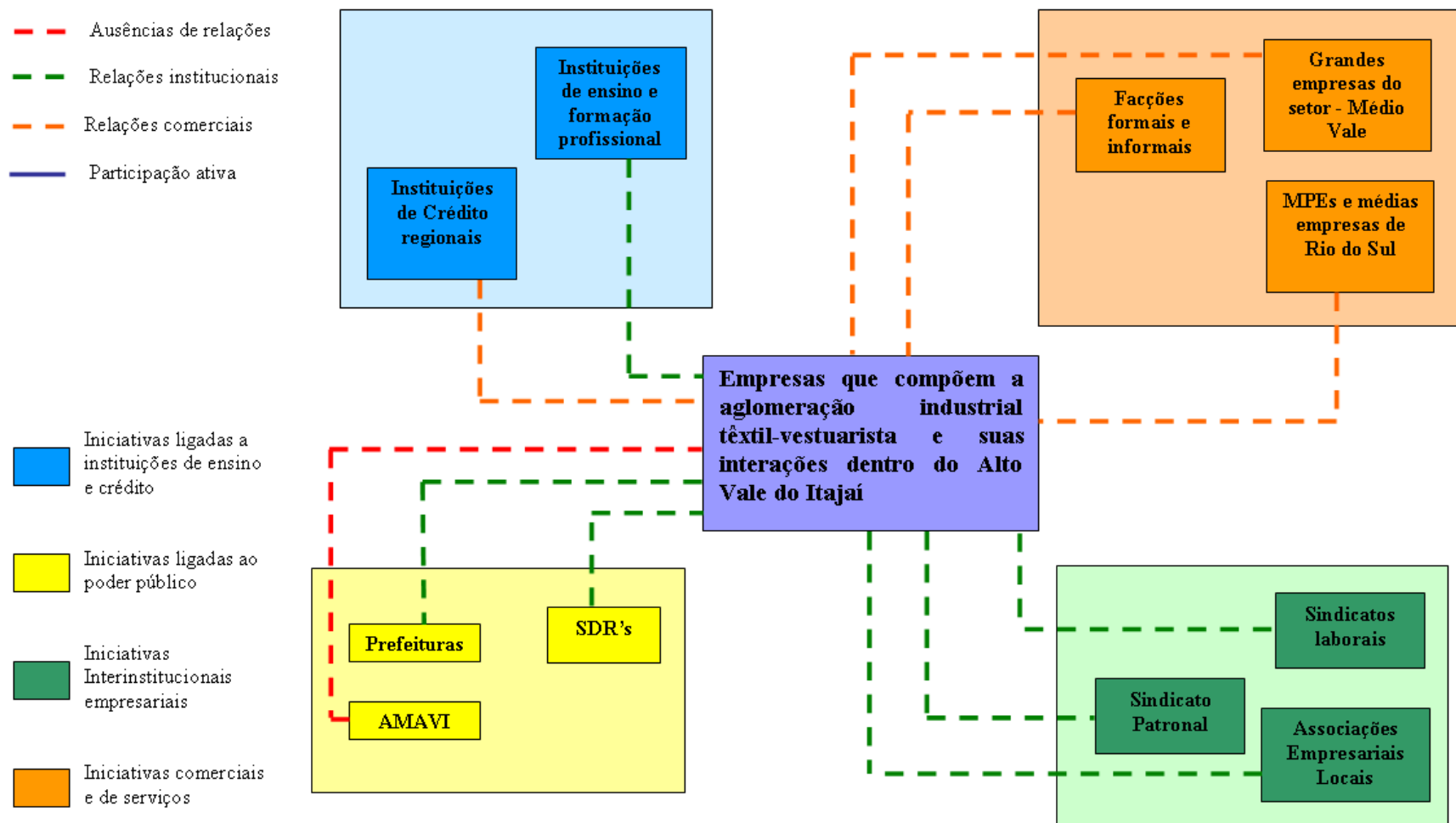


Figura 38: Interações existentes dentro do arranjo

Fonte: Adaptado de Andion (2007) baseado na pesquisa de campo

As relações entre os agentes locais e o segmento têxtil-vestuarista são de natureza predominantemente comercial e institucional, como indica a Figura acima. As instituições de ensino estão conectadas por meio de articulações institucionais envolvendo principalmente o SEBRAE, o NEP e o SENAI. Já as interações com as instituições de crédito são de caráter estritamente comercial.

Entre empresas e facções os intercâmbios são apenas comerciais, centrados na prestação de serviços. O sindicato laboral interage negociando aumentos de salário e fiscalizando casos de violação da legislação trabalhista, e o patronal fortalecendo e estruturando o setor por meio das rodadas de negócios, reuniões formais e informais, participação em feiras e articulação com outras instituições. As associações empresariais empenham-se na formação de núcleos de discussão sobre os problemas do setor, como descrito nas seções precedentes. As interfaces com o setor governamental são mantidas por meio das prefeituras e das SDRs. Finalmente, verificamos que a AMAVI não interage com o setor têxtil-vestuarista. As poucas ações de tentativa de organização do setor são fragmentadas, sendo esse o motivo pelo qual muitas das iniciativas não têm gerado resultados satisfatórios.



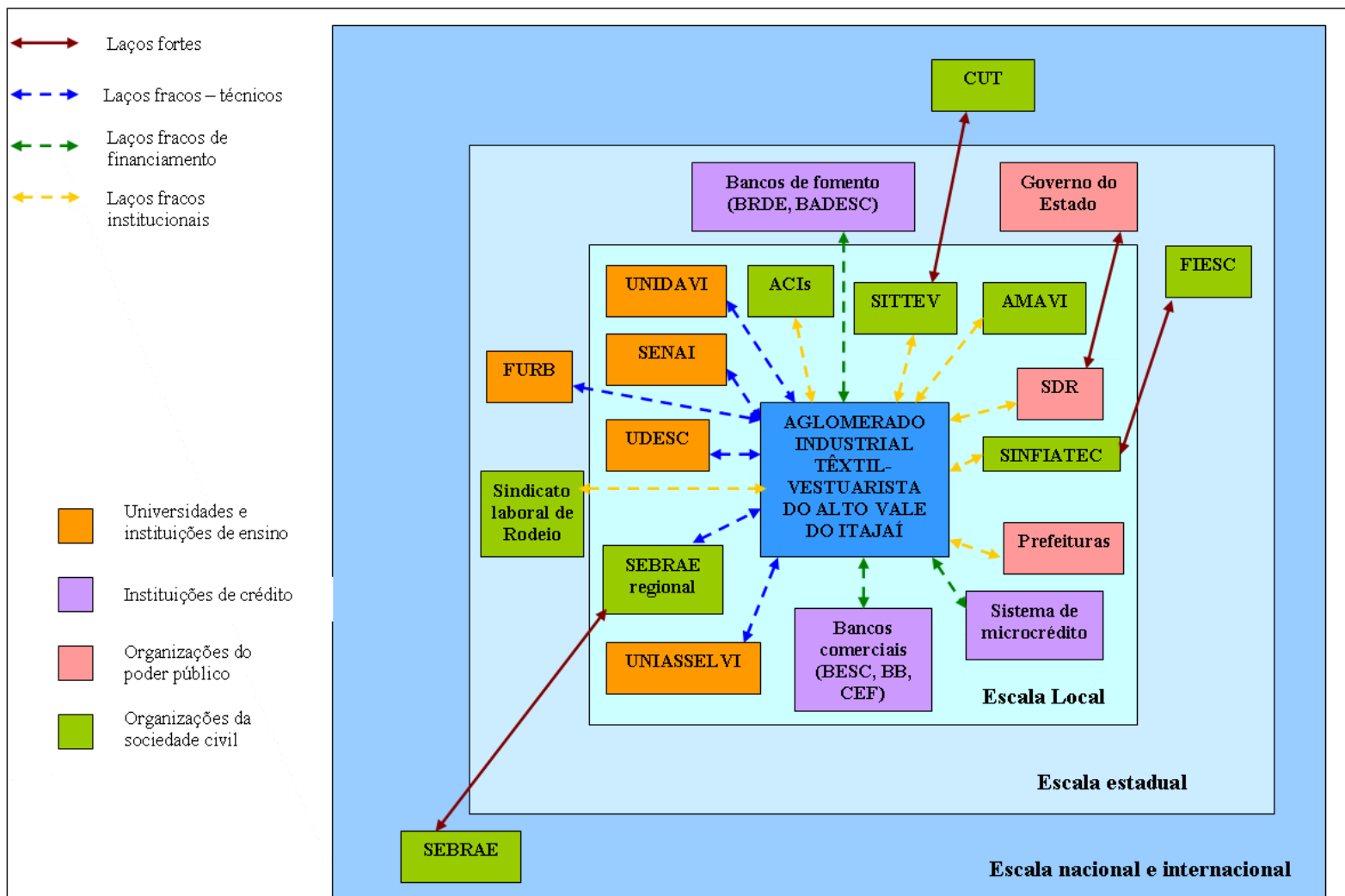


Figura 39: Interações existentes entre as instituições locais e as empresas do aglomerado

Fonte: Adaptado de Andion (2007), baseado na pesquisa de campo

A Figura 39 expressa a fragilidade das interrelações envolvendo as instituições locais e as empresas vinculadas ao setor. Inexistem laços fortes diretamente relacionados entre instituições de apoio e o aglomerado. Todavia é possível perceber a existência de inúmeros laços fracos que segundo Granovetter (1973) poderão gerar novas oportunidades aos indivíduos e aumentar a integração dentro do aglomerado. Isto é, embora haja fragilidade e pouca confiança no âmbito das relações e das redes sociais que se formaram dentro do aglomerado, é possível que os laços fracos existentes possam ser promotoras de oportunidades, inclusive promovendo a integração de novos atores sociais.

Com base neste esquema, concluímos que os principais problemas de coordenação do setor estão centrados: (i) na informalidade; (ii) nos desníveis de sofisticação tecnológica, de padrões organizacionais e de qualidade dos produtos; (iii) na exacerbação da competitividade estritamente mercadológica; iv) na baixa divisão do trabalho entre as empresas; e (v) e na baixa densidade de conexões institucionais intra e transescalares. Todos esses fatores representam empecilhos mais ou menos cruciais para a maturação do segmento na região. Talvez o mais relevante seja a fragmentação e a desarticulação nas diferentes etapas e nos diferentes níveis da cadeia produtiva.

Os analistas de dinâmicas territoriais de desenvolvimento asseveram que nesse caso torna-se necessário estimular simultaneamente a regulação pelo mercado, o fortalecimento da rede de instituições locais, a reciprocidade e a cooperação entre as empresas, e a construção coletiva de uma *identidade territorial*. Essa combinação de vetores poderia em princípio alavancar o funcionamento de sistemas produtivos locais integrados que colocam em xeque um dos princípios básicos da economia política clássica, a saber: a separação entre o econômico, o social e o ecológico. Passaríamos assim de um modelo de desenvolvimento local baseado em vantagens comparativas para um *modelo territorial sustentável* baseado em vantagens diferenciadoras (COURLET e SOULAGE, 1994; PECQUEUR, 2004; PECQUEUR, 2006).

## **5.2 Impasses na internalização da variável socioambiental**

Vêm se tornando cada vez mais evidentes os impactos negativos da dinâmica descontrolada do setor secundário nas condições de reprodução dos ecossistemas e paisagens. Apesar do aperfeiçoamento gradativo de novas tecnologias produtivas e da instituição de novos

sistemas de gestão, as tendências destrutivas continuam na ordem do dia em praticamente todas as regiões do País. Ao mesmo tempo, o setor empresarial vem sendo cada vez mais coagido a promover - de forma efetiva e não apenas “cosmética” - a internalização das externalidades negativas geradas pelos sistemas produtivos. Vários fatores têm contribuído para essa mudança de comportamento. O primeiro corresponde à sensibilização crescente da opinião pública diante do cenário de agravamento da degradação do ambiente biofísico e construído em escala global. Esta sensibilidade, de certa forma, começa a influenciar as dinâmicas do mercado em nosso País. O segundo corresponde à difusão de novas tecnologias, por meio dos quais podem ser reduzidos os impactos socioambientais dos processos produtivos. E o terceiro corresponde às pressões que têm sido exercidas pela sociedade civil organizada no sentido da contenção dos casos de violação ostensiva e impune da legislação ambiental.

As mudanças de comportamento do mundo empresarial podem fornecer um ganho de eficácia na gestão ambiental pública, justificando a ênfase concedida nesta tese à avaliação das ações do empresariado local e da própria comunidade em prol do meio ambiente, bem como dos impactos socioambientais do segmento têxtil-vestuarista no território do Alto Vale do Itajaí.

O primeiro aspecto a ser considerado a seguir está relacionado aos impactos mais significativos gerados pelas empresas deste segmento sobre o meio ambiente biofísico. Em seguida, enfatizamos, à luz das considerações de Vanclat (2003), o leque de impactos sociais que têm sido gerados, incluindo na análise a visão do empresariado local relativamente à seleção de seus fornecedores, à gestão da força de trabalho e à adoção de práticas ecologicamente prudentes. Às análises sobre as representações dos empresários foram agregadas aquelas relativas aos agentes governamentais, aos militantes de ONGs e aos representantes de instituições de apoio ao setor, entre outros atores. Finalmente, o capítulo contempla o resgate das principais ações em curso – nas áreas governamental e não governamental - voltadas para o enfrentamento dessa problemática.

### **5.2.1 Impactos sobre o meio ambiente biofísico**

Os processos de beneficiamento colocados em ação pelo segmento têxtil-vestuarista são grandes consumidores de recursos hídricos. Segundo Molinari (2006), estima-se que essa atividade consome em média 150 litros de água por quilograma de tecido processado. A resolução do CONAMA enquadra a indústria do vestuário e artefatos têxteis com potencial

poluidor “G”, ou seja, ela concentra um elevado potencial de degradação. Dessa forma, essa indústria deve, cada vez mais, aprimorar seus sistemas de tratamento de efluentes, com o intuito de minimizar os impactos sobre o meio ambiente biofísico e construído. Por outro lado, sabe-se que esse aprimoramento levará, num primeiro momento, a um aumento significativo dos custos dos bens e serviços produzidos. Em decorrência, muitas empresas estão investindo maciçamente na reutilização da água e no aproveitamento regular das águas de chuva.

No caso do Alto Vale, as atividades com maior potencial de degradação são efetuadas pelas lavanderias, estamparias e tinturarias. As lavanderias desempenham um papel importante neste sentido, na medida em que a região vem se especializando na produção de *jeans*. Do conjunto de 12 lavanderias existentes no Alto Vale, cinco delas foram objeto de um estudo coordenado por Molinari (2006). O Quadro 48 oferece uma síntese dos principais resultados alcançados, que se concentraram nas implicações das operações de lavagem e de beneficiamento do jeans para o aperfeiçoamento do sistema gestão dos recursos hídricos do município de Rio do Sul.

Características	Empresa 1	Empresa 2	Empresa 3	Empresa 4	Empresa 5	Total
Área da empresa (m <sup>2</sup> )	1.800	1.600	600	500	1.000	5.500
Peças lavadas ao mês (un)	60.000	40.000	35.000	60.000	35.000	230.000
Quantidade de água utilizada por mês (m <sup>3</sup> )	2.640.000	660.000	1.000.000	2.600.000	1.000.000	7.900.000
Forma de captação de água	Ribeirão Taboão e Poço artesiano	Rio Itajaí-Açu	Rio Itajaí-Açu e água da chuva em reservatório de 600 m <sup>2</sup>	Ribeirão Cobras e Poço artesiano	Ribeirão Cobras	-

Quadro 48: Produção, consumo de água e forma de captação de lavanderias de Rio do Sul

**Fonte:** Molinari (2006).

Com base nesse estudo, podemos pressupor que uma pessoa, ao consumir 200 litros de água por dia, necessita de aproximadamente 6.000 litros mensais para satisfazer as suas necessidades. Por implicação, caso o consumo de água utilizada por essas cinco lavanderias fosse revertido para a população local, seria possível abastecer um contingente de 1.316,67 pessoas, ou seja, mais da metade da população de Chapadão do Lageado (com 2.504 habitantes) durante um mês. Vale à pena destacar que tais dados levam em consideração apenas o consumo dos recursos hídricos de cinco lavanderias, de um total de doze em funcionamento na região hoje em dia.

Parece assim cada vez mais evidente a necessidade - urgente - de se concentrar a pesquisa socioambiental na busca de alternativas tecnológicas capazes de otimizar os usos - ecológica e socialmente sustentáveis - da base de recursos naturais renováveis existente na região em estudo (SACHS, 1986; SÁNCHEZ, 1989; SÁNCHEZ, 2006a). Na entrevista realizada com um empresário desse ramo, constatamos a disponibilidade de novas tecnologias de produção que operam “a seco”. Entretanto, o custo atual de aquisição desses equipamentos torna essa opção, por enquanto, inviável para a maior parte do empresariado ali sediado.

No que diz respeito às opções de gestão de dejetos sólidos e líquidos, importa caracterizar inicialmente o processo de tratamento utilizado pelas empresas vinculadas a esse ramo da indústria têxtil-vestuarista. Ainda com base no estudo de Molinari (2006), o procedimento contempla as seguintes etapas:

- separação de impurezas, filtros, tecidos e pedras;
- decantação da água para tratamento com sulfato de alumínio e polímero;
- decantação em movimento, com aerador final e bombeamento de impurezas;
- coleta e filtragem de impurezas;
- retirada do lodo depositado nos tanques;
- transferência do lodo para um secador e compactação do mesmo; e, finalmente,
- drenagem do lodo para um aterro sanitário situado em Blumenau.



Tanques de tratamento de efluentes

Figura 40: Fotos das estações de tratamento de efluentes

**Fonte:** Pesquisa de campo

A Figura 40 oferece uma imagem das estações de tratamento. A destinação do lodo gerado pelas lavanderias tem gerado inúmeros problemas, apesar da existência do aterro localizado em Blumenau. Na opinião dos entrevistados, são frequentes as irregularidades que exigem a intervenção da Polícia Ambiental:

O empresário usava esse lodo como adubo para tratar os galos e galinhas dele. A partir de uma denúncia a polícia ambiental tomou as devidas providências e o Ministério Público, junto do empresário, fez um termo de ajuste de conduta e ele teve uma despesa de R\$ 45.000,00 (Agente da Polícia Ambiental).



Além de corantes, o lodo resultante do processo de lavagem do jeans contém resíduos de tecidos, feltros, soda, areia e hidróxido de sódio, considerados altamente nocivos à saúde da população.

Além do comprometimento dos solos (indicado na Figura 41), a pesquisa constatou que os impactos negativos gerados nos cursos d'água são menos visíveis, exigindo um monitoramento mais frequente e rigoroso:

Os empresários locais largam seus dejetos muitas vezes à noite, feriados ou fins de semana. A polícia ambiental fiscaliza a partir das denúncias. Cerca de 20 autuações já foram feitas relativas às lavanderias na região (representante polícia ambiental).



Despejo dos dejetos sólidos de uma lavanderia do Alto Vale do Itajaí

Figura 41: Fotos dos dejetos sólidos de lavanderia do Alto Vale

**Fonte:** Pesquisa de campo

Já nos referimos anteriormente às opções de reestruturação da dinâmica produtiva sugeridas por Molinari (2006): reutilização da água utilizada no processo de lavagem e aproveitamento de águas de chuva. A reutilização pode ser direta ou indireta. A direta corresponde à recuperação e reutilização no processo original ou em aplicações menos exigentes, como a lavagem de pisos e equipamentos, etc. enquanto que a indireta corresponde à captação e ao tratamento da água degradada para uso industrial.

No entanto, a utilização dessa técnica não é tão simples quanto parece. O depoimento de um empresário ativo no ramo de lavanderia confirma que num dado momento do processo de lavagem a água não conserva mais o nível de oxigenação adequado, devendo ser descartada.

Mesmo assim, vale a pena registrar que 60% das indústrias operando – por exemplo - nos Estados Unidos utilizam algum tipo de tecnologia de reutilização em seus circuitos. No Brasil, essa preocupação é compartilhada apenas por 1% delas.

Quanto às alternativas de aproveitamento da água da chuva, o trabalho de campo revelou que já existem lavanderias na região que mobilizam regularmente essa técnica:

Temos 86 pessoas trabalhando aqui, há consciência da responsabilidade social. Nós fazemos captação da água da chuva. Quanto à reutilização, ainda não estamos em uma posição tranqüila para tal reestruturação. O processo de lavagem para reutilização deve ser a base de ozônio, mas tem uma otimização grande. A análise da água é feita a cada 50 dias. Para melhorar a qualidade da água se coloca sulfato de alumínio, cal e polímero. Em 2004 o IPT da FURB fez análise do lodo que nós temos como dejetos e ele seria bom como adubo. Hoje nós mandamos para um aterro em Blumenau ou em Otacílio Costa (representante empresariado local – lavanderia).

Num certo sentido, trata-se de uma alternativa promissora e que deverá ser cada vez mais estimulada no âmbito de um novo programa concebido pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Sustentável e apoiado pelo Comitê de Bacias do Itajaí-Açu. Um dos componentes básicos dessa iniciativa consiste na implantação de um novo sistema de cobrança pela utilização dos recursos hídricos por parte dos seus usuários, incluindo o setor empresarial:

Com a outorga da água as coisas serão diferentes; será instalado um hidrômetro em cada unidade produtiva, pois será controlada a entrada e saída da água. As empresas não investem em re-uso e captação de água da chuva (representante Unidavi e SENAI – ecólogo).

No rol dos obstáculos mais sérios a serem superados pelos planejadores de dinâmicas territoriais sustentáveis na região incluímos também a lógica *economicista-predatória* subjacente à maior parte das empresas vinculadas ao segmento têxtil-vestuarista. Este ponto de vista tem sido compartilhado inclusive por representantes do sistema estadual de gestão ambiental:

Existem muitas denúncias contra as ações das empresas frente ao tratamento dos efluentes. Elas estão atuando de maneira desregular, pois começaram pequenas e o movimento fez com que crescessem, porém as empresas não investiram no aumento do sistema de tratamento de efluentes. Os empresários não têm consciência das suas ações, os empresários só realizam ações em favor do MA quando eles necessitam de financiamento ou quando são multados.

O funcionamento do sistema de gestão ambiental local tem sido alvo de críticas recorrentes nos últimos tempos. Às inúmeras dificuldades de monitoramento das atividades



potencialmente geradoras de impactos destrutivos somam-se as deficiências de pessoal qualificado – e idôneo –, o sucateamento da infra-estrutura necessária à elaboração dos laudos técnicos e, *last but not least*, a reprodução do “caldo de cultura” clientelístico e paternalista que alimenta a atuação dos órgãos de controle ambiental nos níveis nacional, estadual e local:

As questões ambientais são vistas aqui quando há denúncias; os órgãos fiscalizadores não são efetivos, não são preparados. A polícia ambiental se esforça, mas não tem qualificação, não sabem como devem coletar a água ou o material de maneira adequada; não tem formação para a questão ambiental, é mais boa vontade deles do que qualificação. A FATMA é bem complicada. O IBAMA é corrupto.

A polícia ambiental possui somente 10 pessoas para cuidar de 29 municípios. O poder público precisa fazer mais concursos públicos. Esses funcionários realizam diariamente certa de 5 a 6 ocorrências por dia. O Ministério Público – MP é o que mais apóia a polícia ambiental. O grande problema, que agrava a questão ambiental no Estado, é o fato das CODAN's ser gerenciada/dirigida por pessoas que tem cargo político e não concursado (representante polícia ambiental).

O MP tem dificuldade de requisitar laudos. Em alguns casos tivemos que pedir a UNIDAVI para fazer a análise. Tudo é muito difícil. Os municípios não têm boa estrutura quanto à questão ambiental: é constitucional que o município tenha secretaria ambiental (promotor MP Rio do Sul).

Entretanto, acreditamos que estão se intensificando as pressões do mercado para ajustes significativos de conduta, tanto por parte dos consumidores, cada vez mais exigentes em suas opções de compra junto a empresas ecologicamente e socialmente responsáveis, quanto por parte dos bancos de fomento, que descartam projetos de empresas que operam em rota de colisão com as normas ambientais em vigor. Essa opinião foi corroborada por um empresário local.

O maior fiscal do meio ambiente é, hoje para mim, o cliente que eu tenho. O meu cliente manda analisar entradas e saídas e a renovação da licença ambiental. Eles vêm sem avisar a cada dois meses e analisam todo o sistema de tratamento.

No Brasil, essa tendência no sentido da complexificação do exercício da cidadania ambiental pode ser considerada embrionária, relativamente ao contexto europeu e norte-americano. No caso específico do Alto Vale, esse *déficit* pode ser melhor entendido se levarmos em conta que, ainda hoje, o alvo estratégico das empresas ali sediadas recai na otimização da rentabilidade econômica de curto prazo, em detrimento de um modelo de competitividade sistêmica territorializada:

Todos falam no MA, mas quando chega o empresário ele quer dar um jeito. Sempre tem problemas, o discurso é um e a prática é outra. Os empresários têm problemas com o licenciamento, só fazem ele quando precisam, em virtude dos projetos de financiamento que obrigam as empresas estarem em dia com o licenciamento; quando a polícia ambiental autua; quando o ministério público intervém. Os empresário sempre arrumam desculpas para não cumprirem com o licenciamento. Porém na atualidade os bancos não liberam dinheiro se a empresa não tiver o licenciamento. Mesmo as prefeituras sempre precisam estar adequadas com a FATMA senão o governo não repassa verbas (representante da FATMA).

Hoje as empresas instaladas no Alto Vale não dão valor para o tratamento. Meu custo é maior em 4% dos demais que não estão tratando a água de forma adequada. Isso é negativo (representante empresariado local – lavanderia).

A região cresceu nas margens dos rios. O Ministério Público discute a aplicação do código florestal. Não há coerência entre as regras que regem o licenciamento ambiental. Outro problema dos municípios é que 83% não possui tratamento de esgoto. As lavanderias no segmento de confecções também são um problema. Alguns aspectos devem ser considerados: i) falta ética em relação ao meio ambiente; ii) divergência entre as normas e resoluções do CONAMA; iii) falta corpo funcional para a FATMA; iv) falta de ética do Estado (promotor MP Rio do Sul).

Seria importante considerar também o fato de que as poucas ONGs ambientalistas atuantes na microrregião do Alto Vale do Itajaí dispõem de pouca visibilidade junto à opinião pública. Mesmo a APREMAVI, considerada a mais antiga e agressiva, permanece como uma ilustre desconhecida em vários dos municípios pesquisados:

Não conheço nenhuma ONG aqui. A JCI (Câmara Júnior da Associação Empresarial) faz limpeza das margens dos rios (representante da Associação Empresarial de Laurentino).

Não conheço nada. As ONGs são uma forma de ganhar dinheiro, é bastante questionável o papel dessas ONGs (representante da ACIRS).

Constatamos ainda o nível incipiente de atuação dessas ONGs na fiscalização dos impactos socioambientais gerados pelas empresas locais, especialmente aquelas vinculadas ao setor industrial. Sem desconsiderar as denúncias de casos de violação da legislação, a ênfase dessas ONGs recai na educação ambiental e no esforço de criação de viveiros de espécies nativas para reflorestamento, permanecendo mais próximas do setor agrícola do que do setor industrial.

Sim, eu já ouvia falar da Apremavi, pois meu pai é agricultor e ele conhecia (representante da ACI Taió).

As ONGs trabalham no nível da conscientização. [...] Não há tentativa para resolução dos problemas, falta consciência. Todo mundo polui, mas todos fazem de conta que não poluem (representante da ACI de Ituporanga).

A APREMAVI ela assume e se envolve. Faz seminários na área Meio Ambiente, talvez esteja trabalhando mais com a agricultura e com as matas ciliares. A questão ambiental e os empresários têm forte relação com o custo, geralmente eles pensam: *'jogo ali do lado e depois vemos o que podemos fazer'*. As pequenas empresas são as mais problemáticas, pois não conseguiram alternativas mais baratas, as empresas maiores, por outro lado, já tem pensado mais nessa questão, pois o poder de investimento delas é maior (representante da ACI Agrolândia).

A Apremavi não é mais ONG, ela é OCIP. Ela faz um trabalho sério. As ONGs regionais estão mais preocupadas com a área florestal. Elas geralmente são formadas por engenheiros agrônomos ou ambientais e buscam a revegetação ou repovoação. Eles têm pouco envolvimento com a indústria. Só a APREMAVI tem um envolvimento com a Metalúrgica Riosulense com o programa Matas Legais (representante Unidavi e SENAI).

Além disso, a APREMAVI vem atuando simultaneamente nas esferas estadual e nacional, deslocando pouco a pouco o foco concentrado inicialmente na esfera microrregional. Na opinião dos representantes de ONGs que foram entrevistados, o envolvimento com a dinâmica do setor de confecções tem sido muito restrito. Existem evidências de trabalho conjunto na fiscalização de impactos gerados pelas tinturarias e lavanderias, além do trabalho de educação ambiental em escolas, como destacado anteriormente, e junto a diversas instituições locais:

Existência de espaços de negociação é coisa recente, faz dois anos que começamos a ter parcerias com empresas privadas (APREMAVI). Atualmente estas empresas aliam-se à APREMAVI, por exemplo: a Klabin, O Boticário, a Metalúrgica Riosulense, a Malwee. A APREMAVI participou da mobilização para construção de novos parques estaduais. A APREMAVI tem parceria com a AMAVI participa na reunião da UCAVI (União das Câmaras de Vereadores do Alto Vale do Itajaí) (representante da APREMAVI).

Nosso maior objetivo (ACADEMA) é a pesquisa. As ONGs ficavam mais como dedo duro, a ACADEMA foi criada para ser diferente; só podemos filiar duas pessoas por ano, só profissionais. A primeira coisa que fazemos quando observamos irregularidades é emitir um documento e expomos para os empresários o problema e estendemos a mão para dar solução ao problema. Se o empresário se culpar pela degradação a gente faz o que pode para resolver o problema. Mas fizemos fiscalização também; além da educação ambiental e caminhada ecológicas (8h nas ferrovias das Bromélias) (representante da ACADEMA).

As ONGs não interferem na questão do desenvolvimento regional. A capilaridade delas não chega ao município, só em ações pontuais. [...] A APREMAVI, participou na medida da Epagri de integração Peixe e Porco. Estourou a birra da APREMAVI com o frigorífico da região, essa foi uma ação da APREMAVI e saiu do papel pelo movimento de uma ONG. Hoje se tem dados, mas antes não se tinha dados. O sistema das ONGs se inicia a partir da APREMAVI (representante da Mãe D'água).

Existem trabalhos nesse setor. O próprio governo também tem alguma iniciativa. As ONGs têm papel importante, porém começa a ter foco do interesse privado. A APREMAVI com a KLABIN (não consigo ver com bons olhos). Hoje o IBAMA está enfraquecido (representante CEMEAR).

Num esforço de reconhecer os recursos naturais utilizados pelas empresas e o seu processamento, a Tabela 18 oferece uma visão sinótica do consumo médio de materiais, energia e água da indústria do vestuário na microrregião do Alto Vale.

Tabela 18: Indicadores Ecológicos

Porte / Indicador	Micro	Pequena	Média
	Média Consumo em 2006	Média Consumo em 2007	Média Consumo em 2007
Uso de materiais/produtos			
Consumo de matérias-primas (**)	4.446,11	21.128,75	32.245,50
Embalagens (un)	5.337,50	51.500,00	40.000,00
Resíduos/Reciclagem			
Resíduos (**)	533,13	5.466,67	5.000,00
Reciclagem	330,00	2.500,00	0,00
Energia			
Consumo de energia mensal (*)	501,54	8.763,88	0,00
Parcela de energia de fonte renovável (*)	0,00	3.250,00	0,00
Água			
Consumo de água média mensal (***)	1.678,83	104.026,19	0,00

**Fonte:** Pesquisa de campo (2007)

- (1) Consumo médio entre as empresas que responderam a questão  
 (\*) Energia em Kw/h (\*\*) Matéria-prima em Kg (\*\*\*) Água em m<sup>3</sup> ou l

Os dados apresentados revelam que a média de consumo de matéria-prima por parte das microempresas é de 4.446,11 kg, relativamente a 21.128,75 kg por parte das pequenas e 32.245,50 kg das médias. Conforme Molinari (2006), a produção de um quilograma de tecido exige o consumo de aproximadamente 150 litros de água no conjunto da cadeia produtiva. Sendo assim, o impacto no consumo de água das microempresas é de aproximadamente 666.916,5 litros; no caso das pequenas empresas, de 3.169.312,5 litros; e das médias empresas, de 4.836.825,00 litros. Chegamos assim a um total de 8.673.054,00 litros, suficiente para abastecer, durante quase um mês, todos os habitantes do município de Rio do Sul.

Quanto aos resíduos, restos de tecidos e linhas verifica-se que estes insumos correspondem a 10% do consumo total de matéria-prima, ou seja, para as microempresas é de 533,13 kg; para as pequenas 5.466,67 kg e 5.000,00 kg para as médias empresas. A reciclagem desses materiais ocorre em quase metade dos resíduos obtidos pelas empresas, conforme a tabela 19. Por meio da adoção do sistema AUDACES, algumas empresas estão conseguindo reduzir a quantidade de resíduos produzidos, em função de um melhor aproveitamento dos tecidos. Os restos de tecido, em muitos casos, vêm sendo doados a centros de artesanato e escolas - como o NEP.

Em termos energéticos, as microempresas consomem por mês, em média, 501,54 kw/h e as pequenas cerca de 8.763,88 kw/h. Mas não dispomos de dados sobre o consumo das empresas de porte médio. O consumo das microempresas é considerado baixo, equivalente à faixa de consumo residencial. Considerando-se que existem 322 microempresas na microrregião, o total médio consumido nessas empresas é de aproximadamente 161.495,9 kw/h. No quadro de consumo das 201 pequenas empresas ali sediadas, o consumo médio setorial foi estimado em 1.761.540 kw/h. Da mesma forma, o consumo médio mensal de água por parte das microempresas é de 1.678,83 m<sup>3</sup>; e das pequenas, levando em conta que existem lavanderias na amostra pesquisada, de 104.026,19 m<sup>3</sup>. Desta forma, no conjunto das 322 microempresas ali sediadas a média de consumo de água foi calculado em 540.583,3 m<sup>3</sup>. Dentre as 201 pequenas empresas cadastradas, o consumo médio mensal<sup>101</sup> foi estimado em 20.909.264 m<sup>3</sup>.

Além disso, quanto a questão energética, as construções de barragens privadas e de uma nova hidrelétrica colocam a microrregião numa posição relativamente tranqüila quanto ao consumo de energia nos próximos anos. Entretanto, importa salientar que a geração de energia depende do represamento das águas que abastecem a população do conjunto do Vale do Itajaí. Portanto, mais do que simplesmente compreender toda essa complexa relação entre sistema produtivo e meio ambiente, seria preciso monitorar com mais rigor a atividade têxtil-vestuarista no território com base numa análise competente dos seus impactos reais e potenciais - conforme as entrevistas realizadas com a CELESC e a FATMA de Rio do Sul, bem como com a agência do SEBRAE em Florianópolis.

---

<sup>101</sup> Destaca-se que o valor considerado na tabela dos indicadores é fruto da média das empresas pesquisadas (53 empresas), sendo 13 microempresas, 38 empresas de pequeno porte e duas de médio porte.

Além desses indicadores, que oferecem uma visão do consumo médio das empresas do setor em termos de energia, água e matéria-prima, julgamos pertinente apontar as principais ações efetivadas pelo empresariado local em prol da internalização da problemática socioambiental. A pesquisa realizada em 53 empresas da região revelou que as iniciativas no sentido da conscientização ambiental dos funcionários são ainda muito incipientes e fragmentadas. Apenas em 38,9% e 33,3% das micro e pequenas empresas, respectivamente. Algumas ações de caráter educativo vêm sendo promovidas nos últimos anos. Numa das visitas realizadas a uma microempresa, constatamos que as pressões voltadas para ajustes de conduta por parte dos empresários vêm sendo apropriadas, paradoxalmente, pelos seus próprios filhos.

<b>Características</b>	<b>Micro</b>	<b>Pequena</b>	<b>Média</b>
<b>Seleção dos fornecedores</b>	Preço e condições de pagamento.	Preço e condições de pagamento.	Preço e condições de pagamento e transporte facilitado.
<b>Prática de gestão ambiental (mais de dois anos)</b>	Coleta de lixo seletiva, prática de economia de papel e venda ou doação de restos de tecidos.	Coleta de lixo seletiva, prática de economia de papel e venda ou doação de restos de tecidos.	Coleta de lixo seletiva, prática de economia de papel, prática de consumo de energia, destinação adequada para seus resíduos e promove campanhas para seus trabalhadores e comunidade local sobre a questão ambiental.
<b>Impactos ambientais gerados</b>	Não causa diretamente nenhum problema de grande impacto ambiental.	Não causa diretamente nenhum problema de grande impacto ambiental.	Não causa diretamente nenhum problema de grande impacto ambiental.
<b>Ações conjuntas entre as empresas em prol do MA</b>	Desconhecem as discussões e instituições que colocam em debate os problemas ambientais da região.	Desconhecem as discussões e instituições que colocam em debate os problemas ambientais da região.	Desconhecem as discussões e instituições que colocam em debate os problemas ambientais da região.
<b>Problemas enfrentados junto a comunidade local</b>	Não enfrenta qualquer problema com a comunidade local.	Não enfrenta qualquer problema com a comunidade local.	Não enfrenta qualquer problema com a comunidade local.

Quadro 49: Ações diante da questão socioambiental por parte dos empresários locais

**Fonte:** Pesquisa de campo

A leitura do Quadro 49 evidencia os limites da tomada de consciência, por parte do empresariado local, da virulência alcançada pela crise socioambiental contemporânea. Quando questionados sobre os critérios adotados na escolha dos fornecedores, apenas os preços e as condições de pagamento foram considerados como itens prioritários - mesmo no âmbito das pequenas e médias empresas. Quanto às práticas de gestão, apenas a coleta seletiva – atualmente

uma exigência do poder público municipal - e a venda ou doação de restos de tecidos foram mencionadas. Finalmente, a maioria deles se exime da responsabilidade pela externalização de danos socioambientais. Mesmo estando a par do esforço de promover discussões públicas sobre o tema, a exemplo dos comitês de gerenciamento de bacias hidrográficas, eles admitem que não estão dispostos a se envolver nelas:

Por um lado, a visão de determinados empresários é de somente explorar a mão-de-obra. Em Vitor Meireles tem uma empresa de Jaraguá que agora está se estruturando dentro do município, hoje ela emprega mais do que a prefeitura que era o maior empregador, ela está empregando cerca de 300 funcionários. Mas antes de comprar um prédio próprio, essa empresa vivia no município de aluguel, então, não fazia grandes investimentos e não tinha foco no desenvolvimento regional. Do ponto de vista econômico essa vinda de empresas de fora para o município é importante, afinal trazem recursos de fora para o município, mas por outro lado o município acaba ficando refém de um setor, ou até de uma empresa, além desse setor naturalmente obter maior influência econômica. Quantos benefícios essa empresa tem, mas os municípios e os pequenos empreendimentos... a indústria de confecções faz o certo, estão tentando ganhar dinheiro, eles são mais competentes que a agricultura. Tem uma região aí que já está perdendo a característica rural, pois tem um avanço do têxtil dentro da comunidade. Além do têxtil tem o cultivo de pinus que requer menos mão-de-obra (como as propriedades têm menos gente para trabalhar na agricultura) (Representante do CEMEAR).

### 5.2.2 Impactos sociais

Guardando sintonia com as concepções de Vanclay (2003), na avaliação de impactos sociais gerados pelo desenvolvimento têxtil-vestuarista no Alto Vale incluímos inicialmente as transformações sofridas pelo setor agrícola. Nos últimos anos, o segmento têxtil-vestuarista tem atraído a atenção dos agricultores familiares - homens e mulheres – pelo fato de representar uma alternativa viável às duras condições de sobrevivência no campo atualmente. Em decorrência do engajamento na dinâmica do segmento têxtil-vestuarista e de um contato mais intenso com os centros urbanos, eles vêm modificando sensivelmente suas visões de mundo e seus estilos de vida. As mulheres, geralmente habituadas a cuidar da casa, dos filhos e das atividades de ordenha, passaram a trabalhar fora da propriedade, dispondo às vezes de melhores remunerações do que os próprios cônjuges. Nesse sentido, vem sendo criada uma nova forma de organização das unidades de produção agrícola. As ambivalências geradas pela consolidação desse novo cenário estão retratadas nos depoimentos seguintes.

O segmento de confecções vem gerando demanda de mão-de-obra do campo. O ponto negativo desse fato é que esses trabalhadores rurais deixam o campo para as cidades para

trabalhar no setor de confecções, com isso eles perdem as suas origens, além da precarização do trabalho nessas atividades de facção. As propriedades agrícolas em alguns casos viraram sítios, ou seja, não há continuidade das atividades por parte dos filhos dos agricultores. O ponto positivo dessa atividade é a diminuição da degradação ambiental pelo fato das propriedades deixarem de ser produtivas (representante da APREMAVI).

No longo prazo é restritiva a atividade agrícola. Vejo o turismo rural como uma alternativa mais adequada. A longo prazo o fato de haver essa migração do setor agrícola para a indústria acarretará a urbanização, e nós sabemos que a qualidade de vida no campo é melhor. Aqui com os agricultores estamos criando cooperativas para serem centros de venda dos agricultores. Mas há essa tendência de migração da mão-de-obra agrícola para a indústria, pois a agricultura está tendo pouca atenção. Eu acredito que seja melhor a vida no campo: “A coisa é mais artesanal, é mais humana”; na cidade estamos sempre querendo comprar mais, aquela moda não vale mais, aí vamos e compramos outras coisas e assim vai (representante da Prefeitura de Lontras).

Por um lado, esse fluxo migratório rumo aos centros urbanos tende a enfraquecer a agricultura familiar no Alto Vale, diluindo pouco a pouco a densidade do patrimônio cultural herdado dos imigrantes europeus. Por outro, ressentindo-se das dificuldades financeiras adequadas, os agricultores sentem-se mais e mais estimulados a vender parte de suas propriedades e aproveitar o restante em projetos de reflorestamento com espécies exóticas – a exemplo do eucalipto (Figura 42).





Atividade agrícola dá lugar ao cultivo de exóticas

Figura 42: Instalações de uma facção sediada em propriedade agrícola

**Fonte:** Pesquisa de campo

Reconhecendo que essa microrregião é o berço de inúmeras nascentes do Vale do Itajaí, (como argumentamos no capítulo 3), as práticas atuais de agrosilvicultura ecologicamente predatória vêm criando uma série de problemas em escala macrorregional:

As propriedades estão ficando na mão de poucos. O filho do agricultor não tem grana para comprar terreno. As empresas têm mais capacidade e quem quer vender a terra quer lucratividade (representante Prefeitura de Dona Emma).

90% dos filhos dos agricultores trabalham com facção. Trazem um salário limpo no mês. As mulheres agora que tem o dinheiro, ganham mais do que os homens. As mulheres ganham muito mais na facção, mas isso pode ser o fracasso das famílias. Se alguém ainda trabalha na agricultura aqui é um velho aposentado. As mulheres mais velhas também não estão empregadas. A maior felicidade no Vale do Itajaí é a facção é a fartura, não temos mais miséria (agricultor associado ao Programa Acolhida na Colônia).

A agricultura não tem mais fôlego para sobreviver sozinha. A atividade de confecção contribui para a multifuncionalidade da agricultura. Em geral o pai fica na agricultura e a mulher ou os filhos vão para a indústria, seja na confecção, seja no fumo, seja na metal-mecânica, etc. (representante Epagri).

Quanto às condições de trabalho - na agricultura e nas atividades do segmento têxtil-vestuarista - as ex-agricultoras que passaram a trabalhar em facções admitem que os melhores níveis de remuneração transformaram radicalmente seus projetos de vida, mesmo que os novos encargos sejam considerados mentalmente mais intensos e exaustivos do que os anteriores. Como ressaltamos anteriormente, o trabalho nas facções de fundo de quintal ocorre em família; as

crianças, os jovens e o próprio marido contribuem muitas vezes para que as demandas das *empresas-mães* sejam atendidas a tempo. Os depoimentos coletados exprimem de forma eloquentes as percepções desses trabalhadores.

**Depoimento 1:** Na roça era mais sossegado, era menos estressante. Aqui na facção a gente está sempre nervosa, estressada para terminar o trabalho. As minhas filhas começaram cedo a trabalhar e me ajudar aqui na facção. Nessa atividade a vantagem é que a gente ganha melhor todo o mês e vê o dinheiro. Há 18 anos trabalho na facção. O meu marido trabalha na roça, cultiva arroz e nas horas de folga ajuda nós aqui na facção. Em 1988 eu ainda trabalhava na roça. Comecei aqui na facção pois na roça estava dando pouco; costurar ganha sempre um pouco mais. O trabalho nosso não é assim tão bem pago, se eu olhar os detalhes da peça ela não é bem paga, mas pelo menos dá para viver, afinal temos que trabalhar. Antigamente na roça era tudo mais difícil, se fosse agora que é mais mecanizado, sempre trabalhamos sozinhos. As filhas todas costumam desde pequena, apesar de terem faculdade. A família toda trabalhava, pois quanto mais eu faço mais eu ganho. Esse ano nós não paramos nenhum dia. Quanto à agricultura no Alto Vale não dá mais. O pessoal está todo endividado. Se eu tivesse ficado na roça duvido ter conseguido estudar as filhas. Trabalhando nesse setor vemos mais dinheiro. Investi um pouco na propriedade e na colheita, nos consertos. Tenho problema de coluna, mas não prejudicou o trabalho. Pagar a faculdade das filhas não é fácil. Não voltaria a trabalhar na agricultura, só se eu fosse obrigada (representante de facção de fundo de quintal e propriedade agrícola).

**Depoimento 2:** A minha vida mudou. Antes eu trabalhava mais com o corpo – ajudava na lida com o leite, fazia comida para nós e para os nossos empregados, etc. Agora é mais cansativo a cabeça, pois eu tenho que fazer o molde, cortar, costurar, eu trabalho sozinha ainda, e tenho que agradar às clientes. Mas mesmo assim é melhor agora, pois pelo menos a gente vê mais retorno. O trabalho rende pouco na agricultura, a safra é só uma vez por ano e quando a gente vai pagar tudo e fazer um balanço vemos que sobrou menos do que a gente esperava. Durante esse início o dinheiro que ganhei ajudou na construção dessa nova sala, mantenho a casa e ainda ajudo no conserto do tobata e outras melhorias na propriedade. Eu trabalho sozinha; levanto às 7:30h o marido tira o leite, ele faz o almoço para que eu possa trabalhar na confecção das roupas e eu fico aqui no atelier o dia inteiro, também quero ensinar ele para ele me ajudar nas horas de folga. Eu passo a semana toda aqui dentro, também atendo às clientes que vêm aqui comprar e eu tenho algumas sacoleiras. Eu mesma faço as peças e vendo ou as sacoleiras vendem. Se eu fizesse facção teria que contratar mais gente, pois para ganhar mais e pagar os funcionários com registro tem que produzir muito e direto. Hoje eu faço 20 peças por dia. O trabalho é mais cansativo mentalmente. Hoje trabalho o mesmo tempo que trabalhava na agricultura, pois em tempos de safra também é intenso o ritmo do trabalho. Acho o meu trabalho hoje mais tranquilo, pois antes tínhamos muitos empregados e eu fazia comida para todos e ainda cuidava da colheita e da criação. Eu queria ficar com os dois, o ateliê e a atividade agrícola, pelo menos até firmar bem aqui na confecção. A gente não quer reflorestar com pinus e eucalipto. Aqui na nossa propriedade é tudo árvore nativa, temos várias nascentes, uma grande e outras menores, mas a grande mesmo está lá em cima do morro. Não chegamos a reflorestar; temos pasto em tudo. Acredito que o meio ambiente melhorou, pois não usamos mais tanto agrotóxico e a terra descansa mais e usamos esterco (representante de propriedade agrícola).

**Depoimento 3:** Eu já trabalhei em facção, ganhei dinheiro, foi bom pra gente, mas eu não troco a minha vida hoje por nada. Faço artesanato com restos de tecido que eu pego nas facções e vendo aqui; faço conservas e também tem café colonial. O que se faz com

amor e carinho, se não dá lucro, dá felicidade. É preciso fazer o que gosta e gostar do que faz, mas o triste é que está para terminar a vida no campo. Em Lontras ainda tem muito jovem trabalhando na agricultura. Quanto a renda na agricultura era bom, hoje é ruim, é melhor trabalhar com turismo. O jovem não ficará mais na roça, lá na fábrica eles vivem bem limpos e aqui não. Os jovens sentem vergonha de serem filho de agricultor. O jovem não quer permanecer na produção pois o trabalho na agricultura é duro e sujo. Os jovens querem trabalhar num escritório limpinho. Quero ser um multiplicador da acolhida na colônia. A parceria é importante, acho que daria para integrar o turismo à atividade de confecção, pois as pessoas podem vir conhecer a propriedade e comprar roupas em Rio do Sul (Agricultor associado ao Programa *Acolhida na Colônia*).

A Figura 43 sugere as várias possibilidades de integração da atividade vestuarista aos esforços que vêm sendo investidos atualmente no fortalecimento da agricultura familiar multifuncional na região. Muito embora essas alternativas estejam ganhando visibilidade social crescente, em consequência da difusão dos princípios de desenvolvimento territorial sustentável, os impactos da indústria do vestuário tendem a ser mais intensos entre os jovens agricultores.



Propriedade integrada ao programa Acolhida na Colônia

Artesanato com sobras de tecido das empresas locais

Figura 43: Propriedade que se integrou ao programa Acolhida na Colônia

**Fonte:** Pesquisa de campo

Segundo a opinião de vários entrevistados, na medida em que a atividade têxtil-vestuarista é intensiva em termos de mão de obra, exigindo ao mesmo tempo um nível menor de escolaridade dos trabalhadores, as jovens que buscam alternativas de emprego nas cidades abandonam totalmente o campo ou trabalham na cidade sem perder os vínculos com a unidade produtiva familiar. As implicações decorrentes, sobretudo no que diz respeito às condições de reprodução das práticas agrícolas tradicionais, podem ser deduzidas da leitura do depoimento de um representante da CRAVIL.

O pessoal sai da agricultura para outros segmentos. A agricultura carece de algumas soluções que devem ser urgentes. Aqui nós temos pequenas propriedades, em média de 25 hectares, as maiores têm 50 hectares. Nessas propriedades vivem em média cerca de quatro pessoas, pai, mãe e filhos. No período recente encontramos problemas de renda familiar, carecem de renda para que os jovens permaneçam. Os jovens passam a conhecer as condições da cidade (pela TV). Eles entendem que na cidade é melhor para viver e saem da propriedade e nas cidades se submetem a salários baixos, pois não estão devidamente qualificados (falta aprendizado para eles permanecerem na cidade). O maior êxodo é o das meninas. **A consequência de tudo isso é que os meninos não encontram mais mulheres para casar** (grifo nosso). E a mulher na cidade não casa mais com alguém que está na agricultura, pois na roça o trabalho é duro, lida-se com animais, não tem sábado, domingo ou feriado. Muitas vezes o cultivo do fumo deixa um cheiro na pessoa desagradável e aqui a grande concentração de renda está no fumo. Isso tudo leva a juventude sair do campo (Representante da CRAVIL).

Na opinião de muitos entrevistados, as possibilidades de uma integração mais orgânica e eficiente da agricultura familiar com o segmento têxtil-vestuarista são reais:

Tem atividades agrícolas que permitem que a mulher faça outras atividades. Arroz irrigado não ocupa a mulher o dia inteiro, possibilita outra atividade como a atividade de costura. Normalmente essa atividade de costura não acontece na propriedade, ela acontece na sede do município, há o deslocamento da mulher da propriedade. Dificilmente existe na propriedade esse tipo de atividade, ela acontece na sede distrital e municipal. Hoje se tem a facilidade do transporte coletivo (representante CRAVIL).

Os rapazes trabalham no período de safra na colheita do fumo (trabalho pesado que deveria ser revisto) e depois, na entre safra, trabalham em malharias. Há uma acomodação das prefeituras para criação de alternativas para os jovens. Acordos entre prefeituras e empresários. O impacto desse setor sobre a vida na agricultura tem duas realidades: a melhora econômica, como aspecto positivo; e, como aspecto negativo, é a perda de qualidade de vida no lado humano e social (representante CEMEAR).

A questão apontada por muitos entrevistados demonstra as fragilidades atuais da agrícola familiar, motivo pelo qual as atividades industriais são tão atrativas.

Moral de muitas famílias é baixa, trabalham no sistema de monocultura. Poucos agricultores são auto-suficientes, eles não produzem alimentos para sua subsistência; não fazem mais pão; não plantam mais o milho; não utilizam a biomassa (do fogão à lenha). Produzem apenas cebola; fumo; arroz (representante da AMAVI).

Agricultor precisa de sustentabilidade. A atividade dessa indústria é benéfica, pois a renda gerada por esse segmento na agricultura permite a permanência e a convivência no meio rural. No médio e longo prazo a produção de alimentos irá reduzir consideravelmente. Logo, logo nós vamos comer jeans, sapatos, roupas (representante Epagri).

Se por um lado a atividade da indústria de confecções é benéfica ao aumento da renda das famílias, por outro é possível perceber que as apostas realizadas dentro do segmento do vestuário



criam certa dependência econômica, sobretudo junto à população dos pequenos municípios. No município de Vitor Meirelles, por exemplo, a atividade do vestuário já representa quase 30% da mão-de-obra formal empregada.

Tal situação tem criado expectativas junto aos membros de associações empresariais e ao poder público local, descrito pela fala a seguir:

A base do município é a agricultura, fora a agricultura e o comércio, são as facções que sustentam o município. Se um dia as facções fecharem será um problema. Está havendo a migração da atividade agrícola para as facções de mulheres e moças. Os homens permanecem na agricultura e as mulheres e moças ficam nas facções. Os mais jovens (homens) se adaptam trabalhar nesse setor, mas os mais velhos não se adaptam (representante prefeitura de Vitor Meirelles).

Sem contar que muitas propriedades já vêm se descaracterizando em função do plantio de espécies exóticas, como ilustrado na Figura 44.

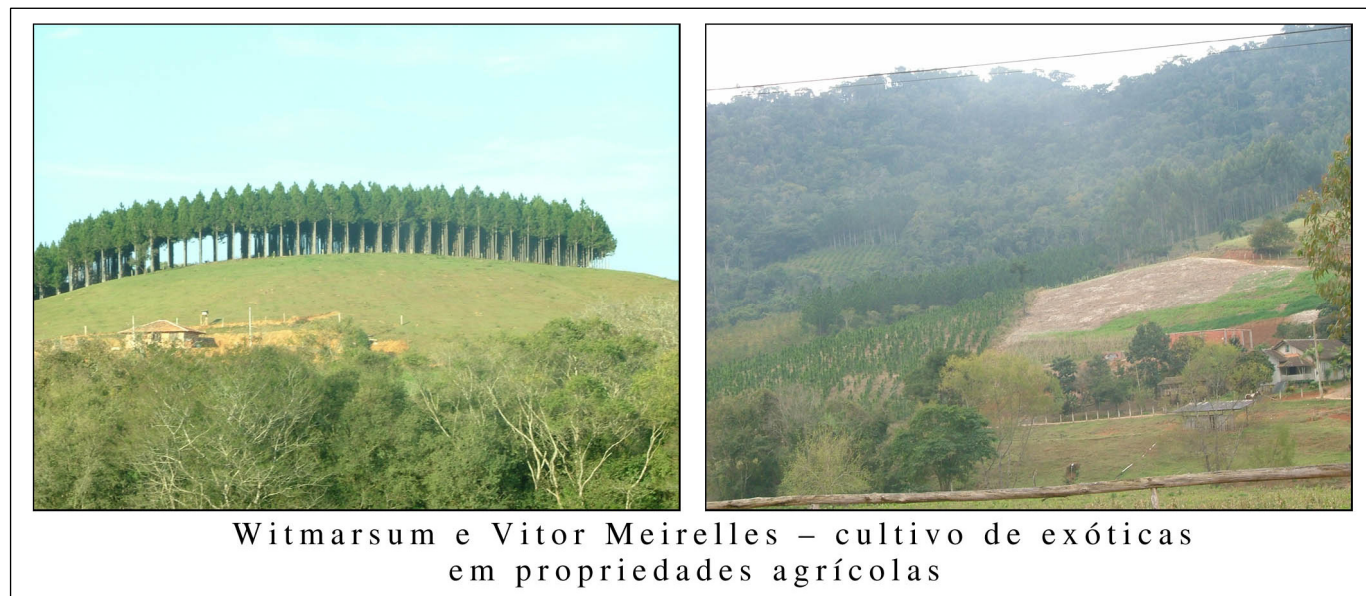


Figura 44: Fotos do cultivo de exóticas em propriedades agrícolas

**Fonte:** Pesquisa de campo.

Nesse sentido, seria necessário identificar com mais precisão os espaços de manobra para a definição de um novo modo de coordenação e governança local, como parte de uma estratégia de criação de alternativas baseadas no enfoque de desenvolvimento territorial sustentável (VIEIRA e CAZELLA, 2004; ANDION, SERVA e LÉVESQUE, 2006). É preciso ressaltar o fato de que existem instituições que poderiam ser promotoras de ações em prol da integração

solutar entre indústria, agricultura e o meio ambiente. Citamos no decorrer desta tese inúmeras dessas instituições como: sindicatos dos trabalhadores e empresários; associações industriais e comerciais; universidades; escolas técnicas; ONGs; órgãos públicos etc. No que se refere ao aparato institucional concluímos que ele existe, porém poucas são as iniciativas e bastante fragmentadas rumo a criação de estratégias integradas de desenvolvimento territorial.

Na pesquisa de campo, observamos também que a preocupação dos *stakeholders* locais com o resgate do enraizamento cultural da trajetória de desenvolvimento regional permanece atrofiada. Os descendentes de italianos têm se engajado mais decididamente na organização de festas e círculos trentinos, mas os resíduos da cultura alemã vêm se dissipando rapidamente. Os empresários do setor metal-mecânico, na opinião da maior parte dos entrevistados, têm se mostrado mais engajados no investimento do resgate da cultura local do que os do têxtil-vestuarista, talvez pelo fato de desfrutarem de uma posição mais consolidada do ponto de vista mercadológico.

Tudo tem uma fase de desenvolvimento, o setor metal-mecânico teve a fase de estrutura, expansão comercial e agora começa a sentir que precisa investir um pouco no capital cultural e na região. O setor têxtil está ainda na fase de estruturação; acho que só quando eles estiverem num estágio avançado de estruturação que eles irão investir na cultura e desenvolvimento da região. Acredito que esse setor não está numa fase de solidificação das empresas, de maneira a permitir que eles tirem capital para investir em cultura. Eles ainda direcionam muito para a própria empresa (representante Unidavi Taió).

A partir desse balanço cursivo dos impactos sociais mais expressivos da aglomeração industrial têxtil-vestuarista, que complementa a avaliação dos impactos gerados sobre o meio ambiente biofísico, é possível concluir que estamos ainda muito distantes do ideal de um sistema produtivo integrado compatível com a filosofia do desenvolvimento territorial sustentável. Nesse cenário, evidenciamos também a ausência de um sistema de governança territorial capaz de viabilizar uma coordenação eficiente das ações produtivas desenvolvidas nos vários setores econômicos, e também de vincular efetivamente a economia a uma perspectiva social e ecológica mais ampla e de longo prazo (ANDION, SERVA, LÉVESQUE, 2006).

### 5.3 Síntese do capítulo

O setor de confecções tem contribuído para aquecer o mercado de trabalho no Alto Vale, possibilitando assim uma redução parcial das migrações campo-cidade. No entanto, a

preocupação com a coordenação inter-institucional e com a internalização efetiva da dimensão socioambiental nas práticas produtivas tem permanecido claramente em segundo plano.

As análises oferecidas e o esquema sinótico reproduzido abaixo comprovam que estamos ainda muito distantes da imagem de um arranjo produtivo local cujo desempenho baseia-se em relações de reciprocidade e cooperação, na linha do aprendizado obtido com as experiências dos distritos industriais italianos (BECATTINI, 1999; BAGNASCO, 1999).

Características	Dados do aglomerado	<b>Aglomeração industrial informal</b>
Tamanho das firmas	Micro e pequenas	
Capacidade inovativa	Pequena	
Nível tecnológico	Pequena	
Verticalização	Mediana a baixa	
Confiança interna	Pequena	
Existência de liderança articulada	Baixo	
Existência de cooperação	Pequena	
Identidade territorial	Pequena a média	
Preocupação socioambiental	Pequena	

Quadro 50: Características da aglomeração industrial têxtil-vestuarista do Alto Vale do Itajaí

**Fonte:** Adaptado de Santos; Diniz e Barbosa (2004)

Entretanto, seria importante ressaltar que se trata de um aglomerado informal, ainda em fase de constituição, com reduzido potencial de inovação técnica. São tênues os laços de reciprocidade fundados numa relação de proximidade geográfica. Além disso, a utilização da base de recursos naturais vem sendo promovida de maneira a hipertrofiar o cálculo econômico de curto prazo, o produtivismo e a concorrência baseada na produção *standardizada*, em detrimento da promoção de relações de ajuda mútua, de sinergias inter-firmas, da competitividade sistêmica e da qualidade de vida do conjunto da população. As evidências sugerem que os *stakeholders* da cadeia produtiva têxtil-vestuarista no Alto Vale não alcançaram ainda o nível de consciência e de motivação necessário à criação de uma oferta combinada e coerente de atributos territoriais, como parte de uma dinâmica inventiva e participativa de criação de *vantagens diferenciadoras* (CARRIÈRE e CAZELLA, 2006; PECQUEUR, 2005). Em outras palavras, os empresários não estão ainda preocupados com uma dinâmica participativa de *construção territorial*:

Os empresários vendem uma imagem de publicidade de que o setor é viável, mas não sentam para discutir. Vendem uma imagem de que são um pólo têxtil, capital do jeans, mas não sentam para dialogar (representante da Unidavi Taió).



A ótica territorial continua assim carente de uma base social consistente. Vale a pena destacar também que as regras de jogo internalizadas neste aglomerado refletem a reprodução de uma política de gestão territorial aparentemente descentralizadora, mas de fato ainda parcial e imbuída das patologias típicas do conjunto do sistema político brasileiro: conservadorismo, autoritarismo, clientelismo e “elitização” dos frutos do desenvolvimento local por um número reduzido de atores (CAZELLA, 2006).

Tipos de impactos	Vetores da degradação	Resultado dos impactos do aglomerado
sobre o uso do solo	Ação das lavanderias	Geração de resíduos sólidos poluentes (restos de tecidos e materiais tóxicos)
sobre os recursos hídricos		Contaminação dos recursos hídricos
sobre a fauna e a flora	Atratividade do setor	Exodo rural, parcelamento das propriedades e silvicultura predatória
sociais		Mudanças na estruturação familiar e perda de identidade cultural

Quadro 51: Síntese dos impactos sociais e ambientais da aglomeração industrial do vestuário do Alto Vale do Itajaí

**Fonte:** Pesquisa de campo

O Quadro 51 acima relaciona os principais vetores de degradação socioambiental associados ao funcionamento do aglomerado, ajudando assim na tomada de consciência dos custos indiretos ou “camuflados” de sua dinâmica. O impacto sobre o uso do solo e dos recursos hídricos são impactos direto dessa atividade sobre o meio ambiente local. Todavia, os impactos sobre a fauna e flora e os impactos sociais são impactos indiretos. Embora o impacto social decrito no Quadro 51 tenha chamado a atenção durante as entrevistas ele tem se mostrado negativo e positivo. Negativo na medida em que a migração de um contingente de agricultores para zonas urbanas acarreta inúmeros problemas, desde a venda da propriedade aos madeireiros até o inchaço nas regiões urbanas. Positivo, na medida em que é uma alternativa para os trabalhadores rurais ociosos ou subocupados da microrregião.

Todavia, importa frisar que apesar dos impactos socioambientais destacados acima, há o surgimento de iniciativas governamentais que apontam no sentido da melhoria da qualidade ambiental na microrregião:

Deveriam existir reuniões com a comunidade para esclarecer a elas aquilo que a prefeitura está fazendo (não se faz audiência etc.); O **Projeto Piava** tem contribuído. Estamos organizando um conselho, pois acreditamos que quando o conselho fizer qualquer denúncia junto à polícia ambiental teremos mais força. O conselho será um órgão fiscalizador. Em virtude do projeto piava auxiliou na conscientização e levou a

constituição dos conselhos municipais do meio ambiente. Nós fomos preparados pelo projeto com o que pode ser feito. Também temos o projeto de recuperar as nascentes no interior, estamos bem avançados aqui no nosso município. Além disso há também o cadastro de usuário de água. A Cravil está fazendo a outorga da água, quem usa a água, quem gasta, no que gasta, para estabelecer a cota de água para cada usuário. As pessoas e empresas derrubam, botam fogo e plantam e ninguém faz nada. Falta consciência ambiental. Por isso considero importante a educação ambiental, tanto que temos apoio de duas professoras para mobilização dessa consciência aqui no município. Estamos discutindo nas escolas através do Projeto Piava (Representante da Prefeitura do município de Dona Emma).

Em vários depoimentos emergem referências a uma tomada progressiva de consciência da importância da variável socioambiental na massa da população. Entretanto, Poleza (2003) salienta, por exemplo, em sua dissertação de mestrado, que a forma de ocupação e povoamento do Alto Vale, herdeira da cultura européia, praticamente ignorava o balanço de benefícios e custos ecológicos e sociais da dinamização socioeconômica da região nos primeiros tempos. Tais práticas parecem ser reproduzidas até hoje e possivelmente contribuem para que a questão socioambiental seja marginalmente internalizada pelos atores sociais integrantes do aglomerado têxtil-vestuarista.

## CONCLUSÕES - AVANÇOS E LIMITES À CONSTRUÇÃO DE *TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS* NA REGIÃO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ

*Il faut donc, dans chacune de nos régions, dans chacun des «pays» ou agglomérations, une approche de développement durable pour les projets, une approche globale qui prenne en compte toutes leurs facettes, et valorise les opportunités en anticipant et en limitant les risques, qui respecte la diversité régionale tout en garantissant une grande cohérence dans les objectifs généraux.<sup>102</sup>*

Neste trabalho procuramos avaliar o processo de formação e estruturação da aglomeração industrial têxtil-vestuarista na região do Alto Vale do Itajaí de Santa Catarina, como parte de uma reflexão mais ampla sobre as condições de viabilidade de *dinâmicas territoriais de desenvolvimento sustentável* no contexto atual de evolução da sociedade catarinense.

A partir da apresentação dos fundamentos epistemológicos e da estrutura conceitual-teórica do enfoque de *desenvolvimento territorial sustentável (DTS)*, oferecemos uma síntese daqueles fatores condicionantes da formação socioeconômica do Estado que mais contribuíram para a configuração progressiva de sistemas produtivos descentralizados. Situamos a década de 1990 como um *ponto de viragem* na percepção social dos limites do chamado “modelo catarinense de desenvolvimento”. Ainda como parte da contextualização do estudo de caso, caracterizamos - em linhas gerais - a trajetória de desenvolvimento socioeconômico do Alto Vale, para evidenciar a especificidade do processo de formação de uma aglomeração industrial têxtil-vestuarista na região. Constatamos que este processo de constituição foi realmente permeado pelo dinamismo empreendedor dos atores locais. Mas ao mesmo tempo, evidenciamos – de forma ainda cursiva - os custos sociais e ambientais mais expressivos da dinâmica modernizadora imprimida pelas empresas vinculadas a essa aglomeração ao longo do tempo.

Nos capítulos dedicados à análise aprofundada da estrutura, da dinâmica de funcionamento e dos impasses que cercam a evolução deste aglomerado atualmente, à luz dos pressupostos básicos do enfoque de DTS, constatamos vários bloqueios no processo de divisão do trabalho entre as empresas, além do nível ainda incipiente de qualificação da mão de obra – marcada essencialmente pela presença feminina. Na avaliação dos padrões de

---

<sup>102</sup> (BENKO e LIPIETZ, 2000, p. 03)

articulação inter-institucional, identificamos a predominância de um sistema de *governança hierárquica corporativa* na região, além de vários impactos sociais e ambientais negativos que apenas começam a ser melhor elucidados pela pesquisa acadêmica. As evidências sugerem que essa externalização sistemática dos custos sociais e ambientais da atividade têxtil-vestuarista têm sido considerados pelas elites empresariais e políticas como subprodutos inevitáveis da opção deliberada por uma estratégia *economicista* de desenvolvimento dos setores agrícola, agroindustrial e industrial.

Nos parágrafos seguintes, retomamos as questões de partida, as hipóteses de trabalho e os objetivos gerais assumidos na introdução, em busca de uma síntese conclusiva dos principais resultados alcançados pela pesquisa de campo.

A primeira questão norteadora colocava em pauta a elucidação dos condicionantes estruturais da trajetória de desenvolvimento socioeconômico da microrregião do Alto Vale e do surgimento da aglomeração industrial do segmento têxtil-vestuarista. Confirmamos a hipótese de trabalho proposta, segundo a qual em períodos de crise aumentam as chances de formação de um tecido social propício à cooperação nas dinâmicas produtivas no nível local. Essa hipótese foi fundamentada nos estudos de Putnam (2002), Becatinni (1999) e Bagnasco (1999), cujas proposições demonstraram que as dinâmicas dos distritos industriais italianos foram impulsionadas pela crise que a região da Itália Setentrional passava no pós-guerra. Assinalamos que a emergência deste segmento foi condicionada principalmente: (i) pelo esgotamento progressivo dos recursos florestais, que acarretou a crise do segmento madeireiro responsável pela sustentação econômica da região; e (ii) pelo fato de que, no final do ciclo da madeira, a microrregião conviveu com um cenário marcado pela eclosão de enchentes catastróficas (na década de 1980), acarretando um período de estagnação socioeconômica.

A crise assim instalada ajudou a criar um contexto favorável à busca de alternativas de desenvolvimento na microrregião. Os órgãos públicos, a sociedade civil organizada e as entidades de classe empenharam-se na construção de um novo cenário de dinamização socioeconômica, visando frear o êxodo crescente de jovens e adultos em busca de emprego em outras áreas. O segmento têxtil-vestuarista floresceu no bojo dessa mudança de perspectiva. Apesar de ter surgido espontaneamente, teve o apoio dos representantes públicos e privado. Como argumentamos no terceiro capítulo, as mulheres passaram a “tomar as rédeas” dessa atividade. Tudo isso parece indicar que a sociedade local mostrou-se capaz de se mobilizar em busca de alternativas numa época ainda marcada por um forte sentimento de pertencimento à região.

A segunda questão norteadora dizia respeito aos motivos pelos quais, supostamente, a dimensão socioambiental não estaria sendo efetivamente contemplada na agenda de prioridades dos atores locais. A hipótese correspondente, baseada na pesquisa exploratória que antecedeu o trabalho de campo, sustentava que a região carece, ainda hoje, de um sistema de governança capaz de favorecer a criação de mecanismos mais eficientes e equitativos de regulação democrática das dinâmicas territoriais de desenvolvimento. Essa hipótese foi também comprovada pela pesquisa de campo. No que diz respeito à aglomeração estudada, a linha de argumentação que defendemos destacou a hegemonia de uma representação essencialmente *economicista* do processo modernizador no “jogo de atores” que tem acompanhado o processo de complexificação gradual desse aglomerado. Ressaltando o estágio ainda incipiente do mesmo, o processamento analítico dos dados coletados em campo revelou alguns dos principais condicionantes e das principais linhas de força (externas e internas) que estão bloqueando uma internalização efetiva da variável socioambiental nas dinâmicas territoriais de desenvolvimento do setor têxtil-vestuarista.

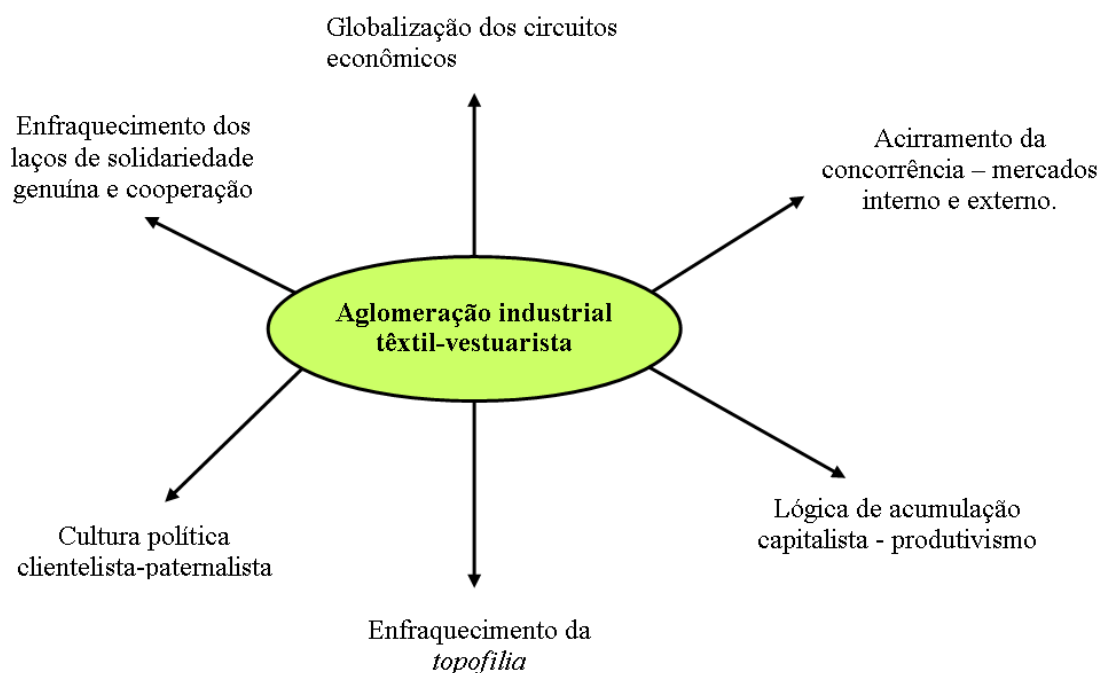


Figura 45: Principais linhas de força (internas e externas) da aglomeração industrial têxtil-vestuarista

**Fonte:** Elaborado pela autora

Com base na identificação das várias linhas de força mapeadas na figura acima, argumentamos que o aglomerado vem sofrendo os efeitos destruturadores do aumento da

concorrência interna e externa, fortemente induzida pela abertura indiscriminada dos mercados no atual cenário de globalização assimétrica. Por outro lado, a ausência de uma divisão adequada das atividades realizadas pelas empresas vinculadas tem acirrado a competitividade e enfraquecido a tendência que apontava, inicialmente, no sentido da criação de relações sinérgicas e proativas entre as mesmas. Constatamos também o enfraquecimento da dimensão da *identidade cultural*, um elemento considerado essencial à formação e à persistência no tempo das dinâmicas territorializadas e sustentáveis de desenvolvimento. Hoje em dia, muitos empresários entrevistados já começaram, inclusive, a buscar outras regiões para investir e mesmo para morar.

O diagnóstico revelou também o peso negativo exercido atualmente pela reprodução de uma cultura política clientelista e paternalista no Estado de Santa Catarina, que por sua vez alimenta um sistema de planejamento e gestão ainda avesso a uma reorientação estratégica no sentido da harmonização das dimensões econômica, social e ecológica dos processos modernizadores e que foi também identificada na microrregião em questão. Confirmou também nossa premissa de que *“a sustentabilidade dos territórios pressupõe não a simples consideração ou a superposição das dimensões sociopolítica, econômica e ecológica do desenvolvimento. Ao colocar o desafio de promover a interação entre essas dimensões, a sustentabilidade exige a redefinição de cada uma delas. Especialmente no que tange às atividades econômicas, quando se pensa sua inscrição nas relações sociais e políticas e suas interconexões com a dimensão ecológica, faz-se necessária uma reinterpretação da economia”* (ANDION, SERVA e LÉVESQUE, 2006, p. 200).

Do ponto de vista da análise prospectiva, o quadro abaixo oferece uma imagem panorâmica dos vários obstáculos que a aglomeração industrial têxtil-vestuarista investigada deverá enfrentar nos próximos tempos para compatibilizar as dimensões socioeconômica, sociopolítica e socioambiental.

	Componentes	Obstáculo	Potencialidade	
S O C I O E C O N Ô M I C A	<b>ARRANJO PRODUTIVO LOCAL</b>	<b>Estrutura produtiva e divisão do trabalho entre as empresas</b>	Baixa divisão do trabalho dentro do aglomerado Aglomeração industrial informal	Alto grau de empreendedorismo – elevado grau de concentração e disseminação das empresas do setor Contingente expressivo de MPEs
		<b>Mudança técnica e ambiente propício ao aprendizado</b>	Diferentes padrões tecnológicos existentes Carência de conexões com centros de pesquisa tecnológica Necessidade de fortalecimento das instituições de ensino técnico Baixo nível de escolaridade e de formação dos gestores Carência de mão-de-obra qualificada Dificuldades de acesso ao crédito.	Facilidades de acesso às novas tecnologias Existência de instituições de ensino local Abundância de mão-de-obra jovem Preocupação pelo controle de qualidade dos produtos
S O C I O P O L Í T I C A	<b>GOVERNANÇA</b>	<b>Padrões de articulação inter-institucionais</b>	Governança de mercado, co-existindo com a hierárquica corporativa Baixo grau de cooperação Fragilidade e baixa representatividade das instituições de apoio ao setor Empresários com perfil produtivista Relações entre empresas polarizadas pela análise custo-benefício Baixa representatividade das instituições locais Articulação deficiente das instituições públicas locais em prol da evolução do setor Clientelismo e paternalismo nas relações com os órgãos públicos Inexistência de espaços de discussão representativos sobre alternativas de desenvolvimento no nível territorial	Existência de algumas empresas familiares conectadas por laços de proximidade e confiança Existência de grupos de empresários preocupados com o futuro da região (embrionária)
S O C I O A M B I E N T A L	<b>DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE</b>	<b>Preocupação com os impactos socioambientais das ações produtivas</b>	Controle deficiente de atividades potencialmente destrutivas do ponto de vista socioambiental Escassez de programas de conscientização ambiental no setor industrial Pouco envolvimento dos empresários no esforço de gestão socioambiental Atuação deficiente do sistema de gestão socioambiental Apropriação dos ganhos de produtividade e da força de trabalho local Escassez de iniciativas voltadas para a formação da mão-de-obra local Hegemonia de uma representação <i>produtivista</i> do setor Enfraquecimento do setor agrícola familiar e migração da mão-de-obra para o segmento do vestuário Agrosilvicultura baseada no cultivo de espécies exóticas	Existência de <i>topofilia</i> : senso de pertencimento ao local Existência de sindicato laboral atuante na fiscalização de irregularidades trabalhistas Forte atuação do Comitê de Bacias do Rio Itajaí Existência de movimento ambientalista conservacionista atuante no espaço local

Quadro 52: Dimensões, características e benefícios dos SPLs

**Fonte:** Elaborado a partir de Courlet e Soulage (1994); Maillat (1995); Benko (1996); Benko e Lipietz (2000); Benko (2001); Granovetter (2000); Pecqueur (2004); Sánchez (1989); Sánchez (2006a); Sánchez (2006b); Vanclat (2003); Sachs (1986); Sachs (2002).

No balanço entre potencialidades e obstáculos, o esquema sugere, ao lado da precária divisão de trabalho entre as empresas do setor, o potencial de empreendedorismo revelado pela concentração de MPEs. Em termos sociopolíticos, ao lado do funcionamento de um modo de governança hierárquico-corporativo, com resíduos autoritários e clientelísticos, e das dificuldades de internalização da preocupação socioambiental, o esquema indica que grande parte do empresariado local é oriunda da microrregião estudada, conhecendo-a profundamente. Finalmente, ao lado da carência de programas de capacitação contínua da mão de obra e de informações atualizadas sobre “boas práticas” de dinamização territorial, constata-se a estruturação – certamente ainda embrionária e fragmentada – de iniciativas em prol de um outro estilo de desenvolvimento, ecologicamente refletido e que não se confunde mais com o simples fortalecimento da economia centrada no mercado.

Na busca de respostas à terceira questão de pesquisa, de cunho prospectivo, a pesquisa revelou que os possíveis espaços de manobra para um possível redirecionamento das ações produtivas descritas acima dependerão, fundamentalmente, da formação de um tecido social mais propício à cooperação intra e inter-setorial. Trata-se de apoiar mais decididamente o funcionamento de uma rede de instituições norteadas por uma lógica de regulação multidimensional, capaz de transcender a atual hegemonia do mercado competitivo. Além disso, esta rede deveria estar inserida em sistemas institucionais e políticos mais amplos. A criação de novos foruns locais de planejamento participativo de estratégias de desenvolvimento integrado e sustentável – a exemplo de fóruns de Agenda 21 local – representa, a nosso ver, um dos pilares de sustentação de um novo sistema de *governança em parceria* intra e inter-setorial para a microrregião do Alto Vale.

Dando continuidade a análise prospectiva, a Figura 46 apresenta os cenários possíveis para a microrregião do Alto Vale do Itajaí.



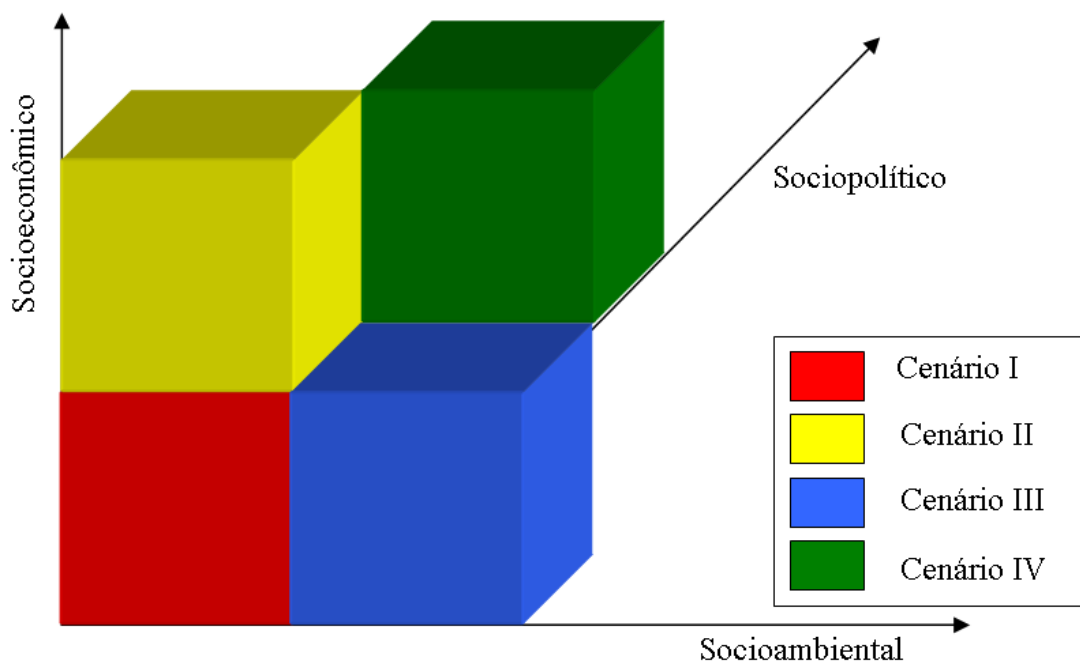


Figura 46: Cenários possíveis de evolução do aglomerado têxtil-vestuarista

Fonte: Pesquisa de campo

A Figura 46 é complementada pelo Quadro 53, onde as características de cada cenário são apresentadas.

<p><b>Cenário I – Decadência</b>                  O segundo cenário caracteriza a perda progressiva de funcionalidade do setor, em função da baixa densidade de conexões entre os atores sociais e das coações impostas pela exacerbada da concorrência num contexto de globalização assimétrica.</p> <p><b>DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Ótica produtivista</li> <li>- Migração das empresas para outras regiões que apresentam melhor relação custo x benefício (a exemplo dos países asiáticos)</li> <li>- Falência das empresas do setor, decadência e sucateamento das empresas remanescentes</li> <li>- Aumento da informalidade</li> <li>- Comercialização fora do aglomerado</li> </ul> <p><b>DIMENSÃO SOCIOPOLÍTICA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Fragilização das organizações criadas no âmbito da sociedade civil</li> <li>- Fragilização das instituições de apoio ao setor (ensino, crédito e pesquisa)</li> </ul> <p><b>DIMENSÃO SOCIOAMBIENTAL</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumento do êxodo de jovens e adultos</li> <li>- Redução dos índices de desenvolvimento humano</li> <li>- Avanço da silvicultura baseada no plantio de exóticas como alternativa econômica à decadência da atividade têxtil-vestuarista</li> </ul>	<p><b>Cenário II – Continuidade</b>                  O primeiro cenário radicaliza as tendências atualmente constatadas, com viés <i>economicista</i>.</p> <p><b>DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Ótica produtivista</li> <li>- Hipertrofia das relações econômicas centradas no mercado</li> <li>- Aglomeração industrial informal</li> <li>- Comercialização fora do aglomerado</li> </ul> <p><b>DIMENSÃO SOCIOPOLÍTICA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Governança hierárquica corporativa</li> <li>- Baixa articulação interinstitucional</li> <li>- Predomínio da competição sobre a cooperação</li> <li>- Redes de subcontratação verticais e horizontais pouca integradas</li> <li>- Utilização de mão-de-obra barata e pouco qualificada</li> <li>- Pouco investimento em formação contínua e pesquisa &amp; desenvolvimento</li> </ul> <p><b>DIMENSÃO SOCIOAMBIENTAL</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Baixa preocupação com os impactos socioambientais das ações produtivas</li> <li>- Enfraquecimento da agricultura familiar mediante a migração de mão-de-obra jovem</li> </ul>
---	--

<p><b>Cenário III – Vulnerabilidade</b> O terceiro cenário retrata o aumento da preocupação socioambiental por meio de pressões externas, da legislação trabalhista e legislação ambiental e sua respectiva fiscalização.</p> <p><b>DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Empreendimentos baseados na utilização de inovações tecnológicas no estilo schumpeteriano.</li> <li>- Continuidade da atividade das empresas na microrregião por meio da subcontratação de serviços em outras regiões, cujas pressões frente às questões socioambientais são mais amenas</li> <li>- Hipertrofia das inovações tecnológicas</li> <li>- Diminuição do nível de emprego formal e flexibilização do trabalho</li> <li>- Comercialização fora do aglomerado</li> </ul> <p><b>DIMENSÃO SOCIOPOLÍTICA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Ações em prol da melhoria nas condições de trabalho induzidas por pressões externas</li> <li>- Ausência de ações conjuntas em prol da melhoria dos indicadores de qualidade territorial</li> <li>- Baixa articulação interinstitucional</li> <li>- Baixo grau de cooperação</li> </ul> <p><b>DIMENSÃO SOCIOAMBIENTAL</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Ações em prol do meio ambiente por meio do reforço da fiscalização ambiental</li> <li>- Pouca preocupação com os reflexos indiretos das atividades produtivas sobre o meio ambiente biofísico e construído</li> <li>- Intensificação do desemprego em função do aumento do nível de sofisticação tecnológica</li> </ul>	<p><b>Cenário IV – Sustentabilidade</b> O quarto cenário consubstanciaria as mudanças possíveis e as transformações das tendências em curso. Esse cenário estaria pautado na integração das preocupações socioeconômicas e socioambientais das ações produtivas desse aglomerado sobre o território.</p> <p><b>DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Empreendimentos sensíveis às condicionalidades socioambientais</li> <li>- Relações de reciprocidade e confiança entre as empresas</li> <li>- Consolidação de um sistema produtivo local integrado centrado na valorização de <i>ativos específicos</i> (ou diferenciadores)</li> <li>- Aumento da formalidade e surgimento de novas “arbitragens” entre a dinâmica dos mercados e o interesse público</li> <li>- Expansão das redes de comercialização no âmbito regional</li> </ul> <p><b>DIMENSÃO SOCIOPOLÍTICA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Modo de regulação baseado na governança territorial em parceria</li> <li>- Alta densidade de conexões interinstitucionais baseadas em laços de cooperação no nível local</li> <li>- Aumento do número de instituições de apoio ao setor, de instituições de pesquisa e desenvolvimento e de formação</li> <li>- Institucionalização da cooperação por meio de cooperativas, consórcios etc.</li> <li>- Elevada sintonia dos empresários locais com o território e valorização da competitividade sistêmica</li> <li>- Reforço da identidade cultural local</li> <li>- Promoção política de <i>ativos territoriais diferenciadores</i></li> </ul> <p><b>DIMENSÃO SOCIOAMBIENTAL</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Promoção da qualidade socioambiental mediante a utilização de <i>ecotécnicas</i></li> <li>- Resgate e valorização da identidade cultura local</li> <li>- Preocupação com a adequação das condições de trabalho</li> <li>- Investimento público e privado em prol da qualidade territorial.</li> </ul>
--	--

Quadro 53: Cenários possíveis de evolução do aglomerado têxtil-vestuarista

**Fonte:** Pesquisa de campo

A Figura 46 e o Quadro 53 apresentam uma síntese dos cenários possíveis de evolução dessa aglomeração nos próximos tempos: o primeiro correspondendo à perda progressiva de funcionalidade do segmento, o segundo à reprodução do *status quo*, o terceiro à internalização “externamente induzida” da variável socioambiental, ainda atrelada ao modelo de vantagens comparativas (e não “diferenciadoras”), e o quarto à uma situação idealizada, baseada na construção de novos espaços públicos e na compatibilização dos objetivos simultaneamente socioeconômicos, socioculturais, sociopolíticos e socioecológicos do desenvolvimento territorial. Neste cenário “desejável”, o desafio crucial consiste em se “abrir a economia a novas abordagens (sistemas auto-organizadores complexos), novas dimensões (energética, informacional) e novos instrumentos de avaliação (não monetários), suscetíveis de apreender os aspectos do real que escapam aos instrumentos tradicionais” (PASSET, 1992: 28). Esta posição é herdeira da escola ecodesenvolvimentista que se tornou conhecida mediante os trabalhos produzidos no CIRED por Ignacy Sachs, e que se “distingue nitidamente daquelas que, em nome do ideal de *desenvolvimento sustentável* (WCED, 1987), orientam-se no sentido de um enfrentamento *ex post* de sintomas isolados da crise socioambiental contemporânea, baseando-se numa concepção de sustentabilidade ‘*fraca*’, ou seja, atrelada à

reprodução da lógica profunda do capitalismo globalizado (VIEIRA, 2006, p. 257; KAPP, 1972; KAPP, 1987).

O cenário de reprodução do *status quo* abre espaço para o enrijecimento dos laços de dependência face às coações impostas atualmente pela globalização dos circuitos econômicos e culturais. Por sua vez, as perspectivas abertas pelo quarto cenário representariam, do nosso ponto de vista, uma forma de *resistência inventiva* – e tenaz – a essas coações marcadas por um forte viés de *violência estrutural* (GALTUNG, 1996), alinhada com a concepção defendida por Andion, Serva e Lévesque (2006, p. 215) de uma “*participação política ampliada*” da sociedade civil, apoiada por um Estado cada vez mais ativo (ou proativo). Já os cenários I e III retratam a situação de um aglomerado nômade, orientado no sentido da busca das melhores opções em termos da relação *custo x benefício* de corte reducionista, transformando o território num simples “hospedeiro” dos sistemas produtivos. Um modelo de governança ajustado à complexidade do quarto cenário deverá levar em conta também – assim acreditamos – as múltiplas formas de racionalidade internalizadas pelos atores sociais presentes nos espaços de tomada de decisão sobre os rumos estratégicos do setor secundário na região.

Finalmente, seria importante reenfatizarmos que nosso diagnóstico, somado aos trabalhos realizados por Inácio (2007) e Butzke (2007), que mencionados na introdução, convergem na identificação de potencialidades e obstáculos à promoção de estratégias de desenvolvimento territorial sustentável no Estado – e por implicação na microrregião do Alto Vale. Em síntese, e assumindo os riscos de simplificação excessiva, eles revelam que a ausência de padrões de articulação interinstitucional capazes de favorecer uma internalização efetiva da preocupação socioambiental soma-se a uma política alternativa de ecoturismo que reforça o processo de modernização conservadora e à reprodução de uma prática de planejamento regional com perfil centralizador, tecnocrático e clientelístico.

Ao mesmo tempo, os três estudos identificam um conjunto de iniciativas ainda embrionárias voltadas à construção gradual de um território sustentável no Alto Vale, na qual o adensamento e a complexificação da atual aglomeração têxtil-vestuarista poderia desempenhar um papel relevante. O potencial mais interessante, neste sentido, reside na ancoragem territorial de um conjunto bastante expressivo de MPEs (apesar de algumas “empresas mães” serem originárias do Médio Vale) e no fortalecimento de uma rede de organizações regionais da sociedade civil preocupadas com uma internalização mais efetiva da variável socioambiental nas práticas produtivas e de consumo. Além disso, nossa pesquisa de campo demonstrou a presença de interfaces, ainda pouco exploradas pela pesquisa

acadêmica, entre o segmento têxtil-vestuarista, o segmento metal-mecânico, a agricultura ecológica e o turismo educativo-comunitário.

Cabe ressaltar ainda a potencialidade das estratégias de bioindustrialização descentralizada já apontadas por Raud (1999) em sua pesquisa sobre o estado de Santa Catarina e que poderiam ser resgatadas para se pensar um novo padrão de evolução das atividades produtivas no Alto Vale do Itajaí. Um dos limites desta pesquisa, em função do tempo e das adversidades do período de elaboração desta tese, foi a pouca reflexão frente às potencialidades desse tipo de estratégia para a microrregião em questão. De qualquer maneira, citamos a questão do turismo e da agricultura familiar que se articula a indústria têxtil-vestuarista como potencial para dinamização de novas formas de organização social por meio: (i) de associações e cooperativas de pequenos produtores e de artesanato; (ii) indústrias caseiras; (iii) e de empresas comunitárias.

Tendo em vista o aprofundamento analítico do diagnóstico exploratório que realizamos, e alimentando assim o processo de implementação do ambicioso programa de pesquisas comparativas sobre alternativas de desenvolvimento territorial sustentável no Brasil indicado na introdução, deixamos finalmente em aberto um conjunto de indagações que julgamos de importância crucial e que não puderam ser adequadamente respondidas na tese:

*- De que maneira o poder público poderia contribuir, daqui em diante, para que esse tipo de organização produtiva se estruture pautado em princípios ecológico-humanos, levando em conta que o adensamento descontrolado das concentrações industriais poderia colocar em risco a resiliência dos sistemas de suporte da vida existentes na região?*

*- De que maneira a tomada de consciência da problemática socioambiental por parte dos consumidores poderia influir mais decisivamente na forma de atuação ainda excessivamente reducionista desse aglomerado de empresas?*

*- Como potencializar a capacidade de intervenção dos sistemas de gestão ambiental com viés conservacionista e já consolidados, no sentido de uma internalização cada vez mais efetiva dos custos sociais e ambientais das dinâmicas em curso de desenvolvimento territorial?*

*- Quais as potencialidades e obstáculos à articulação e à convergência de ações dos setores primário, secundário e terciário na microrregião do Alto Vale do Itajaí rumo a um estilo de desenvolvimento territorialmente integrado e sustentável?*

## REFERÊNCIAS

- ALIER, Joan Martinez. **Da economia ecológica ao ecologismo popular**. Blumenau: FURB, 1998.
- ALVES, Arildes Franco. **O caráter multifuncional da agricultura**: um estudo de caso no município de Rio do Sul - Alto Vale do Itajaí-SC. 2004. 125 f. (Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas). UFSC. Florianópolis, 2004.
- AMARAL FILHO, Jair. **A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local**. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp23/Parte7.pdf>>. Acesso em: fev. 2007.
- ANDION, Maria Carolina. **Atuação das ONGs nas dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável no meio rural de Santa Catarina**: os casos da APACO, do Centro Vianei de Educação Popular e da Agreco. Florianópolis, 2007. 385 f. (Tese de Doutorado, Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas), UFSC, Florianópolis, 2007.
- \_\_\_\_\_; SERVA, Maurício; LÉVESQUE, Benoît. O debate sobre economia plural e sua contribuição para o estudo das dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável. **Eisforia**: desenvolvimento territorial sustentável: conceitos, experiências e desafios teórico-metodológicos. Florianópolis, v. 4, n. especial, dez. 2006.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.
- APREMAVI. **Planejando propriedades e paisagens**. Rio do Sul: [s.n.], 2005.
- ASBY, Miriam Laila et. al. **Avaliação de impacto ambiental**: agentes, procedimentos e ferramentas. Brasília: Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis, 1995.
- BADESC. **Balanco de resultados**. Florianópolis: [s.n.], 2007. (mimeo)
- BAGNASCO, Arnaldo. Desenvolvimento regional, sociedade local e economia difusa. In: COCCO, Giuseppe; URANI, André; GALVÃO, Alexandre Patez. **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos**: o caso da Terceira Itália. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- BARROS, Edonilce da Rocha. **Arranjos socioprodutivos da agricultura familiar e adaptação a uma dinâmica territorial de desenvolvimento**: o caso dos perímetros de irrigação no Vale do São Francisco, semi-árido brasileiro. Florianópolis, 2007. 267f. (Tese de Doutorado, Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas), UFSC, Florianópolis, 2007.
- BEBER, Vera Lúcia Dolzan. **A saúde dos trabalhadores do segmento de confecção do vestuário**. 2007. 60f. (Monografia de Graduação, Curso Superior em Processos de Produção do Vestuário). Faculdade de Tecnologia SENAI, Rio do Sul, 2007.
- BECATTINI, Giacomo. **Distretti industriali e clusters**. Disponível em: <[http://www.decon.unipd.it/info/sid/materiale4/bel\\_caldari\\_distretti\\_clusters.pdf](http://www.decon.unipd.it/info/sid/materiale4/bel_caldari_distretti_clusters.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2007.
- \_\_\_\_\_. Les districts industriels. In: MARUANI, M. et. al. La flexibilité en Italie. Paris: MIRE, Syros/Alternative, 1989.
- \_\_\_\_\_. Os distritos industriais na Itália. In: COCCO, Giuseppe; URANI, André; GALVÃO, Alexandre Patez. **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos**: o caso da Terceira Itália. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

BENKO, Georges. **A recomposição dos espaços**. Revista Internacional de Desenvolvimento Local. v. 1, n.2, mar 2001.

\_\_\_\_\_. **Economia espaço e globalização**: na aurora do século XXI. São Paulo: Hucitec, 1996. Cap. 2.

\_\_\_\_\_, LIPIETZ, Alain. **La richesse des régions**: la nouvelle géographie socio-économique. Paris: Économie en Liberté, 2000.

BERNARDINO, Claudia Cristina. **Avaliação do processo de implantação do sistema ETON de alimentação aérea na confecção da empresa Rovitex malhas**. 2007. [40 f.] (Monografia de Graduação, Curso Superior em Processos de Produção do Vestuário) Faculdade de Tecnologia SENAI, Rio do Sul, 2007.

BOEIRA, Sérgio Luís ; BORBA, Julian. Resenha: Os fundamentos teóricos do capital social. In: **Ambiente & Sociedade**, v. 9, n. 1, jan./jun. 2006.

BOURQUE, Gilles L. De l'ancienne à la nouvelle économie: un processus de modernisation sociale de l'industrie. **Cahiers du CRISES**. Coleção Working Papers, Quebec, n. ET0006. Mars 2000.

BLOGOSLAWSKI, Ilson Paulo Ramos. **A escola alemã no alto Vale do Itajaí**: sociedade escolar: Colônia Matador, 1892-1930. Rio do Sul: Nova Era, 2002.

BORINELLI, Benilson. **Um fracasso necessário**: política ambiental em Santa Catarina e debilidade institucional (1975-1991). Florianópolis, 1999. 259 f. (Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Administração), UFSC, Florianópolis, 1999.

BRDE. **Despertar para a industrialização**. Revista Crescer, n. 1, edição especial, jun. 2006. (Criação e consolidação de um grande projeto).

BUTZKE, Luciana. **O papel das associações de municípios na dinâmica de planejamento regional e urbano em Santa Catarina**: estudo de caso sobre a trajetória da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí. 2007. 142f. (Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Sociologia Política), UFSC, Florianópolis, 2007.

CADEIA produtiva têxtil-confecções. Disponível em: <<http://www.spdesign.sp.gov.br/textil/textil1.htm>>. Acesso em: nov 2007.

CAMPOS, Renato Ramos et. al. Reestruturação industrial e aglomerações setoriais locais em Santa Catarina. In: VIEIRA, Paulo Freire (org). **A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento**. Florianópolis: APED, 2002.

CAMPOS, Renato Ramos; STALLIVIERI, Fabio; ALT, Maria Marivani. **Especialização, localização e caracterização estrutural de aglomerações industriais**: um estudo exploratório para a indústria catarinense. In: VII Encontro de Economia da Região Sul – ANPEC SUL, 7, 2004, Maringá, Anais... Maringá: UEM, UFPR, UFSC, PUCRS, 2004, p. 341-363.

CARRIÈRE, Jean-Paul e BOCK, Emilie. **Le développement des villes intermédiaires atlantiques**: quel rôle dans la perspective d'une construction polycentrique du territoire européen? Tour: [s.n.], 2006. (mimeo)

CARRIÈRE, Jean-Paul e CAZELLA, Ademir Antônio. Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. **Eisforia**: desenvolvimento territorial sustentável: conceitos, experiências e desafios teórico-metodológicos. Florianópolis, v. 4, n. especial, dez. 2006.

- CASAROTTO FILHO, Nelson e PIRES, Luis Henrique. **Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local: estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana.** São Paulo: Atlas, 2001.
- CAZELLA, Ademir Antônio. **Os municípios ambivalentes catarinenses.** Florianópolis: [s.n.], 2004. (mimeo)
- CAZELLA, Ademir Antônio. Contribuições metodológicas da sócio-anthropologia para o desenvolvimento territorial sustentável. **Eisforia: desenvolvimento territorial sustentável: conceitos, experiências e desafios teórico-metodológicos.** Florianópolis, v. 4, n. especial, dez. 2006.
- CHANLAT, Jean-François. Modos de Gestão, saúde e segurança no trabalho. In: \_\_\_\_\_. **Recursos humanos e subjetividade.** Petrópolis: Vozes, 1996. p. 118- 128.
- \_\_\_\_\_. **O indivíduo na organização: dimensões esquecidas.** São Paulo: Atlas, 1992.
- CAVALCANTI, Clóvis. Uma tentativa de caracterização da economia ecológica. In: **Ambiente & Sociedade**, v. 7, n. 1, jan./jun. 2004
- COCCO, Giuseppe; GALVÃO, Alexandre Patez e SILVA, Mirela Carvalho Pereira. Desenvolvimento local e espaço público na terceira Itália: questões para a realidade brasileira. In: COCCO, Giuseppe; URANI, André e GALVÃO, Alexandre Patez. **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da terceira Itália.** Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- COMISSÃO DA UNIÃO EUROPÉIA. **Governança.** Disponível em: [http://ec.europa.eu/governance/docs/doc5\\_fr.pdf](http://ec.europa.eu/governance/docs/doc5_fr.pdf). Acesso em: 26 abr. 2007.
- COMITÊ DO ITAJAÍ. **Plano de recursos hídricos da bacia hidrográfica do Rio Itajaí: construindo o futuro da bacia.** Blumenau: Fundação Agência de Água do Vale do Itajaí, set 2006.
- \_\_\_\_\_. **Plano de recursos hídricos da bacia hidrográfica do Rio Itajaí: construindo o futuro da bacia.** Blumenau: Fundação Agência de Água do Vale do Itajaí. Disponível em: <<http://www.comiteitajai.org.br/hp/index.php>>. Acesso em: 15 nov. 2007.
- CONAMA. **Resolução 01/1986.** Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=23>>. Acesso em: maio 2007.
- COURLET, Claude. **Territoires et régions, les grands oubliés du développement économique.** Paris: L'Harmattan, 2001.
- \_\_\_\_\_. e SOULAGE, Bernard. **Industrie, territoires et politiques publiques.** Paris: L'Harmattan, 1994.
- CUNHA, Idaulo José. **O salto da indústria catarinense: um exemplo para o Brasil.** Florianópolis: Paralelo 27, 1992.
- \_\_\_\_\_. **Evolução econômico-industrial de Santa Catarina.** Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.
- \_\_\_\_\_. **A indústria catarinense rumo ao novo milênio: desafios, evolução e oportunidades.** Florianópolis: FIESC/SEBRAE-SC, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Sebrae catarinense: uma conquista, uma história.** Florianópolis: Sebrae/SC, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Os anos de pioneirismo da Fatma: 1975 – 1979.** Florianópolis: [s.n.], 2000. (mimeo)

- \_\_\_\_\_. **Governança, internacionalização e competitividade:** de aglomerados produtivos de móveis no Sul do Brasil, Portugal e Espanha. Chapecó: Arcus Indústria Gráfica, 2007. p. 394.
- CRUZ FILHO, Paulo Roberto Araújo. **Governança e gestão de redes na esfera pública municipal:** o caso da rede de proteção à criança e ao adolescente em situação de risco para a violência em Curitiba. Curitiba, 2006. 150 f. (Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Administração). Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2006.
- DAGNONI, Cátia. Colonização de Rio do Sul: alemães e italianos. **Rio do Sul nossa história**, v. 2, n.6, Rio do Sul: Fundação Cultural de Rio do Sul, 2000.
- \_\_\_\_\_. Interdisciplinaridade e meio ambiente: meio ambiente e urbanização em Rio do Sul. **Rio do Sul nossa história em revista**. Rio do Sul: Continental, v. 9, n. 01, mar 2007.
- DANSEREAU, Pierre. Introdução: A ética ecológica e a educação para o desenvolvimento sustentável. In: VIEIRA, Paulo Freire e RIBEIRO, Maurício Andrés (org). **Ecologia humana, ética e educação:** a mensagem de Pierre Dansereau. Porto Alegre: Pallotti e Florianópolis: APED, 1999.
- DIAS, Leila Christina e SANTOS, Gislene Aparecida dos. Região, território e meio ambiente: uma história de definições e redefinições de escalas espaciais (1987–2001). In: **Revista Brasileira de Estudos Regionais**, São Paulo: [s.n.], v. 5, n. 2, Nov., 2004, p.45-56.
- DIEESE. **Trabalho e Reestruturação Produtiva**. São Paulo: DIEESE, 1994.
- DUPUY, Jean-Pierre. **Introdução à crítica da ecologia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- ENCICLOPÉDIA BRASILEIRA. **Industrialização brasileira**. Disponível em: <http://br.geocities.com/vinicrashbr/historia/brasil/industrializacaobrasileira.htm> Acesso em: 02 jun. 2007.
- FERNANDES, Valdir. **Indústria, meio ambiente e políticas públicas em Santa Catarina**. Florianópolis, 2003. 105f. (Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Engenharia Ambiental), UFSC, Florianópolis, 2003.
- FRANK, B.; BOHN, N. A experiência de criação e implementação da Agência da Água do Itajaí. *Revista de Estudos Ambientais*, v. 3, n. 2 e 3, p. 53-69, Blumenau: FURB, 2001.
- FRANK, B.; BOHN, N. **Gestão de bacias:** um caminho de mão dupla. Disponível em: [http://www.iowater.org/riob/ag2000/artigo\\_RIOB.htm](http://www.iowater.org/riob/ag2000/artigo_RIOB.htm). Acesso em: 30 out. 2007. (Reflexões sobre as experiências do Comitê do Itajaí).
- FRANK, Beate; VIBRANS, Alexander Christian. Uma visão integrada da bacia hidrográfica. In: FRANK, Beate; PINHEIRO, Adilson. **Enchentes na Bacia do Rio Itajaí:** 20 anos de experiências. Blumenau: FURB, 2003. p. 191-222.
- FREY, Klaus. A dimensão político-democrática das teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local. **Ambiente e Sociedade**. Campinas : [s.n.] v. 4, n. 9. set. 2001, p. 115-148.
- FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE - FATMA. **O que é a Fatma**. Disponível em: <http://www.fatma.sc.gov.br/fatma/fatma.htm>. Acesso em: 02 set. 2007.
- \_\_\_\_\_. **Programa de recuperação ambiental da bacia hidrográfica do rio Itajaí-Açu**. Florianópolis: [s.n.], 1993. (mimeo)



- FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- GALTUNG, Johan. Self-reliance: concepts, practice and rationale. In: \_\_\_\_\_. et. al. (eds.). **Self-reliance**. A strategy for development. Geneva: IDS e London: Bogle-L'Ouverture, 1977. p. 19-44.
- GALTUNG, J. Cultural peace: some characteristics. In: UNESCO (Org.). **From a culture of violence to a culture of peace**. Paris: Unesco, 1996, p. 75-92.
- GARCÍA, Rolando. Interdisciplinarietà y sistemas complejos. In: LEFF, Enrique. (Org.). **Ciencias sociales y formación ambiental**. Barcelona: Gedisa, 1994. p. 85-124.
- GAUDIN, Jean-Pierre. **Pouquoi la gouvernance?** Paris: Presses de Sciences Po, 2002.
- GODARD, Olivier. A gestão integrada dos recursos naturais e do meio ambiente : conceitos, instituições e desafios de legitimação. In : VIEIRA, Paulo Freire & WEBER, Jacques (Orgs.). **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento**. Novos desafios para as ciências ambientais. São Paulo: Cortez, 2000, p. 201-266.
- GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.
- GORINI, Ana Paula Fontenelle. **Panorama do setor têxtil no Brasil e no mundo: reestruturação e perspectivas**. In: BNDES SETORIAL, Rio de Janeiro: BNDES, n. 2, Set., 2000.
- GRANOVETTER Mark. **Le marché autrement**. Paris: Desclée de Brouwer, 2000. (coll. Sociologie économique).
- \_\_\_\_\_. The strength of weak ties. In: **American Journal of Sociology**. v. 78, n. 6, 1973.
- GUIMARAES, Valeska Nahas; KOROSUE, Aline; OLIVEIRA, Elaine Cristina Flexibilização ou precarização do trabalho. O caso das cooperativas de trabalho de Santa Catarina. In: **3 Encontro da ABET - Associação Brasileira de Estudos do Trabalho**, 2000. Recife. Anais do... Recife: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, 2001.
- HENRIQUES, Karyn Nancy Rodrigues. **Territórios indígenas em espaços urbanos: um estudo da migração dos indígenas da TII Ibirama para Blumenau/SC**. 2000. \_\_\_\_f. (Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, do CFH), UFSC, Florianópolis, 2000.
- HERING. Maria Luiza Renaux. **Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento**. Blumenau: FURB, 1987.
- HIGGINS, Silvio Salej. **Os fundamentos teóricos do capital social**. Chapecó: Argos Ed. Universitária, 2005.
- HOLLING, C. S.; BERKES, F.; FOLKE, C. Science, sustainability and resource management. In: BERKES, F.; FOLKE, C.; COLDING, J. (orgs.). **Linking social and ecological systems: mangement practices and social mechanisms for building resilience**. Cambridge: Cambridge University press, 1998. p. 342-362.
- IANNI, Otávio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- INÁCIO, Humberto Luís de Deus. **O Ecoturismo como Vetor de Desenvolvimento Territorial Sustentável: um estudo de caso no Alto Vale do Itajaí**. 2007. 243 f (Tese de

Doutorado, Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, CFH), UFSC, Florianópolis, 2007.

IBAMA. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/institucional/ibama-nos-estados>>. Acesso em 05 jun 2007.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo populacional 2000**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/censo/divulgacao.shtm>>. Acesso em: 02 jan 2007.

INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA **Desenvolvimento da competitividade regional**: metodologia para diagnóstico, planejamento e intervenção. Florianópolis: [s.n.], 2001. (mimeo)

JOLLIVET, Marcel; PAVÉ, Alain. O meio ambiente: questões e perspectivas para a pesquisa. In: VIEIRA, Paulo Freire & WEBER, Jacques (Orgs). **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento**. Novos desafios para a pesquisa ambiental. São Paulo: Cortez, 2002. p. 53-112.

KAPP, Karl William. Environmental disruption and social costs: a challenge to economics. In: **Political economy and environment**. Problems of method. Paris: MSH, 1972.

KAPP, K.W. Für eine ökosoziale Ökonomie. **Entwürfe und Ideen**: Ausgewählte Aufsätze. Frankfurt: Fischer Taschenbuch Verlag, 1987.

KITA, Silvia Regina Toassi. Rio do Sul: colonização espontânea ou entreposto comercial? **Rio do Sul nossa história em revista**. v. 8, n. 01, Rio do Sul: Continental, mar 2006.

KOHLHEPP, Gerd. **Industriegeographie des nordöstlichen Santa Catarina** (Sudbrasilien): Inaugural-Dissertation zur Erlangung der Doktorwürde der Philosophischen Fakultät der Ruprecht-Karl-Universität in Heidelberg/vorgelegt von Gerd Kohlhepp aus Mannheim. Heidelberg: Universität in Heidelberg, 1968. 402 p.

LASTRES, Helena M. M. e CASSIOLATO, José Eduardo. **Mobilizando conhecimentos para desenvolver arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas no Brasil**. Disponível em: <<http://www.ielpr.org.br/apl/uploadAddress/glossario.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2007.

\_\_\_\_\_. Sistemas de inovação e arranjos produtivos locais: novas estratégias para promover a geração, aquisição e difusão de conhecimento. **Revista Centro de Ciências Administrativas**: Fortaleza: [s.n.]. v. 9, n. 2, dez. 2003. p. 189-195.

LE GALÈS, P. **À chaque ville sa gouvernance**. Auxerre: Sciences Humaines. Hors-série, n. 44, 2004.

LEMOS, Cristina. **Micro, pequenas e médias empresas no Brasil**: novos requerimentos de políticas para a promoção de sistemas produtivos locais. Rio de Janeiro, 2003. 269f. (Tese de Doutorado, Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção). UFRJ, Rio de Janeiro, 2003.

LENZI, Cristiano Luis. Em busca de novas alternativas para o Vale do Itajaí: uma reflexão a partir do debate sobre o esgotamento do “Modelo Catarinense”. In: THEIS, Ivo M.; MATTEDI, Marcos Antônio; TOMIO, Fabrício Ricardo de Lima (org). **Novos olhares sobre Blumenau**. Blumenau: FURB, 2000.

LE ROBERT MICRO. **Dictionnaire de la langue française**. Montréal : Dictionnaires Le Robert, 1998.

- LÉVESQUE, Benoît. **Le partenariat**: une tendance lourde de la nouvelle gouvernance à l'ère de la mondialisation. Enjeux et défis pour les entreprises publiques et d'économie sociale. Cahiers du CRISES. Avril, 2001.
- LINS, Hoyêdo Nunes. Arranjo produtivo têxtil-vestuarista da Região do Vale do Itajaí. In: **Programa Estratégico de Desenvolvimento com Base na Inovação**: Relatório Geral. Florianópolis: UFSC/PPGE/NEITEC, out. 2005, p. 340-391.
- \_\_\_\_\_. *Clusters* industriais, competitividade e desenvolvimento regional: da experiência à necessidade de promoção. **Estudos Econômicos**, Florianópolis: CSE/UFSC, v. 30, n. 2, p. 233-265, abr.-jun. 2000a.
- \_\_\_\_\_. **Reestruturação industrial em Santa Catarina**: pequenas e médias empresas têxteis e vestuaristas catarinenses perante os desafios dos anos 90. Florianópolis: UFSC, 2000b.
- \_\_\_\_\_. Sistemas agroalimentares localizados: possível "chave de leitura" sobre a maricultura em Santa Catarina. **RER**. Rio de Janeiro, v. 44, n. 2, abr./jun., 2006, p. 313-330.
- MAILLAT, Denis. Milieux innovateurs et dynamique territoriale. In: RALET, A. et TORRE, A. (Hrsg): **Economie industrielle et économie spatiale**. Paris: [Economica], 1995. p. 211 – 232.
- MAIMON, Dália. **Ensaio sobre economia do meio ambiente**. Rio de Janeiro: APED, 1992.
- MAMIGONIAN, Armen. Estudo geográfico das indústrias de Blumenau. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: [s.n.], v. 27, n. 3, jul./set. 1965.
- MARSHALL, Alfred. **Princípios de economia**. São Paulo: Nova Cultural, 1982.
- MAY, Peter. Economia ecológica e o desenvolvimento equitativo no Brasil. In: **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 1995.
- MEADOWS, Donella *et. al.* **Limites do crescimento**. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- MENEZES, Elaine C. O *et al.* Modelo de análise do projeto de pesquisa **Desenvolvimento territorial sustentável**: diagnóstico de potencialidades e obstáculos em zonas rurais do Estado de Santa Catarina: estudo de caso na região do Alto Vale do Itajaí. Florianópolis: [s.n.], 2006. (mimeo)
- MICHELS, Ido Luís. Uma Crítica à Economia Política Catarinense. Campina Grande. 1993. \_\_\_ f. (Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Economia), Universidade Federal da Paraíba, 1993.
- MOLINARI, Eliane Terezinha. **Reflexos da atividade de lavagem e beneficiamento de jeans nos recursos hídricos de Rio do Sul/SC**. Florianópolis, 2006. 76f. (Monografia de Especialização, Programa de especialização em gestão de recursos hídricos). UFSC, Florianópolis, 2006.
- MONTIBELLER FILHO, Gilberto. **Industrialização e ecodesenvolvimento**: contradições, possibilidades e limites em economia capitalista periférica : o Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 1994. 163 f. (Dissertação, Pós-graduação em Geociências, do CFH).UFSC, Florianópolis, 1994.
- MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.

- NÖTZOLD, Ana Lúcia e VIEIRA, Edna Elza. A ocupação do espaço. In: KLUG, João e DIRKSEN, Valberto. **Rio do Sul: uma história**. Rio do Sul: Ed. UFSC, 1999.
- OLIVEIRA, Elaine Cristina de. **Flexibilização da produção e reflexos sobre o mundo do trabalho**: um estudo comparativo de casos no setor têxtil de Santa Catarina. Florianópolis, 2002. 162f. (Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Administração, do CSE). UFSC, Florianópolis, 2002.
- PASSET, René. **L'économique et le vivant**. Paris: Payot, 1979.
- PASSET, R. Desenvolvimento durável e biosfera: abertura multidimensional ou novos reducionismos? *Revista Tempo Brasileiro*, 108: 27-47, 1992.
- PECQUEUR, Bernard. **A guinada territorial da economia global**. Florianópolis: [s.n.], 2005. (Palestra proferida junto ao Curso de Graduação e Programa de Pós-Graduação em Agronomia, CCA). UFSC, Florianópolis, 2005.
- \_\_\_\_\_. A guinada territorial da economia global. **Eisforia**: desenvolvimento territorial sustentável: conceitos, experiências e desafios teórico-metodológicos. Florianópolis: PPGAGR, v. 4, n. especial, dez. 2006.
- \_\_\_\_\_. **Le développement territorial**: une nouvelle approche des processus de développement pour les économies du Sud. France: [s.n.], 2004. (mimeo)
- PELLIZZETTI, Beatriz. **Pioneirismo italiano no Brasil meridional**: estudos de caso. Curitiba: IHGEP, 1981.
- \_\_\_\_\_. **Um banco de imigrantes em Santa Catarina**. Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1985.
- PERROUX, François. **A economia do século XX**. Lisboa: Herber, 1967.
- PIAZZA, Walter F. **A colonização de Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Santa Catarina**: sua História. Florianópolis: UFSC/Lunardelli, 1983.
- PIORE, Michael J., SABEL, Charles F. **The second industrial divide**: possibilities for prosperity. New York: Basic Books, 1984.
- POLEZA, Maristela Macedo. **Mudanças na estrutura urbana de Rio do Sul em decorrência das enchentes de 1983**. 2003. 300 f. Dissertação (Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional). FURB, Blumenau, 2003.
- PORTER, Michael. **Aglomerados e Competição**: novas agendas para empresas, governos e instituições. In *Competição*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Vantagem competitiva**: criando e sustentando um desempenho superior. Rio de Janeiro: Campus, 1990
- PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Editora FGV, 3. ed., 2002.
- QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 1992.
- RAIS. **Dados do número de empresas e emprego divisão CNAE 95**. Brasília, CD Rom. 2006.
- \_\_\_\_\_. **Dados do número de empresas e emprego divisão CNAE 95**. Brasília, CD Rom. 2007.

- \_\_\_\_\_. **Dados do número de empresas e emprego divisão CNAE 95**. Brasília, CD Rom. 2001.
- \_\_\_\_\_. **Dados do número de empresas e emprego divisão CNAE 95**. Brasília, CD Rom. 1996.
- \_\_\_\_\_. **Dados do número de empresas e emprego SUBSETOR DO IBGE**. Brasília, CD Rom. 1991.
- \_\_\_\_\_. **Dados do número de empresas e emprego SUBSETOR DO IBGE**. Brasília, CD Rom. 1986.
- RAUD, Cécile. As dinâmicas territoriais do desenvolvimento: reflexões teóricas e aplicação à análise do pólo têxtil-vestuário de Blumenau. In: THEIS, Ivo M.; MATTEDI, Marcos Antônio; TOMIO, Fabrício Ricardo de Lima (org). **Novos olhares sobre Blumenau**. Blumenau: EDIFURB, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Indústria, território e meio ambiente no Brasil**: perspectivas da industrialização descentralizada a partir da experiência italiana. Florianópolis: UFSC; Blumenau: FURB, 1999.
- REDESIST. Disponível em: <<http://www.redesist.ie.ufrj.br>> . Acesso em: 30 abr. 2007.
- RIBAS, Clarilton. **Quando se pode falar em terceirização**: o pólo de confecções de Brusque-SC. Relatório final de pesquisa. Florianópolis : UFSC, 1999.
- RICHARDSON, R.oberto Jarry et. al. **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1985.
- ROSENFELD, S. A. États-Unis: Les agglomerations d'entreprises". In: OCDE. **Réseaux d'entreprises et développement local** (ou Network et de Développement). Paris: Ed. Organisation de Coopération et de Développement Économique, 1996.
- SABOURIN, Eric. Desenvolvimento rural e abordagem territorial. In: Sabourin e Teixeira (org) **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais**. Distrito Federal: Embrapa, 2002, p. 21-37.
- SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte no Brasil**. Brasília: SEBRAE, 2002. p. 19-45.
- \_\_\_\_\_. **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.
- \_\_\_\_\_. **Ecodesenvolvimento**: 1972-1992. In: **Agricultura e Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ano 1, n. 1, 1992.
- \_\_\_\_\_. **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel e FUNDAP, 1993.
- \_\_\_\_\_. **Rumo à ecossocioeconomia**: teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007.
- SALERNO, M. S. **Projeto organizações integradas e flexíveis**: processos, grupos e gestão democrática via espaços de comunicação-negociação. São Paulo: Atlas. 1999.
- SÁNCHEZ, Luis Enrique. **Avaliação de impacto ambiental**: conceitos e métodos. São Paulo: Oficina de textos, 2006a.
- \_\_\_\_\_. Avaliação de impacto ambiental e seu papel na gestão de empreendimentos. In: VILELA JUNIOR, Alcir e DEMAJOROVIC, Jacques. **Modelos e ferramentas de gestão ambiental**: desafios e perspectivas para as organizações. São Paulo: Editora Senac, 2006b.

\_\_\_\_\_. **Les roles des études d'impact des projets miniers.** Paris, 1989. 305 f. (Tese de Doutorado, Economia dos recursos naturais e desenvolvimento). L'École National Supérieur des Mines de Paris, 1989.

\_\_\_\_\_. O processo de avaliação de impacto ambiental, seus papéis e funções. In: LIMA, Ana Luiza Borja Ribeiro; TEIXEIRA, Hilda Renck e SÁNCHEZ, Luis Enrique (org). **A efetividade do processo de avaliação de impacto ambiental no estado de São Paulo: uma análise a partir de estudos de caso.** São Paulo: A Secretarias, 1995.

SANTA CATARINA. **Gabinete de Planejamento e coordenação Geral.** Subchefia de estatística, geografia e informática. Atlas de Santa Catarina. Rio de Janeiro: Aerofoto Cruzeiro, 1986. (mimeo)

SANTOS, Gustavo Antônio Galvão dos; DINIZ, Eduardo José e BARBOSA, Eduardo Kaplan. **Aglomerações, Arranjos Produtivos Locais e Vantagens Competitivas Locacionais.** Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v. 11, n. 22, dez. 2004, p. 151-179.

SANTOS, Fabiana; CROCCO, Marco e LEMOS, Mauro B. **Arranjos e sistemas produtivos locais em “espaços industriais” periféricos: estudo comparativo de dois casos brasileiros.** Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2002. 27p. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20182.pdf>> Acesso em: 20 abril 2005.

SCHMITZ, Hubert. Collective efficiency and increasing returns. **IDS Working**, v. 50, Mar. 1997a.

\_\_\_\_\_. Eficiência coletiva: caminho para o crescimento da indústria de pequeno porte. **Ensaio FEE.** Porto Alegre: FEE, 1997b, v. 18, n. 2, p. 164-200.

SCHUMPETER, Joseph A. **Teoria do desenvolvimento econômico: Uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico.** São Paulo: Abril Cultural, 1982 (Coleção Os Economistas).

SEBRAE. **Santa Catarina em números: um panorama das macrorregiões de atuação do Sebrae-SC.** Florianópolis: Sebrae, 2006.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Disponível em: <<http://www.spg.sc.gov.br>>. Acesso em: 26 jun. 2007.

\_\_\_\_\_. **Plano catarinense de desenvolvimento: SC 2015.** Florianópolis: Secretaria de Planejamento do Estado de Santa Catarina, 2005.

SECRETARIA DE ESTADO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Evolução. Disponível em: <[http://www.sds.sc.gov.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=12&Itemid=78&lang=brazilian\\_portuguese](http://www.sds.sc.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=12&Itemid=78&lang=brazilian_portuguese)>. Acesso em: 10 jul. 2007.

\_\_\_\_\_. **Programa de descentralização da gestão ambiental do estado de Santa Catarina: diagnóstico da gestão ambiental do estado de Santa Catarina.** Florianópolis, 2005.

SEYFERTH, Giralda.. **A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim.** Porto Alegre: Movimento, 1974.

\_\_\_\_\_. Aspectos da proletarização do campesinato no Vale do Itajaí. In: LOPES, José Sérgio Leite (Coord). **Cultura e identidade Operária.** Rio de Janeiro: UFRJ/Marco Zero, 1987.

SIEGEL, Norberto. **A ética a partir da reciprocidade e a educação informal do povo Xokleng.** 2005. \_\_f. (Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação), Fundação Universidade Regional de Blumenau, 2005.

- SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo: Nacional e USP, 1968.
- SOUZA, Adelino **Constante de. Cooperativas de trabalho**. Informativo Casa da Cultura Jurídica. Florianópolis: [s.n.], 1999
- SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de et al. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 77.
- STALLIVIERI, Fábio. **Dinâmica econômica e inserção de micro e pequenas empresas em arranjos produtivos locais: o caso da eletrometal-mecânica de Joinville/SC**. 2004. 212 f. (Dissertação de Mestrado, Pós-graduação em Economia), UFSC, Florianópolis, 2004.
- TAVARES, Maria da Conceição. A retomada da hegemonia americana. **Revista de Economia Política**, v. 5, n. 2, abr./jun., 1985.
- TRICHES, Gilmar Paulinho et al. **Competitividade sistêmica do pólo de confecções de jeans na região de Rio do Sul - Santa Catarina**. Disponível em: . <[http://www.igea.com.br/site/index.php?secao=biblioteca&assu\\_id=7](http://www.igea.com.br/site/index.php?secao=biblioteca&assu_id=7)> . Acesso em: 20 jan. 2006.
- TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.
- UNIVERSIDADE do estado de Santa Catarina. **Atlas geográfico do Médio Vale do Itajaí**. Disponível em: <<http://www.faed.udesc.br/geolab/atlas/atlas.html>>. Acesso em: 05 maio 2007.
- VALE DO ITAJAÍ. **Imagem da mesorregião do Vale do Itajaí**. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:SantaCatarina\\_Meso\\_ValedoItajaí.svg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:SantaCatarina_Meso_ValedoItajaí.svg)>. Acesso em: 08 abr. 2007.
- VALLER, Rose Mari. **Desenvolvimento da modelagem através do sistema CAD**. 2007. 55 f. (Monografia de Graduação, Curso Superior em Processos de Produção do Vestuário) Faculdade de Tecnologia SENAI, Rio do Sul, 2007.
- VANCLAY, Frank. **International principles for social impact assessment**. In: Impact assessment and project appraisal. v. 21,n. 1, mar. 2003.
- VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Autores Associados, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Empreendedorismo no Brasil**. Disponível em: . <[www.econ.fea.usp.br/zeeli/Textos/ultimos\\_trabalhos](http://www.econ.fea.usp.br/zeeli/Textos/ultimos_trabalhos)>. Acesso em: jan. 2006. (Relatório de pesquisa)
- VIBRANS, Alexander Christian. **A cobertura florestal da bacia do rio Itajaí: elementos para uma análise histórica**. 2004. f.(Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.
- VIEIRA, Paulo Freire. Gestão de recursos comuns para o ecodesenvolvimento. In: VIEIRA, Paulo Freire; BERKES, Fikret e SEIXAS, Cristiana S. (org.). **Gestão integrada e participativa de recursos naturais**. Florianópolis: Secco APED, 2005.
- \_\_\_\_\_. Rumo ao desenvolvimento territorial sustentável: esboço de roteiro metodológico participativo. **Eisforia: desenvolvimento territorial sustentável: conceitos, experiências e desafios teórico-metodológicos**. Florianópolis, v. 4, n. especial, dez. 2006.

\_\_\_\_\_. e CAZELLA, Ademir Antônio (org). **Desenvolvimento territorial sustentável: diagnóstico de potencialidades e obstáculos em zonas rurais dos estados da Paraíba e Santa Catarina**. Florianópolis: [s.n.], 2004. (Modelo de análise referente ao projeto de pesquisa - mimeo)

\_\_\_\_\_. e CUNHA, Idaulo José. Repensando o desenvolvimento catarinense. In: VIEIRA, Paulo Freire (Org.). **A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento**. Florianópolis: APED, 2002.

\_\_\_\_\_. e WEBER, Jacques. Introdução geral: sociedades, natureza e desenvolvimento viável. In: \_\_\_\_\_. **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental**. São Paulo: Cortez, 2000.

VON BERTALANFFY, L. **Teoria geral dos sistemas**. Petrópolis: Vozes, 1975.

WCED **Our common future**. Oxford: Oxford University Press, 1987.

WITTMANN, Luiza Tombini. **Atos de contato: história do povo indígena Xokleng no Vale do Itajaí/SC**. 2005. \_\_\_\_f. (Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História), UFSC, Florianópolis, 2005.

ZANELLA, Fiorelo. **A conquista de um sonho: Unidavi (1966-2006): consolidando novos caminhos**. Blumenau: Nova Letra, 2006.

\_\_\_\_\_. **Das clareiras da Barra do Tayó: um registro da oralidade histórica**. Blumenau: Nova Letra, 2007.



## ANEXOS

### ANEXO I

#### QUESTIONÁRIO – EMPRESAS DO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL

##### ADAPTADO DE REDESIST (2007)

#### I – IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA E MERCADO

1. Município de localização:

\_\_\_\_\_

2. Número de funcionários:

\_\_\_\_\_

3. Ano de fundação:

\_\_\_\_\_

4. Evolução do número de empregados:

Período de tempo	Número de empregados
Ao final do primeiro ano de criação da empresa	
Ao final do ano de 2006	

5. Evolução da produção

Produção Mensal	Média em unidades/Peças
Ano de 2004	
Ano de 2005	
Ano de 2006	

6. Identifique as principais dificuldades na operação da empresa. Favor indicar a dificuldade utilizando a escala, onde 0 é nulo, 1 é baixa dificuldade, 2 é média dificuldade e 3 alta dificuldade.

Principais dificuldades	No primeiro ano de vida				Em 2006			
Contratar empregados qualificados	(0)	(1)	(2)	(3)	(0)	(1)	(2)	(3)
Produzir com qualidade	(0)	(1)	(2)	(3)	(0)	(1)	(2)	(3)
Vender a produção	(0)	(1)	(2)	(3)	(0)	(1)	(2)	(3)
Custo ou falta de capital de giro	(0)	(1)	(2)	(3)	(0)	(1)	(2)	(3)
Custo ou falta de capital para aquisição de máquinas e equipamentos	(0)	(1)	(2)	(3)	(0)	(1)	(2)	(3)
Custo ou falta de capital para aquisição/locação de instalações	(0)	(1)	(2)	(3)	(0)	(1)	(2)	(3)
Pagamento de juros de empréstimos	(0)	(1)	(2)	(3)	(0)	(1)	(2)	(3)
Relacionamento com fornecedores e clientes	(0)	(1)	(2)	(3)	(0)	(1)	(2)	(3)
Relacionamento com a comunidade local	(0)	(1)	(2)	(3)	(0)	(1)	(2)	(3)
Relacionamento com os órgãos ambientais	(0)	(1)	(2)	(3)	(0)	(1)	(2)	(3)
Relacionamento com a Prefeitura e o poder público	(0)	(1)	(2)	(3)	(0)	(1)	(2)	(3)
Outras. Citar	(0)	(1)	(2)	(3)	(0)	(1)	(2)	(3)

7. Evolução da empresa:

Ano	Pessoal Ocupado	Mercados (%)				Total
		Vendas nos municípios da região	Vendas no Estado	Vendas no Brasil	Vendas no exterior	
1990						
1995						
2000						
2006						

8. Escolaridade do pessoal ocupado (situação anual):

Ensino	Número do pessoal ocupado
Analfabeto	
Ensino fundamental incompleto	
Ensino fundamental completo	
Ensino médio incompleto	
Ensino médio completo	
Superior incompleto	
Superior completo	
Pós-Graduação	
Total	

## II – COOPERAÇÃO

### Box 1

O significado genérico de **cooperação** é o de trabalhar em comum, envolvendo relações de confiança mútua e coordenação, em níveis diferenciados, entre os agentes. Em arranjos produtivos locais, identificam-se diferentes tipos de cooperação, incluindo a cooperação produtiva visando a obtenção de economias de escala e de escopo, bem como a melhoria dos índices de qualidade e produtividade; e a cooperação inovativa da região produtivo local. Também a cooperação baseada em relações de reciprocidade e confiança que se estendem além do campo econômico. A cooperação pode ocorrer por meio de:

- intercâmbio sistemático de informações produtivas, tecnológicas e mercadológicas (com clientes, fornecedores, concorrentes, comunidade local, etc.);
- interação de vários tipos, envolvendo empresas e outras instituições, por meio de programas comuns de treinamento, realização de eventos/feiras, cursos e seminários, entre outros.
- Integração de competências, por meio da realização de projetos conjuntos, incluindo desde melhoria de produtos e processos até pesquisa e desenvolvimento propriamente dita, entre empresas e destas com outras instituições.
- Integração com outros setores/atividades da região por meio de troca de informações, formação de parcerias, consórcios, cooperativas, etc.

1. Durante os últimos anos, **2004 a 2006**, sua empresa esteve envolvida em atividades cooperativas com outra(s) empresa(s)? (observe no Box 1 o conceito de cooperação).

Atividades	Sim	Não	Observações
Troca de informações com os fornecedores	(1)	(2)	
Troca de informações com clientes	(1)	(2)	
Troca de informações com outras empresas da região que produzem o mesmo bem ou serviço	(1)	(2)	
Troca de informações com a comunidade local (sugestões etc.)	(1)	(2)	
Interações por meio de programas comuns de treinamento, eventos e feiras, cursos e seminários	(1)	(2)	
Integração por meio de projetos conjuntos para melhoria dos produtos e processos (P&D etc.)	(1)	(2)	
Integração com outros setores da região (por meio de consórcios, cooperativas, parcerias etc.)	(1)	(2)	

2. Em caso afirmativo, quais dos seguintes agentes desempenharam papel importante como parceiros, durante os últimos anos, **2004 a 2006**? Favor indicar o grau de importância utilizando a escala, onde 1 é baixa importância, 2 é média importância e 3 é alta importância. Coloque 0 se não for relevante para a sua empresa. Quanto a localização utilizar 1 quando localizado na região, 2 no Estado, 3 no Brasil, 4 no exterior.

Agentes	Importância				Localização			
<b>Empresas</b>								
Outras empresas dentro do grupo	(0)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(4)
Empresas associadas ( <i>joint venture</i> )	(0)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(4)
Fornecedores de insumos (equipamentos, materiais, componentes e softwares)	(0)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(4)
Clientes	(0)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(4)
Concorrentes	(0)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(4)
Outras empresas do setor	(0)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(4)
Empresas de consultoria	(0)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(4)
<b>Universidade e Institutos de Pesquisa</b>								
Universidades	(0)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(4)
Institutos de pesquisa	(0)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(4)
Centros de capacitação profissional de assistência técnica e de manutenção	(0)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(4)
Instituições de testes, ensaios e certificações	(0)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(4)
<b>Outros Agentes</b>								
Representação	(0)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(4)
Entidades sindicais	(0)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(4)
Órgãos de apoio e promoção	(0)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(4)
Agentes financeiros	(0)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(4)
Cooperativas ou consórcios da região	(0)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(4)
Cooperativas ou consórcios fora da região	(0)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(4)

3. Quais as formas de cooperação realizadas durante os últimos anos, **2004 a 2006**, com outros agentes da região (empresas, universidades, SENAI, ACI, Sindicato e outros)?

Descrição	Sim	Não
Compra de insumos e equipamentos	(1)	(2)
Venda conjunta de produtos	(1)	(2)
Desenvolvimento de produtos e processos	(1)	(2)
Desing e estilo de produtos	(1)	(2)
Capacitação de recursos humanos	(1)	(2)
Obtenção de financiamento	(1)	(2)
Reivindicações	(1)	(2)
Participação conjunta em feiras, etc.	(1)	(2)
Participação de consórcios ou cooperativas da região	(1)	(2)
Relação com outros segmentos ou atividades da região	(1)	(2)
Relação com a comunidade local	(1)	(2)
Outras. Especificar.	(1)	(2)

4. Caso a empresa já tenha participado de alguma forma de cooperação com agentes locais (empresas, universidades, SENAI, ACI, Sindicato e outros), quais foram as ações conjuntas já realizadas?

Descrição	Sim	Não
Melhoria da qualidade dos produtos	(1)	(2)
Desenvolvimento de novos produtos	(1)	(2)
Melhoria nos processos produtivos	(1)	(2)
Melhoria nas condições de fornecimento dos produtos	(1)	(2)
Melhor capacitação de recursos humanos	(1)	(2)
Melhoria nas condições de comercialização	(1)	(2)
Introdução de inovações organizacionais	(1)	(2)
Novas oportunidades de negócio	(1)	(2)
Promoção de nome/marca da empresa no mercado nacional	(1)	(2)
Maior inserção da empresa no mercado externo	(1)	(2)
Maior aceitação junto à comunidade local	(1)	(2)
Outras. Especificar	(1)	(2)

5. Quais dos seguintes itens desempenham um papel importante como fonte de informação, durante os últimos anos, **2004 a 2006**? Favor indicar o grau de importância utilizando a escala, onde 1 é baixa importância, 2 é média importância e 3 é alta importância. Coloque 0 se não for relevante para a sua empresa. Quanto à localização utilizar 1 quando localizado na região, 2 no Estado, 3 no Brasil, 4 no exterior.

	Grau de importância				Localização			
<b>Fontes internas</b>								
Departamento de P&D	(0)	(1)	(2)	(3)				
Área de produção	(0)	(1)	(2)	(3)				
Áreas de vendas e marketing, serviços internos de atendimento ao cliente	(0)	(1)	(2)	(3)				
Outros (especifique)	(0)	(1)	(2)	(3)				
<b>Fontes Externas</b>								
Fornecedores de insumos (equipamentos, materiais)	(0)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(4)
Clientes	(0)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(4)
Concorrentes	(0)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(4)
Outras empresas do setor	(0)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(4)
Empresas de consultoria	(0)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(4)
<b>Universidades e outros institutos de pesquisa</b>								
Universidades	(0)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(4)
Institutos de pesquisa	(0)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(4)
Centros de capacitação profissional, de assistência técnica e de manutenção	(0)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(4)
<b>Outras fontes de informação</b>								
Conferências, seminários, cursos e publicações especializadas	(0)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(4)
Feiras, exposições e lojas	(0)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(4)
Encontros de lazer (clubes, restaurantes, etc.)	(0)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(4)
Associações empresariais locais (inclusive consórcios de exportações, cooperativas)	(0)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(4)
Informações de rede baseadas na internet ou computador	(0)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(4)

6. O resultado das atividades de **treinamento e capacitação** de recursos humanos durante os últimos anos, **2004 a 2006**, foi importante para a empresa? Favor indicar o grau de importância utilizando a escala, onde 1 é baixa importância, 2 é média importância e 3 é alta importância. Coloque 0 se não for relevante para a sua empresa.

Descrição	Grau de importância			
	(0)	(1)	(2)	(3)
Treinamento na empresa	(0)	(1)	(2)	(3)
Treinamento em cursos técnicos realizados na região (pólo)	(0)	(1)	(2)	(3)
Treinamento em cursos técnicos fora da região	(0)	(1)	(2)	(3)
Estágios em empresas fornecedoras ou clientes	(0)	(1)	(2)	(3)
Estágios em empresas do grupo	(0)	(1)	(2)	(3)
Contratação de técnicos/engenheiros de outras empresas da região	(0)	(1)	(2)	(3)
Contratação de técnicos/engenheiros de empresas fora da região	(0)	(1)	(2)	(3)
Absorção de formandos dos cursos universitários localizados na região ou próximo	(0)	(1)	(2)	(3)
Absorção de formandos dos cursos técnicos localizados na região ou próximo	(0)	(1)	(2)	(3)

### III – GOVERNANÇA E VANTAGENS ASSOCIADAS AO AMBIENTE

#### Box 2

**Governança** diz respeito aos diferentes modos de coordenação, intervenção e participação, nos processos de decisão locais, dos diferentes agentes – Estado, em seus vários níveis, empresas, cidadãos e trabalhadores, organizações não-governamentais etc. - ; e das diversas atividades que envolvem a organização dos fluxos de produção, assim como o processo de geração, disseminação e uso de conhecimentos.

Verificam-se duas formas principais de governança em arranjos produtivos locais. As hierárquicas corporativas: são aquelas em que a autoridade é claramente internalizada dentro de grandes empresas, com real ou potencial capacidade de coordenar as relações econômicas e tecnológicas no âmbito local.

A **governança na forma de redes**: caracteriza-se pela existência de aglomerações de micro, pequenas e médias empresas, sem grandes empresas localmente instaladas exercendo o papel de coordenação das atividades econômicas e tecnológicas. São marcadas pela forte intensidade de relações entre um amplo número de agentes, onde nenhum deles é dominante; forte cooperação entre os membros; engaja-se em ações coletivas com vistas a negociar convenções entre associações; mobilizam ou influenciam políticas públicas.

1. Quais são as principais vantagens que a empresa tem por estar localizada na região?

Externalidade	Sim	Não
Disponibilidade de mão-de-obra	(1)	(2)
Baixo custo da mão-de-obra	(1)	(2)
Proximidade com os fornecedores de insumos e matéria-prima	(1)	(2)
Proximidade com os clientes/consumidores	(1)	(2)
Infra-estrutura física (energia, transporte, comunicações)	(1)	(2)
Proximidade com produtores de equipamentos	(1)	(2)
Disponibilidade de serviços técnicos especializados	(1)	(2)
Existência de programas de apoio e promoção	(1)	(2)
Proximidade com universidades e centros de pesquisa	(1)	(2)
Existência de espaços de discussão sobre os problemas do setor e da região – articulação pública e privada – fóruns de discussões etc.	(1)	(2)
Outra. Citar.	(1)	(2)

2. Quais as principais transações comerciais que a empresa realiza localmente (no município ou região)? Favor indicar o grau de importância atribuindo a cada forma de capacitação utilizando a escala, onde 1 é baixa importância, 2 é média importância e 3 é alta importância. Coloque 0 se não for relevante para a sua empresa.

<b>Tipos de transações</b>	<b>Grau de importância</b>			
Aquisição de insumos e matéria-prima	(0)	(1)	(2)	(3)
Aquisição de equipamentos	(0)	(1)	(2)	(3)
Aquisição de componentes e peças	(0)	(1)	(2)	(3)
Aquisição de serviços (manutenção, marketing, etc.)	(0)	(1)	(2)	(3)
Vendas de produtos	(0)	(1)	(2)	(3)
Outros. Citar.	(0)	(1)	(2)	(3)

3. Sua empresa mantém relações de subcontratação com outras empresas?

(1) Sim	(2) Não
---------	---------

3.1 Caso a resposta seja afirmativa, identifique:

<b>Sua empresa é:</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>De que municípios ou regiões?</b>
Subcontratada* de empresa local	(1)	(2)	
Subcontratada de empresas localizadas fora da região	(1)	(2)	
	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	
Subcontratante** de empresa local	(1)	(2)	
Subcontratante de empresa de fora da região	(1)	(2)	

4. Como a sua empresa avalia a contribuição de sindicatos e associações locais no tocante às seguintes atividades. Favor indicar o grau de importância utilizando a escala, onde 1 é baixa importância, 2 é média importância e 3 é alta importância. Coloque 0 se não for relevante para a sua empresa.

<b>Tipo de contribuição</b>	<b>Grau de importância</b>			
Auxílio na definição de objetivos comuns para as empresas da região	(0)	(1)	(2)	(3)
Estímulo à visões de futuro para ação estratégica conjunta	(0)	(1)	(2)	(3)
Disponibilização de informações sobre matérias-primas, equipamento, assistência técnica, consultoria, etc.	(0)	(1)	(2)	(3)
Identificação de fontes e formas de financiamento	(0)	(1)	(2)	(3)
Promoção de ações cooperativas	(0)	(1)	(2)	(3)
Apresentação de reivindicações comuns	(0)	(1)	(2)	(3)
Criação de fóruns e ambientes para discussão	(0)	(1)	(2)	(3)
Promoção de ações dirigidas a capacitação tecnológica de empresas	(0)	(1)	(2)	(3)
Estímulo ao desenvolvimento do sistema de ensino e pesquisa local	(0)	(1)	(2)	(3)
Organização de eventos técnicos e comerciais	(0)	(1)	(2)	(3)
Integração do setor com os demais setores	(0)	(1)	(2)	(3)
Integração do setor com a comunidade local	(0)	(1)	(2)	(3)
Outras. Citar	(0)	(1)	(2)	(3)

\* Empresa que presta serviço à outra;

\*\* Empresa que contrata serviço de outra.

#### IV – POLÍTICAS PÚBLICAS E FORMAS DE FINANCIAMENTO

1. A empresa participa ou tem conhecimento sobre algum tipo de programa ou ações específicas para o segmento onde atua, promovido pelos diferentes âmbitos de governo e/ou instituições abaixo relacionadas:

Instituição/esfera governamental	1. Não tem conhecimento	2. Conhece, mas não participa	3. Conhece e participa
Governo federal	(1)	(2)	(3)
Governo estadual	(1)	(2)	(3)
Governo local/municipal	(1)	(2)	(3)
SEBRAE	(1)	(2)	(3)
Outras instituições. Citar.	(1)	(2)	(3)

2. Quais são os programas. Citar. \_\_\_\_\_

3. Qual a sua avaliação dos programas ou ações específicas para o segmento onde atua, promovido pelos diferentes âmbitos de governo e/ou instituições abaixo relacionados:

Instituição/esfera governamental	1. Avaliação positiva	2. Avaliação negativa	3. Sem elementos de avaliação
Governo federal	(1)	(2)	(3)
Governo estadual	(1)	(2)	(3)
Governo local/municipal	(1)	(2)	(3)
SEBRAE	(1)	(2)	(3)
Outras instituições. Citar.	(1)	(2)	(3)

4. Indique quais políticas públicas poderiam contribuir para o aumento da eficiência competitiva das empresas da região de forma a dinamizar o território. Favor indicar o grau de importância utilizando a escala, onde 1 é baixa importância, 2 é média importância e 3 é alta importância. Coloque 0 se não for relevante para a sua empresa.

Ações de Política	Grau de importância			
Programas de capacitação profissional e treinamento	(0)	(1)	(2)	(3)
Melhoria na educação básica	(0)	(1)	(2)	(3)
Programas de apoio a consultoria técnica	(0)	(1)	(2)	(3)
Estímulos à oferta de serviços tecnológicos	(0)	(1)	(2)	(3)
Programas de acesso à informação (produção, tecnologia, mercados, etc.)	(0)	(1)	(2)	(3)
Linhas de crédito e outras formas de financiamento	(0)	(1)	(2)	(3)
Incentivos fiscais	(0)	(1)	(2)	(3)
Políticas de fundo de aval	(0)	(1)	(2)	(3)
Programas de estímulo ao investimento	(0)	(1)	(2)	(3)
Programa de estímulo ao fortalecimento de ações conjuntas dentro da região.	(0)	(1)	(2)	(3)
Programas de fortalecimento de espaços de discussão sobre o setor e sobre a qualidade de vida na região - articulação pública e privada – como os espaços de Agenda 21 local; fóruns de discussão, etc.	(0)	(1)	(2)	(3)
Programas de fortalecimento da articulação das empresas da região as dos outros segmentos da região	(0)	(1)	(2)	(3)
Outras. Citar	(0)	(1)	(2)	(3)

5. Indique os principais obstáculos que limitam o acesso da empresa às linhas de crédito e financiamento e a participação pública. Favor indicar o grau de importância utilizando a escala, onde 1 é baixa importância, 2 é média importância e 3 é alta importância. Coloque 0 se não for relevante para a sua empresa.

Limitações	Grau de importância			
Inexistência de linhas de crédito adequadas às necessidades da empresa	(0)	(1)	(2)	(3)
Dificuldades ou entraves burocráticos para se utilizar das fontes de financiamento existentes	(0)	(1)	(2)	(3)
Exigência de aval/garantias por parte das instituições de financiamento	(0)	(1)	(2)	(3)
Entraves fiscais que impedem o acesso às fontes de financiamento	(0)	(1)	(2)	(3)
Inexistência de espaços de discussão sobre as dificuldades das empresas da região junto ao poder público	(0)	(1)	(2)	(3)
Poucas iniciativas do poder público local em fortalecer o arranjo	(0)	(1)	(2)	(3)
Dificuldade de uma mão-de-obra local qualificada	(0)	(1)	(2)	(3)
Dificuldade com o investimento em inovação tecnológica	(0)	(1)	(2)	(3)
Inexistência de espaços de cooperação e trocas entre empresas do setor	(0)	(1)	(2)	(3)
Inexistência de escolas de formação da mão-de-obra com patíveis com as tendências do setor	(0)	(1)	(2)	(3)
Outras. Citar	(0)	(1)	(2)	(3)

## V – PREOCUPAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

### Box 3

**Avaliação de impacto ambiental “territorial”** diz respeito ao conjunto de procedimentos que permitem uma compreensão das consequências prováveis sobre o meio ambiente das atividades que levam ao crescimento socioeconômico. Esse estudo pode desempenhar quatro papéis complementares: planejamento de projeto, auxílio à decisão, promoção da participação pública e **gestão ambiental**.

**Gestão ambiental** diz respeito às práticas de empresariais adotadas pelas empresas que minimizam os efeitos nocivos ao ambiente causados pelas suas atividades. A **norma ISO 14001** estabelece o **sistema de gestão ambiental da organização** e, assim define que a organização através de seus SGA deverá: i) avaliar as consequências ambientais das atividades, produtos e serviços da organização; ii) atender a demanda da sociedade; iii) definir políticas e objetivos baseados em indicadores ambientais definidos pela organização que podem retratar necessidades desde a redução de emissões de poluentes até a utilização racional dos recursos naturais; iv) implicar na redução de custos, na prestação de serviços e em prevenção; v) aplicar-se às atividades com potencial de efeito no meio ambiente; vi) aplicável à organização como um todo.

1. Para selecionar seus fornecedores a empresa utiliza que critérios? Favor indicar o grau de importância utilizando a escala, onde 1 é baixa importância, 2 é média importância e 3 é alta importância. Coloque 0 se não for relevante para a sua empresa.

Fatores	Grau de importância			
Condições de trabalho adequadas;	(0)	(1)	(2)	(3)
Preocupação ambiental na condução dos negócios;	(0)	(1)	(2)	(3)
Preço e condições de pagamento;	(0)	(1)	(2)	(3)
Proximidade e transporte facilitado	(0)	(1)	(2)	(3)
Preocupação de que o fornecedor seja da região	(0)	(1)	(2)	(3)
Preocupação com a valorização dos pequenos fornecedores da região	(0)	(1)	(2)	(3)
Outra. Citar.	(0)	(1)	(2)	(3)

2. Os fornecedores são oriundos da região?

(1) Sim	(2) Não
---------	---------



### 2.1 Se não, de qual região?

Região	Sim	Não
Exterior	(1)	(2)
Brasil	(1)	(2)
Região Sul	(1)	(2)
Vale do Itajaí	(1)	(2)
Municípios do Médio Vale (região de Blumenau)	(1)	(2)
Municípios do Baixo Vale (região de Itajaí)	(1)	(2)

3. Quais as práticas ambientais que são realizadas pela empresa? Favor indicar o tempo de utilização de tais práticas pela escala: 0 desconhece tal prática, 1 conhece, porém não a utiliza, 2 utilizada a menos de 1 ano, 3 utiliza a mais de 1 ano, 4 utiliza a mais de 2 anos.

Práticas de gestão ambiental	Tempo de utilização					Se sim, como faz?
	(0)	(1)	(2)	(3)	(4)	
Coleta de lixo seletiva – reciclado	(0)	(1)	(2)	(3)	(4)	
Tratamento dos resíduos derivados do processo produtivo em empresa terceirizada (efluentes líquidos e sólidos)	(0)	(1)	(2)	(3)	(4)	
São utilizadas fontes de energia renovável (álcool, gás natural)	(0)	(1)	(2)	(3)	(4)	
A logística de aquisição e distribuição utiliza alternativas de transporte ambientalmente relevantes	(0)	(1)	(2)	(3)	(4)	
Possui parcerias com fornecedores visando o retorno de produtos descartados ao fabricante	(0)	(1)	(2)	(3)	(4)	
Prática de economia de consumo de papel	(0)	(1)	(2)	(3)	(4)	
Prática de economia de consumo de energia (melhoria da iluminação natural, aparelhos mais econômicos, etc.)	(0)	(1)	(2)	(3)	(4)	
Vende as sobras de tecidos para empresas que o reciclam	(0)	(1)	(2)	(3)	(4)	
Redução do consumo de água – torneiras com fechamento automático, aproveitamento da água da chuva, etc.	(0)	(1)	(2)	(3)	(4)	
Destinação adequada para seus resíduos (pilhas e baterias, óleos, pneus, lixo, etc.)	(0)	(1)	(2)	(3)	(4)	
Promove campanhas de conscientização ambiental com seus colaboradores e a comunidade local.	(0)	(1)	(2)	(3)	(4)	
Existe capital próprio disponível para investimentos em gestão ambiental	(0)	(1)	(2)	(3)	(4)	

### 4. Quanto à utilização das fontes de recursos naturais a tecnologia utilizada é adequada?

Fontes	Sim	Não
Demanda grande quantidade de recurso hídrico – fonte hídrica comunitária	(1)	(2)
Demanda grande quantidade de recurso hídrico - fonte hídrica utilizada é a regional	(1)	(2)
Demanda elevado consumo mensal de energia	(1)	(2)
É baseada na utilização de combustíveis a partir de recursos não-renováveis (como petróleo, etc)	(1)	(2)
Outras. Especificar.	(1)	(2)

5. Que fatores e processos produtivos foram responsáveis pela maior geração de impactos ambientais que a empresa ainda não conseguiu sanar por não ter condições financeiras? Favor indicar os problemas causados por suas ações: 0 não causa nenhum problema; 1 joga efluentes em pequeno rio da região; 2 joga efluentes no maior rio da região; 3 provoca ruídos que atinge a comunidade; 4 lixo não tem destino para ser reciclado.

Fatores e processos produtivos	Problemas					Quais medidas realizaram para reduzir tais problemas?
	(0)	(1)	(2)	(3)	(4)	
Etapa de tingimento e lavagem do produto (jeans, malhas, etc.)	(0)	(1)	(2)	(3)	(4)	
Dejetos e restos de tecidos (são queimados)	(0)	(1)	(2)	(3)	(4)	
Excesso de papel e lixo	(0)	(1)	(2)	(3)	(4)	
Estrutura sanitária da sua empresa (escoamento dos esgotos da empresa)	(0)	(1)	(2)	(3)	(4)	
Utilização de máquinas e equipamentos antigos e geradores de ruídos	(0)	(1)	(2)	(3)	(4)	
Outros. Citar.	(0)	(1)	(2)	(3)	(4)	

5.1 Existem ações conjuntas entre as empresas da região que caminhem na direção da minimização dos impactos ambientais das suas ações produtivas? Favor indicar o tempo e a importância de tais práticas utilizando a escala, onde 0 não conhece ações locais que colocam em discussão a problemática ambiental, 1 conhece os espaços de discussão da problemática ambiental local, porém não participa; 2 participa a menos de 1 ano; 3 participa a mais de 1 ano; 4 participa a mais de 2 anos.

Ações conjuntas das empresas	Tempo e participação das ações locais					
	(0)	(1)	(2)	(3)	(4)	
As empresas participam nas discussões do Comitê de Bacias do Rio Itajaí-Açú	(0)	(1)	(2)	(3)	(4)	
Colocam em discussão os problemas ambientais nas reuniões na Associação Comercial e Industrial/CDL, no sindicato patronal e no sindicato dos trabalhadores	(0)	(1)	(2)	(3)	(4)	
Discute sobre os problemas ambientais com outros empresários do setor em festas e clubes da região	(0)	(1)	(2)	(3)	(4)	
As empresas realizam debates sobre os problemas ambientais com a prefeitura	(0)	(1)	(2)	(3)	(4)	
Outros. Citar.	(0)	(1)	(2)	(3)	(4)	

6. Quais as ações realizadas pela empresa de conscientização e melhoria da qualidade de vida dos seus colaboradores? Favor indicar o tempo e a importância de tais práticas utilizando a escala, onde 0 não considera relevante a utilização de tais práticas, 1 conhece, porém não a utiliza, 2 utilizada a menos de 1 ano, 3 utiliza a mais de 1 ano, 4 utiliza a mais de 2 anos.

Ações	Tempo de utilização das ações					Observações
	(0)	(1)	(2)	(3)	(4)	
Aboliu o fumo em locais de trabalho	(0)	(1)	(2)	(3)	(4)	
Incentiva os empregados a praticar atividades físicas	(0)	(1)	(2)	(3)	(4)	
Orienta empregados quanto aos cuidados com a postura corporal durante as atividades profissionais	(0)	(1)	(2)	(3)	(4)	
Oferece instalações em boas condições de uso	(0)	(1)	(2)	(3)	(4)	
Fornecer equipamento de proteção individual (EPI)	(0)	(1)	(2)	(3)	(4)	
Orienta e incentiva o uso de EPI (equipamento de proteção individual)	(0)	(1)	(2)	(3)	(4)	
Promove cursos de formação da mão-de-obra	(0)	(1)	(2)	(3)	(4)	
Contribui para com a alfabetização dos seus trabalhadores	(0)	(1)	(2)	(3)	(4)	
Promove espaços de participação ao seus trabalhadores	(0)	(1)	(2)	(3)	(4)	
Conscientiza seus trabalhadores da importância dos recursos naturais, da reciclagem de lixo, etc.	(0)	(1)	(2)	(3)	(4)	
Outros – Citar	(0)	(1)	(2)	(3)	(4)	

7. Que problemas a empresa está enfrentando quanto à insatisfação da comunidade local? Favor indicar o tempo que vem ocorrendo tais problemas junto à comunidade utilizando a escala, onde 0 não tem qualquer problema com a comunidade, 1 a menos de 6 meses, 2 a mais de 6 meses, 3 a 1 ano, 4 de 2 a 4 anos.

Problemas	Tempo de ocorrência dos problemas					Cite o que a empresa faz para resolve-los:
	(0)	(1)	(2)	(3)	(4)	
Com o lixo produzido	(0)	(1)	(2)	(3)	(4)	
Nível de ruído	(0)	(1)	(2)	(3)	(4)	
Emissão de poluente	(0)	(1)	(2)	(3)	(4)	
Aumento da circulação de veículos	(0)	(1)	(2)	(3)	(4)	
Outros – Citar	(0)	(1)	(2)	(3)	(4)	

9. Em que ano a empresa obteve o licenciamento da FATMA? \_\_\_\_\_

E a sua renovação?

\_\_\_\_\_

## VI - TABELA DE INDICADORES ECOLÓGICOS

1. Considerando a tabela de indicadores abaixo marque, conforme o quadro, na coluna uso de materiais/produto quais tipos de consumo, matérias-primas, embalagens, etc., depois a avaliação da tendência para o ano de 2007.

Área	Média Consumo em 2006	Avaliação da Tendência para 2007
<b>Uso de materiais/produtos</b>		
Consumo de Matérias-primas (em Kg)		
Embalagens		
<b>Resíduos/Reciclagem</b>		
Resíduos		
Reciclagem		
<b>Energia</b>		
Consumo de energia mensal (em Kwz)		
Parcela de energia de fonte renovável		
<b>Água/Efluentes</b>		
Consumo de água média mensal (l ou m <sup>3</sup> )		
Efluentes		

## APÊNDICES

### APÊNDICE I : ENTREVISTA REFERENTE A AVALIAÇÃO DOS PADRÕES DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAIS LOCAIS

#### DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA

- 1) Na sua opinião, o setor de confecções tem representatividade junto à economia da região? Qual o grau de importância dessa indústria para a economia da região?
  - 2) Quais são as dificuldades das empresas em função das transformações atuais do mercado?
  - 3) Qual o mercado de destino da produção da indústria? Em geral é local, regional, nacional ou exterior?
  - 4) De onde são as empresas que concorrem com as empresas localizadas no Alto Vale do Itajaí?
  - 5) Quais são as estratégias do segmento para dar maior valor a seus produtos e encontrar melhores mercados? E de que forma as empresas se organizam para fortalecer a qualidade e competitividade dos produtos locais?
  - 6) As empresas do setor extraem recursos naturais para utilizar (como insumo) na sua atividade produtiva?  
( ) Sim      ( ) Não.
    - a) Se positivo, relaciona-los e dizer quais são oriundos da própria região e quais são de fora.
- 
- 7) Existe cooperação entre os empresários da região?
    - a) Entre as empresas da indústria de confecções? (Que tipo de cooperação - troca de conhecimento e inovações tecnológicas; existência de parcerias, espaços comuns de discussão sobre o setor e sobre a economia regional; existência de associação de classe, existência de cooperativas e consórcios etc.?)
    - b) Existe cooperação entre as empresas dos diversos setores da região e o setor de confecções? De que maneira observamos essa cooperação?
  - 8) As relações estabelecidas entre as empresas dessa indústria são baseadas na confiança (proximidade, conhecimento pessoal, convívio, acordos informais etc.) ou são baseadas exclusivamente em relações comerciais(mercado)? E no caso de relações com outros setores?
  - 9) Há formação de parcerias entre elas? Existem redes entre as empresas; entre empresas e fornecedores; entre empresas e clientes (locais, regionais, nacionais etc.)? De que maneira elas se estabeleceram e se estabelecem?
  - 10) Quais são as ações das empresas na produção e fomento de inovações tecnológicas e mesmo organizacionais? Existe troca de informações entre as empresas sobre essas inovações?

11) Qual a tendência de desenvolvimento do setor na região?

Crescimento                       Estabilização                       Diminuição

a) Quais são as razões dessa tendência?

Automação               Redução do mercado                       Inovações técnicas               Outros

12) Qual o papel das universidades, do SENAI outras instituições de ensino da região no fomento de inovações tecnológicas para as empresas? Existem parcerias entre as universidades e os empresários para fomento do desenvolvimento local? Entre quais universidades e de que forma?

13) Quais são as instituições de apoio regional ou estadual que auxiliam na captação de crédito? Qual o papel delas? E em que áreas apóiam as empresas?

14) Existem espaços para a formação de mão-de-obra locais ou essa formação ocorre dentro das próprias empresas?

15) A força de trabalho das empresas da indústria habitam em que municípios do Alto Vale do Itajaí?

Existe migração de mão-de-obra de outros municípios do Alto Vale?

Existe migração de mão-de-obra de outras regiões do Vale do Itajaí?

Existe migração dessa mão-de-obra de outras macrorregiões do Estado?

a) Quais municípios do Alto Vale que mais contratam mão-de-obra do segmento de confecções?

15) Que tipo de assistência social é prestada pelas empresas a seus trabalhadores? As empresas possuem creche, convênio com escolas, hospitais para atendimento dos trabalhadores? Há preocupação com as condições de trabalho junto às empresas do setor?

16) Qual a situação do trabalho informal na região?

a) Quais pontos positivos desse trabalho informal para a região?

b) Quais pontos negativos desse trabalho informal para a região?

c) Qual é o percentual do trabalho informal na região?

d) Quais municípios apresentam maior percentual?

d) Os agricultores também participam desse tipo de atividade informal? De que maneira? Qual é o impacto (positivo ou negativo) delas sobre a agricultura?

Positivo: \_\_\_\_\_

Negativo: \_\_\_\_\_

17) Qual o comportamento das grandes empresas e dos micros e pequenos empreendimentos da indústria de confecções no fomento do espaço local de desenvolvimento?

18) Quais são as dificuldades dos micros e pequenos empreendimentos da região?

Impostos               Mão-de-obra qualificada                       Comercialização do produto

Inovação Tecnológica               Entrada dos produtos chineses               Questão cambial               Outros

19) Quais os principais conflitos existentes entre as empresas da indústria de confecções?

- a) Entre essa indústria e a comunidade local?
- b) Entre essa indústria e as demais indústrias da região?
- c) E entre o setor de confecções e os órgãos públicos?
- d) Como os empresários vêm lidando com esses conflitos?

20) Existem mecanismos que permitem a viabilidade econômica de atividades integradas, como por exemplo, o setor de confecções, unido ao turismo e a agricultura? Como, na sua opinião, poderia ser encaminhado esse tipo de estratégia?

---

### **INTERFACE DIMENSÃO POLÍTICO-INSTITUCIONAL**

21) Existem associações fortes nessa indústria ou na região capazes de conseguir da esfera pública fortes contribuições para desenvolvimento de suas atividades?

a) A infra-estrutura local vem melhorando? (transporte, comunicação, de serviços de saúde e educação, etc.) Existe algum segmento do empresariado local que exerce algum tipo de influência sobre essa melhoria?

22) As Prefeituras e o próprio governo do Estado tem atuação importante no desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí e do segmento de confecções da região? De que maneira?

a) Os interesses da comunidade local, dos empresários do setor são compatibilizados nas políticas da Prefeitura, do governo do Estado e do governo Federal? De que maneira?

23) Na sua opinião, quais os principais problemas que vem atrasando o desenvolvimento mais equilibrado da região?

a) Existem espaços de discussão sobre tais problemas do desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí? Quais?

b) Como ocorre a participação das empresas, do sindicato, da ACIRS, da AMAVI etc. na formulação das políticas de desenvolvimento e na administração do Alto Vale do Itajaí?

24) Na sua opinião, qual o papel da cidade de Rio do Sul para com o desenvolvimento da região? Ela pode ser considerada o pólo regional? Por quê? Quais são os fatores favoráveis e desfavoráveis dessa polarização? Quais são as instituições e programas que vêm privilegiando relações intermunicipais?

### **INTERFACE DIMENSÃO ECOLÓGICA**

25) Quais são os indícios de degradação ambiental? Onde (em que municípios) estão os focos mais importantes?

a) Quais os recursos mais ameaçados?

( ) A água      ( ) O ar      ( ) O solo      ( ) As matas e florestas      ( ) Outros

b) Que tipos de danos estão sendo causados a esses recursos?

26) Quais os principais problemas do setor de confecções ligados a poluição e degradação ambiental?

a) Como o sindicato e as instituições de apoio (ACI, AMAVI, SDR, Prefeituras etc.) do setor estão lidando com esses problemas? Existem espaços de discussões nessas instituições sobre a problemática ambiental?

27) As empresas do segmento de confecções já vêm apresentando essa preocupação com a questão ambiental?

28) Na sua opinião, a questão ecológica é efetivamente assumida por ONGs? De que maneira?

29) A população da região conhece e reconhece o trabalho das ONGs e da sociedade civil junto às questões sócio-ambientais?

#### **INTERFACE DIMENSÃO CULTURAL E DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA**

30) Quais o papel das empresas do segmento para com a valorização do saber e da cultura local, do patrimônio cultural, paisagístico e arquitetônico? Quem está envolvido com eles? Eles promoveram avanços de valorização do patrimônio local?



## **APÊNDICE II**

### **EMPRESA VISITADA E ENTREVISTADA**

1. Como começou a empresa?
2. Como é o processo produtivo da empresa?
3. Quais as dificuldades da empresa?
4. Existe cooperação entre as empresas do setor?
5. Quais os principais problemas do setor?
6. Quais os conflitos existentes, entre as empresas do setor, entre as empresas e o setor público, entre as empresas e comunidade, entre as empresas e os outros setores?
7. Problemas ambientais:
8. Assistência a mão-de-obra:

## APÊNDICE III

### AGRICULTORES ENTREVISTADOS

- 1) Como era a sua vida e a propriedade antes de trabalhar na indústria de confecção (facção)?
- 2) O que melhorou na sua vida e na vida da propriedade e o que piorou?
- 3) O Sr(a). voltaria a trabalhar só na agricultura? Por quê?
- 4) Como é o seu trabalho na facção? É pior que o trabalho na roça?  
( ) Mais intenso      ( ) Mais horas trabalhadas      ( ) Mais cansativo mental e fisicamente      ( ) Outros.
- 5) Qual a sua visão do futuro da agricultura na região? Qual o seu desejo para o futuro?
- 6) O meio ambiente é melhor hoje? Como o Sr(a). vê a degradação do meio ambiente, quais são os recursos mais ameaçados? ( ) água      ( ) solo      ( ) fauna e flora      ( ) outros.

## APÊNDICE IV

### ONGS: TRAJETÓRIA DE DESENVOLVIMENTO

Introdução: a finalidade desta entrevista está em analisar a trajetória de desenvolvimento da região e como a APREMAVI surge dentro do contexto regional.

- 1) O Sr. conhece um pouco da história da região, conte um pouco da história do Alto Vale? Como se deu a forma de colonização e povoamento?
- 2) De que forma foi se estruturando a socioeconomia da região? Quais as principais atividades econômicas no início do Alto Vale? Quais as que permaneceram até hoje e quais sucumbiram? E porque?
- 3) Quais os momentos de crise da trajetória econômica regional? Porque estes foram momentos críticos? Na sua opinião, quais mudanças eles trouxeram? Quais foram as grandes transformações da região?
- 4) Quais os aspectos positivos e negativos acarretados pela evolução da economia regional? Do ponto de vista social e cultural? Quais foram?
- 5) Também proporcionou benefícios ecológicos e políticos? Quais?
- 6) Conte um pouco da história da ONG. 2) Em que contexto surge a ONG e quais foram seus objetivos iniciais? E na atualidade como ela está se inserindo no Alto Vale?

## APÊNDICE V

### SINDICATOS: TRAJETÓRIA DE DESENVOLVIMENTO

- 1) O Sr. conhece um pouco da história da região, conte um pouco da história do Alto Vale? Como se deu a forma de colonização e povoamento?
  
- 2) De que forma foi se estruturando a socioeconomia da região? Quais as principais atividades econômicas no início do Alto Vale? Quais as que permaneceram até hoje e quais sucumbiram? E porque?
  
- 3) Quais os momentos de crise da trajetória econômica regional? Porque estes foram momentos críticos? Na sua opinião, quais mudanças eles trouxeram? Quais foram as grandes transformações da região?
  
- 4) Quais os aspectos positivos e negativos acarretados pela evolução da economia regional? Do ponto de vista social e cultural? Quais foram?
  
- 5) Também proporcionou benefícios ecológicos e políticos? Quais?
  
- 6) Conte um pouco da história do sindicato no contexto da trajetória de desenvolvimento da região.

## APÊNDICE VI

### **TRAJETÓRIA DE DESENVOLVIMENTO: EMPRESÁRIOS, CIDADÃOS E AGENTES PÚBLICOS LOCAIS**

- 1) O Sr. conhece um pouco da história da região, conte um pouco da história do Alto Vale? Como se deu a forma de colonização e povoamento?
  
- 2) De que forma foi se estruturando a socioeconomia da região? Quais as principais atividades econômicas no início do Alto Vale? Quais as que permaneceram até hoje e quais sucumbiram? E porque?
  
- 3) Quais os momentos de crise da trajetória econômica regional? Porque estes foram momentos críticos? Na sua opinião, quais mudanças eles trouxeram? Quais foram as grandes transformações da região?
  
- 4) Quais os aspectos positivos e negativos acarretados pela evolução da economia regional? Do ponto de vista social e cultural? Quais foram?
  
- 5) Também proporcionou benefícios ecológicos e políticos? Quais?
  
- 6) Como surge o setor de confecções no contexto territorial? Como ele surge? Qual a sua trajetória até os dias atuais? O surgimento dessa aglomeração teve aspectos positivos e negativos para o território? Quais?  
  
- Quais foram as primeiras empresas da região ligadas ao setor de confecção?